

RIO-BRANCO

BRASILIANA

Volume 325

Direção de
AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

ALVARO LINS

RIO-BRANCO

(O Barão do Rio-Branco)

Biografia pessoal e História política

TEXTO COMPLETO

(Segunda edição - 9.º Milheiro)

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

FAC. EDUC. CAIXA BIBLIOTFCA



Exemplar Nº 0789

Direitos desta edição reservados à
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 639 — São Paulo 2, SP

1965

Impresso nos Estados Unidos do Brasil
Printed in the United States of Brazil

OBRAS DO AUTOR

- História Literária de Eça de Queiroz*. Rio de Janeiro, 1939; 2.^a edição. Porto Alegre, 1945; 3.^a edição. Lisboa, 1959; 4.^a edição. Rio de Janeiro, 1964; 5.^a edição. Rio de Janeiro, 1965.
- Alguns Aspectos da Decadência do Império*. Recife, 1939.
- Jornal de Crítica - Primeira Série*. Rio de Janeiro, 1941.
- Poesia e Personalidade de Antero de Quental*. (Plaquete). Rio de Janeiro-Lisboa, 1942. (Prêmio Luso-Brasileiro para o Centenário de Antero de Quental, "ex-quo" com o livro *Antero*, de Fidelino de Figueiredo).
- Jornal de Crítica - Segunda Série*. Rio de Janeiro, 1943.
- Notas de um Diário de Crítica - Primeiro Volume*. Rio de Janeiro, 1943; 2.^a edição. Rio de Janeiro, 1963 (in *Literatura e Vida Literária*).
- Palestra sobre José Veríssimo*. (Plaquete). Rio de Janeiro, 1943.
- Jornal de Crítica - Terceira Série*. Rio de Janeiro, 1944.
- Rio-Branco (O Barão do Rio-Branco, 1845-1912)*. 2 vols. Rio de Janeiro, 1945. (Prêmio Felipe de Oliveira, da Sociedade Felipe de Oliveira, e Prêmio Pandiá Calógeras, da Associação Brasileira de Escritores); 2.^a edição. São Paulo, 1965.
- Jornal de Crítica - Quarta Série*. Rio de Janeiro, 1946.
- No Mundo do Romance Policial*. (Plaquete). Rio de Janeiro, 1947.
- Jornal de Crítica - Quinta Série*. Rio de Janeiro, 1947.
- Jornal de Crítica - Sexta Série*. Rio de Janeiro, 1951.
- A Técnica do Romance em Marcel Proust*. Rio de Janeiro, 1951; 2.^a edição. Rio de Janeiro, 1956.
- Roteiro Literário do Brasil e de Portugal - Antologia da Língua Portuguesa*. (Co-autoria de Aurélio Buarque de Holanda). 2 vols. Rio de Janeiro, 1956.
- Discurso sobre Camões e Portugal (Ensaio Histórico-Literário)*. Rio de Janeiro, 1956.
- Discurso de Posse na Academia Brasileira (Estudo sobre Roquette-Pinto)*. Rio de Janeiro, 1956.
- Missão em Portugal (Diário de uma Experiência Diplomática - I)*. Primeira Parte. Rio de Janeiro, 1960. (Prêmio Jabuti - A Personalidade Literária do Ano, da Câmara Brasileira do Livro).
- A Glória de César e o Punhal de Brutus*. Rio de Janeiro, 1962; 2.^a edição. Rio de Janeiro, 1963.
- Os Mortos de Sobrecasaca*. (Prêmio Luíza Cláudio de Souza, do Pen Club do Brasil). Rio de Janeiro, 1963.
- Jornal de Crítica - Sétima Série*. (Prêmio Luíza Cláudio de Souza do Pen Club do Brasil). Rio de Janeiro, 1963.
- Notas de um Diário de Crítica - Segundo Volume*. Rio de Janeiro, 1963 (in *Literatura e Vida Literária*).
- Literatura e Vida Literária*. Rio de Janeiro, 1963.
- O Relógio e o Quadrante*. Rio de Janeiro, 1964.

FAC. EDUCAÇÃO BIBLIOTECA

BAIXA

*A Heloisa, minha mulher, como
lembrança dos dias em que trabalha-
mos juntos neste livro.*

Este livro foi escrito a convite do Ministério das Relações Exteriores para as comemorações do centenário do nascimento do Barão do Rio-Branco. Ao Autor ficou assegurada completa autonomia de pensamento e de trabalho, e, por isso, são da sua responsabilidade tôdas as opiniões e interpretações néle contidas. Deu o Itamarati apoio e colaboração à obra, quase tôda construída com o material do seu Arquivo e Biblioteca (1945).

ÍNDICE

<i>Nota explicativa</i>	xv
-------------------------------	----

CAPÍTULO I

As origens. Os Rio-Branco. Infância de Juca Paranhos. Viagem ao Rio da Prata. Acadêmico de Direito em São Paulo e no Recife. Trabalhos de estudante. Formação pelo liberalismo jurídico. Exercícios da vontade. Alguns traços do caráter. O "homem lúdico"	3
--	---

CAPÍTULO II

Os primeiros trabalhos históricos. Influência da guerra do Paraguai. O Visconde do Rio-Branco e a Convenção de 20 de fevereiro. Primeira viagem à Europa. A França e a Alemanha em 1867. Início de vida prática: professor do Colégio Pedro II e promotor em Friburgo. Deputado: os discursos na Câmara. Iniciação diplomática: secretário de uma missão ao Rio da Prata	29
--	----

CAPÍTULO III

O gabinete Rio-Branco e o papel de Juca Paranhos. O jornalista: redator de <i>A Nação</i> . A questão argentina e a questão religiosa. Primeiro encontro com Zeballos. Progressos do historiador: os comentários a Schneider. O "boêmio". Marie Stevens e o seu caso sentimental. Comêço de uma vida independente. As dificuldades da sua nomeação para cônsul em Liverpool. Fecha-se um ciclo da existência de Juca Paranhos. A significação do seu exílio voluntário	58
--	----

CAPÍTULO IV

A Inglaterra da época vitoriana e a sua possível influência sobre Rio-Branco. Cônsul em Liverpool: o funcionário. Viagem à Itália com o Pai. Viagem ao Rio. A morte do Visconde do Rio-Branco. Delegado do Brasil na Exposição de São Petersburgo (1884). Novas viagens ao Rio. Encargos de família	87
---	----

CAPÍTULO V

A vida em Paris. Projetos e trabalhos do historiador. Fase de preparação. O sentido do seu patriotismo. Livros e opúsculos de 1889. Primeiro encontro entre Rio-Branco e Rui Barbosa. O artigo do "Diário de Notícias". Outros traços da personalidade de Rio-Branco 114

CAPÍTULO VI

Ainda a vida em Paris. Os amigos brasileiros e portugueses. Eduardo Prado e Gusmão Lôbo. Rio-Branco e Capistrano de Abreu: um diálogo de historiadores. Correspondência com os amigos. Algumas idéias políticas de Rio-Branco. Um "não" ao militarismo político. A sua atitude em face da República. Visão geral do fim do Império. Fidelidade ao Imperador. Ressurge o jornalista. O convite para a missão especial em Washington. Uma nova fase da sua existência .. 141

CAPÍTULO VII

Introdução às questões de fronteiras. Tratados entre Portugal e Espanha. O *uti-possidetis*. O papel do Visconde do Rio-Branco. Pai e filho no litígio de limites com a Argentina. A obra de advogado do Barão do Rio-Branco nos Estados Unidos. Documentos e razões da sua "memória". O mapa de 1749 e a Instrução particular de 1758. O laudo arbitral do presidente Cleveland. Repercussão no Brasil. Começa a glória de Rio-Branco 180

CAPÍTULO VIII

Estudos e negociações sobre o litígio de limites com a Guiana Inglesa. A questão de limites com a Guiana Francesa. Negociações em Paris. Advogado do Brasil perante o Árbitro em Berna. Orientação e conteúdo das suas "memórias". O encontro da sua diplomacia e técnica de advogado com as dos franceses. Seu estado de espírito em 1900. Dificuldades de dinheiro. O laudo arbitral do governo sulço. Ministro do Brasil em Berlim. A Alemanha de 1900. Situação internacional da Europa. Primeiras preocupações com o caso do Acre. O convite de Rodrigues Alves. As razões da sua recusa. Ministro das Relações Exteriores. Outra nova fase da sua existência. A última paixão 215

CAPÍTULO IX

A volta de Rio-Branco ao Brasil. Festas de desembarque. A sua popularidade. O discurso no Clube Naval. Atitude dos monarquistas e dos "jacobinos". Incidente com os positivistas. O ministro e o jornalista do Itamarati. A questão do Acre. Uma nova interpretação do artigo 2.º do Tratado de 1867. Primeiras negociações. Dificuldades com o *Bolivian Syndicate*. Divergência entre Rio-Branco e Rui Barbosa. Notas e despachos diplomáticos do ministro do Exterior. O Tratado de Petrópolis e a exposição de motivos de Rio-Branco. Discussões em torno do Tratado. A manifestação popular de 20 de fevereiro de 1904 259

CAPÍTULO X

Incidentes e negociações com o Peru. Notas e despachos de Rio-Branco. Adiamento desta questão de limites. Atitude de Rio-Branco em face do laudo arbitral do rei da Itália. Tratados de limites com o Equador e a Holanda. O diplomata. Conceito de sua diplomacia. Rio-Branco e o Itamarati. Traços da figura física e da figura moral do ministro do Exterior. "Um grande Mágico". Rio-Branco e Cabo Frio 302

CAPÍTULO XI

Relações com os Estados Unidos da América. A política americana de Rio-Branco. O seu conceito da doutrina de Monroe. O papel de Rio-Branco e o de Joaquim Nabuco. Criação do cardinalato brasileiro. Negociações junto à Santa Sé. O incidente da *Panther*. Uma entrevista dramática de Rio-Branco com o ministro da Alemanha. A Terceira Conferência Internacional Americana. Discursos do ministro do Exterior. A "república dos conselheiros" e o governo de Rodrigues Alves. Equivalência entre a política interna e a política externa. Alguns aspectos da evolução republicana 327

CAPÍTULO XII

Permanência na pasta do Exterior. Tratado de limites com a Colômbia. A Segunda Conferência da Paz. Rio-Branco e Rui Barbosa em Haia. A correspondência entre o ministro e o embaixador. O princípio da igualdade dos Estados. Relações com a Argentina. Rio-Branco e Estanislau Zeballos: as duas personalidades e os seus caracteres antagônicos. O tratado de comércio e o projeto da equivalência naval. A grande agitação do ano de 1908. O caso do telegrama n.º 9 369

CAPÍTULO XIII

Popularidade e prestígio de Rio-Branco. Depoimentos de estrangeiros. A vida no Itamarati. Um homem e um personagem. Outros aspectos da figura pessoal do ministro do Exterior. Rio-Branco e os intelectuais. Uma frase de Sarah Bernhardt. No Instituto Histórico. Política interna: candidato do povo à presidência da República. O mês de maio de 1909. Cartas de Rio-Branco e Rui Barbosa 416

CAPÍTULO XIV

Os últimos atos. Ajustes de limites com o Peru e o Uruguai. Pai e filho. Os tratados de arbitramento. O A. B. C. Relações com os países da América do Sul. Fases da política externa brasileira. Nem militarista, nem imperialista. O fim. Desgostos políticos. A doença e a morte. Sobrevivência de Rio-Branco 447

Apêndice e Documentação 475

Fontes e Bibliografia 527

Nota explicativa

SURPREENDEU-ME um certo portador, faz três anos, ao trazer-me um convite do Sr. Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, para que eu escrevesse um livro sobre a vida e a obra do Barão do Rio-Branco. Dias depois recebia do Embaixador Maurício Nabuco, secretário geral do Ministério, a comunicação de que com êle deveria entender-me, oficialmente, a respeito do assunto.

A princípio só vi a honra, a distinção, a confiança que me vinham, generosamente, com êste convite do Ministério das Relações Exteriores. E foi isto — juntamente com o desejo de estudar uma figura de tamanha significação nacional como a do Barão do Rio-Branco — que me levou a aceitar a incumbência. Só apresentei uma condição: a obra não teria caráter oficial, ao autor seria dada completa autonomia de trabalho e pensamento.

Dois motivos me levaram a esta condição: em primeiro lugar, eu não me sentia com bastante gosto e disposição para escrever, como obra oficial do Itamarati, a biografia da figura principal do Itamarati, pelo que isto representaria de responsabilidade à margem dos meus poderes ou pendores de escritor independente; em segundo lugar, eu desejava resguardar a liberdade de crítica, de idéias ou interpretações, que não seria possível, em todos os sentidos, numa obra oficial, em que não appareceria apenas o meu nome como responsável literário, pelo tom impessoal que deveria imprimir ao trabalho.

Tão-só depois, no decorrer dos estudos, verifiquei as dificuldades extraordinárias de uma obra dessa espécie. Não só

comecei a sentir-me como que acanhado diante da grandeza de Rio-Branco, mas sem ânimo para debater as complexas e especializadas questões de que êle se ocupara. Cheguei a desistir do trabalho, a abandoná-lo durante vários meses. A êle voltei — atendendo sobretudo aos apelos do Sr. Luís Camilo de Oliveira Neto, então Diretor do Serviço de Documentação, Arquivo e Biblioteca do Itamarati, e do cônsul Heraldo Pacheco de Oliveira, do Arquivo Histórico — quando me foi lembrado que, se faltasse ao compromisso, deixaria de ser publicada, no centenário do Barão do Rio-Branco, uma biografia que se destinava a torná-lo mais conhecido e compreendido. Não haveria mais tempo para que outro escritor — e cheguei a lembrar vários dêles — pudesse dominar a enorme documentação com a qual eu vinha trabalhando desde que recebera o convite. E êste foi o argumento que me decidiu a concluir os estudos e escrever o livro. A isto me dediquei, inteiramente, durante o último ano. Mesmo assim, para uma obra como esta, o prazo era bem pequeno. Três anos — os pedaços de tempo em três anos que um escritor no Brasil pode dedicar às tarefas intelectuais — constituem um curto período para a construção e a redação da biografia de uma figura como a do Barão do Rio-Branco. Lembrava-nos ainda há pouco o Sr. João Mangabeira que Joaquim Nabuco precisou de cinco anos para escrever o primeiro volume de *Um Estadista do Império*, dispondo dos arquivos do seu Pai em casa e do conhecimento pessoal da época. Dêste modo, só posso, assim, reivindicar o reconhecimento de um esforço e de uma dedicação sem limites, durante três anos, ao serviço desta biografia.

Em quase tudo o que diz respeito ao Barão do Rio-Branco esta obra foi construída com o material manuscrito e inédito dos arquivos. O que se encontra aqui referido ou afirmado provém de pesquisas diretas nas fontes originais. Um trabalho de primeira mão, feito sôbre documentos, que não copia nem repete quaisquer outros impressos, aliás, quase todos de caráter impressionista. Mesmo o que já havia sido escrito sôbre Rio-Branco teve o Autor o cuidado de examinar com a documentação de que dispunha. Aliás, são muitos os erros de datas e fatos que andam espalhados em folhetos e ensaios, alguns dêles excelentes e brilhantes, sem dúvida. Uma grande parte do arquivo de Rio-Branco no Itamarati foi agora utilizada pela primeira vez: a sua correspondência pessoal, política e diplo-

mática, as suas notas de cadernos, os seus despachos, os seus officios, os seus relatórios, os seus manuscritos diversos. E nisso consistia a tarefa longa e penosa da documentação. O Arquivo é enorme, os seus papéis não estavam naturalmente dispostos para um só objetivo, fazendo-se necessários o exame e a leitura de milhares de documentos para a escolha daqueles que seriam copiados e utilizados. Para essa seleção e síntese posso dizer que li pessoalmente tudo o que podia ter interêsse e aplicação. E, porque houvesse lidado com um material dessa natureza, aparecem no livro muitos pormenores, informações, citações de documentos e notas de pé de página, que talvez não fôsem rigorosamente necessários em outras circunstâncias. Pensando bem, entretanto, o certo é que eram mesmo necessários: darão mais autenticidade a estas páginas, tornando evidentes em "oprobrio" aquêles que se aproveitarão delas, mais tarde, sem o mesmo esforço e o mesmo trabalho de pioneirismo na "matéria Rio-Branco".

É possível que a figura de Rio-Branco, como aqui aparece, não se identifique rigorosamente, sob vários aspectos, com aquela que se cristalizou de modo geral na impressão do público. Aliás, se o nome de Rio-Branco é talvez o mais conhecido e glorificado do Brasil, não são igualmente conhecidas nem a sua vida nem a sua obra. E isto se explica: êle não tem ainda a verdadeira duração histórica. Morto há trinta e três anos, está entre nós como um contemporâneo. Sucede, porém, que entre êle e o autor dêste livro já se acha aberto pelo menos o período de uma geração; quis o acaso que coubesse a tarefa de escrever-lhe a biografia a um escritor que nascia justamente no ano de sua morte. Daí o princípio de perspectiva histórica que foi alcançar: eu não pertenço à geração que conheceu Rio-Branco, pessoalmente; e não tinha por isso outra paixão que não fôsse a de procurar e exprimir a verdade. O entusiasmo que aparece em algumas páginas é legítimo e sincero. Aproximei-me da figura de Rio-Branco com espírito crítico, com um quase profissional espírito crítico. Depois, senti-me às vêzes comovido em face da sua grandeza. E não seria processo de crítica, mas de mesquinharia, deixar de reconhecer o que há de extraordinário e desproporcional neste autêntico grande homem.

Talvez que alguns leitores se recusem a considerar biografia um livro que não foi feito dentro dos moldes frívolos

da técnica de um Maurois. Confesso sem constrangimento que não disponho nem de gosto nem de capacidade para a biografia romanceada. Não me parece também — e sobre isso já escrevi, mais de uma vez, em ensaios e estudos do *Jornal de Critica* — que a melhor técnica de biografia seja a técnica do romance. Não são idênticos, para ambos, os planos, os métodos e os fins. Julgo arbitrária a exigência de impersonalismo do biógrafo, de haver de ficar êle fora e distante, simples apresentador de personagens. O direito de intervir, interpretar e opinar é um direito do biógrafo e do historiador. À sugestão de André Maurois gostaria de contrapor o exemplo de Aldous Huxley: fazendo a biografia da “eminência parda” de Richelieu, abandona de repente o seu personagem para escrever um verdadeiro ensaio sobre o misticismo.

Deve-se notar, além disso, que a história de cada vida requer um processo próprio, isto é, o processo adequado ao estilo dessa mesma vida. Procurei, por isso, escrever a história de Rio-Branco com a maneira que lhe era mais indicada. As páginas de dissertações ou descrições de ambientes não são aqui ornamentais; elas se ligam, embora às vezes indiretamente, à compreensão da existência e da política de Rio-Branco. Quis dar, ao menos em traços rápidos, uma impressão das suas relações com o meio e com os contemporâneos, pois a existência é um quadro de várias formas, que se tornaria falso e mutilado com a apresentação de uma figura posta apenas em si mesma isoladamente. Numa parte da biografia — correspondente ao período de tempo em que estava em formação, ainda irrevelada, a personalidade de Rio-Branco — tomam aspecto mais relevante o Visconde do Rio-Branco, o meio, os amigos; na segunda parte — correspondente ao da obra do estadista — a figura do Barão do Rio-Branco assume o primeiro plano e tem a predominância. O processo de trabalho, que assim seguiu, adequadamente, veio-me sugerido como uma consequência do processo da existência do próprio biografado. Também de uma consequência da mesma ordem decorreu a circunstância de se abrir aqui um maior espaço à vida pública e intelectual do que à vida sentimental e particular: Rio-Branco renunciou quase à segunda para dedicar-se todo à primeira. Houve dramaticidade na sua vida, mas numa forma sóbria e severa, sem sentimentalismos para as biografias romanceadas. Empenhei-me, de qualquer modo, para não apresentar apenas

uma história dos seus feitos, porém também um retrato — nas diversas épocas — da sua figura física e espiritual. Algumas insistências e repetições são por isso intencionais: buscam um efeito de caracterização.

Como era natural, o arquivo de que mais me utilizei nesta obra de biografia e crítica histórica, foi o do Itamarati; e a respeito das cartas e documentos de Rio-Branco citados com essa fonte — deve-se entender que são minutas ou cópias feitas por êle próprio. Outros arquivos, porém, foram consultados; e recolhidos por mim, em conversa, os depoimentos de algumas pessoas contemporâneas de Rio-Branco ou que tinham informações recebidas de outras já mortas, procurando-se todos os meios capazes de informação e esclarecimento. Os depoimentos pessoais neste caso devem merecer tôda confiança, não só pela idoneidade e conceito dos nomes citados, mas porque se ajustam à documentação. O título *Cadernos de Notas* foi escolhido por mim próprio a fim de indicar os Cadernos, sem título, em que Rio-Branco escrevia anotações diversas, tôdas elas, aliás, sem o abandono e a forma de confissão que caracterizam os Diários. Outro esclarecimento: os nomes *Rio-Branco* e *Paranhos* foram empregados indiferentemente para o pai e para o filho, como o faziam, naturalmente, os contemporâneos, mas o leitor logo distinguirá com facilidade quando se trata de um ou de outro.

Devo iniciar os meus agradecimentos pelo Itamarati, onde fui sempre recebido de modo amável e generoso por todos aquêles com quem tratei nesses três anos de convivência. Agradeço ao Sr. Oswaldo Aranha, Ministro de Estado, e aos Embaixadores Maurício Nabuco e Leão Veloso a simpatia com que prestigiaram o meu trabalho; ao Sr. Luís Camilo de Oliveira Neto, o apoio e a confiança com que abriu às minhas pesquisas e estudos o Arquivo e a Biblioteca, agradecimento extensivo ao primeiro secretário Jorge Latour, nos últimos meses; ao cônsul Murilo Basto, da Mapoteca, que pôs à minha disposição os retratos para as ilustrações dêstes volumes; ao secretário Paschoal Carlos Magno, por intermédio de quem obteve o autor o depoimento de Mr. Howard, antigo funcionário do consulado do Brasil em Liverpool; ao Sr. Alarico Silveira Júnior, as cópias em datilografia de vários documentos; aos cônsules Aluísio Napoleão e Jorge Taunay, do Arquivo Histórico; às funcionárias do Arquivo e da Biblioteca, que

sempre me atenderam com amabilidade e eficiência. Agradeço de modo especial a colaboração do cônsul Heraldo Pacheco de Oliveira, que acompanhou o meu trabalho com um interesse comum pela obra de Rio-Branco e pelos problemas do Itamarati. Agradeço aos Srs. Rodolfo Garcia e Sérgio Buarque de Holanda, a gentileza e boa vontade com que me atenderam na Biblioteca Nacional; ao Sr. Cláudio Ganns, no Instituto Histórico; ao Sr. Américo Jacobina Lacombe, na Casa de Rui Barbosa; à Sra. Carolina Nabuco e ao embaixador Maurício Nabuco, que me facultaram a leitura de algumas cartas do Arquivo de Joaquim Nabuco, depositado no Itamarati. Deixo aqui os meus agradecimentos às pessoas que, a meu pedido, conversaram comigo sobre Rio-Branco em depoimentos citados, quase todos, no livro: a Sra. Evelina Nabuco, viúva Joaquim Nabuco, os Embaixadores Leão Veloso e Araújo Jorge, o Ministro Hélio Lôbo, os Srs. Tobias Monteiro, Otávio Targino de Sousa, A. Tavares de Lira, João Mangabeira, Pinheiro Guimarães, Carlos Pontes, M. Paulo Filho. Agradeço também aos Srs. Aurélio Buarque de Holanda e Adalardo Cunha a revisão do texto; ao Sr. Otto Maria Carpeaux, as informações a respeito da Europa na época em que lá viveu Rio-Branco; aos editores, e ao impressor Sr. Nelson Palma Travassos, os cuidados com que acompanharam esta edição⁽¹⁾.

Rio de Janeiro. Fevereiro — 1945.

(1) Trata-se, como é evidente, da 1.^a edição, para a qual foi escrita esta "Nota explicativa".

Estão aí os traços característicos do segundo Rio-Branco: genuíno patriotismo, culto amoroso ao pai, organização conservadora, entusiasmo militar, afastamento da política, paixão da glória do povo, e, para satisfazê-la, vocação de historiador; por último, inclinação pessoal para a representação nacional no exterior. Todos êsses sentimentos são de ordem desinteressada, todos, incluindo mesmo essa admiração filial, são impulsos de um mesmo motor, o amor do País.

JOAQUIM NABUCO.

Um nome universal; uma reputação imaculada; uma glória brasileira; serviços incomparáveis; popularidade sem rival; qualidades raras; o hábito de ver os interesses nacionais do alto, acima do horizonte visual dos partidos; extremoso patriotismo; ardente ambição de grandes ações; imunidade a ressentimentos políticos, dos quais teve a fortuna de se preservar.

RUI BARBOSA.

Felizmente continuo a olhar para o ministro a quem tenho servido — o único grande homem vivo desta terra — com a mesma admiração e simpatia. E até com assombro: é lúcido, é gentil, é trabalhador, e traça, na universal chateza dêstes dias, uma linha superior e firme de estadista.

EUCLIDES DA CUNHA.

RIO-BRANCO

Capítulo I

As origens. Os Rio-Branco. Infância de Juca Paranhos. Viagem ao Rio da Prata. Acadêmico de Direito em São Paulo e no Recife. Trabalhos de estudante. Formação pelo liberalismo jurídico. Exercícios da vontade. Alguns traços do caráter. O "homem lúdico".

O CASARÃO DE SOBRADO e loja da antiga Travessa do Senado, número 8, nas proximidades do Campo da Aclamação, ostenta hoje na fachada, em placa de bronze, uma legenda, na qual se diz que ali nasceu José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão do Rio-Branco) "que pelo talento, saber e patriotismo, dilatou o território da Pátria do Norte ao Sul". E mais: que, no Governo, elevou e engrandeceu o nome do seu País.

Foi colocada a placa em 1909. A existência que ela recorda ao viandante distraído ou apressado começara sessenta e quatro anos antes, em 20 de abril de 1845; e processara-se como que misteriosa na sua trajetória e desfecho: apagada, quase obscura durante muito tempo, e de repente jogada no centro e na direção de grandes acontecimentos. Mas nessa época de poderio e glória, a quem o chamava "o maior dos brasileiros" — o que se tornara comum entre os seus admiradores mais entusiásticos — o Barão do Rio-Branco respondia com impaciência e desgosto:

— O maior dos brasileiros foi D. Pedro II, e depois meu Pai.

Traço sempre vivo, nunca escondido, no segundo Rio-Branco: o sentimento de identificação com seu Pai, um sentimento de exaltado e comovido amor ao Visconde do Rio-Branco, chegando sob certos aspectos a um tom quase místico e religioso.

Paranhos Júnior não foi apenas o primogênito do então professor de Matemática da Escola de Marinha. Com o próprio nome, herdaria as principais qualidades de temperamento, de caráter, de natureza humana do Pai. Completaria e resolveria depois certas questões de política exterior que o Visconde do Rio-Branco havia estudado e encaminhado; seguiria como um exemplo as maneiras e os processos do seu antecessor; faria sempre dêle o seu modêlo e o seu ideal. Não se pode imaginar, em grau mais perfeito, o fenômeno biológico da continuidade, da projeção e do futuro do homem no próprio filho.

1845 ficaria marcado, aliás, na vida do Visconde do Rio-Branco, como um ano feliz: a data do nascimento do primeiro filho; a passagem, como professor, para a Escola Militar; o início da carreira política, com a eleição para a Assembléia Legislativa da Província do Rio de Janeiro. E não só feliz para o Visconde, mas para o próprio Imperador. Ele marcava o fim das lutas de dez anos no Rio Grande, e isto significava a estabilidade do Império, o início de um período de paz interna e de prática e consolidação das instituições monárquico-parlamentares. Por curiosa coincidência também em 1845 nascia o primogênito do Imperador. D. Pedro II e o futuro Visconde do Rio-Branco — o Chefe de Estado e aquêle que seria o seu grande ministro — sentiram no mesmo ano essa confiança íntima, essa segurança de si mesmo, essa fôrça interior de determinação em face do destino, que o homem experimenta com o nascimento do primeiro filho. A maturidade viera cedo para o Imperador e para o seu ministro.

Tem sido julgado o Visconde do Rio-Branco como o mais completo dos estadistas do Império, "a mais lúcida consciência monárquica que teve o Reinado"⁽¹⁾. E até se ajustam a existência do estadista e a existência das instituições monárquicas no Segundo Reinado. Rio-Branco entra na vida política quando o segundo Reinado inicia o seu ciclo histórico; e a data da sua morte (1880) é também aquela que os historiadores indicam como o princípio da decadência e dissolução do Império. O apogeu de ambos será o ministério Paranhos de 1871-1875. Desdobram-se juntas a história do estadista e a história do Segundo Reinado.

(1) Joaquim NABUCO, *Um Estadista do Império*, tomo II, pág. 136, nova edição, São Paulo, 1936.

Quando José Maria da Silva Paranhos foi eleito deputado pela primeira vez o Imperador se estava preparando para representar o papel de centro das instituições. É certo que ainda se achava sob o "professorado de Aureliano"⁽²⁾, porém já se podia perceber que a sua individualidade estava prestes a libertar-se de tutelas e influências. No Paço, prisioneiro da sedução de Aureliano, indo, ao que parecia, com a corrente da facção áulica, o jovem Imperador, reservado, tímido, silencioso, estudava o ambiente, as forças políticas, ouvia os estadistas do Primeiro Reinado e da Regência, concentrava os seus pensamentos e planos, fazia uma espécie de diagrama das figuras, partidos e grupos, para se libertar em seguida e exercer todos os poderes do seu cargo; na Travessa do Senado, professor ainda sem renome, pequeno deputado de uma assembléia provincial, mas já preparado para o seu destino, enchendo cadernos e papéis com anotações ao mesmo tempo de matemática e administração pública, observando o jornalismo, a diplomacia, o parlamento, o gabinete, o jovem Paranhos levantava também o diagrama dos seus elementos, possibilidades e ambições. Distantes, marchavam — na elaboração e na evolução dos mesmos projetos — um ao encontro do outro, o Imperador e o seu futuro ministro. O mestre político de ambos era o mesmo: Paranhos servia como secretário da Presidência da Província do Rio na administração do Visconde de Sepetiba.

Mas em 1845, com o quarto gabinete no govêrno, com o "professorado de Aureliano" e a influência da facção áulica, com o país não de todo pacificado, o Segundo Reinado ainda estava vacilante e incerto. Também Paranhos não havia decidido se continuaria no magistério e na política ou se ingressaria na carreira diplomática. As suas aspirações, nesse tempo, não estavam inteiramente definidas. A existência, aliás, não lhe fôra até então fácil, e mais talvez do que ao Senador Nabuco de Araújo, a êle se aplicariam estas palavras de Joaquim Nabuco:

Em nossa política e em nossa sociedade pelo menos tem sido essa a regra: são os órfãos, os abandonados, que vencem a luta, sobem e governam⁽³⁾.

(2) Heitor LIMA, *História de D. Pedro II*, vol. I, pág. 140, São Paulo, 1938.

(3) Joaquim NABUCO, *op. cit.*, tomo I, pág. 5.

O Visconde do Rio-Branco conheceu a orfandade e a pobreza. Seu pai, Agostinho da Silva Paranhos, e seu tio paterno, João da Silva Paranhos, eram ricos comerciantes portugueses na Bahia e “mereceram honrosas menções nos documentos oficiais do tempo pela liberalidade com que auxiliaram a inteligente administração do Conde dos Arcos e concorreram para a realização dos muitos melhoramentos que êle soube introduzir”(4). Por ocasião da Independência ficaram, porém, fiéis a Portugal e ao general Madeira, o que lhes ocasionou, entre muitos embaraços, prejuízos vultosos. Mesmo assim, Agostinho da Silva Paranhos, ao morrer, deixava aos filhos haveres consideráveis. A fortuna foi disputada por um parente, perdida no pleito, e ao menino nada mais restava do que o auxílio de seu tio materno Eusébio Gomes Barreiros, coronel de engenheiros e com fama de ilustrado(5). Foi êle quem o ajudou até à conclusão dos preparatórios. Em 1836 veio para o Rio, onde se matriculou na Escola de Marinha.

Aluno e professor — a formação do Visconde do Rio-Branco realizou-se na Escola de Marinha e na Escola Militar. O fundamento, a base científica da sua cultura foi, pois, a Matemática. E nisso diferia da maioria dos homens públicos do Império, quase todos saídos das duas Faculdades de Direito. Pode-se encontrar no professor de Matemática muitos daqueles traços que depois fariam o sucesso do político: o raciocínio frio e imperturbável acima de qualquer sentimentalismo, o gosto da exatidão e do argumento objetivo acima do brilho da palavra ou da frase, a sobriedade e a simplicidade de gestos e atitudes acima de quaisquer ardores transbordantes; enfim, a justa medida, o equilíbrio, o autodomínio. Em política parlamentar, êle foi por excelência o dialético que retirava ao adversário tôdas as possibilidades de vantagem sem lhe transmitir a impressão de que o deixava vencido e perdido; em diplomacia, foi o negociador que obtinha tôdas as vitórias

(4) Barão do RIO-BRANCO, *O Visconde do Rio-Branco*, pág. 23, Rio, s/d.

(5) No seu esboço biográfico feito pelo Visconde de Taunay, o Visconde do Rio-Branco escreveu a lápis: “Meu pai deixou grande fortuna, mas disputada por um poderoso irmão que se considerava sócio e credor do finado. Nasci no berço da grandeza, mas ainda jovem a fortuna herdada por minha mãe e seus filhos passara para outras mãos em grande parte, e se consumira também por efeito das injustiças e despesas daquele pleito. Foi então que começaram as circunstâncias difíceis, sendo eu ainda estudante de preparatórios. Com os poucos recursos que nos restavam e o auxílio de meu tio Barreiros pude estudar.” (Cópia do Barão do RIO-BRANCO num caderno intitulado *Negócio de Família* — Arquivo do Itamarati).

para o seu país sem humilhar as outras nações, com que estava tratando, dando-lhes, antes, uma consciência de igualdade com o Brasil. Essa inteligência de dialético e êsse temperamento de negociador encontraram, com certeza, na ciência matemática uma substância de inigualável fôrça e resistência.

A ascendência dos Rio-Branco era genuinamente portuguesa. Na cidade do Pôrto e na Bahia estão as suas origens. Eduardo Prado examinou certa vez com o Barão do Rio-Branco, durante duas noites em Paris, a genealogia da família, querendo identificá-la nos suevos por ocasião da invasão dos bárbaros na Lusitânia. O Barão, porém, não levava muito a sério a discussão, sentindo quantos dados históricos faltavam para essa reconstituição dentro de um passado tão longínquo⁽⁶⁾. Mas o que êle não admitia era que se levantassem dúvidas quanto à pureza do sangue português na família. Quando um jornal de Paris — fazendo-se eco, aliás, da campanha levantada contra o Visconde por ocasião da Lei do Ventre Livre — noticiou que o estadista brasileiro descendia de uma escrava liberta, o Barão escreveu longa carta de retificação e desmentido indignado, na qual enumerava os seus avós portugueses, embora declarando logo no comêço:

Certamente que não haverá nada de desonroso para meu Pai se a notícia dada sôbre a sua origem fôsse verdadeira⁽⁷⁾.

Tanto ao Visconde como ao Barão — sobretudo ao Barão — tão apaixonados e conhecedores dos problemas ou das glórias militares, não agradava só a origem portuguesa, mas também que nas classes armadas do Brasil e de Portugal houvessem servido vários dos seus antepassados. Os Rio-Branco eram fisicamente figuras de porte e garbo militar, imponentes, vigorosos, de grande estatura, constituições de gigante: o Visconde e seu filho João Horácio com 1,95 m, o Barão com 1,85 m, os varões em geral com mais de 1,80 m. O Visconde do Rio-Branco — nascido em 16 de março de 1819, na Bahia — era filho de Agostinho da Silva Paranhos, do Pôrto, e Josefa-Emerenciana Gomes Barreiros. Josefa-Emerenciana era filha, por sua vez, do major de infantaria do exército português Emanuel

(6) Raul do RIO-BRANCO, *Reminiscências do Barão do Rio-Branco*, pág. 22, Rio, 1942.

(7) Existe cópia dessa carta no Arquivo do Itamarati.

Gomes Barreiros e irmã do Coronel Eusébio Gomes Barreiros. A avó materna do Visconde — Escolástica Conceição — era irmã de um coronel de artilharia, Joaquim Alberto da Conceição, e ambos filhos de um comandante militar, Joaquim Alberto da Conceição. O tio do Visconde, o coronel Eusébio Barreiros, foi professor de Matemática na Escola Militar, e engenheiro, a serviço do govêrno, em várias províncias; seu irmão, o general Antônio da Silva Paranhos, uma figura heróica na guerra do Paraguai, na qual entrou desde o começo, lutando sem interrupção até morrer, em 1870. Ainda militar na família era o major João Horácio, terceiro filho do Visconde, sem esquecer o próprio Visconde, do qual conhecemos um retrato de 1844, em que êle aparece com a sua farda de 2.º tenente do Imperial Corpo de Engenheiros. Uma família de militares, mas sem exclusivismo ou espírito de casta, sem qualquer preconceito contra a consciência civil da cidadania.

A mulher de José Maria da Silva Paranhos — casamento de 28 de janeiro de 1842 — era Teresa de Figueiredo Paranhos, filha de Bernardo Rodrigues de Faria, nascido também na cidade do Pôrto, e de Luísa de Figueiredo Faria. Em vez de militares, o antepassado mais ilustre dessa família era um desembargador.

A propósito dêsses antepassados militares — invocados pelo lado materno de acôrdo com o *partus sequitur ventrem*, do Direito Romano — argumentava o Barão na sua carta ao jornal de Paris:

Aquêles que conhecem a antiga legislação portugêsa sabem perfeitamente que um oficial do exército real não podia casar com uma escrava. Também não era fácil aos nativos da América, e aos que não pertenciam à velha nobreza, chegar aos graus elevados da carreira das armas.

O dia 20 de abril de 1845 caíra num domingo, e fôra por sinal um momento de grande tranqüilidade. Os jornais do sábado e da segunda-feira nada traziam de extraordinário. A não serem os anúncios, comuns naquele tempo, espantosos hoje, sempre característicos como êste que lembra a decadência, talvez a ruína de alguma família importante:

Vende-se, por muita precisão, um empalhador e lustrador, um cozinheiro de forno e fogão, um sapateiro, um pardo pajem e boleiro, um

fogueteiro, uma parda prendada, uma negrinha de 15 anos, de nação, com princípios de todo serviço de uma mucamba; uma preta cozinheira e lavadeira, e um preto para todo serviço.

— e que transmite todo um espetáculo do comércio de gente na escravidão. Ou um nôvo senhor a querer retomar o encanto de negra que êste anúncio sugere:

Fugiu uma preta que terá de idade 20 anos, de nome Maria, nação Rebôlo, estatura ordinária, cheia de corpo, olhos grandes, dentes bonitos, um sinal grande no pescoço; levava vestido de riscado amarelo com corpo de outra côr.

Mas ao lado — como a definir a separação entre as duas sociedades, a dos negros tornados bichos e a dos brancos de elite — lá estava o anúncio do livro da moda no pequeno grupo de letrados: *Histoire du Consulat et de l'Empire*, de Thiers.

O que mais chamava a atenção do estrangeiro nas ruas do Rio era a variedade de epidermes, de côres humanas, tôda a gradação dos produtos de raças em mistura. Negros e bichos enchiam, aliás, as vias públicas num espetáculo hoje pitoresco quando visto através das gravuras.

A cidade quase que se resumia no quadrado central de ruas em ângulo reto. A rua do Ouvidor — do *Ovidor*, como se dizia nesse tempo — já se tornara um centro de elegância e de comércio luxuoso. E em tôrno dela: a dos Ourives, a do Rosário, a da Alfândega, a de São Bento.

A Travessa do Senado — onde nasceu Juca Paranhos — ia do Campo da Aclamação à rua do Senado, antes rua do Conde de Rezende. Aquelas redondezas faziam parte do grande campo chamado de São Domingos, da antiga rua da Vala até os mangues de São Diogo. Existiam ali, outrora, denominações pitorescas e características: Caminho Nôvo, Caminho do Quebra-Canelas, Caminho Nôvo do Conde, Rua Nova do Conde.

Mas nesse pequeno centro urbano sentia-se a nação de vinte anos a se articular para uma existência independente. Depois da “experiência republicana” do período regencial — vinha agora a consolidação da monarquia constitucional. E com ela uma sociedade nova, a do Segundo Reinado, formava

os seus quadros políticos e literários. Uma grande geração de estadistas começa a aparecer na década de 1840-1850. Por sua vez, na ordem literária, assinalaria Sílvio Romero:

O decênio de 1840 a 1850 foi, talvez, um dos de maior efervescência literária havidos no Brasil⁽⁸⁾.

1845 está assim colocado dentro de um momento brasileiro de criação cultural e política.

Filho mais velho, teve o Barão do Rio-Branco oito irmãos: Maria Luísa, Amélia Agostinha, Augusta Amélia, Luísa, Maria Honorina, João Horácio, Pedro Maria, Alfredo⁽⁹⁾. Nenhum dêles sobreviveu ao Barão. Quase todos morreram cedo: Pedro Maria, com onze anos (o irmão mais velho dizia dêle que era o mais inteligente de todos); Augusta Amélia, com vinte e três anos; Luísa, com dezenove anos; Alfredo, com vinte anos, em Paris, depois de uma breve existência de boêmio que encheu a família de pânico, escândalo e desgosto. Dir-se-ia que logo ao filho mais velho o Visconde transmitiu todo o seu vigor físico, a saúde, a capacidade, as aptidões e talentos.

Ao Juca — como passou logo o menino a ser chamado para se distinguir do Pai — daria também a sua assistência mais constante e mais imediata, uma vez que não estava ainda de todo voltado para os negócios do Estado. Foi o seu primeiro professor; ia à tarde buscá-lo de volta da escola, quando Juca Paranhos fazia uma iniciação sentimental de mãos dadas com uma menina da sua idade⁽¹⁰⁾. Dizem que foi uma criança pouco expansiva, pouco risonha, vivendo desde cedo em concentração no seu pequeno mundo. De outro castigo não se lembrava Juca Paranhos senão o de o terem amarrado certa vez numa perna de mesa em postura de macaco. Dir-lhe-ia em carta, mais tarde, a Viscondessa:

Tu sempre fôste, Juca, o melhor dos filhos⁽¹¹⁾.

(8) SÍLVIO ROMERO — *História da Literatura Brasileira*, tomo terceiro, pág. 103, 3.ª edição, Rio, 1943.

(9) Diz o Embaixador Raul do RIO-BRANCO (*op. cit.*) que foram oito ao todo os filhos do Visconde. O Barão do Rio-Branco no caderno *Negócios de Família* escreve os nomes e as datas de nascimento de nove irmãos contando com êle. — Arquivo do Itamarati.

(10) Raul do RIO-BRANCO, *op. cit.*, pág. 26.

(11) Arquivo do Itamarati.

De resto, era tímido e reservado, e a sua fase posterior de mais alegria e exuberância não representou senão uma etapa de mocidade, não alterou de modo nenhum o feitiço real da sua natureza.

A iniciação no estudo das línguas — a portuguesa, a francesa, a inglesa — fê-la com o Visconde, que lhe acompanhava os estudos no colégio. Predileção nenhuma lhe veio tão cedo quanto a dos estudos de História. Menino, colegial, depois estudante de Direito, a sua vocação foi sempre para o estudo daquela matéria que seria a sua especialidade: a História, e, como consequência e extensão da História, a Geografia.

Para a educação social lá estava o salão da Viscondessa do Rio-Branco. Os salões do Império não tiveram, está claro, a mesma influência que os salões franceses; as suas damas não chegaram a centralizar movimentos literários nem foram ao ponto de contribuir para a criação de acontecimentos ou personalidades políticas. A nossa formação patriarcal faria que a literatura e a política fôsem aqui acentuadamente masculinas. Mas os nossos salões influíram na vida política pelo ambiente de cortesia, sociabilidade, espírito, boas maneiras, que nêles se criava⁽¹²⁾. Um Cotegipe, com o seu humor, brilhava ao mesmo tempo no Parlamento e nos saraus de São Clemente ou de Senador Vergueiro. Dos salões se ocuparam nos jornais — Machado de Assis, José de Alencar, Otaviano, Paranhos, o que mostra que êles impressionaram os espíritos.

No salão da Viscondessa do Rio-Branco⁽¹³⁾ Juca Paranhos adquiriu o gosto da elegância, a polidez, as boas maneiras, o encanto da conversa, a graça diante das senhoras, toda uma formação mundana e social que mais tarde, no Itamarati, faria dêle como que uma figura ressurgida do Império no meio dos costumes mais populares e democráticos da República. Desde menino, Juca Paranhos pôde ver de perto os

(12) Vide Wanderley PINTO, *Salões e Damas do Segundo Reinado*, São Paulo, 1943.

(13) "Frequêntavam a casa paterna, os primeiros entre os brasileiros da época. Aí reinava atmosfera da mais pura intelectualidade. A presença da futura Viscondessa do Rio-Branco não permitia descambarem discussões e divergências para a violência do vozerio de praça pública. Nesses salões, que não eram excepcionais durante o Segundo Reinado, aprendiam-se a cortesia, o respeito às opiniões alheias; as maneiras de apurado tom, que o Barão conservou até o último momento, nêles constituíam segunda natureza e tanto prendiam a quem com êle tratava." (Pandiá CALÓGERAS, *Estudos Históricos e Políticos*, pág. 204, 2.^a edição, São Paulo, 1936).

grandes do Império, as celebridades do momento, as glórias da época, generais, almirantes, ministros, chefes de gabinete.

O grande acontecimento de sua meninice, porém, seria a primeira viagem ao Rio da Prata, feita aos 7 anos. Que poderia êle saber da missão do Visconde, da importância daquele ano em Montevideú? Evidentemente nada. Muito menos saberia que estava vendo pela primeira vez o cenário onde mais tarde influiria como advogado do Brasil e ministro, alcançando tantos triunfos. Anos depois registrou a lembrança dessa viagem em um dos seus *Cadernos de Notas*:

A minha partida para Montevideú foi a 23 de novembro de 1852 a bordo do paquete *Prince*. Eu tinha 7½ anos. Fui em companhia de minha mãe e de minhas irmãs Luísa e Amélia⁽¹⁴⁾.

Jornalista no *Correio Mercantil*, e depois no *Jornal do Comércio*, com as famosas *Cartas ao Amigo Ausente*, começava o primeiro Rio-Branco a discutir as questões do Prata com a competência de um especialista. Era a época, também, em que a política exterior do Segundo Reinado tomava, nesse setor, posição definida e segura.

A história do Brasil não pode ser escrita sem o estudo de Portugal e do Rio da Prata, costuma dizer o historiador Tobias Monteiro⁽¹⁵⁾. Depois das lutas no tempo da Colônia e do Primeiro Reinado criara-se no entanto, em alguns estadistas mais velhos, uma espécie de timidez, de desejo de con-

(14) Tem havido dúvidas e controvérsias sobre as viagens do Barão do Rio-Branco ao Rio da Prata, quando menino e rapaz, em companhia do Visconde. Raul do RIO-BRANCO diz que a êste respeito a sua memória hesita, *op. cit.*, pág. 27. Tentemos um esclarecimento. Foram cinco, e não quatro, as missões de Paranhos no Rio da Prata, uma vez que da de 1869 regressou ao Brasil, viajando de novo para o Prata em 1870. As datas exatas: 1851, 1857, 1864, 1869, 1870. Da missão, como secretário, em 1851, resultou a sua nomeação para ministro-residente em Montevideú, em 1852. Mandou então buscar a família, e essa primeira viagem foi depois registrada pelo Barão num dos seus cadernos. Em 1857 o Visconde deve-se ter feito também acompanhar da família, pois no caderno *Negócios de Família* escreveu ao lado do nome de sua irmã Augusta Amélia: "n. 1857, em viagem do Sul para cá". Na seguinte, a família ficou no Rio (Juca Paranhos já era, aliás, acadêmico em São Paulo), como se vê neste trecho da biografia do Visconde escrita pelo filho, ao relatar as agitações provocadas pelo Convênio de 20 de fevereiro: "A noite a policia julgou conveniente cercar a casa do diplomata detido, e um destacamento de infantaria e cavalaria occupou os arredores e o interior da chácara, levando o susto e a consternação ao seio da familia do illustre brasileiro". *Op. cit.*, pág. 143. Na de 1869, Juca Paranhos acompanhou o Pai como secretário particular, sem caráter oficial na missão. Só na de 1870 foi que serviu como seu secretário, oficialmente, no prazo indicado neste trecho de um dos seus cadernos de notas: "Fui secretário da missão desde outubro de 1870 até março de 1871, cinco meses". — Arquivo do Itamarati.

(15) Conversa com o Autor.

temporização, de tendência ao princípio de não-intervenção. Os estadistas mais novos, como Paranhos, achavam, ao contrário, que a intervenção seria a única maneira de obter a paz entre o Brasil e os seus então turbulentos vizinhos da Argentina e Uruguai. Também êste era o pensamento do jovem Imperador. A sua orientação está por inteiro nesta frase:

Protesto contra qualquer idéia de anexação de território estrangeiro⁽¹⁶⁾.

Completada com outra dirigida ao Ministro Quesada:

Nenhuma mudança na geografia política da América do Sul⁽¹⁷⁾.

São frases-programas, cujo pensamento representou o lema do primeiro, Rio-Branco, como ministro do Império, e do segundo Rio-Branco, como ministro da República.

Alteração da geografia política da América do Sul era sem dúvida o sonho imperialista de Rosas: a constituição do vice-reinado do Prata, com a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia. Por sua causa houve a crise ministerial de 1849, pela qual se via que os "negócios do Prata" passavam a ocupar o primeiro plano. A demissão do Marquês de Olinda e a nomeação de Paulino de Sousa, Visconde do Uruguai, marca o momento em que se decide a orientação da política exterior do Segundo Reinado no Rio da Prata. Qual a tática, a estratégia dessa política? A íntima união do trabalho das forças armadas com o trabalho da diplomacia. Vencer Rosas e Oribe somente pelo peso da força brasileira seria criar nos vizinhos o desgosto de uma exclusiva intervenção estrangeira, o sentimento da vingança no futuro. O papel da diplomacia seria dispor os problemas e os quadros de tal modo que ficasse evidente que agíamos no sentido da libertação e da maior autonomia da Argentina e do Uruguai, e não da sua escravidão. Consistiu a tática da diplomacia imperial em obter alianças poderosas dentro da própria Argentina. Ligado aos governadores de Entre-Rios e Corrientes contra o de Buenos Aires, o governo brasileiro não contribuía só para libertar a

(16) Heitor LIRA, *op. cit.*, pág. 307.

(17) Vicente QUESADA, *Mis memorias diplomáticas*.

Argentina de um govêrno tirânico, mas também concorria para a sua unificação, para a sua unidade nacional. Lançava-a ao encontro de Mitre e Sarmiento.

A missão especial do Marquês do Paraná, que daqui seguiu em outubro de 1851, constituía uma expressão dessa política diplomática do Império. Para secretário, Honório Hermeto escolhera o redator das *Cartas ao Amigo Ausente*, no "Jornal do Comércio". Era um adversário político do Partido Liberal, mas Paraná colocava acima de tudo o seu realismo, e no caso presente a faculdade de estadista, a agudeza de olho que o levou tantas vêzes a "descobrir" os homens novos. Seria daí por diante o chefe, o mestre de Paranhos que passaria afinal do Partido Liberal para o Conservador, fazendo o mesmo caminho de Bernardô de Vasconcelos. Seria, pouco depois, eleito deputado pela influência do líder conservador e seu ministro da Marinha no gabinete da *Conciliação*.

Ao Marquês do Paraná coube assinar em Montevidéu o Convênio de Aliança entre o Império, a República Oriental e os Estados de Entre-Rios e Corrientes. Depois de Caseros, é ainda a diplomacia de Paraná, conjugada com Caxias e Grenfell, que obriga o nôvo govêrno uruguaio a cumprir os tratados de outubro assinados no Rio. Paranhos redige memorandos, realiza conferências, oferece sugestões, dá conselhos ao seu próprio chefe. Diria depois Bartolomeu Mitre que êle fôra "a alma dessa missão". Se outro fôsse o chefe, nada haveria de extraordinário nesta cena de um secretário colocado no primeiro plano. O que a torna excepcional é que um rapaz de 32 anos se tenha tornado "a alma da missão" de um chefe como Paraná — acostumado a só pensar por si mesmo, orgulhoso, autoritário, talvez a figura mais forte, mais ríspida e mais personalista do seu tempo⁽¹⁸⁾.

Mas a opinião de Paraná sôbre Paranhos era a mesma de Abaeté e Paulino de Sousa. Daí aquela pergunta feita em

(18) A opinião de MITRE coincide com a dos historiadores platinos, até mesmo dos mais insuspeitos em face da política do Visconde do Rio Branco. "Depois de Caseros ficou acreditado, na qualidade de plenipotenciário (19 de abril de 1852) Paranhos, "el coloso" da política imperial que havia sido a alma da missão do Prata de 1851, chefiada por Carneiro Leão. Desde então, êle se consagrou ao estudo das questões do Prata em conexão com os interêsses do Império, e chegou a ser por seu talento e erudição o diplomata mais eminente do Brasil." (CARLOS ONETO Y VIANA, *La diplomacia del Brasil en el Rio de la Plata*, pág. 103, Montevidéu, 1903).

1852, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros ao chefe da missão especial:

Qual das duas legações deve ser entregue a Paranhos, a de Buenos Aires ou a de Montevidéu?

Eram ambas difíceis para a diplomacia, e Paraná respondeu:

— Aquela a que V. Excia. ligar maior importância⁽¹⁹⁾.

Foi ao tempo de Paranhos ministro-residente em Montevidéu que sua família viajou para o Rio da Prata; e a sua ação diplomática, nesse tempo, iria depois ser retomada e completada pelo filho no caso dos limites com o Uruguai. Paranhos, ao mesmo tempo que acompanhava as lutas internas auxiliando o Uruguai até que este país atingisse um regime de estabilidade, procurava obter, vencendo as prevenções da imprensa e do presidente Giró, a execução dos Tratados. Voltavam a prevalecer as diferenças das antigas disputas entre demarcadores portugueses e espanhóis, e só a 22 de abril de 1853 Paranhos conseguiu a assinatura do Acôrdio, complemento do Tratado de 15 de maio de 1852, pelo qual “sendo o *uti-possidetis* a cláusula que deveria determinar o traço da linha divisória entre Chuí e São Miguel, essa linha devia correr entre os passos gerais dos mesmos arroios, descendo pela margem direita do São Miguel até a Lagoa Mirim, e que, por conseguinte, não tinha lugar o traço que pretendia o comissário oriental”⁽²⁰⁾. Ele resolvia assim uma pendência que vinha da demarcação de 1784; e esse acôrdio seria depois modificado e completado pelo Tratado Mirim-Jaguarão, em 1909.

De volta do Rio da Prata, com um nome tornado nacional através de tantos sucessos, iria Paranhos iniciar a sua carreira de homem de govêrno como ministro da *Conciliação*. Tinha apenas 34 anos, mas era já conhecida a sua competência para qualquer dêstes quatro ministérios: Marinha, Guerra, Fazenda, Negócios Estrangeiros, e a todos ocuparia depois.

Não lhe era mais possível acompanhar de muito perto a educação do filho. É ao cunhado, Bernardo Figuieredo de

(19) Anotação a lápis do Visconde do Rio-Branco no seu esbôço biográfico feito pelo Visconde de Taunay.

(20) Barão do RIO-BRANCO, *Visconde do Rio-Branco*, pág. 43.

Fariá, que êle entrega a tarefa de completar em casa a educação de Juca Paranhos, que aos dez anos ingressa no Colégio Pedro II.

Matriculado como meio-pensionista em 1856, no fim dêsse ano constava da sua fôlha de estudante:

Aprovado distinto em latim, português, francês e aritmética⁽²¹⁾.

Deixou de seguir regularmente o curso e não obteve, por isso, o bacharelato em letras do Colégio Pedro II. Resolveu concluir os preparativos em exames perante a Diretoria de Instrução Pública. Mas do Pedro II, dos seus professôres, das visitas do Imperador, guardou sempre afetuosa lembrança, gostando de evocar, em conversa, episódios da vida colegial.

As 17 anos, matriculou-se Juca Paranhos na Faculdade de Direito de São Paulo⁽²²⁾. Era uma turma numerosa a de 1862-1866, com 135 estudantes⁽²³⁾. Aos veteranos deve ter sido difícil fazê-los, a todos, recitar os versinhos que iniciavam os calouros na vida acadêmica, já em Santos:

*Juro e prometo
por esta zorra
que hei de ser burro
até que morra...*

Juca Paranhos apresentava na fisionomia, a êsse tempo, alguma coisa de frágil e até feminino. A sua beleza de adolescente era por demais delicada: alto, esbelto, quase magro, louro, a pele fina, côr-de-rosa nos lábios e nas bochechas. Usava cabelos longos, caídos para trás, e todo o seu aspecto físico estava revelando indecisão, a biológica indecisão característica dos adolescentes. A roupa tôda preta, com a solene

(21) Arquivo do Colégio Pedro II.

(22) Tem havido muitas referências ao segundo Rio-Branco como aluno da Escola Militar. É possível que se tenha feito confusão com o Visconde, pois a verdade é que não há qualquer documento que autorize essa afirmação. Ao general Paula Cidade declarou o diretor do Arquivo do Exército que na Escola Militar nada consta a respeito. (Paula CIDADE, *Conferência no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*). E Raul do RIO-BRANCO acrescenta: "Na biografia referida do general Liberato Bittencourt, achei uma referência discordante da que tenho sobre meu Pai. É a relativa à sua passagem pelo Colégio Militar, passagem a que êle nunca fêz alusão. Apaixonado pelas coisas militares, não a teria certamente omitido, se verdadeira."

(23) Nem Rodrigues Alves, nem Afonso Pena, nem Joaquim Nabuco, nem Rui Barbosa, nem Castro Alves foram colegas de Rio-Branco na Academia de São Paulo, como já se tem escrito mais de uma vez. Eles pertencem (uns desde o 1.º ano, outros vindo do Recife) à turma de 1866-1870. Em 1866, quando se matriculavam no 1.º ano, Juca Paranhos estava concluindo o curso no Recife.

sobrecasaca, salientava ainda mais a frescura do rosto quase de criança⁽²⁴⁾. Só os olhos já eram os mesmos: negros, densos, agudos, como que parados, num misto de tranqüilidade e profundidade. Seriam sempre a defesa das suas atitudes de reserva, observação e imperturbabilidade; a porta fechada contra os indiscretos; a chave do seu temperamento infenso a confissões e intimidades. Tôda a sua pessoa indicava o adolescente bem-nascido, sem angústias, sem nenhum desses complexos que agitam os insatisfeitos e os atormentados. Ao entrar no mundo não trazia nenhum propósito de ajuste de contas com o destino ou com os seus semelhantes. E agora, sim, na cidade estranha, longe dos pais, a Juca Paranhos poderia ser dita a frase de Raul Pompéia, na porta do Ateneu: *Vais encontrar o mundo.*

Era um mundo, com efeito, um mundo à parte, com os seus costumes, com os seus hábitos, com a sua moral, com as suas regras só para os iniciados, essa existência dos estudantes. Não havia nessa época o estudante-funcionário público, o estudante-comerciante, o estudante-homem prático. O que havia era o tipo particular e especial do estudante. Eles formavam no Recife ou em São Paulo mais do que uma classe ou corporação: uma casta, com as suas brigas internas, mas unida, solidária, íntegra como um corpo em face dos estranhos, do meio exterior. Os estudantes e a população fixa formavam duas entidades diferentes e, em certo sentido, até separadas. Eles davam à cidade a vida, a agitação, a alegria, a elegância, a cultura, mas também o escândalo, a desordem, a boêmia. Parece que em face dos estudantes atrevidos e tumultuosos a população ficava ainda mais reservada e fechada nos hábitos provincianos e convencionais de vida; que em face desse provincianismo e desse convencionalismo social ainda mais se excitava a imaginação dos acadêmicos, o gosto de escandalizar o burguês e o pacato, o desejo de se lhes mostrar superiores pelas atitudes originais e pela fantasia desbragada.

Nos meados do século, a boêmia acadêmica chegava ao apogeu com o clima do romantismo. Era o byronismo transposto para a província como escola, como sistema. As figuras

(24) Retrato de 1862.

de prestígio não eram aquêles que queimavam os olhos sôbre o Direito Natural ou a Economia Política, mas os poetas, os poetas da Academia: Álvares de Azevedo, Fagundes Varela, Castro Alves. A geração anterior à de Juca Paranhos tivera Álvares de Azevedo; a sua, Fagundes Varela; a seguinte, Castro Alves. Estudantes e poetas, os autênticos, eram os que praticavam o byronismo, na vida real ou na imaginação, amavam mundanas de categoria, animavam a arte dramática, como-viam os saraus com os versos declamados. Eles traziam para a cidade provinciana as novas escolas literárias, as modas mais recentes, a elegância audaciosa, a coragem de tôdas as novidades. Era nesse tempo o romantismo, era a calça *bôca de sino*, depois a *calça balão*, era o monóculo, era também o filósofo ou o poeta mais em voga na Côrte ou na Europa. Vindos de tôdas as províncias, e depois disseminados por tôdas as regiões, os estudantes do Recife ou de São Paulo foram, no plano da cultura e dos conhecimentos, agentes de ligação e comunicação entre meios distantes e diversos, com um caráter de desbravadores ou bandeirantes.

Emílio Zaluar — que conheceu de perto a vida acadêmica de São Paulo da época de Juca Paranhos — chegou a dizer, com muita argúcia:

Tirem a Academia de São Paulo e êsse grande centro morrerá inanimado.

Porque “a cidade de São Paulo é triste, monótona e desanimada”, e por isso deve ser vista nos seus dois aspectos:

A capital da Província e a Faculdade de Direito; o burguês e o estudante, a sombra e a luz, o *estacionismo* e a ação; a desconfiança de uns e a expansão, muitas vêzes libertina, de outros, e, para concluir, uma certa monotonia da rotina, personificada na população permanente, e as audaciosas tentativas de progresso, encerradas na população transitória e flutuante⁽²⁵⁾.

Era êste ambiente — espécie de Canaã para os estudantes — que Castro Alves cantava com enlêvo:

Tenho saudades... at de ti, São Paulo⁽²⁶⁾.

Mas a São Paulo dos acadêmicos, dos teatros, dos festivaes, e não a outra: a cidade triste, bem jesuítica na sua tris-

(25) Emílio ZALUAR, *Peregrinação pela Província de São Paulo*, Rio, 1863.

(26) Castro ALVES, *Obras Completas*, 1.º tomo, pág. 132, São Paulo, 1942.

teza, como se ainda estivesse sob o domínio da disciplina ascética e da frieza anti-mística dos padres da Companhia; a cidade das ruas estreitas e mal calçadas, dos edifícios pequenos, das mulheres quase sempre em casa num regime patriarcal de reclusão. Cidade, sobretudo, reservada, fechada, pouco jovial ou expansiva, mesmo nos dias de festas. Meio século depois, ao visitar a grande capital, o Barão do Rio-Branco, falando aos estudantes, também recordaria, para fixar um contraste, o "ar vetusto e calmo" da antiga cidade:

Revejo a cidade em que tive a fortuna de passar alguns dos melhores anos da minha vida.

A primeira *republica* em que morou Juca Paranhos estava instalada na rua do Riachuelo; mudou-se depois para a rua do Meio (hoje Rodrigo Silva), na esquina da popular ladeira "Beco dos Cornos". As *Repúblicas* formavam-se em geral de grupos de três, cinco ou seis estudantes, que alugavam casa de 30 a 50 mil réis por mês. Não era rico o então senador Paranhos, e o filho via-se às vezes em dificuldades de dinheiro. Ele próprio lembrava mais tarde, em Paris, a um sobrinho estróina:

Quando fui rapaz, acostumei-me também a viver com muito pouco porque meu Pai não tinha fortuna. Já lhe contei que, tendo casa, comida e roupa lavada, uma vez, em que me excedi um pouco, passei seis meses com 10\$000 apenas(27).

Eram regionais, em geral, as *repúblicas*: havia as dos mineiros, as dos fluminenses, as dos baianos. A de Juca Paranhos era heterogênea. Dos seus companheiros são conhecidos Francisco Veiga, depois político de Minas; Anastácio Teixeira de Sousa Bittencourt e Paulo Rodovalho Marcondes dos Reis(28); fala-se também em Heráclito Graça e José Marcelino(29). O seu companheiro mais próximo e mais constante era, porém, o gaúcho Graciano de Azambuja. Mas ninguém sabe que tivesse amigos íntimos ou confidentes. Ao contrário: colega agradável, sempre alegre, pronto para as festas e as

(27) Arquivo do Itamarati.

(28) Antônio CONSTANTINO, artigo em "O Estado de S. Paulo", 22 de dezembro de 1942.

(29) Foi companheiro de Rio-Branco numa *república* em Recife. (Informação de João Mangabeira ao Autor).

brincadeiras, guardava, no entanto, um ar de reserva para tudo o que havia nêle de íntimo. Até nos instantes de mais expansão seria incapaz de se abandonar a alguém, de se abrir aos outros. Ouvia mais do que falava, e a sua afabilidade não permitia a ninguém atravessar certos limites da cerimônia e da discrição. Era sem dúvida o pudor de si mesmo que já se fixava nêle como aspecto dominante do caráter.

Nada tinha, porém, do introvertido, do não-participante; logo se integrou na comunidade acadêmica, nos seus hábitos, trabalhos e prazeres. Precisavam os estudantes criar as suas próprias diversões na pacata e melancólica cidade provinciana. O que mais agradava a Juca Paranhos eram os banhos frios, ao ar livre, no Tamandateí, aos grupos, todos nus em pêlo. Também gostava dos passeios a cavalo à Penha, a Pinheiros, ao Barro Branco, ao Ipiranga, ou das excursões em canoa pelo Tamandateí ou pelo Tietê. Havia, além disso, o teatro, o circo, as corridas de cavalo, os bailes. Mas as festas que mais impressionavam, as que mais excitavam os olhos e a imaginação, eram as de Igreja: sobretudo o espetáculo de côres, de sons, de solenidade, de pompa, de multidão, oferecido pelas procissões, tedeuns e missas cantadas.

De tarde, Juca Paranhos teria as conversas das confeitarias, ou da casa *Garraux*, livraria nova, centro de reunião de estudantes e intelectuais; de noite, as serenatas: a flauta, o violão e o cavaquinho fazendo gemer o sentimentalismo brasileiro dos estudantes. Teatro não havia só o *São José*, de boa classe, mas o *Batuíra*, onde os rapazes recitavam versos, pronunciavam discursos e lançavam *bestialógicos*. Teatrozinho em que todos participavam do espetáculo com os diálogos entre os atôres e os espectadores⁽³⁰⁾.

O tempo, porém, não se consumia todo nas distrações; êle continuava a existir e prolongar-se para gerar o tédio ou o trabalho. Era o tédio, por exemplo, que êle gerava em Álvares de Azevedo:

Este silêncio convida mais ao sono que ao estudo, enlouquece e entorpece as imaginações.

(30) Almeida NOGUEIRA, *A Academia de São Paulo — Tradições e Reminiscências*, 2.^a série, São Paulo, 1907. — Spencer VAMPRÉ, *Memórias para a História da Academia de São Paulo*, vol. II, São Paulo, 1924.

Mas Juca Paranhos não era poeta, e aproveitava o silêncio da cidade provinciana para o trabalho e o estudo. Determinava dias certos na semana durante os quais ninguém teria forças para arrancá-lo dos livros. Acompanhava as aulas, preparava as dissertações e sabatinas, e sobretudo estudava a história do Brasil. Dêsse período acadêmico data o começo do seu patrimônio de erudito.

Nessa época de romantismo, vivendo em ambiente que estimulava a fantasia, adolescente de sensibilidade — não se sabe que houvesse feito versos ou qualquer página de ficção. Descobriu desde cedo qual era o seu ideal, e nêle concentrou as suas forças e possibilidades. Mesmo aos estudos de Direito não dedicou mais que uma atenção medíocre, embora fôsem distintas as suas notas. As suas dissertações, as suas provas escritas de estudante⁽³¹⁾ só revelam aplicação, conhecimento medido, e nenhuma originalidade, nenhum entusiasmo, nenhuma contribuição propriamente pessoal. Logo nas primeiras linhas do primeiro exercício adverte:

Vamos, pois, tomar pela rama o que em alguns autores lemos sobre o assunto, procurando alongar êste nosso trabalho o menos possível⁽³²⁾.

Naquela época o ensino acadêmico era ainda rotineiro, e Juca Paranhos não tem nenhum desejo de quebrar o tom geral. Provas como as suas são comuns entre os acadêmicos apenas aplicados e sensatos. Elas não revelam a personalidade de um estudante, mas a média de todos êles em conjunto, formam um documento da mentalidade jurídica dos estudantes no período 1862-1865.

O tema da dissertação de 17 de maio de 1862, na cadeira de Direito Natural, era êste: *É exata a distinção entre o Direito e a Moral?*

Juca Paranhos começa por distinguir “os deveres que se referem à liberdade interna” dos “deveres externos”, para afirmar:

A teoria dos deveres internos pertence à parte da filosofia que se chama Moral; a dos externos forma o que se chama Direito.

(31) As provas de Rio-Branco, ainda existentes, em número de seis, foram copiadas no Arquivo da Faculdade de Direito de São Paulo, e oferecidas ao autor pelo cônsul Heraldo Pacheco de Oliveira.

(32) Primeira dissertação de 1862.

Faz um desdobramento do tema, e conclui:

A Moral, pois, considera o motivo pelo qual uma ação é praticada. O Direito considera a ação em si mesma.

Cita muitos autores — Grotius, Oldendorp, Seldon, Hobbes etc. — mas de tal modo que indica só conhecimentos de segunda mão: “Seldon, Hobbes, Thomazius, Pufendorf, Wolf, Burlamaqui e outros entregaram-se a êsse estudo e lançaram grandes luzes sôbre o Direito”.

Em outra prova, a 12 de julho de 1862, apresenta o professor as seguintes questões: *O que são fontes de Direito? Quais são as fontes do Direito de Justiniano? Qual o valor que elas têm?*

Novamente, com os seus escrúpulos habituais, explica-se Juca Paranhos logo de comêço:

Nada mais poderemos fazer do que compilar, reunir o que sôbre a matéria temos lido, abreviando, quanto em nós couber, o que houvermos de dizer.

É um refrão em quase tôdas as dissertações. Na prova seguinte, que tinha por tema: *A prescrição é de Direito Natural?* — Juca Paranhos sustenta que “jamais poderíamos aceitar os princípios daqueles que querem derivar dum sentimento inato no homem, a prescrição, pois se assim fôsse teríamos que o Criador tivera dotado o homem com direitos que não estarão conforme à razão e à justiça”, e por isso “a prescrição é do Direito Positivo, mas não do Direito Natural”.

Numa prova do segundo semestre de 1862, sôbre a natureza da posse, termina assim, com ingenuidade de colegial:

Paramos aqui na fé de que cumprimos o nosso dever e ainda uma vez invocamos a benevolência do nosso ilustrado mestre.

Dos estrangeiros comerciantes residentes no Império — era a tese para a prova de Direito Comercial que apresentou no dia 26 de novembro de 1865.

Sem dúvida, a sua dissertação de maior interêsse e consistência foi a de 22 de junho de 1864, quando terceiranista. Sente-se que êle está vivendo o próprio pensamento, que lhe dá uma forma menos impessoal e menos didática. Também o tema era mais vivo e oportuno:

A doutrina do aviso de 21 de dezembro de 1855 e a consulta de 6 de março de 1854 podem harmonizar-se com a Constituição, 1.º Códice, *de communi servo manumisso* e Resolução n. 30 de 11 de agosto de 1837, parágrafo 1.º? O Aviso e a consulta citados prevalecem contra as disposições e praxe que estabelecem maiores favores à liberdade que à escravidão?

Juca Paranhos, como a maioria dos estudantes, é abolicionista, e por isto defende com certo ardor os favores à liberdade, contra favores à escravidão. Acusa o senhor que dificulta a liberdade dos escravos — afirmando que “já vai cabendo nos sentimentos do povo a imoralidade que há em tal procedimento”. E acrescenta:

Não pode esse senhor substituir o braço escravo pelo livre, cujo trabalho é, sem dúvida, muito mais aproveitável? Mas ainda mesmo concedendo (o que é muito) que isso ofende à plenitude do direito de propriedade não será ainda de imensa utilidade, sob qualquer ponto de vista, para o Brasil, a completa extinção da escravidão? Por certo que sim; e como imensas dificuldades se apresentam para que essa abolição se faça com a rapidez que era de desejar, por que se não deixará que ela termine vagarosa e parcialmente?

Eram idéias avançadas para o tempo, e Juca Paranhos, já apaixonado pela causa dos escravos, censura até os governos, na sua dissertação de estudante:

Infelizmente, por abusos de muitos ou de quase todos os nossos governos, têm sido expedidos avisos interpretando leis, o que é contrário à Constituição. Esta interpretação não é autêntica, vale tanto como a doutrinária, tudo mais é abuso.

Esta prova é sensivelmente superior às outras, o que se explica pela rotina do ensino e dos temas e pela indiferença de Paranhos em face de questões abstratas. Não haviam chegado ainda a São Paulo o cientificismo e o positivismo que iriam agitar as mais modernas questões jurídicas e sociais. O Direito Natural ainda exercia o seu domínio. É certo que não estava mais fechado no velho e exclusivo teologismo de Oudot e Taparelli; estavam em voga as citações de Belime e Ahrens. E a propósito de citações Juca Paranhos era tão cerimonioso como seria depois até com os amigos e auxiliares de confiança. Escrevia sempre “o Sr. Kant”, ou “o Sr. Ortolan”, ou “o Sr. Ahrens”.

Dos lentes, de então, guardou sempre lembrança especial das aulas e da figura de José Bonifácio, o Mõço⁽³³⁾, profes-

(33) *Caderno de Notas* — Arquivo do Itamarati.

sor de Direito Civil no terceiro ano. E não só a Juca Paranhos o vulto de José Bonifácio impressionava; êle foi o ídolo de estudantes como Nabuco e Rui. Era bem pouco professor, na verdade, e colocava as suas aulas fora de qualquer espécie de didatismo. Aulas que eram conferências — com a sala como de espetáculo, cheia de estudantes de outras turmas, de pessoas estranhas à Faculdade, advogados, políticos, intelectuais, tôda uma assistência extraordinária perante a qual êle jogava com os seus elementos de oratória e poesia. Os temas mais duros e frios de Direito Civil ficavam transformados pela imaginação e pela eloquência de José Bonifácio. Ele era poeta e homem de letras, acima de tudo, e essa mesma sensibilidade artística isolava-o na política partidária, colocava-o num círculo de quase permanente individualismo, o que é sempre aos olhos dos moços um sinal de superioridade, ao qual José Bonifácio acrescentava o idealismo, o desinterêsse, a fidelidade aos princípios e idéias.

Talvez o fato não tenha com isso ligação direta — mas o certo é que muitos dos seus alunos, os discípulos do seu liberalismo, seriam depois propagandistas e construtores da República. A partir de 1859 — turma acadêmica de Prudente de Moraes, Campos Sales e Bernardino de Campos — principiam a aparecer, na história da Academia de São Paulo, nomes de figuras ilustres, que não irão mais formar-se para estadistas do Império. São as gerações do regime republicano que entram a surgir nessa época.

Não encontraria nenhum professor como José Bonifácio na Academia de Direito do Recife, para a qual se transferiu no quinto ano, em 1866. O ensino ali, como em São Paulo, ainda se fazia em moldes quase exclusivamente jurídicos e literários. O movimento filosófico da chamada *Escola do Recife* estava apenas em gestação, e a mentalidade dominante apresentava aquêlê estado môrno de estagnação que caracteriza a véspera dos grandes acontecimentos revolucionários. Comte, Littré, Spencer, Haeckel eram nomes que os estudantes mais avançados pronunciavam com misteriosos acentos.

Ainda acadêmico, Tobias Barreto parecia de acôrdo com o espiritualismo em voga; em 1868 é que se lhe manifesta a inclinação para o positivismo; a sua atuação de renovador dos estudos jurídicos e sociais só datará verdadeiramente de

1882. E somente com Tobias Barreto a concepção jurídica de Ihering entra nos nossos estudos de Direito, ao mesmo tempo que um espírito de mais ajustamento entre a doutrina jurídica das escolas e a realidade social.

Teria havido alguma relação de amizade ou camaradagem entre o mestiço de gênio Tobias Barreto, já inquieto e ansioso nas suas idéias, e o filho do senador Paranhos, o elegante e tranqüilo Juca Paranhos, que não dá a ninguém a idéia do seu valor? É possível que não, pois os temperamentos e preocupações dos dois acadêmicos eram bem diferentes. Antes da sua revolução cultural — a colocação dos problemas sociais no plano jurídico, com a *Escola do Recife* influenciando a evolução do Direito, da crítica histórica e literária, todo o movimento intelectual do fim do século XIX — Tobias Barreto permanece algum tempo no primado da literatura. É pela literatura que essa geração começa a preparar-se para o próximo movimento político e filosófico.

Diz Clóvis Bevilacqua⁽³⁴⁾:

De 1863 a 1868 passou pelo Recife uma plêiade de inteligências, cheias de ardor juvenil, sedentas de glórias. Anuncia-se pela escola condoreira a futura *Escola do Recife*.

Poesia social, de caráter político, de inspiração patriótica, que a guerra do Paraguai estimula e fortifica. Dêsse ano de 1866 é o rompimento espetaculoso, com os duelos poéticos, entre os condores Castro Alves e Tobias⁽³⁵⁾. E foi nas férias dêsse mesmo ano que Castro Alves escreveu o drama *Gonzaga*.

Juca Paranhos mostra-se indiferente, ou ao menos não toma parte nessas agitações literárias. Muitos anos depois o seu colega José Marcelino recordava a austeridade precoce de sua figura de estudante, sempre às voltas com mapas e croquis. Lembrou:

Era flagrante a tendência de Rio-Branco para os estudos históricos e o seu interesse pelas questões internacionais⁽³⁶⁾.

Não sente pela literatura nenhuma inclinação especial. Está presente, no entanto, às aulas, sabatinas e dissertações,

(34) Clóvis BEVILACQUA, *História da Faculdade de Direito do Recife*, vol. II, pág. 83, Rio, 1927.

(35) Hermes LIMA, *Tobias Barreto*, pág. 13, Rio, 1939.

(36) Entrevista de José Marcelino no jornal "A Noite", em 17 de fevereiro de 1912.

e é possível que transmitisse aos colegas mais distantes ou menos agudos uma impressão de mediocridade e estreiteza de espírito. Nem sequer nos exames a sua aprovação chega a ter notoriedade ou brilhantismo: *plenamente*. Foi com esta nota que “Em nome, e sob os auspícios do muito alto e muito poderoso príncipe o senhor D. Pedro II, Imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil”, manda-lhe passar a carta de bacharel, “O Visconde de Camaragibe, Grande do Império, do Conselho de Sua Majestade o Imperador e Diretor da Faculdade de Direito do Recife, tendo presente o termo de aptidão, obtido pelo Sr. José Maria da Silva Paranhos Júnior, e de lhe haver sido conferido o dito grau no dia 21 de novembro de 1866 pelo Presidente e lentes que o examinaram e aprovaram”⁽³⁷⁾.

Levava do Recife, com a carta de bacharel, um rico presente da sorte: doze contos de réis de um bilhete de loteria.

Mas porque não se exteriorizava, recolhia com mais intensidade do que os outros o que na vida acadêmica havia de útil para a sua formação. Há os que dão tudo de si mesmo nos primeiros momentos e projetam a personalidade num só ímpeto de criação. O temperamento de Juca Paranhos era de natureza oposta: a dos que se concentram na juventude para uma criação de maturidade. Eles não se gastam cedo, não se dispersam em tentativas, mas absorvem em silêncio o ambiente, o clima exterior, para uma restituição futura. Estudante apagado e incharacterístico, Juca Paranhos realiza a sua formação nessa fase acadêmica, da qual nem parece participar.

O que êle conquista para sempre em São Paulo e no Recife é a mentalidade do bacharel, o espírito do liberalismo jurídico. Só essa influência de mocidade será capaz de salvá-lo do perigo do militarismo político, para o qual era atraído pelo culto da história militar. Será o bacharel, o conjunto da formação acadêmica, que sempre o levará a repelir qualquer idéia de ditadura ou desrespeito às leis⁽³⁸⁾. Por outro lado,

(37) Arquivo da Faculdade de Direito do Recife.

(38) “Não posso dissimular a emoção que experimento ao achar-me após tão longa ausência no recinto desta Faculdade que foi a minha *alma mater*, o lugar em que verdadeiramente aprendi as regras do Direito e do Dever.” (Do seu discurso de agradecimento à recepção da Faculdade de Direito de São Paulo, em 1908).

está vigilante desde cedo contra o perigo do bacharelismo: as fórmulas vagas, a frase vazia, o gôsto da palavra pela palavra. Era isso com certeza que o fazia abster-se em face dos movimentos acadêmicos. Nas suas provas e primeiros trabalhos históricos já se lhe define a preferência pela concisão, pela sobriedade de maneira e estilo, pela palavra como simples instrumento do fato ou idéia. É o anti-orador por excelência; a nossa oratória de tropos mirabolantes e gestos desmedidos causava-lhe pena e horror. Refugia-se na História, o que representa outro aspecto da sua formação: o de invocar a História, em tôdas as ocasiões, como um exemplo, a de dar ao passado um sentido moral e normativo para o presente.

Foi nos tempos acadêmicos, também, que êle iniciou o seu principal sistema educativo, o sistema que explica, nêle, a formação da personalidade: o domínio de si mesmo pela vontade. Não atribuía nenhum valor especial à inteligência e à cultura se não pudesse comandá-las como entidades solícitas e dóceis. Disciplina sôbre si mesmo e comando da vontade sôbre tôdas as faculdades — nisto consistiu, desde cedo, o seu exercício espiritual predileto.

Torna-se como que heróica, por exemplo, a sua luta íntima contra o romantismo, em cujo ambiente se formou e educou; e ascética a resistência contra o sibaritismo, tendência que sentia inata no temperamento. Do romantismo ficou-lhe apenas a preferência pelos poetas românticos, principalmente Musset, Vigny e Gonçalves Dias; do sibaritismo, o gôsto da boa mesa, dos ambientes luxuosos, das mulheres belas, das obras de arte requintadas. Mas um e outro em segundo plano, sem que se introduzissem na sua atividade política e nos seus hábitos de estudos e trabalhos, marcados pelo realismo e pela objetividade.

Ainda estudante, como defesa contra o prazer do confôrto, costumava dormir no chão uma vez por semana, usando como travesseiro um maciço volume de Direito; feria o seu apetite de *gourmet* e de *gourmand* com rigorosos jejuns, nos quais só bebia água, às vêzes café⁽³⁹⁾. Exercício espiritual de monge ou asceta.

Dir-se-ia que êste domínio absorvente da vontade será capaz de matar a sensibilidade, a intuição poética, o entusias-

(39) Raul do RIO-BRANCO, *op. cit.*, pág. 32.

mo, o sentimento. Em aparência, com efeito, o Barão do Rio-Branco era impassível, prosaico, frio, anti-sentimental. Mas nem sempre estão mortas as forças interiores que não se exibem em manifestações. Elas estão mais vivas, às vezes, entre as paredes da disciplina e da reserva. Porque não se banalizam — elas adquirem feição mais aristocrática, mais revestida de requintes e profundidades.

E este é o caso do segundo Rio-Branco. O tipo com que êle aparece na História é o do *homem lúdico* (40). Sim, o homem lúdico tem a sensibilidade, os dons poéticos, o entusiasmo, a flama, o sentimento, mas encobertos pela tensão, a reserva, a paciência, o autodomínio, a solenidade. O homem lúdico significa o homem que joga com astúcia e segurança, ao mesmo tempo. E o jôgo não se deve entender apenas na forma vulgar de um apetite frenético em busca de lucro imediato. Serve o jôgo, no seu sentido psicológico e sociológico, para fundamento de teorias estéticas e concepções de vida. O conceito lúdico fixa a existência como um drama, como um espetáculo de arte dramática, como um jôgo de personagens. E de tôdas as atividades políticas nenhuma tem caráter lúdico tão intenso como a diplomacia. Jôgo de homens, de multidões, de povos, de idéias, de problemas, de palavras. E como todos os jogos, êle exige ao mesmo tempo destreza e prudência, ímpeto e lucidez, pois tem as suas regras, e sair delas significa estar fora do jôgo. Do Barão do Rio-Branco pode-se dizer, pois, que foi o "homo ludens" da diplomacia brasileira.

Educou-se ainda na vida acadêmica para êsse equilíbrio, essa reação e movimento entre tendências opostas, sem o qual o jôgo diplomático fica sendo uma guerra feroz de leões em vez de um ajustamento racional entre povos. A sua ação completava-se, no conceito lúdico, pelo gôsto da *mise-en-scène* com que ampliava o brilho das suas representações nos atos políticos ou mundanos do Itamarati. Porque era historiador e era lúdico, com a consciência de que representava um papel para o futuro, não queria apenas a exatidão no espetáculo, mas a beleza, a pompa, a grandeza. Era a imaginação, fechada para os versos e a boêmia da vida acadêmica, que se abria de todo, depois dos cinqüenta anos, na ação política e diplomática.

(40) J. HUIZINGA, *Homo ludens*, México, 1943.

Capítulo II

Os primeiros trabalhos históricos. Influência da guerra do Paraguai. O Visconde do Rio-Branco e a Convenção de 20 de fevereiro. Primeira viagem à Europa. A França e a Alemanha em 1867. Início de vida prática: professor do Colégio Pedro II e promotor em Friburgo. Deputado: os discursos na Câmara. Iniciação diplomática: secretário de uma missão ao Rio da Prata.

MAS O ESTUDANTE que não fazia versos — que realiza durante esta fase acadêmica? Os primeiros trabalhos históricos, que o tornam logo respeitado em pequenos grupos de colegas mais votados para os estudos objetivos. *Plenamente* diante de uma banca examinadora — mas que nota atribuiria uma comissão de historiadores àquela biografia do Barão do Sêro Largo, escrita em 1865? Desde cedo, aliás, desde os tempos de colegial, vinha escrevendo e guardando suas composições. Colocaria depois, sôbre elas, anotações como esta:

Escrita quando eu era um menino de 16 anos. Não rasgo porque posso colhêr aqui alguma informação aproveitável⁽⁴¹⁾.

Disse Assis Brasil, em página evocativa:

Entre as relíquias que guardarei sempre, da generosa amizade com que me honrou, tenho um exemplar da obra de Titara sôbre os nossos conflitos do Sul; quase cada página dêsse livro único está literalmente coberta de notas, comentários, chamadas, esboços de mapas, figurinos históricos de soldados, caricaturas, garatujas, tudo obra de sua mão quando estudante em São Paulo⁽⁴²⁾.

(41) Arquivo do Itamarati.

(42) Assis BRASIL, "Discurso", *Revista Americana*, fevereiro de 1913, pág. 243.

Da sua bibliografia, o primeiro trabalho foi o artigo a propósito de Luiz Barroso Pereira, publicado no tomo XIII da *Revista Popular*⁽⁴³⁾. Pequeno estudo de oito páginas, em tom declamatório, um tanto vago, sem o senso histórico e o espírito crítico. Depois, em *Episódios da Guerra do Prata (1825-1828) — Apontamentos Históricos* — o progresso na forma e no conteúdo torna-se evidente. Publicou-os na *Revista Mensal do Instituto Científico*, com a letra X como assinatura⁽⁴⁴⁾. Juca Paranhos foi sócio fundador e segundo secretário desse Instituto Científico, associação de estudantes: a ata de sua fundação, feita por êle, traz a assinatura *Silva Paranhos Junior*. E já em 1864 — quando tinha apenas 19 anos — trabalhava com documentos inéditos como se vê neste trecho da introdução dos *Episódios*:

O nosso empenho é mostrar à luz da evidência — servindo-nos de documentos inéditos, que à custa de muitos esforços conseguimos reunir — que houve no decurso dessa guerra muito feito glorioso digno de figurar em lugar distinto nos fastos militares de nossa terra⁽⁴⁵⁾.

Mas a obra importante desse período — realização fora do comum em rapaz da sua idade — é o *Esbôço Biográfico do General José de Abreu, Barão do Sérro Largo*, escrita aos 20

(43) Escrito em 1861, quando estudante de preparatórios. Foi êste, portanto, e não *Episódios da Guerra do Prata*, o seu primeiro trabalho histórico.

“Desde os bancos do antigo Colégio Pedro II que comecei a interessar-me pelas nossas glórias militares conquistadas na defesa dos direitos e da honra da antiga metrópole e suas possessões e depois na defesa da dignidade e dos direitos do Brasil independente. O primeiro trabalho histórico que publiquei foi a narração da vida de um dos nossos heróis, morto em 1826 no seu pósto de combate. Os outros que dei à imprensa no meu tempo de estudante de Direito tiveram todos por assunto episódios desconhecidos ou mal conhecidos do nosso passado militar”. (De um Discurso de Rio-Branco, quando Ministro, numa visita ao 13.º Regimento).

(44) Ao lado do X, Rio-Branco escreveu depois num dos exemplares da Revista: “J. M. da Silva Paranhos, estudante do 3.º ano da Faculdade de Direito”. E numa das margens: “Tudo isto foi quando eu era um menino em 1864 isto é, um rapaz de 19 anos” (Exemplar da Biblioteca Nacional).

(45) Eis como êle explicava ainda os seus *Episódios* ao mesmo tempo que prometia continuar nos mesmos temas: “Não vamos nem temos a pretensão de escrever uma história; além de não caber nos estreitos limites de um artigo apresentar-se, ainda mesmo resumidamente, uma narrativa desses sucessos, — não nos sobram para uma tarefa dessa ordem, nem tempo, nem forças. Queremos, apenas coordenando os nossos apontamentos, descrever os mais importantes dentre êses sucessos, e tornar conhecidas algumas das mais belas páginas de nossa história; queremos tão-somente retificar alguns fatos, tão adulterados pelos articulistas e escrevinhadores do Rio da Prata. Talvez algum dia, com mais vagar e cuidado, daremos a lume uma história circunstanciada da guerra de 1825 a 28, trabalho que se tiver algum merecimento será devido apenas à importância do assunto.”

anos, quando cursava o quarto ano na Academia de São Paulo⁽⁴⁶⁾.

O assunto era nôvo, a vida de Sêro Largo — herói de guerras platinas que se batera dezenove vêzes em batalhas e salvara o Rio Grande, em duas ocasiões, da invasão estrangeira — bem pouco conhecida. E Paranhos Júnior começa justamente o seu trabalho por atribuir êsse desconhecimento ao fenômeno nacional da ingratidão da pátria em face dos seus grandes homens.

Nessa biografia — que deve ser considerada a sua primeira obra verdadeiramente histórica — Juca Paranhos apresenta, antes de tudo, uma consideração que podemos hoje tomar como a profissão de fé de um historiador no limiar da carreira. Profissão de fé típica de um temperamento de historiador era êste elogio do passado, em face da indiferença do presente, que se encontra logo na primeira página:

Nem o passado, nem o futuro do país atrai entre nós a atenção pública, que descuidosa se deixa absorver na contemplação dos sucessos e dos homens do presente. Para os acontecimentos do passado — dêsse passado ainda tão recente, mas tão útil em grandes exemplos e lições proveitosas — só há esquecimento e indiferença da parte de quase todos, e até escárnio e ridículo da parte de muitos. Nunca pertencemos ao número dos indiferentes, ou dêsses espíritos fortes; e é por isso que tentamos hoje esboçar rapidamente a biografia de um brasileiro ilustre, que consagrou sua vida inteira ao serviço da terra que o viu nascer, dando no decurso dêle as mais raras provas de amor e dedicação à pátria.

Termina a biografia invocando o futuro, a posteridade, como reivindicação de justiça para o Barão de Sêro Largo. Aos vinte anos, quando não se quer senão o presente, a existência visível e concreta, Juca Paranhos, nos arquivos e bibliotecas, pensa no passado e na posteridade.

Ele amplia o quadro da biografia passando da narração da vida de um homem para o cenário e os acontecimentos das guerras da época no Sul. E o que logo ressalta dessas páginas é a vocação do historiador militar: o diapasão aumenta, as palavras adquirem mais colorido e vibração, quando descreve batalhas e movimentos de exércitos. Já dispõe, nesse tempo, dos conhecimentos e da técnica necessários a êsse gêne-

(46) Publicada na *Rev. do Inst. Hist.*, tomo XXXI, parte segunda, 1868, págs. 62-135. Há na Biblioteca do Itamarati um exemplar com anotações posteriores de Rio-Branco, inclusive acréscimos e corrigendas.

ro histórico: indica a posição dos exércitos, as suas manobras, os seus movimentos, tudo em linguagem especializada. Transmite realmente a sensação de exércitos em luta, de multidões militares em movimento, e essa arte de trabalhar no papel com entidades coletivas é sem dúvida a mais difícil. Já revela o seu gosto da exatidão, do pormenor, do número, como se vê nesta nota:

A nossa divisão naval compunha-se: da corveta *Liberal*, de 24 bôcas de fogo (comandante o capitão-tenente Galvão)⁽⁴⁷⁾; brigue *Cacique*, de 18 (comandante capitão-tenente Antônio Joaquim do Couto); brigue *Guarani*, de 16 (comandante 1.º tenente Joaquim Guilherme); escuna *Leopoldina*, de 12 (comandante 1.º tenente Francisco Bibiano de Castro); e escuna *Sete de Março*, de 1 rodízio (comandante 2.º tenente Francisco de Paula Osório). A essa vitória naval não fêz menção o Sr. Conselheiro Pereira da Silva na sua recente *História da Fundação do Império*.

Mais de uma vez aparece o nome de Pereira da Silva com afirmações comp'etadas, retificadas ou contraditadas pelo jovem historiador. Descobriu, por exemplo, que Pereira da Silva fizera a descrição de uma batalha que nunca se realizara. Ele não se intimidava ante a opinião consagrada, e tem, em todos os casos, a coragem da sua própria opinião.

A propósito, por exemplo, da batalha de Ituzaingó — na qual morreu Sêro Largo — refuta a memória de Barbosa Machado e a versão dos que achavam que o marquês de Barbacena avançara com as tropas porque julgara o adversário enfraquecido pela fuga. Paranhos demonstra, apoiado em dados militares, discutindo princípios e elementos de estratégia, que o general brasileiro cometera um êrro, pois o recuo do exército de Alvear não podia ser tomado como fuga, mas como um golpe estratégico para concentrar o combate em local propício às suas fôrças, sobretudo de cavalaria.

Trabalho, sem dúvida, notável em si mesmo e extraordinário para um rapaz de vinte anos essa biografia de Sêro Largo. O estilo já contém a sobriedade e a firmeza do instrumento verbal do historiador. Se encontramos alguns lugares-comuns, um ou outro enfeite de gosto duvidoso, uma ou outra frase mais gorda — é que não havia ainda chegado ao total despojamento, à completa simplicidade da sua ascética maneira de expressão. Mas no processo de trabalho já se revela

(47) Na revista saíra impresso "Gavião"; Rio-Branco emendou para "Galvão". (V. exemplar no Arquivo do Itamarati).

o que será sempre: o historiador das pesquisas diretas nos arquivos. A sua biografia não repete outros autores, porque foi feita sôbre material de primeira mão. O que êle ambiciona desde já é a descoberta, o documento nôvo, a longa viagem entre velhos papéis de arquivos e livros raros de brasiliana.

Um acontecimento extraordinário — a guerra do Paraguai — teve o efeito de ampliar, com novos estímulos, a sua vocação de historiador militar. Alcançou-o na adolescência, na idade mais sensível às influências exteriores. Menos do que uma idade, a adolescência é um *estado*, e dêsse caráter decorre a sua possibilidade de se desdobrar pela vida inteira. A partir dos vinte anos é o prestígio dos chefes militares o que êle vê glorificado e exaltado por tôda parte: a popularidade concentra-se em figuras como Barroso, Osório, Caxias. O patriotismo adquire forma quase frenética, na guerra feroz de defesa; a atmosfera da época é tôda nacionalista, patriótica e militar. Ter dezenove ou vinte anos nos começos de 1865 significa uma ligação permanente com os acontecimentos da guerra, com os seus sentimentos, com as suas consequências.

Parecia haver alguma coisa misteriosa a ligar Juca Paranhos — como o Pai — às fronteiras brasileiras no Rio da Prata: os primeiros ensaios históricos, a guerra do Paraguai na mocidade, o debate dessas questões no jornalismo e nos livros, as soluções dos casos de limites, a atuação como ministro. Estadistas das fronteiras e dos problemas políticos do Brasil no Rio da Prata: os dois Rio-Branco.

A guerra do Paraguai — Juca Paranhos levou tôda a vibração de nervos e todos os dons de participação espiritual. Além disso, a seu Pai coubera fazer — na Circular-Manifesto de 26 de janeiro de 1865 — a comunicação do estado de guerra às nações amigas. Sente-se envolvido, sob todos os aspectos, pela atmosfera da época: o clamor das ruas, o entusiasmo popular, a firmeza dos políticos, o entusiasmo dos voluntários, a imprensa, as conversas, as manifestações.

Vibrantes e ruidosos estavam na primeira linha os estudantes. As “memórias” do Colégio Pedro II e das duas Faculdades de Direito falam, sem discordância, dos estudantes empolgados pela guerra, explosivos nos seus discursos, manifestos e artigos de jornal. Pelo menos no princípio — antes que a guerra entre numa fase de rotina e haja apatia e até enervamento — êste será o clima dominante.

Juca Paranhos acompanha os episódios da guerra, e a êle recorrem os colegas, informados dos seus conhecimentos militares. Começa desde então a colecionar mapas, descrições de batalhas, retratos, tudo o que seja documento sôbre as guerras no Rio da Prata, base inicial do arquivo para a sua projetada *História Militar e Diplomática do Brasil*. Deitado às vêzes no chão sôbre desenhos e mapas, êle explica a seus colegas a marcha dos exércitos e o desenvolvimento das batalhas, como o fará mais tarde, em Paris, com os filhos. Previu a vitória do Riachuelo na véspera, o que provocou espanto geral. Quando o coronel Drago, de Mato Grosso, chega a São Paulo para intensificar o voluntariado, Juca Paranhos está entre os acadêmicos que lhe promovem manifestações num comício. Aparece também o seu nome na comissão encarregada de redigir uma mensagem dos estudantes ao almirante Barroso depois de Riachuelo. Tudo indica, porém, que não lhe coube a redação do documento. Era por demais pomposo, palavroso, em estilo Rocha Pita; e o patriotismo de Juca Paranhos, ao contrário, nunca se exhibia em expressões tão revestidas de tropos⁽⁴⁸⁾.

Desde essa época o seu instrumento de expressão para os fatos contemporâneos era o jornalismo. E foi talvez o jornalismo — ao qual serviu em fases diversas, durante tôda a vida — que o salvou de uma perigosa confinção no passado, das atitudes saudosistas, da petrificação de mentalidade com que muitos historiadores se transformam em múmias. Poucos sentiram com mais intensidade a paixão, o gôsto sensual da vida presente, do que êsse historiador que às vêzes se fechava durante dias seguidos em velhos arquivos e bibliotecas. Da mesma forma que a educação de bacharel não lhe permitia ceder à vertigem do militarismo, o exercício do jornalismo não lhe permitia ceder à sonolência do historicismo. Êle mostrava o mesmo interêsse no estudo de um velho mapa e no comentário ou tópicos de imprensa sôbre o fato do momen-

(48) A mensagem foi publicada no *Sete de Setembro* e recentemente divulgada em artigo de Antônio Constantino ("O Estado de S. Paulo", 13 de janeiro de 1944). Aqui está um dos seus trechos: "Espancai agora, Xerxes ridículo, as águas do Paraná, ordenai-lhes que não murmurem eterna a memória do grande feito de honra! Enquanto o louco tenta impor silêncio à glória e malograr as ameaças do futuro, podeis dizer também, Sr. Chefe, com a sinceridade imponente do orgulho romano: "Eu sou uma legião". Era esta a comissão de redação: C. Thompson Flôres, R. L. Ribeiro, C. Lagos Fernandes Bastos, J. M. Silva Paranhos Júnior, Herculano Figueiredo Sousa.

to. Das suas excursões ao passado voltava sem poeira, sem resmungos, sem anacronismos, e mergulhava no tumulto e no vaivém dos contemporâneos, com a mesma modernidade e a mesma ânsia de viver. É possível que as suas duas paixões da vida — a do passado mais remoto e a do presente mais imediato — expliquem que as suas duas atividades intelectuais tenham sido a História e o Jornalismo.

Dois gêneros aparentemente opostos: aquêlê que se constrói sôbre as coisas mais velhas ou mortas e aquêlê que se realiza sôbre as coisas mais novas ou vivas. E no plano estrito da criação intelectual — o segundo Rio-Branco foi sempre historiador ou jornalista, sem qualquer confusão híbrida entre os dois gêneros, alternados em equilíbrio. Afinidades que se fixam e se definem na época acadêmica, sobretudo na fase da guerra com o Paraguai. Como historiador, êle estuda as antigas guerras no Rio da Prata; como jornalista, apresenta e discute os episódios contemporâneos da guerra contra Solano López.

Entre 1865 e 1870 deram-lhe a representação e a correspondência de *L'Illustration*, revista de Paris. Assinava às vêzes "Paranhos", outras vêzes usava um pseudônimo francês. Muitas fotografias publicadas na revista trazem a legenda: *D'après les croquis de M. Paranhos*.

Uma colaboração, a sua, que tinha caráter de reportagem no sentido moderno a descrição das últimas batalhas, desenhos, mapas, todo um apanhado dos acontecimentos, em que se destacavam o seu senso da oportunidade, a linguagem adequada, a ciência da informação jornalística. Antes de ser, nos comentários a Schneider, o historiador da guerra do Paraguai, êle foi o repórter das suas batalhas e efemérides sensacionais⁽⁴⁹⁾.

Logo no princípio da guerra um episódio com o senador Paranhos apaixonou o filho de modo extraordinário. Escreveu depois em um dos seus *Cadernos de Notas*:

O discurso de meu Pai no Senado sôbre a Convenção de 20 de fevereiro deu-me a maior emoção da minha vida no período acadêmico. Vi mais do que nunca quanto havia colocado a minha existência na dêle⁽⁵⁰⁾.

(49) Coleção de *L'Illustration* — Biblioteca Nacional.

(50) Arquivo do Itamarati

É possível que também este dia tenha sido o de maior emoção para o próprio senador Paranhos. Foi pelo menos o seu dia mais dramático, aquêle em que êle mais jogou com o seu futuro político e com a própria honra. Pois há sempre na vida do grande homem êsse momento de crise, o instante em que êle ganhará ou perderá tudo de uma só vez. Momento que para o primeiro Rio-Branco estêve concentrado na defesa, na justificação do Convênio de 20 de fevereiro⁽⁵¹⁾.

Nos fins de 1864 êle seguira em missão ao Rio da Prata, substituindo Saraiva, para resolver as complicações internas do Uruguai, acompanhadas com igual interêsse pela Argentina e pelo Paraguai. A Argentina, em hábil neutralidade a esperar o desenvolvimento da crise; o Paraguai, em atitude participante que o levou ao rompimento e à guerra com o Brasil. De tôdas as missões de Paranhos ao Rio da Prata era esta a mais difícil e complexa. No govêrno do Uruguai estava instalado o partido *blanco*, inimigo do Brasil; êle teria que apoiar a insurreição do partido *colorado*, com o general Flôres à frente, mas de modo a contar com a benevolência ou a aliança da Argentina e sem irritar as grandes potências que acompanhavam o litígio. Ao lado, ameaçador e poderoso, o Paraguai preparava a invasão de Mato Grosso.

Do Rio, o plenipotenciário só recebia instruções vagas de um gabinete — o gabinete Furtado — pertencente à situação liberal, seu adversário, portanto. Êle lembrou mais tarde, no discurso do Senado, que ao partir poderia ter repetido ao Imperador a frase de Villars a Luís XIV:

Senhor, vou combater os inimigos de Vossa Majestade, e deixo-vos cercado dos meus.

Foi a única censura que dirigiu ao monarca, a quem muitos atribuíram, aliás, a sua demissão escandalosa.

Aceitara o convite e a nomeação dos adversários porque defendia este princípio, exposto mais de uma vez, legado que passaria ao filho e ao próprio Ministério das Relações Exteriores:

Sempre professei e ainda hoje professo que a política externa não deve estar sujeita às vicissitudes da política interna.

(51) José Maria da Silva PARANHOS, *A Convenção de 20 de Fevereiro Demonstrada à Luz dos Debates do Senado e dos Sucessos de Uruguaiana*, Rio. 1865.

Era além disso apontado por tôda a gente como *o mentor da política diplomática no Prata*. Da sua generosidade como negociador dera testemunhos em 1856 e 1857 — em tratados com o Paraguai e a Argentina — e defenderia a sua orientação com esta fórmula de equanimidade:

O direito do Paraguai sôbre o seu rio é similar ao nosso sôbre o Amazonas.

O gabinete Furtado, ao escolhê-lo em 1864, não podia pois esperar dêle uma política feroz de aniquilamento do Uruguaí, nem numa política dessa espécie consistia o interêsse do Brasil.

Mas o gabinete Furtado, como grande parte da opinião brasileira, não tinha percebido as dificuldades de uma guerra com o Paraguai, nem imaginava quanto ela seria longa e terrível. Talvez a julgassem semelhante à nossa intervenção no Uruguaí. Iludia-os a todos o isolamento do Paraguai, o seu confinamento e reserva em face dos vizinhos. Ninguém conhecia em tôda a extensão o poderio militar dessa força de terra e mar organizada por Francia e pelos dois López.

Nenhum marinheiro em viagem, nenhum agente diplomático, nenhum paraguaio dava qualquer informação a respeito: cumpria-se com absoluta fidelidade a ordem de López, de manter sigilo acêrca dos recursos militares do país. Essa força, porque desconhecida, seria mais eficiente no momento em que êle se apresentasse para representar o papel de árbitro nos negócios do Prata. Daí a sua dobrada indignação, através de comp'icado processo psicológico, próprio dos ditadores, ao ver que a política do Brasil não attribuía a esperada importância ao seu protesto contra a nossa intervenção no Uruguaí.

Por outro lado, López, como grande parte da opinião argentina e uruguaia, estava convencido da nossa incapacidade para a guerra, certo de que o regime de ditadura e caudilhagem dispunha, na luta, de tôdas as vantagens sôbre um regime livre de monarquia parlamentar. Extremaram-se os incidentes até a guerra, nessa base de equívocos e desconhecimentos recíprocos⁽⁵²⁾. Tanto mais lamentáveis porque fôra

(52) Opinaria mais tarde, como historiador, o Barão do Rio Branco: "Quanto à intervenção do Paraguai na luta estamos persuadidos que poderia ser evitada se o gabinete de 31 de agôsto não tratasse com o mais soberano desdém o vaidoso ditador López, que se armava contra a República Argentina, e nenhum interêsse

o Brasil o campeão em favor da independência do Paraguai e continuava a ser o defensor da sua autonomia e crescimento no Prata.

Paranhos tinha agora uma visão direta e exata da complexidade da guerra que se abria. Como se concentrar, com exigências radicais e ferozes, contra o Uruguai, quando ele ia ser nosso aliado contra o Paraguai? Pode-se hoje imaginar o que teria acontecido se não houvesse sido assinado o Convênio de 20 de fevereiro, se Paranhos não houvesse alterado o propósito em que estava Tamandaré, sob a ordem do governo, de bombardear Montevidéu, com a opinião pública tão exasperada, já, com o bombardeio de Paissandu⁽⁵³⁾.

Pode-se prever, no mínimo, que o Brasil teria sustentado sozinho a guerra contra o Paraguai, sozinho talvez contra o Rio da Prata e contra a opinião européia e universal; e qual teria sido então o resultado? López deixaria talvez para depois o seu ataque a Corrientes (se isto era realmente o objetivo de sua política), pois se o realizou logo, foi porque conhecia a simpatia com que Mitre tinha recebido primeiro Saraiva e depois Paranhos. Mas a simpatia de Mitre pelo Brasil não seria capaz de levá-lo a contrariar todo o Rio da Prata, quando sob a indignação de um bombardeio desnecessário de Montevidéu. O que Mitre, aliás, procurou, até o ataque de Corrientes, foi salvaguardar a neutralidade argentina, da qual não teria saído, com certeza, se não fôsse a invasão do seu território.

Qualquer aliança com o Brasil provocava desconfianças e antipatias tanto na Argentina como no Uruguai. Apontava-se no Império o espectro do imperialismo. Estavam vivas, para explodir, em cada crise, as velhas desavenças e incompatibilidades dos espanhóis contra os portugueses, dos republicanos contra os monárquicos, toda uma série de conflitos que se aplacavam ou incendiavam conforme as circunstâncias. No seu ódio ao Brasil — que se prolongou por todo o tempo da

tinha em romper com o Brasil. Não se tratou de contraminar as intrigas dos agentes do governo blanco no Paraguai: foi êsse o grande erro." (*A Guerra da Triplíce Aliança contra o Governo da República do Paraguai*, por L. SCHNEIDER, 1.º vol., pág. 75, nota, Rio, ed. 1902).

(53) "Paranhos se manifestou desde o começo contrário à repetição dos sucessos ocorridos em Paissandu. A causa do Império estaria perdida, uma vez que tal medida produzia a explosão dos sentimentos republicanos dos povos da América, além das complicações que originava o ataque aos interesses neutros representados pela propriedade dos estrangeiros." (Carlos ONETO Y VIANA, *op. cit.*, pág. 237).

guerra até chegar à apologia de López — Alberdi, por exemplo, pregava qualquer união, de qualquer espécie, contra o Império:

Tôda república da América do Sul deve ser aliada natural de todo estado europeu ou norte-americano que tenha conflitos com o Brasil, e de antemão deve-lhe garantir o contingente moral de suas simpatias. Este contingente será mais do que moral quando o conflito tiver lugar entre uma república sul-americana e o Brasil⁽⁵⁴⁾.

Diante dêsse ambiente, com a Inglaterra interessada na sorte do Uruguai, com a opinião do Chile, Peru e Bolívia contra a guerra já desencadeada por Solano López — o trabalho diplomático de Paranhos consistia em obter simpatias para o Império, desfazer prevenções, destruir o argumento do imperialismo; e só poderia provar as suas intenções e propósitos com um ato de relevância. Esse ato foi a Convenção de 20 de fevereiro pela qual o Brasil — dentro de condições que os historiadores uruguaios julgam mesmo assim pouco generosas — desistia do bombardeio de Montevidéu. Esta solução, que o Gabinete Furtado não compreendeu logo, antolhado numa política de guerra que não se ajustava com os fatos, iria influir no curso e no destino de tôda a guerra do Paraguai. Em todo o Rio da Prata a Convenção de 20 de fevereiro foi julgada como um triunfo completo da diplomacia brasileira⁽⁵⁵⁾. Paranhos convertera, assim, a sua missão de guerra em uma missão de esclarecimentos e tentativas de alianças. Preparara o caminho para o Tratado da Tríplice Aliança.

No Brasil, ao contrário, surgia a sua demissão, revestida de uma forma inédita. Despedia-se o estadista como um empregado subalterno em publicação brutal do *Diário Oficial*:

O Govêrno Imperial resolveu dispensar da Missão Diplomática, que lhe estava confiada, o Conselheiro Paranhos. O acôrdo celebrado não atendeu tanto quanto devia às considerações que fizemos anteriormente. Contudo o Govêrno Imperial reputa de sua lealdade manter o que foi ajustado.

Estranha solução: o govêrno demitia o plenipotenciário e mantinha o convênio que êle havia estabelecido. Gabinete fraco, gabinete medíocre, o de Furtado deixara-se dominar pelos

(54) ALBERDI, *Escritos Póstumos*, vol. II, pág. 415, Buenos Aires.

(55) "A Convenção de 20 de fevereiro representa um nôvo triunfo da diplomacia imperial." (Carlos ONETO Y VIANA, *op. cit.*, pág. 251).

ciúmes e reclamações do Almirante Tamandaré, magoado porque não lhe coubera a direção diplomática juntamente com a direção militar.

Paranhos não se perturba com a demissão acintosa recebida num banquete, no momento em que se preparava para fazer um brinde à Imperatriz. Redige, nessa mesma noite, a carta *Aos Meus Concidadãos*, publicada no *Jornal do Comércio*. E voltando ao Rio pronuncia no Senado, a 5 de junho de 1865, o seu famoso discurso de defesa. Explica a solução conciliatória pela qual tinha poupado a capital uruguaia do bombardeio e da destruição, compara o seu feito com o episódio de Uruguaiana, testemunhado pelo próprio Imperador, expondo o que representara a convenção:

Eu considerava, senhores, a nossa posição debaixo de um ponto de vista elevado. O que tínhamos obtido pelo ato de 20 de fevereiro? Fizemos cair um partido e o governo representante dêsse partido, que nos eram adversos; bombardeamos a segunda cidade da República; da noite para o dia o Estado Oriental, nosso inimigo e aliado do Paraguai contra nós, tornou-se nosso amigo e aliado do Brasil contra o Paraguai; as nossas reclamações que motivaram a guerra estavam satisfeitas; assim apreciado o triunfo do Brasil eu entendia que o governo imperial podia ser generoso e grande sem quebra de dignidade.

Além disso, não participava do falso patriotismo, fechado na satisfação de si mesmo e no sonho de virtudes exclusivas; e lança perante o Senado, com o país em guerra, estas palavras que, mais do que quaisquer outras, dão a sua imagem:

Pois, senhores, não devemos também supor em nossos inimigos, a par de maus instintos, a par de suas paixões violentas, algum sentimento nobre, algum móvel honroso nas hostilidades que nos fizeram?! Não devemos também supor que alguns daqueles que combatiam contra o general Flôres queriam a autoridade legal do seu país, a ordem constitucional, a influência que julgavam mais benéfica à prosperidade do seu país? Não devemos sofrer que muitos daqueles que empunharam as armas contra nós considerassem injusta a guerra que lhes levava o Brasil?! E assim que se julgam e se resolvem conflitos internacionais? Sòmente nós compreendemos o que é justiça, sòmente nós temos moralidade, sòmente nós temos patriotismo; aos nossos inimigos devemos negar tudo, elles só têm instintos ferozes, paixões condenáveis!⁽⁵⁶⁾.

(56) Dizia no momento Andrés Lamas: "Que mais queria o Brasil? Que, sendo possível uma solução inculenta, os canhões brasileiros fizessem ruínas da cidade de Montevidéu e dos interesses nacionais e estrangeiros que ela encerra?"

Falando de si mesmo, por fim, Paranhos reveste-se de altivez e desdém para se dirigir aos ex-ministros Furtado e Dias Vieira, presentes à sessão:

Nunca dei nem darei a ninguém o direito de tratar-me como a um laçao (...). De sorte que posso hoje dizer com desvanecimento que a demissão que recebi dos senhores ex-ministros foi para mim muito mais honrosa do que a sua nomeação.

O seu discurso demorou oito horas, e diziam os ouvintes que ao terminá-lo, à noite, Paranhos estava sem sinal de nervosismo ou cansaço. Obtivera com êle o seu mais completo triunfo parlamentar. Mudara-se logo para o seu lado a opinião pública e o próprio Imperador; e não é de duvidar que nas deferências especiais com que o chefe de Estado passou a distinguir Rio-Branco houvesse realmente um pouco de desejo de reparação, de sentimento de remorso⁽⁵⁷⁾. Ele conseguira virar a derrota pelo avêso, e havia bem razão para que Juca Paranhos sentisse com êsse episódio a grande emoção confessada no seu *Caderno de Notas*. Foi nesse dia também que Machado de Assis lhe fixou a figura na página de *O Velho Senado*:

Galerias e tribunas estavam cheias de gente; ao salão do Senado foram admitidos muitos homens políticos ou simplesmente curiosos. Era uma hora da tarde quando o presidente deu a palavra ao senador por Mato Grosso; começava a discussão do voto de graças. Paranhos costumava falar com moderação e pausa; firmava os dedos, erguia-os para o gesto lento e sóbrio, ou então para os punhos da camisa, e a voz ia saindo meditada e colorida. Naquele dia, porém, a ânsia de proferir a defesa era tal, que as primeiras palavras foram antes bradadas que ditas: *Não a vaidade, Sr. Presidente...* Daí a um instante a voz tornava ao diapasão habitual, e o discurso continuou como nos outros dias. Eram nove horas da noite, quando êle acabou; estava como no princípio, nenhum sinal de fadiga nêle nem no auditório que o aplaudiu. Foi uma das mais fundas impressões que me deixou a eloquência parlamentar⁽⁵⁸⁾.

Não se estudava mais em Coimbra; uma viagem no entanto à Europa constituía uma forma de educação, um complemento para o título de bacharel. Juca Paranhos fêz a sua em 1867,

(57) Joaquim NABUCCO, *op. cit.*, vol. II, pág. 135.

(58) Machado de Assis, *Páginas Recolhidas*, pág. 165, Rio, 1938.

com o dinheiro do bilhete de loteria e mais um pequeno auxílio do Pai. Durante alguns meses viajou longamente pela Europa: Portugal, França, Alemanha, Áustria. O senso histórico levou-o em Portugal a deter-se no norte do país, no território que havia sido o dos antepassados da família Paranhos. Recém-formado, quis ver de perto a vida universitária de Coimbra, mas no Pôrto sentiu, com certeza, como que uma recuperação do passado, um sentimento mais direto da presença dos avós. No entanto, escreveu depois que na França e na Alemanha, em vésperas da guerra de 70, colocava o seu principal interesse. E dessa primeira viagem data a sua simpatia pela França, sentimento que se manterá sempre inalterado, mesmo na fase de mais entusiasmo pela Alemanha.

A França bonapartista de 1867 estava em esplendor; todo o seu aparato de força e progresso não fazia prever o episódio de Sedan. Era um momento eufórico para o otimismo da burguesia. Pois a despeito de tôdas as revoluções a fisionomia exterior da França tinha mudado pouco entre 1789 e 1848. Paris continuara a ser uma cidade mais ou menos medieval, com as ruas estreitas e tortuosas, dominada por Notre-Dame. No país, as comunicações não eram intensas; o comércio com o exterior, ainda bastante modesto. Um estrangeiro que houvesse conhecido essa França não reconheceria a França de 1867 que Juca Paranhos estava visitando.

A revolução econômica havia então ampliado a revolução política. Chegava a burguesia à terceira e vitoriosa etapa: pela revolução de 1789, obtivera os direitos políticos; pela revolução de 1830, apoderara-se do Estado; pelo golpe de estado de 1852, submetera o Estado aos negócios. E nessas transformações também o vencedor se havia transformado. Os vitoriosos da Grande Revolução, de modo geral, tinham sido os camponeses transformados em proprietários do solo. Seus representantes em Paris haviam sido os intelectuais, os advogados, os "clérigos" que se apossaram dos privilégios da aristocracia: personagens de Stendhal. A Grande Revolução estabilizara o "fundo agrário" da França. A classe dominante passara a ser a dos grandes proprietários, não-aristocráticos, com o seu séquito de advogados, banqueiros, negociastas e notários. Foram os vencedores de 1830 e as colunas da monarquia: o universo de Balzac. Empolgados pela revolução econômica,

êles abandonam o poder a Napoleão III e seus aventureiros: o mundo de Zola.

Do Havre, já o pôrto principal da França, Juca Paranhos segue para a capital em trem do *Chemins de Fer du Nord*, criação do Segundo Império, como todo o sistema ferroviário da França. Começa daí a sua admiração à obra napoleônica. Como se transformara a cidade! Em Paris, logo ao desembarcar, encontrava o monumento talvez mais significativo do Segundo Império: o edifício da Estação do Norte, sóbrio e escuro, enfeitado por várias alegorias em pedra, de um gôsto pomposo e duvidoso. Prossegue, e alguns minutos depois contempla os "boulevards", grandes ruas uniformes, a crescer com a febre da especulação imobiliária. Ali uma praça, onde se ergue a igreja de São Vicente de Paula, estilo neogótico, sempre mostrada aos estrangeiros como glória da arquitetura da época; ela sugere também quanto o Imperador deve ao apoio dos católicos, o que o leva a ostentar uma devoção hipócrita, em contradição escandalosa com o nível moral da côrte. Adiante, a rua Lafaiete, a rua de La Paix, cheia de edifícios bancários e comerciais; a praça da Ópera, a maior obra de arquitetura do Imperador, o centro do luxo europeu, o lugar dos espetáculos para uma sociedade internacional: a Grande Ópera. Depois, a Bôlsa, dir-se-ia "a grande ópera de todos os dias", e enfim, as Tulherias, o palácio imperial, com o seu parque aberto ao público. As ruas que ligam o nôvo arrabalde ao nôvo centro são novas. O Barão de Haussmann, prefeito do Sena, havia, em poucos anos, transformado a cidade. Fêz demolir "faubourgs" inteiros para abrir espaço aos "boulevards" e grandes edifícios. E criou um quadro dourado para o brilho da côrte napoleônica.

Um desejo de Paranhos era conhecer o Duque de Morny, que êle considerava a figura mais inteligente do Segundo Império, porém que havia morrido dois anos antes. O centro da Côrte era, na verdade, a Imperatriz. Ela fêz esquecer a sua origem espanhola, e encanta os parisienses pela beleza. Mas nesse momento o seu prestígio não se acha tão sólido. A população dos "boulevards" começa a irritar-se com os escândalos da côrte. A imperatriz entra a ser indicada nas suas responsabilidades: reprovam o seu clericalismo, apontam-na como principal instigadora da desgraçada aventura mexicana, que

termina, nesse mesmo ano, com a morte do imperador Maximiliano. A imperatriz é o assunto predileto da oposição.

Para a experiência de Juca Paranhos não havia só, na França, um brilhante mundo oficial: lá êle também podia acompanhar o processo da luta oposicionista. Oposição que aumenta todos os dias. Ao lado da tímida oposição do "Corpo Legislativo" há a vigorosa resistência dos republicanos. Dentro da côrte, descuidada nas festas e prazeres, o próprio Napoleão está inquieto. Velho conspirador, êle conhece os sinais perigosos, e tenta, por isso, obter a unidade nacional, num liberalismo postiço, com o ôlho na Bélgica e na Renânia, onde tem aspirações que Bismarck acompanha vigilante.

A Paranhos também é dado estar presente à germinação do nôvo movimento francês nas letras e nas artes, do qual é possível que não se tenha capacitado, porque não lhe interessava diretamente. Em 1867 está no auge a separação entre a arte oficial dos acadêmicos e a arte renovadora dos jovens, com a morte do romantismo. Victor Hugo está exilado, e aguarda a sua hora. A arte oficial vence com o dinheiro: na arquitetura pomposa, nos imensos quadros históricos, na frívola pintura de "sociedade". Mas, no silêncio dos *ateliers* e dos cenáculos, outra arte se forma. O "Parnaso Contemporâneo" vence rapidamente; os Leconte de L'Isle serão os poetas oficiais de amanhã. E, no seio do Parnaso, os germes do simbolismo: Verlaine. Estão-se movimentando também os jovens pintores: Manet, Monet, os Degas, os Renoir, os chefes futuros do impressionismo. Seus quadros, retratando as festas mundanas, os passeios populares, as damas em elegância de crinolina, são ainda hoje testemunhos fiéis das maneiras e costumes no Segundo Império. Pelos *ateliers* anda então um jovem escritor que será mais tarde o cronista e o romancista dessa época: Emile Zola.

No teatro estão em voga as peças de Augier e Dumas Filho e as operetas de Offenbach. Com a associação musical de impressões que sempre nos leva a recordar uma velha música quando nos lembramos da sua época — Juca Paranhos terá nos ouvidos a música de *La Vie Parisienne*, de Offenbach, sempre que lhe vinha à memória sua primeira estada em Paris. Também não esqueceu as noites alegres passadas no *Folies Bergères* e no *Bouffes Parisiennes*, que no momento deliciavam o estrangeiro.

Foi essa aparência de esplendor e grandeza a impressão que Juca Paranhos recolheu da França napoleônica, que, no entanto, já estava gasta e vencida interiormente. Impressão que era a dos estrangeiros em geral diante da grande Exposição Universal de Paris nesse ano de 1867. Paris torna-se nessa ocasião, mais do que nunca, o centro mundano da Europa; o czar e o rei da Prússia, acompanhado de Bismarck, aí estão presentes. Também Juca Paranhos poderia depois contar aos amigos que estava participando da última hora feliz da França napoleônica.

Do outro lado paira a sombra de Bismarck sobre a Alemanha. Paranhos Júnior visitou, em primeiro lugar, a Alemanha mais característica, aquela região que já estava ameaçada pela planificação prussiana: os pequenos estados do Sul, com as residências pitorescas, as universidades locais, a cultura particularista ao mesmo tempo que humanista. Mas estes estados já haviam concluído com Bismarck tratados de aliança, pelos quais, em caso de guerra, colocariam os seus exércitos ao serviço do rei da Prússia. Bismarck prepara-se para a guerra. Ele conhece as ambições de Napoleão III sobre as regiões alemãs da Renânia, e sabe que a unificação política da Alemanha não será possível senão após uma guerra contra a França.

A Alemanha de 1867 ainda está bem pouco industrializada. É um país agrário e pobre. Berlim não significa mais do que um centro administrativo e militar, sem fisionomia particular. Grandes centros culturais, que nenhum estrangeiro deixava de visitar, eram Dresde e Munique. Durante os períodos clássico, romântico e liberal, Dresde fôra o verdadeiro centro da Alemanha, sobretudo o centro literário e artístico, com a ópera, o teatro real, a galeria de pintura, onde estava a *Madona Sistina* de Rafael. Mas, com a entrada da Saxônia na *Federação do Norte*, Dresde prussianizava-se. O novo centro era agora Munique. Luís II, rei da Baviera, revelava-se romântico exaltado e mecenas. Ficaria louco, em seguida: fazia funcionar os teatros só para si, como único espectador, edificava castelos imensos, e acabou afogando-se num lago depois de ter assassinado o seu médico. Mas em 1867 esta loucura estava apenas latente; a cidade de Munique, que Paranhos visitou, brilhava como centro alemão. Wagner aí reorganizava a ópera;

os pintores Lenbach e Piloty, muito pomposos, instituíam uma escola de pintura que rivalizava com a arte oficial do Segundo Império. Munique tinha o aspecto de uma sub-Paris. A Alemanha, contudo, não era ainda uma potência internacional, e o seu povo conservava, em grande parte, o antigo caráter pequeno-burguês.

De volta da Europa, Juca Paranhos começa a preocupar-se com a sua carreira. Tinha de escolher uma profissão, um ofício, uma atividade. A entrada no Instituto Histórico vinha colocá-lo diante do Imperador, tão assíduo às sessões das 18 horas, dando-lhe oportunidade de revelar os conhecimentos históricos. Era quase um menino quando entrou para essa instituição, a que o Imperador, com a sua velhice prematura, emprestou desde o comêço um caráter de invariável austeridade. Fôra proposto sócio a 22 de novembro de 1866, na mesma sessão em que Pereira Pinto fêz a leitura do seu trabalho *Limites do Brasil*⁽⁵⁹⁾. Ofereceu como título para admissão o *Esbôço Biográfico do General José de Abreu, Barão do Sêro Largo*. O parecer da comissão — composta de Perdigão Malheiro, Cláudio Luís da Costa e Manuel Duarte Moreira de Azevedo — foi transmitido ao Instituto em sessão de 24 de outubro de 1867⁽⁶⁰⁾ sendo Paranhos aclamado sócio em novembro dêsse mesmo ano e empossado em 19 de junho de 1868.

Na sessão de 22 de maio de 1868 — sessão, como as outras em geral, com a assistência do Imperador — o 1.º secretário, cônego Fernandes Pinheiro, lia para os seus colegas um trecho do trabalho do jovem historiador⁽⁶¹⁾. No parecer do relator Perdigão Malheiro havia êste trecho, com que ficou encantado e honrado o nôvo sócio:

Alí não se lê apenas uma biografia e menos um esbôço, e sim, a largos traços, episódios interessantíssimos de nossas guerras no Rio da Prata e nas quais tão grande parte coube ao Barão de Sêro Largo, nem é uma simples narração, nem a reprodução irrefletida do que a tal respeito já se acha publicado. A investigação histórica e a crítica presidiram a êsse trabalho, onde se tiram a limpo alguns pontos duvidosos e outros mal apreciados ou não investigados⁽⁶²⁾.

(59) *Revista do Instituto Histórico*, tomo XXIX, Atas das sessões de 1866.

(60) *Revista do Instituto Histórico*, tomo XXX, Atas das sessões de 1867.

(61) *Revista do Instituto Histórico*, tomo XXXI, Atas das sessões de 1868.

(62) *Revista do Instituto Histórico*, tomo XXX, Pareceres.

A entrada no Instituto Histórico, no entanto, podia ser um título social ou científico, mas não uma carreira de vida prática. E o que haveria de melhor do que o professorado, do que passar diretamente a outros os seus conhecimentos de história e geografia? Justamente nessa época havia uma oportunidade: a cadeira de História e Corografia do Brasil no Colégio Pedro II, vaga temporariamente, enquanto estivesse com funções na Câmara o titular efetivo, Joaquim Manuel de Macedo. Não lhe foi nada difícil a nomeação, em caráter interino, feita a 23 de abril de 1868.

Voltava como professor ao colégio de que tinha saído aluno tão pouco tempo antes. Dos atuais companheiros de professorado — alguns haviam sido seus mestres da véspera. E como a sua cadeira fôsse da última turma, o 7.º ano, mais parecia um colega entre os discípulos. Estes eram, aliás, em pequeno número: cinco no internato e cinco no externato, sendo que somente sete receberam nesse ano o bacharelato⁽⁶³⁾. Das nove às onze lá estava na sua cadeira: três dias no internato e três dias no externato. Era assíduo e pontual, e nem podia ser o contrário, pois sobre a instituição pairava vigilante a fiscalização direta do Imperador, visitando as classes, examinando professores e alunos, com um sentimento de participação que deixou histórico em frases características: “Se não fôsse rei, queria ser professor”; ou então: “Eu só governo duas coisas no Brasil: a minha Casa e o Colégio Pedro II”⁽⁶⁴⁾.

Mas a verdade é que a função de professor não correspondia às aspirações de Juca Paranhos, ao seu desejo de realizar alguma coisa fora do habitual e da rotina. Nas incômodas viagens a São Francisco Xavier para as aulas no internato, ia pensando talvez que o melhor seria não se deixar prender a um cargo que não lhe dava grandes possibilidades, nem lhe pertencia definitivamente, e que o mais acertado era pedir demissão. E foi o que fez em 18 de julho. Passara menos de três meses na cadeira. Quase nada demoraria também na promotória pública de Nova Friburgo, para a qual entrou em fins do mesmo ano.

(63) Escragnolle DORIA, *Rio-Branco e a Sua Primeira Função Pública: Professor do Colégio Pedro II* — *Revista Americana*, abril, 1913, pág. 35.

(64) Escragnolle DORIA, *Memória Histórica do Colégio de Pedro Segundo*, Rio, 1937.

Por que havia de se prender a pequenos cargos, interinidades, aprendizados no interior? Em 1868, com a queda de Zacarias e dos “progressistas”, começava o domínio da situação conservadora. Dia a dia ela se tornava mais sólida, e tudo indicava que teria duração porque se rearticulava no ostracismo e dispunha agora do apoio da Coroa. O senador Paranhos já principiava a ser apontado como o líder de maiores possibilidades entre os conservadores; o aparelho de exame do Imperador estava agora colocado sobre ele, prestes a apanhá-lo para o comando, e a Juca Paranhos, recém-formado, com vinte e três anos e o prestígio de uma viagem à Europa, historiador austero no Instituto e rapaz elegante na rua do Ouvidor, todos previam com facilidade uma brilhante carreira política à sombra do Pai.

Pela influência do Pai, com efeito, entrava Juca Paranhos para a Câmara dos Deputados na legislatura de 1869. Deu-lhe posse, a 15 de maio, o presidente do momento, o Visconde de Camaragibe, de cujas mãos tinha recebido pouco antes no Recife o diploma de bacharel. Mas também não sentia nenhum gosto especial pela política partidária; julgava, além disso, que não lhe cabia outra função além de servir o Pai, apagando-se por detrás d'ele. Para vencer na política imperial seria antes de tudo necessária a vitória no Parlamento. Era este, porém, um aspecto em que se mostrava completamente diferente do Visconde: a ausência de dons oratórios. Como se impor sem eles num ambiente em que especialmente a tribuna parlamentar criava os líderes dos partidos e os ministros? Nada lhe custava mais, nada lhe era mais penoso, do que tomar a palavra na Câmara. Mesmo assim, no recinto da Câmara, ouviu de Martinho de Campos, seu adversário, o seguinte elogio: “O nobre deputado é um môço de distinto merecimento, ilustrado e de critério”.

Não subia à tribuna senão quando a isso se via obrigado, para tratar de questões objetivas em que se sentia seguro e dominador. Os Anais da Câmara, na sessão de 1869, registram no entanto um discurso de Juca Paranhos que adquire hoje significação especial. A matéria em discussão eram os limites entre Mato Grosso e Goiás. Deputado por Mato Grosso, ele defende os direitos dessa província em longa oração, aliás muito apartada por um representante de Goiás.

O mais curioso a assinalar é a quase nenhuma diferença, nesse advogado em questões de limites, entre o jovem deputado da peça parlamentar de 1869 e o homem experiente nos pleitos de Washington e Berna. Apresentará, depois, novas e maiores aquisições de cultura, de conhecimentos históricos e geográficos, crescerá a amplitude das suas *memórias* em acôrdo com o vulto das causas nacionais; mas o processo de argumentar, a maneira de expressão, o estilo do advogado já é o que será sempre nesse discurso feito aos vinte e quatro anos numa disputa regional de fronteiras. Nenhuma demagogia, nenhum apêlo aos motivos sentimentais; antes e exclusivamente o quadro objetivo do problema: as velhas provisões régias, os documentos dos demarcadores, o exame dos mapas.

Há certo trecho do debate que bem revela a superioridade dos seus conhecimentos, ao mesmo tempo que a presteza e a agilidade com que respondia aos apartes:

O Sr. Melo Matos:

— Já vê que esta mesma reconhece o rio Paraná.

O Sr. Paranhos Júnior:

— Perdoe-me V. Excia. Reconhece o Paraná como limite meridional de Mato Grosso, mas não de Goiás. Diz que sendo o Paraná a divisa entre Mato Grosso e São Paulo, fica suspensa a confrontação da capitania de Goiás com Mato Grosso...

O Sr. Melo Matos dá um aparte.

O Sr. Paranhos Júnior:

— Posso ler novamente as últimas palavras da provisão. (Lê):

Não diz portanto que o Paraná é o limite meridional da província de Goiás, como o nobre deputado supunha; modifica inteiramente a provisão de 9 de maio.

O Sr. Melo Matos:

— Ah! Bem; mas a província de Mato Grosso acaba aí, e a província de São Paulo não chega a êsse ponto.

O Sr. Paranhos Júnior:

— A província de São Paulo chega também ao rio Paraná.

O Sr. Melo Matos:

— Mas não é nessa altura.

O Sr. Paranhos Júnior:

— Peço licença ao nobre deputado. É precisamente nessa altura.

Só a timidez, ou o desconhecimento de si mesmo, podia afastar da tribuna parlamentar aquêles que para as suas exigências se mostrava assim tão naturalmente dotado. Lido hoje, nos Anais da Câmara, leva-nos a pensar na estranha coincidência que fizera ser o documento parlamentar mais valioso e importante do deputado Paranhos Júnior precisamente êsse discurso sôbre uma questão de fronteiras. Leva-nos a pensar como o advogado do Brasil em Washington e Berna já estava presente no advogado de Mato Grosso na Câmara dos Deputados.

Os seus dois outros discursos, na sessão de 1870, foram rápidos, concretos, simples exposição da matéria em debate. Pronunciou-se em 7 e 18 de julho, como segundo secretário, versando sôbre uma questão de reforma do regimento: o prazo das sessões noturnas, e também o número com que a Câmara poderia funcionar em discussão, uma vez que discutir não era votar, parecer com que Paranhos Júnior vinha discordar da maioria da mesa, apoiado na tradição do Senado.

Diria mais tarde que fôra uma infeliz idéia a sua de querer ser deputado⁽⁶⁵⁾. Sentia-se na Câmara como num lugar de passagem, de transição, na expectativa de poder apresentar alguns serviços públicos que o habilitassem ao cargo desejado: o consulado⁽⁶⁶⁾.

Deu-lhe o Pai uma oportunidade de iniciação diplomática que seria ao mesmo tempo credencial para posterior e definitiva nomeação: fê-lo seu secretário na missão ao Rio da Prata de 1870 (outubro 1870 — março 1871). Ao jovem Paranhos essa escolha deve ter enchido de alegria e alvoroço. Ia entrar diretamente no jôgo diplomático, e sob a direção do Visconde do Rio-Branco, com quem colaboraria agora intimamente, pela primeira vez em caráter oficial. Nem o pensamento do senador Paranhos nem os assuntos diplomáticos lhe eram estranhos, pois se acostumara a ver funcionar dentro da própria casa o Ministério dos Negócios Estrangeiros⁽⁶⁷⁾.

(65) Carta de 1876 ao Barão de Cotegipe.

(66) Em 1876, numa carta ao Barão de Cotegipe, acêrca da nomeação para Liverpool, escrevia: "Confesso a V. Excia. que ando preocupado com êste negócio, porque desde 1867, há quase dez anos, espero uma oportunidade."

(67) "Meu Pai, quando ministro, trabalhava em casa, no seu gabinete, e tinha sempre ao seu lado dois ou três auxiliares", (...) "Vi assim funcionar em casa a Secretaria dos Negócios Estrangeiros." (De uma carta do Barão do Rio-Branco, em 1902 — Arquivo do Itamarati).

Por outro lado, a sua compreensão da história brasileira com certeza iria ser completada com a visão direta do Rio da Prata; teria agora a sensação física e concreta de alguns dos seus problemas do futuro: as fronteiras, a navegação fluvial, as fortificações estratégicas, a posição política do Brasil em face da Argentina, do Uruguai e do Paraguai. E a guerra do Paraguai, que descrevera como jornalista e estudara como historiador, ali estaria no seu epílogo: o drama de um povo cuja população era de um milhão e que ficara reduzido a um "cadáver", como se dizia então.

A missão diplomática do Visconde do Rio-Branco em outubro de 1870 era uma continuação da anterior, em fins de 1869, da qual regressara meses antes. Elas representavam, de certo modo, o ato final daquela política exterior do Império começada com a missão do Marquês do Paraná em 1851. Vinte anos antes, como secretário de Honório Hermeto, o Visconde do Rio-Branco havia participado das primeiras negociações e intervenções brasileiras; cabia-lhe agora a negociação final, os ajustes para uma paz definitiva não só com o Paraguai, mas entre os países interessados nos problemas da região platina. Ele realizava nesse momento a sua quinta viagem, com o mesmo fim, e esse conhecimento pessoal dos homens e dos assuntos do Rio da Prata, aliado ao estudo sistemático dos seus problemas e questões, tornava-o invencível.

O que explica o êxito da política exterior do Segundo Reinado é a sua unidade, a sua continuidade dentro de uma mesma orientação e para um mesmo fim. Ela foi sendo construída como um organismo: tinha a sua doutrina, os seus métodos, os seus especialistas. O pensamento do Imperador era o centro de equilíbrio, a representação concreta da unidade e da continuidade. Sucedia às vezes que o partido de oposição combatia a orientação geral, mas isto significava uma tática de política interna, pois chegando ao poder continuava sem hesitação a política do gabinete anterior. Diversos gabinetes — uns do Partido Liberal, outros do Partido Conservador — governaram o país durante a guerra do Paraguai sem variação da linha central de política exterior. Surgiam às vezes pequenas divergências, maneiras diversas de conduzir acontecimentos, votos discordantes em pormenores ou fatos isolados, mas

em substância, em essência, a política exterior no Rio da Prata foi feita sob a responsabilidade dos dois partidos.

Tomavam os ministros, como ponto de apoio e orientação, os seus antecessores, a tradição, os relatórios e protocolos do Ministério, os pareceres do Conselho de Estado, todo um conjunto de documentos que constituía doutrina e jurisprudência em matéria de Direito Internacional. Todos os grandes estadistas do Império foram também diplomatas, especialistas sobretudo nos negócios do Rio da Prata. Entre os seus colegas, o Visconde do Rio-Branco havia-se tornado o especialista por excelência, ajuntando aos conhecimentos e experiências, a natureza do temperamento, a vocação especial para a diplomacia. Ainda mais diplomata do que político: era o que se dizia do estadista que se tornara “o mentor da nossa política diplomática”.

Entrava agora no Rio da Prata como um “procônsul”⁽⁶⁸⁾. Das duas finalidades da guerra — o desagravo da honra nacional e o ajuste das questões com o Paraguai — uma já tinha sido obtida pela vitória militar, a outra devia ser regulada em negociações diplomáticas. O instrumento básico dessas negociações estaria no Tratado da Tríplice Aliança, assinado a 1.º de maio de 1865 pelo Brasil, a Argentina e o Uruguai. E justamente no seu bôjo é que vinha a série de desentendimentos que separou durante oito anos o Brasil da Argentina, agravando-se a divergência na chamada “questão argentina”, que estêve prestes a se transformar de diplomática em militar.

Ao mesmo tempo que estabelecia como princípio o respeito “à independência, soberania e integridade” do Paraguai (art. 8.º), o Tratado da Tríplice Aliança definia os limites do Brasil e da Argentina com o seu adversário (art. 16.º). Mas se o Paraguai, como afinal aconteceu, não estivesse de acôrdo com os limites e quisesse discuti-los, apresentando melhores títulos, como conciliar o respeito da sua integridade e soberania com a imposição pela fôrça dos limites preestabelecidos? Esta contradição do Tratado vai ser o centro das divergências e dos mal-entendidos entre os aliados.

No caso do Brasil, pròpriamente, não havia dificuldades; o govêrno provisório do Paraguai não contestava a legitimidade dos nossos limites definidos no art. 16.º, aliás menos van-

(68) Oliveira LIMA, *O Império Brasileiro*, São Paulo, s/d., pág. 229.

tajosos para o Brasil do que aquêles que López havia oferecido no princípio do seu govêrno. Mas a pretensão argentina de avançar além do Pilcomayo por dentro do Chaco até a Baía Negra — era repelida formalmente pelo Paraguai⁽⁶⁹⁾. O Brasil, pela diplomacia de Rio-Branco, recusa-se então a solidarizar-se com a Argentina no sentido de levar o vencido à aceitação. Passamos a defender a tese de que a questão de limites devia ser discutida e resolvida de conformidade com o valor dos títulos e documentos. Rio-Branco sustentava que o Paraguai — com a soberania intacta e reconhecida pelo Tratado da Tríplice Aliança — podia debater os seus casos de limites em situação de igualdade com os aliados.

Além do que existia de justiça nessa tese — uma vez que o art. 7.º do Tratado doutrinava que a guerra se fazia contra o govêrno de López e não contra a nação paraguaia — a política do Império visava a demonstrar mais uma vez aos hispano-americanos e aos europeus que o famigerado imperialismo brasileiro nada significava de concreto. Só continuava a existir através da lembrança daquelas guerras do Primeiro Reinado pela conquista da Cisplatina. Mas não tinha feito o Brasil a completa renúncia dêsse território, não tinha o mesmo Paranhos assinado com a Argentina, anos antes, um tratado que fazia do Uruguai uma intocável Suíça americana?⁽⁷⁰⁾. Também com o Paraguai, Paranhos havia assinado um tratado de comércio e navegação — a abertura do rio Paraguai aos navios de tôdas as nações⁽⁷¹⁾ — e dirigido as conversações para um ajuste de limites com um prazo que terminava exatamente nas vésperas da guerra.

Com a Argentina, com o Paraguai, com o Uruguai, não tínhamos, ou não havíamos tido questão nenhuma que não

(69) “No Paraguai, as preocupações, que se manifestaram, foram a respeito das questões de limites com a República Argentina. O govêrno provisório contesta aos argentinos o domínio do Chaco; mas pelo que tcca à fronteira com o Brasil, não heuve objeção alguma.” (De um discurso de Paranhos no Senado, em 6 de setembro de 1870, na discussão do orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros.)

(70) Paranhos e o Visconde do Uruguay assinaram no Rio, em 2 de janeiro de 1859, um tratado com a Confederação Argentina e a República Oriental pelo qual se garantia “a soberania, a independência e a integridade” do Uruguai.

(71) Com o Ministro paraguaio Berges assinou Paranhos, em 6 de abril de 1858, um tratado de amizade, comércio e navegação. Depois assinou em Assunção, com Solano López, a convenção de 12 de fevereiro de 1858, pela qual se abriu o rio Paraguai a tôdas as nações. A questão de limites foi estudada numa série de conferências fixadas em protocolos nos Anexos ao Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1857.

fôsse suscetível de solução mediante exibição de títulos e documentos. Estava, pois, na tradição do Segundo Reinado o princípio agora defendido pelo Brasil: o Paraguai, vencido e esgotado na guerra, não poderia ser obrigado a entregar qualquer território sobre o qual estivesse em condições de provar o seu histórico direito de propriedade.

Desde a missão de 1869, Paranhos procurara encaminhar os acontecimentos para o terreno das negociações amigáveis: a criação de um governo paraguaio em Assunção e o entendimento com êle sobre as questões do Tratado⁽⁷²⁾. Surgiu então a primeira divergência: a Argentina desejava que os membros desse governo fossem escolhidos pelos aliados; o Brasil sustentava que fôsselem eleitos pelos próprios paraguaios, ressalvada apenas a necessária subordinação ao comando militar, em assuntos de guerra, até o aprisionamento ou a morte de Solano López⁽⁷³⁾. Mais ainda: o Brasil sustentava, por intermédio de Paranhos, a legitimidade e a competência desse governo para negociar as questões indicadas no Tratado, ao que se opunha a Argentina, opinando que essa tarefa só devia caber a um governo definitivo⁽⁷⁴⁾.

Por isso, na missão de 1869 nada ficou resolvido definitivamente, além da instalação do governo provisório, obra de Paranhos, em quem Eduardo Prado assinalaria a curiosa plasticidade de inteligência nesse contraste: o estadista de um Império, político conservador, a organizar todo o sistema governamental de uma República.

Ele se oferecera desde logo à Argentina para a execução do Tratado e a liquidação imediata de todos os problemas da guerra. Em outro ponto de vista estava colocado o minis-

(72) "O estabelecimento de um governo paraguaio em Assunção por livre escolha popular é idéia aceita pelos plenipotenciários das nações aliadas. Elas o aceitaram como um elemento moral favorável à mais pronta conclusão da guerra." (Do *Memorandum*, de Paranhos, em 30 de abril de 1869).

(73) "Autoridades nomeadas pelos aliados, ainda que escolhidas entre os cidadãos paraguaios, não seriam autoridades paraguaias. Elas não representariam a nacionalidade paraguaia, mas a soberania temporária dos aliados no território paraguaio; não passariam de delegados ou agentes dos governos aliados." (Do *Memorandum*, de Paranhos, em 17 de maio de 1869).

(74) "Por que, pois, o governo que celebra os ajustes preliminares não terá autoridade para celebrar os ajustes definitivos, que são aliás uma consequência necessária daqueles?"

A força moral, que lhe assiste para constituir-se, co-existir e cooperar com a aliança, é a mesma que presidirá aos atos com que lhe caberá honrar a sua palavra e preencher a sua missão, celebrando com os aliados os ajustes que devem pôr termo à guerra atual." (Do *Memorandum*, de Paranhos, em 30 de abril de 1869).

tro do Exterior da Argentina, Mariano Varella, campeão da tese de que "a vitória não dá direitos às nações aliadas de considerar como seus os limites assinalados no Tratado" e que sua determinação "se fará depois de exibidos pelas partes contratantes os títulos em que cada uma fundamenta os seus direitos". Com esta opinião concordava no íntimo o Visconde do Rio-Branco, e dela fazia, na missão de 1870, a tese do Brasil, continuando a apoiar-se nela através da missão de Cotegipe e das negociações no Rio até o último dia do seu gabinete.

Em fins de 1870, porém, em vez de Mariano Varella, Rio-Branco vinha encontrar Carlos Tejedor, com uma orientação completamente diversa. Desde o primeiro encontro em Buenos Aires o plenipotenciário brasileiro percebeu quanto se modificara, em meses, com a mudança do ministro, a política externa da Argentina. Apesar disso, nas primeiras conferências, Tejedor reconhece que nenhum limite poderia ser impôsto ao Paraguai, ao que o ministro uruguaio acrescenta que "sempre estivera o seu govêrno persuadido de que não se podia resolver entre os aliados questões de direito territorial sem ouvir a outra parte interessada que é o govêrno do Paraguai".

Pouco depois, porém, o ministro argentino lança a nova tese, contrária à do seu antecessor, isto é: que os aliados desde logo se pusessem de acôrdo quanto à fixação dos limites com a república vencida. Mais ainda: a Argentina pretendia que o apoio do Brasil lhe era devido para realizar suas pretensões na zona do Chaco, entre a embocadura do rio Paraguai e a Baía Negra. Paranhos, num golpe de habilidade, desvia a tese de Tejedor, afastando o acôrdo prévio, fazendo inscrever no protocolo das bases para os ajustes definitivos de paz que "era lógico e prudente reservarem os aliados sua resolução definitiva a respeito daquela importante questão, para ser tomada durante a negociação com o govêrno paraguaio, depois de conhecerem as pretensões dêste e os títulos em que assenta"⁽⁷⁵⁾.

Ele já conhecia, nesse tempo, a interpretação dada pelo general Mitre ao Tratado da Tríplíce Aliança, como presidente da República vizinha, quando de sua assinatura, o seu pensamento sôbre o direito argentino, na região litigiosa, que exprimiria em nota confidencial de 1873 dirigida ao seu govêrno:

(75) Protocolo das conferências de 17 e 20 de janeiro de 1871, Anexo n.º 1 ao Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1872.

Penso que o interesse presente e futuro da República Argentina lhe aconselha contentar-se com os limites do Pilcomayo, propendendo para que o Paraguai e a Bolívia se estabeleçam no Chaco à margem direita do rio Paraguai, o primeiro em contacto immediato conosco pela navegação comum do Pilcomayo, extensiva à Bolívia, e esta entre as possessões paraguayas e as do Brasil (até à Baía Negra), com o que tudo se concluirá, tudo ficará previsto e garantido⁽⁷⁶⁾.

Das negociações feitas de dezembro de 1870 a janeiro de 1871 ficaram assentados, apenas, os ajustes para a paz definitiva a ser assinada em Assunção. E ao Visconde do Rio-Branco não foi possível prosseguir no trabalho da missão, porque do Rio de Janeiro lhe chegava o chamado de regresso para organizar um novo gabinete em substituição ao de São Vicente. Ficava em aberto a questão dos limites, que êle continuaria, aliás, a orientar, como chefe do gabinete, através da missão Cotegipe e das discussões diplomáticas, que culminaram na perigosa "questão argentina".

Para Juca Paranhos o cargo de secretário da missão constituiria verdadeiro aprendizado diplomático. Assistira, sobretudo, a um jôgo diplomático em que seu Pai empregara sutileza, astúcia e audácia. Antes, em 1869, oferecera à Argentina a execução immediata do Tratado de 1.^o de maio. Queria êle entregar-lhe o Chaco até a Baía Negra, a Vila Ocidental, territórios paraguayos? Ao contrário: desejava apressar a paz porque conhecia o pensamento de Varella, sabia que com êsse ministro a Argentina não pediria mais do que lhe era devido em justiça⁽⁷⁷⁾. Esperava, por outro lado, tirar o máximo de partido daquela contradição do Tratado a impor limites no artigo 16.^o e a garantir a integridade e a soberania do Paraguai no artigo 8.^o⁽⁷⁸⁾. Desde que o Paraguai rejeitava as possíveis pretensões argentinas como forçá-lo a aceitá-las sem prejuízo

(76) Declarações e opiniões de Mitre publicadas no Relatório do Ministério das Relações Exteriores da Argentina em 1874.

(77) Tendo visto de muito perto os acontecimentos, Joaquim Nabuco achou que havia duplicidade nessa atuação diplomática do Visconde do RIO-BRANCO (*Um Estadista do Império*, vol. II, págs. 183 e segs.). Não vemos nela, ao contrário, nem duplicidade nem contradição, mas ciência diplomática.

(78) "Disse-nos S. Excia. que a diplomacia brasileira, depois de 16 de julho de 1868, sustentava o princípio que o tratado de aliança fixara os limites do Brasil e da República Argentina com o Paraguai, e que era direito dos vencedores impor êsses limites ao vencido. Tal intelligência, porém, nunca foi enunciada, e menos sustentada, por parte do Brasil". (...) "Não sustentou, porém, o representante do Brasil que o tratado fixasse definitivamente os limites, quer do Brasil, quer da República Argentina." (Discurso do Visconde do Rio-Branco no Senado, em 21 de julho de 1875, sobre "os ajustes definitivos de paz da República Argentina com a do Paraguai".)

da sua soberania e integridade? Mas em face de Tejedor, sem o idealismo e o espírito de justiça de Varella, Rio-Branco modifica a sua tática, sem mudar a orientação: torna-se partidário do adiamento e da transferência das negociações para Assunção.

Com certeza, Juca Paranhos acompanha com a maior atenção êste duelo diplomático entre Rio-Branco e Tejedor. Um dia, muitos anos depois, o destino irá colocá-lo em face de outro ministro argentino num encontro semelhante. E pôde observar agora duas táticas diplomáticas diversas e dois caracteres opostos: Tejedor, impetuoso, ambicionando o êxito imediato, disposto a tudo ganhar ou perder numa só partida, inquieto quanto ao resultado por não sentir a segurança dos seus argumentos; Paranhos, reservado, tranqüilo, hábil, indiferente ao tempo porque conhece o desfecho, jogando com a letra ou o espírito do Tratado na convicção de que o resultado final não estará nêle apenas, mas nos antecedentes históricos e na firmeza da política diplomática do Império.

Capítulo III

O gabinete Rio-Branco e o papel de Juca Paranhos. O jornalista: redator de "A Nação". A questão argentina e a questão religiosa. Primeiro encontro com Zeballos. Progressos do historiador: os comentários a Schneider. O "boêmio". Marie Stevens e o seu caso sentimental. Comêço de uma vida independente. As dificuldades da sua nomeação para cônsul em Liverpool. Fecha-se um ciclo na existência de Juca Paranhos. Significação do seu exílio voluntário.

AO ORGANIZAR o gabinete de 7 de março o Visconde do Rio-Branco retomava, em certo sentido, a obra interrompida do gabinete Paraná, no qual fôra ministro pela primeira vez. Não foram êles apenas os dois governos mais longos da Monarquia, mas ambos de criação e movimento: reformas institucionais, reformas administrativas, iniciativas audaciosas, caminhos mais amplos na vida social e econômica do país. A mesma faculdade de descobrir homens novos: o Marquês do Paraná confiara tanto em Paranhos quanto o Visconde do Rio-Branco confiava agora em João Alfredo. O mesmo gôsto dos problemas econômicos e progressos materiais: no meio das desconfianças e prevenções que cercavam os seus planos é em Rio-Branco que o Barão de Mauá encontra apoio e compreensão⁽⁷⁹⁾. Havia nêle, como em Paraná, a atração pelas coisas práticas, pelos problemas concretos e objetivos, tão caracte-

(79) Rio-Branco calmo e sereno atalhou: "Há um engano nas cifras; não são dez mil, são uns 7 mil aproximadamente. Diz Mauá que o Tesouro receberá integralmente e a palavra dêle deve ser acreditada, mesmo depois de falido. Em todo caso, se o prejuízo fôr total, não representará a décima parte do que a nação lhe deve." (Alberto de FARIA, *Mauá*, pág. 23, 2.^a edição, São Paulo, 1933).

rísticos dos administradores e que faltava a tantos estadistas do Império, em geral mais políticos do que administradores. Mentalidade esta última que era um reflexo da própria mentalidade do Imperador.

Tanto o gabinete Paraná como o gabinete Rio-Branco foram criações de momentos em que a acentuação partidária deixava de predominar. Paraná fizera a conciliação, o amortecimento dos partidos; Rio-Branco provocava a confusão dos partidos, usando indiferentemente o programa dos liberais ou dos conservadores, apoiando-se em elementos de uns e de outros, conforme as necessidades. Pois não foi só o partido conservador que êle dividiu com a lei de 28 de setembro e outras iniciativas, mas também os seus adversários liberais, visivelmente perturbados com um govêrno que os ultrapassava em orientação progressista e liberal⁽⁸⁰⁾. O Imperador andava radiante, a dizer aos íntimos que havia no govêrno um impulso nôvo, um ímpeto criador como só se vira talvez nos começos do reinado, e os ministros notavam que êle “namorava Rio-Branco”.

Nenhum colaborador mais íntimo do chefe do gabinete do que o seu filho Juca Paranhos, que estimava mais a glória do Pai que a sua própria. Procurava esconder-se por detrás do nome dêle, apagar-se nos seus trabalhos para que em tudo a glória fôsse do Visconde. Na imprensa, nos artigos sem assinatura, o deputado Paranhos Júnior era o jornalista mais ativo e mais bem informado na defesa do govêrno; na Câmara, nas conversas dos corredores, era um agente de ligação, um explicador, uma figura de comunicação em intimidades e por menores que não podiam subir à tribuna.

O Visconde do Rio-Branco, desde 7 de março, havia traçado programa de ação, e a cada ministro ou colaborador indicado o papel próprio. Determinara as pessoas e definira os objetivos como um general em vésperas de batalha. Isto explica o seu bom êxito na campanha parlamentar de 1871, pela qual arrancou de uma câmara dividida e agitada — combatido dentro dela e no Senado por uma corrente do seu próprio partido, enfrentando adversários como Paulino de Sousa,

(80) “Demonstra-o o caráter antinômico, mas expressivo, de uma situação conservadora esgotando quase todo o programa liberal — e apelando, indistintivamente, para a dissidência do seu próprio partido e para a boa vontade dos adversários, liberais ou republicanos.” (Euclides da CUNHA, “Da independência à República”, in *A Margem da História*, pág. 301, 4.^a edição, Pôrto, 1926).

Zacarias, José de Alencar, Ferreira Viana, Itaboraí, Perdigão Malheiro, Silveira da Mota — a Lei do Ventre Livre. E só na discussão dessa lei, Rio-Branco pronunciou nas duas casas do Congresso vinte e um discursos⁽⁸¹⁾.

Estavam no apogeu naquele momento os seus recursos de orador parlamentar, como que posando para a posteridade: a figura dominante na tribuna, o dedo no ar em gesto característico, como o outro de puxar a manga do casaco, que lhe fugia nos arroubos, a voz de acentos harmoniosos e variados, a fisionomia de expressão espiritual, olímpico em porte e sobriedade, a discutir todos os problemas sem temer seus especialistas, como nas ocasiões em que debateu — êle engenheiro — com Zacarias de Góis questões de Direito Constitucional e com Nabuco de Araújo questões de Direito Civil. O Parlamento dava, com efeito, a idéa de um campo de batalha naqueles meses de 1871: a oratória tornava-se incandescente, e não só nas palavras, mas numa sincera agitação de sentimentos e paixões. Atravessava-o, atingindo a todos, “um vento de paixão que vinha dos cafèzais ameaçados”⁽⁸²⁾.

Era preciso o máximo de vigilância e combatividade; não deixar que deputados governistas faltassem às sessões, pois a ausência de quatro dêles determinaria falta de número; precipitar com presteza e habilidade os encerramentos; animar e orientar os parlamentares mais timoratos ou indecisos; e para êsse trabalho silencioso, realizado nas antecâmaras, nos corredores, nas ruas, enquanto o chefe do gabinete enfrentava na tribuna os líderes adversários, prestavam-se admiravelmente o ministro do Império, João Alfredo, “o líder taciturno dos encerramentos”, e o deputado Paranhos Júnior, identificado com o pensamento do Pai, veículo das suas intenções e propósitos mais íntimos junto aos colegas da Câmara.

Ao definir “a parte de cada um” na Lei do Ventre Livre escreveu Joaquim Nabuco:

Dentre os que mais de perto sustentaram a Rio-Branco destaca-se entretanto seu filho Paranhos, Barão do Rio-Branco, então deputado por Mato Grosso, que ao lado dêle foi um elemento constante de anima-

(81) V. *Discursos do Sr. Conselheiro de Estado e Senador do Império J. M. da Silva Paranhos, Visconde do Rio-Branco, Proferidos no Senado em 1870 e nas Duas Casas do Parlamento em 1871*, Rio, 1872.

(82) Tobias MONTEIRO, *Pesquisas e Documentos*, Rio, 1913, pág. 26.

ção, em certo sentido seu principal apoio, por ser doméstico, íntimo, interior quase, e que ambicionava, mais do que êle mesmo, essa glória para o seu nome⁽⁸³⁾.

Glória que seria a de liquidar a escravidão no Brasil, mesmo sem a lei de 13 de maio: calculava-se, com o máximo rigor, que bastariam agora quarenta anos para a extinção da escravatura; muito menos, com certeza, contando-se com outras medidas possíveis que iriam naturalmente sendo executadas, de acôrdo com as circunstâncias.

Tinham motivo os dois Rio-Branco para se orgulhar da lei de 28 de setembro. A ela haviam chegado vencendo um conflito íntimo entre o espírito pessoal de humanidade e o espírito político de substância conservadora. E a uma causa destas não se chegaria sem alguns sentimentos realmente nobres: a bondade, a generosidade, o desinterêsse, a capacidade para o sacrifício. De longe, no primeiro instante, vemos somente o triunfo, as aclamações, a glória, o nome na História. Tudo parece fácil e côr-de-rosa. Seus partidários, porém, tinham de lutar contra as forças mais poderosas do país. Para um político a simpatia pela emancipação dos escravos poderia significar o encerramento, a ruína definitiva da sua carreira. Por isto se compreende o entusiasmo de Juca Paranhos ao escrever, em um dos editoriais de *A Nação*, sôbre a lei de 28 de setembro:

Foi a mais importante reforma que se tem realizado no Império, depois do ano em que ao grito do Ipiranga seguiu-se a independência nacional.

A Nação passa a constituir, a partir de 1872, depois da Lei do Ventre Livre, a principal preocupação de Juca Paranhos; e foi nas suas páginas que publicou os primeiros comentários a Schneider, como também as suas primeiras *Efemérides*. Dispunha agora de um jornal, órgão do gabinete e do partido conservador, onde poderia escrever livremente, onde exerceria uma atividade que constituiria compensação para o seu silêncio na Câmara. Escreveu nesse jornal desde o primeiro número, embora só no ano seguinte tenha assumido com Gusmão Lôbo a completa responsabilidade da redação⁽⁸⁴⁾.

(83) Joaquim NABUCO, *op. cit.*, vol. II, pág. 166.

(84) Informação do próprio Barão do Rio-Branco no artigo "La Presse", escrito por êle para o capítulo "Le Brésil", em *La Grande Encyclopédie*.

A *Nação* vinha a ser agora para Juca Paranhos o que *O Novo Tempo* fôra trinta anos antes para o primeiro Rio-Branco: o órgão das suas primeiras opiniões. Opiniões, num e noutro caso, sobretudo a respeito de política diplomática.

Será difícil distinguir na leitura das coleções de *A Nação* tudo o que foi realmente escrito por Juca Paranhos. Certos artigos, porém, logo revelam a sua maneira, o seu estilo. Um deles provocou certa vez elogios do seu amigo, o Duque de Caxias, que lhe chamava "meu Juca"⁽⁸⁵⁾.

Parece que lhe ficavam reservados de preferência, além do artigo de fundo⁽⁸⁶⁾, os assuntos de política externa, enquanto a Gusmão Lôbo ficavam entregues os temas de política interna. Alguns desses artigos eram tão bem feitos que ninguém acreditava fôsem de Juca Paranhos: atribuíram-nos ao Visconde. Ele próprio diria mais tarde em carta a um amigo:

Escrevi na *Nação* artigos sôbre questões diplomáticas que todos tomavam como de autoria de meu Pai⁽⁸⁷⁾.

É possível que de vez em quando o chefe do gabinete, velho jornalista, colaborasse realmente na fôlha que era o porta-voz do seu govêrno. Da sua autoria, por exemplo, parece ser a longa série de artigos doutrinários sôbre a Constituição do Império, como também a série de publicações sôbre a missão Tejedor e a questão argentina.

Apareceu o primeiro número de *A Nação*, em edição vespertina, a 3 de julho de 1872, para substituir o *Jornal da Tarde*. Era um pequeno jornal de quatro páginas — "jornal político, comercial e literário", como dizia o cabeçalho — ao preço de 40 réis o exemplar e 12\$000 a assinatura anual; não se vendia nas ruas, mas dispunha de agência onde os leitores iam comprá-la; o escritório da fôlha ficava na rua dos Ourives, número

(85) "Respeito ao artigo da *Nação* devo-lhe dizer que achei ótimo e muito verdadeiro." (Carta do Duque de Caxias a Juca Paranhos — Arquivo do Itamarati).

(86) "O artigo de fundo era de regra seu." (Raul do RIO-BRANCO, *op. cit.*, pág. 59).

(87) Uma vária do *Jornal do Comércio*, em 1903, feita sob as suas vistas, dizia: "Na *Nação*, com Gusmão Lôbo, discuti questões diplomáticas e deu artigos que foram atribuídos ao Visconde do Rio-Branco". Vê-se assim que a frase de Carlos de Laet — "Seu pai, um dos mais brilhantes próceres do Império, fizera-o deputado geral e redator de uma fôlha política, e êle nem falava nem escrevia." (*Revista Americana*, abril, 1913, pág. 18) — não passa de uma vaga frase de generalização.

29. E logo na primeira página dêsse primeiro número aparecia um artigo "Questão Argentina" — visivelmente da autoria de Juca Paranhos.

Em geral, grande parte da terceira e tôda a quarta página eram de anúncios; na segunda, publicavam-se correspondências, resumos de jornais estrangeiros, notícias do exterior; a primeira página ficava reservada aos editoriais e artigos doutrinários. Havia também um pavoroso romance-folhetim em rodapé: *O Corta-Cabeças*, de Luís Noir, depois continuado pelo *A Corda do Enforcado*, de Ernesto Billandel. Desapareceu no quinto número o folhetim, mas os leitores não se conformaram e lá foram indignados a reclamar no escritório da fôlha:

— Só compramos o jornal por causa do folhetim.

Deve ter sido umá desilusão para Juca Paranhos, mas no sexto número *O Corta-Cabeças* voltava triunfante ao rodapé. Nas segundas-feiras o folhetim era literário: sôbre teatros, sôbre livros, sôbre os costumes sociais no Rio ou em Petrópolis, assinados com o pseudônimo de "Argesilau", que parece ser do Visconde de Taunay, então amigo íntimo de Juca Paranhos, ambos ingressando na vida política sob a direção do Visconde do Rio-Branco, tanto que uma revista ilustrada da época — a *Tupi* — publicava uma caricatura do chefe do gabinete chocando dois ovos dos quais saíam, com cabeça de gente e corpos de pinto, Taunay e Paranhos Júnior. E nesses folhetins de *A Nação* foi que Taunay publicou, a partir de novembro de 1872, os primeiros capítulos de *Inocência* sob o pseudônimo de "Sílvio Dinarte". Que o folhetinista das segundas-feiras só poderia ser literato logo se vê pelo sentimento de melancolia, revestido de íntima indignação, com que reproduz e comenta êste curioso anúncio que andava sendo publicado nos jornais, como um índice do tratamento dado às coisas literárias:

Livros baratos: Melo Morais, *Brasil Reino*, 2\$000; *Arte de Amar*, 20 rs.; *Carta de ABC*, 40 rs.; romances de Camilo e Paulo de Kock, 500 rs.; na bem conhecida e afamada livraria de Lemos, onde se vende massa para matar ratos e baratas, em razão da grande abundância destas famílias; vende-se também graxa sebosa a 200 rs. a libra, cebolas, alhos e côcos. Vende-se também o lindo romance *Teresinha* ou *A Menina dos 800\$000*. Rua de S. José, n.º 118.

Mesmo antes de aparecer já vinha *A Nação* sendo combatida pela *Reforma*, órgão ligado ao partido liberal. Viverão

os dois em permanente polêmica; polêmica rápida, mas violenta, foi também a que Juca Paranhos e Gusmão Lôbo sustentaram com Quintino Bocaiúva e *A República*. Eram acusados pela fôlha liberal e a fôlha republicana de fazer jornal com dinheiro do Tesouro, ao que replicava *A Nação*:

Em nada dependemos do govêrno, e a êle nenhum outro laço nos prende, a não ser o da simpatia de idéias e da continuação de um apoio, que não é desconhecido, e que temos o propósito de manter na imprensa, enquanto, como até agora, merecer nossos aplausos e adesão o seu procedimento.

O que êles procuram evitar é o insulto pessoal, o baixo jornalismo de pelourinho da honra dos adversários:

Desgarrada como vai entre nós a imprensa oposicionista, que tem preferido os trilhos escorregadios da calúnia aos caminhos da verdade, destinamo-nos a enobrecer a polêmica, nortear-a pela rota por que em todos os tempos se encaminharam aquêles que têm sabido elevar a imprensa a um honroso e fecundo mister.

Na verdade, *A Nação* era um jornal bem escrito, com uma tal elegância de maneiras e seriedade nas discussões que nada ficava a dever ao já austero *Jornal do Comércio*.

Um assunto predileto do jornal era a imigração, problema que andava nas cogitações e nos empreendimentos do gabinete Rio-Branco. Surgiu, por sinal, em 1872, um incidente com a Alemanha a propósito da sua interferência arrogante na vida dos colonos, e os artigos que Juca Paranhos escreveu em *A Nação* mostram que êle já conhecia o perigo do chamado complexo de superioridade germânico. Aquêles que mais tarde seria acusado, sem qualquer fundamento, de excessivo amor à Alemanha, de inclinar-se para o seu militarismo, já está consciente e vigilante, aos vinte e sete anos, contra os propósitos agressivos do germanismo todo-poderoso. No Parlamento alemão havia sido insultado o Brasil porque desde então o seu govêrno queria orientar a colonização nos nossos estados do Sul. Paranhos Júnior — no artigo de 27 de julho de 1872 pode ser identificada, sem dificuldade, a sua autoria — respondeu com altivez à audácia estrangeira:

Em sua gratuita acusação tacham-nos os parlamentares alemães de bárbaros do quinto século. Estude a Alemanha nossas instituições e diga se as tem mais livres e mais sábias, no que diz respeito principalmente às individuais.

Outra antecipação no jornalista — tão notável quanto a do discurso do deputado em 1869 sobre as fronteiras entre Mato Grosso e Goiás — estava em um longo artigo sobre os nossos limites com o Peru.

O jornal *A Nação* constitui talvez o melhor documentário para o conhecimento e o estudo da obra do gabinete de 7 de Março. Acompanhava em cada dia os atos e as iniciativas do Ministério; e a sua variedade de assuntos decorria de se haver o governo de Rio-Branco alongado através de todos ou quase todos os problemas da administração: a reforma do elemento servil com a Lei de 28 de Setembro; a reforma judiciária, com a criação de novos direitos individuais; a instrução pública, a profissional e superior, com a criação, a reforma e a reorganização de escolas, inclusive a assistência de menores por meio do Asilo dos Meninos Desvalidos; as estradas de ferro com 1 500 km em tráfego em 1875; o telégrafo a ligar as províncias; o primeiro cabo transatlântico a ligar-nos rapidamente à Europa; a amplitude da imigração com o seu número elevado de 9 642, em 1870, para 30 567, em 1876; a estabilidade da balança de comércio internacional; o câmbio ao par, em 1873, e a mais de 28, em 1875; a criação da estatística e a execução do primeiro e único recenseamento geral do Império; o plano de reorganização naval, do qual resultou a construção do *Javari*, do *Solimões* e do encouraçado *Independência*; a reorganização do Arquivo Público e a restauração da Biblioteca Nacional; os melhoramentos nos portos do Império; enfim, o projeto de reforma eleitoral que deixou já aprovado pela Câmara Temporária.

Nos editoriais e no noticiário de *A Nação* encontram-se refletidas também as duas grandes questões agitadas durante o gabinete Rio-Branco: a questão argentina e a questão religiosa.

Sendo Rio-Branco Chefe do Gabinete — está claro que a êle cabia diretamente a orientação, a direção e a responsabilidade da política externa. Quando Cotegipe, seu enviado a Assunção, pergunta se pode negociar em separado e assinar isoladamente o tratado de paz e de limites com o Paraguai, Rio-Branco nem aguarda o parecer do Conselho de Estado: autoriza o plenipotenciário a realizar aquilo a que Nabuco chamou o seu *coup d'éclat*, única resposta às exigências arro-

gantes de Tejedor. Era um golpe de audácia e habilidade, ao mesmo tempo cheio de vantagens e perigos, e que por isso deve ter agradado ainda mais a Cotegipe do que a Rio-Branco.

Levantava-se no momento, ante a letra e o espírito do Tratado da Tríplice Aliança, a seguinte questão: podia um dos aliados negociar a paz definitiva com o Paraguai sem a anuência dos outros? A Cotegipe seria lícito argumentar que lhe fôra dado o apoio do plenipotenciário uruguaio. Mais eficiente, no entanto, seria perguntar: não confessara Tejedor que a um artigo do Tratado fôra negada aprovação pelo Congresso Argentino em sessão secreta? Se a um dos aliados fôsse permitido rejeitar um trecho do Tratado, tal privilégio aos outros deveria também ser concedido.

Mas a nota que Tejedor envia ao govêrno brasileiro tinha quase o tom de uma declaração de guerra. Tudo dependeria — com a imprensa exaltada nos dois países, os ânimos superexcitados dos populares — da resposta do gabinete. Rio-Branco toma a si o encargo da redação: em vez do estilo agressivo de Tejedor, o seu era conciliador, explicativo, sem lhe faltar um pouco de *humor*, por trás da energia e da segurança da resposta. Do lado argentino, por sua vez, Sarmiento e Mitre assumem a direção e o contrôle das negociações. Muda-se, por isso, a face da questão. Vindo em missão especial ao Rio em 1872, o general Mitre assina um acôrdo com São Vicente, enquanto na sua mensagem ao Congresso dizia o Presidente Sarmiento:

Além disso, os mútuos interesses dos dois países e o respeito que tributamos ao mundo devem impedir que terminemos pelo rompimento das relações amigáveis sob as quais pelejamos contra o inimigo comum. Interesses de muito maior transcendência têm sido discutidos entre nações poderosas sem receio algum de guerra e será ao mesmo tempo a nossa glória e o nosso dever empregar todos os meios de conciliação⁽⁸⁸⁾.

A questão argentina — agravada em 1875 com a missão Tejedor ao Rio — ainda se prolongaria até 1876, no gabinete Caxias. O seu desfecho, afinal, vinha confirmar a tese sustentada pelo Brasil, e com a qual concordava o próprio general Mitre: "Reconhecer o território argentino até o Pilcomayo; arbitragem no território que vai daí até a Baía Negra".

(88) Publicado nos jornais do Rio em 24 de julho de 1872.

Pode-se concluir que a política imperial, particularmente Rio-Branco, havia conseguido resguardar o Chaco para o Paraguai.

É possível que neste propósito não estivessem apenas em jogo os interesses da política do Império e o conhecimento dos títulos históricos daqueles limites, mas também o sentimento de fraternidade para com o vizinho vencido e desgraçado. Os dois Rio-Branco, pai e filho, tinham visto de perto o espetáculo de uma nação antes poderosa, moral e materialmente, rica de originalidade social — reduzida a um fantasma. Sentiam, ao voltar, horror, piedade e consternação.

Quando da reorganização do Paraguai, ao Visconde do Rio-Branco só fôra dado apelar para os antigos prisioneiros de guerra, os velhos, as mulheres e as crianças⁽⁸⁹⁾. Estatuía o Tratado de Aliança que a guerra não se fazia contra o povo paraguaio, e sim contra López, mas a separação era impossível, porque identificada com López estava realmente quase tódá a nação. O povo de um milhão via-se reduzido a duzentos mil, com noventa por cento de mulheres; e ao terminar a guerra “não existia no país uma cabeça de gado, uma ave de criação, um grão de milho, de arroz ou de trigo; tudo estava extinto, esgotado. A nação ficava em ruínas, consumida, aniquilada”⁽⁹⁰⁾.

Talvez que êsse espetáculo do Paraguai, visto aos vinte e cinco anos, tenha influído para sempre no espírito de Juca Paranhos e contribuído para a determinação dos seus sentimentos de horror e repúdio às soluções guerreiras como consequência de conflitos diplomáticos. Sentimentos que se iriam tornando mais conscientes, justificados e sólidos com o passar dos anos.

Provocou essa questão argentina o primeiro encontro entre Juca Paranhos e Estanislau Zeballos. Que linha misteriosa do destino já estava colocando tão cedo um diante do outro os dois adversários do futuro? Que estranha força de atração e repulsão haveria no íntimo dos dois seres destinados a ficar defronte e opostos em algumas oportunidades dramáticas? Ambos jovens, nesse ano de 1875, e jornalistas: Paranhos,

(89) Comentário a Schneider.

(90) Juansilvano Godoy, *La muerte del mariscal López*, pág. 99, Assunção, 1912.

com 30 anos, redator de *A Nação*; Zeballos, com 21 anos, redator do *El Nacional*.

Escrevendo sôbre a partida precipitada de Carlos Tejedor, que nem sequer se despedira de D. Pedro II, Juca Paranhos, com o fim, aliás, de atenuar o possível ressentimento nacional, dissera:

No fato que tantos comentários tem suscitado não houve, a nosso ver, nenhuma ofensa intencional ao Brasil. Houve apenas *gaucherie*.

Zeballos, ainda mais impetuoso e agressivo nos seus vinte e um anos do que o seria depois, traduzindo erradamente o têrmo *gaucherie*, replicou na sua fôlha:

Um dos jornais mais importantes do Brasil qualificou de *gaucheria* a retirada do Sr. Tejedor. Este modo de exprimir-se não é mais do que uma *macacada* de má lei. É melhor ser gaúcho do que macaco!

Dias depois vinha a resposta de Paranhos:

Se o escritor que traçou estas linhas tivesse aprendido o francês conheceria a significação da palavra *gaucherie*, e não acreditaria ingênuamente que ela tem relação com o que nós diríamos em português *gauchada*.

Antes, em Buenos Aires, já o jornal *La Libertad* havia feito a defesa de *A Nação*, mostrando o equívoco de *El Nacional*.

Paranhos e Zeballos não se conheciam então; e só muitos anos depois cada um veio a saber que haviam sido êles mesmos os jornalistas adversários nessa discussão de 1875⁽⁹¹⁾.

Na questão religiosa — o maior conflito aberto no Brasil entre a Religião e o Estado — a atitude de Juca Paranhos só poderia ser a do gabinete: solidário com o Pai e com as suas próprias convicções. Desde 1871 era membro da Maçonaria, segundo o breve que lhe expedira “O Supr. Conc. do 33.^o e último grau do Rit. Esc. Ant. e Acc. junto ao Gr. Or. do

(91) Quando Rio-Branco já era ministro do Exterior, Zeballos aludiu a êsse episódio, em artigo na *Revista de Derecho*, ignorando ainda o nome do redator de “*A Nação*” com quem discutira, mas acentuando “a forma delicada e culta usada pelo jornal fluminense”. Rio-Branco — em publicação feita no “*Jornal do Comércio*” com o pseudônimo de BERNARDO DE FARIA — fez então o relato completo do caso, com os nomes de ambos. (O original dêsse artigo de Bernardo de Faria, com a letra de Rio-Branco, está no Arquivo do Itamarati).

Brasil ao Val. do Lavradio no Rio de Janeiro”, com a assinatura do próprio Visconde, grau trinta e três e grão-mestre⁽⁹²⁾. Para êle a Maçonaria “é uma sociedade de beneficência, cujos estatutos vedam tôda discussão sôbre assuntos religiosos”⁽⁹³⁾.

A luta entre D. Vital e a Maçonaria, além disso, era daquelas que deixam perplexas ou indecisas as consciências. De um ponto de vista rigorosamente ortodoxo, católico, a razão estava com os bispos. De um ponto de vista legal, o da Constituição brasileira, tolerada pelo Papado, a razão estava com o govêrno. A questão religiosa de 1873 representava, com efeito, o desfecho de uma contradição profunda, do lamentável êrro da organização galicana e pombalina. Sob a aparência de esplendor, como religião oficial, a Igreja vinha definhando no despojamento da sua própria realidade. Pois o que a experiência ensina é que a união entre a Igreja e o Estado é sempre fatal para a Igreja: ela ou se escraviza ou se corrompe.

Não é que os dois Rio-Branco fôssem inimigos da Igreja. Nas vésperas de embarcar para a Europa, em 1878, o Visconde escrevia a um amigo da província:

Entretanto rogo a V. Excía. que prepare suas ordens, se mais quiser dar, e me dispense de ir à sua presença quando por aí passar, se isso fór absolutamente incompatível com a minha devoção ao Senhor do Bonfim, cujo voto será o primeiro que eu aí cumpro. *Foi o santo protetor da minha juventude.*

Descrevendo-lhe a morte, diria o filho, na mesma carta a Frei Fidélis:

V. Rev. absolveu o Visconde do Rio-Branco, e não deve arrepende-se disso. Para provar que êle foi sempre Católico Apostólico Romano aí está o testamento escrito num tempo em que as suas faculdades intellectuais se achavam intactas.

Por sua vez, o segundo Rio-Branco tinha no seu gabinete na Europa uma imagem de Cristo e confessava-se católico.

Mas ambos eram católicos de acôrdo com a mentalidade geral da época; sendo políticos, colocavam o Estado acima da Religião, concepção, repita-se, que não vinha originária-

(92) Diploma da Maçonaria — Arquivo do Itamarati.

(93) Carta a Frei Fidélis D'Avola, em 7 de novembro de 1880 — Arquivo do Itamarati.

mente dêles mas do estado nefasto de união entre a Igreja e o Govêrno. O século XIX — pelas suas idéias universalmente vitoriosas, e no caso do Brasil pela organização política de caráter galicano — tendia a colocar a Igreja num plano secundário. O clero se transformara em funcionalismo público; a religião tornara-se um órgão do Estado. Sòmente nos lares, na intimidade dos oratórios de família, a Igreja mantinha o seu prestígio. Será impossível negar, porém, que se fôra tornando sentimental e vaga. Um sentimentalismo religioso mais do que uma religião definida e caracterizada. Os elementos intelectuais, os escritores, os políticos, toleravam as práticas de religião como “freios” para conter as paixões dos adolescentes ou para resguardar as virtudes das mulheres. O culto externo, pela sua pompa e beleza, tornara-se uma visão estética para o pequeno número de intelectuais e uma festa para a população.

De acôrdo com a sociedade brasileira, a Maçonaria tomara entre nós feição especial. Tratava-se, evidentemente, de uma seita condenada pela Igreja mas que, no Brasil, vivia em perfeita intimidade com os católicos, que lhe engrossavam as fileiras. Numerosos padres eram membros da Maçonaria e o apregoavam sem constrangimento. Os grandes políticos do Império também o eram, misturando, publicamente, as suas condições de católicos e de maçons. Até a chamada questão religiosa de 1873, nenhum acontecimento viera pôr em choque estas duas condições nem obrigar que se optasse entre uma e outra. As condenações sumárias do Papa ficavam aqui amortecidas e sem eco.

Tudo muda, porém, com a ação de Dom Vital. Este grande bispo iniciou os seus estudos no Recife, onde sentiu a vocação sacerdotal. Ordena-se como capuchinho em Tolosa; e a sua educação na França, em face do caráter revolucionário e destruidor dos pedreiros-livres, vai influir muito na sua posterior posição antimaçônica, vai levá-lo talvez a ver perigos que aqui não existiam. Em São Paulo, aos 26 anos, fica surpreendido com a sua nomeação para bispo de Olinda. Tenta humildemente afastar a dignidade e os encargos. Apela para o ministro do Império, João Alfredo. Apela para o seu Superior, em São Paulo. Apela para o Geral da Província, em Paris, e, ao mesmo tempo, para o Papa. Nada. Todos con-

firmam a sua investidura no bispado. Nada mais resta a D. Vital senão obedecer, realizar a sua missão, beber o cálice que tentara afastar.

Recebido entusiasticamente por uma parte da população, também em torno d'ele e da sua ortodoxia, começou a formar-se um ambiente de desconfiança — desconfiança contra o “ultramontano”, o “jesuíta”, o “homem perigoso”. D. Vital observa, indiferente a tais manifestações, certo do que lhe cumpre fazer. Durante três meses mune-se da documentação que precisa. Nesse tempo parece que ninguém ainda o vira na feição em que sua mãe o classificara: “um homem de espanto”.

No quarto mês do seu bispado êle toma as primeiras providências — suaves e pacíficas providências, diga-se no entanto — para separar a Igreja da Maçonaria, que tinha no Recife um dos seus redutos mais fortes.

Consegue de todos os padres, à exceção de dois, que abjurem a seita. Obteve idêntico sucesso dos leigos. Mas recusaram-se os mais poderosos, precisamente os que dispunham das irmandades. D. Vital esgota a paciência e os meios suasórios. Sòmente quando se viu obrigado a escolher entre a vergonha de uma retirada e uma providência definitiva é que se decidiu a recorrer às penas canônicas, interditando irmandades e igrejas. Era o começo da grande questão. No Pará tomava idêntica atitude o bispo D. Macedo Costa.

A própria ação de D. Vital, sempre se manifestando por etapas e em posição de contra-ataque e não de ataque, mostra bem que êle não foi nem precipitado nem imprudente. A questão, aliás, não se iniciara no Recife, mas no Rio de Janeiro, com D. Pedro Maria de Lacerda, quando suspendeu do púlpito e do confessionário o sacerdote que havia pronunciado e publicado um discurso em linguagem maçônica e recusara abandonar a seita, mesmo depois de intimado e exortado pelo seu bispo. As lojas do Rio reúnem-se então, em abril de 1872, numa grande campanha contra o bispo do Rio. Elas tinham a seu favor, para maior audácia nos movimentos, a circunstância de estar na presidência do gabinete de ministro o seu grão-mestre, o Visconde do Rio-Branco.

No Recife as confrarias interditas apelam, em grau de recurso, para a Coroa, baseadas no caráter misto da sua orga-

nização e confiadas na preeminência do poder civil sôbre o poder eclesiástico. O govêrno consulta o Conselho de Estado, numa série de quesitos que já trazem em si mesmos verdadeiras respostas e mostram que o ministério não estava disposto a transigir nem compreender o caráter extralegal da questão:

1.º) Se as Bulas que cominam penas contra as sociedades maçônicas, não tendo sido placitadas, podem vigorar no Brasil? 2.º) Em qualquer caso, se podem ter aplicação às sociedades maçônicas do Brasil, à vista do nosso direito? 3.º) Até que ponto pode ir a ação e a intervenção dos prelados diocesanos nas irmandades e outras associações que participam do caráter religioso, regidas por compromissos ou estatutos aprovados pela autoridade civil, assim como pela eclesiástica na parte que lhe compete? 4.º) Que providências cabe ao Govêrno dar a respeito dos atos do bispo de Olinda em relação às irmandades que contam maçons em seu grêmio, e de atos semelhantes dos prelados diocesanos?

O Conselho de Estado respondeu de acôrdo com a letra da lei e os costumes tradicionais. O govêrno, ao lado da Maçonaria, determina aos bispos que levantem as interdições, no prazo de quinze dias. No entanto o próprio recurso era ilegal, pois a queixa deveria antes ter sido interposta junto ao metropolitano.

Os bispos, então, se recusam a obedecer, sob a alegação de incompetência do poder civil naquela matéria. O govêrno, tomado da paixão que contaminou o próprio Imperador, então extremado de maneira invulgar, levou a questão aos seus últimos limites. Resolveu punir os bispos como criminosos vulgares, como simples funcionários públicos em delito de rebeldia contra o poder constituído.

Com ordem de prisão embarcaram os Bispos para o Rio; com um máximo de escândalo, inicia-se o processo. Eles não desejam defender-se, mas a oposição, pela voz de Zacarias de Góis e Vasconcelos, encarrega-se de combater os argumentos da acusação. O processo, aliás, estava cheio de falhas e contradições. Tendo girado tôda a acusação em tôrno do delito de desobediência ao poder civil, a máxima pena só poderia ser, de acôrdo com o art. 20 do Código Penal, dois meses de prisão. A obstinação do govêrno, no entanto, leva a acusação a agravar o delito para a condenação a quatro anos de prisão com trabalhos.

Na questão religiosa notam-se dois aspectos distintos: um, o diplomático, cheio de marchas e contramarchas, de duplicidade, de sutilezas; outro, o real, com os fatos concretos e duros, com a prisão dos bispos, com a violência levada ao máximo.

O aspecto diplomático pode-se resumir na missão Penedo. É verdade que o governo brasileiro não tinha o propósito de ludibriar a boa fé do Papa, e as instruções dadas ao Barão de Penedo bem o mostram. Mas o diplomata brasileiro orientou, por si mesmo, a missão. Escondeu do Papa os aspectos verdadeiros do conflito para obter uma solução pacífica. É o que explica, sem dúvida, a primeira atitude da Santa Sé, para a qual também contribuiu a interferência do secretário de Estado, Antonelli, quase sempre muito mais preocupado com os aspectos políticos do que com os aspectos religiosos dos problemas. Conhecendo logo em seguida a questão em todos os aspectos, o Papa aprova a atitude dos Bispos, e recebe, depois, D. Vital com as melhores manifestações do seu apoio.

A realidade, porém, que o Barão de Penedo tentara ocultar em Roma, assumia, cada dia, um tom mais lúcido e mais claro. O governo extremara-se numa questão em que não pudera tirar o mínimo proveito. Aos olhos da multidão o que estava visível era a violência, e a violência feita contra dois membros de uma classe que tinha raízes profundas em nossa formação e que sempre se vira cercada de um máximo de respeito. Impossível qualquer argumentação casuística para dissimular o espetáculo dos bispos violentados, julgados, condenados à prisão. A auréola do martírio — o martírio que o povo sempre consagra como a melhor causa — pairava já sobre D. Vital e D. Macedo Costa. O Império parecia ignorar, dessa vez, que o pior expediente para um regime é o de fazer vítimas e mártires.

O povo não poderia apreender a questão religiosa pelo seu lado legal e casuístico, pelas suas doutrinas constitucionais ou razões regalistas. Para o seu julgamento só existia o fato concreto: o episcopado humilhado com as decisões categóricas do Conselho de Estado, dois bispos presos e condenados a trabalhos forçados.

Teria sido Rio-Branco ou o Imperador o principal responsável pela intolerância e intransigência da atitude oficial?

Em agosto de 1873 aparecia em *A Nação* um editorial, pensamento do Gabinete, com esta frase a indicar possibilidades e desejos de entendimento:

Os recursos legais não estão esgotados, como não está esgotada a medida das transações honrosas.

E que Rio-Branco compreendia tôda a gravidade do problema e todo o perigo das suas conseqüências, vê-se neste trecho de outro editorial:

Não encarecemos o valor e o alcance da questão dos nossos dias. Deus queira que não estejamos assistindo ao prólogo de um grande drama.

Mas a participação de Juca Paranhos na política interna era mais um testemunho de solidariedade ao Pai do que a realização dos seus próprios desejos. Tanto que, nessa fase de deputado e jornalista, não esquece os estudos históricos, as pesquisas, os documentos, sobretudo os livros e cópias que trouxera da viagem ao Prata. Antes, ao contrário, coloca-os em primeiro plano. Ele mesmo o dirá mais tarde, ao recordar essa época:

E assim continuei, quando deputado e jornalista, ocupando-me mais de investigações e trabalhos históricos do que de política interna para a qual nunca senti grandes atrações⁽⁹⁴⁾.

A incumbência que lhe dava agora o conselheiro Junqueira, ministro da Guerra, vinha bem ao encontro das suas disposições: anotar na tradução em português a obra que L. Schneider havia escrito sobre os antecedentes e os acontecimentos da guerra do Paraguai. Juca Paranhos se interessara pelo livro — *A Guerra da Tríplice Aliança contra o governo da República do Paraguai* — desde que um jornal de Pôrto Alegre divulgara os seus dois primeiros capítulos; transcrevera um deles em *A Nação*, acompanhando-o de notas e comentários: “e fazendo transcrever o primeiro deles na *Nação*, julguei indispensável acompanhá-lo de notas que, por versarem sobre acontecimentos que há mais de dez anos estudo, me animei a traçar ao correr da pena, como são geralmente compostos os trabalhos destinados à imprensa diária”⁽⁹⁵⁾.

(94) Discurso citado, no 13.º Regimento.

(95) Prefácio da edição brasileira à obra de Schneider.

Em três meses — de setembro a dezembro de 1875 — êle escreve tôdas as notas e comentários do primeiro volume; no ano seguinte prepara e entrega o segundo; e na Europa continuaria a trabalhar no terceiro volume⁽⁹⁶⁾.

Schneider acompanhara a guerra como tradutor e coordenador de notícias oficiais e correspondências enviadas à Alemanha, e com êste material fizera uma obra de três grandes tomos, emprêsa surpreendente por se tratar de um estrangeiro, longe dos acontecimentos, escrevendo sôbre fatos e figuras contemporâneas. Mas justamente essa circunstância também lhe explica o incompleto ou inexato de certos aspectos. A tarefa do comentador seria esclarecer, retificar, completar o texto original, ajuntando em apêndice algumas notas oficiais. Juca Paranhos, porém, coloca sua tarefa além dos limites do comentário. Êle não sabe fazer nada que não seja completo, acabado, definitivo. Hesita, em geral, antes de se decidir a aceitar uma incumbência, mas ao fazê-lo entrega-se todo ao trabalho, torna-se minucioso e exaustivo de tal modo que a ninguém caberá fazer acréscimos e complementos. Sôbre o livro de Schneider êle constrói outro livro com as notas de pé de página. Por isso, em nossa língua, *A Guerra da Tríplice Aliança* ficou sendo uma obra de dupla autoria: de Schneider e de Paranhos Júnior.

Duas ordens de conhecimentos destacam-se nessas notas escritas em 1875 e 1876: a história diplomática e a história militar. Porque Schneider começara pelos antecedentes da guerra — isto dá oportunidade a Paranhos Júnior de fazer a reconstituição e o histórico das nossas relações diplomáticas com os países do Rio da Prata, mostrando através de comentários esparsos a linha uniforme da diplomacia imperial no Segundo Reinado; em seguida, no decorrer das páginas, o historiador militar completa Schneider na descrição das bata-

(96) Carta do Duque de Caxias:

“Ilmo. Sr. Dr. José Maria da Silva Paranhos Júnior

Remeto a V. S. a tradução feita pelo capitão do Estado-Maior de 1.^a classe, bacharel José Bernardino Bormann, do 3.^o volume da obra intitulada — *A Guerra da Tríplice Aliança* contra o govêrno da República do Paraguai, por L. Schneider.

Achando-se já publicada a tradução dos 1.^o e 2.^o volumes da referida obra, cujo merecimento V. S. conseguiu fazer realçar com as importantes anotações, espero que continuará a prestar o mesmo serviço, examinando aquêle trabalho, para que se conclua, como convém, tão interessante publicação.

Peço a V. S. se sirva informar-me se será mais vantajosa a impressão dêsse trabalho na Europa.”

lhas, tudo de modo minucioso, com os números exatos de soldados, armamentos, combates. Nenhuma improvisação, nenhum passe de mágica seria possível em obra de tal natureza: tôda ela estava a exigir a erudição obtida por um trabalho lento, de todos os dias.

Juca Paranhos foi, assim, aos trinta anos, o nosso primeiro historiador da guerra do Paraguai, e o mais completo. Ao ocupar-se desses acontecimentos em *Um Estadista do Império* são os comentários de Paranhos que Nabuco toma como a principal documentação; e pelo lado paraguaio — apesar do patriotismo que anima tôda a versão histórica do comentador brasileiro — diria Juansilvano Godói:

Pelo Barão do Rio-Branco temos chegado a conhecer os mistérios e muitas mistificações encerradas nos documentos oficiais relativos a essa luta de gigantes.⁽⁹⁷⁾

Entre o que escreveu na obra de Schneider há frases e pensamentos que servirão mais tarde como documento dos seus propósitos no Ministério do Exterior:

O Brasil tem dado mais de uma prova de que não abriga os planos de conquista que lhe têm sido atribuídos. O desinteresse com que procedeu em 1852, depois da vitória de Caseros, em 1870, depois de terminar a sanguinolenta guerra do Paraguai, deve ter desiludido a todos os que em boa fé lhe imputavam tais planos. No Primeiro Reinado o império obedecia ainda às tendências e à velha política da metrópole, mas com o tempo modificou-se essa política, identificando-se completamente o governo com a opinião nacional. Vivemos à larga em nossas fronteiras, e sabemos bem que o que nos cumpre fazer é conquistar para a civilização as nossas vastas e fertilíssimas florestas. O que desejamos sinceramente é que os nossos vizinhos nos deixem em paz. Território temo-lo de sobra.

Porque não confiasse inteiramente nos documentos, e porque êles às vêzes faltassem, Juca Paranhos recorria em muitos casos ao processo dos depoimentos pessoais. Amigo de Caxias, de Osório, de Pôrto Alegre, de Barroso, de Inhaúma⁽⁹⁸⁾, pedias-lhes, por escrito ou verbalmente, o relato de batalhas e emprêsas militares. No seu arquivo encontra-se, por exemplo, êste bilhete de Caxias:

(97) Juansilvano Godói, *El Barón de Rio Branco*, pág. 35, Assunção, 1912.

(98) "Tive a honra de conhecer de perto muitos dos nossos generais mais ilustres: Caxias, Pôrto Alegre, Osório, Barroso, Inhaúma e outros, e de todos tenho a fortuna de guardar apontamentos preciosos e provas escritas do seu afeto e da sua estima." (Discurso no 13.º Regimento).

Meu Juca: aí vai escrito o que me recordo do que se passou no acampamento do Cêrro Grande de Montevidéu no dia 9 de fevereiro de 1826 onde me achava⁽⁹⁹⁾.

A Osório enviava Paranhos, a propósito do combate de Sarandi, esta série de perguntas que dá a idéia do seu método de documentação:

1.º) Bento Manuel ao sair de Montevidéu recebeu ordem de atacar o acampamento inimigo, ou simplesmente para reconhecê-lo? 2.º) Quais os corpos que compunham a coluna de Bento Manuel e qual a sua força? 3.º) No dia 12 de outubro (dia do combate) que disposições tomou Bento Manuel para atacar o inimigo? Em que ordem seguiu a nossa coluna, e que força tínhamos? 4.º) Que tempo durou o combate? 5.º) É exato que a infantaria guarani desertou no começo da ação, passando para o inimigo? Ou não tínhamos infantaria? Que corpo comandava o coronel Alencastre? 6.º) O Regimento de Bento Gonçalves chegou a entrar em ação? 7.º) Que perda tivemos? Os orientais dizem que tivemos mais de 572 mortos, 133 feridos prisioneiros e 573 prisioneiros sãos, entre os quais 52 oficiais. Isso elevaria nossa perda a mais de 1278 homens. Não haverá exageração nisso? 8.º) Depois do combate, em que direção seguiu Bento Manuel? Foi perseguido? Quantos homens o seguiram?⁽¹⁰⁰⁾.

Tinha aquêlo gôsto da amizade e da comunicação com os homens mais velhos que caracterizava o historiador.

Quem identificaria êsse historiador de tão graves preocupações com o dândi que fazia ponto nas rodas elegantes da rua do Ouvidor e andava em intimidade com as artistas do Alcazar?

Porque passava algumas noites nos teatros e cafés ia-se levantando sôbre o nome de Juca Paranhos a fama de uma perdida vida de boêmio. Mas basta olhar os seus retratos dessa época — além do conhecimento das suas atividades intelectuais — para sentir quanto êle estava longe do tipo comum do boêmio, a criatura irresponsável e descuidada, que vive nas nuvens, desajustada com a existência habitual, indiferente ao mundo concreto, prêsa ao prazer efêmero de cada dia. Como colocar em tal categoria êsse jovem de máscara envelhecida, austera, serena, ainda mais grave aos trinta anos, com a barba densa

(99) Arquivo do Itamarati.

(100) *Apud* De Paranhos ANTUNES, *História do Grande Chanceler*, pág. 21, Rio, 1942.

e compacta, do que o seria depois, aos sessenta? Como seria possível a um boêmio comum o trabalho erudito, paciente e minucioso dos comentários a Schneider?

Boêmio êle o é, no entanto, e será sempre, mas de outra espécie: a boêmia constitucional do temperamento, uma forma pessoal e original de viver que aos rotineiros escandaliza quando êle tem trinta anos, sem futuro ainda definido, e encantará depois, pelo pitoresco, quando fôr ministro e poderoso. Mas a boêmia do ministro era a mesma do jornalista: certo ceticismo em face das solenes e rígidas convenções sociais, o horror instintivo ao hábito mecânico dos horários, o gôsto de compor a própria vida de acôrdo com os seus mais íntimos desejos. Porque tinha a segurança do autodomínio pela vontade, não aceitava outra disciplina que não fôsse a interior.

No pequeno círculo das três ou quatro ruas centrais, na cidade em que as pessoas de categoria se conheciam e se encontravam todos os dias, os hábitos pessoais de Juca Paranhos começavam, no entanto, a escandalizar: por que almoça êle às três da tarde e janta de madrugada? que anda a fazer nos bastidores do Alcazar?

Ignoravam que êle havia criado, desde a Academia de São Paulo, o seu próprio método: dividia as horas, segundo os seus instintos, entre o trabalho e os prazeres. Pois o que menos lhe agradava era o mecanicismo de comer, dormir e trabalhar em horas fixas todos os dias. Ao seu ser repugnava, como sinal de mediocridade, fazer da vida uma repartição pública. E já se sentia, desde então, um animal noturno: sobretudo de noite é que lhe vinha o gôsto do trabalho, a excitação do pensamento, das idéias e da sensibilidade. Sob êste sentido, a sua natureza tinha na verdade constituição boêmia; a boêmia tomada como forma pessoal e original de existência.

Por outro lado, a idade, a situação social, as condições da Côrte — tudo o levava a participar das festas e divertimentos da época. Como o Visconde, êle se destacava pela elegância; e porque se vestia pela moda, oferecia o aspecto de um dândi, com a tendência para os gestos aristocráticos. O seu dandismo era uma nova forma de aristocracia, a afirmação aristocrática pelo exterior. Conservou sempre, com efeito, um feitio aristocrático, que não lhe veio com o título, mas representava uma constituição do temperamento, a sua

incapacidade para a demagogia e para as intimidades que integram os homens nas massas. Vivia nas "rodas" do que se chamava a jovem aristocracia do Império, os filhos dos titulares ou estadistas, como Joaquim Nabuco e Rodolfo Dantas, embora o seu amigo mais próximo fôsse Gusmão Lôbo, a quem todos vaticinavam grande carreira política, diante dos seus artigos de jornal e da estréia espetacular na Câmara em discussão com Silveira Martins. Pertencia Juca Paranhos à classe dos elegantes que um cronista da época distinguia do seguinte modo: "Ser indivíduo de bom tom é possuir por ano seis sobrecasacas, calças e colêtes na mesma proporção, conforme os caprichos da moda".

Devia ser grande o seu prestígio na vida mundana e social: elegante, belo, jovem deputado, redator de uma fôlha diária, filho do presidente do Conselho. Constantemente, ao lado do Visconde, aparece a sua caricatura nas publicações ilustradas: *Revista da Semana*, *Vida Fluminense*, *O Mosquito*. Nos bailes do Cassino Fluminense mostrava-se exímio nas valsas e polcas. E era uma época musical e teatral essa do século XIX: os bailes, os teatros, os canções. As cançonetas do Alcazar ficavam nos ouvidos, cantaroladas nas ruas. Artistas, sobretudo francesas, faziam sensação, como, por exemplo, em 1873, Jenny Arbault e Marie Blanche em *Les Brigands*, de Offenbach. No teatro mais ligeiro falava-se muito em Amélia Gubernats; no Lírico Fluminense o sucesso durante muito tempo foi o *Fausto*, enquanto na rua da Ajuda, no Phoenix Dramática, a atriz Eugênia Câmara brilhava em *Cenas da Vida Boêmia*, de Henri Murger.

Dos restaurantes do tempo, tão freqüentados por Juca Paranhos, dá idéia êste anúncio:

O primeiro restaurante do Império. Cozinha à italiana, à francesa e à brasileira. Extraordinária profusão de delicados pitéus a qualquer hora do dia ou da noite. Serviço rápido e pronto. Luxuoso salão ornado de espelhos, o primeiro, talvez, de quantos se encontram na Côrte.

É possível que fôsse êste o restaurante predileto de Juca Paranhos. Não só pela comida, mas pelos espelhos. Pois êle gosta e gostará sempre dos espelhos, da contemplação de si mesmo. A despeito das suas maneiras retraídas, discretas, até modestas, parece não ter acanhamento de se mostrar vaidoso. Tem a vaidade do seu físico e do seu espírito. Que lhe importa

— e talvez nem dê por isso — que a vaidade esteja em contradição com a sua seriedade de espírito, com a sua simplicidade, com os seus jejuns e tendências para o ascetismo? Seria um ser comum se não fôsse às vêzes contraditório, se as suas dimensões humanas se ajustassem à uniformidade.

E porque não estava prêso ao senso comum e às conveniências sociais — o seu casamento vai constituir uma espécie de escândalo branco na sociedade imperial. Estava nas suas mãos a escolha: poderia ser a filha de um político, o que lhe tornaria ainda mais fácil a carreira no Parlamento; poderia ser a filha de um capitalista, o que lhe daria a independência econômica. Mas agora, nessa escolha de mulher, o boêmio, o homem original, o homem livre que havia nêle afirma-se em tôda a plenitude.

Uma noite, nos princípios de 1872, no Alcazar, êle conheceu Marie Stevens e por ela se apaixonou. Não se conhece na sua existência outra paixão ou outro caso dramático de amor: êste será o primeiro, e o definitivo. Ela era uma artista de teatro, e só por isso os preconceitos medíocres daquela sociedade semicolonial estarão voltados contra a possibilidade de união ou casamento entre Marie Stevens e o filho do presidente do Conselho. Mas Juca Paranhos, que a conhece⁽¹⁰¹⁾, não está disposto a ouvir a opinião de ninguém: nem a do Pai, nem a dos amigos, nem a dos correligionários, todos a adverti-lo de que estava fechando, por suas próprias mãos, as portas de sua carreira na política, na diplomacia, na sociedade.

Deve ter sido dramática a sua luta íntima, a sua luta de consciência, nesse momento. Seria ou não capaz de um grande gesto, de jogar tudo janela fora pelo valor de uma atitude cavalheiresca? Seria capaz de enfrentar uma sociedade inteira para ficar fiel a si mesmo e à mulher que nêle confiara? Em momento nenhum — mesmo na sua época de mais poderio e glória — Juca Paranhos revelou tanto, como nessa ocasião, a sua personalidade, a estrutura íntima do caráter. Êle bem sabia tudo o que estava arriscando com a sua decisão sentimental. Pode-se dizer que nesse incidente dramático fêz

(101) Anos depois, quando ministro do Exterior, disse Rio-Branco a um companheiro daquela época: "Ela veio pura e virgem para os meus braços." (Depoimento de Carlos Pontes em conversa com êste Autor).

a sua prova de homem, e não há, em tôda a sua existência, outro ato que moralmente lhe seja superior.

Não realizou logo o casamento, mas permaneceu fiel ao compromisso íntimo. Por influência do Visconde, Marie Stevens voltou para a Europa. De lá escreveu a Juca Paranhos, avisando-o de que ia nascer o primeiro filho, o que sucedeu em Paris, em 1873. A resolução dêle foi imediata e sem vacilação: promoveu-lhe o regresso ao Brasil. Marie Stevens será depois a espôsa, a mãe dos seus filhos, a sua companheira até 1898, quando morreu em Paris.

Não será considerável nem decisiva essa influência feminina na vida de Juca Paranhos — na sua correspondência como nos seus cadernos íntimos não aparecem referências especiais a Marie Stevens — porque êle era dessas criaturas que se bastam a si mesmas, que tudo fazem só com os seus próprios recursos, e ela não estava formada para preocupações intellectuais ou políticas; mas será — ela, belga — a boa companheira no sentido patriarcal brasileiro: a mãe que cuida da casa e toma conta dos filhos, a espôsa que acompanha e estima o marido durante tôda a vida numa situação discreta de penumbra⁽¹⁰²⁾.

Quando tornou definitiva e legal a situação de família, recebeu, em carta de Rodolfo Dantas, uma espécie de opinião em conjunto dos amigos:

Em tôda a sua vida, tão provada no cumprimento dos mais árduos deveres de família, não há ação que mais o eleve, que tanto o deva reconciliar consigo próprio e que faria torná-lo mais querido de amigos e estranhos⁽¹⁰³⁾.

A 22 de junho de 1875 o Visconde do Rio-Branco apresentava ao Imperador o pedido de demissão do gabinete. Deixava o poder sem crise, sem desprestígio; dispunha ainda da confiança da Coroa, que insistia pela sua continuação, e da maioria da Câmara. Estava cansado, porém, e magoado

(102) Não quis o Autor apanhar e registrar tôda a tradição oral — em grande parte duvidosa e contraditória — sobre essa fase da mocidade de Juca Paranhos. É o que ficou relatado a propósito do seu casamento faz parte do depoimento de pessoa que dispunha de elementos para essas referências exatas, mas desejou que não lhe fôsse revelado o nome.

(103) Carta de Rodolfo Dantas a Rio-Branco — Arquivo do Itamarati.

pela dureza da oposição. O nôvo gabinete não era formado só com os seus correligionários, mas com amigos pessoais: o Duque de Caxias, na Presidência do Conselho, e o Barão de Cotegipe, como principal figura política — o gabinete Caxias-Cotegipe.

Até então a vida de Juca Paranhos estivera ligada à do Pai; chegava agora o momento de se tornar independente, de seguir o seu próprio caminho. E devia apressar-se, pois tudo indicava que estava no fim a situação conservadora, esgotada no longo gabinete Rio-Branco. Em novembro de 1875 êle e Gusmão Lôbo entregam *A Nação* ao Padre João Manuel. Tanto o jornalista como o deputado haviam perdido o seu espaço.

Não podia, além disso, permanecer no Brasil; a sua situação social criava-lhe embaraços invencíveis. Assim, volve ao antigo projeto de um consulado ou pôsto diplomático no estrangeiro. Seria a solução mais conforme com os seus desejos de recolhimento, de isolamento propício aos estudos históricos.

Achava-se vago o consulado brasileiro em Liverpool; não constituía um pôsto brilhante, mas era uma posição rendosa⁽¹⁰⁴⁾, que lhe convinha admiravelmente. Desde logo Caxias e Cotegipe fazem dêle o candidato do gabinete. Dificuldade única seria vencer a resistência do Imperador. Resistência maior ainda do que se esperava; tamanha, que surpreende o próprio Visconde do Rio-Branco, que indaga a Cotegipe:

— Por que o Imperador faz disso questão grave?

Em 1851, quando o primeiro Rio-Branco fôra escolhido para secretário da missão Paraná, escrevera D. Pedro a Paulino de Sousa:

A escolha de Paranhos parece-me excelente; é um môço de muita habilidade que há mais tempo conviria ter aproveitado e que não podia começar a servir em mais azadas circunstâncias⁽¹⁰⁵⁾.

Para o segundo Rio-Branco êle não teve, porém, igual compreensão. Devia-lhe causar horror a vida boêmia de Juca

(104) "Os meus *rendimentos* não chegam à metade do que se supõe, mas ainda assim não deixarão de fazer água à bôca de muito empregado público mal pago." (De uma carta de Paranhos Júnior ao Barão de Penedo, em 28-9-85 — Arquivo do Itamarati).

(105) Arquivo do Itamarati.

Paranhos, ampliada em lendas que circulavam no próprio Paço. Era reconhecido também o rigor com que o Imperador fiscalizava as nomeações para o serviço no estrangeiro⁽¹⁰⁶⁾; e a Cotegipe lembrava D. Pedro II a “vida irregular” do candidato.

Mas seria só êsse o obstáculo? A Juca Paranhos parece que no ânimo de D. Pedro havia contra êle antiga prevenção, de ignorado motivo, como o sugere em carta a Cotegipe:

Sei que o Imperador há de objetar: êle me tem contrariado sempre. Entendeu que eu não devia ser deputado em 1868, quando tive a infeliz idéia de querer sê-lo, por supor que isso me facilitasse os projetos, que já então formava, de entrar para a carreira diplomática. Opôs-se a que acompanhasse meu Pai, como secretário, em 1868⁽¹⁰⁷⁾, quando antes o Cons. Otaviano pôde obter essa nomeação para um seu parente, e quando, ainda hoje, o Visconde de Itajubá pode ter junto a si um filho.

Confessa que anda preocupado porque desde 1867 aguarda uma oportunidade e ela não chega; além disso, ouve dizer que existe um candidato do Conde d’Eu, o que tornará a sua nomeação ainda mais difícil no período regencial. Chega quase ao desespero nesta confissão:

— Tudo o que é fácil para os outros é difícil, senão impossível para mim.

E não era exato? De todos os secretários e adidos de missões ao Rio da Prata, somente êle não havia recebido uma condecoração. Parecia que sobre seu nome passara o famoso lápis do Imperador.

Mas, por outro lado, não se dizia que D. Pedro, leitor da *A Nação*, distinguia e acompanhava com entusiasmo os artigos de Juca Paranhos? Muitos anos depois, a Lavasseur que lhe falava dos extraordinários conhecimentos históricos do cônsul em Liverpool, diria o velho Imperador exilado:

— Oh, eu estou informado; acompanhei-o desde o colégio e bem sei o que êle vale⁽¹⁰⁸⁾.

Ficou até hoje sem explicação rigorosamente certa a sua resistência contra a nomeação de 1876. O mais provável é

(106) “A fiscalização na nomeação e promoção dos diplomatas era uma das suas maiores preocupações no governo. Conhecia, pode-se dizer, a vida de cada um.” (Heitor LIMA, *op. cit.*, vol. II, pág. 431).

(107) Isto explica talvez o motivo por que foi secretário da missão em 1869.

(108) Carta de Emile Lavasseur a Rio-Branco — Arquivo do Itamarati.

que o motivo fôsse o caso de amor e a fama de boêmio do candidato; no austero Imperador, que não tivera mocidade, havia a incapacidade para compreender os gestos românticos dos moços.

Diante de tantas dificuldades resolve o Visconde do Rio Branco intervir pessoalmente com uma carta a Cotegipe, na qual desabafa o seu desgosto e até irritação:

Um Bacharel em Leis pode ser adido de 1.^a classe sem outro título; e ninguém dirá, com razão, que deva valer menos para um lugar de cônsul, que nossa Lei dispensa de qualquer exame.

Sou amigo do Barão de Sto. Ângelo, e não lhe desejo mal algum: mas o que era êle quando foi para Lisboa? Professor da Academia de Belas-artes. É porventura habilitação consular? Os seus serviços como cônsul são distintos?

Só em nossa terra o ter sido deputado da Nação é um título de inferioridade ou exclusão!

Eu não devia ir para os Estados Unidos, porque sou diretor, e não devia ser diretor porque sou político; meu filho não pode ser cônsul em Liverpool, onde estêve um almirante, e depois o Sr. Belchior, porque deve ser político... O diabo leve tal política, como ela é compreendida na mais alta das nossas regiões.

A Gusmão Lôbo pede Juca Paranhos que exponha com mais intimidade ao Ministro do Exterior o problema da sua nomeação:

Escreve duas linhas ao Barão (e podes fazê-lo com tôda a franqueza, porque sabes que se empenha fortemente por mim) dizendo-lhe simplesmente que *a esta nomeação prende-se a solução de outros assuntos importantíssimos para mim*. Espero há dez anos, graças aos nossos ilustres amos — e se perco esta oportunidade de *consertar* a minha vida, estou perdido para sempre.

Em carta a Cotegipe lança Gusmão Lôbo um argumento político em favor do amigo:

Quando redigimos *A Nação* quem opôs à *A República* a mais viva e formal resistência? e por amor de quem?

Consertar a minha vida, a solução de outros assuntos importantíssimos para mim — a todos êsses apelos parecia indiferente a Coroa. A própria princesa Isabel, em argumentos evasivos, declara a princípio que faltam ao candidato serviços públicos para as credenciais.

Cotegipe, porém, transforma o caso numa questão fechada do gabinete. Contava-se que, ao conhecer algum jovem diplomata num salão, êle exclamava com malícia:

— Ah, o senhor é diplomata? Então venha para cá, venha conversar com as meninas...

Sobre Juca Paranhos, no entanto, o seu julgamento era outro, o que exprimiu na exposição de motivos levada à Princesa Regente:

A quem proponho eu?

Ao bacharel formado José Maria da Silva Paranhos, Deputado por duas legislaturas, Ex-Secretário da missão especial ao Rio da Prata, cargo mais elevado que o de cônsul.

As suas habilitações são superiores às de qualquer dos apontados. Os seus serviços, na Câmara e na Imprensa, são notórios. Ainda agora os está prestando na publicação da História da Guerra do Paraguai; suas anotações a esta obra revelam grande estudo e talento. No tempo da mesma guerra, escreveu, e fêz imprimir à sua custa, nos jornais da Europa, repetidos artigos em defesa da causa do Brasil.

Já não é môço, passa de trinta anos; e, quando o fôsse, o seu juízo prudencial o coloca a par dos velhos. Pôsto que o serviço dos Pais não aproveite aos Filhos, contudo se êstes têm mérito, aquella circunstância deve pesar no ânimo de um Governo justo.

Ao levar esta proposta, Cotegipe, com autorização de Caxias, estava decidido a jogar nela a sorte de todo o gabinete e da própria situação conservadora. De manhã em casa êle dissera aos seus íntimos:

— Hoje, ou sai a nomeação de Paranhos, ou sai a demissão do gabinete. O rapaz tem valor, tem merecimentos para o cargo, e que não os tivesse: é filho do Visconde do Rio-Branco, e recusá-lo chega a ser um desafôro que não admitimos⁽¹⁰⁹⁾.

Se a recusa da Coroa humilhava Juca Paranhos, êle devia, por outro lado, sentir-se satisfeito ao ver que um gabinete como o de Caxias-Cotegipe estava disposto a ir até a demissão por sua causa. Bem se pode imaginar, no entanto, a melancolia com que escreveu ao ministro, seu amigo, estas palavras:

V. Excia. há de, além disso, convir que é para constringer, a certeza de que eu não possa obter uma nomeação destas, senão em ausência do Imperador⁽¹¹⁰⁾.

(109) Depoimento de João Mangabeira — a quem Araújo Pinho contou o episódio — em conversa com o Autor.

(110) A correspondência entre Rio-Branco e Cotegipe foi publicada por Maurício Wanderley de Araújo PINHO, no artigo *Papéis de 1876. A nomeação de J. M. da Silva Paranhos (depois Barão do Rio-Branco) para cônsul do Brasil em Liverpool. Revista Americana*, agosto-setembro, 1919, págs. 120 e segs.

Afinal, a 27 de maio de 1876, na ausência do Imperador, a Princesa Regente assinava o ato de nomeação; a 3 de junho forneciam-lhe a carta-patente.

Fechava-se com a partida para Liverpool uma fase da existência de Juca Paranhos. Dentro em breve, com certeza, poucos se lembrariam dêle, uma vez que os comentários a Schneider não tinham obtido a esperada repercussão, nem a literatura histórica estava ainda no Brasil em condições de fazer a glória ou a popularidade de um nome. Cairiam sôbre êle, com o decorrer dos anos, a penumbra e o silêncio. E uma dúvida: ficaria sendo para sempre um vago cônsul em Liverpool? As circunstâncias, além disso, forneciam-lhe daí por diante uma prova decisiva ao caráter: a vida no estrangeiro é para o diplomata o mesmo que o ostracismo ou a prisão para o político: transfigura e enrija os fortes, aos fracos e anêmicos aniquila e degrada. Tornar-se-ia um *déraciné*, ou levaria para o estrangeiro a pátria no espírito?

Parecia haver como que uma predestinação nesse exílio voluntário de Juca Paranhos, nesse propósito de se afastar dos quadros e da agitação da política interna. Um sentimento misterioso, que êle mesmo não saberia explicar ou definir, estava a chamá-lo para o recolhimento, para a solidão, para o estado de vida onde melhor se prepararia para o seu destino. O destino marcava-o e conduzia-o através de um insuspeitado caminho. Representava o consulado o ambiente e as condições que lhe permitiriam a aquisição daquela competência que explica o seu êxito de homem de Estado. Na Europa, no ambiente *gris* de Liverpool, o futuro Rio-Branco iria preparar-se e concentrar-se como os homens antigos que faziam estada no deserto antes de empreender uma missão.

Com uma diferença: a Inglaterra não era um deserto.

Capítulo IV

A Inglaterra da época vitoriana e a sua possível influência sobre Rio-Branco. Cônsul em Liverpool: o funcionário. Viagem à Itália com o pai. Viagem ao Rio. A morte do Visconde de Rio-Branco. Delegado do Brasil na Exposição de São Petersburgo (1884). Novas viagens ao Rio. Encargos de família.

HOJE, DE LONGE, os anos do reinado da rainha Vitória adquirem a aparência de uma só época, a época vitoriana. Mas isto não é estritamente exato. O período das reformas parlamentares e das lutas sociais, de 1837 a 1850, está mais aproximado da Regência; a “grande época vitoriana” só principia em 1870, depois de uma transição de vinte anos. Antes a Inglaterra estava muito envolvida nos negócios continentais, depois de 1870 ela se isola voluntariamente; antes havia ainda a luta contra os restos do agrarismo, depois a completa industrialização.

Lord Palmertson, o grande diplomata do seu tempo, tinha continuado a tradição da amizade com a França, mesmo depois de haver o “golpe de estado” de Napoleão III revoltado a opinião pública inglesa. Por esta amizade a Inglaterra e a França bateram-se juntas contra a Rússia na Criméia. Mas o Congresso de Paris, em 1856, constituíra uma decepção, completada com os acontecimentos da expedição mexicana. A Inglaterra não quis mais misturar-se às aventuras do Segundo Império: desinteressou-se também de Bismarck; deu início à política do “esplêndido isolamento”. O continente europeu passou a ser para os ingleses um continente longínquo.

Isolamento que se explica em parte pela situação econômica. De 1820 a 1850 a industrialização fizera-se rapidamente,

seguida de duas grandes crises. Se a indústria inglesa sobreviveu à crise do algodão, resultante da guerra da secessão americana, foi isto devido à fraqueza da indústria continental e à importância cada dia maior dos mercados coloniais. Assim à Inglaterra pareceu mais lógico o isolamento dos negócios europeus e a participação mais ativa nos negócios coloniais. Outra explicação pode ser encontrada na política interna. Pela reforma parlamentar de 1832 o poder ficara dividido entre a aristocracia rural (na Câmara dos Lordes) e a burguesia urbana (na Câmara dos Comuns). Este equilíbrio era ainda pouco estável, e cada um dos dois lados buscava a vitória pelo alargamento do direito do voto: os conservadores (Disraeli) para os camponeses, os liberais (Gladstone) para os operários. Seria difícil, com essas lutas internas, uma vigorosa política exterior. Havia ainda outro problema a explicar o isolamento em face do continente: os negócios coloniais. A Rússia, vencida em 1856, abandonara por algum tempo os seus projetos balcânicos e concentrara-se na Ásia. O czar Alexandre II ordenara a colonização de vastas regiões na Ásia central, o que representava uma ameaça contra a Índia inglesa. E também no setor dos problemas coloniais os dois partidos estavam em desacôrdo: os liberais desejavam uma evolução pacífica do comércio exterior, os conservadores preparavam o imperialismo.

Mais do que nunca, a Inglaterra sente a felicidade de ser uma ilha defendida por uma esquadra sem rivais. Por que, indagam os ingleses, intervir no continente? A França está vencida, a Áustria impotente, a Itália frágil. Em 1870 a neutralidade lhes trouxera as simpatias da então mais poderosa nação continental. A Alemanha garante a paz sôbre a terra, a Inglaterra garante a paz sôbre o mar, e as fronteiras dos dois poderes não se encontraram ainda.

Ao gôsto feminino da rainha Vitória oferece Disraeli o mais agradável e pomposo dos presentes: a coroa imperial da Índia. Isto não modifica a situação, mas representa um programa. Para a sua base teórica lá estava o professor Seeley com suas conferências sôbre *Greater Britain*: a missão da Inglaterra seria unir os continentes longínquos sob o seu cetro. Tennyson, o poeta laureado da rainha, torna-se o cantor dêste sonho. Mas será preciso lembrar que êste imperialismo estilo 1875 está muito distante do imperialismo estilo 1900. Os

homens de 75 não querem a violência; êles sonham com um espetáculo grandioso: Westminster Abbey como centro do mundo. Disraeli, o velho judeu que representa o papel do mais aristocrata dos lordes, é um grande ator, enquanto Gladstone está prêso à vida real.

Para um jovem político e diplomata — fazendo, sem o saber, o aprendizado para dirigir um dia o Ministério do Exterior do seu país — há tanto que observar e reter no jôgo político dos dois partidos quanto nas personalidades dos seus dois líderes.

Disraeli, no íntimo, é cético, descrente, uma figura moral e intelectual do século XVIII; Gladstone é puritano, devoto, paladino da sua Igreja. Porém os acontecimentos modificam os homens: Disraeli, como chefe das fôrças do passado, apóia a Igreja; Gladstone, representando o programa de um partido liberal, exige a separação entre a Igreja e o Estado. O liberal tornara-se conservador, enquanto o antigo conservador se tornara o chefe da democracia inglesa.

Trazem os dois estadistas soluções diferentes ao problema do proletariado surgido do industrialismo, as multidões do *east end* de Londres, dos bairros de Manchester e Birmingham, das docas de Liverpool e Glasgow. Disraeli vê acima de tudo a riqueza da Inglaterra como conseqüência do exterior, das regiões subjugadas ou dependentes. Será preciso, na sua opinião, alargar cada vez mais o espaço inglês, acumular novas riquezas até que elas bastem para nutrir, vestir bem e dar boas acomodações a cada inglês. Era o imperialismo pacífico como solução do problema social. Gladstone só vê nesse imperialismo a ambição dos lordes que desejam estabelecer os filhos como oficiais e governadores nas colônias, a cobiça de banqueiros, comerciantes e hábeis especuladores.

São dois programas de política externa e interna, ao mesmo tempo. Disraeli inclina-se para as medidas que darão aos trabalhadores melhores condições de vida, mas deseja afastá-los da política, reservada assim aos aristocratas; Gladstone, ao contrário, não espera nada dessas lutas sociais, mas deseja introduzir as massas na política para vencer, apoiado nelas, os aristocratas e conservadores. Disraeli prega reformas sociais; Gladstone, a democratização do direito do voto. A Disraeli devem os trabalhadores ingleses várias leis sociais, sobretudo

a legislação das *Trade Unions* como corporações jurídicas; a Gladstone, reformas eleitorais pelas quais entraram a participar ativamente da política, transformadas assim as eleições, ante certos casos decisivos, em verdadeiros plebiscitos.

No fim da era vitoriana o problema do imperialismo volta a colocar-se na ordem do dia. Disraeli está morto, e seu sucessor, Lord Salisbury, é um moderado. Mas Randolph Churchill prega a violência e desdenha o velho Gladstone, a quem acusa pelos desastres militares em Sudão. Todavia, é possível que a vitória viesse a caber às tendências liberais se não houvesse, ao lado, o pesadelo da questão irlandesa.

Porque a questão irlandesa vem a tornar-se o centro da política inglesa durante muito tempo. Os irlandeses exigem a autonomia política da sua ilha — exigência expressa nos discursos parlamentares e nos atentados terroristas. Gladstone e os liberais desejariam conceder a *Home Rule*. A isto se opõem vigorosamente os conservadores, em favor dos grandes proprietários na Irlanda, na defesa dos protestantes de Ulster, ameaçados pelo fanatismo católico dos irlandeses, mas sobretudo em vista da segurança das ilhas inglesas, em perigo com uma Irlanda independente. Na verdade, o regime inglês na Irlanda é tirânico, mas os conservadores alegam que não há outro recurso para reprimir o terrorismo e os rebeldes. Ao contrário, argumentam os liberais, tal injustiça não salvará a situação, pois a Irlanda é a doença da Inglaterra e será preciso curá-la pela liberdade.

Esta é uma questão de alta política e de consciência, ao mesmo tempo, uma espécie de *caso Dreyfus* da Inglaterra.

Será a vitória, naquele momento, do espírito conservador. Um grupo importante do partido liberal — os “unionistas” — desliga-se da política irlandesa de Gladstone, com o programa de manter a “união” das ilhas. Eles abandonam Gladstone e juntam-se aos conservadores. Durante quinze anos isto representará a impotência do liberalismo inglês.

Os “unionistas”, por sua vez, são os mais apaixonados imperialistas, a começar pelo seu chefe, Joe Chamberlain. Modifica-se em parte a política inglesa nos negócios estrangeiros: apoio aos japoneses, no Extremo Oriente; oposição ao projeto da França de criar um império africano. Lord Kitchener reconquista o Sudão, que Gladstone havia abando-

nado; na África do Sul, em 1898, começa a guerra implacável contra as repúblicas dos Boers para incorporar suas vastas regiões ao Império. A morte da rainha Vitória, em 1901, fixa verdadeiramente o fim de uma época.

A cidade de Liverpool — sede do consulado geral entregue a Paranhos Júnior — era antes uma cidade pobre, embora muito velha, com o seu nome — *Liverpul* — datando de 1190. Até 1820, a sua importância era medíocre; em 1880, está elevada à categoria do maior pôrto do mundo. Tornou-se um grande centro comercial para a Inglaterra e para todos os países, um grande centro de comunicação, sobretudo com as Américas.

E isto se deu porque a Inglaterra se tornou verdadeiramente rica, o principal país industrial. A indústria têxtil era então a mais importante do mundo, e nela os ingleses são os dominadores. De modo particular, na indústria do algodão. Os campos algodoeiros dos Estados Unidos, do Brasil, do Egito, das Índias produzem e florescem para as bobinas de Manchester. A marinha de todos os mares carrega algodão para Liverpool, onde tem a sua sede a Bôlsa do algodão, e a Bôlsa ocupa grande parte do próprio Palácio Municipal. Por isso a vida, aí, é utilitária. Vive-se sobretudo para o algodão. Se o aspecto das cidades, sob o céu *gris* dos mares nórdicos, é morno e triste, isto ainda se acentua nas cidades inglesas, onde as necessidades econômicas são absolutamente soberanas, onde o espírito puritano foi transformado em espírito comercial. Todos os observadores estão de acôrdo sôbre a palavra que define melhor o ambiente: *gris*.

Com o comércio e a indústria crescera a população, que em 1881 era de 552 mil habitantes. Distanto apenas cinco horas de Londres, e quinze de Paris, ficava Liverpool às portas de dois grandes centros de civilização. O seu pôrto estava sempre cheio de navios, e só em 1880 nêle entraram 20 249 embarcações. Para o consulado brasileiro o trabalho não devia ser pequeno, pois de Liverpool saíam, em média, por trimestre, 150 navios para o Brasil, quase todos para o Rio, Belém do Pará, Recife e Santos, e igual era o movimento marítimo daqui para lá. Dêste distrito consular, além de Liverpool, faziam parte Glasgow, Milford, Swansea, Cardiff, Newport,

Bristol, Falmouth, Plymouth, Southampton, Manchester, Sheffield, Dublin, Corck, Belfast, Simerick, cada um desses lugares com um vice-cônsul, subordinado ao cônsul-geral. E como não era numeroso o pessoal do consulado — um vice-cônsul, um chanceler, um vice-chanceler, um escrevente, um encarregado de apontamentos — a parte maior do trabalho cabia realmente ao cônsul-geral⁽¹¹¹⁾.

Uma circular do Ministério proibira, em 1879, que os chanceleres assinassem qualquer documento, o que ainda fêz crescer os serviços de rotina do cônsul. Sempre que havia navios a partir ou a chegar — lá estava êle a assinar papéis, de dia e de noite, pois era preciso aproveitar as duas marés⁽¹¹²⁾. Fazia pessoalmente uma tarefa que outros entregavam aos vice-cônsules. Mas em Liverpool o vice-cônsul estava em conflito com Paranhos. Ao que parece o experiente funcionário desejava “enterrar”⁽¹¹³⁾ o nôvo cônsul como o fizera com os dois antecessores, Grenfell e Melchior. Foi um pequeno caso que demorou três anos, e no qual Paranhos se portou com a máxima habilidade: cobriu o vice-cônsul de amabilidades e honrarias, solicitadas ao govêrno — cônsul honorário e cavaleiro da Rosa — para em seguida afastá-lo do cargo. De Londres, o Barão de Penedo, solidário com Paranhos, acompanhava êsse golpe de habilidade e recebia a notícia final:

Felizmente chegou a Circular de que lhe falo, e veio fornecer-me uma arma irresistível. Mas que trabalho, meu caro senhor Barão! Que homem teimoso! Faltou-me só meter-lhe um ferro de fogão pela garganta...⁽¹¹⁴⁾.

Só poderia tomar atitudes tão nítidas e firmes na direção do Consulado sendo realmente um funcionário que nada tinha que temer das investigações do Ministério sôbre o serviço público e em condições de responder com segurança pelos seus atos. Os brasileiros que o encontravam tão freqüentemente em Paris poderiam desconfiar no entanto que o Consulado em Liverpool nada mais significava do que uma gorda sinecura, e essa impressão chegaria ao Brasil e seria uma das

(111) Relatórios do Consulado-Geral do Brasil em Liverpool — Arquivo do Itamarati.

(112) Carta de Rio-Branco ao Barão de Penedo — Arquivo do Itamarati.

(113) Carta cit.

(114) Carta cit.

muitas lendas criadas em tórno da figura de Juca Paranhos. Era um incorrigível boêmio, diriam, um cônsul em Liverpool que não saía de Paris...

Do que não desconfiavam era da sua estranha e espantosa capacidade de trabalho, do método pessoal com que dividia os seus dias entre Paris e Liverpool, integrado na vida de funcionário na cidade consular e ao mesmo tempo na vida pessoal e intelectual que lhe proporcionava a outra cidade. Ele era capaz de trabalhar durante dez, vinte horas seguidas — até durante setenta horas, como sucedeu uma vez na missão em Washington — e depois ficar vários dias sem fazer nada.

Logo ao chegar, a sua preocupação foi pôr em ordem os serviços do Consulado. Até a mobília faltava na casa, segundo o relatório em que êle assinala essa e outras deficiências e pede autorização para comprar mesa, armário, cadeiras, sofá, tinteiro, estante, tapête⁽¹¹⁵⁾. O pouco de ordem existente na repartição tinha sido obra do seu antecessor imediato — que a havia encontrado ainda em piores condições — e mesmo assim faltava quase tudo. Faltavam muitos dos livros de registro indicados pelo regulamento consular; a coleção de relatórios do Ministério estava incompleta; não havia coleção de leis, o que obrigava freqüentes consultas à Legação Imperial de Londres; do Diário Oficial apenas existiam alguns números esparsos⁽¹¹⁶⁾. Nos primeiros meses Paranhos todo se dedicou à tarefa de pôr ordem na casa, nos móveis, nos livros, chegando a organizar uma pequena biblioteca especializada, que existiu até há pouco⁽¹¹⁷⁾.

De três em três meses chegavam pontualmente ao Ministério os relatórios do Consulado de Liverpool — escritos quase todos com a própria letra do cônsul e não copiados pelo escrevente, como seria natural — acompanhados de mapas e apontamentos, tôda uma exposição minuciosa e completa das relações marítimas e comerciais entre o Brasil e o seu distrito consular⁽¹¹⁸⁾. Certa vez foi mais longe: remeteu, para escl-

(115) Relatório do Consulado Geral do Brasil em Liverpool (2 de janeiro de 1877) — Arquivo do Itamarati.

(116) Ofício de José Maria da Silva Paranhos à Secretaria dos Negócios Estrangeiros (2 de fevereiro de 1877).

(117) Destruída nos bombardeios alemães de 1941, que atingiram o edifício do Consulado do Brasil em Liverpool.

(118) Arquivo do Itamarati.

recimento do Ministério, exposições e mapas de todo o comércio da Inglaterra com o resto do mundo⁽¹¹⁹⁾.

Os seus ofícios e comunicações de funcionário revelam, desde o primeiro dia, equilíbrio, serenidade, competência. Veio a conhecer tão amplamente as leis e regulamentos da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, que de todos os pontos da Europa lhe chegavam consultas de brasileiros em serviço diplomático ou consular. Quando Nabuco, por exemplo, encarregado da defesa do Brasil no caso de limites com a Guiana Inglesa, perguntou a Rio-Branco se o seu documento exigia selo, logo recebeu a resposta num bilhete postal, sem qualquer demora: o selo só era exigido em títulos de nomeação; e vinha citado o decreto que regulava a matéria, o seu número, a sua data, o seu artigo particular, com a conclusão de que não devia haver título de nomeação porque Nabuco, no momento, era *advogado* e não *ministro*⁽¹²⁰⁾.

Ainda sob este aspecto — o do conhecimento da legislação interna e da técnica burocrática — Paranhos Júnior se preparava em Liverpool para os seus nove anos de Ministro de Estado, nos quais a sua competência afastaria os outros da tentação de opinar não só acerca dos problemas e assuntos de relações internacionais, mas da própria rotina da casa que ele governaria como um senhor incontrastado.

Nem sempre podia contar com a diligência ou a boa vontade dos vice-cônsules: o de Dublin, por exemplo, não lhe enviava as informações necessárias para os relatórios, alegando, afinal, que precisava ainda de uma lista para conhecer os portos do Brasil; o de Plymouth — com *humour* verdadeiramente britânico — solicitava um secretário pago pelo governo, “apesar de não ter trabalho algum, pois no decurso do ano só teve um certificado a passar”, segundo notava Paranhos; a quase todos o cônsul tinha de enviar circulares indicando os pontos sobre que deviam versar as informações e as fontes a que deviam recorrer⁽¹²¹⁾.

Em compensação contava Paranhos com a colaboração dedicada do novo vice-cônsul de Liverpool, Mr. Oliver Punshon, perfeito burocrata. Foi dos primeiros, senão o primeiro, a

(119) Relatório de 25 de fevereiro de 1878.

(120) Arquivo de Joaquim Nabuco, no Itamarati.

(121) Ofício de 30 de dezembro de 1877 — Arquivo do Itamarati.

pressentir um grande homem em Rio-Branco, dedicando-lhe um sentimento de quase adoração, colocando-o quase “no mesmo nível de Wellington, que era para êle o conjunto de tôdas as virtudes humanas e sôbre-humanas”⁽¹²²⁾. Tinha, aliás, poucos amigos em Liverpool; entre os mais próximos estavam Mr. H. Glover, sócio da casa comercial de J. Bramley Moore & Cia., e Mr. John Lilly, vice-cônsul em Manchester⁽¹²³⁾.

Seu amigo também era o velho Bramley-Moore, antigo comerciante no Rio, onde fundara importante casa filial da de Liverpool, depois membro do Parlamento britânico, onde defendera a causa do Brasil na questão Christie. A grande admiração de Bramley — que êle nas suas conversas se esforçava por transmitir ao historiador Paranhos Júnior — estava concentrada na figura do almirante James Norton, de quem fôra amigo e que servira na Marinha brasileira⁽¹²⁴⁾. Rio-Branco chegou, aliás, a escrever uma biografia de Norton⁽¹²⁵⁾ e ao Clube Naval ofereceu um retrato do almirante pintado em 1830.

Mas não só os vice-cônsules perturbavam, com negligências e atrasos, a regularidade e eficiência dos trabalhos do Consulado. Também os comerciantes brasileiros criavam por vêzes ao cônsul situações difíceis e delicadas. Julgando que podiam ser mais espertos do que os inglêses, êles juntavam ao algodão exportado uma boa quantidade de pedras, e a fraude, sempre descoberta, era levada ao cônsul para que êle a autenticasse, para que lhe passasse o recibo. Com sacas de algodão exportadas, certa vez, por uma casa da Paraíba, traziam nada menos de vinte e quatro pesadas pedras; de outra ocasião foi encontrada uma pedra com mais de duas arrôbas. Tudo isso contribuía para diminuir o comércio brasileiro, provocava o retraimento dos compradores inglêses, desacreditava o nosso

(122) Raul do RIO-BRANCO, *op. cit.*, pág. 69.

(123) Depoimento escrito de Mr. Howarth, funcionário do Consulado do Brasil em Liverpool na época de Rio-Branco, mediante solicitação de Pascoal Carlos Magno, para êste Autor.

(124) Notas pessoais de Rio-Branco — Arquivo do Itamarati.

(125) No Arquivo do Itamarati estão os originaes e provas tipográficas dessa biografia de Norton, assinada com o pseudônimo de Bernardo de Faria. As provas são da tipografia do “Jornal do Comércio”. A êsse trabalho de Rio-Branco não se têm feito referências, naturalmente porque foi publicado sob pseudônimo. Tendo descoberto o manuscrito, e compreendendo a sua significação na bibliografia de Rio-Branco, êste Autor o indicou a um membro da comissão do Itamarati encarregada da publicação das suas obras completas em 1945.

algodão — já colocado em situação inferior ao dos Estados Unidos e do Egito — e enchia o cônsul de vergonha:

Não raro tenho o desgosto de receber, para legalizar, vistorias que autenticam a existência de pedras nas sacas de algodão do Brasil⁽¹²⁶⁾.

Além da fraude, êle reclamava contra a preparação e o acondicionamento do produto, em geral péssimos: qualidades diferentes misturadas nas mesmas sacas, fibras sujas, cortadas e estragadas, e, de mistura, sementes, fôlhas e terra⁽¹²⁷⁾. As vêzes um horror de algodão, contra o qual vinham parar à mesa do cônsul reclamações de tôda a parte.

Com o café sucedia mais ou menos a mesma coisa. No tempo mais próspero desse produto, quando êle estava marcando um ciclo da economia nacional, era suplantado na Inglaterra pelo café de Moca, Ceilão, Martinica, Costa Rica, Guatemala. Não só a chicória vinha misturada ao café, tornando-lhe o gosto detestável, mas também fígados de cavalo, talos de couve torrados, tijolos, tâlhas, cinzas de carvão-de-pedra.

Do inquérito que Paranhos fêz entre corretores de Londres e Liverpool obteve resultado lastimável. Um dêles dizia:

Os consumidores inglêses não gostam do café do Brasil porque em geral o gênero tem sabor peculiar: sabor de terra ou de tijolo.

Outro acrescentava:

Algumas vêzes êste café tem um cheiro e gosto muito maus, parecendo ter estado em contacto com couros.

Por isso o nosso café quase não entrava no consumo inglêz; o que lá entrava era logo reexportado, sobretudo para Antuêpia e Itália.

E enquanto os porque-me-ufanistas cantavam em jornais e livros a excelência do café brasileiro, naturalmente “o melhor do mundo”, o cônsul Paranhos enviava as suas observações realistas ao govêrno, advertindo os produtores:

Os nossos fazendeiros dão, em geral, mais importância à quantidade do que à qualidade, e a exposição que em boa hora acaba de realizar no Rio de Janeiro o *Centro da Lavoura e do Comércio* terá tornado bem patente aos incrêdulos a diferença que há entre o café comum ou ordinário, que forma a massa geral das nossas exportações, e os cafés de outras procedências⁽¹²⁸⁾.

(126) Relatório de 25 de fevereiro de 1878.

(127) No mesmo Relatório.

(128) Relatório sobre o café na Inglaterra (25 de março de 1882).

O relatório sôbre o café na Inglaterra⁽¹²⁹⁾ e o relatório sôbre navegação e comércio entre o Brasil e Liverpool⁽¹³⁰⁾ são os dois principais documentos da atividade consular de Paranhos Júnior.

No primeiro estão reunidos os dados existentes — dispostos em mapas anexos — sôbre a importação e consumo do café no Reino Unido, a partir de 1855, sua procedência, quantidade e valor, dados comparativos entre o comércio do Brasil e o dos demais países. Acompanham-no alguns inquéritos acêrca da posição do produto no comércio inglês, além de sugestões a respeito do seu preparo dirigidas aos fazendeiros, nas quais se recomenda a leitura da *Monografia do Café*, obra especializada do cônsul Paulo Pôrto Alegre.

O segundo tem mais amplitude, dividido em três partes: 1) comércio e navegação entre o Brasil e o seu distrito consular no ano financeiro de 1876-1877, e nos anos anteriores de 1871-1876; 2) comércio e navegação entre o Brasil e o Reino Unido desde 1872 até 1876; 3) comércio exterior do Reino Unido nos últimos anos.

Como se vê, êle não limitava o relatório ao movimento do seu consulado, mas dava, com o fim de ajudar o Ministério, um quadro do comércio universal da Inglaterra. Informa o seu antigo auxiliar Mr. Howarth que certa vez lhe mostrou Paranhos um relatório ao govêrno, com mais de noventa fôlhas, todo êle escrito com a própria letra do cônsul⁽¹³¹⁾. Deve ter sido êste de 1878. O seu caráter é pessoal pelo estilo, pelos comentários, pelas observações.

Falando sôbre os trabalhos de rotina do Consulado, Mr. Howarth acrescenta que, nos intervalos ocasionais, o cônsul costumava sentar-se nas mesas dos funcionários ausentes e continuava o trabalho em mão, fôsse qual fôsse.

Exclama entusiasmado ainda hoje, passado meio século, o seu antigo auxiliar⁽¹³²⁾:

(129) *O Café na Grã-Bretanha — Informação apresentada a S. Excia. Sr. Conselheiro Manuel Alves de Araújo, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, por José Maria da Silva Paranhos, Cônsul-Geral em Liverpool, 1882.*

(130) "Navegação e comércio entre o Brasil e os portos de dependência do Consulado-Geral do Império em Liverpool no ano 1876-1877" — Publicado em *Informações dos agentes diplomáticos e consulares do Império*, tomo 4, 1880.

(131) Depoimento cit.

(132) Depoimento cit.

— Ele era trabalhador! E tinha o dom de transmitir aos outros o amor ao trabalho e o desejo de servir à sua pátria. E como conservo vivas as lembranças verdadeiramente agradáveis do meu primeiro Chefe!

Lembra-se também das suas maneiras afáveis, delicadas, das suas conversas de fascinante *causeur*, embora reservado e distante em assuntos íntimos⁽¹³³⁾.

Da sua fôlha de funcionário, ao tempo em que era cônsul em Liverpool, constam, por isso mesmo, avisos de louvor de quatro Secretarias de Estado: da Secretaria da Guerra, por haver corrigido e anotado a obra de Schneider, trabalho gratuito; da Secretaria da Fazenda, por haver recusado remunerações devidas por incumbências que lhe foram dadas pelos ministros Saraiva e Ouro Preto; da Secretaria da Agricultura, por ter obtido e remetido ao Museu Industrial, por sua conta, vários objetos que haviam figurado na Real Sociedade de Agricultura da Inglaterra; da Secretaria do Império, pela subscrição em benefício das vítimas da sêca no Ceará em 1877, a de maior êxito entre tôdas as promovidas por agentes consulares do Império: uma arrecadação de £ 2 584⁽¹³⁴⁾.

Ele procurava, assim, dar às suas funções consulares a possível amplitude. Além dos princípios gerais de Direito Internacional, elas não tinham, aliás, nos regulamentos, normas bem definidas. Apesar da frase de Chateaubriand — *le temps des ambassadeurs est passé; celui des consules est revenu* — os cônsules ainda estavam longe da superior categoria de agentes diplomáticos. Sendo, embora, funcionários do Estado, êles desempenhavam papéis de ordem comercial, aos agentes diplomáticos ficando entregues os negócios e os interesses políticos⁽¹³⁵⁾. Contudo, a importância dos cônsules crescia no século XIX em proporção com o desenvolvimento econômico da época, e tratadistas eminentes já reclamavam a fusão dos dois ramos do serviço exterior. Novas atribuições lhes iam sendo facultadas:

Além dessas atribuições de autoridade, os cônsules exercem outras, que são de simples informação, agindo, então, como órgãos destinados

(133) Depoimento cit.

(134) Arquivo do Itamarati.

(135) "À la différence des agents diplomatiques, qui sont chargés de la représentation à l'étranger des intérêts politiques généraux des personnes de droit international, les *agents consulaires* ont pour mission de favoriser les intérêts particuliers, sociaux et économiques des États, en dehors de leur territoire". (J. De LOUVER, *Le Droit International Publique Positif*, tome II, pag. 59, Oxford, 1920).

a colher dados, noções, esclarecimentos, que habilitem a administração pública a desenvolver, mais consciente e eficazmente, a sua atividade no domínio das relações internacionais de ordem econômica e, ao mesmo tempo, assimile hábitos e instituições que, no estrangeiro, se tenham como úteis ao desenvolvimento das indústrias e do comércio⁽¹³⁶⁾.

Grande parte dessas funções consulares se achava, aliás, definida e delimitada pelo Visconde do Rio-Branco na exposição de motivos do decreto n.º 4 528 de 30 de setembro de 1868. O cônsul em Liverpool, ainda neste caso, encontrava no próprio pai elementos de orientação.

Hábitos ordenados, horas fixas de trabalho, Juca Paranhos não os tinha, porém, em lugar nenhum. Levando um telegrama urgente procurou-o Mr. Howarth uma vez às dez da noite no quarto; encontrou-o sentado na mesa de *toilette*, cercado de livros e papéis, trabalhando desde as cinco horas da manhã, sustentado a café e cigarros. Outras vezes entrava no Consulado ao meio-dia e lá ficava até de madrugada⁽¹³⁷⁾.

Isto faz contraste com as notas pessoais dos seus cadernos, nos quais se vê a ordem que êle colocava nos pormenores da sua existência e objetos com ela relacionados⁽¹³⁸⁾. As suas contas são particularmente curiosas; registrava nelas as menores despesas: camisas de dormir, conserto de relógio, sabonetes, pó de dentes, etc. Nada escapava ao registro do seu pequeno orçamento, nas colunas de receita e despesa. Não se pense, porém, que tivesse apêgo ao dinheiro; ficaria sempre pobre — e num cargo que lhe permitia fazer fortuna — por efeito de escrúpulos como êste que um dos seus *Cadernos* revela:

“Desisti da comissão a que tinha direito pela venda de cobre. Ainda fiquei com o prejuízo de £ 120 que havia me esquecido de colocar na conta”.

(136) Clóvis BEVILAQUA, *Direito Internacional Público*, tomo I, pág. 473, Rio, 1910.

(137) Depoimento cit. Outra reminiscência de Mr. Howarth: “Tendo eu uma letra boa e clara (não havia máquina de escrever naquela época) êle incumbiu-me de trabalhar nas cópias das *Efemérides* que vinha preparando. Estas foram feitas em folhas quadradas (de mais ou menos 10 × 10 polegadas) com linhas. Os dias variavam muito em conteúdo; precisando mais de uma folha, as seguintes foram gomadas, uma no fim da outra, para formar uma página por cada dia. O “record” foi uma folha de cerca de seis metros de comprimento! Eu costumava secar as folhas depois de coladas sobre uma partição com cerca de 8 pés de altura; naquela ocasião a folha inteira estendeu-se em ambos os lados da partição, com cerca de um pé no chão em cada extremidade.”

(138) *Cadernos de Notas* — Arquivo do Itamarati.

Empregava as suas pequenas economias em *bonds* de empréstimos brasileiros ou em ações das novas empresas nacionais. Sempre, porém, os resultados saíam inferiores aos seus projetos. Esta página de um *Caderno de Notas*, por exemplo, transmite a situação financeira do cônsul:

Comecei a economizar em outubro de 1878. Até o fim de maio de 1880 são vinte meses. Para pôr de parte cada ano £ 1 000 preciso todos os meses economizar

$$\begin{array}{r} 84 \text{ £} \\ \underline{12} \\ 168 \\ \underline{84} \\ 1008 \end{array}$$

Portanto só em vinte meses eu devia ter pôsto de parte:

$$\begin{array}{r} 84 \\ \underline{20} \\ 1680 \\ \text{Só pus — } 1202 \\ \text{Faltam — } \underline{478} \end{array}$$

Outra página curiosa dos *Cadernos de Notas* (1881) é a conta do alfaiate:

Pg. conta de Poole:

Sobretudo	8.	5.	0
Paletó	6.	16.	6
Colête	1.	18.	0
Calça	2.	12.	6
		<u>19.</u>	<u>12. 0</u>
15% de desconto	2.	18.	6
		<u>16.</u>	<u>13. 6</u>

Não havia de atrair a atenção especial em Liverpool aquêlê cônsul de um país americano que costumava passear nas ruas, sozinho, em passos lentos e com um ar de grande dignidade. Ele não tinha feito nada de extraordinário, e ninguém conhecia os seus projetos. Teria projetos, sonhos para o futuro, realmente? Os seus amigos ficavam sempre surpresos com a sua visível falta de ambição, com o seu desapêgo ao dinheiro, aos cargos, às honrarias. Dos grandes apetites psicológicos que movimentam os homens — o poder, o dinheiro, a glória, o amor — nenhum dêles parecia agitar Paranhos

Júnior. Talvez só o desejo de glória formasse algum sonho, algum complexo de impulsão sentimental, porque, afinal, êle era vaidoso e era intelectual, e mais tarde o apetite de glória seria um dos seus motivos de ação. Mas durante muitos anos nem mesmo essa ambição seria possível descobrir por baixo das suas maneiras tão discretas e despretensiosas, dos seus hábitos de reserva e discrição. Uma vida silenciosa — com exceção de um ou outro acontecimento — será a do cônsul brasileiro durante os quase vinte anos que passou entre os trabalhos de rotina em Liverpool e os estudos históricos em Paris.

Mas, como sucedeu com a sua passagem na Academia de Direito, a permanência em Liverpool servia-lhe de aprendizado e preparação. De acôrdo com o seu temperamento, ocupava-se com tudo e a sua curiosidade estava voltada para tôdas as coisas. O seu ôlho alcançava um grande problema político ou diplomático, e ao mesmo tempo descia ao exame de minúcia mais insignificante ou material da casa. Daí o seu interêsse simultâneo pelos assuntos intelectuais e pela rotina do funcionalismo. A faculdade excepcional de ver de uma só vez o conjunto todo e todos os pormenores era uma das suas faculdades desde o tempo do Consulado.

Foi na Inglaterra que se lhe fixaram definitivamente as idéias políticas e o conhecimento da vida internacional sob o ponto de vista da história diplomática. Vendo funcionar de perto — pelas idas a Londres, pela leitura dos jornais, pela participação resultante de tantos dias no ambiente — o sistema parlamentar da Inglaterra — modelo do que conhecera no Brasil — uma convicção política, já trazida do Rio, definiu-se nêle para sempre: a superioridade, a excelência dêsse mesmo sistema em relação a todos os outros. Soube afastar o seu caso pessoal de pouco sucesso na Câmara do julgamento objetivo que lhe vinha da inteligência e da visão direta dos fatos. Era nêle, ao mesmo tempo, idéia e sentimento a fidelidade ao liberalismo político — convicção íntima e racional que adquirira no ambiente brasileiro do Segundo Reinado e vira crescer em raízes e consistência nos muitos dias passados na Inglaterra.

Por outro lado, a Inglaterra — no isolamento da era vitoriana — constituía um privilegiado ponto para observação dos movimentos diplomáticos europeus. Desde o congresso de Berlim, em 1878, as chancelarias puseram-se em grande ati-

vidade. Os diplomatas procuravam, ainda tateando nas sombras, alianças e contra-alianças para fixar o desejado equilíbrio europeu. Tratados ruidosos e tratados secretos iam separando os povos em dois grandes grupos: os dois grandes grupos que se ajustavam e articulavam para o encontro na guerra de 1914.

Paranhos Júnior tinha, pois, nessa Europa dos últimos vinte anos do século XIX, uma escola prática de diplomacia; e na Inglaterra uma escola de política interna. Mais tarde, no Itamarati, essa formação no estrangeiro será uma das suas originalidades: na política interna, a valorização da opinião pública, que êle procurava sempre conhecer, coordenar e interpretar, estimulando e provocando as suas manifestações; na política externa, uma técnica diplomática em estilo europeu, uma série de negociações e tratados que não só continuavam, mas ampliavam e ultrapassavam os princípios e métodos dos estadistas do Segundo Reinado.

Deve-se frisar, porém, que êsse aprendizado no estrangeiro — o conjunto das influências inglêsas, francesas e alemãs — em nada lhe desfigurou a personalidade de homem e a fisionomia de brasileiro. Isto indica a medida de suas fôrças íntimas, da solidez de sua personalidade: a ausência do Brasil, durante quase trinta anos, não teve sobre êle nenhum efeito descaracterizador. Salvar-se-ia do perigo do esnobismo e do internacionalismo pela capacidade de levar a pátria no espírito, como se nêle o homem e a terra houvessem feito uma fusão imaterial e definitiva. Era esta a forma do seu patriotismo. Um patriotismo sem grandes palavras ou grandes gestos, mas tão intenso e autêntico, tão íntimo e de tôdas as horas como será raro em qualquer ser humano. E a sua legenda já constituía uma confissão: *Ubique Patriæ Memor*.

Lembro-me da Pátria em todos os lugares: em Liverpool, em Londres, em Paris, em São Petersburgo, em Washington, em Berna, em Berlim, em tôda a Europa, em tôda a parte — êle caminha com a lembrança da pátria. Era como se carregasse a sua terra debaixo dos pés.

Além das suas viagens tantas vêzes repetidas entre Liverpool e Paris, Juca Paranhos teve ocasião de visitar e conhecer outros países, como sucedeu em 1879 ao acompanhar o Pai

pela Itália. Era a primeira viagem que o Visconde do Rio-Branco, quase aos sessenta anos, fazia à Europa, e com o propósito, como dizia, de ainda se instruir e completar a sua educação política⁽¹³⁹⁾. Mas não pôde sentir-se de todo feliz nesta viagem, naturalmente tão desejada. Não só está inquieto com as notícias a respeito de um de seus filhos⁽¹⁴⁰⁾, mas também a grande tristeza dessa viagem tinha sido, em Lisboa, o aparecimento do primeiro sinal da enfermidade que o mataria dois anos depois. Surgiu-lhe na bôca uma carnosidade — o alarma do câncer — que êle atribuiu a princípio ao fumo ou à escôva de dentes⁽¹⁴¹⁾. O sinal, no entanto, aumenta a cada dia, e em Paris a sua estada não é só um prazer, mas também uma peregrinação aos médicos.

Contudo, não interrompe o seu programa de viagem: em Londres, assiste a uma sessão do Parlamento — e que emoções terá sentido êsse grande parlamentar na casa que é o modêlo do parlamentarismo! — em companhia do seu velho amigo o Barão de Penedo; em Paris, está presente à festa ruidosa que o general Mac-Mahon ofereceu em honra dos visitantes da Exposição; em Roma, afinal, em companhia do filho mais velho, celebra comovido os seus sessenta anos:

Estou na antiga Roma. Tive uma emoção que não sei definir ao celebrar os meus sessenta anos na Igreja de São Pedro, onde visitei o túmulo do Príncipe dos Apóstolos. Essa catedral é uma maravilha pela grandeza, arquitetura, decorações, quadros e estátuas⁽¹⁴²⁾.

Pela Itália os dois Rio-Branco viajam juntos, e agora, pela primeira vez, o condutor, o cicerone é o filho.

Mas os estrangeiros, sobretudo nessa época, não visitavam a Itália para ver o presente, e sim o passado: Roma, Veneza, Florença, as suas ruínas, as suas igrejas, os seus palácios, os seus museus. Havia o interêsse também pelo pequeno povo, com seus costumes pitorescos, as suas canções, as suas danças. A Itália constituía a grande nostalgia do romantismo,

(139) "...viagem que empreendi para instruir-me e adquirir mais alguma saúde." (Carta do Visconde à Viscondessa do Rio-Branco — Arquivo do Itamarati).

(140) "Compreendo quanto as loucuras dêle, que têm excedido o mais que eu receava, devem afligir-te. Esse menino parece já não respeitar coisa alguma. É preciso que te mostres enérgica algumas vêzes." (Carta à Viscondessa do Rio-Branco — Arquivo do Itamarati).

(141) Carta do Visconde à Viscondessa do Rio-Branco — Arquivo do Itamarati.

(142) Carta do Visconde à Viscondessa do Rio-Branco — Arquivo do Itamarati.

e dela diziam os sonhadores que era o único lugar da Europa onde havia côr e beleza. Amava-se na Itália o país da História, e para Juca Paranhos, historiador, devem ter sido um encanto o conhecimento e a contemplação do Palácio dos Doges, o Palácio Vecchio e o Palácio Pitti, as Termas, o Coliseu, as antiguidades do museu do Vaticano, as Catacumbas, “tôda a terra dos mortos”. Historiador militar foi ver de perto os campos de batalha de Trasimeno e Canas.

Esta viagem — completada com a extraordinária manifestação popular que recebeu quando chegou de volta ao Brasil — foi como que o ato final da vida do primeiro Rio-Branco. Os sintomas do câncer crescem, dominadores, e êle pouco a pouco nesse ano de 1880 vai-se afastando dos negócios do Estado. Em carta de 14 de agosto ainda escreve ao filho, com uns restos de esperança: “Estou afastado dos negócios do Senado, só trabalho com o auxílio do seu tio nas Consultas do Conselho de Estado e com suma paciência curando-me de hora em hora. Espero em Deus que ficarei bom dentro de pouco tempo, e entretanto sofrerei resignado tôdas as privações e os incômodos do meu estado morbo”(143). Mas, em setembro, Gusmão Lôbo telegrafa-lhe:

— Venha já.

Juca Paranhos compreende o sentido do chamado, e da França, onde se achava, comunica-se com o Barão de Penedo: vai embarcar imediatamente no *Galícia*, que passa em Bordéus no dia 9, e não pode ir sequer a Liverpool ou Londres regularizar a sua ausência(144).

Chegou a tempo de assistir à morte do Pai, ocorrida no dia 1.º de novembro de 1880. Tendo-se-lhe manifestado a meningite, em 30 de outubro, o Visconde do Rio-Branco caiu em estado de delírio, com um ou outro intervalo de lucidez. No dia 1.º, de manhã, recebeu Frei Fidélis D’Avola, seu velho amigo, que lhe fêz em nome da Igreja as perguntas solenes:

— Exmo. Sr. Visconde, V. E. arrepende-se de todos os pecados que cometeu por pensamentos, palavras e obras? V. E. crê em tudo que manda crer a Santa Igreja Católica Apostólica Romana? V. E. condena tudo o que a Santa Madre Igreja condena e manda condenar?

(143) Arquivo do Itamarati.

(144) Carta de Juca Paranhos ao Barão de Penedo — Arquivo do Itamarati.

A resposta à última pergunta seria particularmente importante, dado o seu caráter de grão-mestre da Maçonaria; e realmente ocorreu depois uma discussão para elucidar se êle renegara ou não essa parte do seu passado.

Presente à cena, Paranhos Júnior fêz a sua reconstituição em carta a Frei Fidélis:

À primeira interrogação o enfêrmo respondeu claramente: sim. À segunda, pareceu-me que a resposta fôra também afirmativa. À terceira a resposta foi absolutamente ininteligível para todos que ali nos achávamos.

Então V. R. recitou uma oração, fêz o sinal da absolvição e depois de beijar a testa do enfêrmo, retirou-se.

A carta de Juca Paranhos — escrita no dia 7, sob a emoção recente da morte do Pai — é um documento humano de nobreza, coragem e fidelidade às convicções. Conclui:

Eis quanto se passou acêrca do objeto da carta de V. R. e ser-me-á lícito acrescentar que do ocorrido se não pode inferir que o Visconde do Rio-Branco renegasse a Associação de que foi chefe. (...) Li hoje na seção ineditorial do *Jornal do Comércio* a declaração de S. R. o Vigário Capitular em que pretende que meu Pai, na sua hora extrema, condenou tudo aquilo que a Igreja Católica condena e portanto as sociedades secretas e seus erros. A êste ponto não tenho a lembrar a V. R. senão o que acima disse: meu Pai nenhuma resposta inteligível deu à pergunta que a tal respeito lhe dirigiu V. Rev. Ele não condenou nem é para presumir que condenasse uma instituição que muito prezou, e que nada fêz às ocultas para que se lhe atribuassem intuítos contrários à religião católica.

Por que êsse desejo do vigário capitular de arrancar do moribundo qualquer declaração contra a maçonaria? O que representaria para a Igreja uma adesão feita sob a proximidade da morte, quando a inteligência está frágil e descontrolada? É com êsse espetáculo — o de uma palavra duvidosa *in extremis* a renegar as convicções de tôda uma vida — que Juca Paranhos não se conforma. Além disso, as últimas preocupações do Visconde do Rio-Branco naquele último dia de existência não foram religiosas, mas políticas. Falava como se estivesse no Senado, a pedir que não perturbassem a marcha do elemento servil e a lembrar que era preciso obedecer com lealdade aos compromissos⁽¹⁴⁵⁾. Quando a mulher se apro-

(145) A reconstituição da morte do Visconde do Rio-Branco está de acôrdo com a carta de Paranhos Júnior a Frei Fidélis, em 7 de novembro de 1880. — Arquivo do Itamarati.

ximou dêle, chorando, para uma despedida; o corpo do doente ergueu-se um pouco, e a voz se tornou distinta nestas palavras com que se despediu do mundo:

— Estejam certos de que hei de confirmar perante Deus o que hei afirmado perante os homens.

Juca Paranhos repetiu-as aos amigos que estavam em visita ao moribundo, acrescentando:

— E eu tenho que elas resumem o seu coração e a sua inteligência naquele supremo momento⁽¹⁴⁶⁾.

Estava a família Paranhos num período de lutos e desgostos. Durante a doença do Visconde, em junho de 1880, morria a sua filha Augusta, e meses depois o marido dela e o filho. Em abril de 1881, Juca Paranhos, ainda no Rio, assistia à morte de sua irmã Luísa, numa casinha no Engenho Nôvo, onde fôra prolongar um pouco, pelo clima, os seus dias de tuberculosa.

Êle se tornava, aliás, o chefe da família, na sua qualidade de filho mais velho, e assumiu tôdas as responsabilidades com decisão e coragem. Passou a insistir com a Viscondessa para que se mudasse para Paris. Ela pediu um ano de prazo para se decidir e em 1883 Juca Paranhos veio ao Rio, pela segunda vez, a fim de acompanhar a mãe, que resolvera afinal aceitar a sua sugestão.

Dizia ela em carta a um amigo:

Concorreram para esta minha resolução motivos de saúde e a necessidade de atender com mais cuidado para a educação dos meus dois tutelados. Espero que Loloca ficará mais robusto com o bom clima da Europa, e desejo que êle e o meu filho Alfredo se eduquem em bons colégios perto das vistas do meu filho mais velho⁽¹⁴⁷⁾.

Durante a estada no Rio, em 1883, recebeu Paranhos Júnior do Ministro da Agricultura — por influência dos seus relatórios de cônsul ou por sugestão do seu amigo Gusmão Lôbo, diretor do Departamento Central daquele Ministério

(146) Carta cit.

(147) Carta da Viscondessa do Rio-Branco ao major Luís de Araújo Cavalcanti — Arquivo do Itamarati.

— o convite para ser o delegado do Brasil na Exposição de São Petersburgo, em 1884, onde se pretendia fazer grande propaganda do café brasileiro em pavilhão especial. Ia à Rússia no duplo caráter de delegado do governo imperial e presidente da comissão do Centro da Lavoura e do Comércio. O próprio Imperador — informado talvez dos seus serviços no Consulado de Liverpool — tomou parte saliente no convite⁽¹⁴⁸⁾. A Paranhos Júnior, aliás, fôra dado receber D. Pedro em Folkestone e acompanhá-lo em Liverpool, quando da sua passagem pela Inglaterra em 1877⁽¹⁴⁹⁾, e naturalmente as relações entre os dois se tornaram mais cordiais nesse encontro no estrangeiro.

O sucesso dos representantes brasileiros começou quando o Barão de Alhandra, nosso ministro na Rússia, conseguiu que a exposição e distribuição do café fôsem feitas no próprio edifício da grande Exposição Internacional de Horticultura. Andava o Brasil, nesse tempo, com o propósito de estabelecer relações comerciais mais diretas com a Rússia, sobretudo porque o nosso café lá entrava com outro nome e encarecido com a reexportação. Por isso mesmo o trabalho principal de Paranhos se concentrou na propaganda. Ele tinha, aliás, o instinto da publicidade; vários artigos a respeito do Brasil publicados na Europa eram inspirados ou feitos por êle. Logo que se instalara em Liverpool fornecera a Edward Richard Russel os dados e elementos para o belo artigo que êste publicou no *Daily Post*. Agora, na Rússia, reservava duas horas por dia “para fazer a côrte aos jornalistas”⁽¹⁵⁰⁾.

Os jornais, com efeito, andam cheios de notícias, editoriais, crônicas mundanas sôbre o café brasileiro, e de tal modo que a delegação contrata um jornalista russo para ler em francês essas publicações. O *St. Petersburger Zeitung*, por exemplo, dedica-lhe um artigo inteiro com êste comêço:

A Exposição Brasileira de Café no *Manège Michel* continua a interessar de modo extraordinário a população de São Petersburgo. Con-

(148) “A minha nomeação de Delegado do Governo na Exposição que próximamente vai abrir-se nessa capital só foi resolvida na véspera da minha partida do Rio. Aceitei-a depois de muito hesitar, e constringido, mas só aceitei-a, como declarei a S. M. e ao seu governo, contando que V. Excia. que conhece a Rússia me auxiliaria com os seus conselhos.” (De uma carta ao Barão de Alhandra, em 16 de abril de 1884 — Arquivo do Itamarati).

(149) Relatórios e Comunicados do Consulado-Geral em Liverpool — Arquivo do Itamarati.

(150) Carta a Eduardo Lemos — Arquivo do Itamarati.

quanto o *Manège* abunde em tesouros vindos de todos os pontos do globo, que encantam a vista e o gôsto, nenhuma seção da Exposição obtém o êxito verdadeiramente colossal do pavilhão brasileiro⁽¹⁵¹⁾.

Remetendo os jornais ao Ministério, Paranhos dizia no seu relatório:

Acredito muito no poder da publicidade pela imprensa, pelos anúncios convenientemente espalhados⁽¹⁵²⁾.

Ao delegado do Centro da Lavoura, que ficara doente em Lisboa, êle comunica:

Organizamos a *reclame* à americana⁽¹⁵³⁾.

De resto, como chefe de uma delegação, êle pode dar mostras agora da sua liberalidade, do seu temperamento de grão-senhor capaz de gestos largos e dádivas generosas. Procurado por um general russo, que lhe vinha pedir uma pequena distribuição de café no Asilo dos Inválidos, êle promove o oferecimento de grande quantidade, explicando-se:

Aconselhei que se oferecesse pelo menos 20 sacas — darão para seis meses — porque sou contrário aos pequenos presentes⁽¹⁵⁴⁾.

E nada mesquinho se apresentava o pavilhão do Brasil. Dia e noite xícaras de café eram oferecidas aos visitantes. Aristocratas e populares, tôdas as classes que lá iam davam um número de vinte mil visitantes por dia. Depois da visita do Czar e da Czarina, acompanhados de grãos-duques e grã-duquesas — recebidos por Juca Paranhos numa conversação em francês — o pavilhão brasileiro do café ficou sendo o grande acontecimento social da *estação*, um centro elegante da cidade.

Um cronista mundano anotava:

Que fazem agora as nossas damas do *grand monde*? Oh! Ocupam-se com uma coisa muito útil: aprendem a preparar café à moda do Brasil, cujo pavilhão invadem tôdas as manhãs⁽¹⁵⁵⁾.

(151) Tradução no Arquivo do Itamarati.

(152) Relatório de 2 de junho de 1884 ao govêrno brasileiro.

(153) Carta a Eduardo Lemos — Arquivo do Itamarati.

(154) Carta cit.

(155) *Petersburgskaya Gazeta*, tradução no Arquivo do Itamarati.

Tôda essa aristocracia elegante encontra em Juca Paranhos o homem de salão, o mundano de boas maneiras e agradável conversação em francês, que lhe fala do Brasil e da sua vida social. E a êle terá ocorrido a semelhança, só depois estudada⁽¹⁵⁶⁾, entre as duas sociedades, a russa e a brasileira?

A princípio, Paranhos e os seus companheiros ficam perturbados e quase desorientados na cidade de distâncias enormes; não podem sair de casa sem um *garçon de place*, porque não sabem ler os nomes das ruas nem fazer conhecer ao cocheiro os endereços. Em um mês, aliás, não poderiam sentir nem entender o verdadeiro povo russo, os camponeses ou a massa operária das cidades. Havia, porém, duas Rússias, como no Brasil: ao lado do povo, uma elite de cultura francesa, uma pequena sociedade formada pela côrte, pelos diplomatas, pelos altos funcionários, e na qual todos os estrangeiros se entendiam na língua francesa. Sociedade internacionalizada que representava o papel de ambiente intermediário entre a Rússia e a Europa. O resto do país permanecia como uma região bárbara e exótica. À escravidão negra correspondera a servidão russa. No que não havia semelhança nenhuma era nos regimes políticos: nada havia de comum entre o liberalismo do Segundo Reinado e o rígido absolutismo czarista.

Por sinal, o czar Alexandre III, que Juca Paranhos conheceu, e com quem uma vez conversou longamente, estava empenhado num movimento reacionário contra as tendências liberais da oposição. O czar anterior, Alexandre II, havia inaugurado uma experiência liberal: abolira a servidão dos camponeses, criara os "semstwo", corporação de autonomia local, e os tribunais do júri. Mas quando êle desapareceu num atentado terrorista — isto pareceu ao seu sucessor um aviso para retornar ao reacionarismo, em cujo espírito fôra educado pelo seu mestre Pobjedonozzew, jurisconsulto sêco e duro, defensor apaixonado do absolutismo. Iniciara-se uma reação brutal: prisões em massa, deportações para a Sibéria, estudantes, intellectuais e operários perseguidos.

Coisa curiosa: essa aparência de fôrça e poderio não impressionou Juca Paranhos. Pareceu-lhe desde o primeiro momento que a organização policial do czarismo era "um colosso de pés de barro". Depois de conversar com o *czare-*

(156) V. Gilberto FREIRE, *Região e Tradição*, Rio, 1942.

vitch, o futuro Nicolau II, disse aos seus amigos que tinha a impressão de ver nêle “o Luís XVI da Rússia”⁽¹⁵⁷⁾. Será que percebeu, no rapaz de quinze anos, a contradição fatal que haveria entre a sua timidez, o seu doentio misticismo, e o aparelhamento gigantesco do governo czarista?

Durante os vinte e tantos dias passados na Rússia — Paranhos trabalhou desordenada e incessantemente, como era do seu feitio. Ocupava-se êle próprio de todos os assuntos, tarefas e pormenores da delegação brasileira. “Há quase um mês” — escrevia a Eduardo Lemos — “não durmo mais de três ou quatro horas por dia, e estou já sem fôrças”⁽¹⁵⁸⁾. Além de preparar pessoalmente e sozinho⁽¹⁵⁹⁾ — auxiliado apenas na tradução pelo seu amigo Jules Dumontier, a quem levava como secretário — o catálogo da exposição, escreveu uma espécie de notícias sôbre o Brasil, o pequeno livro impresso sob o título *Le Brésil à l'Exposition de St. Petersburg* (1884).

Dêle se tiraram na Rússia doze edições para distribuição entre visitantes do pavilhão brasileiro. Fugia de todo essa publicação ao tom comum de publicidade que não impressiona ninguém com os seus ditirambos e elogios tão convencionais quanto despropositados. Era, ao contrário, uma notícia geral acêrca do Brasil, bem escrita, bem informada, feita com sobriedade e rigor, um histórico do país e uma visão do estado de sua vida social, política, intelectual, econômica, militar. Não continha propriamente novidade ou generalizações brilhantes — e nem essa era a sua finalidade — mas alcançou admiravelmente o seu objetivo: dar aos russos uma visão sintética, mas completa, da sociedade brasileira e dos seus recursos, mostrar que éramos alguma coisa mais do que os produtores daquele café que êles estavam a beber e a louvar com tanto apetite e entusiasmo. E sômente com os conhecimentos históricos do cônsul em Liverpool seria possível escrevê-la em dois dias. Está repleta de datas, estatísticas, elementos informativos sôbre história, instrução pública, fôrças militares, serviços oficiais, etc. Repleta sobretudo do insuperado patriotismo do seu autor.

(157) Raul do RIO-BRANCO, *op. cit.*, pág. 103.

(158) Arquivo do Itamarati.

(159) “Tudo isso foi tão às pressas e tive de distribuir a atenção sôbre tanta coisa!” (Carta a Eduardo Lemos — Arquivo do Itamarati).

Dando aos russos, com êste volume, uma impressão do Brasil, Paranhos transmitia ao govêrno brasileiro a sua impressão da Rússia no Relatório de 2 de junho⁽¹⁰⁰⁾. Insiste aí pela necessidade de um comércio regular e direto com a Rússia, sem o que a Exposição de São Petersburgo não teria sido mais do que um espetáculo decorativo. Um velho general, por exemplo, lhe dissera no francês da côrte czarista:

— Vous nous faites goûter un excellent café, vous faites naître en nous le désir de ne plus boire jamais d'autre café, et quand nous vous demandons le moyen de nous le prouver, vous nous répondez: — Adressez vous à Rio — Mais comment? A qui?

Por isso, o delegado brasileiro sugere as medidas necessárias para que a Exposição de São Petersburgo atinja tôdas as suas conseqüências práticas, concluindo:

Sempre fui de parecer que as exposições de café não bastavam, sendo indispensável que ao mesmo tempo criássemos nos grandes centros de consumo depósitos onde estivesse à venda o nosso café. Assim procederam os plantadores da América Central e da Venezuela, em Londres e Paris.

Uma coincidência que se poderia notar depois: o Relatório de Juca Paranhos era dirigido a um conselheiro do Império com quem colaboraria muito de perto da República; o ministro da Agricultura em 1884 era Afonso Pena. E conselheiro do Império também ficava sendo Paranhos nesse mesmo ano de 1884, naturalmente como recompensa dos seus serviços na Rússia. Ele, ao que parece, não dá grande importância ao título, e escreve brincando ao Barão de Penedo:

Eu apenas esperava alguma comenda de Cristo, e acho-me conselheiro. Peço a V. Excia. o favor de dizer ao nosso Correia, a quem não posso escrever hoje, que quando precisar de algum conselho, estando V. Excia. ausente, recorra a mim francamente, sem timidez ou cerimônia. Preciso *funcionar*. Il faut que je fonctionne...⁽¹⁰¹⁾.

As condecorações e títulos chamava *bijoux* e *tetéias*, em conversas ou correspondência com amigos, e a sua vaidade não descia ao ponto de cobiçá-las como se fôsem honras autênticas. Só uma condecoração êle desejou ardentemente:

(100) Publicado no "Jornal do Comércio" de 7 de agosto de 1884.

(101) Carta ao Barão de Penedo, em agosto de 1884 — Arquivo do Itamarati.

a comenda da Rosa. Era ainda um sinal de amor ao Pai, do desejo de se identificar com êle, pois fôra esta a primeira condecoração do Visconde do Rio-Branco, como retribuição aos seus serviços na qualidade de secretário da missão Paraná ao Rio da Prata. Paranhos Júnior, secretário também de uma missão ao Rio da Prata, desejava o mesmo distintivo honorífico por serviços prestados no mesmo cargo do Pai. Num dos *Cadernos de Notas* de 1880 encontra-se êste registro:

Foi-me oferecido e anunciado o título de Conselheiro. Declarei que preferia a comenda da Rosa.

E em carta ao Barão de Piraquara:

Meu Pai morreu com a que ganhou em 1852 como secretário em missão ao Rio da Prata⁽¹⁶²⁾.

Ao deixar a Rússia, Paranhos pôde escrever sem vanglória ou vaidade:

O sucesso que alcançamos aqui foi imenso, e suponho que nunca qualquer exposição brasileira fêz tanto estrondo.

Mas não voltava inteiramente satisfeito. Um dos representantes do Centro da Lavoura entrara em conflito com êle, sobretudo no momento de distribuir honrarias e condecorações. Competições tão vulgares e mesquinhas — e êle nada pedira para si mesmo — deixam-no irritado e enojado. É um dos raros momentos em que perde a medida das palavras e a sua habitual reserva. Ao Barão de Alhandra, que ficara do seu lado contra os negociantes do Centro — “estamos aliados em guerra defensiva contra os *restaqueras*” — escrevia:

Só lhe prestei serviços, e não fico querendo mal a êsse senhor porque quis fazer-me certos desaforos. Para mim, o que êle é, é um grande tolo com pretensões a esperto. É preciso que cresça duas vêzes para pretender embrulhar-me⁽¹⁶³⁾.

E a Joaquim Nabuco:

Declarei-lhe que se recebesse alguma outra provocação iria pela imprensa discutir e pôr bem claros êstes negócios da Exposição. O Sr. Dumontier recebeu esta distinção por proposta minha e é digno da mercê que recebeu; as condecorações do Imperador não foram criadas

(162) Arquivo do Itamarati.

(163) Carta ao Barão de Alhandra, em 30 de agosto de 1884 — Arquivo do Itamarati.

unicamente para negociantes, fazendeiros e capitalistas que fazem donativos, algumas vezes muito problemáticos, ou que servem de graça. Estou muito arrependido de me haver metido com semelhante gente, mas tenho-lhes dito em carta muitas verdades e elles têm abaixado a crista. Pela minha parte protesto nunca mais meter-me em outra expedição semelhante⁽¹⁶⁴⁾.

Além disso, vinha doente — uma bronquite agravada em estado agudo — e com um vago sentimento de tristeza. Na Rússia crescera-lhe a nostalgia e lá pela primeira vez lhe veio o sonho — um projeto que retomou em outras ocasiões — de abandonar o serviço no estrangeiro, voltar ao Brasil e fazer-se fazendeiro em São Paulo⁽¹⁶⁵⁾.

Refugiou-se durante alguns dias em Royal, a estação de águas de sua predileção. E daí se transportou a Paris a fim de regularizar os seus negócios de família. Nascera-lhe em 1885, o último filho, Hortência. Eram agora cinco, ao todo: dois homens, Raul e Paulo; três mulheres, Amélia, Clotilde e Hortência. Além da mulher e dos filhos, tinha agora sob a sua responsabilidade a mãe, o irmão Alfredo, e o sobrinho Luís, aos quais elle chamava “os restos da minha família”⁽¹⁶⁶⁾, naturalmente porque, faltando o Pai, faltava-lhe quase tudo. Assume corajosamente esses encargos e despesas de família, além dos auxílios que enviava a outros sobrinhos no Brasil. Em 1887, a pedido da Viscondessa, veio novamente ao Rio, numa terceira viagem, em auxílio da irmã mais velha, cujo marido, com a obsessão do espiritismo, enlouquecera⁽¹⁶⁷⁾. A carta da mãe era comovente:

Meu filho: tudo que te peço é em nome de teu Pai; e para a tranqüillidade de tua velha Mãe! Tu sempre foste, Juca, o melhor dos filhos e sei reconhecer bem que muitos sacrificios te devo, meu filho, e Deus te há de recompensar.

E na margem, com a sua melhor letra, elle escreveu:

Carta da minha querida mãe⁽¹⁶⁸⁾.

(164) Arquivo de Joaquim Nabuco, no Itamarati.

(165) De uma carta do diplomata Carlos Aldao, que o conheceram na Rússia: “Deduzo por isto que se hajam desvanecido os seus sonhos pastoris de fazer-se plantador de café em São Paulo.” (Arquivo do Itamarati).

(166) Carta ao Barão Homem de Melo — Arquivo do Itamarati.

(167) De uma carta de Joaquim Nabuco a Juca Paranhos: “Pode dizer que foi uma verdadeira mártir sua santa irmã, vítima de uma das mais terríveis tragédias da vida que se têm dado na nossa sociedade.” (Arquivo do Itamarati).

(168) Arquivo do Itamarati.

Capítulo V

A vida em Paris. Projetos e trabalhos do historiador. Fase de preparação. O sentido do seu patriotismo. Livros e opúsculos de 1889. Primeiro encontro entre Rio-Branco e Rui Barbosa. O artigo do "Diário de Notícias". Outros traços da personalidade de Rio-Branco.

DE 1876 a 1901 — com exceção da estada nos Estados Unidos e na Suíça como advogado do Brasil — Rio-Branco residiu em Paris. Em 1877 fez uma tentativa para fixar-se com a família em Liverpool⁽¹⁶⁹⁾, mas o caráter comercial da cidade, o seu tom cinzento e melancólico, capaz de exacerbar ao delírio a nostalgia dos estrangeiros, a ausência de um desejado ambiente intelectual — tudo o levou a mudar de idéia. Ficou com aposentos em Liverpool, onde passava parte da semana, mas instalou a família em Paris, onde estava constantemente. Com o passar dos anos foi demorando cada vez mais em Paris e cada vez menos em Liverpool...

Para tanto contava com a boa vontade e a condescendência do Barão de Penedo, disposto a continuar em Paranhos Júnior a velha amizade, que mantinha desde a adolescência, com o Visconde do Rio-Branco. A Legação em Londres, pelo regulamento, podia permitir aos cônsules ausências até o período de um mês, e só além desse prazo eram necessárias as licenças da Secretaria. Juca Paranhos usava largamente dessas permissões, que o Barão de Penedo, por sua vez, concedia com bom humor e displicência. Às vezes ainda se prontificava a legalizar as ausências irregulares⁽¹⁷⁰⁾. Que importava ao

(169) Raul do RIO-BRANCO, *op. cit.*, pág. 68.

(170) De uma carta de Rio-Branco a Penedo: "Recebi hoje telegrama prorrogando a minha licença, mas ainda assim, a resposta de Vossa Excelência ao meu ofício de 25 de outubro será conveniente, porque estive cinco dias em situação irregular, é desejo que a Secretaria ache a minha comunicação oficial perfeitamente em regra." (Arquivo do Itamarati).

grande diplomata, amigo de príncipes e milionários, aristocrata êle próprio, nas recepções e festas de 32, *Grosvenor Gardens*, que um cônsul ficasse ou não amarrado todos os dias à sua mesa de burocrata?

Aos brasileiros que o encontravam em Paris, Juca Paranhos dirigia sempre, na conversa ocasional das ruas, esta frase invariável e explicativa:

— Cheguei ontem e volto amanhã.

Mesmo assim as denúncias chegavam à Secretaria, e êle toma, por isso, cada vez maiores precauções nas suas “fugas”. Sousa Correia ria-se muitas vêzes do “mistério” com que procurava defender as suas estadas mais longas em Paris. Ao Barão de Penedo, por exemplo, escrevia Rio-Branco:

Quando eu fazia destas coisas mistério, o Correia ria-se. Entretanto, eu tinha minhas razões, V. Ex. agora sabe, para estar em guarda com certos amigos do Rio.

E na mesma carta:

A minha licença termina no dia 30, e, pois, no dia 1.º devo tomar conta do meu Consulado. Tenho, porém, necessidade de demorar-me aqui até o dia 12 ou 14 de outubro e espero que V. Excia. permita que até essa data eu me deixe ficar aqui *incógnito*. Tenho ao chegar a Liverpool várias maçadas grandes: exposição de café, relatório, etc. e isso não me permitirá voltar aqui antes de fins de dezembro ou princípios de janeiro⁽¹⁷¹⁾.

Em Liverpool cumpria as suas tarefas de cônsul — as “maçadas grandes”, como as chamava — com escrupulo, exatidão e consciência, mas só entregava o seu espírito, o seu entusiasmo, o seu ser completo, aos trabalhos em Paris. Trabalhos e estudos inteiramente desinteressados. Durante quase vinte anos o Barão do Rio-Branco estudou a História e a Geografia do Brasil, sem imaginar ao certo o destino que iria ter a sua erudição.

Esta é a fase de preparação e de concentração. À sua casa chegam quase diariamente livros, mapas, retratos, documentos, todo um material de estudos que êle domina com a leitura atenta e as notas marginais. Ao passar na calçada, de noite, pode-se saber se o cônsul em Liverpool está na sua casa em Paris: a luz do gabinete ficava sempre acesa

(171) Carta publicada em *Um Diplomata na Corte de Inglaterra*, de Renato Mendonça, pág. 353, ed. 1942.

madrugada a dentro. Na sua biblioteca já se encontram as obras mais caras e mais raras sobre o Brasil, além de uma coleção de retratos, hoje na mapoteca do Itamarati. Dos seus seis mil volumes, quase todos são de Geografia e História do Brasil ou história política e diplomática em geral. Em muitos dêles anotava, ao lado do *ex-libris*, o preço, a data e o local da compra⁽¹⁷²⁾. Escrevia-lhe uma vez Domicio da Gama:

Não recebi a sua lista de livros clássicos a comprar no Morgand. Tenho mêdo que, vindo pessoalmente, o Sr. faça loucuras por edições e encadernações de luxo. A bibliofilia é talvez a mais dispendiosa das manias⁽¹⁷³⁾.

Em cidades da Europa e do Brasil amigos servem-lhe de correspondentes para estudos e trabalhos históricos. No Rio, Capistrano de Abreu e o Barão Homem de Melo enviam-lhe cópias de documentos da Biblioteca Nacional e do Instituto Histórico, enquanto Raul Pompéia copia para a sua coleção um retrato de Barreto de Meneses; a pedido seu, Assis Brasil faz pesquisas e cópias nas bibliotecas de Lisboa; em Londres encarrega o seu amigo Girardot de copiar quase todo um livro raro na Royal Geographical Society; da Itália Pedro Américo envia-lhe cópias e fotografias de quadros históricos⁽¹⁷⁴⁾. E quase tôdas as tardes, quando em Paris, lá está na Livraria Chadenat, à margem esquerda do Sena, na sua busca de velhos livros acêrca do Brasil. O próprio Pai colabora às vêzes com o historiador:

A Memória de Mitre sobre a passagem de Humaitá ninguém a tem. Lembrei-me de recorrer ao Imperador por intermédio do Bom Retiro⁽¹⁷⁵⁾.

Por vêzes encontrava dificuldades nas próprias repartições públicas:

— Já não sei como explicar à Secretaria (da Guerra) o meu pedido. . . Pedi as *Ordens do dia da Repartição do Ajudante General* de 1872 ou 1873 e mandou-me a Secretaria uma *Ordem do dia do comando do Exército* que nada adianta e que eu já possuía⁽¹⁷⁶⁾.

(172) Biblioteca do Itamarati — Da biblioteca pessoal do Barão do Rio Branco — hoje pertencente ao Itamarati — disse Joaquim Nabuco que era "a livraria particular mais rica, pelo menos mais original, que existe sobre assuntos brasileiros" (Artigo no "Jornal do Comércio", em 9-2-1895).

(173) Arquivo do Itamarati.

(174) Correspondência no Arquivo do Itamarati.

(175) Carta do Visconde do Rio-Branco — Arquivo do Itamarati.

(176) Carta ao Barão Homem de Melo, *apud* David Carneiro, *Dois histórias em três vidas*, Curitiba, s/d.

Em certa ocasião pediu ao seu antigo colega Graciano Azambuja um retrato (ou cópia) de D. Diogo, mas passado um ano já lhe escrevia:

Brevemente te mandarei cópia de um retrato de D. Diogo que consegui obter na Índia!...

Durante algum tempo andou preocupado em copiar as cartas de Anchieta que estavam em Antuérpia. As cartas, em letra do século XVI, não encontravam, apesar de todos os seus esforços e diligências, quem as decifrasse. Mandou fotografá-las, afinal, e enviou-as de presente ao Instituto Histórico por intermédio de Alencar Araripe. Presentes desta espécie — como os retratos de Salvador Correia de Sá e Benevides, Pedro Jaques Magalhães e Francisco Barreto de Meneses, copiados na galeria de Florença — enviaria mais de uma vez à Biblioteca Nacional e ao Instituto Histórico, com o qual se correspondia constantemente, pedindo informações e enviando notícias de documentos encontrados nos arquivos da Europa. Não esquecia o Instituto que o fizera seu sócio honorário em 1875, quando tinha apenas trinta anos.

O que Rio-Branco chega a conhecer da Geografia e da História do Brasil vem a ser uma coisa espantosa para os leigos, surpreendente para os próprios especialistas. Tinha a fama incontestada de ser o brasileiro que mais conhecia o seu país. Mas a leitura dos seus livros, com exceção dos trabalhos especializados das *Memórias*, não nos transmite a idéia completa dêsse conhecimento, porque foram, em geral, obras de emergência, em que êle não se applicou de modo completo. Nos últimos tempos a volta aos negócios políticos o impediu de realizar a obra que foi o projeto de vinte anos de estudos, a tão anunciada *História Militar e Diplomática do Brasil*. Por isso, só se pode sentir e compreender o que era a cultura histórica de Rio-Branco através do depoimento dos seus contemporâneos, ou acompanhando durante muitos dias a marcha do seu trabalho nas anotações deixadas nos livros que leu, nas documentações que reuniu, nos comentários e rascunhos que escreveu, todo um material disperso que está no seu arquivo e que um especialista poderá algum dia coordenar e publicar a fim de que se tenha, de modo mais exato, a sua fisionomia e a sua estatura de historiador.

Há nesse material uma quantidade enorme de questões elucidadas, de pontos obscuros da nossa história que as suas pesquisas tornaram claros e certos⁽¹⁷⁷⁾. Uma das suas preocupações na Europa era precisamente esta: examinar em velhos livros, ou em documentos dos arquivos de Portugal, Espanha e Holanda, certas questões controvertidas ou obscuras do passado brasileiro. Estavam, entre elas, as das nossas fronteiras, quase tôdas ainda discutidas. As suas soluções — comprehendia Rio-Branco — só poderiam resultar de documentos e títulos históricos. Buscava-os e estudava-os, por isso, mas de maneira desinteressada, como historiador, sem imaginar que os problemas de limites se estavam dirigindo para as suas próprias mãos.

Mas a pesquisa dos arquivos transmite ao verdadeiro historiador uma espécie de vertigem: o encontro de um documento trazendo o desejo de buscar outro, a febre de descobrir coisas inéditas, à semelhança da febre dos descobridores, a paixão de descer até o fundo e até a minúcia de todos os elementos. Vertigem que se apossou de Rio-Branco, que o fazia retardar a realização da sua obra, sempre julgando incompleto o seu material e no afã de pesquisas e descobertas que se geravam umas das outras sem acabar nunca. Daí ter chegado a conhecer o passado brasileiro de modo mais minucioso que qualquer outro dos nossos historiadores, o que se explica ao mesmo tempo pela natureza dessas pesquisas inacabáveis e pelas tendências do seu temperamento.

(177) Em 1888, por exemplo, escrevia Capistrano de Abreu a Rio-Branco: "Agradeço muito as informações sôbre Fernão Cardim, e que esclarecem-lhe um dos capítulos mais obscuros." (Arquivo do Itamarati).

Que informações seriam essas? Só pela carta de Rio-Branco teríamos a resposta, mas não pôde o autor consultar o Arquivo de Capistrano. Foi informado, além disso, por um dos seus amigos, de que ele costumava destruir as cartas recebidas. Na carta anterior de Capistrano o período referente a Fernão Cardim é o seguinte:

"Ainda tenho outro obséquio a pedir-lhe. Não há escritor do século XVI que mais aprecie do que Fernão Cardim. Quero dar, ainda este ano, se fôr possível, uma edição completa de todos os seus escritos. Falta-nos, porém, um, que é um parecer ou carta que ele escreveu a 1.º de janeiro de 1618, e que se acha originariamente na Academia de História de Madrid. Como não tenho meio de correspondência para Madrid, peço-lhe o obséquio.

"A propósito de Cardim, tenho ainda nôvo favor a pedir. Quando ele foi aprisionado para a Inglaterra em 1601 ou 1603 (não posso verificar agora, mas está no prólogo dos *Índios do Brasil*), encontrou-se com um jesuíta que prestou-lhe auxílios. Depois, daí a um ano ou dois, fugiu com umas princesas, que depois entraram para um convento em Lisboa. Não seria possível saber o nome dessas princesas? Já dei a V. Excia. aqui mesmo as indicações, mas mandá-las-ei noutro vapor. Esse ponto me interessa, porque desejo completar a biografia do amável escritor."

Assim, nem tudo o que sabia deixou escrito. Os contemporâneos, porém, sentiram diretamente toda a extensão dos seus conhecimentos, e a êle se dirigiam, em consultas, estrangeiros e brasileiros que se ocupavam da nossa história. Era o conselheiro de Lefebvre e Elisée Reclus em assuntos americanos; era o colega em quem mais confiava, talvez, Capistrano de Abreu. Sempre tão sóbrio e infenso às cortesias, Capistrano não poupa elogios quando se refere a Rio-Branco, ainda simples cônsul em Liverpool: chama-o “mestre” e diz-lhe em carta de 1887:

Por minha parte, nunca, até hoje, estudei questões do Sul à espera da obra de V. Excia.

Ao iniciar a correspondência, em 1886, já escrevera Capistrano numa espécie de introdução:

Houvesse dez brasileiros como V. Excia. em diversos pontos da Europa que em dez anos a nossa história mudaria de feição⁽¹⁷⁸⁾.

De público — num dos seus artigos de 1882 sobre Varnhagen — fizera alusão a “Silva Paranhos que conhece as questões do Sul como ninguém”, e indicara-o como estando a “esclarecer aquêle labirinto intrincadíssimo do Rio da Prata”⁽¹⁷⁹⁾.

A imagem de Rio-Branco historiador está refletida, da melhor maneira, nestas palavras, escritas em 1897, por Eduardo Prado, seu amigo íntimo, freqüentador da sua casa, em condições de interpretar, portanto, a impressão dos seus contemporâneos:

O fim de sua vida, fim que não conseguiu sem longos anos de um sacrifício aturado e ignorado, foi conhecer o Brasil, no seu solo, nos seus produtos, no seu céu, nas suas raças, na sua vida no passado, nas condições de sua existência no presente e na sua capacidade de crescimento e de grandeza no futuro. A erudição que conseguiu ter a respeito do Brasil é, por assim dizer, salomônica. O rei de Judá conhecia, segundo a Bíblia, desde o hissope, ou musgo apegado às pedras das muralhas, até o cedro do Líbano, desde o inseto que se esconde nas relvas, até o leviatã dos mares. O que o Barão do Rio-Branco sabe do Brasil é uma coisa vertiginosa. É capaz de escrever, sem esquecer

(178) Arquivo do Itamarati.

(179) Capistrano de Abreu, *Ensaio e Estudos*, 1.^a série, págs. 215-216, Rio, 1931.

uma minúcia, como eram feitas as naus de Pedro Álvares Cabral, de que tecido vinham vestidos os seus marinheiros e o nome das plantas mais vulgares na praia de Pôrto Seguro, onde ancoraram aquelas naus. Leu tudo quanto há impresso, copiou, ou fêz copiar, todos os manuscritos, fêz dêles extratos, distribuiu êsses extratos, em forma de notas, pelas páginas de todos os livros que tratam do Brasil; retificou, esclareceu, corrigiu, explicou, emendou e ampliou todos êsses livros; e com o mundo das suas notas, poderá êle um dia publicar uma história e uma descrição geral do Brasil, que será um monumento⁽¹⁸⁰⁾.

Encontrava Rio-Branco na França, como em tôda a Europa, um ambiente propício aos estudos históricos. Uma grandeza do século XIX consistiu na sua capacidade de valorizar o presente através dos processos técnicos e de valorizar o passado através da sua paixão pela História. O século XIX é o século da História, sem dúvida. Em épocas anteriores, os historiadores estavam limitados por várias circunstâncias: os arquivos dificilmente acessíveis, a incompreensão da história como elemento de educação e formação política, a intolerância partidária e religiosa. No século XIX, abrem-se os arquivos, aperfeiçoam-se os métodos de pesquisas e os processos de interpretação psicológica e sociológica, afirma-se a liberdade de crítica — fundamento da História — com a liberdade de pensamento.

A História e a Geografia começam desde então a aparecer no seu conceito moderno, não apenas como instrumentos de sêca erudição, mas como elementos humanos e científicos para a compreensão e o govêrno dos povos, como matérias dos estadistas. Pela Geografia, por exemplo, explica-se hoje que a revolta da esquadra contra Floriano se tenha malogrado, enquanto, na mesma época, em condições semelhantes, a revolta da esquadra contra Balmaceda tenha obtido êxito — porque o Brasil é um continente e o Chile é uma ilha⁽¹⁸¹⁾. Veja-se, a propósito, a amplitude desta proposição de Hans W. Weigert:

O geógrafo que se ocupa das relações de espaço entre os estados se converte em um geógrafo político; o estudioso da ciência política — e o estadista, poderíamos acrescentar — que aprende a empregar os fatores geográficos para melhor compreensão da política converte-se em um geo-político⁽¹⁸²⁾.

(180) Eduardo PRADO, *Coletâneas*, vol. 1, págs. 340-341, São Paulo, 1904.

(181) "O Chile, como tôda ilha (e já expliquei que possui tais condições) recebe do mar a vida." (Gonzalo REPARAZ, *Geografía y Política, los fundamentos naturales de la historia humana*, Buenos Aires, 1943.

(182) Hans W. WEIGERT, *Geopolítica*, pág. 23, México, 1943.

Por sua vez, Gonzalo Reparaz acrescenta que só poderá tratar de política quem conhece Geografia e História⁽¹⁸³⁾.

Para Rio-Branco, êsses vinte anos de estudos geográficos e históricos na Europa (continuação da obra começada nos tempos acadêmicos) constituem a sua formação política, a educação do estadista. E seria preciso que um sentimento muito vivo e muito humano existisse dentro dêle para que a sua tendência aos pormenores não se tornasse uma inútil mania de erudito sem horizonte. Êste sentimento era o patriotismo, o desejo de compreender e a capacidade de amar o Brasil na sua terra e na sua gente.

Tanto se tem abusado dessa palavra nos torneios oratórios e nas ostentações falsamente nacionalistas, que se torna difícil dar do patriotismo de homens como Rio-Branco uma verdadeira idéia: o amor da Pátria identificado com a própria personalidade, vivendo e agindo em todos os instantes, sem que seja preciso pensar nêle ou invocá-lo. Sentimento que se amplia no exílio, que a nostalgia torna mais real e mais profundo. Deve-se acreditar que o seu trabalho de historiador, além de uma vocação, era uma forma de patriotismo, uma conseqüência do *Ubique Patriæ Memor*. Porque não era um demagogo, o seu sentimento buscava justificação e apoio no conhecimento. Era pelo conhecimento objetivo do Brasil que se revelava o seu amor à Pátria; e foi com êsse conhecimento que pôde servi-la depois como seu advogado em questões de limites e como ministro dos seus negócios estrangeiros. Aprendeu desde cedo a empregar os fatores geográficos e históricos para a compreensão da política e para a orientação do governo. E isto aconteceu porque havia, como impulso das suas pesquisas e estudos, uma paixão viril que fazia dêle o contrário do diletante. De Rio-Branco pode-se dizer o que do historiador Thomas Arnold dizia um dos seus amigos: que êle sentia na contemplação e no exame de um mapa a mesma emoção que um artista da pintura sentiria ante um retrato de Rafael⁽¹⁸⁴⁾.

Com a sua preparação e o seu material de estudos, o que êle pretendia era construir uma *História Militar e Diplomática do Brasil*. Em 1882 escrevia ao Barão Homem de Melo:

(183) Gonzalo REPARAZ, *op. cit.*, pág. 23.

(184) G. P. GOOCH, *Historia y Historiadores en el siglo XIX*, pág. 322, México, 1942.

Realizado este projeto passarei a tratar do meu antigo trabalho de que V. Excia. tem notícia, isto é, a nossa História Militar e Diplomática no Rio da Prata desde a fundação da Colônia até a separação da Cisplatina em 1828⁽¹⁸⁵⁾.

Tratava-se de uma das variantes do plano que lhe viera ainda na mocidade quando imaginara escrever a história do Brasil através dos seus feitos militares. Durante algum tempo pensou não só em uma *História Militar*, mas também em uma *História Naval*. Capistrano fala de ambas numa carta de 1887:

Vi com muito prazer que brevemente, isto é, daqui a uns 400 dias, multiplicados por 24 horas e estas pelos respectivos minutos e segundos, teremos a *História Naval Brasileira*. Mas só a *História Naval*? E a *História Militar*, a começar da guerra holandesa?⁽¹⁸⁶⁾.

Volta, no ano seguinte, a falar dêsse mesmo assunto, o que demonstra que o projeto continua inalterado. Houve época, aliás, em que Rio-Branco se mostrava mais especialmente dedicado ao estudo das batalhas navais, o que fica evidente nos comentários a Schneider, onde elas estão descritas com mais extensão e pormenores do que as batalhas dos exércitos. Com o decorrer do tempo fixou-se no projeto de uma *História Militar*⁽¹⁸⁷⁾, abandonando o da *História Naval*⁽¹⁸⁸⁾. E como a diplomacia e as armas do Brasil estiveram juntas muitas vezes nos mesmos objetivos — será fácil compreender como chegou ao plano de uma *História Militar e Diplomática*, embora a princípio só no Rio da Prata. Mas não se animava a concluir nem a *História Naval*, nem a *História Militar*, nem a *História Militar e Diplomática*. Capistrano sugeria-lhe que fizesse ao menos uma edição provisória, uma obra preparatória, oferecendo-se para se encarregar da publicação no Rio numa coleção de livros históricos que estava editando. E conhecendo bem — por experiência pessoal — o seu estado de espírito, lembra-lhe uma frase em que Daudet denunciava o perigo

(185) Arquivo do Itamarati.

(186) Arquivo do Itamarati.

(187) Rio-Branco deixou escrita uma parte da *História Militar*, cujos originais se encontram no Arquivo do Itamarati. Dois capítulos foram publicados na *Revista Americana*, em 1918. Um dêles — *Primeiras Lutas no Brasil* — era o capítulo de abertura do livro e mostra que os seus começos eram os próprios episódios do Descobrimento.

(188) Parece que vários dos apontamentos dessa projetada *História Naval* foram aproveitados por êle na biografia de James Norton, que publicou em 1910, no "Jornal do Comércio", com o pseudônimo de BERNARDO DE FARIA.

existente no “desejo excessivo de perfeição”, capaz de inibir e paralisar os escritores⁽¹⁸⁹⁾.

Enquanto não se sentia pronto para escrever a obra que seria a síntese geral dos seus conhecimentos de historiador — Rio-Branco ia-se dedicando ao preparo de obras menores ou trabalhos parciais. Ocupou-se durante muitos anos nos comentários e notas para o 3.^o e 4.^o volumes da *História da Tríplice Aliança*, de Schneider, segundo os seus projetos. Dêsses volumes constavam alguns dos episódios mais importantes da guerra: a queda de Humaitá, a rendição das tropas paraguaias no Chaco, as campanhas de Tebicuari e Piquisiri, a vitória de Lomas Valentinas, a entrada em Assunção. Período que ia de 1866 a 1869. Só o 3.^o volume deveria ter cêrca de mil páginas, tal a quantidade de documentos que Rio-Branco havia reunido. Por isso veio-lhe a idéia — que afinal não realizou — de aproveitar o seu material das notas e comentários a Schneider em um livro *História da Guerra do Paraguai*, escrito em francês e para divulgação na Europa⁽¹⁹⁰⁾. Visava a destruir as versões que lá circulavam — a de Washburn, a de Masterman, a de Hutchinson — tôdas baseadas na obra de Thompson, inimigo e detrator do Brasil. Só em parte Rio-Branco objetivou êsse projeto: no resumo da guerra do Paraguai que escreveu para a biografia de D. Pedro II, assinada por Benjamin Mossé. E durante muitos anos as páginas finais da *História da Tríplice Aliança* arrastaram-se pelas tipografias francesas, por efeito da exigüidade de verbas e da lentidão das medidas governamentais.

Uma obra em que Rio-Branco trabalha constantemente são as *Efemérides Brasileiras*. Para os que lhe conhecem as inclinações e os gostos fica logo evidente o motivo da sua predileção pelo gênero das efemérides históricas. Êle as escrevia por tôda parte: nas cartas, nos envelopes, nas margens dos livros, nos cadernos de notas, nos programas ou convites de festas. Além de tudo essa preocupação lhe agrada porque é um modo de excitar e desenvolver a memória e a vigilância do espírito. Redator de *A Nação*, publicou nas suas páginas várias efemérides; divulgou outras no *Jornal do Comércio*; fêz com elas, por fim, uma colaboração sistemática no *Jornal*

(189) Carta de 1888 — Arquivo do Itamarati.

(190) Carta ao Barão Homem de Melo, em 6 de julho de 1882. — Arquivo do Itamarati.

do Brasil. Formou-se assim o volume *Efemérides Brasileiras*, publicado em 1892⁽¹⁹¹⁾.

Porque é um gênero aparentemente fácil, o que dá valor a um volume de efemérides é a capacidade pessoal do seu autor: a perspicácia no escolher para a fixação de cada dia os seus acontecimentos realmente representativos, a exatidão nas datas e nomes, o dom da expressão sintética, a memória vigilante para os pormenores. E porque representam êsse trabalho de erudição, seleção e rigor histórico, as *Efemérides* de Rio-Branco são as mais completas na sua espécie.

Logo após a morte do Visconde do Rio-Branco, êle sentiu-se chamado para uma obra que lhe foi com certeza um dever e uma satisfação, ao mesmo tempo: a biografia do chefe do Gabinete de 7 de março⁽¹⁹²⁾. Escreveu, com efeito, muito mais a história do político, do estadista, do que da sua figura humana, da sua personalidade. Aliás, percebe-se que, estando muito perto do Pai, amando-o acima de tudo, Juca Paranhos fêz um esforço extraordinário sôbre si mesmo a fim de sufocar os sentimentos pessoais e manter a biografia no terreno estrito da objetividade. Daí o que existe de inacabado, de incompleto neste livro, que não transmite a fisionomia do Visconde do Rio-Branco, mas é apenas uma narração dos seus feitos de político e diplomata. Manteve, no decorrer de tôdas as páginas, um caráter de relatório, de informação, sem se estender em interpretações psicológicas ou explicações mais aprofundadas. Parece, aliás, que o texto publicado dessa biografia era uma espécie de esboço, uma versão em estado primitivo, um trabalho preparatório a retomar, ampliar e acabar depois, o que êle não chegou a fazer, deixando-nos portanto a obra num estado que certamente não correspondia aos seus desejos e possibilidades, embora a sua natureza de historiador não fôsse a mesma de Joaquim Nabuco — capaz de permitir as generalizações, os quadros e os retratos de *Um Estadista do Império*. Mas além de ser — como tôdas as obras do Barão do Rio-Branco — um repositório insubstituível de fatos e infor-

(191) Existem no Instituto Histórico e no Arquivo do Itamarati muitas páginas inéditas das *Efemérides*, que o historiador Rodolfo Garcia vai incorporar ao texto da nova edição que está preparando para a "Coleção de Obras do Barão do Rio-Branco".

(192) Biografia de José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio-Branco) pelo Barão do Rio-Branco, publicada na *Revista Americana*, a partir do número de dezembro de 1916.

mações originais, essa biografia constitui um documento de ligação entre os dois Rio-Branco, um nôvo testemunho de amor do filho ao pai.

1889 — coincidindo com a grande Exposição de Paris — foi um ano de excepcional atividade intelectual para o Barão do Rio-Branco: os trabalhos do volume *Le Brésil*, separata da *Grande Encyclopédie*; a síntese da história do Brasil para o livro *Le Brésil en 1889*, publicação do *Comité Franco-Brésilien* da Exposição; a biografia de D. Pedro II, assinada por Benjamin Mossé. É um dos períodos da sua vida — como sucederá em várias outras ocasiões — em que durante muitos dias não dorme senão algumas horas, trabalhando até de madrugada⁽¹⁹³⁾. De tarefas de emergência êle acaba fazendo obras valiosas, como aconteceu com a colaboração em *Le Brésil en 1889*, da qual resultou *Esquisse de l'Histoire du Brésil*.

Pode-se dizer que a parte brasileira da *Grande Encyclopédie* é obra sua, da sua competência e da sua tenacidade. A amizade de Rio-Branco com Levasseur deve-se que o Brasil tenha ocupado numa publicação estrangeira dessa espécie um número de páginas maior do que a Inglaterra. Recusou qualquer remuneração — também do govêrno brasileiro nada recebia pelos seus trabalhos — da *Grande Encyclopédie*, contanto que nela pudesse escrever longa e livremente. A redação primitiva de Levasseur tinha apenas quinze páginas, com os habituais enganos e equívocos sôbre as coisas brasileiras na Europa; Rio-Branco, em sete ou oito revisões, fêz tais acréscimos, que a parte do Brasil ficou com cinqüenta e uma páginas, quando a da Bélgica tinha apenas vinte. Interessado, o próprio Imperador colabora com algumas sugestões e um trabalho sôbre a língua tupi⁽¹⁹⁴⁾.

(193) “Tenho estado êstes últimos tempos muito sobrecarregado de trabalho, deitando-me quase sempre às 3 e 5 horas da manhã, e só para tomar repouso insuficiente, pois preciso acudir à correção de provas que me chegam de difeientes lados.” (De uma carta de Rio-Branco a D. Pedro II, em 7 de junho de 1889 — Arquivo do Itamarati).

(194) De uma carta a D. Pedro II: “Tive, pois, como brasileiro, um grande contentamento em poder concorrer para êsse resultado, vendo afinal em um livro estrangeiro uma notícia sôbir o Brasil que sem palavras inúteis, encerra grande cópia de informações, muitas inéditas, e dará exata idéia dos nossos progressos e da nossa civilização; notícia apresentada sob os auspícios de um nome europeu, como o de M. Levasseur, reunindo, portanto, para os estrangeiros, as condições de imparcialidade que são para desejar em trabalhos dessa ordem. E meu prazer aumentou quando pelo telegrama de V. Majestade e pelas cartas com que me tem honrado tive a certeza de que V. Majestade, Juiz tão competente em questões de ciência e de patriotismo, se dignou tão graciosamente de aprovar êsse trabalho, honrando-o com a Sua ilustrada colaboração.” — Arquivo do Itamarati.

Em *Le Brésil* aparecem com a assinatura de Rio-Branco os seguintes artigos e parágrafos: *L'Histoire, Forces Militaires, La Presse, Les Beaux Arts, Les Explorations Scientifiques*; juntamente com Levasseur em *Divisions Politiques, Villes Principales, Finances, L'émigration, L'instruction, L'industrie, Les Vois et Moyens de Communication*; com Levasseur e o Visconde de Ourém em *Gouvernement e Les Mesures, Monnaies et Autres Instruments d'Échange*; com Zaborowski em *L'anthropologie*. Outro colaborador brasileiro era Eduardo Prado, autor dos artigos *La Langue et la Littérature e La Musique*.

O que Rio-Branco assinava, pois, era a parte maior e principal de *Le Brésil*, sendo que pelos outros capítulos também se estendia a sua colaboração em informações e sugestões aos autores estrangeiros⁽¹⁰⁵⁾. E não eram compilações, resumos de livros publicados, os seus artigos na *Grande Encyclopédie*. Fê-los com as suas notas pessoais, com as suas pesquisas, lançando por tôda parte informações novas e idéias próprias. A Levasseur, por exemplo, forneceu os dados para o tratamento das nossas questões de limites, e de maneira tal que numa enciclopédia francesa o nosso litígio com a Guiana Francesa ficava exposto de modo favorável ao direito do Brasil, numa época em que não podia imaginar que seria o seu advogado em Berna⁽¹⁰⁶⁾. Também na última hora ainda incluiu a notícia sôbre o tratado de arbitragem pelo qual o Brasil e a Argentina entregavam a solução do seu caso de limites ao presidente dos Estados Unidos. Pois as questões de limites faziam parte, desde muito tempo, dos estudos desinteressados de Rio-Branco.

Ignora, depois de tudo, a repercussão que o seu trabalho terá no Rio de Janeiro:

(105) "O acréscimo foi meu, e quase todo o artigo, na parte geográfica, política, financeira e histórica, é meu, mas apenas aparecerei assinando, só, alguns capítulos, e, associado, alguns outros." (De uma carta de Rio-Branco a Joaquim Nabuco, em 2 de março de 1889 — Arquivo de Joaquim Nabuco, no Itamarati).

"O artigo *Presse* foi feito por mim em um dia e só pude fazê-lo porque tinha o meu arsenal montado. A última hora Levasseur perguntou-me se o podia fazer. V. Excia. notará que mesmo na *Geografia* (a propósito de café, etc.), na *Imigração*, nas *Costas*, por tôda a parte meti a nossa história." (De uma carta ao Barão Homem de Melo).

A sua atenção estava vigilante na revisão de todos os artigos, e uma vez encontrou esta frase curiosa escrita por Levasseur: "ces anthropophages aux moeurs assez douces..." — "Como pude escrever tal coisa?" — ficou a indagar o sábio francês.

(106) "A questão do Oiapoque ficou exposta de modo favorável ao Brasil em uma Enciclopédia Francesa". (De uma carta de Rio-Branco ao Barão Homem de Melo). Também ao Visconde de Ourém dizia Rio-Branco: "O negócio do Oiapoque o Levasseur o enguliu todo, como V. Excia. verá, sem perceber que assina uma sentença favorável ao Brasil." — Arquivo do Instituto Histórico.

Não sei quem fará a notícia para o *Jornal*. Não há nessa fôlha quem entenda de história do Brasil e possa saber que a Enciclopédia, em muitos lugares, não dá resumo de obras publicadas, mas muita coisa nova, resultado de vinte anos de pacientes investigações minhas⁽¹⁹⁷⁾.

Ao seu amigo Nabuco êle acentua a significação do artigo *Le Brésil*:

Acharão sem dúvida por lá muitos defeitos nesse trabalho, mas o que sei é que trabalhei meses sem descanso, revolvendo o meu arsenal de notas e livros. Trabalhei com empenho (*Ubique Patriæ Memor*, diz o meu *ex-libris*), porque compreendi a importância de obter para o nosso país em uma Enciclopédia Francesa o lugar a que êle tem direito pela sua importância política na América e importância comercial no mundo. Essa coleção ficará em tôdas as Bibliotecas e será consultada por quantos escreverem sôbre o Brasil⁽¹⁹⁸⁾.

Aproveitando a intenção de Benjamin Mossé, Rio-Branco escreveu quase todo o livro *D. Pedro II, empereur du Brésil*, publicado em 1889. Biografia que estava no mesmo espírito de divulgar na Europa as figuras e os assuntos brasileiros. Representava também uma oportunidade para a expressão dos seus sentimentos monárquicos. O sentimento, aliás, provinha de uma convicção de caráter histórico: para Rio-Branco a unidade do Brasil nascera menos da língua ou da religião que do sistema monárquico. A divisão do mundo hispano-americano (exemplo que apontava a cada momento), a despeito do gênio de um Bolívar, fazia-o mais irredutível na idéia de que sem o princípio monárquico o Brasil se teria fracionado. Por isso uma idéia que êle refuta e combate no decorrer de todo o volume é a da federação, indicando as revoluções regenciais como conseqüências da paixão federalista; e concluindo que o ato final do federalismo é o separatismo. No que Rio-Branco se enganava, como também se enganava no tom profético das últimas páginas:

Il continuera longtemps encore à faire le bonheur de ses sujets.

Engano generoso, e até consciente, pois estava convencido, então, da impossibilidade do Terceiro Reinado.

Apesar dos dados históricos, o livro — pela presença do biografado e pelos sentimentos do biógrafo — participava da atualidade com um espírito polêmico que sentimos ainda hoje na sua leitura. Era como uma resposta à propaganda republi-

(197) Carta ao Barão Homem de Melo.

(198) Arquivo de Joaquim Nabuco, no Itamarati.

cana no Brasil⁽¹⁹⁹⁾. Menos que a pessoa do Imperador — êle mostrava o que tinha significado para o Brasil a instituição monárquica, fazendo sob êste aspecto um histórico da vida pública brasileira. Ao apregoado liberalismo republicano opunha o quadro da democracia e da liberdade, sob a constituição do Império, com a irrestrita liberdade de pensamento e de palavra, com o livre jôgo político dos partidos:

Ajoutons que la liberté de la presse et la liberté de la parole dans les réunions publiques, sont entières au Brésil. (...) La liberté de la presse et de la caricature n'a pas de limites au Brésil.

E era decerto o que êle indicava com mais orgulho aos europeus: um país de instituições livres e progressistas sob a direção de um rei democrata, funcionário do Estado como qualquer outro, companheiro de letrados e artistas, homem do povo nas audiências públicas do Paço.

Sôbre a autoria dessa biografia de D. Pedro II não resta dúvida nenhuma: ela é de Rio-Branco. Ao Barão Homem de Melo êle escrevia em 1889:

Neste momento (reservado) estou terminando a revisão de provas de uma espécie de biografia do Imperador que vai aparecer como trabalho de um Sr. B. Mossé, de Avignon. Dará 300 páginas. Fiz isso a correr, em setembro. Não desejo mesmo que passe como trabalho meu.

E ao próprio Imperador:

Desejo que Vossa Majestade seja o primeiro brasileiro a ler êsse livrinho que escrevi quase todo visando muito ao efeito que deve produzir não só no estrangeiro, mas principalmente no Brasil. Por isso tratei de certas questões de atualidade como homem muito alheio às paixões partidárias e que só deseja que o Brasil continue a ser o que tem sido no glorioso reinado de Vossa Majestade: um Brasil unido, próspero, feliz e respeitado⁽²⁰⁰⁾.

(199) "O Mossé vai passar uma sova nesses republicanos que tão mal comprehendem a — *liberté, égalité, fraternité*." (De uma carta de Rio-Branco a Joaquim Nabuco — Arquivo de Joaquim Nabuco, no Itamarati).

(200) Arquivo do Itamarati.

(Há muitos outros trechos de cartas sôbre a autoria de Rio-Branco. De Rio-Branco ao Barão Homem de Melo, em setembro de 1889:

"Eu estimei muito ler o juizo de V. Excia., sôbre êsse livrinho, filho meu muito dileto e homenagem que mui desinteressadamente prestei ao nosso velho Imperador nos dias agitados que atravessamos em que um vento de insânia parece ter passado por nossa terra."

O próprio Mossé escrevia a Rio-Branco:

"Nosso livro, porque êle é mais seu do que meu." — Arquivo do Itamarati.

No seu exemplar, Joaquim Nabuco escreveu a seguinte nota:

"Diversas referências a mim. Este livro foi escrito pelo Paranhos." — Biblioteca do Itamarati.

Ao Autor declarou Rodolfo Garcia que o capítulo sôbre a guerra do Paraguai nessa biografia de D. Pedro II só Rio-Branco estava em condições de escrever,

Para *Le Brésil en 1889* Rio-Branco redigiu em quinze dias a sua *Esquisse de l'Histoire du Brésil*. Aproveitou grande parte do capítulo *l'Histoire da Grande Encyclopédie*, mas com um desenvolvimento que permitiria a organização, em separado, de um pequeno volume. Talvez seja esta a síntese mais completa da história do Brasil. E o que nela impressiona, em primeiro lugar, é justamente a sua forma de intensa condensação, o poder, no autor, dessa captação e concentração de tantos elementos em tão poucas páginas. O estilo de Rio-Branco atinge, já nesse trabalho, aquela rigorosa sobriedade que será a forma das suas "memórias" e "exposições de motivos".

A começar pelo episódio do descobrimento até o fim do Império é toda a história do Brasil, nos seus aspectos de mais relêvo, que êle descreve e expõe: as primeiras explorações, o início da colonização, os franceses no Norte e no Sul, os trinta anos de invasão e dominação holandesa, a descoberta do interior nos séculos XVI e XVII e os movimentos para as minas, a conquista do interior nos séculos XVII e XVIII, o desenvolvimento e o progresso do Brasil a partir das descobertas das minas, a significação da presença da côrte no Brasil, a Independência e o Primeiro Reinado, o reinado de D. Pedro II, a elaboração e o funcionamento do parlamentarismo.

Quase todo o volume está construído sobre documentos, sobre as pesquisas e notas pessoais do autor, ou então sobre informações dos antigos cronistas portugueses ou estrangeiros, lidos e consultados diretamente⁽²⁰¹⁾. Daí não ter o livro nada de comum com as generalizações apressadas, as compilações fáceis, de obras da mesma espécie. Para os brasileiros, acostumados naquele tempo — com exceção de um

(201) "Varnhagen l'appelle Baucher. Il s'est trompé en lisant le nom ainsi orthographié et transformé dans l'ouvrage de Moreau, à qui l'erreur n'est pas imputable, car Moreau a connu personnellement Banckaert. C'est à une mauvaise interprétation du manuscrit à l'imprimerie qu'on doit attribuer cette faute. L'amiral en question était Joost van Trappen, dit Banckaert, déjà célèbre, surtout après les batailles des Dunes (1639) entre Tromp et Oquendo." (...) "Rapport du 19 de décembre 1648 du général Schkoppe. Le nom du commandant du *Rosario*, qu'un historien moderne de cette guerre a regretté de ne pas connaître, se trouve dans le *Portugal Restaurado*, d'Ericcira, II, 256 (édit. de 1751), et dans l'ouvrage de Santa Teresa, II, 133. Pedro Carneiro était chevalier de Malte, de même qu'un officier qui se trouvait à son bord, et qui périt, comme tout l'équipage: Alphonse de Noronha, deuxième fils du comte de Linhares." RIO-BRANCO, *Esquisse de l'Histoire du Brésil*, pgs. 125 e 126, Paris, 1889).

Em vários outros trechos encontram-se retificações de Varnhagen e outros historiadores.

ou outro historiador mais consciente — à história feita em panfletos ou declamações, deve ter sido uma surpresa a obra de Rio-Branco, pela sua abundância documental, pela isenção dos julgamentos, pela serenidade das exposições, pelo rigorismo e segurança dos processos históricos. Não só fornecia elementos e dados inteiramente inéditos⁽²⁰²⁾, que todos passaram a aproveitar, mas certas opiniões e interpretações, aceitas com tal sofreguidão que logo se fizeram frases gerais e de tôda a gente, como, por exemplo, a famosa proposição sôbre o caráter da história política do Império:

Depuis 1836, toute l'histoire politique du Brésil se résume dans la lutte des deux grandes partis constitutionnels, le *conservateur* et le *libéral*⁽²⁰³⁾.

E o fim do volume era um nôvo testemunho de que o seu trabalho de historiador representava uma forma de expressão do seu patriotismo:

Depuis une quarantaine d'années, le Brésil, pacifié à l'intérieur, a fait de grands efforts, sous la direction de l'empereur Dom Pedro II, pour répandre l'instruction, pour élever le niveau de l'enseignement, pour développer l'agriculture, l'industrie et le commerce, et pour tirer partie des richesses naturelles du sol par la construction de voies ferrées, par l'établissement de lignes de navigation et par des faveurs accordées aux immigrants. Les résultats obtenus depuis la clôture de la période révolutionnaire sont déjà considérables: nulle part en Amérique, sauf aux États-Unis et au Canada, la marche du progrès n'a été plus ferme ni plus rapide⁽²⁰⁴⁾.

Até então nenhuma época lhe fôra tão fecunda em trabalho e realizações como êsse ano de 1889, que lhe traria, por fim, o desgosto, o desencanto do fim das instituições monárquicas. E os seus livros e escritos, feitos em francês e para a Europa, tomam assim, nesse fechar de cenário, o aspecto de um inquérito e de um depoimento acêrca do Brasil monárquico, que estava a se extinguir.

Também só em 1889 começa a ser conhecido no Brasil como historiador; é nesse ano que surgem os primeiros elogios à sua obra de estudos na Europa. Durante muito tempo a erudição e os serviços de Rio-Branco nem sequer foram leva-

(202) "Ainda que seja um resumo, V.M. poderá ver que há aí muitas informações novas que aparecem pela primeira vez." (De uma carta de Rio-Branco a D. Pedro II — Arquivo do Itamarati).

(203) *Esquisse de l'Histoire du Brésil*, pág. 171.

(204) *Esquisse de l'Histoire du Brésil*, pág. 188.

dos em conta pelo govêrno e pela opinião pública. Para lhe concederem a comenda da Rosa foram tais as dificuldades que êle se resolveu a fazer um dêsses "desabafos" tão contrários ao seu temperamento:

Não pensei que essas informações fôssem necessárias, e supunha que o fato de haver servido na missão especial no Rio da Prata bastaria para que o Sr. Barão Homem de Melo pudesse justificar o pedido que tencionava fazer da comenda da Rosa. Cumpro, entretanto, as ordens de V. Excia., e se não quiser atender ao pedido que lhe fiz de não falar mais neste assunto ao Sr. Ministro, rogo-lhe o favor de dizer-lhe que eu nada pedi, nem peço, pois desde muito tempo que as coisas mais simples são sempre difíceis para mim e para os meus⁽²⁰⁵⁾.

Dez anos depois, êle ainda falava de dificuldades como nas vésperas da nomeação para o consulado em Liverpool.

Via-se sempre colocado em plano secundário, sem o reconhecimento do seu valor pessoal, como se fôra um simples cônsul em Liverpool. O julgamento que sôbre êle faziam um Capistrano de Abreu ou um Eduardo Prado não chegava a repercutir nas esferas oficiais ou na opinião pública. O título de barão, por exemplo, só lhe foi dado em 1888 (30 de maio), e ainda assim não constituía honra excepcional, porque vinha no meio de uma inundação de baronatos, uma verdadeira inflação nobiliárquica, como consequência da lei de 13 de maio⁽²⁰⁶⁾. Contudo o título não deixa de lhe ser agradável e honroso, não tanto em si mesmo, mas pelo nome, pelo direito que lhe attribuía de usar o nome que o Pai engrandecera e tornara famoso.

Disse êle a João Alfredo⁽²⁰⁷⁾:

(205) Carta ao Barão de Piraquara — Arquivo do Itamarati.

(206) Daí por diante passou a assinar, pelo menos em documentos oficiais, Barão do Rio-Branco.

Costuma-se dizer que êle nunca usou o título na assinatura. Usou-o, na verdade, até à República, quando passou a assinar apenas *Rio-Branco*, assinatura que se encontra nas *Memórias* e atos de ministro. Entre junho de 1888 e dezembro de 1889, os seus documentos oficiais têm a assinatura *Barão do Rio-Branco*. Antes usara José Maria da Silva Paranhos Júnior, Silva Paranhos Júnior, Paranhos Júnior. Depois da República incorporou o título Rio Branco ao próprio nome, que ficou sendo José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco.

(207) Só havia humildade pessoal e orgulho do nome do Pai na carta com que agradeceu a João Alfredo o título:

"Nunca esperei poder usar um dia o título que meu Pai illustrou e essa honra avulta ainda com a ocasião escolhida por sua Alteza Imperial e por V. Excia. No ato que assim me veio distinguir e honrar terão os nossos concidadãos visto, não uma mercê pessoal, que por qualquer motivo eu houvesse merecido, mas uma tocante homenagem ao Presidente do Conselho de 1871, e mais uma prova da afetuosa lembrança que V. Excia. guarda do seu antigo colega e amigo morto." — Arquivo do Itamarati.

Dos governos imperiais continuava, no entanto, sem receber qualquer distinção especial ou consagradora. E a não ser um pequeno grupo de intelectuais mais interessados em assuntos históricos, poucos o conheciam no Brasil. Também êle, por seu lado, continuava a manter-se numa atitude de reserva e silêncio, como se preferisse viver sempre em estado de penumbra. Escrevendo a um amigo a propósito de certa comunicação que tinha feito à imprensa, dissera, numa espécie de confissão:

Não assinei porque não gosto de exhibições⁽²⁰⁸⁾.

Dêsse estado de penumbra e quase esquecimento veio tirar-lhe o nome o artigo de Rui Barbosa a respeito da sua colaboração na *Grande Encyclopédie*, artigo de largas proporções, que ocupava tôda a primeira página do *Diário de Notícias*. Era a primeira vez que o nome do Barão do Rio-Branco aparecia, perante o público do Brasil, na qualidade de grande historiador e erudito. E nunca mais êle esqueceria o gesto do seu futuro embaixador em Haia. Vinte anos depois, quando ministro, discursando numa festa em casa de Rui, lembraria, com emoção, o artigo de 1889:

Quando eu era ainda no estrangeiro um ignorado estudante das coisas pátrias e propagandista humilde e muitas vêzes anônimo dos progressos da nossa terra e dos feitos honrosos dos nossos compatriotas, foi o conselheiro Rui Barbosa quem, no jornal e com seu brilho costumado, chamou a atenção para êstes meus pobres trabalhos e tomou conhecida entre nós a minha dedicação à pátria⁽²⁰⁹⁾.

Pela primeira vez, então, encontravam-se Rio-Branco e Rui Barbosa, destinados no futuro a encontros sucessivos em momentos históricos de importância e dramaticidade, destinados a ficar um ao lado do outro, ora em colaboração, ora em divergência, como as duas figuras de mais influência e prestígio no seu tempo. Ambos, em 1889, preparavam a própria obra, sob aspectos diversos, determinados pelas diferenças dos respectivos temperamentos: Rio-Branco, cônsul em Liverpool, historiador, geógrafo e diplomata, homem de natureza serena,

(208) Arquivo do Itamarati.

(209) Original no Arquivo do Itamarati.

desapaixonada, pacífica, formando-se para o seu consulado no Itamarati, acima dos partidos e das polêmicas; Rui, político de oposição, doutrinador de idéias, jornalista e orador, homem de grandes paixões, veemente, vibrante, com o espírito de luta, formando-se para as suas campanhas de apóstolo da democracia e da República, sempre a se agitar entre forças partidárias e polêmicas tanto pessoais como ideológicas. Pertenciam à mesma geração, mas não tinham convivido, até agora, de perto. Contemporâneos na Faculdade de Direito do Recife em 1866 — Rio-Branco no quinto ano, Rui no primeiro — passaram um pelo outro sem qualquer sentimento de atração pessoal; e quando Rui iniciou a sua carreira no Parlamento já Rio-Branco não estava mais na Câmara. Em 1889, enquanto a existência semi-apagada de Rio-Branco, com mais de quarenta anos, a ninguém deixava suspeitar nada sobre o seu futuro como homem de Estado, todos já distinguiam em Rui a superioridade, as excepcionais qualidades de cultura e formação política, que havia demonstrado na Câmara e no jornalismo.

Pelas condições do nome e da posição do autor — o artigo de Rui Barbosa no *Diário de Notícias* vinha representar para Rio-Branco uma espécie de consagração, um princípio de glória, ou ao menos a notoriedade e o sucesso no momento. Em divergência com o seu próprio partido, tendo em junho recusado seis vezes, num só dia, uma pasta de ministro⁽²¹⁰⁾, por fidelidade à idéia da federação, empenhado diariamente na campanha jornalística de demolição do gabinete Ouro Preto, estava Rui vivendo um momento de apogeu, com as suas palavras lidas e ouvidas em todo o país, com os seus julgamentos repercutindo em toda a parte. E precisamente um mês antes da República⁽²¹¹⁾ o seu artigo de redator-chefe deixava de ser político para ser um longo estudo a propósito da parte brasileira da *Grande Encyclopédie*.

Sente-se que o fito principal do articulista é distinguir e exaltar o nome e o trabalho de Rio-Branco. Dizendo que “o vasto espaço aberto por essa monografia ao Brasil, em uma obra monumental e de circulação universal como a *Grande*

(210) João MANGABEIRA, *Rui, o Estadista da República*, pág. 37, Rio, 1943.

(211) O estudo de Rui saiu publicado no “*Diário de Notícias*” do dia 14 de outubro de 1889.

Encyclopédie, constitui, para a nossa pátria, verdadeira conquista" — lança desde logo o elogio do cônsul em Liverpool:

A parte visível do Barão do Rio-Branco, nesse trabalho coletivo, é, pois, quase igual à do conceituado polígrafo, cuja sombra o apadrinha no frontispício do volume. Prestação, porém, não menos considerável do que essa é a com que concorreu o nosso laborioso compatriota na locubração geral dessa monografia, onde o seu espírito presidiu constantemente à tarefa aquinhoadá dos escritores estrangeiros, cuja ciência cooperou nesta brilhante homenagem ao Brasil.

Os capítulos assinados pelo Barão são aquêles que Rui destaca e elogia de preferência. Sôbre a História:

Abre-se a segunda parte com um capítulo sôbre a nossa história desde o descobrimento do Brasil até 1888, firmado pelo Barão do Rio-Branco. É, sem dúvida nenhuma, a seção mais importante desta monografia. A par das noções vulgares, que necessariamente deviam constituir a estrutura de uma composição dêste gênero, o nosso eminente compatriota soube entreter ali, com o maior tato, idéias suas, dados originaes, notícias hábilmente escolhidas para quebrar a monotonia aos longos períodos compactos de um léxico, esparzindo nêle êsse sentimento do real, êsse movimento da vida, essa impressão de contacto direto das coisas, que afeiçoam e cativam o leitor à leitura.

Sôbre a Antropologia:

O lance mais precioso, porém, dessa primeira parte é o que a arremata: o esôrço da nossa antropologia, que enche, no in-fólio, cinco largas páginas, devidas ao Barão do Rio-Branco e ao Sr. Zaborowski.

Sôbre as belas-artes e a imprensa:

Os outros dois capítulos, cuja excelência sobressai no volume, são os que se dedicam às belas-artes (menos a música tratada em breve tópico por Eduardo Prado) e à imprensa. O primeiro, até onde chegam as nossas informações, é o mais curioso esbôço, que sôbre o assunto já se escreveu entre nós, juntando, na medida do possível em trabalhos desta ordem, a apreciação à exposição. O segundo é a vida da nossa imprensa, desde o primeiro balbuciar, em 1744, na tipografia instituída no Rio de Janeiro sob os auspícios do conde de Bobadela até aos nossos dias. Essa genealogia não podia encontrar, para escrevê-la, amigo mais leal, espírito mais estreme de prevenções, patriota mais tolerante.

E por fim sugeria a colaboração de Rio-Branco em outros capítulos não assinados por êle:

São resumos extremamente úteis, alguns assaz desenvolvidos, e todos evidentemente escritos sob a correção e inspiração de conhecimentos práticos e diretos acêrca das nossas realidades, que só em brasileiro, e dos mais versados em coisas da pátria, se poderiam encontrar.

Quando o artigo chegou às suas mãos, com uma carta de Rodolfo Dantas⁽²¹²⁾, já Rui Barbosa era ministro da Fazenda do Governo Provisório na República. No seu agradecimento, dizia Rio-Branco:

O *Estudo* de V. Excia., escrito com tão superior competência e tão generosa benevolência, é a maior honra e a maior animação que pela imprensa tenho recebido até hoje⁽²¹³⁾.

Chegavam-lhe nesse mesmo ano de 1889, outros elogios e estímulos de diferentes lugares, como se houvesse uma combinação com o fim de tirar-lhe o nome da obscuridade. No Rio, além de Rui, havia Joaquim Nabuco, Capistrano de Abreu e Gusmão Lôbo; do Pará escrevia-lhe José Veríssimo que "a sua síntese da história do Brasil era, no seu gênero, uma obra-prima"⁽²¹⁴⁾; em Portugal, Ramalho Ortigão mostrava-se tão entusiasmado com a *Esquisse de l'Histoire du Brésil* que se propunha traduzi-la para o português⁽²¹⁵⁾, enquanto a *Revista de Portugal*, dirigida por Eça de Queiroz, destacava o seu papel na *Grande Encyclopédie*⁽²¹⁶⁾; em Paris, enfim, exclamava Emile Levasseur em discurso num banquete:

Pelo que me diz respeito quis bem estudar o Brasil, e se cheguei a conhecê-lo um pouco, devo-o aos brasileiros e sobretudo a um deles que eu sinto não estar presente, o Barão do Rio-Branco. O Sr. Eduardo Prado, que se acha entre nós, foi testemunha de nossas vigílias, nas

(212) Da carta de Rodolfo Dantas: "Envio com esta pelo correio 12 exemplares do "Diário de Notícias" d'hoje trazendo como editorial a notícia, escrita pelo Rui, sobre o *Brésil*. . . por Levasseur. Em face do que de tão sólida publicação disseram os outros órgãos da nossa imprensa, que não souberam aproveitar o ensejo do livro senão para caturrar na tolice, na ignorância e na injustiça que lhes cimenta no geral a crítica, cuido que lhe parecerá bem este largo estudo consciencioso, elegante e substancial. Antes de mandá-lo imprimir Rui trouxe-mo para que eu fizesse as alterações que entendesse; uma só, porém, não fiz, preferindo que a análise aparecesse qual precisamente êle a instituiu e hoje publicou, desde que as restrições dão maior relêvo ao elogio e os encômios dobram de valor vindo de origem tão competente quanto insuspeita pela diversidade de pontos de vista. — Com a franqueza da nossa amizade, V. me dirá se assim fiz bem ou não. De resto, as restrições de Rui foram só quanto ao federalismo e à vocação liberal de Pedro I, dirigem-se contra nós ambos, e eu não quis tirar-lhe o gosto de mesmo contra mim afirmar as convicções em que está. — Daqui a alguns dias êle publicará outro artigo, que lhe enviarei sem demora, a propósito do livro sobre o Imperador, que os nossos grandes jornalistas e literatos atribuíram ao *conhecido escritor Mossé*, etc, etc. Discretamente o público saberá de quem o livro é; particularmente e entre muitos outros ao nosso amigo Homem de Melo, já eu o disse, informando bem, sobre quem é o pobre Mossé. Como se escreve a história em nossa terra, sr. Juca, e como para amar o nosso próprio torrão é preciso afastar os olhos do que se escreve dentro e em nome dêle!" — Arquivo do Itamarati.

(213) Arquivo do Itamarati.

(214) Correspondência — Arquivo do Itamarati.

(215) Correspondência — Arquivo do Itamarati.

(216) *Revista de Portugal*, vol. I, 1889.

quais, êle também tomava parte, colaborando conosco. Enquanto nós três estudávamos o Brasil, muitas vêzes soavam as 12 da noite, e o Sr. Rio-Branco trabalhava ainda — *car il se couche tard, le Baron, quand il s'agit du Brésil.*

Boa frase, ao mesmo tempo que verdadeira:

Porque êle se deita tarde, o Barão, quando se trata do Brasil.

Tudo indica que se sentia feliz e tranqüilo nessa época. Os seus retratos, aos quarenta anos, mostram uma fisionomia serena, sem inquietações, como de homem que nada reclama do Destino, embora revelem, pelo olhar, uma energia íntima e segura de si mesma, um espírito vigilante. Dos trabalhos penosos e fora de horas não lhe ficam sinais de cansaço. Conservava, de modo geral, uma saúde incomum, que resistia aos seus hábitos desordenados. Do seu amigo Hilário de Gouveia, médico, ouviu uma vez:

— Você foi feito para viver cem anos sem enfermidades. Surprende-me que haja passado a casa dos quarenta, pois o gênero de vida que leva, sem higiene e num esforço cerebral colossal, é para liquidar definitivamente a saúde de vinte elefantes⁽²¹⁷⁾.

Com um apetite considerável, podia dizer, como dizia, que tinha “um bom estômago de português de outro tempo”. Outra forma do seu patriotismo era a fidelidade do seu gosto à cozinha brasileira, sobretudo à baiana, região onde nascera o seu Pai, achando talvez que pelo paladar também se perde a sensação da pátria e que nada caracteriza tanto o *déraciné* como a subserviência ante o menu cosmopolita dos grandes hotéis.

Até aos quarenta e cinco anos não começara a engordar, conservando-se esbelto e ágil, praticando o esporte da esgrima com razoável segurança. O corpo bem proporcionado estava de acôrdo com o seu ideal de elegância e correspondia à beleza das linhas fisionômicas. O rosto tornara-se talvez menos grave, e menos comprido, que na movidade. Era agora mais redondo, ao mesmo tempo que mais comunicativo, mais humano, mais sereno. Da fisionomia e da voz de Rio-Branco — diziam os amigos que dispunham de misteriosos elementos de sedução. Era um traço com certeza do *homem lúdico*: experi-

(217) Raul do RIO-BRANCO, *op. cit.*, pág. 73.

nia-sê ao mesmo tempo com a voz e com as reações fisionômicas. Visto em conjunto, a sua grande estatura ficava atenuada pelo tom paternal e simples das atitudes, e para essa impressão ainda mais concorriam as mãos "finas e pequenas" de artista. Havia na sua figura, mais do que beleza, elegância e distinção aristocrática.

Vivia quase sempre em casa, fechado no gabinete, às vezes deitado sobre a sua coleção de cartografia americana. A princípio residiu na avenida Malakoff; em seguida na rua Gay Lussac; depois, durante nove anos, na rua Rennes; por fim, em Auteuil. Era em Auteuil que ficava o colégio das Irmãs Dominicanas, onde estudavam as suas filhas.

Embora conservasse o ar reservado e nada propenso às expansões sentimentais, a sua ternura estava sempre voltada para os filhos. Diretamente, ocupou-se, em visitas e exames pessoais, da escolha dos colégios em que deviam ser educados. Escolheu o *Lycée Henri IV* para os meninos e o colégio das Irmãs Dominicanas para as meninas. No curso superior hesitou entre universidades francesas, inglesas, alemãs, decidindo-se pelo ensino francês por ser o mais próximo do ensino brasileiro. Acompanhava e fiscalizava os estudos dos rapazes, sobretudo no desejo de que aprendessem bem a história e a língua do Brasil. E foi uma preocupação que nunca esqueceu: a Joaquim Nabuco e a Azevedo Castro, em Londres, êle pedia que não falassem com Raul senão em português⁽²¹⁸⁾; quando Rodrigo Otávio o visitou, pela primeira vez, em Berlim, encontrou a sua filha Hortência numa aula de língua portuguesa⁽²¹⁹⁾. Êle próprio fazia-se às vezes de estudante: entrava, de passagem, no Colégio de França ou na Sorbona, e lá ficava a assistir ao curso ou à aula do momento.

Levava os filhos ao Louvre, a Fontainebleau, a Versalhes, aos sítios históricos, dando-lhes, em conversa, lições de história. Uma tarde, em 1885, foi mostrar ao filho Raul o catafalco elevado a Victor Hugo, no Arco do Triunfo. De volta, em casa, quis dar-lhe uma sensação direta do que era a poesia e recitou *L'étoile du soir*, de Musset, e a *Canção do Exílio*, de Gonçalves Dias⁽²²⁰⁾.

(218) Correspondência - Arquivo do Itamarati.

(219) Rodrigo OTÁVIO, *Minhas Memórias dos Outros*, nova série, pág. 136, Rio, 1935.

(220) Raul do RIO-BRANCO, *op. cit.*, pág. 76.

Embora a sua especialidade e o seu interêsse se houvessem concentrado na Geografia e na História, conservou sempre certo gôsto pela literatura e a pintura, e não deixa de ser bom gôsto o que revelam as suas leituras e objetos de arte. Entre os autores da sua predileção contavam-se Plutarco, Vergílio, Tácito, Horácio, dos antigos; em francês, Musset, Vigny, Lamartine, Hugo, Chateaubriand, Bossuet, La Bruyère; e também Shakespeare, Cervantes, Dante, Goethe⁽²²¹⁾. Só lia, em geral, os grandes ou os consagrados, e era natural que, vivendo no meio de outras preocupações, aceitasse o que já estava julgado e não tivesse a curiosidade e a sensibilidade para a compreensão dos modernos do seu tempo. Numa rua de Paris viu certa vez Verlaine, de roupas rasgadas, sujo, o ar febril, o andar cambaleante, e chegou a levar a mão ao bolso para dar-lhe uma esmola, no que foi impedido pelo filho. Deve-lhe ter causado horror o poeta com aspecto de mendigo.

Com os seus quadros chegou a formar uma pequena galeria — com algumas preciosidades, entre elas um Wateau — da qual tinha orgulho pelo que representava para um homem, como êle, de recursos reduzidos. O seu exemplar do *Nouveau dictionnaire des peintres anciens et contemporains*, de Théodore Guédy, ficou anotado, quase página por página, ampliado com suas notas em alguns nomes, completado em casos de omissões de outros⁽²²²⁾ — tudo a indicar o gôsto e os conhecimentos do Barão em matéria de pintura. Tanto que nos primeiros incidentes com Gabriel de Piza, ainda em Paris, nada o ofendeu tanto como a referênciã que êle fizera às condições modestas da sua residência⁽²²³⁾.

E fora de casa ali estava a grandeza da vida parisiense na sua categoria de capital universal: a vida mais espetacular e a mais intensa, a mais brilhante e a mais ignóbil, a mais superficial e a mais profunda, ao mesmo tempo, da Europa. De um lado, o centro de uma civilização, com suas modas literárias exportadas para o mundo inteiro, com a Sorbona e o

(221) Raul do RIO-BRANCO, *op. cit.*, pág. 159.

(222) Biblioteca do Itamarati.

(223) "Entre outras tolices (disse Gabriel de Piza ao Presidente Prudente de Moraes) que eu moro em uma casinha muito humilde em um arrabalde muito afastado de Paris. Moro em uma pequena casa, que ocupo tôda, em Auteuil, e tenho, nas duas pequenas salas em que recebo, empregado mais dinheiro em móveis e objetos de arte do que êste ministro nos seus salões. Ele olha para isso como boi para palácio." (Dos seus *Cadernos de Notas* — Arquivo do Itamarati).

Colégio de França cheios de professôres de reputação internacional, com a fascinação dos pintores impressionistas e da escultura de Rodin; de outro lado, a multidão que enche os teatros, as variedades, os cabarés, os estabelecimentos de grande luxo, em derredor da Ópera e da Avenida dos Campos Elíseos, ou nos pequenos recantos de Montmartre, de Montparnasse, do Quartier Latin. Em tudo, o que lhe parecia com certeza mais sensível era aquêlo espetáculo de civilização que não se repetia, com os mesmos requintes, em nenhuma outra cidade. Civilização a um tempo histórica e moderna.

Paris crescia em volta do seu eixo invariável que é o Sena. A *Cité* ficou sendo uma ilha, a velha cidade, a cidade medieval de São Luís. Em tórno dela, Paris foi crescendo, por círculos, na famosa divisão em duas partes pelo rio: a margem direita e a margem esquerda. Na margem esquerda, com o cais quase todo ocupado pelos famosos *bouquinistes* — estavam o Instituto de França, a Academia, a Sorbona, a Escola Normal, os grandes liceus, o centro intelectual da Terceira República. E como para anunciar aos jovens do Quartier Latin e de Montparnasse o fim possível e supremo, ali estava o Panthéon, cuja cúpula simbolicamente ultrapassava a da Academia. O outro trecho do cais da margem esquerda possuía caráter mais oficial: o palácio clássico da Câmara dos Deputados e, sôbre o Quai d'Orsay, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, tendo ao lado, como vizinha, a embaixada da Alemanha. Auteuil — onde residia Rio-Branco — era um bairro burguês, quase em contraste com o *hinterland* aristocrático do Quai d'Orsay.

Olhando-se do Quai d'Orsay sôbre a margem direita, via-se uma fachada: o Louvre, com suas incomparáveis obras de arte; de perto, o Palais Royal era um dos últimos vestígios da velha cidade, e neste canto se tinha refugiado a *Comédie Française*.

Duas margens, *boulevards*, novos *boulevards*, arrabaldes. Círculos fechavam a cidade. Ela não tinha, a bem dizer, uma saída. Estava estrangulada pelos arrabaldes e pelos fortes. Para onde se estender? Havia um caminho possível: a direção do Bois de Boulogne. Foi como se Napoleão a tivesse indicado: aí se achava colocado o seu Arco do Triunfo, que

era, na margem direita, o correspondente do seu túmulo na margem esquerda.

Até então a margem direita acabava, por assim dizer, na Praça da Concórdia. Mas em 1900 a Avenida dos Campos Elíseos — seguindo daí até o Arco do Triunfo — vem a ultrapassar, em movimento social, os *boulevards*. Surgem nela os novos teatros, os novos centros de diversão, tudo o que representa novidade em matéria de prazer. Divertia-se aí — tornando-o quase um centro inglês — o príncipe de Gales, o futuro Eduardo VII, antecipando, com gestos de galanteria, a obra política da “entente cordiale”.

Todos êsses lugares e recantos foram vistos por Rio-Branco, faziam parte da cidade de Paris do seu tempo, e muitos dêles se encontram mencionados nos *Cadernos de Notas*. Os seus passeios prediletos eram pela margem esquerda, onde freqüentava sobretudo as casas características dos livreiros de antiguidades. Quase tôdas as tardes, enquanto, fora, a cidade se agitava no tumulto habitual, êle penetrava na livraria Chadenat em busca de obras antigas e livros históricos. E até há pouco, aos viajantes brasileiros que lá iam, o dono da casa costumava mostrar uma grande mesa, que na sua memória se ligara à presença de Rio-Branco, ali sentado a examinar os velhos livros de história brasileira e americana.

Capítulo VI

Ainda a vida em Paris. Amigos brasileiros e portugueses. Eduardo Prado e Gusmão Lôbo. Rio-Branco e Capistrano de Abreu: um diálogo de historiadores. Correspondência com os amigos. Algumas idéias políticas de Rio-Branco. Um "não" ao militarismo político. A sua atitude em face da República. Visão geral do fim do Império. Fidelidade ao Imperador. Ressurge o jornalista. O convite para a missão especial em Washington. Uma nova fase da sua existência.

COMO SUCEDE, em geral, àqueles que residem no estrangeiro — os principais amigos de Rio-Branco não eram europeus, mas brasileiros. Brasileiros e portugueses. Com alguns desses amigos quase só se comunica por correspondência, em tantos anos de separação: Gusmão Lôbo, Capistrano de Abreu e o Visconde de Taunay; com outros se encontra às vêzes em Londres, sobretudo em Paris: Joaquim Nabuco, Eduardo Prado, Rodolfo Dantas, Oliveira Lima, Domício da Gama, Sousa Correia, Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins. São êles os seus amigos e companheiros mais próximos, aquêles que mais aparecem nas cartas e referências do seu arquivo. Não que Rio-Branco fôsse um missivista ideal, pois as cartas entre amigos são uma forma de confiança e abandono, e êle não fala nunca de sua vida pessoal ou de família, dos seus casos de consciência, das suas intimidades, além do quê andava sempre atrasado nas respostas, e era comum iniciá-las com frases desta espécie:

Todos os meus amigos sabem que em matéria de carta sou sempre o homem da última hora e dos adiamentos⁽²²⁴⁾.

(224) Correspondência — Arquivo do Itamarati.

Porque se mostrava tão impessoal na correspondência — havia de ser com certeza um companheiro muito mais agradável na convivência direta. Estes seus amigos brasileiros e portugueses eram, aliás, quase todos uns magníficos conversadores; cada um deles fazia da conversa uma arte. Às vezes só conseguiam juntar-se dois ou três; de outras, o “grupo” ficava quase completo, acrescido ainda de outro viajantes. Ora se reuniam em Neuilly, residência do cônsul de Portugal em Paris; ora em Auteuil; ora na casa de Eduardo Prado, a casa que serviria de modelo para o 202 de *A Cidade e as Serras*. Em 1889, por exemplo, estão quase todos em Paris, atraídos pela Exposição Internacional, o espetáculo do qual Oliveira Martins dizia num dos seus ímpetos de rudeza e aborrecimento:

Francamente, a impressão que tenho dessa *grande* coisa de Paris é que é reles: tanto mais reles quanto é maior⁽²²⁵⁾.

Havia alguém que, provavelmente, os vencia a todos na arte da conversa: era Eça de Queiroz, a falar das suas viagens ao Oriente ou dos pequenos ridículos da sociedade lisboeta. Com o monóculo a cair-lhe do olho, com a representação teatral das suas próprias histórias, com o seu poder de criar caricaturas, todo êle lembraria o João da Ega de *Os Maias*; mas, porque já estivesse mais velho nessa fase de Paris, seria um Ega mais sereno e mais humano a recordar, por vezes, com ternura, os feitos heróicos dos portugueses ou as aventuras de São Cristóvão.

Perto dêle estava Eduardo Prado, com a sua estranha curiosidade⁽²²⁶⁾, em busca de uma causa a que dedicasse os seus impulsos de idealismo e ação. Não sabia ainda que destino poderia dar a uma existência que se vinha dividindo entre Paris e a Fazenda de Brejão, como se andar lhe fôsse finalidade exclusiva. Viajar era nêle sinónimo de inquietude, e não apenas um prazer de *globe-trotter*. Aquela fortuna sem emprego, aquela elegância requintada, aquela cultura sem aplicação — davam dêle, no entanto, a idéia de um dândi, de uma figura que talvez só se destinasse a servir de modelo para os personagens de Eça de Queiroz. E seria realmente tão dile-

(225) Oliveira MARTINS, *Correspondência*, pág. 147, Lisboa, 1926.

(226) “A qualidade dominante de Eduardo Prado, a sua *qualité matresse*, segundo o termo escolar da velha Psicologia Francesa, a qualidade motora da sua vida pensante e mesmo da sua expressão social, é certamente a curiosidade.” (Eça de QUEIROZ, *Notas Contemporâneas*, pág. 503, 3.^a edição, Porto, 1920).

tante, tão inteligentemente inútil, quanto Fradique Mendes? Não haveria nêle outro sentimento forte além do amor do campo, após o tédio da cidade, como em Jacinto? Nas reuniões de Neuilly ou de Auteuil — e na casa de Rio-Branco havia uma poltrona que era quase exclusivamente sua — Eduardo Prado falava longamente das suas viagens pelo mundo e das suas leituras em Brejão. Assunto predileto seria talvez dizer mal da civilização norte-americana, que, desde a viagem aos Estados Unidos, vinha sendo objeto especial da sua antipatia. Com êle concordaria Eça de Queiroz, concordaria Rio-Branco, concordariam quase todos os presentes. As suas opiniões, nessa época, eram em geral as mesmas sôbre os Estados Unidos, considerados uma nova barbárie na ordem da civilização e um imperialismo cruel na ordem das relações internacionais. Ainda em 1896 a opinião de Rio-Branco era esta:

Eu prefiro que o Brasil estreite as suas relações com a Europa a vê-lo lançar-se nos braços dos Estados Unidos⁽²²⁷⁾.

Coisa curiosa, porém: esta frase só se encontra na minuta; foi riscada depois, e neste gesto há como que uma antecipação do seu próximo pensamento de solidariedade americana.

Parece que foi pela influência de Rio-Branco — é uma hipótese de Capistrano⁽²²⁸⁾ — que Eduardo Prado começou a interessar-se pelos estudos históricos. Isto constituía uma nova aplicação para a sua curiosidade, e chegou a sentir intensamente aquêlê “culto do passado”, que Eça de Queiroz afirmava ter sido a tendência da sua personalidade durante alguns anos⁽²²⁹⁾. Daí os seus projetos de escrever a história do padre Antônio Vieira e do padre Manuel de Moraes, para o que andou a descobrir documentos em Roma, em Leipzig, em Simancas. A história constituiria talvez um meio de dar forma ao seu espírito de aventura, vivendo pela imaginação, nos antepassados, aquela existência de perigos e lutas a que aspirava para si mesmo. O que Eduardo Prado procurava, afinal, nas viagens, na história, nas leituras, era um apaziguamento para a sua natureza insatisfeita. No meio de uma existência espetacular de grande mundano, buscava uma causa perigosa para se armar o cavaleiro dela.

(227) Carta a Sousa Correia — Arquivo do Itamarati.

(228) Capistrano de ABREU, *op. cit.*, pág. 340.

(229) Eça de QUEIROZ, *op. cit.*

No íntimo, todo êsse “grupo” — com exceção dos que tinham uma grande saúde de corpo e de espírito como Rio-Branco, Nabuco ou Ramalho — sentia-se desencantado, talvez cansado de viver, em desajustamento com os problemas e os homens do seu tempo. No Rio, Rodolfo Dantas retirava-se da atividade política, como se nela não houvesse mais qualquer interêsse para um homem de inteligência e gôsto; Gusmão Lôbo, após uma estréia ruidosa na Câmara, jornalista que todos indicavam como o sucessor de Otaviano, surpreendia Rio-Branco com uma carta, escrita no próprio dia 13 de maio de 1889, em que comunicava o fim da sua carreira:

Estou satisfeito, contentíssimo, tanto quanto posso achar contentamento em qualquer coisa. Estou mesmo tanto mais satisfeito quanto ninguém ainda se lembrou e ninguém se há de lembrar de mim. Está rôto o último laço que me prendia à agitação das coisas. Não tenho mais o que fazer. Estou fora de todo o combate. Nenhum triunfo me alegrará, nem me desgostará nenhuma derrota. Prestei à humanidade, meu caro, o meu contingente. Não fui homem de todo inútil à espécie. Dei doze anos de atividades sôfregas à libertação de um milhão de homens. Trabalhei doze anos sem falta de um dia; enchi a imprensa; escrevi muitos volumes; enchi o arquivo da secretaria; achei-me em tudo menos nas ocasiões espetaculosas do Politeama. Isto acabou⁽²³⁰⁾.

De todos, Gusmão Lôbo era o amigo predileto do Barão do Rio-Branco. Seu companheiro em *A Nação*, seu colega na Câmara, houvera em ambos também, a ligá-los, uma igual dedicação ao serviço do gabinete de 7 de março. Poucos sabiam que Juca Paranhos considerava Gusmão Lôbo como “o mais brilhante defensor do ministério Rio-Branco na tribuna e na imprensa”⁽²³¹⁾.

Um traço do caráter de Gusmão Lôbo era justamente essa tendência para a colaboração desinteressada, a recusa a colocar-se à frente das multidões, a incapacidade de lhes provocar os aplausos. Na campanha abolicionista o seu nome quase nunca aparece, mas é êle quem redige, nos assuntos da emancipação, quase tudo o que se publica no *Jornal do Comércio*, não raro vencendo a resistência dos seus diretores e proprietários⁽²³²⁾; no gabinete Dantas, entre os jornalistas e pseudônimo inglês — “os ingleses do sr. Dantas”, como

(230) Arquivo do Itamarati.

(231) Benjamin Mossé, *Dom Pedro II, empereur du Brésil*, pág. 214, Paris, 1889.

(232) Carta de Gusmão Lôbo — Arquivo do Itamarati.

lhes chamava Martinho de Campos — era êle o mais ágil, o mais brilhante, o mais bem informado, o que escrevia com mais elegância e estilo — e entre “os ingleses do sr. Dantas” estavam Joaquim Nabuco e Rui Barbosa.

Como Rio-Branco, Joaquim Nabuco era dos que conheciam e valorizavam Gusmão Lôbo, e foi quem o salvou do esquecimento, traçando-lhe o perfil em *Minha Formação*:

Seu talento, seu estilo de escritor, airoso, perfeito, prismático, um dos mais belos e mais espontâneos do nosso tempo, era verdadeiramente inexaurível... Ele achava solução para tudo, tinha os expedientes e as finuras, como tinha a plástica da expressão... Todo o seu trabalho foi anônimo e poderia assim passar despercebido de outra geração, se não restasse o testemunho unânime dos que trabalharam com êle. Era um assombro a variedade dos papéis que êle desempenhava na imprensa, incalculável o valor da sua presença e conselho em nossas reuniões, e depois no íntimo do gabinete Dantas⁽²³³⁾.

Acrescenta Nabuco que considera um enigma a maneira como êle “renunciou mais tarde de repente a tôda a ambição”.

As cartas de Gusmão Lôbo a Rio-Branco esclarecem o enigma, os motivos do seu retraimento. Primeiro, o tédio em face do sucesso, uma espécie de nojo ante o espetáculo de 13 de maio, com os arrivistas nas ruas e no Paço, conquistando aplausos, títulos e honrarias. Depois o episódio da República, que lhe paralisou o desejo de ação pelas tendências contraditórias que se debatiam dentro dêle: só estimava o Imperador e sentia aversão contra tôda a família imperial, a Imperatriz, a Princesa Isabel, o Conde d’Eu, aos quais fazia acusações de extrema gravidade, inclusive na ordem moral⁽²³⁴⁾; mas a sua dedicação a D. Pedro II e a sua fidelidade ao princípio monárquico fariam dêle adversário obstinado da República, intransigente na recusa a colaborar com os líderes da nova situação. Não lhe restava senão o silêncio e o recolhimento: julgava-se inconciliável com a República, mas também não queria lutar pelo retôrno da monarquia, porque julgava nefasto o Terceiro Reinado, segundo a carta confidencial que em novembro de 89 dirigia a Rio-Branco:

— Escreva-lhe [ao Imperador] e, quando o fizer, não deixe de protestar-lhe em meu nome o meu mais profundo acatamento, estima

(233) Joaquim Nabuco, *Minha Formação*, pág. 208, São Paulo, 1934.

(234) Correspondência — Arquivo do Itamarati.

e dedicação — mas isso a êle só. Nada para o Conde nem para a Princesa. Nunca os estimei; e houveram-se mal. Eles fariam mau govêrno de camarilha⁽²³⁵⁾.

Impressão confirmada pelo Visconde de Taunay, tão fiel a D. Pedro e à monarquia, que se referia à Princesa Isabel como “alheia ao que se passava e só ocupada com futilidades e música”.⁽²³⁶⁾

O enigma da retirada voluntária de Gusmão Lôbo explica-se pela sua consciência, atormentada de escrúpulos, pela sua sensibilidade, violentada no desajustamento entre as convicções e os fatos. E do amigo fraternal de Nabuco e Rio-Branco nada mais resta do que o nome que êles fizeram questão de colocar entre os primeiros da sua geração.

Para compensar essas ambições desfeitas e aniquiladas de Rodolfo Dantas e Gusmão Lôbo — surgia nesse mesmo ano de 1889 um nôvo amigo para Rio-Branco, uma ambição nova e ardente, na pessoa de Domício da Gama, introduzido no grupo de Paris por Eduardo Prado. Do jornalista que fôra à França como correspondente da *Gazeta de Notícias*, que se distinguia por conhecer a literatura e a vida literária francesa como se fôsse um parisiense, que parecia só preocupado com os seus contos e o seu pequeno mundo de ficção — Rio-Branco faria o seu auxiliar mais próximo, o seu discípulo mais amado. Outro amigo, entre os mais jovens, era Oliveira Lima, então nos princípios dos seus estudos de historiador. É a Rio-Branco que êle comunica os planos dos seus primeiros trabalhos, indagando:

Que lhe parece a tentativa? Um pouco arrojada para um ser de tom literário como eu, não é verdade?⁽²³⁷⁾

Pouco depois ainda falará do “glorioso desfecho das Missões”, e durante muitos anos será afetuosa e confiante a amizade entre os dois historiadores. Só depois os desentendimentos na carreira diplomática, as diferenças de temperamento, as rivalidades, os ciúmes levariam Oliveira Lima ao tom rancoroso das suas *Memórias*. Mesmo aí, porém, êle não deixa de fazer o elogio, embora limitado, que devia ao antigo amigo que lhe fôra também um mestre:

(235) Arquivo do Itamarati.

(236) Carta do Visconde de Taunay a Rio-Branco — Arquivo do Itamarati.

(237) Correspondência de Oliveira Lima com Rio-Branco — Arquivo do Itamarati.

Rio-Branco — conhecedor como ninguém das nossas questões de geografia colonial e de história diplomática territorial⁽²³⁸⁾.

Dos amigos franceses havia os mais íntimos como Dumontier e Girardot, havia outros mais de ordem intelectual como Elisée Reclus e Emile Levasseur. De Reclus êle anotaria a sua geografia do Brasil, na parte do território contestado, depois de haver nela colaborado com inúmeras informações. De Reclus também foi a lembrança do título social e honorífico que agradou a Rio-Branco mais do que qualquer outro: o de membro correspondente da Royal Geographical Society, de Londres. A amizade com Levasseur e Reclus era como uma confraternização de historiadores e geógrafos.

Amizade de historiadores também foi a do Barão do Rio-Branco com Capistrano de Abreu. Quando Capistrano veio do Ceará para o Rio, Paranhos Júnior estava nas vésperas do seu embarque para Liverpool. E mal se conheceram pessoalmente numa das viagens de Rio-Branco ao Brasil. A comunicação entre êles fazia-se por correspondência, em que o tratamento cerimonioso — *Vossa Excelência* e *Senhor Conselheiro* — não perturbava nada a confiança, a revelação dos projetos, a fraternidade na mesma paixão das pesquisas e das descobertas nos domínios da História.

Enquanto Capistrano estava mais voltado para as questões do Norte nos séculos XVI e XVII, Rio-Branco estudava de preferência as questões do Sul, embora não se mostrasse, como o seu companheiro, tão fechado no gosto das especializações. Nunca Rio-Branco demonstraria antipatias póstumas como as de Capistrano à guerra holandesa e a Tiradentes. A guerra holandesa, ao contrário, era um assunto da predileção de Rio-Branco⁽²³⁹⁾, que não colocava nenhum obstáculo sentimental diante da sua curiosidade de historiador. O que havia de mais comum entre os temperamentos de Rio-Branco e Capistrano era a tendência para as monografias, as anotações, as obras de ocasião, certa timidez, num e noutro, em face das grandes obras de conjunto — como a história geral do Brasil — timidez vinda do escrúpulo, da consciência pro-

(238) Oliveira LIMA, *Memórias*, pág. 181, Rio, 1937.

(239) Entre os livros anotados por Rio-Branco nenhum o foi tão minuciosamente quanto *História das Lutas com os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*, de VARNHAGEN — Biblioteca do Itamarati.

fissional, da incapacidade de fazer qualquer coisa que não fôsse completa e perfeita. O que impediu Capistrano de escrever uma história do Brasil não foi certamente ausência de uma história dos jesuítas, como êle dizia, mas a sua natureza, o seu gôsto dos temas isolados, a sua paixão dos estudos desinteressados, no que se parecia tanto com Rio-Branco. Ambos foram, sobretudo, autores de capítulos e efemérides, autores de obras fragmentárias, quando dispunham de um conhecimento da História do Brasil no qual, em seu tempo, ninguém os sobrepujava.

Capistrano, sem a tentação de outras preocupações, pôde realizar, como historiador, uma obra mais importante do que a de Rio-Branco. Sobretudo mais bem construída, porque dos dois — êle era o mais escritor, e de estilo mais artístico, o de mais agudeza de visão nas interpretações. Foi um historiador puro, enquanto Rio-Branco fêz da história um instrumento da sua obra de estadista.

Ainda a distingui-los havia o *humour*, tão vivo em Capistrano, quase inexistente em Rio-Branco. Rio-Branco era mais formal, temperamento e idéias de conservador, com uma visão política da vida; Capistrano tinha uma visão mais intelectual e até literária: cético, quase anárquico em idéias políticas, era um espectador que se divertia com o espetáculo da vida, como Machado de Assis, participando dela uma ou outra vez com desencanto e amargura. Para Rio-Branco, homem de espírito político, era a história uma forma de compreender os seus contemporâneos e mais estimá-los; para Capistrano, homem de espírito misantropo, a história era uma evasão, um meio de se afastar ainda mais dos contemporâneos. E não deixa de ser explicativo saber-se que o seu interesse de historiador não passava do período colonial. Enquanto Rio-Branco não se referia ao Brasil senão em termos de intensa exaltação, Capistrano achava que o nosso símbolo devia ser o *jaburu*, com uma perna descansada na outra e sempre triste...⁽²⁴⁰⁾. Mas a verdade é que o espírito crítico quase feroz de Capistrano de Abreu não deixava de ser outra forma de patriotismo.

À correspondência entre Rio-Branco e Capistrano, começada em 1886, caberia o título de um diálogo de historiadores⁽²⁴¹⁾. Rio-Branco servia de correspondente de Capis-

(240) João RIBEIRO, artigo no "Jornal do Brasil" em 18-12-1927.

(241) Arquivo do Itamarati.

trano na Europa, enviando-lhe notas e cópias de documentos dos velhos arquivos europeus; Capistrano, por sua vez, retribuía com o material da Biblioteca Nacional, do Arquivo Público e do Instituto Histórico.

Nem sempre podia Capistrano servir o amigo. Andava o diretor da Biblioteca Nacional a criar-lhe dificuldades, numa dessas ridículas crises de ciúme profissional tão comuns no Brasil. Mas Capistrano não deixa de se vingar dêle, e com um prazer que logo comunica a Rio-Branco:

— Disse-nos positivamente que não deixava por si copiarmos uma linha manuscrita da Biblioteca Nacional, e que se o Ministro mandasse informar qualquer requerimento a sua informação seria sempre desfavorável. Lutar com êle seria, pois, inevitável e provavelmente inútil. Também demos-lhe uma lição de mestre: êle estava muito empenhado em publicar a *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, escrita em 1627 e até agora inédita, a melhor crônica que existe do século XVI; por isso mesmo timbramos em publicá-la, e Lino de Assunção mandou-nos a cópia de Lisboa, tirada da Torre do Tombo. Ficamos vitoriosos, é verdade; mas o bibliotecário enfureceu e até tomou uma satisfação ao Cabral⁽²⁴²⁾. Quer isto dizer que cada vez podemos contar menos com êle, em outros termos: cada vez teremos mais de importunar V. Excia.

Incidente que vinha trazer, afinal, o bom resultado de fazer Capistrano apressar-se na publicação da *História* de Frei Vicente. Porque às vêzes lhe sucedia enfastiar-se de um assunto ou de um livro e deixá-los esquecidos e abandonados:

— O ano passado eu e o Teixeira de Melo tiramos, *às escondidas*, cópia da coleção de cartas dos jesuítas de 1549-1568. Devia ser eu o editor, mas talvez pela maçada de copiá-las, tomei-lhes tal birra que nem podia mais vê-las. Passei, pois, a maçada ao Cabral. Este foi embora, sem as ter imprimido, e Galvão disse que ia desmanchar a sua composição. Para evitar tamanho absurdo tomei a mim rever o trecho, verificar datas e autores, etc. O mais interessante é que, agora que não tenho nada com elas, estou simpatizando com elas novamente.

Fazendo-se êle mesmo editor, Capistrano comunica a Rio-Branco os seus projetos de publicação em 1886:

— A nossa coleção tem ido um pouco demorada; mas nestes dez dias Cabral dará a coleção das cartas de Nóbrega — 21, das quais uma fornecida por V. Excia., outra que nunca fôra publicada em Portugal e 2 inéditas.

Em março, Cabral publicará as Cartas avulsas em número de 50 aproximadamente, dois terços das quais inéditas.

(242) Vale CABRAL, historiador, amigo e colaborador de Capistrano.

O quarto volume constará das cartas de Anchieta, tomou-as a si o Dr. Teixeira de Melo.

O quinto volume publicarei eu com o título de *Crônicas Menores dos Jesuítas*, logo que obtiver as duas *Histórias* de Roma e a do Pôrto que não podem tardar.

O sexto volume publicaremos Cabral e eu, e será a *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, que esperamos V. Excia. há de admirar tanto como nós porque é digno disto.

E o século XVII passara a ser o da predileção de Capistrano de Abreu. A princípio fôra o século XVI, mas este já estava largamente explorado por Varnhagen, e o que excitava Capistrano era o desconhecido, o inédito, o mistério histórico. Além disso, na sua opinião, o problema de estudo mais importante da História do Brasil era “o povoamento da zona entre o São Francisco e o Parnaíba” — assunto que êle projectava esclarecer em grande parte com a *História eclesiástica do Brasil*, de Gonçalo Soares da Franca, que estava em Lisboa, a *Descrição da Baía*, de Bernardo Vieira Ravasco, irmão do Padre Vieira, que Lino de Assunção procurava descobrir em Portugal, e a *Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, do Padre João Filipe Betendorf que êle considerava “um dos depósitos capitais do século XVII”.

Ao século XVII Capistrano parece dedicar tôda a sua atenção, inteiramente preocupado em desvendar-lhe os enigmas:

É este o nosso plano para este resto de ano e para o outro; mas espero poder ainda dar outro volume: a coleção cronológica de todos os documentos relativos ao Brasil durante o reinado de D. Manuel e talvez de D. João III. Agora, se vier a obra de Andreoni, é bem possível que lhe dê preferência, porque deve ser muito interessante, e com ela e a *Crônica dos jesuítas no Estado do Maranhão* e do Padre Betendorf que vai até 1697, modifica-se absolutamente a fisionomia do século XVII, que é muito mais desconhecido que o anterior.

Quando comecei os meus estudos de história pátria, chamou-me especial atenção o século XVII, principalmente depois da guerra holandesa. Vejo nêle tantas questões, e sobretudo tanta obscuridade! Na obra de Varnhagen, tirado o que diz respeito às guerras espanholas e holandesas, quase nada há para representar este século. Preencher estas lacunas é, portanto, meu interêsse principal. Para o Estado do Maranhão, o problema não é difícil; mas para o resto, sem crônica e apenas com os documentos oficiais, parece-me tarefa árdua. Felizmente graças a V. Excia. não terei de haver-me com as questões sulistas, que

V. Excia. conhece melhor que ninguém. Já em 1864-1865⁽²⁴³⁾ conhecia-as melhor que Varnhagen; imagino o que será hoje, e só o que me admira é que o seu livro não esteja publicado pelos menos desde 1867. Eu nunca estudei este assunto, e quando soube que V. Excia. ia afinal apresentar-nos com o resultado das suas investigações, ainda menos pendor senti por elle.

Desde 1886 andava Capistrano na pista de um Ms sôbre o século XVII que lhe informaram existir na Itália e ao qual attribuía excepcional importância. E elle ficava em conjecturas ansiosas: será original? será tradução? e se tradução, será de Gabriel Soares, será da *Cultura e Opulência do Brasil*, de Antonil, ou será a cópia da história da guerra holandesa de Fr. J. de S. Teresa? Ao receber o índice do Ms cresceu-lhe o desejo de tê-lo em mãos:

— Cada vez estou mais convencido de que a obra é interessantíssima. É Gabriel Soares puro, mas escrito em 1660 pouco mais ou menos; por conseguinte menos corográfico e mais histórico.

A Capistrano manda Rio-Branco, por sua vez, uma série de consultas e pedidos: sôbre as obras em que se apoiou Varnhagen para escrever a respeito do Rio de Janeiro do século XVIII; os documentos de que se serviu Varnhagen para descrever o assalto inglês à Bahia; a cópia de uma carta de Maurício de Nassau, de tal importância que faz passar para segundo plano a obra de Barléu⁽²⁴⁴⁾.

Raramente deixava de ser histórico o assunto dessa correspondência entre historiadores. E só poderia ser de desgosto o sentimento de Rio-Branco ao receber certas impressões políticas de Capistrano como esta acêrca do Imperador, em 1887:

Estou convencido que o Imperador não pode nem deve mais reinar no Brasil. Estou convencido que o terceiro reinado será uma desgraça e esta opinião vejo-a cada dia espalhada e a consolidar-se; mas não pode deixar de ser assim. Acho que a história o que há de dizer do Imperador é que elle não soube fazer o bem e não quis fazer o mal. Coitado!

(243) Deve-se notar que Rio-Branco, nessa data em que Capistrano o comparava com Varnhagen, tinha apenas vinte anos.

(244) A propósito de Varnhagen há na correspondência de Capistrano uma curiosa revelação:

“Ainda não pude verificar onde Varnhagen colheu os esclarecimentos a respeito do assalto inglês na Bahia. Não figuram na primeira edição. Provavelmente encontrou os documentos em Simancas, onde devem estar, se elle não os tirou, porque hoje cheguei à desoladora convicção de que o nosso illustre historiador roubava papéis”. — Arquivo do Itamarati.

O que, de certo, não ofendia, em Rio-Branco, apenas o sentimento monárquico, mas o senso histórico.

Sôbre política, nessa época, Rio-Branco só gostava de se comunicar com os amigos monarquistas, como Joaquim Nabuco, Rodolfo Dantas e Gusmão Lôbo. Sobre tudo nas vésperas da República, quando se sente mais voltado para os acontecimentos da política interna diante da propaganda republicana, que êle via nas vésperas da vitória, menos pelo seu próprio poder⁽²⁴⁵⁾ do que pelas condições de fraqueza e demissão em que se achava o Império. Êle sabia, pela experiência da História, que as instituições perdem a vida antes mesmo do desaparecimento oficial. Em princípios de 1888, de volta do Brasil, onde passara alguns meses, a sua convicção era de que a Monarquia estava nos últimos dias. As suas cartas indicam que lhe previa um fim próximo e melancólico⁽²⁴⁶⁾. Tanto êle como seus amigos no Rio mostram-se apreensivos em face de um perigo que lhes parece invencível.

Na sua correspondência com os amigos, Rio-Branco examina três problemas que julga mais decisivos para a sorte do Império do que a propaganda republicana, com os seus núcleos eleitorais quase insignificantes, com os seus jornais de reduzida influência, com os seus líderes ainda sem grande autoridade perante a opinião pública: o problema abolicionista, o problema militar, o problema da federação.

Abolicionista êle o era com certeza, desde os tempos acadêmicos, desde a época do gabinete de 7 de março, como colaborador do Pai, mas achava que fôra incompleta e precipitada a solução do problema nos têrmos lacônicos da Lei de 13 de Maio. Ao seu temperamento conservador as medidas radicais pareciam sempre germes de reação ou revolução, e por isso julgava mais sábia a Lei de 28 de Setembro, pelo que continha de prudência e objetividade. Por que não se fala, em tôda essa campanha de princípio de 88, no problema

(245) V. Oliveira VIANA, *O Ocaso do Império*, págs. 112 e segs., 2.ª edição, São Paulo, 1933.

(246) "Entretanto à vista do que presenciei em 1887 quando estive no Rio, fiquei entendendo que a explosão era só questão de tempo, e ainda em novembro mandei ao Visconde de Ouro Preto vários livros que êle não me pedira, mas que julguei dever mandar-lhe para serem traduzidos e espalhados no nosso exército e na nossa marinha." (De uma carta de Rio-Branco ao Barão Homem de Melo).

da indenização aos proprietários? Que providências vai tomar o Estado para fazer a integração dos escravos na sociedade livre pela educação e pelo trabalho? Era o que êle indagava ao pensar que o direito da escravidão era um direito imoral, mas contudo em vigência na legislação brasileira. A Lei de 13 de Maio tomou assim aos seus olhos o caráter de medida generosa e nobre, sob um ponto de vista humano, mas de êrro sob o ponto de vista social e político.

Talvez, nesse caso, ainda se pudesse argüir que a preferência pela Lei de 28 de Setembro provinha de sua colaboração nela e do desejo de que nenhuma glória superasse a do seu Pai na história do abolicionismo. E quanto às suas opiniões no problema militar?

Não seria possível exigir de ninguém mais estima e mais dedicação ao Exército e à Marinha. Ele não era apenas um historiador militar — o mais completo do Brasil até então — e assim um conhecedor dos assuntos militares do momento, um estudioso das suas questões técnicas e sociais. Por isso mesmo a sua concepção da vida militar era rigorosamente contrária ao militarismo político, à anomalia do militar a intervir, como classe, nos movimentos políticos. O que êle sempre indicava como exemplo na boa organização social do Império era a ausência de “pronunciamentos militares”, de guerras civis e revoluções, tão comuns naquela época em outros países sul-americanos. A defesa contra o caudilhismo teria que ser também, na América do Sul, uma defesa contra o militarismo político. Nunca se modificou a mentalidade de Rio-Branco ante êste problema: valorização da vida militar, oposição ao militarismo. E nisto estava com os grandes chefes europeus de exércitos e marinhas.

Anos depois, em Paris, a sua isenção de homem de gabinete e a sua visão política seriam colocadas em prova decisiva no caso Dreyfus. Nos militaristas a paixão de casta seria mais forte do que o sentimento de justiça, e Dreyfus deixou de ser um homem para se tornar um símbolo que dividiu a França em duas partes. Num dos seus *Cadernos de Notas* escreveu Rio-Branco:

1899, 9 de set., sábado — Esta manhã soubemos aqui que o Conselho de Guerra de Rennes, por 5 votos contra 2, condenou o capitão Dreyfus, vítima dos falsários do Estado-Maior do Exército fran-

cês, a dez anos de prisão, não obstante ter a discussão pública demonstrado que não havia prova alguma contra o acusado. *La France et l'armée sont déshonorés*, diz o *Journal de Genève* de hoje⁽²⁴⁷⁾.

Que Rio-Branco houvesse sido, em consciência, partidário de Dreyfus — isto indica positivamente o seu antimilitarismo. Naquela época nenhum militarista, no mundo inteiro, sustentava a inocência de Dreyfus ou se revoltava com o espetáculo da sua injusta condenação. No mesmo ano dizia Rio-Branco a Nabuco, em carta sobre a política inglesa:

Eu sinto imenso que esse maldito Chamberlain tenha assim desprestigiado uma guerra injusta, e difícil à nossa velha Inglaterra, cuja influência no mundo, influência benéfica e civilizadora, eu desejaria ver aumentada. Se ela decair, teremos a influência da força e do militarismo. Deus nos livre disso⁽²⁴⁸⁾.

Dez anos antes, nos acontecimentos do Brasil, as idéias e os sentimentos de Rio-Branco já eram contrários às intervenções militares na ordem política. Pensando no aperfeiçoamento e na grandeza das classes armadas, achava que o destino delas deveria ser a sua colocação acima das paixões partidárias, o constante aprendizado técnico dos oficiais e soldados em missões ou trabalhos militares.

Por isso nas chamadas “questões militares” via a responsabilidade do Império por não haver organizado devidamente o Exército e a Marinha, um “exército esquecido, mal organizado, mal instruído e mal pago”, uma “marinha pela qual pouco se fêz desde a guerra do Paraguai”. O Visconde de Taunay, por exemplo, abandonara a carreira das armas porque sentira que, quando o queriam menosprezar, chamavam-no *Sr. major*⁽²⁴⁹⁾. Privado de fortes e intensas ocupações técnicas, sem estímulos e sem aparelhamentos de trabalho, o Exército ia-se dividindo e deixando empolgar pela propaganda revolucionária dos republicanos.

Em carta ao seu amigo Joaquim Nabuco — que parecia nas vésperas de um posto de líder político como chefe de gabinete — Rio-Branco indicava as condições lamentáveis das classes armadas como um perigo para as instituições monárquicas⁽²⁵⁰⁾. Lembrava-lhe que o governo havia vendido o

(247) *Caderno de Notas* — Arquivo do Itamarati.

(248) Arquivo de Joaquim Nabuco, no Itamarati.

(249) Carta do Visconde de Taunay a Rio-Branco — Arquivo do Itamarati.

(250) Arquivo de Joaquim Nabuco, no Itamarati.

Independência, o melhor dos navios de guerra brasileiros, acrescentando:

A nossa esquadra não faz evoluções, como o nosso exército não faz manobras. Daí uma ignorância espantosa. Entende-se entre nós que só depois de começada a guerra deve-se aprender a fazer a guerra. Pensa-se no Brasil que só cantando a *brava gente brasileira* podemos vencer...

E com os seus conhecimentos militares previa a estratégia do futuro:

A artilharia moderna e os meios de ataque atualmente empregados tornaram as guerras muito diferentes do que eram antes. Há de vencer hoje quem puder mobilizar tropas mais rapidamente e invadir o território vibrando os primeiros golpes.

Desde 1880 encontravam-se entre os seus papéis, feitas por êle, algumas notas sôbre o estado a que o Império deveria elevar as classes armadas: os efetivos que deveria ter, os equipamentos, o número de navios, as suas tonelagens⁽²⁵¹⁾.

E porque valorizava tanto o Exército e a Marinha, enchia-o de desgosto e tristeza aquêlo espetáculo das repetidas questões militares nos últimos tempos do Império, aquela agitação dos quartéis por influências de política partidária. Precisamente no dia 14 de novembro de 1889 — quando no Rio os republicanos em torno de Deodoro e Benjamin Constant combinavam os últimos pormenores da insurreição do dia seguinte — Rio-Branco remetia ao Visconde de Ouro Preto vários livros que havia adquirido na Livraria Militar, em Paris. Acompanhava-os uma carta na qual êle pedia que fôsse traduzidos e oferecidos aos oficiais brasileiros, porque eram obras que ensinavam ser o primeiro dever do militar o de garantir e respeitar a ordem civil — “livros de instrução do exército da *República* Francesa, nos quais se ensina o que o oficial e o soldado devem aos poderes constituídos, e a fidelidade ao seu juramento.”⁽²⁵²⁾.

Por outro lado, na bandeira da Federação que Joaquim Nabuco levantara depois do abolicionismo, que Rui Barbosa sustentava como lema do seu programa de dissidente do Partido Liberal, via Rio-Branco um caminho para a República. Pois, ao seu ver, a federação estava mais no desenvolvimento

(251) Arquivo do Itamarati.

(252) Arquivo do Itamarati.

lógico da República do que da Monarquia. E assim foi: será suficiente lembrar que São Paulo era a província que mais desejava a autonomia federalista, e estava em São Paulo o quartel-general dos republicanos. A Nabuco por isso êle escreve, como numa advertência:

Você soube conquistar na nossa história política e parlamentar lugar distintíssimo, de sorte que o seu nome está feito. Confesso-lhe, porém, que muito mêdo tenho da nova bandeira que levantou o neto do morgado do Cabo, sobretudo desta palavra — Federação — que entre nós estava esquecida, e que já nos custou muito sangue e muitas lutas.

Nenhum argumento lhe parecia mais frágil do que a invocação da fortuna e da prosperidade dos Estados Unidos da América do Norte⁽²⁵³⁾. Achava, ao contrário, que as diferenças entre os Estados-Unidos e o Brasil estavam a sugerir sistemas políticos diversos para os dois países. E, como geógrafo, êle poderia indicar, se o quisesse, que as diferenciações estavam baseadas em indestrutível situação geográfica: se há entre a América do Norte e a América do Sul uma semelhança pela longitude, existe pela latitude uma diferença absoluta. Diferença de clima, de águas, de solo, tudo a influir para a diversidade étnica, social, econômica, política. E por que imitar e copiar o regime em vigor nos Estados-Unidos, pensava Rio-Branco, quando no Brasil o regime construído pelos estadistas do Império procurava criar um ajustamento entre os estatutos legais e as condições do país?

Não que Rio-Branco achasse ideal a divisão administrativa do Império. Lembrava, na carta a Joaquim Nabuco, que a descentralização administrativa — em seguimento ao que se fizera no Ato Adicional — constituía uma necessidade, e que também era indispensável, no interesse da integridade nacional, criar novas províncias, fazendo esquecer até algumas antigas denominações. Parecia-lhe defeituosa e desequilibrada aquela divisão administrativa com umas províncias enormes, populosas e ricas, ao lado de outras que nem podiam ter existência própria:

(253) Referindo-se a outras repúblicas americanas, escrevia êle em *Dom Pedro II, Empereur du Brésil*: "Ont-ils pu prospérer comme la grande démocratie anglo-saxonne dont ils ont cherché à imiter l'organisation? Le secret de la prospérité des Etats-Unis de l'Amérique du Nord se trouve dans l'énergie, dans le sens pratique de ce peuple, et dans le grand courant d'émigration qui, depuis longtemps, se dirige vers ce pays. Les anglais sont les mêmes partout: en Angleterre, aux Etats-Unis, au Canada, en Australie". (Benjamin Mossé, *op. cit.*, pág. 29).

Nova divisão administrativa, acabadas as antigas províncias, o mesmo que a Revolução Francesa fêz para unificar a França — é o que eu desejaria para o Brasil, vendo, com a nova divisão, a descentralização *administrativa*, não a política.

Assim colocava o problema, em discordância com o seu amigo Joaquim Nabuco.

Dois meses antes da proclamação da República, a 13 de setembro, — êle escrevia, em tom exaltado, o elogio da Monarquia, tanto mais entusiástico, quanto esperava o seu fim e falava dela como se já lhe estivesse fazendo o necrológio:

Os moldes antigos que a geração nova quer hoje quebrar imprudentemente deram-nos quarenta anos de paz, de prosperidade e de glória que hão de avultar muito no futuro quando a obra de nossos pais puder ser comparada com os resultados das reformas que a geração nova anda a reclamar. (...) Vivo na Europa e posso assegurar que os governos e as classes esclarecidas dêste velho mundo têm hoje a mais alta opinião do Brasil. Valemos por aqui muito mais do que tôdas as repúblicas hispano-americanas e os Estados Unidos⁽²⁵⁴⁾.

No dia 16 de novembro encontrava nos jornais de Paris a notícia de que fôra proclamada a república no Brasil. Lendo-a, o seu sentimento não deve ter sido diferente daquele que levou Eduardo Prado, também em Paris, a chorar como se estivesse contemplando a morte de uma nação.

Antes de tudo, o Reinado é do Imperador — escreveu Joaquim Nabuco, sintetizando, numa frase, quase tôda a história do Segundo Reinado⁽²⁵⁵⁾.

As virtudes da Monarquia e também muitas das suas deficiências estavam nessa concentração pessoal do poder. Sob a aparência do regime parlamentar o Império girava em torno do Imperador. Era uma situação que não provinha nem das leis nem do monarca, mas da nossa incipiente estrutura política. O monarca, pelo contrário, com a sua tolerância, com o seu horror aos áulicos, com o seu respeito às idéias dos outros, muito contribuiu para que se movimentasse normal e livre o mecanismo do regime parlamentar.

Porque são sempre precários os regimes com uma exclusiva base individual. O Imperador não estava propriamente apoiado nem numa classe, nem no exército, nem nos partidos.

(254) Carta ao Barão Homem de Melo — Arquivo do Itamarati.

(255) Joaquim NABUCO, *Um Estadista do Império*, vol. II, pág. 374, São Paulo, 1936.

Tudo se acabou para êle quando os proprietários rurais, o clero e as classes armadas se tomaram de simpatia ou de entusiasmo pela causa republicana. Os partidos — que disputaram durante muito tempo o privilégio de agradar o Imperador e de executar no poder idéias emanadas do Trono — não tinham, no fundo, nem estima nem respeito ao Soberano. Estavam, aliás, tomados de irritação, de amarguras e queixas contra o sistema rotativo que o Imperador imprimia à politica do Império.

O fato é que parecia existir mais o monarca do que a Monarquia; todos os elogios como todos os ataques se dirigiam mais ao representante eventual da instituição do que à instituição em si mesma.

O que se chama regime parlamentar, com um modelo fornecido pela Inglaterra, foi praticado no Brasil de uma maneira pode-se dizer que natural, e não estava estatuído ou fixado nem na Constituição de 25 de março de 1824, nem no Ato Adicional de 1834.

A Constituição de 1824, ao contrário, depois de conceituar (art. 98) que “o poder Moderador é a chave de tôda a organização política”, definia poderes muito amplos para o Imperador (art. 101 e parágrafos), que ficava com as seguintes atribuições: nomeação de senadores; convocação da Assembléa Geral; necessidade da sua sanção para que tivessem força de lei as resoluções da Assembléa; aprovação e suspensão das resoluções dos conselhos provinciais; dissolução do Parlamento, sua prorrogação ou adiamento; nomeação ou demissão — “livremente” — dos ministros de Estado; suspensão de magistrados; concessão de anistia.

Como se vê, não era bem de um regime parlamentar que se tratava. Só com o tempo é que êsse sistema político se foi formando, lentamente, conquista por conquista, entre nós. À margem da Constituição, por exemplo, foi que se criou, já no Segundo Reinado, a entidade do Presidente do Gabinete, para o qual o Imperador foi passando muitas das suas atribuições constitucionais, inclusive a escolha dos senadores; assim também foi que se firmou a norma, contrária ao parágrafo 6.º do art. 101 da Constituição, de se demitirem os ministros em minoria na Câmara ou que se colocassem em posição adversa à maioria dos deputados. Pode-se datar dêsse costume

o início do regime parlamentar no Brasil; e já com o Ato Adicional, o Poder Moderador tinha-se visto despojado de uma parte do seu poder.

Esta era uma vitória de há muito almejada pelo Parlamento. Pois a história política do Brasil não se resume só, como escreveu o Barão do Rio-Branco, na luta dos dois partidos, o Conservador e o Liberal, mas também na luta entre o Parlamento e o Executivo.

Houve sempre, aliás, mesmo nos países de educação política mais refinada, uma luta permanente entre os dois poderes. Na própria Inglaterra o parlamentarismo teve de lutar muito tempo contra o poder dos reis. O conflito que enchera tôda a Idade Média, na Europa, entre o feudalismo e a monarquia, prolongou-se, pela idade moderna, no conflito entre os parlamentos e os reis. O século XIX traz novamente, sobretudo na França, o espetáculo de certa perturbação no sistema parlamentar, de base liberal, perturbação nascida do desentendimento entre a figura do Rei e a figura do Parlamento. O equilíbrio entre os dois poderes, na verdade, só se realiza por uma conquista lenta e difícil através de educação política e de uma verdadeira compreensão do espírito e das particularidades do regime.

No Brasil, também, desde o Primeiro Reinado, tornou-se visível êsse conflito entre o Parlamento e o Executivo. Em oposição a D. Pedro I, defendendo prerrogativas parlamentares, colocou-se a primeira Constituinte. Dissolvida, embora, é o seu espírito que volta a instalar-se na Assembléia Legislativa, e o 7 de Abril é afinal uma vitória do Parlamento, unido ao povo e apoiado pelo Exército. Outra vitória do Parlamento, e esta das mais notáveis, foi a queda de Feijó, como ministro da Justiça, e depois a sua renúncia, como Regente. Tão-só no segundo Reinado, embora com alguns incidentes, foi possível encontrar certas fórmulas de equilíbrio entre o poder executivo e o poder legislativo.

A grande deficiência do nosso regime parlamentar não estava no regime político em si mesmo, mas na ausência de uma opinião pública organizada, consciente e deliberante. Daquela opinião pública, peça essencial no mecanismo parlamentar, que, na Inglaterra, fixa, segundo Nabuco, com a precisão não só de horas mas de minutos, as oscilações do pensamento popular.

Sucedia muitas vêzes que ministérios ou ministros fôsem aqui derrubados pelas Câmaras. O que em geral não sucedia era o partido político do gabinete perder as eleições. Acontecia, ao contrário, esta coisa curiosa: um partido, subindo ao poder, conseguia do Imperador a dissolução de uma câmara compactamente adversária; em seguida, elegia outra câmara unânimeamente da sua côr política.

De modo que, ao cair um ministério, ou o Imperador sustentava o gabinete para que êle ganhasse sistemáticamente as eleições, eternizando-se no poder, ou mantinha a Câmara, que passaria então a uma entidade onipotente. Bem raro, raríssimo ou quase único, um político à maneira de Saraiva, que se dispôs ao sacrifício de perder uma eleição para fazê-la livre e limpa.

Dom Pedro II tomou então para si mesmo o encargo mais grave e mais perigoso do sistema parlamentar: o de representar, êle próprio, o papel da opinião pública. É verdade que se portou, nessa tarefa tão difícil e tão complexa, com um máximo de discernimento e mesmo de habilidade. Mas não pôde impedir que políticos afastados do poder fizessem cair sôbre a sua pessoa todo o pêso da raiva e do despeito. Acrescia também o péssimo hábito de quase todos os políticos do Império: êles proclamavam, como suas, e com tôda filáucia, o que o govêrno realizava de útil, mesmo as sugestões do Imperador; mas atribuíam, com calculada desonestidade, os seus erros e fracassos ao Poder Moderador. Raros políticos faziam exceção a êsse costume irregular, e entre êles estava o Visconde do Rio-Branco. Durante quase cinqüenta anos, Dom Pedro II foi elogiado ou atacado, pelos mesmos políticos ou pelos mesmos partidos, conforme estivessem no govêrno ou na opposição. Era um gesto de pura inconsciência: os políticos do Império pareciam não compreender que, como sucedera no apólogo de Menênio Agripa, destruir o Imperador seria destruir o Império com tôda a sua organização, inclusive os partidos que êle fazia viver politicamente.

Tomando o papel da opinião pública, procurando sentir-lhe os fracos movimentos de oscilação, buscando interpretar-lhe as tênues manifestações, o Imperador ora demittia ministérios e derrubava um partido para chamar o outro, ora dissolia a Câmara para que outra se formasse mediante nova eleição.

Foi o que se chamou a política rotativa, tão mal compreendida justamente por aquêles que ela visava a beneficiar. Tão justa era esta rotatividade, presidida pelo Imperador, que das dez situações políticas do Segundo Reinado (excetuando-se o chamado período da Conciliação) cinco tiveram o predomínio do Partido Conservador, cinco do Partido Liberal. Mas o que os partidos queriam era não cair nunca. Quando um estava no poder, estava sempre pronto a exaltar e seguir o Imperador; na opposição, sempre pronto a combatê-lo e enxovalhar-lhe a autoridade. Formou-se o hábito de péssima educação política de saírem ministros muitas vêzes batendo com as portas.

Esta inconseqüência e esta leviandade de certos políticos foram a causa do desprestígio e do enfraquecimento do Império.

Nos têrmos da Constituição a figura do Imperador era considerada "inviolável e sagrada". Mas tal disposição se tornou letra morta, e nem sequer a família imperial foi poupada em certos panfletos, como o de Sales Tôrres Homem. Os insultos que Pedro I nunca tolerara, Pedro II suportou-os com uma paciência que não se esgotou ante as provas mais duras.

Quando Eusébio de Queiroz deixou o govêrno em 1852, dizia-se que essa demissão proviera de uma desinteligência, na qual D. Pedro fizera prevalecer a sua vontade sôbre a do ministro. Foi o princípio das longas murmurações, e também das longas vociferações, contra o chamado "poder pessoal" do Imperador. A verbiagem encontrou nesse argumento, vazio de sentido, uma fonte inesgotável para o seu torneio de palavras. Ferreira Viana, na Câmara, chegou um dia ao delírio verbal de chamar a D. Pedro "César caricato". Era um simples jôgo de palavras, mas que ia criando, pela repetição, uma falsa impressão do Imperador, e o seu conseqüente desprestígio, numa terra onde a Monarquia não tinha para sustentá-la nem a segurança das tradições das velhas monarquias, nem a fôrça de profundas raízes populares.

Ora, num país como o nosso, onde a Monarquia se constituíra por meio de uma espécie de acidente, o único meio de fazê-la nitidamente nacional, com sólidas raízes populares, seria a projeção pessoal do Imperador, o prestígio da sua ação, a irradiação da sua personalidade. Nenhum dos três reis que conhecemos sentia essa missão providencial.

Talvez que com D. João VI tenha nascido a nossa primeira decepção em face da Monarquia. Nunca o nosso povo vira pessoalmente um rei, e a representação que a nossa imaginação fazia d'êle era, com certeza, a de uma figura heróica, cavalheiresca, fora do comum. O povo que enchia as ruas do Rio de Janeiro viu desembarcar, ao contrário, um rei burguês, de ar sonolento e pacífico, de maneiras vulgares. Foi uma imagem que não se desfez jamais; foi esta a impressão que deixou, e não a da sua administração, que renovou o Brasil. Nos tempos de D. Pedro I o povo brasileiro foi tomado de um sentimento quase geral de desilusão da Monarquia. Depois, com a experiência semi-republicana da Regência e com o movimento da Maioridade, voltou a fé nas instituições, para, em seguida, declinar de maneira alarmente no fim do Segundo Reinado.

Para tanto muito concorreram o ceticismo e desinterêsse de D. Pedro II. Os reis, inclusive o nosso segundo Imperador já não tinham nenhuma fé no sentido providencial do seu papel, confiança que foi o sustentáculo dos velhos tronos. D. Pedro II cumpriu com admirável exatidão o seu dever; com exatidão, e não com entusiasmo, como se fôsse um simples funcionário público. Êle mesmo costumava dizer que amava muito mais a sua atividade intelectual; antes o que êle deveria amar era o ofício de reinar, que era o seu. Por isso não foi surpresa para ninguém o senador Nabuco de Araújo sustentar no Conselho de Estado diante do próprio Imperador a fórmula inglêsa:

O rei reina mas não governa.

Surpresa provocou foi a resposta de Itaboraí:

O rei reina, governa e administra.

Os próprios partidos políticos, repita-se, não tinham nenhuma dedicação ou entusiasmo pelo Rei, embora girassem em tôrno d'êle. Para êles, D. Pedro era realmente uma espécie de funcionário público graduado, estabelecido pela Constituição. Aliás, com a desintegração do Império também se opera a desintegração dos partidos, que tinham dado, em outros tempos, tantas provas de vitalidade.

Será possível datar da situação liberal de 1862-1868 a decadência, a confusão e o princípio de morte da atividade partidária do Império. O gabinete Zacarias, de 1866, divide o

Partido Liberal, e provoca depois, com a sua queda, uma agitação desagregadora. É nessa época que se acentuam os grandes ataques contra o Imperador. É do ano de 1867 o livro célebre de Tito Franco. Os próprios monarquistas preparavam e catalogavam os melhores argumentos para a propaganda republicana. “Esse fato — a queda dos liberais chefiados por Zacarias — é decisivo”, escreve Oliveira Viana, “para o prestígio das instituições em nosso país. Pode-se dizer que o grande processo de desintegração do sistema monárquico data daí”⁽²⁵⁶⁾.

D. Pedro II, com o seu desinterêsse e com o seu ceticismo, não opunha aos seus adversários nem uma ideologia nem uma grande convicção monárquica. Parecia que estava esperando, numa antecipada resignação, que o povo se manifestasse contra êle, numa repetição do 7 de Abril. E o 15 de Novembro foi como que essa repetição.

Criou-se assim uma estranha e fatal contradição: na pequena política, o Imperador era endeusado; na política das idéias e doutrinas, desdenhado.

Enquanto isto sucedia, as nossas tradições, como as circunstâncias da época, levavam a nação para o caminho do regime republicano. Sabe-se que constituiu sempre um argumento o fato da nossa singularidade como única monarquia do continente americano. O próprio Oliveira Lima, um monarquista, registra-o:

O trono brasileiro, pelo próprio fato da sua singularidade na América, repousava sôbre uma base precária⁽²⁵⁷⁾.

As proclamações de repúblicas na França e na Espanha também foram aqui largamente exploradas contra a monarquia. Nós, que somos tão sensíveis à repercussão das ideologias estrangeiras, não poderíamos ficar indiferentes a tais sucessos. Eles influíram em nosso ânimo, como influíra em 1830 a queda de Carlos X, que Evaristo da Veiga tomou como ponto de apoio para as suas advertências ao primeiro Imperador. Mas a grande fascinação era o exemplo da América do Norte: a fôrça, o prestígio, o progresso, enfim, a civilização que se irradiava dos Estados Unidos da América.

(256) Oliveira VIANA, *op. cit.*, pág. 17.

(257) Oliveira LIMA, *O Império Brasileiro*, pág. 18.

A nossa tradição era republicana e não monárquica. A república estava viva como um ideal dos nossos primeiros movimentos de emancipação, a despeito de ser pequena a força política do Partido Republicano. Foi um ideal de república que animou a Inconfidência Mineira, a Revolução de 1817, a Confederação do Equador. Durante todo o Império, direta ou indiretamente, êsse ideal não deixou de manifestar-se. Se não venceu durante a Regência, isto se deve à ação de um Feijó, de um Evaristo, de um Bernardo de Vasconcelos.

Mas o que ninguém conseguiu foi deter a marcha da República. Ela se ensaiou, sob forma disfarçada, no Ato Adicional, embora houvesse argumento de primeira ordem para defendê-lo, como o que usou recentemente Otávio Tarquínio de Sousa:

As franquias provinciais, numa obra descentralizadora, ao invés de concorrer para desunir, deram uma nova feição à entidade nacional, numa unidade que não pode excluir a variedade, a diversidade das diferentes regiões do país, tão vasto e tão disperso⁽²⁵⁸⁾.

Tais franquias, e outras conquistas liberais, é verdade que a primeira situação conservadora do Segundo Reinado as anula, num movimento de reação. Mas, pouco a pouco, voltam a se infiltrar, e com o apoio dos próprios monarquistas.

Quase todo o Partido Liberal, aliás, veio a constituir-se, no fim do Império, numa espécie de patrulha de reserva do Partido Republicano. Tanto os liberais como os conservadores pareciam nos últimos anos ter liquidado os seus programas, pareciam estar “gastos” e “esgotados”. Perderam ambos, então, o equilíbrio: os conservadores passaram a realizar as idéias dos liberais; os liberais, sentindo-se “roubados”, avançaram, em busca de novos temas, até os limites da república. Já era a república, ela mesma, a sugestão que subia dos tons novos do programa de uma parte do Partido Liberal: federação, Senado temporário, extinção do Poder Moderador e do Conselho de Estado.

As dificuldades para um terceiro reinado eram absolutas, e ninguém acreditava na sua possibilidade. Um deputado interpretou, muito bem, êsse pensamento geral:

(258) Otávio Tarquínio de SOUSA, *História de dois golpes de Estado*, pág. 51, Rio, 1939.

E praza a Deus que o orador seja um falso profeta: no dia em que o venerando monarca que nos rege fechar os olhos, talvez não se possa firmar o terceiro reinado.

Um golpe de Estado militar, no seu nervosismo e pressa, não deu tempo sequer para que o monarca fechasse os olhos.

Escrevia o Barão do Rio-Branco poucos dias depois do 15 de Novembro:

– Parece-me tudo um sonho.

Em caminho vinha para êle uma carta de Gusmão Lôbo com iguais palavras:

– Tudo isto parece um sonho, um pesadelo terrível⁽²⁵⁹⁾.

Dos seus amigos só lhe chegam expressões desoladas nesses últimos dias de 1889. Diria Nabuco no seu nôvo tom profético:

Não creio na possibilidade de uma república. Iremos de tirania em tirania, de despotismo em despotismo, até o desmembramento ou a perda completa da noção de liberdade (...) Para o que trabalharam nossos Pais!⁽²⁶⁰⁾.

O Visconde de Taunay recolhia-se ao desencanto completo da vida que seria daí por diante a sua atitude de espírito, como um começo de morte:

Quem diria, Paranhos, quem diria que haveríamos de assistir cenas destas?! O que sinto cá dentro é uma saudade imensa dos tempos idos e intensa vergonha de não ter morrido⁽²⁶¹⁾.

Também dos seus amigos vêm, em longas cartas, notícias completas sôbre os acontecimentos do dia 15. Notícias às vezes contraditórias: para Gusmão Lôbo a proclamação de República fôra uma circunstância surgida do movimento especialmente destinado a derrubar o gabinete Ouro Preto; para Rodolfo Dantas, ao contrário, o golpe de Estado visava, desde o princípio, a proclamação da República⁽²⁶²⁾.

(259) Arquivo do Itamarati.

(260) Arquivo do Itamarati.

(261) Arquivo do Itamarati.

(262) Eis como Gusmão Lôbo descrevia o episódio de 15 de novembro, fazendo, com o seu senso jornalístico, uma reportagem histórica:

“Desde muito o Gov.^o estava prevenido; o chefe de polícia informava-o dia por dia; assim é que se soube positivamente que na noite do baile da ilha Fiscal (a de 9) os revoltosos se haviam reunido e jurado executar o plano de Benja-

Rio-Branco parece não encontrar sequer palavras para exprimir a surpresa, a revolta, o desgosto que está sentindo. O seu *Caderno de Notas* dos últimos dias de novembro de 1889 tem em quase tôdas as páginas frases de grandes homens, nas quais achava possíveis afinidades com os acontecimentos. Copiá-las era um modo de se exprimir, de meditar, de dar opinião. Era como se êle próprio falasse ao copiar esta frase de Marco Aurélio:

Tudo era preferível ao jugo de uma nova sucessão de tiranos incapazes, elevados ao poder como os deuses da barbaria para continuar revoltas militares⁽²⁶³⁾.

Parecia-lhe um consólo, um desabafo, transcrever todos os dias frases e pensamentos dessa espécie.

A República não significava apenas o desmonoramento dos quadros sociais que êle amava e dentro dos quais se formara sob a sugestão do exemplo e da glória do Pai: ela colocava-o no centro de um doloroso caso de consciência. Pergunta a si mesmo desde o primeiro momento: será que o meu dever é a demissão, a renúncia ao serviço público, pela dedicação ao velho Imperador? Volta-lhe um antigo pensa-

min Constant, só de raros iniciados conhecido. Mas o Afonso julgava andar nisso muita exageração; não acreditava que os militares tentassem depô-lo e confiava absolutamente no ajudante-general (Floriano Peixoto) que o tranquilizava. O Cândido de Oliveira era de igual parecer, e, por último, andava embevecido pelo seu recente casamento a ponto de divorciar-se das preocupações da pasta. Maracaju, doente, frouxo e incapaz, nada temia porque nada previa e nada sabia: um paspalhão. Só o Ladário e o Lourenço mostravam-se competentes da gravidade do perigo, pois que o tinham por muito verdadeiro, acreditando todavia que ao governo não faltariam fôrças ao menos para dar combate e, prolongando a resistência, reduzir os revoltosos à carência de meios.

Na última Conf. (a terça-feira anterior a 15) foi Lourenço quem rompeu o silêncio acêrca da questão militar: o que aliás parecia sempre desgostar Ouro Preto. Ladário insistiu nas suas apreensões. No entanto não se fez mais do que conversar, e um fato prova a confiança com que Ouro Preto encarava as coisas; — nessa conferência propôs êle que, na próxima reunião do Parlamento, convocado para 20, o adicional fôsse junto ao sôldo para a reforma dos militares, ficando assentado que isto fôsse proposto para os de terra e mar.

Não havia absolutamente ordem de embarque para nenhum batalhão nem jamais houve idéia de dissolver exército ou batalhões. Não se cogitou de nenhuma prisão nem de outra medida enérgica. O Ministério vivia nisto *au jour le jour*, isto é: pensava ir atalhando, a pouco e pouco, as manifestações que fôsses surgindo, aguardando os fatos para sobre êles deliberar como as circunstâncias fôsses aconselhando. Vida de expedientes por falta de consciência do perigo real!

Tudo isto parece um sonho, um pesadelo terrível! O Imperador deixou muitas saudades. O povo não o baniu; não foi parte nisso; presenciou atônito o espetáculo, cheio de surpresa. A revolução foi além do seu alvo que era a deposição do ministério. Deodoro não pensava em República nem muitos oficiais e soldados. Cederam ao ímpeto, não podendo contê-lo. Os *politicians* tomaram tudo de assalto pela audácia e só pela audácia. Só êles fizeram uma revolução no ventre da outra." — Arquivo do Itamarati.

(263) *Cadernos de Notas* — Arquivo do Itamarati.

mento: abandonar o consulado e fazer-se lavrador no interior de São Paulo⁽²⁶⁴⁾. Por outro lado, indagava: o serviço no estrangeiro, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, não é prestado à Pátria com independência quanto aos seus regimes e formas de govêrno? Além disso, o consulado não era uma função pròpriamente diplomática, faltava-lhe o caráter político suscetível de criar compromissos, sendo o cònsul um simples funcionário do Estado. Debate-se perplexo nessa aguda crise de consciência, e durante muitos dias não sabe como se decidir, não sabe onde se encontra exatamente o seu dever. Dias terríveis de indecisão e angústia.

Nunca atravessei dias tão cruéis — disse êle a D. Pedro II⁽²⁶⁵⁾.

E foi nas mãos do Imperador que resolveu, enfim, colocar o direito de definir e determinar a sua atitude. De Dom Pedro II, que estava em Cannes, recebeu no dia 8 de dezembro êste telegrama:

Sei tudo. Quero-o muito. Digo que fique, peço que fique: é o seu dever. Sirva seu país⁽²⁶⁶⁾.

Era como o destino de um grande homem até então mais ou menos ignorado, todo o destino de Rio-Branco, ainda distante da realização da sua obra, que se decidia nesse telegrama. Sem a generosidade e o patriotismo de D. Pedro II, com outra resposta mais inspirada no interêsse dinástico do que no sentimento nacional, Rio-Branco provavelmente teria abandonado o serviço do Estado, apagando-se na existência rústica de uma fazenda do interior de São Paulo, de acòrdo com o seu projeto. Teria colocado algum obstáculo invencível entre êle e a República, que lhe iria oferecer, afinal, as oportunidades que nunca obtivera na Monarquia. O Imperador, com êsse gesto de 1889, de certo modo apagava o de 1876: abria a Rio-Branco um caminho mais largo do que aquêle que lhe tentara fechar com a recusa da nomeação para cònsul em Liverpool.

(264) "Diga-me se ainda pensa no pedaço de terra que era um dos seus propósitos ter em São Paulo." (De uma carta de Rodolfo Dantas a Rio-Branco — Arquivo do Itamarati.

(265) Correspondência com D. Pedro II — Arquivo do Itamarati.

(266) Várias versões têm sido publicadas dessa resposta de D. Pedro II a Rio-Branco. O texto acima é o que se encontra nos seus papéis e documentos no Arquivo do Itamarati. Difere ligeiramente do que foi publicado por Graça ARANHA em *Correspondência entre Machado de Assis e Joaquim Nabuco*.

Só então, pela palavra de D. Pedro, Rio-Branco se decide a permanecer no seu cargo. A sua primeira comunicação com o governo republicano foi feita a 14 de dezembro, em relatório sóbrio, com palavras propositadamente medidas, um documento simplesmente oficial, sem o mais leve vestígio de adesão e no qual, dirigindo-se ao ministro Quintino Bocaiúva, acentuava o caráter apolítico das suas funções:

As notícias políticas não são da minha competência, e a Legação Brasileira em Londres terá sem dúvida transmitido a V. Excia. os comentários da imprensa inglesa sobre os últimos acontecimentos do Brasil. E, porém, do meu dever assegurar a V. Excia. que os negociantes e armadores desta cidade e do meu distrito, relacionados com o Brasil, continuam a manifestar a mesma confiança que antes tinham nos grandes destinos da nossa pátria, que essa confiança será sempre a mesma havendo, como desejam todos os brasileiros, paz, ordem e união entre os Estados que formam a Confederação⁽²⁶⁷⁾.

Ao se comunicar com os líderes do novo regime tinha ao mesmo tempo a dignidade e o destemor de só se referir à República fazendo o elogio da Monarquia, como nesta carta a Rui Barbosa, também do mês de dezembro:

Que o novo regime consiga manter a ordem e assegurar, como o de ontem, a integridade, a prosperidade e a glória do Brasil, ao mesmo tempo consolidar as liberdades que nos legaram os nossos pais — é o que sumamente desejo⁽²⁶⁸⁾.

Explica-se que a sua preferência política fôsse pelo regime monárquico, mas o que determina a sua oposição e a sua desconfiança em face da República, nos primeiros tempos, não é qualquer consideração de ordem teórica ou filosófica. As questões abstratas, as discussões acerca de teses ou princípios, nunca o interessaram senão de maneira accidental. Possivelmente, no íntimo, um ou outro regime lhe seria indiferente desde que se applicasse com regularidade e funcionasse com excelência dentro das condições do país. Fora dos sentimentos pessoais que tinha em relação a D. Pedro II⁽²⁶⁹⁾,

(267) Relatórios do Consulado-Geral do Brasil em Liverpool — Arquivo do Itamarati.

(268) Arquivo do Itamarati.

(269) "Vossa Majestade sabe que a minha dedicação ao Imperador e à família Imperial é não só uma herança que recebi de meu Pai, mas o cumprimento de um dever pelas animações e favores que tenho recebido de Vossa Majestade e que datam de muito longe — dos meus tempos de colégio." (De uma carta de Rio-Branco a Pedro II — Arquivo do Itamarati).

da indignação que lhe provocava o espetáculo do seu banimento e exílio, só opunha ao regime republicano o receio da inadequação ao Brasil. E o exemplo de outros países da América do Sul, naquele momento, não deixava de confirmar as suas suspeitas. Da República, o que Rio-Branco temia, como Joaquim Nabuco, era que ela transformasse o Brasil num ambiente de lutas civis e caudilhagens; era a ausência de um Poder Moderador, para controlar as ambições de figuras pouco educadas politicamente, dando lugar a uma sucessão de pequenas tiranias até o advento de uma ditadura brutal e aniquiladora da cultura liberal do Império. Porque as guerras internas entre partidos políticos lhe pareciam inevitáveis sem o Poder Moderador que os colocasse a todos no governo, uma vez que, na ausência de uma opinião pública devidamente preparada para as suas decisões, e com o direito de voto sempre duvidoso e perturbado, as oposições não deixariam de apelar para as armas na impossibilidade dos meios legais de vitória. Dêste modo, necessariamente, as paixões políticas invadiriam os quartéis, e as classes armadas se dividiriam em facções, sem a disciplina e o senso militar da ordem⁽²⁷⁰⁾. E para um amigo e entusiasta do Exército e da Marinha não poderia haver perspectiva mais desoladora⁽²⁷¹⁾.

Notícias chegadas do Rio — as dissensões no seio do governo e do parlamento republicano, as perspectivas de revoltas contínuas para o assalto ao poder — só pareciam confirmar os presságios de Rio-Branco. E êle se mostra desiludido e descrente a respeito de uma modificação imediata.

“Só dentro de muitos anos poderemos ter, já agora, militares que se não ocupem de política” — escrevia com tristeza a um velho amigo que, no dia da vitória, aderira entusiasticamente à República⁽²⁷²⁾.

Tomavam os seus amigos a mesma atitude de oposição, ou reserva e desconfiança, em face da República. Rompia-se

(270) Carta de Rio-Branco ao Barão Homem de Melo — Arquivo do Itamarati.

(271) “Entramos na série dos governos pessoais militares, e daí virá a degradação do exército, a bancarrota pela ladroeira e pela especulação, o governo nos “estados” de verdadeiros caudilhos, cercados de uma quadrilha de analfabetos, e por fim, o desmembramento, se o sentimento nacional não reagir à última hora.” (De uma carta de Joaquim Nabuco a Rio-Branco em julho de 1890 — Arquivo do Itamarati).

(272) Carta de Rio-Branco ao Barão Homem de Melo.

a amizade fraternal entre Rodolfo Dantas, fiel à Monarquia, e Rui Barbosa, ministro da Fazenda, legislador e organizador do nôvo regime. Gusmão Lôbo, aniquilado pelo seu drama de consciência, fecha as janelas da casa no momento em que passava na rua o entêrro de Deodoro, e escreve a Rio-Branco nessa mesma hora uma carta desesperada até o patético⁽²⁷³⁾. Em Eduardo Prado houve como que uma transfiguração, um descobrimento de si mesmo. Não manifestara antes qualquer entusiasmo especial pela Monarquia, dando a todos a impressão de que julgava secundários os debates políticos. Foi preciso o espetáculo de um velho rei exilado, de uma instituição desfeita pelo golpe militar, da ditadura, da ameaça dos “pronunciamentos” e da pátria em perigo — para que as forças íntimas e a capacidade de ação de Eduardo Prado se pusessem em movimento. Estava acabada a fase do diletante naquele momento em que chorou, em Paris, ao ler a notícia da proclamação da República. Da literatura dos livros de viagens passou para a literatura política e panfletária. Fêz-se o defensor desinteressado de um rei no exílio, à maneira dos cavaleiros antigos. E nesses escritos aparentemente efêmeros colocou, sem o saber, o elemento duradouro da sua obra.

Não há, com efeito, na bibliografia brasileira, livro que tanto mereça sobreviver quanto os *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*. Representa um modêlo pela elegância e vigor da forma panfletária, pela dialética da argumentação, pelo *humour*, pelos assomos de paixão e anseios de justiça, pela verdade que afirma sem indecisão ou temor. Será um documento histórico ao mesmo tempo que a arma de vingança do Imperador dentro da posteridade, se ao Imperador não houvesse sido sempre estranho qualquer propósito de vingança. De qualquer forma era a própria figura de Eduardo Prado que se engrandecia no seu gesto: o de abandonar a vida fácil e cômoda de grande mundano para se tornar o jornalista e o panfletário de oposição à ditadura militar, numa campanha que êle definia como sendo a “luta entre a liberdade e a tirania”⁽²⁷⁴⁾.

Pelas relações de amizade entre os dois, pelas idéias comuns, podemos imaginar que Rio-Branco não só participava

(273) Arquivo do Itamarati.

(274) Eduardo PRADO, *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*, pág. 47, São Paulo, 1902.

dos sentimentos de Eduardo Prado, mas também lhe estimulava a ação jornalística. Possivelmente os seus artigos eram antes discutidos nos serões de Auteuil, nas reuniões em casa de Rio-Branco, onde Eduardo Prado vivia em intimidade como se estivesse na própria casa⁽²⁷⁵⁾. De um e de outro era o horror a um exército deliberante politicamente e dividido em facções; de ambos o presságio de que a federação republicana acabaria com a unidade nacional; dos dois a opinião contrária ao Tratado que o governo republicano negociara com a Argentina. Assuntos estes que aparecem ao longo de quase tôdas as páginas de *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*.

Quando Quintino Bocaiuva embarca para a Argentina, a fim de resolver em negociação direta o litígio nessa época chamado das Missões, Rio-Branco fica a esperar, curioso e inquieto, o desfecho⁽²⁷⁶⁾. Como poderia imaginar que o desfecho só estaria nas suas próprias mãos?

Um dos últimos atos diplomáticos da Mornarquia fôra o tratado argentino-brasileiro, de 7 de setembro de 1889, pelo qual se entregava ao juízo arbitral do presidente dos Estados-Únidos a decisão do litígio geográfico e histórico de Palmas.

Para dar um testemunho de solidariedade republicana e continental, o ministro Bocaiuva, em 1890, assinou um tratado pelo qual se dividia quase ao meio o território litigioso. Ele teria representado, aliás, uma solução se posteriormente não houvessem sido encontrados documentos decisivos em favor do Brasil. Sôbre êsse tratado Eduardo Prado escreveu um dos capítulos dos *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*, e é provável que alguns dos seus argumentos de ordem técnica tenham sido fornecidos pelo Barão do Rio-Branco, que também o comentou em notas particulares⁽²⁷⁷⁾.

O Tratado, aliás, foi rejeitado pelo Congresso, de acôrdo, ao que se sabe, com o Exército, tendo antes provocado dis-

(275) Estão no Instituto Histórico alguns documentos que mostram a colaboração do Barão do Rio-Branco em *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*. São seis notas autógrafas de Rio-Branco a Eduardo Prado, contendo sugestões e informações para os artigos de *Frederico de S.* Elas contêm: uma lista de presos políticos do Ceará, a cópia de uma carta de Domício da Gama acerca dos emblemas e dizeres positivistas da nova bandeira, citações sôbre militares franceses que não votam nem participam da política, uma biografia de Benjamin Constant, uma exposição das finanças do Império. Todo êsse material foi aproveitado por Eduardo Prado, e basta comparar, por exemplo, o capítulo sôbre Benjamin Constant com a nota de Rio-Branco para se verificar que ela foi a sua fonte. (Arquivo do Instituto Histórico).

(276) *Cadernos de Notas* - Arquivo do Itamarati.

(277) *Cadernos de Notas* - Arquivo do Itamarati.

cussões apaixonadas. Da missão de Quintino Bocaiuva resultou o propósito de voltar, no caso, à solução encontrada pela política exterior do Império.

Unido ainda a Eduardo Prado pela mesma admiração ao Visconde do Rio-Branco, Paranhos Júnior dedica-lhe uma amizade tão afetuosa que continha qualquer coisa de paternal. Ao receber a notícia da sua morte, em 1901, a frase que encontrou para o telegrama a Paulo Prado foi esta:

Bem sabe que sinto morte Eduardo como se fôsse a de um filho meu⁽²⁷⁸⁾.

Também nestes primeiros tempos da República torna-se mais estreita e mais íntima a sua amizade com Joaquim Nabuco por efeito da mesma fidelidade monárquica. Havia na atitude de Nabuco o mesmo sentido cavalheiresco que explica a de Eduardo Prado, ampliada aquela pelo sacrifício pessoal que representava. Ele se colocava na penumbra e na solidão no momento em que a sua carreira atingia o apogeu com a vitória parlamentar do abolicionismo. Durante dez anos recusará todos os convites para voltar à vida pública, inclusive o de Pernambuco para figurar como seu representante na Constituinte Republicana. Publica opúsculos, manifestos e cartas de pregação monárquica. Na ilha de Paquetá, o seu retiro, o seu isolamento torna-se quase absoluto.

Rio-Branco acompanha com entusiasmo a atuação de Nabuco, envia-lhe sugestões e estimula-o para outras iniciativas políticas:

As minhas notícias confirmam as que você teve pelo Sousa Dantas quanto ao efeito dos seus escritos e da sua atitude. Eu desejo, porém, vê-lo quanto antes decidido a dar nova carta, falando não só ao coração, mas à razão, lembrando àquela gente que a monarquia parlamentar é uma forma de governo mais adiantada que a república, e que não foi em benefício da família de Bragança, mas em benefício do país, que os Andradas, Vasconcelos, Feijós, Evaristos procuraram fazer do Brasil uma exceção na América. (...) E não seria bom também mostrar o que é o Canadá, a Austrália, as possessões inglesas sob o regime parlamentar? São países novos, mas um cidadão nesses países é um homem livre.

Já vai sendo tempo de você em alguma nova carta mostrar que a monarquia constitucional parlamentar é a forma mais adiantada de governo e se fizer isto não esqueça de falar no grande Monck, para ver se alguém entre nós procura imitar este grande patriota.

(278) Telegrama a Paulo Prado — Arquivo do Itamarati.

O projeto de Constituição do Rio Grande do Sul, redigido pelo Ramiro e outros, é um destampatório contista nunca ensaiado em outro país. Uma câmara só, que terá por missão única votar o orçamento. Um presidente com direito de *legislar*, publicando previamente os projetos e recebendo as observações e críticas dos conselhos de [ilegível] e da opinião pública. Um vice-presidente nomeado pelo presidente. Em cada município um intendente com os mesmos poderes ditatoriais do presidente...

Meu caro, se êstes doidos continuam, onde irá parar a nossa terra? Ceará também só terá uma Câmara. E assim cada Estado terá a organização que um Demerval qualquer lhe gurgirdar. Quando tudo estiver desorganizado como soldar êste *grande* todo que foi o Brasil? (279).

Daí o sentido desta dedicatória com que Nabuco envia a Rio-Branco o *Porque Continuo a ser Monarquista*: "A uma fidelidade irmã" (280).

O que mais repugna a Rio-Branco é o espetáculo do adesismo (281), e por isso mesmo excede-se nos deveres de gentileza e cordialidade para com D. Pedro II. Afastado desde 1876, conforme declarava mais de uma vez, dos interesses da política interna, sem dispor de imprensa ou de força política — não tinha outro meio de afirmar a sua fidelidade monárquica senão a correspondência com os amigos e a amizade ao Imperador.

Nenhum ressentimento guardara da recusa de 1876, e em 1889, quando recebeu autorização para se corresponder com D. Pedro, em caráter particular, considerou-a grande honra — "a maior" — como dizia na primeira carta — "de quantas tenho recebido da benevolência de Vossa Majestade" (282).

O assunto das cartas versava sempre sôbre trabalhos históricos e publicações brasileiras na Europa. Depois do exílio do Imperador, elas se tornam mais afetuosas, exprimem sentimentos quase de veneração.

(279) Arquivo de Joaquim Nabuco, no Itamarati.

(280) Não era menos expressiva a dedicatória em *Um Estadista do Império*: "Ao seu eminente amigo Barão do Rio-Branco oferece êstes volumes, em que encontrará mais de um traço seu, em lembrança de tanta coisa que admiraram juntos e em homenagem à sua ciência do nosso passado desfeito sem deixar um futuro, o seu muito dedicado Joaquim Nabuco." — Biblioteca do Itamarati.

(281) Na margem da carta de um adesista êle escreveu: "Sem ser empregado público êste monarquista enragé até 15 de novembro de 1889 adotou na correspondência particular o tratamento de vós depois da Revolução. Passou a defender o governo republicano e atacar a monarquia decaída." — Arquivo do Itamarati.

(282) Correspondência com o Imperador — Arquivo do Itamarati.

Escrevia êle na primeira carta dirigida ao Imperador em Lisboa⁽²⁸³⁾:

Desde muitos dias estou para escrever a Vossa Majestade Imperial e não tenho tido coragem. Agora mesmo é com extrema dificuldade que tomo da pena, e em tal estado de abatimento que faria compaixão a Vossa Majestade se pudesse ver-me. Estive em Paris com o Conde de Nioac, a quem já havia escrito, e de viva voz repeti o pedido que em carta lhe fizera de beijar por mim uma e muitas vèzes a mão de Vossa Majestade e de assegurar-lhe que os meus sentimentos de dedicação e reconhecimento são e serão sempre os mesmos.

Ao Imperador no exílio não faltou nunca a presença, a assistência, o carinho de Rio-Branco. Visitava-o ou escrevia-lhe afetuosamente em certos dias outrora festivos nos anais do Segundo Reinado, sobretudo no dia 2 de dezembro.

A 13 de maio de 1891 — o último aniversário da Abolição ao qual seria dado a D. Pedro assistir — êle fez o projeto de alguma comemoração para essa efeméride. De manhã enviou flôres à Redentora. Depois, foi visitá-los em Versalhes. Só dois brasileiros estiveram com o Imperador e D. Isabel naquele dia. No momento da sua visita, estava a sala vazia e silenciosa. Sòmente o Pai, a Filha e o Barão do Rio-Branco compunham como que uma cena histórica. Rio-Branco representava ali — pelo nome e pela formação — a tradição da política imperial, e em nenhum outro lugar, com certeza, o Visconde do Rio-Branco teria sentido mais orgulho em se ver representado pelo filho. Naquela sala triste e deserta de exilados — êle tomou a palavra e leu para os dois ouvintes imperiais um manifesto de Joaquim Nabuco sôbre o 13 de Maio. D. Pedro, comovido, tomou o ramalhete que estava em cima da mesa e entregou-o a D. Isabel:

Disse êle abraçando-a e beijando-a:

— Isto é para você, minha filha, porque êste dia é seu.

Concluía Rio-Branco ao descrever esta sua visita em carta a Nabuco⁽²⁸⁴⁾:

— Esta cena e aquela solidão impressionaram-me muito.

De tristeza e solidão vinham sendo para êle aquêles primeiros meses da República. Além dos desgostos de ordem

(283) Correspondência com o Imperador — Arquivo do Itamarati.

(284) Arquivo de Joaquim Nabuco, no Itamarati.

pública, ali estava sua mãe quase moribunda, numa lenta moléstia de longos sofrimentos. Afinal, em 9 de setembro de 1890, êle telegrafa a Gusmão Lôbo:

Mártir descansou hoje.

Sob a impressão dessa morte sai de Paris para uma estação de águas, em procura de "algum descanso depois de tantos abalos", levando o irmão mais mdoço, Alfredo, tão arruinado pela tuberculose que se tinha tornado "um cadáver ambulante"⁽²⁸⁵⁾.

A Joaquim Nabuco êle confessa que se sentia "muito enfêrmo de corpo e de espírito"⁽²⁸⁶⁾. Também numa crise de sofrimento estava debatendo-se Nabuco, que lhe escrevia de Londres:

Aqui nos falta a pátria, lá nos falta a liberdade — *comment faire*?⁽²⁸⁷⁾.

Não foi pequena a emoção de Rio-Branco, quando, de volta de Royat, teve de desfazer a antiga residência da Viscondessa.

Disse ao Barão Homem de Melo⁽²⁸⁸⁾:

— Tenho que dispersar tôdas as lembranças do passado, tudo o que me fazia considerar aquêles aposentos do Boulevard St. Michel como um prolongamento da casa do meu Pai.

Da pequena herança da mãe nada quis para si. Enviou de presente a uma sobrinha e afilhada a parte que lhe cabia⁽²⁸⁹⁾. O que êle queria dos pais era só o nome, pelo valor moral que lhe atribuíra. Por isso, quando da extinção dos títulos nobiliárquicos, ajuntou definitivamente o nome *Rio-Branco* ao seu próprio nome. Também já estava nas vésperas dos feitos com que o tornaria duplamente famoso e histórico.

Antes, porém, haveria um intervalo jornalístico. De vez em quando, na Europa, ressurgia em Rio-Branco o antigo

(285) Carta ao Barão Homem de Melo.

(286) Carta a Joaquim Nabuco — Arquivo do Itamarati.

(287) Carta de Joaquim Nabuco — Arquivo do Itamarati.

(288) Carta ao Barão Homem de Melo.

(289) "Quanto à parte que me caberá na pequena herança, já anunciei à Amélia que eu estava resolvido a entregá-la à minha afilhada Cecília, filha do meu irmão João Horácio." (De uma carta de Rio-Branco ao seu cunhado Pedro Afonso Ferreira — Arquivo do Itamarati).

redator de *A Nação*. Escrevia crônicas e notícias a respeito do Brasil para jornais europeus, ao mesmo tempo que enviava correspondência sôbre acontecimentos europeus para o *Jornal do Comércio*. Amigo de Picot, a quem dizia:

— Conheço por dentro e por fora o seu *Jornal*(²⁹⁰).

Procurava influir na orientação do *Jornal do Comércio* a fim de salvaguardar o seu conceito dos “compradores portugueses que nada escrevem, ou só escrevem inconveniências, provocando descomposturas e tempestades contra a empresa e seus proprietários”(291). Aconselhava a Picot que entregasse a Gusmão Lôbo as colunas editoriais e fizesse do seu jornal um órgão dos interesses conservadores da sociedade. Antes já se empenhara na escolha de Joaquim Nabuco para correspondente em Londres. O Barão do Rio-Branco era, como o Pai, um colaborador do *Jornal do Comércio*, e faria depois várias vêzes nas suas colunas um jornalismo oficioso de ministro.

Mas em 1891 o jornalista que havia nêle está de todo entregue ao *Jornal do Brasil*, a cuja fundação ligou o seu nome, como colaborador correspondente na Europa e conselheiro do principal proprietário. Antes mesmo da República já lhe escrevia Rodolfo Dantas falando acêrca do projeto de fundar um nôvo jornal:

— O nosso pensamento quanto à criação de um jornal(²⁹²).

Adiada em face dos acontecimentos, a idéia vem a concretizar-se em fins de 1890, com o ambiente oportuno que se esperava da nova constitucionalização e com a crise surgida no *Jornal do Comércio*. Dêle saíram, para se associarem a Rodolfo Dantas, na fundação do *Jornal do Brasil*, Henrique Villeneuve, como gerente, e Gusmão Lôbo, como principal redator.

Diretor do nôvo jornal, Rodolfo Dantas entrega-se a essa tarefa como se estivesse nela a sua última oportunidade de ação. Desejava talvez recuperar o tempo perdido no seu voluntário e misterioso ostracismo na Monarquia. As suas

(290) Carta ao Barão de Penedo — Arquivo do Itamarati.

(291) Carta cit.

(292) Carta de Rodolfo Dantas em 14-10-1889 — Arquivo do Itamarati.

cartas a Rio-Branco constituem uma espécie de história da fundação do *Jornal do Brasil*, que estêve para se chamar *O Tempo* ou *O Nóvo Jornal*(²⁹³). Com um capital inicial de quinhentos contos, surgia como emprêsa rica e sólida. Seria um órgão de tendências monarquistas, mas moderado, tolerante, sem espírito de seita ou facção, interessado sobretudo no debate de problemas econômicos e administrativos.

Logo na primeira carta a respeito, em dezembro de 1890, indagava Rodolfo Dantas:

— Agora, Sr. Juca, dum jornal onde Lôbo e eu estamos, pode você deixar de fazer parte?

E oferecia-lhe 12 mil francos anuais para que fôsse o correspondente em Paris, enquanto Joaquim Nabuco seria o correspondente em Londres.

Coube a Rio-Branco fazer os convites e contratar os colaboradores estrangeiros: Leroy-Beaulieu, para os assuntos econômicos, Edmundo de Amicis, para assuntos literários, e vários outros. Enviava cartas e correspondência pelo correio, além de um serviço telegráfico tão completo e perfeito que Rodolfo Dantas achou melhor dispensar o da agência Havas. O seu pseudônimo era M. Ombou. E não só esta colaboração direta e visível dava ao jornal, como se vê neste pedido do amigo:

Não basta que você dê ao jornal, e eu sei que lhe dará, tudo o que puder; auxilie-me a mim pessoalmente com o concurso, que reputo inapreciável, de sua experiência e luzes, dizendo-me sempre e francamente onde lhe parecer que não anda bem e indicando-me o que a você afigurar-se melhor(²⁹⁴).

Um ano depois, sob a pressão da intolerância e da violência do jacobinismo republicano, Rodolfo Dantas deixava o jornal e seguia para a Europa. De Lisboa escreve a Rio-Branco:

Não é para nossos dias, meu querido amigo, o levantamento do nosso País.

Era, com efeito, o fim para Rodolfo Dantas, mas não para Rio-Branco, cuja verdadeira vida pública só agora ia começar, quase aos cinquenta anos.

(293) Carta de Rodolfo Dantas — Arquivo do Itamarati.

(294) Carta de Rodolfo Dantas — Arquivo do Itamarati.

Já o distinguira o govêrno republicano enviando-o em missão diplomática à Itália a fim de resolver uma questão surgida pelo conflito em que estavam envolvidos italianos, no pôrto de Santos, e nomeando-o superintendente do Serviço de Imigração, em Paris, cargo criado para o conselheiro Antônio Prado. A nenhum recusou, apesar das suas incompatibilidades com a República, ainda existentes nessa época, porque achava que o serviço diplomático e consular era devido à Pátria, não aos regimes, e porque adotava, como sempre apregoaria e sustentaria, o princípio — traçado outrora pelo Visconde do Rio-Branco em discursos no Senado e pareceres no Conselho do Estado — de que a Secretaria dos Negócios Estrangeiros devia ser livre das flutuações ou mudanças da política interna.

A 29 de março de 1893, Sousa Correia, ministro do Brasil em Londres, recebia do ministro do Exterior, Paula Sousa, o seguinte telegrama:

Escreva Barão do Rio-Branco diga telégrafo se êle accita nomeação lugar Barão Aguiar Andrada Washington.

A 31 respondia Sousa Correia:

Rio-Branco aceita.

Pelas datas verifica-se que não houve vacilação ou hesitação de espécie nenhuma: a resposta foi imediata. Diante dela, o ministro do Exterior dirige-se diretamente a Rio-Branco, em telegrama de 6 de abril:

Estimo aceitásseis missão Washington estais nomeado convém partir pouca demora sem vir Brasil dizendo telégrafo pôsto embarque para se providenciar o que convier.

No mesmo dia respondia êle:

Agradeço muito presidente e V. Excia. honra me fizeram embarcarei aqui quinze de maio⁽²⁹⁵⁾.

Uma nova fase se abria na sua existência, ao mesmo tempo que se fechava a simplesmente burocrática, que havia começado com a nomeação de 1876. Durante êsses dezessete anos julgara que todos os seus conhecimentos iriam ser utili-

(295) Correspondência — Arquivo do Itamarati.

zados na obra que projetava escrever sobre a História do Brasil. A missão em Washington, porém, dava-lhe um rumo inesperado. Inicia-se, por fim, a sua carreira de homem de Estado. Antes, fôra a fase da preparação; a partir desse momento, será a fase da realização.

Houve no seu caso o encontro providencial: o de uma perfeita competência com certas tarefas que necessitavam da sua aplicação. Tudo o que aprendeu Rio-Branco destinava-se a uma obra diferente da que realizou; os encargos que vinham ao seu encontro — encargos com que nunca sonhara — estavam exigindo justamente o que êle aprendera e sabia. De um lado, êle acumulava conhecimentos geográficos e históricos acêrca do Brasil; do outro lado, evoluíam certos problemas cuja solução iria depender desses mesmos conhecimentos. Um lado acumulava e o outro lado evoluía sem qualquer comunicação direta. A obra de advogado de limites e de ministro do Exterior do Barão do Rio-Branco seria afinal uma conseqüência do encontro inesperado e misterioso destas duas correntes: a da personalidade do estadista e a da oportunidade das questões em que se tornara mestre sem igual. Questões que eram, em primeiro lugar, as das fronteiras, as da ordenação e estabilidade do nosso mapa geográfico.

Capítulo VII

Introdução às questões de fronteiras. Tratados entre Portugal e Espanha. O "uti-possidetis". O papel do Visconde do Rio-Branco. Pai e filho no litígio de limites com a Argentina. A obra de advogado do Barão do Rio-Branco nos Estados Unidos. Documentos e razões da sua "Memória". O mapa de 1749 e a Instrução particular de 1758. O laudo arbitral do Presidente Cleveland. Repercussão no Brasil. Começa a glória de Rio-Branco.

A NOÇÃO DE FRONTEIRA não é apenas geográfica e histórica, mas sobretudo política e jurídica. Ela ocupa um lugar fundamental no Direito Internacional, porque, na realidade, um Estado sem fronteiras definidas permanece numa situação de insegurança e instabilidade. Diz Louter que "uma fronteira fixa e bem determinada é ao mesmo tempo uma consequência e uma garantia de paz"⁽²⁹⁶⁾.

Até a primeira década do século XX a história diplomática da América do Sul quase que se resume tóda na história das suas questões de limites, e o Barão do Rio-Branco — pela ação pessoal e pelo que representava da tradição da política exterior do Império — veio a ser o ordenador e o realizador dessa obra geográfica e política. Coube-lhe, em certos casos, dar forma definitiva a um processo histórico de quatro séculos, obter em realização jurídica aquilo que os fatos haviam disposto historicamente. E a sua glória em grande parte explica-se nesse caráter simbólico que lhe envolveu e transfigurou o nome: símbolo do ideal coletivo de várias gerações no sentido de definir e consolidar as fronteiras do Estado.

(296) J. de LOUTER, *op. cit.*, tomo I, pág. 332.

As fronteiras, diz-se, são resultados de acontecimentos felizes ou desgraçados na vida dos povos. Aquilo a que Rousseau chamava "fronteiras naturais" — tese segundo a qual Deus dava a cada povo certos acidentes geográficos, rios ou montanhas, como limites do seu território — ficou sendo, quase sempre, uma utópia generosa, um ideal que só se aplica em certos casos. Subsistiriam as "fronteiras naturais" se elas existissem realmente para todos os povos ou não houvessem os apetites de territórios e as ambições de conquista. De modo que o ideal da fronteira é o acidente geográfico, rio ou montanha, mas na realidade ela se forma através de um processo histórico, em que tomam parte a política, a língua, o caráter das raças e dos povos.

Do principal tratado de limites entre Portugal e Espanha na América — o Tratado de Madrid (1750) que se tornou o documento básico de negociações e arbitramentos no futuro — escreveu Euclides da Cunha, por exemplo, que "sancionou o triunfo de uma raça sobre outra"⁽²⁹⁷⁾. Triunfo de portugueses e brasileiros: da sagacidade diplomática dos portugueses e do arrôjo de pioneiros dos brasileiros. Mas não houve nesse triunfo nem roubo, nem simples conquista. As fronteiras brasileiras se fixaram numa evolução histórica de acordo com os princípios, os costumes e a moral política da época. Ao tomarmos mais tarde o *uti-possidetis* como sistema de direito territorial, nada mais fazíamos do que desenvolver o princípio que Portugal levantara no começo da colonização: quando das discussões sobre a expedição de Martim Afonso de Sousa, enquanto a Espanha se firmava na tese de legitimidade de domínio, Portugal sustentava os seus direitos sob o fundamento da prioridade.

Legitimidade de domínio não poderia existir então, nem durante muito tempo a seguir, porque havia incertezas e desacordos nos limites, e impossibilidade de defini-los pela carência de recursos humanos, técnicos e científicos.

Houve imprecisão nos limites entre Portugal e Espanha na América desde a bula *Inter cætera*, de Alexandre VI⁽²⁹⁸⁾,

(297) Euclides da CUNHA, *Peru Versus Bolívia*, 2.ª edição, pág. 10, Rio, 1939.

(298) "Na verdade muito vaga era a expressão usada na Bula *versus occidentem et meridiem*, e mais ainda esta outra: *a qualibet insularum que vulgariter nuncupantur de los Azores et Caboverde*, em se tratando de traçar um meridiano, e estendendo-se os dois citados grupos de ilhas em longitudes diferentes". (José Carlos de Macedo SOARES, *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*, pág. 15, Rio, 1939).

pela qual o Papa, “em razão da plenitude do Poder Apostólico”, concedia aos chamados Reis Católicos territórios amplísimos e ilimitados — “tôdas e cada uma das sobreditas terras e ilhas assim desconhecidas e até hoje por vossos emissários achadas e a serem achadas para o futuro”, embora com esta referência a Portugal:

E porque também alguns Reis de Portugal semelhantemente acharam e conquistaram nas partes da África de Guiné e das Minas de Ouro, outras ilhas, por concessão Apostólica a êles feita.

(Bula *Inter cœtera*, de 3 de maio de 1493).

Outras bulas se seguiram, mas nenhuma delas conseguiu limitar as terras descobertas, e de tal modo que o rei Dom João II, de Portugal, não se cansava de protestar junto ao Papa contra o que lhe parecia usurpação de Espanha. Chegou o “Príncipe Perfeito” a decidir-se pela guerra no caso de não preferirem os vizinhos um acôrdo diplomático. Fêz-se, afinal, a negociação direta em Tordesilhas, no tratado de 7 de junho de 1494, pelo qual se estabeleciam limites entre Espanha e Portugal. Era como uma divisão do mundo entre os dois reis, a divisão em dois hemisférios através de um meridiano distante 370 léguas das ilhas de Cabo Verde, ficando com a Espanha a parte do Ocidente e a parte do Oriente com Portugal. Nesse terreno, era esta a primeira de uma série de vitórias diplomáticas de Portugal, pois o Tratado de Tordesilhas, embora repetindo até certo ponto a bula *Inter cœtera*, favorecia os portugueses com a deslocação do meridiano de 100 para 370 léguas.

Contudo êsse tratado não tinha possibilidade nenhuma de execução. Fixado no plano das fronteiras artificiais, não se contava, para a sua demarcação, com os necessários conhecimentos geográficos e astronômicos. Foi feito um pouco às cegas: “o arreglo foi meramente formal e teórico: ninguém sabia o que dava ou recebia, e se ganhava ou perderia com êle no ajuste de contas”⁽²⁹⁹⁾. Surgiam dúvidas quanto ao próprio meridiano de Tordesilhas que uns traçavam pela foz do Rio da Prata e outros pelo gôlfo de São Matias.

Se o problema da fronteira emerge da densidade da população ou das riquezas do solo e sub-solo nas regiões limí-

(299) Capistrano de ABREU, *Capítulos de História Colonial*, 3.ª edição, pág. 196, Rio, 1934.

trofes — explica-se que durante muito tempo tenha ficado mais ou menos adormecido na América do Sul, com os seus núcleos de população escassos e os seus territórios do interior desconhecidos. O meridiano de Tordesilhas não representava mais do que uma ficção, um vago marco divisório. Portugueses e brasileiros desrespeitavam o Tratado de 1494, ultrapassavam a linha de limite segundo os seus impulsos, ambições e necessidades de expansão. Dar-se-ia mais tarde, por isso, a colonização portuguesa como usurpadora, e o Brasil como herdeiro e beneficiário dessa usurpação. É certo que, por efeito da expansão dos portugueses e bandeirantes, os nossos limites se estenderam muito além da linha traçada em Tordesilhas, mas igualmente a Espanha foi infiel ao Tratado. Bastaria lembrar o que aconteceu com as Molucas e as Filipinas, dentro da demarcação portuguesa, ocupadas pela Espanha. Usurpações e violações havia, pois, de parte a parte, numa situação geográfica e histórica em que os fatos tinham mais validade do que os acordos de direito.

De 1580 a 1640 as questões de limites permanecem como que inexistentes, com as colônias sul-americanas reunidas sob o mesmo cetro. E justamente nesse período, juntando ao momento histórico uma como que justificação jurídica, o brasileiro amplia o seu território através dos movimentos das bandeiras. Ninguém se lembra mais da linha de Tordesilhas na nova marcha da colonização.

O bandeirante torna-se desde os fins do século XVI um fundador de sub-colônias e já se faz senhor das alheias num imperialismo que tanto tem de ousado quanto de precoce. Com o bandeirante o Brasil autocoloniza-se⁽³⁰⁰⁾.

O processo dos limites acompanhava, aliás, o processo do desenvolvimento econômico, pois as populações se ampliavam e se estendiam na *zona da criação* e na *zona das minas*. E já se observou que a colonização do Brasil dependeu da *necessidade de território contínuo*: São Vicente e Espírito Santo determinam o Rio; Pernambuco e Bahia determinam Alagoas e Sergipe; a colônia do Sacramento determina Laguna no Rio Grande do Sul⁽³⁰¹⁾. E nessa marcha de colo-

(300) Gilberto FREIRE, *Casa-Grande & Senzala*, 4.^a edição, 1.^o vol., pág. 120, Rio, 1943.

(301) João RIBEIRO, *História do Brasil*, 13.^a edição, pág. 161, Rio, 1935.

nizadores os portugueses ou brasileiros e espanhóis, retificando tratados obsoletos em busca de fronteiras mais naturais, encontraram-se afinal nas regiões andinas e nas margens do Rio da Prata.

De modo que ao conseguir Portugal a sua independência, ao se separarem Portugal e Espanha, e com êles as suas colônias na América, o Brasil, através de uma intensa expansão geográfica, havia conquistado novos limites, os limites que seriam mais ou menos os definitivos.

O tratado de paz assinado em Lisboa entre as duas nações ibéricas a 13 de fevereiro de 1668 nada cogitou no entanto, a respeito de limites na América. Houve como que o adiamento tácito de uma contenda que já estava lançada. Contenda que se agravou depois, em 1680, quando o governador D. Manuel Lôbo, de acôrdo com as instruções recebidas de Lisboa, ocupou a margem esquerda do Rio da Prata, limite meridional do Brasil na opinião dos portugueses. Daí por diante renovam-se os debates a respeito do meridiano de Tordesilhas e das possessões portuguesas e espanholas na América. As disputas pelas armas começavam e eram um convite aos diplomatas para que, através de negociações, definissem os limites em tratados.

Esta foi a grande obra diplomática de D. João V e do seu secretário brasileiro Alexandre de Gusmão. Desde o princípio do seu govêrno sonhava D. João V com o tratado que só veio a realizar nos últimos anos. O que êle desejava era um entendimento amigável entre vizinhos, uma delimitação de fronteira que não deixasse reivindicações e ressentimentos para o futuro, aspiração bem de acôrdo com esta sua frase:

O meu sistema consiste em contentar-me com o que é meu, sem desejar o que é de outrem.

Não desejava uma divisão apenas diplomática ou política, mas no espírito de família. E se é certo que êle reinou com o pensamento mais na América do que na Europa — “governou de costas voltadas para a Europa”⁽³⁰²⁾ — os casamentos que promoveu da Infanta D. Mariana Vitória com o Príncipe do Brasil, depois D. José, rei de Portugal, e da Infanta de Por-

(302) Visconde de CARNAXIDE, *Política Imperial de D. João V* (Conferência), 1943.

tugal, D. Maria Bárbara, com o Príncipe das Astúrias, depois Fernando VII, rei de Espanha, visavam antes de tudo a criar entre os dois países uma situação especial de amizade e confiança para o estabelecimento de um equânime tratado de limites na América. E no mesmo ano em que se celebravam estes casamentos a Coroa portuguesa procurava coordenar e ajustar os seus conhecimentos geográficos do Brasil, como se vê pelo alvará de 18 de novembro de 1729 que determina “aos padres da Companhia de Jesus, Diogo Soares e Domingos Capaci, peritos matemáticos, para se passarem ao Brasil e fazerem mapas das terras dêle, não só pela marinha, mas pelos sertões, por conta da Real Fazenda”.

Estavam os limites do Brasil, em primeiro lugar, nos planos da política externa do reinado de D. João V — política caracterizada “por uma bem orientada firmeza, graças à qual pudemos conservar nos melhores têrmos a aliança britânica, pudemos buscar a amizade da Espanha e pudemos permanecer isolados na *balbúrdia sanguinolenta* dos negócios europeus”⁽³⁰³⁾. De Paris o seu sagaz diplomata D. Luís da Cunha escrevia:

Eu convido el rei nosso amo para figurar muito na Europa, sem ter parte nas desgraças dela.

Mas em vez da Europa, o que D. João V preferiu foi a figuração na América, e o seu conselheiro, o seu diplomata neste caso seria o brasileiro Alexandre de Gusmão.

Obra tanto de um como de outro foi o Tratado de Madrid, assinado por Portugal e pela Espanha a 13 de janeiro de 1750, e que é sem dúvida o mais importante documento diplomático do Brasil colonial⁽³⁰⁴⁾. Ele representa o nosso primeiro ajuste de limites razoável e exequível, constituindo desde então base e fonte para as futuras negociações. Não só era tènicamente bem feito, mas trazia no preâmbulo e nos considerando certos princípios avançados de Direito Internacional. Dêle e do seu artífice escreveu Pandiá Calógeras:

Compreendeu o grande estadista achar-se ali a solução de tôdas as dificuldades, e agarrou o instante fugidio para esclarecer por menor

(303) Visconde de CARNAXIDE, *op. cit.*

(304) V., para estudo especial do Tratado, a publicação da Biblioteca Nacional *Documentos Sôbre o Tratado de 1750*, 2 vols., Rio, 1938, com uma introdução de Rodolfo Garcia.

a nova rota que se abria à pacífica divisão da América, no admirável preâmbulo ao tratado de Madrid, de 13 de janeiro de 1750, documento a raríssimos comparável na história diplomática das duas coroas, e que todo brasileiro deveria conhecer, para reverenciar a memória do san-tista eminente, que o concebeu e redigiu⁽³⁰⁵⁾.

Pelo Tratado de 1750, que revogava expressamente o de Tordesilhas, definia-se o mapa do Brasil como êle é hoje, só com pequenas modificações. Alterava os métodos anteriores, preferindo que as linhas de demarcação, em vez do artifício dos meridianos, se fizessem pelas fronteiras naturais, rios e montanhas, sendo êste um dos dois pontos, dos quais se dizia no preâmbulo: “sendo o seu ânimo, que nêle se atenda com cuidado a dois fins: O primeiro, e mais principal é que se assinalem os limites dos dois Domínios, tomando por balizas as paragens mais conhecidas, para que em nenhum tempo se confundam, nem dêem ocasião a disputas, como são a origem, e curso dos rios, e os montes mais notáveis”.

Espírito realista que se ampliava em certos trechos das *Instruções para os Comissários Demarcadores*, como êste do artigo XXXI:

Que os comissários evitem controvérsias sôbre a demarcação, espe-cialmente se forem por objetos de pouca importância, antes decidam logo entre si as dúvidas que ocorrerem, porque não é a intenção de Suas Majestades que se deixe imperfeita parte alguma da obra sem causa muito urgente, nem deverão fazer caso de alguma pequena parte de terreno, contanto que a raia fique assentada pelos limites naturais mais visíveis e perduráveis.

Aos rios, como principais vias de comunicação na época, atribuía-se capital importância no pacto divisório: a sua navegação seria comum quando as duas nações possuíam esta-belecimentos ribeirinhos, e seria exclusiva quando as suas margens fôsem de um mesmo país; quanto aos dois maiores rios, um dêles, o Amazonas, ficaria com Portugal, e o outro, o Prata, ficaria com a Espanha.

Êste diploma de 1750 ainda era tão importante pelos princípios políticos que lançava quanto pela situação geo-gráfica que estabelecia. Mais tarde os seus dispositivos geográficos seriam contestados mas os seus princípios políticos e diplomáticos permaneceriam em vigor como doutrinas de

(305) Pandiá CALÓGERAS, *A Política Exterior do Império*, vol. I, pág. 203, Rio, 1927.

Direito Internacional, não só no Brasil, mas na América. Com efeito, dois princípios fundamentais foram lançados nesse momento: o *uti-possidetis* e o pan-americanismo, duas antecipações realmente audaciosas.

Ao estabelecer no seu preâmbulo, como segundo item dos seus "dous fins" — que "cada parte há de ficar com o que atualmente possui" — o Tratado de Madrid sugeria a doutrina a que o Brasil daria forma e que faria sua nos litígios de fronteiras, a doutrina do *uti-possidetis*.

Ao mesmo tempo — antes de Monroe e dos seus conselheiros norte-americanos — lançava os fundamentos do pan-americanismo no seu artigo XXI:

Sendo a guerra ocasião principal de abusos, e motivo de se alterarem as regras mais bem concertadas, querem Suas Majestades Fidelíssima e Católica, que se (o que Deus não permita) se chegasse a romper entre as duas coroas, se mantenham em paz os vassallos de ambas, estabelecidos em tôda a América Meridional, vivendo uns e outros como se não houvera tal guerra entre os Soberanos, sem fazer-se a menor hostilidade, nem por si sós, nem junto com os seus Aliados.

A esta proposição chamaria Rodrigo Otávio "o sentimento americano na política internacional"⁽³⁰⁶⁾. Expressia na verdade o caráter do reinado de D. João V, governando com o pensamento na América e "de costas voltadas para a Europa".

O que mais se destaca, no Tratado de 1750, é a tolerância, o espírito de concessão comum às duas partes contratantes, o anseio de estabilizar a paz e projetá-la para o futuro. Dêle dirá mais tarde o Barão do Rio-Branco:

O estudo do Tratado de 1750 deixa a mais viva e grata impressão da boa fé, lealdade e grandeza de vistas que inspiraram êsse ajuste amigável de antigas e mesquinhas querelas, consultando-se unicamente os princípios superiores da razão e da justiça e as conveniências da paz e da civilização da América⁽³⁰⁷⁾.

(306) Rodrigo Otávio, *Alexandre de Gusmão et le sentiment américain dans la politique internationale*, Paris, 1930.

(307) RIO-BRANCO, *Exposição ao Presidente dos Estados Unidos*, vol. II, pág. 24, New York, 1894 — O título completo da "memória" de Rio-Branco é *Exposição que os Estados Unidos do Brasil apresentaram ao Presidente dos Estados Unidos da América como árbitro segundo as estipulações do Tratado de 7 de setembro de 1889, concluído entre o Brasil e a República Argentina*. * Será citado neste volume com o título abreviado *Exposição ao Presidente dos Estados Unidos*.

De modo que não eram uma formalidade as palavras e conceitos definidores do preâmbulo, redigido por Alexandre de Gusmão, a figura central na elaboração do Tratado:

Os sereníssimos reis de Portugal e Espanha, desejando eficazmente consolidar e estreitar a sincera e cordial amizade, que entre si professam, consideraram, que o meio mais conducente para conseguir tão saudável intento, é tirar todos os pretextos, e alhanar os embaraços, que possam ao diante alterá-la, e particularmente os que se podem oferecer com o motivo dos Limites das duas Coroas na América, cujas Conquistas se têm adiantado com incerteza e dúvida, por se não haverem averiguado até agora os verdadeiros Limites daqueles Domínios, ou a paragem donde se há de imaginar a Linha divisória, que havia de ser o princípio inalterável da demarcação de cada Coroa. E considerando as dificuldades invencíveis, que se ofereceriam se houvesse de assinalar-se esta Linha com o conhecimento prático que se requer: resolveram examinar as razões e dúvidas, que se oferecessem por ambas as partes, e à vista delas concluir o ajuste com recíproca satisfação e conveniência.

Por isso mesmo, talvez, desagradou no momento a ambos os povos. Porque “parecem na verdade os dois soberanos contratantes ter-se adiantado ao seu século” — na expressão de Robert Southey⁽³⁰⁸⁾ — o Tratado contrariava as paixões e as ambições imediatistas dos seus contemporâneos. Os portugueses julgavam-se lesados ao entregar a colônia do Sacramento enquanto os espanhóis só viam prejuízo nas concessões que haviam feito quanto à navegação do Uruguai e aos sete povos das missões jesuíticas.

À morte de D. João V — ocorrida pouco depois — seguiu-se o desprestígio e o ostracismo de Alexandre de Gusmão. Não houve daí por diante — a despeito do interesse do Marquês de Pombal — boa fé e lealdade nos trabalhos de demarcação. A resistência da Companhia de Jesus ainda mais contribuiu para a sua inexequibilidade. Pelo tratado de El Pardo (12 de fevereiro de 1761) os reis D. João I e D. Carlos III anulavam o de Madrid; faziam “como se o referido Tratado de treze de janeiro de mil setecentos e cinquenta com os mais que dêle se seguiram nunca houvessem existido” (Artigo II), e determinavam “que tôdas as cousas pertencentes aos limites da América e da Ásia se restituem aos

(308) ...“the two contracting Sovereigns seem indeed to have advanced beyond their age” (Robert Southey, *History of Brazil*, vol. III, pág. 448, London, 1819).

têrmos dos Tratados, Pactos e Convenções que haviam sido celebrados... antes do referido ano de mil setecentos e cinquenta" (Artigo I).

Anulava-se o Tratado de 1750, mas impossível seria anular a realidade geográfica e histórica que êle exprimia. Seria impraticável o propósito oficial de uma volta ao já anacrônico pacto de Tordesilhas.

Aproveitando certas condições políticas que lhe eram favoráveis, a Espanha iniciou então negociações para um nôvo acôrdo de fronteiras que veio a ser o Tratado de Santo Ildefonso (1.º de outubro de 1777), entre D. Maria I e D. Carlos III. Era um tratado preliminar, que concordava em grande parte com o de 1750, menos nas fronteiras do Sul, onde o Brasil perdia territórios como o das Missões e a cidade de São Borja. Portugal renunciava às suas possessões da margem do Prata. Por isso escreveu o Visconde de São Leopoldo:

O Tratado, mais que todos leonino e capcioso, foi o preliminar de Paz e de Limites de 1.º de outubro de 1777.

Varnhagem exclamava:

Que diferença entre a organização e a redação dêste tratado e as do anterior! (309).

A êsse Tratado preliminar não se seguiu o definitivo; nem êle próprio pôde ser executado⁽³¹⁰⁾ nem ficar em vigor durante muito tempo, por causa da guerra que se travou entre Portugal e Espanha. Pelo Tratado de Paz de Badajoz (6 de junho de 1801) não ficava revalidado o Tratado de Santo Ildefonso, mas também não se estabelecia o "statu quo ante bellum".

(309) Visconde de São Leopoldo, "Quais são os limites naturais, pactuados, e necessários do Império do Brasil?", em *Memórias do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo I, pág. 13, Rio, 1839. ° Visconde de Pôrto Seguro, *História Geral do Brasil*, 3.ª edição, tomo IV, pág., 347, São Paulo, s/d.

(310) Dizia Limpo de Abreu em nota diplomática:

"Este tratado, porém, feito sem cabal conhecimento da geografia dos países, cuja linha divisória estabelece, ficou dependente da demarcação, que devia ser efetuada por comissários nomeados por ambas as coroas, para, depois dêle, celebrar-se o tratado definitivo de limites, e tais foram as contestações e dúvidas sérias, que apareceram entre os comissários, que nem a demarcação encetada em diversos pontos da linha divisória pôde ser terminada, nem as contestações e dúvidas suscitadas puderam ser resolvidas por acôrdo de ambas as coroas, para ter lugar a celebração do tratado definitivo de limites". (Relatório Extraordinário, Anexo E, de 1854).

De modo que ao se tornar o Brasil um Estado independente, em 1822, pode-se dizer que, em rigor, não havia direito capaz de regular com precisão as suas fronteiras com as antigas colônias espanholas, tornadas igualmente Estados independentes. Daí a série de controvérsias e questões de limites, em que se contradiziam tantas vêzes os fatos e os antigos tratados.

Compreendendo que os ajustes de limites com tantos Estados diferentes, se feitos de modo empírico, trariam contradições e diversidades de processos, a política exterior do Império tratou de criar, antes de tudo, uma doutrina uniforme, coerente, precisa, que servisse, ela só de fundamento e base para tôdas as negociações.

Esta doutrina foi o *uti-possidetis*, criação e contribuição americana, principalmente brasileira, no plano do Direito Internacional. Era uma expressão originária do Direito Romano — *Uti nunc possidetis, quominus ita possideatis vim fieri veto* — que se applicava, sem lhe mudar o sentido essencial, ao Direito Público moderno. *Uti possidetis, ita possideatis*: “como possuís, continuais possuindo”. Sustentava o Brasil que, dada a ausência de tratados válidos, a regra a seguir seria cada Estado ficar com o território que possuía no momento da sua independência. É o que se chama o *uti-possidetis* de fato ou *uti-possidetis colonial*. Explica-o Hildebrando Acioli:

Dans le fait, l'*uti possidetis* ne se confond ni avec l'occupation, qui a comme élément basique un territoire considéré *res nullius*, ni avec la prescription, qui suppose un propriétaire ou souverain antérieur. Ou plutôt, avec l'*uti possidetis*, la préoccupation de savoir s'il s'agit d'un territoire *nullius* ou non, ou si un territoire a été acquis par occupation ou par prescription, n'existe pas. La seule chose que l'on y envisage c'est de pouvoir tracer une ligne de division entre deux États dont les limites ne sont décrites dans aucun document. Ce que l'on prend surtout en considération c'est l'élément matériel de la possession, attestée par signes de domination et des actes de juridiction⁽³¹¹⁾.

Justifica-se a legitimidade do princípio brasileiro pelo caráter da colonização e do povoamento nos territórios americanos, de modo arbitrário quase sempre, na ausência de limites determinados. Aceitando-o também, os demais países sul-americanos procuravam dar, no entanto, ao *uti-possidetis*

(311) HILDEBRANDO ACIOLI, *Le Brésil et la doctrine de l'uti-possidetis*, pág. 10, Paris, 1935.

interpretações variadas, diferenciações casuísticas, em contradição com o seu sentido jurídico e até literal. Sustentavam então, em oposição ao nosso *uti-possidetis*, a que chamavam o *uti-possidetis* de fato, o *uti-possidetis juris*, que seria a definição dos limites, segundo as divisões administrativas da Espanha ou por ela fixadas em seus tratados de limites, independente da posse e da ocupação efetiva⁽³¹²⁾. Ora, era possível que entre as nações, antigas colônias de Espanha — e devemos lembrar que entre elas próprias houve, desde o início, tais controvérsias, que das cinco antigas unidades coloniais se constituíram nove repúblicas — se fizessem vigorar os atos do governo espanhol que estabeleceram a jurisdição dos vice-reinados ou capitánias gerais, isto é, o *uti-possidetis juris*; mas como aplicá-lo às relações dessas repúblicas com o Brasil se a situação se apresentava com aspectos diversos? Além disso, o *uti-possidetis juris* representa uma contradição substancial e formal, uma vez que o *uti-possidetis* significa o direito de posse pela ocupação efetiva, real, pacífica do território, e não segundo controvertidos títulos legais. Não há, na verdade, o *uti-possidetis de fato* nem o *uti-possidetis juris*, mas apenas o *uti-possidetis*. Assim o compreendia também o internacionalista venezuelano Andrés Bello, ao dizer em carta ao diplomata brasileiro Miguel Maria Lisboa:

O *uti-possidetis* da época da emancipação das colônias espanholas era a posse natural da Espanha, o que a Espanha possuía, real e efetivamente, com qualquer título ou sem título algum; não o que a Espanha tinha direito de possuir e não possuía.

E em dois tratados de limites de repúblicas sul-americanas com o Brasil, durante o Império — com o Peru, em 1851, e com a Bolívia, em 1867 — tinha ficado o *uti-possidetis* reconhecido como princípio e doutrina em matéria de fronteiras.

Retomando essa doutrina da política imperial, o Barão do Rio-Branco fêz dela, na República, o fundamento dos seus trabalhos em questões de limites como advogado em Washington e Berna e como ministro no Itamarati. E havia no desenvolvimento dessa política tradicional uma nova aproximação entre o primeiro e o segundo Rio-Branco: o Visconde do Rio-Branco fôra, no Império, o principal intér-

(312) V., entre outros doutrinários do *uti-possidetis juris*, VICENTE QUESADA. *História diplomática latino-americana*, II, "La Política del Brasil con las Repúblicas del Río de La Plata", 3 vols., Buenos Aires, 1919.

prete e o principal doutrinador do *uti-possidetis*. Se houvesse necessidade de determinar o momento em que o *uti-possidetis* adquiriu a sua definitiva expressão formal — êste seria a argumentação do Visconde do Rio-Branco na série de conferências com o plenipotenciário paraguaio José Borges, em 1856, no Rio de Janeiro⁽³¹³⁾. Na segunda conferência (12 de março de 1856) o Visconde assim definia a posição brasileira nas questões de limites com os seus vizinhos:

O govêrno imperial reconhece, como o da República do Paraguai, que os tratados de limites concluídos entre as duas metrópoles, Portugal e Espanha, se devem considerar rotos e de nenhum valor, porque nunca foram levados a efeito, pelas dúvidas e embaraços que de uma e outra parte surgiram na sua execução, e por efeito das guerras que sobrevieram entre as mesmas metrópoles.

Assim que o Tratado de 13 de janeiro de 1750 foi revogado pelo de 12 de fevereiro de 1761, e a êstes atos sobreveio a guerra de 1762, que terminou pelo Tratado de Paris de 10 de fevereiro de 1763, ficando as coisas no estado em que dantes se achavam. Seguiu-se o Tratado preliminar de 1.º de outubro de 1777, que teve a mesma sorte do de 1750, que êle ratificara em grande parte. As dúvidas suscitadas na demarcação impediram que êste último reconhecimento das fronteiras dos dois países tivesse pleno efeito, e por fim a guerra de 1801 o anulou para sempre, visto como o tratado de paz assinado em Badajoz a 6 de junho do mesmo ano não o restaurou, nem mandou que as coisas tornassem ao estado *ante-bellum*.

Se, porém, o govêrno imperial está de acôrdo neste ponto com o da República, entende também que é preciso recorrer às estipulações dêsses tratados, como base auxiliar, para verificar o que era território de Portugal e o que era território de Espanha, bem como as alterações que o domínio de uma e outra nação sofreu com o correr dos anos e dos acontecimentos. Nos lugares em que um dos dois Estados contesta o domínio do outro, e êste não está assinalado por ocupação efetiva ou monumentos materiais de posse, aquela base auxiliar esclarece a dúvida e pode resolvê-la *peremptòriamente*.

Ao Brasil pertence incontestavelmente o território que na América do Sul pertencia a Portugal, com as perdas e aquisições que ocorreram depois dos Tratados de 1750 e de 1777; e reciprocamente, aos Estados confinantes que foram colônias de Espanha pertence o que era de domínio desta nação, salvas as alterações que assinala o seu *uti-possidetis*.

E era como que a síntese de uma doutrina e de uma orientação o que voltou a exprimir na quarta conferência (23 de março de 1856):

(313) *Protocolos das conferências havidas na Côrte do Rio de Janeiro entre os plenipotenciários do Império do Brasil e da República do Paraguai para o ajuste das questões entre os dois países — Anexo ao Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1857.*

O governo imperial, tem-se dito e repetido muitas vèzes, admite como base principal o *uti-possidetis*. Onde êste existe deve ser respeitado. Os antigos tratados, êle sômente os invoca e apresenta como base auxiliar, para assinalar os limites dos dois países naqueles em que não existe occupaçã ou monumento preciso.

No ano seguinte, em memorandum apresentado ao govêrno argentino, na qualidade de plenipotenciário do Brasil, o Visconde do Rio-Branco sustentava a mesma invariável doutrina:

O govêrno de S. M. o Imperador do Brasil, reconhecendo a falta de direito escrito para a demarcação de suas raías com os Estados vizinhos, tem adotado e proposto as únicas bases razoáveis e equitativas que podem ser invocadas: o *uti-possedetis*, onde êste existe, e as estipulações do Tratado de 1777, onde elas se conformam ou não vão de encontro às possessões atuais de uma e outra parte contratante (26 de novembro de 1857).

O *uti-possidetis* ficou, assim, para sempre ligado ao nome dos dois Rio-Branco: o primeiro, porque o definiu com precisão e segurança, e o segundo, porque lhe deu applicação vitoriosa numa série de litígios e negociações.

Embora houvesse criado a doutrina e estudado os problemas de fronteiras — com uma equipe de estadistas, diplomatas e técnicos como o Visconde do Uruguai, o Visconde do Rio-Branco, o Barão de Cotegipe, Duarte da Ponte Ribeiro, Joaquim Caetano, Miguel Maria Lisboa, Nascentes de Azambuja e tantos outros — não pôde o Imperador fixar os nossos limites com os vizinhos porque o seu processo histórico ainda não chegara — pelo desenvolvimento natural ou pelas descobertas de riquezas no solo disputado — ao momento de desenlace e solução. Momento que foi o fim do século XIX, com o advento da República, tão inexperiente e vacilante, nos primeiros tempos, em matéria de política diplomática. Só com dois países — o Paraguai (1872) e a Venezuela (1859) o Império fixara as fronteiras de modo definitivo. Tratados de limites foram assinados também com o Peru (1851) e com a Bolívia (1867), mas as questões voltariam a se impor anos depois, exigindo novos tratados na República. Ao Uruguai ofereceríamos espontaneamente uma retificação dos diplomas assinados em 1851 e 1852. A herança recebida pela República, na espécie, era, pois, a de uma nação quase sem fronteiras

fixadas; em compensação seria uma figura formada no Império o estadista que, servindo à República, daria estabilidade e segurança ao mapa geográfico do Brasil.

A questão brasileiro-argentina de limites foi a primeira questão diplomática com que se defrontou a República, ao lado da que dizia respeito ao seu reconhecimento pelos governos estrangeiros. Uma questão na realidade simples, mas que se complicara pelo excesso de negociações, de argumentos, de sofismas, de mapas, de papéis, que se acumulavam de um lado e de outro. Vinha do período colonial e de equívocos dos demarcadores espanhóis⁽³¹⁴⁾.

Das três seções das nossas fronteiras⁽³¹⁵⁾ com a Argentina, duas não se achavam em controvérsia — a do Iguaçu e a do Uruguai — mas havia discordância naquela que as liga quanto à determinação de dois rios afluentes que formavam a linha de limites. Para o Brasil êsses rios eram o Pepiriguaçu e o Santo Antônio; para a Argentina, o Chapecó e o Chopim, tendo ela mudado depois a sua pretensão do Chopim para o Jangada. Aliás, só em 1881, no primeiro caso, e em 1888, no segundo, começou a Argentina a reclamar claramente o limite pelos dois rios mais orientais, o que lhe significava importante alargamento de território.

Quase que o problema se resumia todo numa identificação: quais os rios de cabeceiras opostas que se dirigiam um para o Iguaçu e o outro para o Uruguai, e tanto no Tratado de 1750 como no de 1777, denominados Pepiriguaçu e Santo Antônio? Da dúvida quanto à posição dêsses rios surge o território contestado, o território de Palmas, chamado imprópriamente das Missões⁽³¹⁶⁾. Pertencia ao Brasil tanto pela letra dos antigos tratados revogados, quanto pelo *uti-possi-*

(314) “Os argutos espanhóis, tendo à sua frente geógrafos, como Oyarvide, e discutidores, como Rossi e Alvear, emaranharam os portugueses numas sofisticadas enganadoras, engenhosas, a ponto de conseguirem protraír por um século uma questão de si simplíssima e quase evidente.” (Silvio ROMERO, *Ensaio de Sociologia e Literatura*, pág. 290, Rio, 1900).

(315) Empregamos, aqui, num livro que não é especializado, as expressões *fronteiras* e *limites* com o mesmo sentido, apesar da distinção feita por alguns tratadistas, como, por exemplo, a de que *limite* é uma linha e *fronteira* é uma zona.

(316) Usam-se indiferentemente as expressões “a questão das Missões” e “a questão do território de Palmas”. A primeira, no entanto, está consagrada apenas pelo emprêgo tradicional mas é inadequada e errônea. É uma criação argentina e só pode ser aplicada do ponto de vista argentino. Refutou-a o próprio Barão do Rio-Branco (*Exposição ao Presidente dos Estados Unidos*), mostrando que o território contestado nunca pertencera às antigas “missões jesuíticas”, e estava compreendido, ao contrário, na Comarca de Palmas.

detis: em 1890, dos 5 793 habitantes da parte contestada da Comarca de Palmas, 5 763 eram brasileiros e 30 estrangeiros, sem que lá houvesse um só argentino⁽³¹⁷⁾.

O primeiro tratado de limites entre o Brasil e a Argentina foi negociado e assinado, na capital de Entre-Rios, por José Maria da Silva Paranhos, depois Visconde do Rio-Branco (14 de dezembro de 1857). No seu memorandum de 26 de novembro encontravam-se princípios doutrinários e argumentos técnicos que o Barão do Rio-Branco iria mais tarde desenvolver, ampliar e completar perante o árbitro norte-americano. Pelo artigo I do Tratado de 1857, definiam-se as fronteiras pelo rio Uruguai e pelo rio Iguazu, e estabelecia-se que o nexo entre elles eram o Pepiri-Guaçu e o Santo Antônio⁽³¹⁸⁾.

Aprovado pelos congressos dos dois países, faltou-lhe, para ser executado, a ratificação do governo argentino, o que Urquiza pretendia negociar em troca da intervenção do Brasil para ajudá-lo a submeter Buenos Aires e integrá-la na Confederação⁽³¹⁹⁾, jôgo diplomático sem interêsse no momento para a política externa do Império. Declarou-o nulo o ministro Elias Bedoya em nota de 14 de janeiro de 1859.

Só em 1876 foram reabertas as negociações, por ordem do Governo Imperial ao seu ministro em Buenos Aires, o Barão Aguiar de Andrada. A tentativa não deu, porém, resultado nenhum. Em 1881 aparece a pretensão argentina de levar os seus limites mais para leste pelos rios Chapecó e Chopim, baseada em comissários espanhóis da exploração de 1789. Acreditando na boa fé da Argentina, o Brasil lançou, em contra-proposta, a sugestão de uma comissão mista que

(317) RIO-BRANCO, *Exposição ao Presidente dos Estados Unidos*, vol. I, pág. 3.

(318) Era êste o artigo I do Tratado:

"As duas Altas Partes Contratantes, estando de acôrdo em fixar os seus respectivos limites, convêm em declarar e reconhecer como fronteira do Brasil e da Confederação Argentina, entre os rios Uruguai e Paraná, a que abaixo se designa:

"O território do Império do Brasil divide-se do da Confederação Argentina pelo rio Uruguai, pertencendo tôda a margem direita ou occidental à Confederação, e a esquerda ou oriental ao Brasil, desde a foz do afluente Quaraim até a do Pepiri-Guaçu, aonde as possessões brasileiras ocupam as duas margens do Uruguai.

"Segue a linha divisória pelas águas do Pepiri-Guaçu até a sua origem principal; desde esta continua, pelo mais alto do terreno, a encontrar a cabeceira principal do Santo Antônio até a sua entrada no Iguazu, ou Rio Grande de Curitiba, e por êste até a sua confluência com o Paraná.

"O terreno que os rios Pepiri-Guaçu, Santo Antônio e Iguazu separam para o lado do ocidente à Confederação Argentina, sendo do domínio comum das duas nações as águas dos ditos dois primeiros rios em todo o seu curso, e as do Iguazu somente desde a confluência do Santo Antônio até ao Paraná."

(319) João RUBERO, *As Nossas Fronteiras*, pág. 39, Rio, 1930.

explorasse o território e fixasse as posições dos dois rios, embora, em 1882, já houvesse determinado em 27° 9' de latitude a posição do nosso Pepiri-Guaçu, em sua foz no Uruguai, e em 25° 10' de latitude a do nosso Santo Antônio, em sua confluência com o Iguaçu. Assim, pelo decreto n.º 9 563, de 6 de março de 1886, o govêrno brasileiro promulgava o Tratado de 28 de setembro de 1885 "para o reconhecimento dos rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio, Chapecó ou Pequiri-Guaçu, e Chopim ou Santo Antônio Guaçu, e do território que os separa e está entre o Brasil e a República Argentina".

Sem que estivessem concluídos os trabalhos da comissão, o ministro do Exterior argentino propôs "que os limites fôsem fixados segundo a linha mediana geométrica traçada entre as pretensões argentinas e brasileiras", e o próprio Visconde de Cabo-Frio, em certo momento, mostrou-se inclinado a um ajuste direto em bases de divisão do território, com o que não concordavam nem o Imperador nem os principais estadistas do Império.

O que restava era a solução do arbitramento, e pelo Tratado de 7 de setembro de 1889 o Brasil e a Argentina entregavam o litígio ao júizo arbitral do presidente dos Estados-Unidos (art. 3.º), caso não houvesse solução amigável dentro do prazo de noventa dias, contados da data da conclusão do reconhecimento do território (arts. 1.º e 2.º). Pelo art. 5.º do Tratado ficava excluída, e vedada ao próprio árbitro a solução de partilha:

A fronteira há de ser constituída pelos rios que o Brasil ou a República Argentina têm designado, e o Árbitro será convidado a pronunciar-se por uma das partes, como julgar justo à vista das razões e dos documentos que produzirem.

Apesar disso, foi esta a solução do Tratado que Quintino Bocaiuva assinou com Estanislau Zeballos no limiar da República. Grande figura republicana, idealista, representando uma situação revolucionária nos seus primeiros dias, Bocaiuva colocou o problema "sob os auspícios da unidade institucional da América e em nome dos sentimentos de fraternidade que devem subsistir entre todos os povos dêste Continente"⁽³²⁰⁾. O argumento, dada a inexistência de uma situação em contrário, não era suficiente para convencer a

(320) Prefácio do Tratado.

opinião pública da perda de um território que estava em nosso poder, habitado por cidadãos brasileiros e de importância estratégica para a segurança nacional. Por isso, êsse Tratado de 25 de janeiro de 1890 repercutiu no Brasil em discussões veementes nas quais tomaram parte jornalistas, professores, políticos, oficiais do Exército⁽³²¹⁾.

Rejeitado pelo Congresso brasileiro — e o próprio Bocaiuva aconselhou a rejeição, dizia-se — ficava como se não houvesse existido, e a questão voltava a colocar-se nos termos em que a deixara o Imperador no Tratado de 7 de setembro de 1889: o arbitramento.

O primeiro delegado e plenipotenciário do Brasil, na Missão Especial junto ao presidente dos Estados Unidos, era o Barão Aguiar de Andrada. Ele tinha uma certa experiência da questão, da qual havia já tratado nas negociações de 1876, mas estava velho, cansado, e não confiava na vitória, pelo que conhecia dos documentos argentinos. Estava temeroso, pois, de enfrentar o seu adversário principal, o constitucionalista Nicolau Calvo⁽³²²⁾. Morreu, porém, mal iniciava os seus trabalhos. Pouco depois morria, também, em Paris, Nicolau Calvo, quando se preparava para assumir o seu posto em Washington. O imprevisto dessas duas mortes vinha colocar o Barão do Rio-Branco e Estanislau Zeballos como adversários no grande pleito.

Em fins de março de 1893, Rio-Branco recebia, por intermédio de Sousa Correia, o convite do governo brasileiro para substituir o Barão Aguiar de Andrada, na qualidade de plenipotenciário e 1.º delegado da Missão especial em Washington⁽³²³⁾. Apesar da sua timidez, do seu retraimento, da vida

(321) Quintino BOCAIUVA, por exemplo, não impugnara, no Tratado, o trecho "salvará as povoações de uma e outra Nação que encontre em seu trajeto" — quando, na verdade, no território litigioso não havia nenhuma povoação argentina." (*RIO-BRANCO, Exposição ao Presidente dos Estados Unidos*, vol. IV, pág. 190). Aceitava, além disso, no texto do tratado (art. 1.º), a expressão argentina "Território das Missões".

(322) Disse ao Autor um ilustre historiador, o Sr. Tobias Monteiro, que ouvira do Barão Aguiar de Andrada, num jantar que lhe ofereceram aqui, quando de passagem para Washington, a seguinte frase: — "Vai ser o fim da minha carreira, porque esta é uma questão perdida".

(323) Apesar dos seus trabalhos históricos, Rio-Branco ainda não era, nessa época, muito conhecido no Brasil, e a sua nomeação, por inesperada, causou certa surpresa. Por isso, talvez, tem sido sempre levantada esta pergunta: quem o indicou a Floriano Peixoto depois da morte do Barão Aguiar de Andrada? A versão mais corrente é que fôra o conselheiro Sousa Dantas, sob uma sugestão de Nabuco,

reclusa e infensa aos cargos de destaque, êle não hesita nem vacila nesse momento. Diria mais tarde aos amigos que se julgava tão conhecedor daquela questão de limites e tão certo do direito do Brasil, que nada fêz para deter o seu primeiro impulso, que foi o da resposta afirmativa ao convite. Também havia de existir na sua resposta um movimento sentimental: o desejo de continuar e completar uma obra que fôra começada por seu Pai, no Tratado de 1857, e pela qual se empenhara também o seu amigo Barão de Cotegipe, que êle colocava, na hierarquia das suas amizades, logo abaixo do Visconde do Rio-Branco e ao lado do Duque de Caxias. Não esquecera, com certeza, as palavras de Cotegipe em discurso no Senado, em 1882:

Não se pode consentir que o território argentino adiante-se até o centro de três províncias brasileiras, comprometendo para sempre a nossa segurança nacional⁽³²⁴⁾.

Também em fins de maio, Zeballos recebia do seu govêrno um convite idêntico para substituir Nicolau Calvo. Mas, ao contrário de Rio-Branco, hesita durante vários dias, duvida do êxito da causa argentina, receia que pelas suas próprias

quem levara o nome de Rio-Branco a Floriano. Diz Tobias Monteiro que foi Rodolfo Dantas quem sugeriu ao seu pai, o conselheiro Dantas, que indicasse o nome de Rio-Branco a Floriano (conversa com o Autor). Declara Raul do Rio-Branco, porém, que a indicação partira de Sousa Correia, nosso ministro em Londres, quando êle próprio havia sido sondado se aceitava o pôsto (Raul do Rio-Branco, *op. cit.*, pág. 120), indicação esta que teria sido apoiada pelo deputado José Aurélio Gurgel do Amaral. Isto explicaria, de certo modo, que o convite a Rio-Branco tivesse sido dirigido por intermédio de Sousa Correia. Graciano Azambuja, por sua vez, havia dito em conversa com Floriano, antes mesmo da morte de Aguiar de Andrada:

“Admiro como não foi aproveitado neste negócio o Barão do Rio-Branco que a meu ver é o brasileiro mais competente para discutir e tratar o assunto, em vista dos estudos especiais a que tem consagrado todo o seu tempo e atividade”.

Alude também a uma indicação de Serzedelo Correia. (Graciano AZAMBUJA, “O Barão do Rio-Branco”, em *Anuário do Estado do Rio Grande do Sul para o ano de 1896*, págs. 152 e 156). Resta ainda a hipótese da escolha de Floriano pelo seu próprio critério e juízo. Não pôde obter o Autor referências positivas a respeito da intimidade que se disse ter existido entre Floriano e Juca Paranhos na mocidade. A maneira como Rio-Branco se refere a Floriano desmente, de certo, essa possibilidade. Mas é provável que se conhecessem pessoalmente, pois Juca Paranhos freqüentava assiduamente os oficiais do Exército, sobretudo os que haviam feito a guerra do Paraguai. Também é certo que Floriano conhecia diretamente a obra histórica de Rio-Branco. Quando ministro da Guerra, êle expediu ordens para a impressão do 3.º volume de SCHNEIDER, tendo examinado a obra ainda em provas. (Carta do Barão Homem de Melo a Rio-Branco em 2 de julho de 1890 - Arquivo do Itamarati).

(324) A obra do Barão de Cotegipe: *Apontamentos sobre os limites entre o Brasil e a República Argentina* — um dos estudos mais importantes e mais completos sobre o litígio — foi anotada em quase tôdas as páginas pelo Barão do Rio-Branco — Biblioteca do Itamarati.

mãos venha a derrota substituir a vitória que também éle próprio, como ministro do Exterior, obtivera de Bocaiuva no Tratado de Montevidéu. Diria mais tarde que só aceitara a chefia da missão argentina porque o presidente Saenz Peña e o general Bartolomeu Mitre haviam colocado o convite no plano dos deveres de patriotismo. Ofereceu-lhe Mitre, nesse momento, para servir de base à documentação argentina, um mapa julgado cópia autêntica de um original existente no arquivo oficial de Madrid⁽³²⁵⁾.

A 16 de maio — depois de ter organizado a sua documentação, completando-a com novas buscas em arquivos europeus, sobretudo portugueses e espanhóis — Rio-Branco embarcava em Liverpool, a bordo do *Teutonic*, com destino aos Estados-Unidos. Ao Barão de Penedo dizia nas vésperas da viagem:

— O triste acontecimento que lamentamos trouxe-me esta obrigação de deixar por algum tempo a vida obscura que tenho vivido e a que desejo voltar quanto antes.

A vida de bordo serve-lhe de repouso, e há muito tempo não se sente tão bem como nesse momento em que se dirige para a missão que decidirá do seu destino⁽³²⁶⁾. Chega a Nova York no dia 24, mas tão ansioso está de se pôr em contato com o seu trabalho, que não se deixa prender pelo espetáculo da grande cidade, que via agora pela primeira vez. Logo no dia seguinte embarca para Washington.

Havia ali certo desânimo entre os brasileiros; e falava-se sobretudo da influência de Quincy, sub-secretário de Estado, na preparação dos trabalhos da missão argentina. O Barão Aguiar de Andrada recebera do Rio, já preparado, o memorandum que devia submeter ao árbitro, e contratara com o advogado Ivins a redação de outro memorandum. Ia assim submeter ao presidente dos Estados-Unidos duas exposições, nenhuma das quais da sua autoria.

Na primeira entrevista com o advogado Ivins, Rio-Branco verifica logo que as idéias dêste sôbre o assunto eram erradas ou confusas⁽³²⁷⁾. De resto, quer trabalhar sôzinho na sua

(325) Artigos de Estanislau ZEBALLOS publicados em "La Prensa", em setembro de 1908.

(326) "A bordo, 24 de maio — A minha primeira travessia do Atlântico Norte está quase terminada. A viagem tem sido excelente. Só tivemos dois dias de mares tempestuosos. O descanso, a vida regular e monótona e o ar puro me têm feito muito bem." (*Cadernos de Notas* — Arquivo do Itamarati).

(327) *Cadernos de Notas* — Arquivo do Itamarati.

“memória”, e declará então com certa ênfase ao govêrno brasileiro:

— Não preciso de advogados⁽³²⁸⁾.

De modo nenhum deseja o papel de simples portador de documentos redigidos no Rio. Chega a sugerir a sua renúncia caso não lhe dêem completa autonomia e independência:

Tendo a mesma liberdade de ação que o plenipotenciário argentino, respondo pelo bom resultado dêsse pleito. Do contrário, preciso pôr a salvo a minha responsabilidade, deixando êste pôsto⁽³²⁹⁾.

Diria pouco depois a um amigo:

— Tive necessidade de me fazer pedante e de mostrar ao nesso govêrno que eu estava bem preparado para a missão que aceitara⁽³³⁰⁾.

Mas a sua convicção do direito brasileiro devia ser profunda e muito segura para garantir em agôsto de 1893 — quando não terminara ainda a sua *Exposição* — que a nossa causa seria vitoriosa, para responder pessoalmente pelo seu êxito, jogando assim de forma desusada o nome e a reputação. Era o que êle dizia a Graciano de Azambuja:

— Para perdermos a causa será necessário que não presida espírito de justiça ao julgamento. É tão claro o nosso direito sôbre o território contestado que, estou convencido, o Imperador consentiu no arbitramento por não ter dúvidas sôbre a nossa vitória, querendo talvez assim que o mundo civilizado ficasse bem persuadido dos bons fundamentos com que sempre consideramos brasileiro o território litigioso⁽³³¹⁾.

Também nos seus *Cadernos de Notas* se encontra êste projeto de telegrama ao govêrno brasileiro:

Tenho a mais profunda convicção de que nenhum árbitro imparcial poderia resolver contra nós êste litígio lendo a nossa exposição que deve ser escrita com a precisa clareza e acompanhada de mapas; por isso, nenhuma inquietação tenho quanto à resolução que há de proferir o Presidente Cleveland⁽³³²⁾.

(328) Telegrama de Rio-Branco ao Ministério do Exterior:
“Concordo. Tudo exato. Andrada incumbiu [nome em cifra] escrever nôvo memorandum. Ele diz trabalhou seis meses mas não acabou. Fiz parar declarei trabalho será feito missão. Ele concordou arrecadei principais documentos. Trato agora retirar mapas. Terei melhores relações mas não darei trabalho algum para não aumentar conta. Não preciso advogados.” (Correspondência da Missão em Washington — Arquivo do Itamarati).

(329) Correspondência da Missão em Washington — Arquivo do Itamarati.

(330) Graciano de AZAMBUJA, *op. cit.*, pág. 156.

(331) Graciano de AZAMBUJA, *op. cit.*, pág. 156.

(332) *Cadernos de Notas* — Arquivo do Itamarati.

Para estar livre dos compromissos sociais do mundo político e diplomático de Washington, resolveu o Barão trabalhar em Nova York. Fixou residência na pensão de família de Mrs. Mauss, na rua 32. Ali dispunha de algumas salas, ocupando todo o espaço com uma biblioteca especializada, os mapas e documentos relacionados com o litígio do Território de Palmas.

Isolava-se no meio da grande cidade, e era como se estivesse solitário na multidão. Solidão que se tornou quase completa, pois durante os meses em que preparava a sua *Exposição* quase não saía de casa. Em julho e agosto não foi à rua mais de quatro vezes. A correspondência com os amigos — é uma lacuna visível no seu arquivo — cessa quase de todo durante os dois anos de permanência na América do Norte. Leva meses sem se comunicar com a própria família.

Pois a não serem os serviços técnicos de Matemática e Geodésia — êle se ocupa de todo o trabalho da Missão, inclusive da preparação de mapas. E não é friamente que se debruça sobre êsses livros de História, sobre os tratados, as antigas “instruções” reais e cartas geográficas; não é como um sêco erudito que cita documentos e expõe o direito do Brasil; não é apenas como um hábil advogado que desenvolve as razões da sua causa. Há nêle um sentimento patriótico, que o faz interpretar e conduzir o pleito como coisa viva e real; e o longínquo Território de Palmas toma dentro dêle a configuração de um ser humano e brasileiro.

Trabalha num estado de febre, numa vibrante tensão nervosa. Os problemas da questão — êle os vive com uma intensidade dramática, como se fôra um criador no plano poético da ficção. E a História e a Geografia — para êle que nunca fez literatura pura — constituem realmente a sua poesia, o seu instrumento de criação.

Não dorme senão duas ou três horas em cada madrugada, e o seu pensamento não se evade nunca. Dirá êle depois a um amigo⁽³³³⁾.

— Consagrei-me todo inteiro, dia e noite, ao Pequiri e ao Santo Antônio.

A grande Exposição de Chicago, tão falada em 1893, não dedica mais de dois dias, como uma espécie de repouso, e

(333) Correspondência — Arquivo do Itamarati.

mesmo lá não pode fixar a atenção em qualquer objeto. O seu antigo colega Graciano de Azambuja, com quem estava percorrendo os diversos pavilhões, observou que êle parecia "abstrato, alheio e estranho a tudo". Pouco falava, e quando o fazia era para se referir a assuntos da Missão:

— De quem ouviste que perderíamos a questão por causa do advogado que tomaram os argentinos?

Ou então:

— Estou com vontade de escrever uma carta ao conselheiro Diana, inquerindo-o a respeito dos incidentes que precederam o tratado, feito por êle, quando ministro dos Negócios Estrangeiros⁽³³⁴⁾.

Por isso, depois da decisão arbitral, escrevia um jornal norte-americano⁽³³⁵⁾:

O Brasil era representado nessa questão de limites pelo Barão do Rio-Branco, consumado diplomata e homem de grande erudição. O Barão foi muito sagaz desde o princípio. Depois de examinar cuidadosamente a situação resolveu que o melhor seria ficar longe de tôdas as vistas e fora da capital até o último momento da apresentação da causa, e assim isolou-se em Nova York, com os seus secretários e auxiliares, e começou a trabalhar com afinco, coligindo novos documentos e redigindo a sua "memória", segundo informam, de modo magistral. Terminado o seu trabalho, entregou-o ao Presidente Cleveland no dia designado pelo tratado de arbitramento. Os diplomatas aqui sorriam quando se falava no assunto, e se lhes perguntava qual dos dois lados venceria, levantavam os ombros, exclamando: — O Sr. Zeballos diverte-se! O Sr. Rio-Branco trabalha! — É a fábula da lebre e da tartaruga. Não de ver que assim acontece. E assim foi na verdade. Todos nós o vimos.

Com a data de 8 de fevereiro de 1894, Rio-Branco entregou ao Árbitro a sua *Exposição*⁽³³⁶⁾. No primeiro volume vinha a exposição pròpriamente dita, as razões do advogado; no segundo, os documentos, sobretudo tratados e instruções aos demarcadores; no terceiro e no quarto, os mapas, em número de sessenta e três. Êle próprio acompanhara a impressão, encarregando-se da revisão de provas. Por fim, em face da premência do prazo de entrega, instalou-se durante três dias e três noites no escritório da tipografia. Depois das últimas providências, ao sair de madrugada, sonolento, foi impellido pela porta rodante com uma pancada na cabeça.

(334) Graciano de AZAMBUJA, *op. cit.*, pág. 155.

(335) *Brooklin Daily Eagle*.

(336) A *Exposição ao Presidente dos Estados Unidos* compõe-se de seis volumes, na realidade quatro, pois dois dêles são versões inglêsas do 1.º e 3.º volumes.

— *Não foi nada* — exclamou para os tipógrafos que se precipitaram ao seu encontro.

— *Esse homem é digno de ser um verdadeiro americano* — comentou um dêles⁽³³⁷⁾.

O fundamento doutrinário da *Exposição* do Barão do Rio-Branco consistia nos princípios outrora sustentados pelo Visconde do Rio-Branco a respeito do *uti-possidetis*. Pode-se imaginar com que emoção êle invoca e transcreve as palavras do Pai definindo o *uti-possidetis* e a linha de limite com a Argentina. O filho dava às suas razões em 1894 a mesma orientação que o Visconde havia traçado nas negociações de 1857. Mas dipunha o segundo Rio-Branco de maiores conhecimentos geográficos e históricos, e o seu trabalho tem mais amplitude e mais documentação do que o do antecessor.

Quis o Barão colocar diante do Árbitro ao mesmo tempo a história do litígio e as suas condições técnicas, a fim de que surgisse de dois lados convergentes o direito do Brasil. A sua “memória” apresenta realmente êstes dois aspectos: a história da questão através do Tratado de Tordesilhas, do Tratado de 1750, do Tratado de 1761, do Tratado de 1777, acompanhados das instruções aos demarcadores, ao lado das posteriores negociações diretas entre o Brasil e a Argentina; as condições técnicas, através do estudo dos dois rios, das suas posições, dos seus caracteres, acompanhado de mapas, com o fim de levar o Árbitro a identificar o Pepiri e o Santo Antônio dos tratados nos dois rios designados com êsses nomes pelo Brasil e não naqueles mais orientais indicados pela Argentina.

Pela história ficava o Árbitro desde logo informado de que só em 1881 a Argentina definira claramente a sua pretensão, e de que a dúvida em que se baseara só surgira em 1789 (trinta anos depois do reconhecimento do verdadeiro Pepiri), quando o comissário espanhol Alvear declarou — o que representava uma invenção — que o Pepiri do Mapa de 1749 era um rio descoberto em 1788, acima do Uruguai-Pitã, e que aparecia descrito “con las señales que lo caracterisaron de caudaloso con una isla montuosa frente de su boca, y un grande arrecife dentro de su barra”.

(337) Raul do RIO-BRANCO, *op. cit.*, pág. 125.

E dêsse núcleo surgia a argumentação do advogado argentino, que baseava a sua causa na doutrina de que o *uti-possidetis* só era válido para os países outrora colônias espanholas, e apresentava como documentos fundamentais os Tratados de 1750 e 1777, com o mapa de 1749 — chamado “mapa das Côrtes” — e a Instrução particular de 1758 aos demarcadores.

Mas aqui a estratégia do segundo Rio-Branco difere da do primeiro: em vez de se colocar em outro terreno, o que dificultaria o julgamento do Árbitro, em vez de refutar a posição argentina, o Barão do Rio-Branco lança uma declaração sensacional — e com isto impressiona o julgador desde o princípio — ao afirmar que o Brasil aceita todos os documentos invocados pela Argentina e sôbre eles precisamente coloca também a sua defesa:

Aceita, porém, todos os documentos históricos em que a República Argentina procura basear a sua reclamação. Êsses documentos são os Tratados de 1750 e 1777, as Instruções expedidas aos Comissários demarcadores e um Mapa oficial de 1749⁽³³⁸⁾.

Veja-se o trecho completo, no qual êle definiu, em síntese, o *direito do Brasil*:

O Brasil funda o seu direito no fato de que já no século XVII o território a Leste do rio Pequeri ou Pepiri, depois Pepiri-Guaçu, — descoberto pelos Brasileiros de São Paulo, chamados Paulistas, e não por Cabeza de Vaca, como últimamente se alegou, modificando o conhecido itinerário dêsse Governador espanhol, — era dominado pelos mesmos Paulistas e fazia parte integrante do Brasil. Funda o seu direito no *uti-possidetis* da época da Independência, que era o mesmo reconhecido pelos Missionários Espanhóis quando, desde o século XVII até meados do século XVIII, mantinham a Oeste do Pequiri brasileiro um pósto de observação para dar notícia dos movimentos dos Paulistas; posse igualmente reconhecida por Espanha no Tratado de 1750 e admitida pelo próprio Governo Argentino, porquanto no largo período de setenta anos, decorridos desde 1810 até 1881, não manifestou pretensão alguma à fronteira mais oriental do que essa, e no período de quarenta anos, decorridos desde a ocupação efetiva e permanente dêsse território por cidadãos e autoridades do Brasil, em 1838 e em 1840, até 1881, não reclamou ou protestou contra essa ocupação brasileira. Funda ainda o seu direito na posição especial dêsse território, que lhe é indispensável para a sua segurança e defesa e para a conservação das

(338) *Exposição ao Presidente dos Estados Unidos*, vol. II, pág 14.

comunicações interiores entre o Rio Grande do Sul e os outros Estados da União Brasileira. Aceita, porém, todos os documentos históricos em que a República Argentina procura basear a sua reclamação. Esses documentos são os Tratados de 1750 e 1777, as Instruções expedidas aos Comisários demarcadores e um Mapa oficial de 1749⁽³³⁹⁾.

Era esta afirmação uma espécie de golpe espetacular com que êle iria preparar o juiz para a sua grande revelação: os documentos argentinos — usados de boa fé, segundo o próprio Rio-Branco reconhecia — eram cópias alteradas dos documentos autênticos que êle possuía e que ia exhibir perante o Árbitro. Pretendia, assim, deixar a defesa argentina no estado de confessar que perdia a questão com os próprios títulos que apresentara, e colocar o Árbitro num plano em que não pudesse haver dúvida ou vacilação na sentença. Mas a êste ponto êle não chega de uma só vez ou precipitadamente. É com habilidade de advogado que conduz a argumentação, de etapa em etapa, até a revelação final, para que o elemento surpresa atinja todos os seus efeitos. Neste sentido, a “memória” de Rio-Branco é uma obra-prima como técnica de advogado.

Uma cópia do original do “Mapa das Côrtes”, o de 1749, estava em poder de Rio-Branco, que a fizera extrair no Depósito Geográfico do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França. Não era autêntico, por outro lado — como o próprio advogado argentino o reconheceu depois⁽³⁴⁰⁾ — outro mapa que o general Mitre oferecera a Zeballos. Além dêsse equívoco, Zeballos julgava que o mapa de 1749 fôra feito por geógrafos portugueses e espanhóis, quando tinha sido levantado em Lisboa, por um geógrafo português, em duplicata. Dos dois originais — chamados “mapas primitivos” — foram tiradas seis cópias (três em Madrid e três em Lisboa) e daí surgiram mutilações e alterações. Exibindo cópia do mapa original, Rio-Branco podia indicar ao Árbitro que “êle mostra não somente os limites entre os domínios das duas Coroas, mas também os territórios efetivamente ocupados por cada nação e os que naquela data ainda estavam por ocupar”, e que “o rio Pequiri ou Pepiri é nêle representado como o *primeiro acima do Salto Grande do Uruguai*, e, portanto, é o

(339) *Exposição ao Presidente dos Estados Unidos*, vol. II, págs. 13 e 14.

(340) Artigos citados de Estanislau ZEBALLOS.

mesmo rio que os brasileiros defendem como fronteira no território hoje contestado”.

Provava, assim, o que importava de modo essencial à questão, isto é: que o Pequiri ou Pepiri do “Mapa das Côrtes” era o Pepiri brasileiro demarcado em 1759 e não o Chapecó, limite da pretensão argentina, o que ainda tornou mais evidente pelos elementos de comparação de latitudes, comparação de longitude, e distância da costa do mar.

Mais definitiva ainda foi a exibição da Instrução particular de 27 de julho de 1758. Ninguém conhecia, de há muito, a íntegra dêsse documento, e o seu conteúdo só aparecia pelas citações encontradas no Diário da Demarcação de 1759 e 1760. Rio-Branco descobriu, porém, o próprio texto espanhol no Arquivo Geral de Simancas⁽³⁴¹⁾, e isto constituiu um elemento decisivo para a sua “memória”:

Agora, nesta última e suprema instância do pleito iniciado há mais de um século, ela [a Instrução] aparece pela primeira vez para fazer triunfar a causa da verdade e da justiça e vingar a memória dos demarcadores portugueses e espanhóis de 1759⁽³⁴²⁾.

O Barão confessava que o momento em que recebeu a cópia da Instrução lhe dera uma emoção fora do comum e que fôra aquêlê dia um dos mais felizes de sua vida⁽³⁴³⁾. E

(341) Quando Rio-Branco chegou aos Estados Unidos ainda não tinha em seu poder a Instrução particular de 1758. Sabia, porém, onde podia ser encontrada, e orientou pessoalmente as pesquisas em correspondência com o nosso ministro em Madrid, Francisco Cunha, a quem telegrafou em setembro de 1893:

“Favor obter urgência cópia Instrucción 27 de julho de 1758 do Marquês de Valdelirios aos demarcadores. Está arquivo Simancas.”

Escrevia dias depois:

“O documento a que me refiro é a *Instrucción Particular a los demarcadores*, assinada naquela data pelos primeiros comissários, espanhol e português, marquês de Valdelirios e Gomes Freire de Andrada. A correspondência de Valdelirios, isto é, a cópia ou registro dessa correspondência, está no arquivo de Simancas.”

Foi, assim, quase na última hora, que descobriu o documento decisivo. Do modo como Rio-Branco orientava as pesquisas na Europa dá idéia este outro trecho de carta a Francisco Cunha:

“Penso que um Mapa mais ou menos semelhante andarà anexo ao Diário Espanhol que V. Excia. fêz copiar. Se não estiver apenso ao Diário, estará avulso, no Ministério de Estado, no Depósito Hidrográfico de Madrid ou em algum outro arquivo. Sei com toda a certeza que D. Juan de la Cruz Cano y Olmedilla teve presentes os trabalhos dos demarcadores espanhóis para traçar o curso do Pepiri-Guaçu e do Santo Antônio no seu célebre mapa da América Meridional gravado em 1775.” (Francisco CUNHA, *Reminiscências na imprensa e diplomacia*, págs. 880-884, Rio, 1914).

(342) *Exposição ao Presidente dos Estados Unidos*, vol. II, pág. 63.

(343) *Cadernos de Notas* — Arquivo do Itamarati.

por que atribuía tamanha importância a êsse documento? Porque com êle poderia provar que a descrição do rio — “caudaloso com uma ilha montuosa frente de su boca y un grande arrecife dentro de su barra” — feita pelos demarcadores Jurado e Requesa, seguindo Alvear, era uma invenção, uma falsificação do texto. Nada disto constava da Instrução, o que dava oportunidade a Rio-Branco para afirmar:

Nada de Pepiri águas acima do Uruguai-Pitã; nada de ilha nemo-rosa; e nada de arrecife dentro ou fora da bôca do Pepiri.

Pela exhibição dos dois documentos, o advogado podia concluir perante o Árbitro de modo a não deixar mais dúvida nenhuma no seu espírito de juiz:

A República Argentina apoiava a sua reclamação em dois documentos: as Instruções dadas aos Commissários demarcadores de 1759 e o Mapa de 1749, autenticado pelos Plenipotenciários.

As Instruções Especiais dadas a êsses Commissários apareceram agora e verificou-se que elas não contêm o trecho inventado em 1789 e que serviu, assim como o Mapa, de pretexto à questão levantada na segunda demarcação pelos Commissários espanhóis. As Instruções justificam em tudo o procedimento dos Commissários de 1759 e as decisões por êles tomadas.

O estudo do Mapa de 1749 acaba de demonstrar que êsse documento é favorável à causa do Brasil e contrário à reclamação argentina.

Não resta, portanto, agora um só documento em que a República Argentina se possa apoiar para condenar a demarcação de 1759⁽³⁴⁴⁾.

Como se vê, o que a causa do Brasil, nesse pleito, estivera a exigir de Rio-Branco, fôra o exercício da sua competência. Diz-se que a questão era simples e evidente. Mas a esta conclusão só se chegaria depois, com o trabalho de Rio-Branco. Era um pleito secular, complicado e tornado confuso pelo excesso de negociações e documentos. Tornou-se simples e claro graças aos conhecimentos históricos e ao material documentário do advogado. E não só com a sua erudição jogou êle nesta obra, mas com a perícia, o instinto e a técnica de um autêntico advogado. Não era necessário apenas provar o direito do Brasil, mas convencer o Árbitro; fazer surgir perante êle os elementos verdadeiros, que se achavam em mistura com inúmeros elementos duvidosos ou falsos. A sua

(344) *Exposição ao Presidente dos Estados Unidos*, vol. II, págs. 157-158.

tarefa era entregar ao julgador uma argumentação e uma série de documentos que fôsem capazes de excluir a dúvida ou o êrro.

Psicológicamente, êle compreendeu que não devia cansar o Arbitro, ou perturbá-lo com digressões, e por isso reduz a "memória" ao essencial. A sua exposição não chega a ter trezentas páginas, e só exhibe documentos e mapas que possam diretamente influir sôbre o julgador. O estilo toma um caráter ascético, sem uma palavra supérflua, sem apelos retóricos de qualquer natureza. E êle impressiona exatamente porque não revela nenhuma intenção de impressionar. Retém e expõe da controvérsia somente o que é fundamental. Despoja a questão de tudo o que é acidental e adventício. Dir-se-ia que a questão do Território de Palmas ficava colocada perante o Arbitro como um problema algébrico de solução matematicamente certa.

Durante quase um ano fixou-se Rio-Branco em Washington, no Hotel Arlington, à espera da sentença arbitral. Veio-lhe, assim, a oportunidade de conhecer a sociedade e os meios oficiais norte-americanos, deputados, senadores, ministros, diplomatas, homens de negócios — experiência que muito influiria depois no rumo da sua política exterior no Itamarati. Entre os seus novos amigos norte-americanos destaca-se John Basset Moore, famoso jurisconsulto, a quem Rio-Branco causaria grande impressão, e que logo descobriu nêle o grande homem. Muitos anos depois diria Basset Moore:

De tôdas as minhas recordações, entretanto, a que mais prezo é a da minha longa convivência com o Barão do Rio-Branco, o qual, penso eu, era a mais notável combinação de erudito e estadista que já conheci⁽³⁴⁵⁾.

Começa, então em Washington, uma atividade diplomática entre os dois adversários. Zeballos procura criar um ambiente favorável à Argentina por meio de intensa campanha de imprensa; Rio-Branco, ao contrário, recomenda que tôda a missão brasileira permaneça numa atitude de discrição e

(345) Carta de John Basset Moore — publicada em artigo de José Roberto de Macedo Soares no *Jornal do Comércio*, ed. de 6-10-1940.

se abstenha de qualquer publicidade, mesmo da sentença⁽³⁴⁶⁾. Ambos, porém, buscam simpatias na sociedade e no governo de Washington. E será que essa atividade social e mundana de Rio-Branco é o que leva o governo de Floriano a desconfiar d'êlo? Suspeito ainda de monarquismo, de possível agente do partido monárquico, o Barão entra a ser vigiado, seguido por detetives e com a correspondência censurada⁽³⁴⁷⁾.

Com o seu senso diplomático, Rio-Branco visita, em meados de 1894, o secretário de Estado, Gresham, a quem declara:

— O ministro argentino Zeballos vem tendo entrevistas com repórteres de jornais, em Nova York, Washington e Chicago, o que parece indicar que êle julga conveniente criar na imprensa uma opinião favorável à sua causa. A missão brasileira, porém, está resolvida a não responder ou retificar tais publicações porque viemos aqui para submeter a nossa causa à decisão do Presidente e não à dos jornalistas e repórteres.

Ao que respondeu Gresham:

— É assim que deve ser. V. Excia, não deve dispensar atenção aos *interviews* ou artigos de imprensa. Ofenderá ao Presidente quem recorrer a êsses meios, supondo que êle se deixe influenciar pelas manifestações de imprensa. A sua declaração, ao contrário, mostra que V. Excia. conhece e faz justiça ao Presidente, que examinará o pleito, segundo as exposições e documentos apresentados, e com a maior imparcialidade.

Rio-Branco verificou que um assunto predileto de Gresham era a guerra civil americana, e encontrou oportunidade para dizer:

(346) "Este incidente muito me affligiu, e hoje mesmo dei a entender ao General Dionísio e a Dom.[ingos] Ol.[ympio] quanto isso me contrariava, porque podem pensar que ando querendo imitar Zeballos e desejando retratos e elogios pelos jornais, quando o nosso papel depois da vitória devia ser o de maior retraimento. Esse retraimento nos tem valido até aqui simpatias. Ninguém acreditará que um membro da missão anda dando notas à imprensa sem mostrá-las antes ao chefe da missão; entretanto, o Secr. Dom. Ol. acaba de fazer isso, de acôrdo com o General Cerqueira, e já mandou em dezembro para o *Pais*, notícias e apontamentos que me não foram mostrados. Eu tenho guardado a maior reserva e até hoje não dei, nem mesmo aos meus mais íntimos amigos, no Brasil e na Europa, a menor notícia sôbre os negócios da missão." (*Cadernos de Notas* — Arquivo do Itamarati).

(347) "As instruções que tinham a meu respeito eram para que observassem os meus movimentos e os das visitas que recebia, e procurassem saber a quem eu dirigia telegramas ou cartas, para ver se me comunicava com os revolucionários ou se pelo telégrafo mandava alguma informação. Que grande e inútil maçada tiveram os detetives que andaram a observar a minha residência e os meus movimentos e a ler os meus telegramas!" (*Cadernos de Notas* — Arquivo do Itamarati).

— Sei que V. Excia. figurou nela, chegou a general, comandou uma divisão e foi ferido em Atlanta⁽³⁴⁸⁾.

Sam lhe fazer um elogio suspeito e com o maior tato, êle deixava Gresham encantado com essa evocação histórica, que lhe causava tanto prazer.

Era esta, aliás, a atitude diplomática de Rio-Branco: lançava na sociedade tôda a sedução pessoal de que era capaz, mas não falava da sua missão aos norte-americanos; procurava transmitir a todos a certeza de que confiava no Árbitro e não usaria, como advogado, outro recurso a não ser a sua própria “memória”.

Até dezembro de 1894, a despeito das notícias desencontradas, o presidente Cleveland nada havia resolvido. Esperava-se a sentença nos princípios de 1895. Nas vésperas, o Barão recebeu um aviso discreto: uma jovem amiga, noiva de um dos auxiliares do gabinete do Presidente, disse-lhe rápido ao telefone:

— My best compliments.

O dia marcado para a entrega do laudo foi 5 de fevereiro de 1895. As 2,50 — uma tarde fria, com a temperatura abaixo de zero — o Barão do Rio-Branco chegava à Secretaria de Estado, em companhia do general Dionísio Cerqueira, 2.º plenipotenciário, e dos secretários Domício da Gama, Domingos Olímpio, Raul do Rio-Branco e Oscar Amaral. Na sala de espera já estavam Estanislau Zeballos e o seu secretário Altwell. As 3,05 eram convidados todos pelo secretário de Estado a entrar no salão diplomático.

Declarou Gresham que estava encarregado de entregar a cada representante de cada uma das partes um exemplar do laudo do Presidente, lavrado em triplicata. Em seguida, fêz a entrega. Zeballos pôs-se a procurar a conclusão, e, não a achando logo, mostrava-se nervoso. Gresham dirigiu-se então ao advogado argentino:

Se desejais, posso fazer proceder à leitura do laudo.

Rio-Branco, quase certo da sentença, quis evitar a cena, e disse a Zeballos:

— Creio que é melhor que o leiamos em casa.

(348) *Cadernos de Notas* — Arquivo do Itamarati.

Zeballos exclamou, porém, em voz alta:

— Será suficiente dizer em favor de qual das duas nações é o laudo.

Então Gresham acenou para Uhl, e êste declarou solemnemente:

— The word is in favor of Brazil.

O advogado argentino e o seu secretário empalideceram de repente. Caiu sobre a sala, durante alguns instantes, um silêncio em que todos se mostraram constrangidos. Mas Zeballos retomou logo o domínio de si mesmo, e mostrou-se perfeito em tato diplomático e cavalheirismo. Voltou-se para Rio-Branco e cumprimentou-o, apertando-lhe a mão:

— Mis felicitaciones, señor Ministro.

Ao que respondeu o advogado brasileiro:

— Agradeço muito e considero esta solução honrosa e pacífica um acontecimento feliz para ambas as nações.

Na ante-sala, ao apanharem os sobretudos, encontraram-se de novo. Zeballos dirigiu-se a Rio-Branco:

— Ha Ud. vencido su campaña, lo felicito.

Ao que êle respondeu:

— Tive uma causa fácil de defender, enquanto a sua era extremamente difícil. Mesmo assim fez tudo quanto era possível pela causa da sua pátria, com o maior esforço e talento; reconhecemos hoje na sua pessoa o mais tenaz, o mais hábil e o mais ilustrado dos adversários que o Brasil encontrou na discussão desse litígio.

Zeballos ouviu-o em silêncio, em atitude pensativa; apertou-lhe de novo a mão, e saiu⁽³⁴⁹⁾.

Dias depois — ao ler a *Exposição* de Rio-Branco⁽³⁵⁰⁾ — Zeballos declarou, nobremente, em entrevista à imprensa norte-americana, que não podia ser diferente o laudo do presidente Cleveland em face dos documentos apresentados pelo

(349) Essa cena da entrega do laudo foi aqui reconstituída de acôrdo com o que escreveu Rio-Branco num dos seus *Cadernos de Notas*, no dia seguinte. — Arquivo do Itamarati.

(350) Enquanto Zeballos desconhecia, em grande parte, a orientação que Rio-Branco tinha dado ao seu trabalho e os documentos de que êle dispunha, o advogado brasileiro levava a vantagem de ter em mãos uma obra anterior de ZEBALLOS, *Questiones de Limites entre las Repúblicas Argentina, el Brasil y Chile* (1892) — obra por êle estudada em notas marginaes ao longo de tôdas as páginas. — Biblioteca do Itamarati.

advogado brasileiro e que eram desconhecidos do govêrno argentino⁽³⁵¹⁾. Por sua vez, em dezembro de 1895, escrevia o diplomata argentino Carlos Aldao a Rio-Branco:

Direi francamente que o que mais me impressionou e surpreendeu foi a feliz inspiração de apresentar o Mapa das Côrtes, com a projeção do da Comissão Mista, feito por Mr. Levasseur. Creio que êste Mapa e as Instruções de 1758 foram os argumentos que golpearam fortemente o Árbitro, destruindo a argumentação argentina e decidindo a causa em favor do Brasil⁽³⁵²⁾.

Quando se soube no Rio que estavam reconhecidos o nosso Pepiri e o nosso Santo Antônio⁽³⁵³⁾ — o nome do Barão do Rio-Branco passou a ser exaltado e glorificado em tôda parte. Pouco se sabia da sua vida, a não ser que vinte anos antes tinha saído do Brasil para um consulado na Europa, e que lá escrevera alguns trabalhos históricos. Mas quem era êsse nôvo grande homem que vencía agora uma questão secular e salvava um grande território brasileiro? Então, o cônsul em Liverpool não era apenas o filho do Visconde do Rio-Branco? Foi preciso que o seu amigo Joaquim Nabuco explicasse, em artigo de jornal⁽³⁵⁴⁾, quem era a nova personalidade, para que se soubesse que a sua vitória não tinha sido um golpe de sorte, mas a conseqüência da preparação de tôda uma vida. Antes, o seu nome só tinha sentido para os letrados; agora, a opinião pública apossava-se dêle e o tornava uma glória nacional.

Escreveu Constâncio Alves:

Ele saiu da penumbra para a glória, como um rio que, depois de um curso subterrâneo, inesperadamente, desenrolasse à luz do sol uma corrente já majestosa.

(351) Trechos publicados no "Jornal do Comércio".

(352) Arquivo do Itamarati.

(353) Dizia a sentença do Presidente Cleveland:

"That the boundary line between the Argentine Republic and the United States of Brazil in that part submitted to me for arbitration and decision is constituted and shall be established by and upon the rivers Pepiri, also called Pepiri-Guaçu, and Santo Antonio, the rivers which Brazil has designated in the Argument and documents submitted to me as constituting the boundary and herein-before denominated the easterly system."

(354) Do artigo de Joaquim Nabuco, editorial do "Jornal do Comércio", 9 de fevereiro de 1895:

"O Barão do Rio-Branco, pode-se dizer, era até ontem muito mais conhecido em nosso país pelo reflexo do nome paterno do que pelo que êle mesmo já tinha feito."

Afastado da pátria durante tantos anos, habituado à penumbra, julgando que nada mais fizera do que um devar de funcionário e patriota, Rio-Branco fica a princípio surpreendido com as notícias que lhe vêm do Brasil. À sua mesa os telegramas chegam às centenas, a começar pelo do Presidente da República⁽³⁵⁵⁾. São os agradecimentos da mesma população que no Rio se exprimia em festas, em luminárias, e no grande *meeting* em que oradores de diversas classes exaltavam o nome do vencedor em Washington. Do comício lhe é enviada uma entusiástica mensagem, a que êle responde com êste telegrama, modelo de documento diplomático, no qual visava, acima da satisfação da vitória, à amizade entre o Brasil e a Argentina:

Por mim e meus companheiros de trabalho, agradeço honrosa mensagem. Estou convencido que a decisão do americano ilustre que com tanto labor e consciência exerceu as funções de Árbitro, animado de igual afeto por ambas as nações, terá sido também recebida com satisfação na República Argentina, e que êste acontecimento feliz e honroso concorrerá para que se estreitem mais, como tanto desejamos, os laços de amizade que nos ligam aos nossos aliados de Caseros e do Paraguai.

Não quis aceitar o convite de vir ao Brasil receber homenagens. Pareceu-lhe uma exibição desnecessária, e falta de delicadeza para com Zeballos e a Argentina. Em abril regressava à Europa. Ao chegar a Paris, recebia uma nova missão do governo: a de estudar e examinar a questão dos nossos limites com a Guiana Francesa.

Afinal, eram a glória e a consagração que chegavam e que daqui por diante não o abandonariam mais. E como haviam demorado! Ele tinha agora cinqüenta anos no limiar dessa nova existência. Isto significava, aliás, um marco. A partir desse momento não mais terá, propriamente, vida particular. Diria mais tarde que chegara ainda mudo a Washington e saíra velho depois de dois anos. Até fisicamente começa a modificar-se: o pêso do corpo se avoluma em gordura pela falta de exercícios na nova existência, exclusivamente de gabinete. Desliga-se de tudo o que é mundano para só

(355) Foi êste o telegrama do presidente Prudente de Moraes:

"Em nome da pátria brasileira agradeço inolvidável serviço reconhecimento seus direitos." — Arquivo do Itamarati.

existir como homem de vida pública. Durante a estada em Washington, por coincidência, cessam as suas funções de sexo⁽³⁵⁶⁾. Os filhos, por sua vez, vão atingindo a maioridade e a independência. Em janeiro de 1898, em Paris, morre Marie Stevens. No seu *Caderno* dêsse mêz encontra-se esta nota de um estranho laconismo:

Marie faleceu hoje, 11 de janeiro, às 11,55 da manhã.

13 — 5.^a feira — Funeral de Marie, Igreja de N. S. de Autenil às 10. Entêrro no cemitério Père Lachaise⁽³⁵⁷⁾.

A bem dizer, êle estava livre de quase todos os compromissos pessoais com as seduções do mundo ao começar a sua obra de estadista.

(356) Ao Presidente Rodrigues Alves declarou uma vez Rio-Branco que desde os cinqüenta anos desaparecera o seu interêsse sexual pelas mulheres. (Depoimento de Otávio Tarquínio de Sousa — que recebeu a informação do embaixador Rodrigues Alves — em conversa com o Autor).

(357) *Cadernos de Notas* — Arquivo do Itamarati.

Capítulo VIII

Estudos e negociações sobre o litígio de limites com a Guiana Inglesa. A questão de limites com a Guiana Francesa. Negociações em Paris. Advogado do Brasil perante o Arbitro em Berna. Orientação e conteúdo das suas "Memórias". O encontro da sua diplomacia e técnica de advogado com as dos franceses. Seu estado de espírito em 1900. Dificuldades de dinheiro. O laudo arbitral do governo suíço. Ministro do Brasil em Berlim. A Alemanha de 1900. Situação internacional da Europa. Primeiras preocupações com o caso do Acre. O convite de Rodrigues Alves. As razões de sua recusa. Ministro das Relações Exteriores. Outra nova fase da sua existência. A última paixão.

ENQUANTO TRABALHAVA em Paris nos estudos de limites com a Guiana Francesa (1895), foi também Rio-Branco encarregado de se ocupar da questão com a Guiana Inglesa, como assessor e conselheiro de Sousa Correia, nosso ministro em Londres, que a estava debatendo junto ao Foreign Office.

O que a Inglaterra e a França visavam na América era a mesma coisa, embora por diferentes caminhos. Ambas procuravam figurar na bacia do rio Amazonas. E nas suas aspirações contraditórias, a Inglaterra, que forçaria depois a penetração pelo Maú e pelo Tacutu, ajudara Portugal, durante séculos, a repelir a França da bacia do Amazonas, impedindo-a, pelo tratado de Utrecht, de aí se colocar.

Compreendeu desde logo o Barão do Rio-Branco que, por isso, seria hábil e vantajoso tratar ao mesmo tempo dos dois litígios, beneficiando-se o Brasil com o possível atrito das

duas ambições. Ele imaginava que, se o Brasil estabelecesse os seus limites com a Inglaterra e a Holanda em tratados, feitos com presteza e segredo, isto faria que a França, restringindo as suas pretensões, reclamasse apenas uma parte do território entre o Oiapoque e o Araguari. Se verificasse que a Inglaterra e a Holanda reconheciam a nossa soberania sobre os afluentes da margem esquerda do Amazonas, a França não se disporia talvez a sustentar a pretensão de submeter a arbitramento todo o território banhado por esses rios — e contaríamos para a resistência com o apoio moral e diplomático da Inglaterra e da Holanda, que não haviam de desejar ao sul das suas Guianas um vizinho julgado na ocasião ambicioso e turbulento. — Era esta a orientação sugerida pelo Barão do Rio-Branco já em fins de 1895.

Com o seu pensamento concordava, em princípio, a diplomacia inglesa. Em outubro de 1895, Austen Lee, da embaixada britânica em Paris, procurava Gabriel de Piza, nosso ministro ali, para se informar sobre o que havia a respeito da questão de limites entre o Brasil e a França, acrescentando que, por causa das pretensões francesas, seria de mútua vantagem um entendimento direto entre o Brasil e a Inglaterra, o que lhe parecia de fácil solução. Rio-Branco pôde verificar que esse pedido de informações viera diretamente do Foreign Office; e, numa seguinte entrevista, declarou que do lado do governo brasileiro não haveria dificuldade desde que a Inglaterra admitisse como linha divisória a que nos desse todos os afluentes do rio Branco, ficando para a sua Guiana todos os do Essequibo. Em Londres, Lord Salisbury sugeria diretamente a Sousa Correia que se abrissem negociações lá ou no Rio para o tratado de limites⁽³⁵⁸⁾.

No momento, porém, as negociações não se podiam efetuar, em face da intransigência da Inglaterra no caso da ilha da Trindade. Recusava o governo brasileiro, em atitude de altivez, qualquer entendimento acerca de limites com uma potência que atentara contra a nossa soberania, ocupando um território nacional. Acima do tratado sobre limites com a Guiana, e com uma natural precedência, estava o caso da ilha da Trindade.

(358) Correspondência diplomática de Sousa Correia — Arquivo do Itamarati.

Em janeiro de 1895 a Inglaterra mandara ocupar aquela ilha deserta, ao que se seguiu o protesto do governo brasileiro, sendo ministro do Exterior Carlos de Carvalho. Qual o fundamento invocado pela Inglaterra? A princípio, a alegação de que fôra o inglês Halley quem tomara posse da ilha em 1700, embora a descoberta houvesse sido portuguesa, e que a posse inglesa não fôra contrariada por qualquer protesto português ou brasileiro. Provado, porém, que o Almirantado, em 1782, havia ordenado a evacuação da ilha e a sua restituição a Portugal — o que importava o “reconhecimento solene, positivo e prático do direito de Portugal à ilha da Trindade”⁽³⁵⁹⁾ — o governo britânico, mudando de tática, refugiou-se no nôvo argumento de que a ocupação se baseava no fato de estar a ilha desabitada e desocupada “há cem anos antes do presente e, portanto, devoluta de qualquer soberania a que ela tivesse estado sujeita no último século”.

Era o que Lord Salisbury dizia a Sousa Correia em agosto, transmitindo-lhe uma proposta que constava do reconhecimento da soberania brasileira sobre a ilha da Trindade em troca de concessão ao governo inglês para lá estabelecer uma estação telegráfica — “visto ter sido este” (acrescentava o primeiro ministro) “o único objetivo da tomada de posse dessa ilha que não pode servir para outro propósito, comercial ou militar”. Já não justificava o governo britânico a ocupação pela posse de Halley, mas pelo abandono durante um século. Em novembro, diante da firmeza com que sustentávamos o nosso direito, Lord Salisbury propunha o recurso do arbitramento⁽³⁶⁰⁾. Contra a opinião de Sousa Correia, o governo brasileiro recusa-o, por inadmissível no caso, o que parece ter surpreendido enormemente Lord Salisbury que exclamou:

— É singular! Acusam o governo britânico porque tem recusado, em questões com outros países, aceitar o recurso ao arbitramento; agora oferece o arbitramento ao Brasil, e o Brasil recusa. É singular!

A nenhuma proposta cedeu o governo brasileiro, que se manteve invariável no ponto de vista de que a solução única seria a Inglaterra evacuar a ilha e reconhecer a soberania

(359) Araújo JONCK, *Ensaio de História Diplomática do Brasil no Regime Republicano* (Primeira Série), pág. 116, Rio, 1912.

(360) Correspondência diplomática de Sousa Correia — Arquivo do Itamarati.

brasileira. Fixado o impasse, aceitamos o oferecimento dos bons officios do govêrno portuguez, o que não era a mesma coisa que o arbitramento. Tendo êste obtido o êxito desejado, o govêrno britânico, em agôsto de 1896, desistia oficialmente das suas pretensões sôbre a ilha da Trindade.

No decorrer de todo êsse ano o Barão colaborou com Sousa Correia no exame e debate do caso da ilha da Trindade, através de sugestões e pareceres que lhe remetia em cartas⁽³⁶¹⁾. O que êle lamentava, sobretudo, era a inabilidade com que a diplomacia inglêsa, apegada a um motivo de pequeno interêsse, comprometia o seu prestígio no Brasil.

Escrevia êle a Sousa Correia:

Se a Inglaterra houvesse cedido logo na questão da Trindade (e êste rochedo não vale nada) ficava tendo, como eu lhe disse, uma posição verdadeiramente excepcional no Brasil e uma influência que valeria muito para os seus interêsses comerciais naquele país⁽³⁶²⁾.

E quando se noticiou que o Brasil estaria disposto a provocar uma conferência pan-americana para invocar a doutrina de Monroe — êle se opôs com firmeza a essa medida para que não se criasse entre a América e a Europa um "inconveniente e perigoso antagonismo"⁽³⁶³⁾.

Só depois de terminado o incidente em tôrno da ilha da Trindade foi possível retomar-se a negociação a respeito dos limites com a Gûiana Inglêsa, formada de territórios outrora pertencentes à Espanha e à Holanda. Aliás, em 1713, por ocasião do congresso para o Tratado de Utrecht, escrevia Lord Bolingbroke, a propósito do Amazonas, ao embaixador inglêz:

Enfim, Mylord, as nascentes do rio devem pertencer aos espanhóis e a embocadura aos portuguezes, e nem os franceses, nem os inglêses, nem nenhuma outra nação, deve ter entrada aberta para êsse país.

Antes de 1838 nenhuma questão havia para discutir nesses limites que pareciam definidos pelos tratados do período colonial através da linha do divisor das águas do Essequibo e

(361) Arquivo do Itamarati.

(362) Arquivo do Itamarati.

(363) Comunicação a Sousa Correia em 3 de janeiro de 1896 — Arquivo do Itamarati.

do Amazonas. Foi nesse ano, depois da visita do alemão Schomburgk — em exploração científica patrocinada pela Royal Geographical Society de Londres — e das incursões do missionário Thomas Youd, que ela foi suscitada pela primeira vez, porque ambos sugeriram à Inglaterra a sua posse sobre o território brasileiro de Pirara. Então, o nosso govêrno determinou a ocupação militar do distrito; por sua vez, o govêrno inglês intimou-nos a que retirássemos o destacamento, pois do contrário “a Grã-Bretanha teria grande pesar em recorrer eventualmente à fôrça”⁽³⁶⁴⁾.

Não teve outro recurso o ministro dos Negócios Estrangeiros, Aureliano Coutinho, senão o protesto de chancelaria, no qual afirmava os títulos do Brasil e propunha a neutralização do território contestado de Pirara até que, pela discussão diplomática, um tratado de limites pusesse fim ao litígio. Foi o que se acordou em 1842. Schomburgk, porém, balizara desde logo a fronteira segundo as pretensões inglêsas, e assim o território neutralizado, em vez de Pirara, ficou sendo o vasto território entre o Rupunani, o Tacutu e o Cotingo, incontestadamente brasileiro. Por sua vez, o govêrno inglês, desrespeitando o acôrdo, procurava fundamentar incessantemente o seu possível direito, ou aperfeiçoá-lo, com novos atos e fatos, depois alegados perante o Árbitro com o protesto de Joaquim Nabuco:

Um dos pontos suscitados pelo Brasil na discussão do Tratado foi que o Árbitro não levaria em conta o ocorrido desde 1842, data em que o conflito material entre as duas Potências foi resolvido pela neutralização do território, e desde a qual portanto a questão ficou à espera de uma solução que não podia mais ser a fôrça. A Inglaterra recusou a inserção de semelhante cláusula, e o Brasil reservou-se o direito de a sustentar perante o Árbitro⁽³⁶⁵⁾.

Em 1891, Thomas Sanderson, em nome de Lord Salisbury, submetia a Sousa Correia um projeto de acôrdo que indicava para fronteira a serra de Pacaraima, os rios Maú e Tacutu (os mesmos que o Árbitro italiano escolheria depois) e a serra Acaraí. Pareceu-nos inaceitável essa proposta na parte relativa aos dois rios.

(364) Araújo JORGE, *op. cit.*, pág. 158.

(365) Joaquim NABUCCO, *O Direito do Brasil*, pág. 2, São Paulo, 1941.

Em março de 1897, Sousa Correia — reabrindo a negociação direta — dirigia uma nota a Lord Salisbury, acompanhada de um projeto de tratado e de um memorandum, redigidos pelo Barão do Rio-Branco. Pelo memorandum tinha-se uma proposta conciliatória: o Brasil aceitaria, desde a nascente de Corantine até a do Tacutu, a fronteira proposta em 1891 pelo governo britânico, isto é, as serras de Tumucumaque e de Acaraí e os montes Essari, renunciando às suas reivindicações sobre os territórios situados ao sul do paralelo da 20° norte, assim como sobre a zona ao norte desse paralelo, compreendida entre a margem esquerda do Rupunani e a linha divisória das águas que vão a esse rio e ao Tacutu; a Inglaterra renunciaria somente aos territórios que reclamava na bacia do Amazonas, entre o Maú e o Tacutu, a oeste, as cabeceiras dos tributários desses rios, a leste, e a serra de Pacaraima, ao norte, “uma estreita faixa de terra pouco importante, que geograficamente pertence ao Brasil, e que de nenhum modo se torna necessária à segurança da colônia inglesa”.

Argumentando neste sentido, dizia Rio-Branco no seu *memorandum*:

Os estabelecimentos holandeses, adquiridos pela Inglaterra, começaram ao norte, junto à costa marítima, em fins do século XVI, e lentamente foram subindo, na direção sul, ao longo do Essequibo, no decurso do século XVIII. Os estabelecimentos portugueses, começados no Amazonas, se foram adiantando do sul para o norte. Do rio Negro, onde os portugueses se estabeleceram no século XVII, foram alcançando sucessivamente o rio Branco e, durante o século XVIII, quase todos os seus afluentes, entre os quais o Tacutu e o Maú.

Essas duas expansões coloniais caminharam assim, gradualmente, uma para a outra, subindo rios cujas cabeceiras estão próximas, em vertentes opostas de uma mesma linha de cumiadas. Parece pois equitativo renunciarem as duas Partes, no interesse de uma boa demarcação, a direitos ou pretensões puramente históricos, e admitir que as duas irradiações de influência encontraram o seu limite natural na linha divisória das águas.

A renúncia pela Inglaterra das pretensões, que Schomburgk foi o primeiro a formular em 1839, sobre territórios situados no vale do Amazonas — territórios que a Holanda e a própria Inglaterra reconheciam como pertencentes a Portugal — seria apenas um reconhecimento e uma nova consagração dos princípios do direito internacional aplicáveis, em um *hinterland* deserto, às esferas de influência que resultam da ocupação de uma costa marítima e do curso inferior dos rios que desembocam nessa costa.

Em abril era dada a resposta inglêsa: o govêrno britânico declarava, levando em conta as objeções do Colonial Office, que a linha do divisor de águas, nas planícies entre o Rupunani e o Tacutu, daria uma fronteira inconveniente e antinatural, e renovava a sua proposta de 1891.

O Barão do Rio-Branco escreveu, então, e fêz imprimir, uma "memória" que Sousa Correia entregou a Lord Salisbury, em dezembro de 1897. Respondendo a êsse documento o primeiro ministro indicava a sua concordância com a proposta de Rio-Branco:

Sem acompanhar a *memória* através das várias fases das negociações havidas entre os governos da Grã-Bretanha e do Brasil, pode ser admitido desde logo que, tanto do ponto de vista teórico do direito internacional como pelo exame dos mapas e documentos que podem ser citados de cada lado, a demarcação da fronteira, tal qual é agora proposta pelo Brasil, seguindo a linha divisória das águas entre o Essequibo, com o Rupunani, ao norte e a leste, e o rio Branco com os seus afluentes, ao sul e a oeste, seria teoricamente a mais natural divisão entre a Guiana Britânica e o Brasil.

Apesar disso, fêz Lord Salisbury uma contra-proposta que o Brasil julgou inaceitável, conforme a resposta contida no terceiro memorandum do Barão do Rio-Branco, encaminhado em janeiro de 1899, com uma nota de Sousa Correia, pela qual se punha fim à negociação direta e decidiam-se as partes pelo recurso ao arbitramento⁽³⁶⁶⁾. Em março de 1900, assumia Nabuco a direção do caso de limites com a Guiana Inglesa, saindo assim do seu ostracismo de dez anos, e com a morte de Sousa Correia, no ano seguinte, o cargo de ministro plenipotenciário, em missão especial, junto à Côrte de St. James.

Da sua atuação nesse litígio deixou Rio-Branco, como documento principal, o livro *Mémoire sur la Question des Limites entre les États-Unis du Brésil et da Guyane Britannique*.

(366) Da nota de Sousa Correia:

"Depois de um exame atento dêsses dois documentos o Govêrno Federal deu-me ordem para declarar que, conquanto lamente o malôgro das tentativas feitas por uma e outra Parte, no espirito mais amigável, para chegarem a um arranjo direto da questão de fronteiras entre o Brasil e a Guiana Britânica, êle se sente feliz em poder aceitar a segunda proposta formulada em nome do Govêrno de Sua Majestade Britânica, proposta tendente a resolver o desacôrdo por meio de um arbitramento."

que⁽³⁶⁷⁾. Sôbre esta obra trabalhou longamente Joaquim Nabuco, anotando-a em quase tôdas as páginas⁽³⁶⁸⁾. Em 1900 êle escrevia a Rio-Branco:

Tenho estado a ler as suas memórias e documentos. *Mais vous êtes un savant, monsieur!* É incrível a *chance* que eu tive de ter a minha questão precedida pelos seus estudos e pelos trabalhos anglo-venezuelanos! Que minas já funcionando! Com a diferença que você faz *sôzinho*, e melhor, o que fazem, com imensos vencimentos, dezenas de especialistas, geógrafos, advogados, franceses e inglêses, todos reunidos⁽³⁶⁹⁾.

A nossa questão de limites com a Guiana Francesa — embora mais fácil de precisar perante o Árbitro — era bem mais complexa do que a controvérsia com a Argentina e mais importante quanto à extensão territorial. Datando do século XVII, estava emaranhada em discussões seculares. Desde 1668 que Portugal e a França disputavam a região atlântica que vai do cabo Norte ao Oiapoque, e pelo interior até os montes Tumucumaque. A partir de 1698 — ora em Paris, ora em Lisboa — iniciaram-se as negociações entre as duas potências. Em 1700 um tratado estabelecia para o território contestado um *modus-vivendi*, pela impossibilidade de um ajustamento definitivo. Portugal teve pouco depois uma *chance* com a aliança inglêsa na guerra da sucessão de Espanha. Pelo Tratado de Utrecht (11 de abril de 1713) a França renunciava para sempre às suas pretensões nas duas margens do rio Amazonas — “assim meridional como setentrional”⁽³⁷⁰⁾ e aceitava como limites da sua Guiana com o

(367) RIO-BRANCO, *Mémoire sur la Question des Limites entre les États-Unis du Brésil et la Guyane Britannique*, Bruxelas, 1897. A obra divide-se em três partes: I — “Exposé préliminaire”; II — “Examen des arguments présentés au nom du gouvernement Britannique”; III — “Le territoire contesté et les différentes lignes de délimitation” — além dos documentos e cartas geográficas.

Na opinião do professor Raja Gabaglia, de todos os trabalhos de Rio-Branco sôbre questões de limites êste é o mais bem feito e o mais bem construído. (Conversa com o Autor).

(368) O exemplar pertencente a Nabuco tem a dedicatória: “Ao seu bom amigo Joaquim Nabuco” e a seguinte nota: “Reservado, até o fim de 1900”. — Biblioteca do Itamarati.

(369) Arquivo do Itamarati.

(370) Artigo X do Tratado de Utrecht:

“Sua Majestade Cristianíssima reconhece, pelo presente Tratado, que as duas margens do Rio das Amazonas, assim Meridional como Setentrional, pertencem em tôda a Propriedade, Domínio e Soberania a Sua Majestade Portuguesa e promete, que nem êle nem seus Descendentes, Sucessores e Herdeiros, farão jamais alguma pretensão sôbre a Navegação, e uso do dito Rio, como qualquer pretexto que seja.”

Brasil (art. VIII do Tratado) o rio "Japoc [o nosso Oiapoque] ou Vicente Pinzon"⁽³⁷¹⁾. A propriedade do território entre o rio Amazonas e o rio Japoc ou Vicente Pinzon ficava, assim, entregue a Portugal em termos incontestáveis.

Não perderam os franceses, porém, a esperança de estender para o sul os limites da sua colônia, e o recurso seria o levantamento de dúvidas quanto à identidade do rio mencionado no diploma de Utrecht. Elas começam a surgir, em Caiena, em 1729; um governador da Guiana, nesse ano, pretende aplicar ao Maiacaré o duplo nome de Japoc e Vicente Pinzon; La Condamine, em 1745, afirma que o Vicente Pinzon e o Oiapoque são dois rios diferentes. Surge, dessa maneira, uma controvérsia para a interpretação do artigo VIII do Tratado de Utrecht, e era isto precisamente o que desejava a França. Portugal sustentava que o rio Japoc ou Vicente Pinzon era o seu Oiapoque (Japoc e Oiapoque são formas diferenciadas de um mesmo nome indígena), situado entre o 4º e o 5º de latitude norte; a França pretendia que fôsse outro rio muito mais ao sul, e depois de mencionar, em épocas diferentes, vários dêles, fixou-se afinal no Araguari.

As guerras da Revolução Francesa trouxeram ao caso local perturbações novas, em face da política externa portuguesa na Europa. Quatro tratados se fizeram de 1792 a 1802 com o fim de impor limites a Portugal, mas nenhum dêles subsistiu com validade. Tomada pelas fôrças invasoras de D. João VI, em janeiro de 1809, a Guiana era depois restituída à França pelo Tratado de Paris (1814), tal como se encontrava em 1792. Voltávamos, portanto, aos termos do Tratado de Utrecht.

(371) Artigo VIII do Tratado de Utrecht:

"A fim de prevenir tôda ocasião de discórdia, que poderia haver entre os vassallos da Coroa de França, e os da Coroa de Portugal, Sua Majestade Cristianíssima desistirá para sempre, como presentemente desiste por êste Tratado pelos termos mais fortes, e mais autênticos, e com tôdas as cláusulas que se requerem, como se elas aqui fôsem declaradas, assim em seu nome, como de seus Descendentes, Sucessores e Herdeiros, de todo e qualquer direito, e pretensão que pode, ou poderá ter sôbre a propriedade das terras chamadas do Cabo Norte, e situadas entre o Rio das Amazonas, e o de Japoc ou de Vicente Pinzon, sem reservar, ou reter porção alguma das ditas Terras, para que elas sejam possuídas daqui em diante por Sua Majestade Portuguesa, seus Descendentes, Sucessores e Herdeiros, com todos os direitos de Soberania, Poder absoluto e inteiro Domínio, como parte dos seus Estados, e lhe fiquem perpétuamente, sem que Sua Majestade Portuguesa, seus Descendentes, Sucessores e Herdeiros possam jamais ser perturbados na dita posse por Sua Majestade Cristianíssima, seus Descendentes, Sucessores e Herdeiros."

Continuavam, porém, os franceses a não aceitar o nosso Oiapoque como o rio mencionado no Tratado, e, assim, ao se tornar Estado independente, o Brasil encontrou a questão nos mesmos termos em que a deixara Portugal. Brasileiros e franceses procuravam assegurar o seu domínio sobre o território do Amapá. Em 1841, Guizot, como ministro dos Negócios Estrangeiros da França, assim definia a questão:

Dans notre opinion, la réunion des Commissaires français et brésiliens serait peu propre à conduire à un résultat complet et définitif. Il ne s'agit point, en effet, d'un travail ordinaire de démarcation, suite naturelle d'une négociation où la limite qui doit séparer les deux territoires a été convenue en principe, etc.; il faut d'abord s'entendre sur l'interprétation de l'article 8me du Traité d'Utrecht, et déterminer une base de délimitation; il faut, ce qui ne peut se faire que par une négociation entre les deux cabinets, vider d'abord la question des Traités et définir les droits respectifs avant d'arriver à l'application pratique de ces mêmes droits... (372).

Por um acôrdo dêsse mesmo ano ambas as partes se comprometiam a abster-se de qualquer emprêsa sobre o território litigioso, que ficava assim neutralizado. A partir de 1842 iniciaram-se as negociações a que se referia Guizot. Prolongaram-se sem resultado, até que os acontecimentos de 1895 vieram dar um caráter sensacionalista e sangrento ao litígio, obrigando as duas nações a buscar uma solução imediata. A Napoleão III, aliás, chegara o nosso govêrno a propor a divisão do território, ao que êle se opusera, porque no seu sonho imperialista desejava chegar ao Amazonas como limite.

Antes de apelar para o arbitramento, o govêrno brasileiro ordenou a abertura de negociações com govêrno francês. Ao Barão do Rio-Branco cabia o estudo da questão; ao ministro Gabriel de Piza, o debate diplomático.

Pelo temperamento impulsivo e agitado de Gabriel de Piza, as discussões chegaram a um tom de extrema violência. Ante as ameaças impertinentes do ministro brasileiro, o representante do govêrno francês encerrou uma delas com esta resposta irônica:

(372) Anexo ao Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1857 — Limites com a Guiana Francesa — Protocolos das conferências havidas na côrte de Paris entre os plenipotenciários do Brasil e da França para a determinação daqueles limites, pág. 3, Rio, 1857.

— Então nada me resta mais do que mandar preparar os portos franceses para receber o ataque da esquadra brasileira⁽³⁷³⁾.

O ministro Hanotaux declarou, a seguir, que não mais haveria discussão com Gabriel de Piza, e pediu ao governo brasileiro que a negociação fôsse transferida para o Rio de Janeiro, onde seriam dados plenos poderes ao ministro francês Pichon. Lembraram-lhe o prosseguimento das discussões em Paris, diretamente entre o Barão do Rio-Branco e o Quai d'Orsay, ao que respondeu Hanotaux:

— Tenho o maior aprêço pelo Barão do Rio-Branco e hei de consultá-lo oficiosamente sôbre tôdas as dificuldades. Ele conhece a fundo, porém, estas questões de limites e eu não disponho de tempo para estudá-las, pelo que me acharia em condições de inferioridade se aceitasse a discussão com um técnico tão competente. Pichon e o governo brasileiro não têm agora outro assunto de política exterior, e poderão dedicar a êste o tempo necessário. Confio em Pichon: é inteligente e conciliador⁽³⁷⁴⁾.

A Rio-Branco, em particular, o ministro do Exterior da França expôs a gravidade da situação:

— O governo francês, na minha pessoa e na de Nisard, foi ofendido pelo ministro brasileiro. Tenho tido desde o ano passado a maior paciência nessas discussões diplomáticas. Tudo farei para evitar o rompimento entre a França e o Brasil. Desejo resolver amigavelmente a questão com o Brasil, mas se ela se prolonga podem dar-se acontecimentos no Contestado que exaltem a opinião pública e quebrem a minha resistência aos que estão a exigir a ocupação militar. Não é como ameaça que lhe vou dar, em reserva, a seguinte notícia: há alguns dias recebi do meu colega do Ministério das Colônias um plano completo de expedição militar, e não sei até quando a minha voz poderá ser ouvida.

Ao chegar a êste ponto, Rio-Branco respondeu com vivacidade e altivez:

(373) Num dos seus *Cadernos de Notas*, Rio-Branco registrou um desses incidentes de Gabriel de Piza no Quai d'Orsay:

"4 de agosto, terça feira — As cinco fui ver o Piza, o qual referiu-me o que se passara na sua entrevista de hoje com o Sr. Nisard. Este insiste em não declarar qual a pretensão francesa. Já não quer para Arbitro um membro do Tribunal Federal, mas sim a Presidência da Confederação Suíça. Piza pelo que lhe ouvi, disse muito desafôro a Nisard, declarando que não é honesto ocultar a pretensão francesa e outras coisas semelhantes. Nisard ficou de conversar com Hanotaux, o qual parte esta noite para Vichy. Ao despedir-se, disse Nisard: "Peço-lhe meu caro Sr. Piza que acredite que eu não sou tão canalha quanto o Sr. supõe". — "Oh, não, retorquiu Piza, mas atrás da porta, aqui mesmo, há vários que o aconselham mal e a M. Hanotaux." Isto dá idéia do que são essas entrevistas diplomáticas!... Piza diz essas coisas ao governo intimamente convencido de que está brilhando."

(374) Declaração do ministro Hanotaux ao governador do Pará, Paes de Carvalho, então em Paris, que a transmitiu a Rio-Branco. (*Cadernos de Notas* — Arquivo do Itamarati).

— Julgo do meu dever declarar a V. Excia. que, se tal hipótese se verificasse, o Brasil se portaria à altura dos acontecimentos e não ficaria isolado em frente da França⁽³⁷⁵⁾.

Foi êste talvez o primeiro momento em que êle sentiu diretamente o valor da doutrina monroísta de solidariedade americana e fêz menção de que poderíamos precisar dela.

Transferidas para o Rio as negociações, as duas partes se convenceram afinal de que o acôrdo direto seria impossível e pelo compromisso de 10 de abril de 1897 entregavam a solução do litígio ao arbitramento do govêrno da Confederação Suíça. Hanotaux tinha razão ao temer a negociação com Rio-Branco. O Compromisso, redigido no Rio, era inábil em certos pontos, omisso em outros, e poderia criar dificuldades ao advogado brasileiro, deixando abertos ao francês certos elementos valiosos de argumentação: em vez de definir rigorosamente a atribuição do Árbitro, deixava-lhe ampla liberdade, inclusive a de dividir o território; não fazia referência ao art. 10 do Ato de Viena, deixando ao govêrno francês a possibilidade de argumentar com o Tratado de Amiens (1802); o *limite interior* da Convenção de 1817 era declarado como limite provisório, quando Rio-Branco vinha sustentando em Paris que essa linha — a do paralelo 2º 24' — seria defendida pelo Brasil como definitiva.

Certamente Rio-Branco não teria preparado nos mesmos têrmos o Compromisso de 10 de abril de 1897, e ao lê-lo veio-lhe uma sensação de aborrecimento e desgosto⁽³⁷⁶⁾.

(375) *Cadernos de Notas* — Arquivo do Itamarati.

(376) Depois de receber o texto do Compromisso, êle escreveu num dos *Cadernos de Notas*:

"28 maio 1897, 6.ª feira — Chegaram jornais do Brasil, e no País de 12 li a íntegra do tratado de arbitramento de 10 de abril, negociado pelo General Dionísio Cerqueira com o Ministro de França Stephen Pichon. O General deixou-se lograr completamente. O Tratado não faz referência alguma ao art. 10 do Ato de Viena, que revalidou o 8.º de Utrecht. O Govêrno Francês poderá assim argumentar com o caduco tratado de Amiens, de 1802. O Govêrno Suíço poderá decidir as questões como quiser, pois a mais completa liberdade lhe é dada. Não são fixadas regras para a decisão. A questão do limite interior é exposta no art. 2.º com a maior inépcia. O General declara que o limite estabelecido pela Conv. de 1817 (o paralelo de 2º24') é limite provisório, quando nos meus officios sustentei que devíamos defender essa linha como definitiva. O pior ainda é declarar que o *limite interior foi em parte reconhecido provisoriamente na Conv. de 1817*. Ora, o limite do paralelo de 2º24' ia terminar, segundo a Conv. de 1817, em 322º. E da ilha de Ferro (58º30'W de Paris), portanto em território da Guiana Holandesa. Se o limite interior foi então reconhecido *em parte* é que ia ainda mais para Oeste. A França há de tirar partido desta declaração. Todo o sistema que eu preparava para a defesa do território fica destruído pela estupidez com que se apresentou a questão."

Outros desgostos vieram durante essa missão: o convite feito por Manuel Vitorino a Rui Barbosa — que o recusou — para ir a Paris como delegado especial; o projeto do ministro do Exterior de nomear Lauro Sodré segundo plenipotenciário, com o fim de dividir a glória do possível êxito do Brasil em Berna; os empenhos officiosos, que desatendeu, para a escolha dos seus secretários e auxiliares. Mas tôdas as dificuldades foram vencidas, porque êle contava com o apoio e o prestígio do presidente Prudente de Moraes, que lhe entregou, afinal, a direção do trabalho de advogado do Brasil, com amplos poderes e absoluta confiança⁽³⁷⁷⁾. Estava nomeado, pela segunda vez, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial (o ato oficial de nomeação só foi assinado a 22 de novembro de 1898).

Depois de uma rápida visita a Berna, deixou-se ficar em Paris, onde preparou e redigiu a sua *1.ª Memória*, que deveria ser entregue ao Árbitro em abril de 1899. O prazo terminaria no dia 6. De acôrdo com os seus hábitos, tudo deixou para os últimos momentos, contando chegar a Berna na própria data da entrega. Mas os franceses entendiam que o prazo acabava a 5 de abril, e não a 6. Só nos últimos dias Rio-Branco soube dêsse pequeno golpe que lhe preparava o advogado francês.

Durante o mês de março não saiu de casa uma só vez, e na madrugada de 4 de abril ainda trabalhava, sem dormir havia três dias. Só às 6 horas da manhã do dia 4 enviou à tipografia as últimas páginas da *1.ª Memória*, que deveria estar pronta nessa mesma noite. Depois de um ligeiro passeio pelo jardim de Luxemburgo, instalou-se na tipografia até quase às 9 horas da noite, quando embarcou, levando os volumes numa encadernação de emergência. A 5 de abril, de manhã, estava em Berna, e às 4 da tarde apresentou as

(377) Também Rio-Branco — que parece não haver conhecido pessoalmente Prudente de Moraes — tinha em grande conta a personalidade do Presidente e acompanhava com simpatia a sua luta contra o militarismo político e o jacobinismo republicano. Ele compreendia tôda a significação da atitude de Prudente de Moraes, como se vê nesta carta dirigida a Sousa Correia em 3 de janeiro de 1896:

“O Prudente de Moraes tem as melhores intenções. É um homem puro, independente, porque é um dos grandes fazendeiros de São Paulo. Recebeu a educação liberal que se dava nas nossas Faculdades de Direito no tempo do Império, e como estamos vendo, já tem reparado muitas injustiças do tempo da ditadura militar, procedendo com prudência e firmeza. Mas é preciso atender a que êle está cercado de perigos com a influência que ainda têm os Jacobinos e com êsse elemento perturbador do militarismo político.” — Arquivo do Itamarati.

suas credenciais ao presidente da Confederação Suíça e fêz entrega das peças da sua defesa. Perguntou-lhe nessa ocasião o Presidente se êle pretendia oferecer réplica à memória francesa, ao que êle respondeu que sim. Terminou o seu primeiro dia em Berna fazendo uma visita ao seu adversário, o embaixador da França. Era esta a sua primeira visita pessoal e oficial⁽³⁷⁸⁾.

Compunha-se a 1.^a Memória de cinco volumes, atlas e cartas geográficas. O primeiro continha a sua exposição; o segundo, documentos; o terceiro, memórias e protocolos da Conferência de Paris em 1855 e 1856, acompanhados de notas explicativas; o quarto e o quinto, a obra *L'Oyapoc et l'Amazonie*, de J. Caetano da Silva, reeditada e anotada⁽³⁷⁹⁾. Um gesto de nobreza, ao mesmo tempo que hábil providência de advogado, foi êste de entregar ao Árbitro, ao lado da sua memória, o famoso trabalho de Joaquim Caetano⁽³⁸⁰⁾. Acrescente-se, porém, que êle já estava ultrapassado pelas novas pesquisas e estudos de Rio-Branco, a quem coube apresentar pela primeira vez certas razões e documentos decisivos para o resultado do pleito. Joaquim Caetano foi um grande precursor, mas o artífice, o criador da vitória foi sem dúvida o Barão do Rio-Branco.

O seu problema nesse debate era rigorosamente histórico. Ele devia provar — através de tratados, memórias, cartas-régias e mapas — que o Japoc ou Vicente Pinzon do Tratado de Utrecht era o Oiapoque brasileiro. Pelo Compromisso de 1897 o Brasil e a França haviam assim lançado as suas pretensões perante o Árbitro: no *limite marítimo*, o Brasil pretendia “que, conforme o sentido preciso do artigo 8.^o do Tratado de Utrecht, o rio Japoc ou Vicente Pinzon é o Oiapoque que deságua no Oceano a Oeste do cabo de Orange e que pelo seu *thalweg* deve ser traçada a linha de limites”, en-

(378) *Cadernos de Notas*.

(379) A 1.^a Memória, escrita em francês, traz o seguinte título: *Frontières entre le Brésil et la Guyane Française — Mémoire présenté par les États-Unis du Brésil au Gouvernement de la Confédération Suisse, arbitre choisi selon les stipulations du Traité conclu à Rio de Janeiro, le 10 de avril de 1897 entre le Brésil et la France — 1899*. Será citado neste volume com o título abreviado 1.^a Memória apresentada ao Governo da Confederação Suíça.

(380) “Isto foi um rasgo de nobreza do homem, ao mesmo tempo que um rasgo de gênio do advogado, porque o que caracteriza Rio-Branco como defensor das grandes causas históricas e nacionais de que se encarrega, é a inventividade dos recursos que êle põe a serviço delas.” (Joaquim NABUCO, *Escritos e Discursos Literários*, pág. 275, São Paulo, 1939).

quanto a França pretendia “que, conforme o sentido preciso do artigo 8.º do Tratado de Utrecht, o rio Japoc ou Vicente Pinzon é o rio Araguari que deságua no oceano ao sul do Cabo do Norte e que pelo seu *thalweg* deve ser traçada a linha de limites”; no *limite interior*, o Brasil pretendia “que o limite interior, parte do qual foi reconhecido provisoriamente pela Convenção de Paris de 28 de agosto de 1817, é o paralelo de 2º 24’, que, partindo do Oiapoque, vá terminar na fronteira da Guiana Holandesa”, enquanto a França pretendia “que o limite interior é a linha que, partindo da cabeceira principal do braço principal do Araguari, siga para oeste paralelamente ao rio Amazonas até encontrar o paralelo que passe pelo ponto extremo da serra de Acará”.

O problema essencial, pois, era a interpretação do art. 8.º do Tratado de Utrecht, a identificação do rio Japoc ou Vicente Pinzon.

Para simplificar a questão, Rio-Branco começa por mostrar que todos os tratados de limites entre o Brasil e a França tinham sido anulados, e em vigor, portanto, só havia o de Utrecht. Feito isso, sustenta, sendo obrigado a refutar o próprio Compromisso assinado pelo Brasil, que o Araguari desemboca no Amazonas, e não no oceano, o que mostra que êle não pode ser o rio mencionado no Tratado⁽³⁸¹⁾. Além disso, no documento de Utrecht encontram-se os nomes Japoc e Araguari aplicados a rios diferentes, e isto não sucederia se êles fôsem um só na intenção dos negociadores⁽³⁸²⁾. Mas era nos próprios documentos franceses que êle apoiava a sua argumentação, inclusive no de um governador da Guiana que havia dito ser o Japoc o Vicente Pinzon dos portugueses, ou então em depoimentos de grandes europeus como Humboldt.

(381) “Après toutes ces autorités, il est permis d'affirmer, malgré la déclaration faite dans le Compromis, que l'Araguary ne se jette pas dans l'Océan, puisque la rive gauche de l'Amazone ne finit qu'au Cap Raso Norte ou même à l'ancien Cabo do Norte, dans l'île de Maracá, de sorte que la rivière que la France demande maintenant au nom d'un Traité par lequel elle a renoncé à toute prétension sur l'Amazone, se trouve être incontestablement un affluent de ce fleuve.” (RIO-BRANCO, 1.ª *Memória apresentada ao Governo da Confederação Suíça*, págs. 19-20).

(382) “Il serait étrange que dans ce même Traité, voulant désigner cette rivière, les négociateurs portugais et un Ambassadeur de France se soient servis du nom Oyapoc, ou Ojapoc, notoirement connu pour désigner la rivière du Cap d'Orange. Il serait non moins étrange qu'à Utrecht les Plénipotentiaires français eussent écrit - Japoc - voulant dire que la limite était l'Araguary ou toute autre rivière de la région comprise entre l'Araguary et l'Oyapoc, car, toutes, elles avaient des noms parfaitement impatrisés depuis un siècle.” (RIO-BRANCO, 1.ª *Memória apresentada ao Governo da Confederação Suíça*, págs. 222-223).

Compreendia agora quanta utilidade viera a ter a sua antiga e então desinteressada colaboração com Emile Levasseur e Elisée Reclus. Pelas informações que lhes dera outrora, podia agora, num litígio com a França, citar a opinião dos dois franceses ilustres de modo favorável ao Brasil.

A 1.^a *Memória* constituía, sobretudo, a exposição de uma série de documentos, interpretados pelo advogado brasileiro⁽³⁸³⁾, com o fim de conduzir o Árbitro a estas duas conclusões:

1.^a: Le Japoc ou Vicent Pinçon du Traité d'Utrecht, comme l'a reconnu le Plénipotentiaire Français de 1855, est incontestablement l'Oyapoc, Ojapoc ou Vicent Pinçon du Traité de 1700. Et il a été déjà suffisamment prouvé dans le présent Mémoire que cet Oyapoc de 1700 est la rivière qui se jette à l'Ouest du Cap d'Orange, celle de la carte de Froger et du Marquis de Ferrolle. Cette rivière est donc "la limite refusée" par la France en 1700 et "formellement acceptée par elle en 1713"; 2.^a Si le Traité d'Utrecht dans son intégrité, et non l'article 8 seul, était en vigueur, la ligne intérieure devrait être celle du partage des eaux sur les monts Tumucumaque, depuis la source du Japoc ou Vicente Pinçon jusqu'au point de rencontre de la frontière hollandaise. Le Brésil estime que la longue possession qu'il a de la rive gauche de l'Amazone et du cours inférieur des affluents de cette rive rend indiscutables ses droits à tous les territoires au Sud des monts Tumucumaque et d'Acaray⁽³⁸⁴⁾.

Rio-Branco seguiu nesse pleito uma tática diferente daquela que havia utilizado em Washington. Porque sabia da existência de documentos portugueses, dos quais os franceses poderiam extrair excelentes argumentos, além do próprio Compromisso de 1897 — êle reservou, para a réplica, algumas peças essenciais da defesa. Desejava conhecer antes a "memória" francesa para lançar depois as suas razões e documentos mais valiosos. Queria descobrir a força do seu adversário para golpeá-lo com segurança no ponto mais sensível.

Deram-lhe para a preparação da réplica um prazo de oito meses, a terminar nos primeiros dias de dezembro. Pequeno prazo no qual devia estudar a "memória" francesa, documentar-se para a resposta, escrever e preparar a sua 2.^a

(383) Mais difícil de resumir, portanto, do que a memória apresentada em Washington.

(384) RIO-BRANCO, 1.^a *Memória apresentada ao Governo da Confederação Suíça*, págs. 221 e 245.

Memória. Em Berna, na vila Tautheim, volta ao sistema da reclusão absoluta, das noites em claro, da excitação febril na pesquisa e decifração de velhos documentos. Chegara outubro sem que houvesse começado a escrever o volume de exposição. De Londres, de Paris e de Lisboa vinham-lhe todos os dias documentos e notas. Ele continuava a realizar pesquisas até o último momento. De Berna, como um general no seu estado-maior, comandava e orientava um grupo de amigos e técnicos em buscas nos arquivos europeus. Conhecia-os a todos, e a seus auxiliares indicava precisamente o lugar onde seriam encontrados certos documentos. A Joaquim Nabuco ele comunica:

Trabalha-se aqui firme, todo dia, até duas e três horas da manhã⁽³⁸⁵⁾.

Os secretários não podem acompanhar o chefe, revesam-se, e são necessários dois ou três deles sucessivamente para favorecer as ininterruptas horas de trabalho de Rio-Branco.

Com a sua agudeza de espírito e gênio de análise os franceses haviam envolvido a causa em distinções sutis, que chegavam aos mais requintados sofismas. Para perturbar os juizes, apresentaram eles uma multidão de Oiapoques, sustentando que Oiapoque significa "furo" e que todos os canais e rios da região são Oiapoques:

Citam documentos truncados e torturam os textos nas traduções, procedendo em tudo com a mais insigne má fé⁽³⁸⁶⁾.

Para refutá-los, Rio-Branco passa a estudar pessoalmente gramáticas e dicionários dos dialetos indígenas com o fim de mostrar o êrro dos técnicos franceses que buscavam a etimologia de nomes da Guiana nos dicionários do tupi, quando os jaos e outros índios que habitam a região pertenciam à família Cariba⁽³⁸⁷⁾.

Outra tática dos franceses, que espanta Rio-Branco pela audácia, embora fôsse de certo modo esperada, consistia no alargamento da pretensão no território em litígio. Tendo conseguido colocar no Compromisso de 1897 a possível solução da divisão do território, a critério do Árbitro, o interesse da

(385) Arquivo de Joaquim Nabuco, no Itamarati.

(386) Carta a Joaquim Nabuco — Arquivo de Joaquim Nabuco, no Itamarati.

(387) Carta a Joaquim Nabuco — Arquivo de Joaquim Nabuco, no Itamarati.

França: seria agora ampliar o território para ganhar com a hipótese conciliatória. Explicava Rio-Branco a Nabuco:

Os franceses só agora declararam a sua pretensão quanto ao *hinterland*. Têm a petulância, êsses senhores, de reclamar quinhentos mil quilômetros quadrados, quase 1 dezessesis avos do Brasil, fazendo partir a linha interior da cachoeira Pancada, no baixo Araguari, e não na nascente do rio, como disseram no Tratado. Dizem que só até aí é conhecido o curso do rio, que daí deve partir a linha, e quando devesse partir da nascente desconhecida, a distância da paralela ao Amazonas não podia ser medida, como eu fiz, ao longo do meridiano, mas por meio de uma linha oblíqua traçada da nascente do Araguari à Ponta Jupati⁽³⁸⁸⁾.

Rio-Branco defrontava-se agora com uma diplomacia ágil e segura, diplomacia experiente e secular, a francesa, a cujo serviço, além disso, se achavam alguns dos mais competentes técnicos europeus. A isso êle opunha os métodos da antiga diplomacia imperial, que vira em movimento na pessoa do Pai dentro da sua própria casa, e para enfrentar os técnicos franceses contava com a sua competência pessoal adquirida durante mais de vinte anos de estudos.

Ainda se lembraria de que a sua primeira participação nesse pleito fôra um artigo em *A Nação* do jornalista de 27 anos? Como nos Estados-Unidos, êle agora se encarrega pessoalmente de quase tôda a defesa brasileira, e os nossos técnicos — entre êles o Dr. Goeldi, que lhe fôra enviado pelo governador do Pará — trabalham sob a sua orientação direta.

Na Espanha e em Portugal, um dos pesquisadores a seu serviço, F. de P. Suarez, buscava havia meses um documento de excepcional importância. A espera dêle vinha Rio-Branco retardando a redação e a impressão da sua memória. Êle sabia da sua existência, descrevera-o ao pesquisador, e instigava-o na busca, como numa caça. Um pressentimento o avisava de que o encontraria, de que ainda neste caso seria acompanhado pelo que Joaquim Nabuco chamava “a sua infalível estrêla”. Mas só quando se achava quase terminado o seu trabalho recebeu o telegrama em que Suarez lhe comunicava haver encontrado os manuscritos do padre Pfeil, missionário do Araguari. Nêles parecia o Vicente Pinzon dos portugueses como sendo o rio do Tratado. Ao chegar a fotografia do documento, de leitura difícil, Rio-Branco ficou a examiná-lo, com uma

(388) Arquivo de Joaquim Nabuco, no Itamarati.

lente, durante dois dias e duas noites. Certamente, nessas horas, a emoção foi igual à que sentira em Nova York ao receber a Instrução Particular de 1758. Os manuscritos do missionário Pfeil figuram na 2.^a Memória como documento decisivo para o esclarecimento e o juízo do Árbitro⁽³⁸⁹⁾.

Com a data de 5 de dezembro de 1899, o advogado do Brasil entrega ao Árbitro a sua 2.^a Memória, que se compunha de seis volumes: no primeiro, a exposição; nos demais, documentos e mapas⁽³⁹⁰⁾.

A sua principal argumentação agora consiste em convencer o Árbitro a repelir a aspiração francesa de uma sentença conciliatória com a divisão do território. Valendo-se do Compromisso de 1897 — como esperava Rio-Branco — a França sugeria ao Árbitro que êle tinha poderes soberanos e ilimitados para escolher uma nova solução, à igual distância daqueles que pretendiam as duas nações⁽³⁹¹⁾. Seria difícil a resposta do advogado brasileiro, não só porque a França invocava um Tratado assinado pelo seu próprio país como porque, ao sustentar que só havia duas soluções para a sentença, poderia surgir a suspeita de que êle não confiava bastante no uso a ser dado pelo Árbitro aos seus possíveis poderes ilimitados de julgamento. Em Washington não tivera essa dificuldade: a política imperial fizera o tratado com a Argentina numa precisão de termos que excluía a cômoda solução conciliatória.

Perante o govêrno suíço, Rio-Branco enfrenta o problema delicado e penoso de limitar os seus poderes arbitrais de sentença. Lembra-lhe que é absoluta a sua confiança no govêrno suíço; todavia, a França e o Brasil não vieram à presença de um Mediador, mas de um verdadeiro Árbitro, convidado a

(389) De uma carta de Rio-Branco ao conde de Arnos: "Na velha questão com a França, alguns dos mais decisivos documentos, como as notas do missionario Pfeil, foram achados na Biblioteca de Sua Majestade El Rei." — Arquivo do Itamarati.

(390) A 2.^a Memória, escrita em francês, traz o seguinte título: *Frontières entre le Brésil et la Guyane Française — Second mémoire présenté par les États-Unis du Brésil au Gouvernement de la Confédération Suisse, arbitre choisi selon les stipulations du Traité conclu à Rio de Janeiro, le 10 avril 1897 entre le Brésil et la France — Berne, 1899.* Será citada neste volume com o título abreviado 2.^a Memória apresentada ao Govêrno da Confederação Suíça.

(391) Realmente o Compromisso de 1897 assinado no Rio pela França e pelo Brasil, entregando a questão ao arbitramento, dizia no seu artigo 1.^o: "O Árbitro resolverá definitivamente sobre as pretensões das duas Partes, adotando, em sua sentença, que será obrigatória e sem apelação, um dos dois rios pretendidos, ou, se assim entender, alguns dos rios compreendidos entre êles." A mesma hipótese de "solução intermediária" era oferecida ao Árbitro no Artigo 2.^o que tratava do *limite interior*.

dizer, portanto, com qual das duas partes está o direito ao território do Amapá⁽³⁹²⁾. A questão, sustenta, só comporta uma das duas soluções: ou o rio Japoc do Tratado de Utrecht é o Oiapoque, como pretende o Brasil, ou é o Araguari, como pretende a França. A escolha de um rio intermediário seria uma negociação, e os dois países já haviam passado do terreno das negociações diplomáticas para o do arbitramento.

Além disso, como poderia o govêrno suíço escolher um terceiro rio? O Barão lembra que, dado o caráter do arbitramento, isto só poderia acontecer se o govêrno suíço tivesse certeza de que a nova solução seria a de *direito*. E como poderia tê-la desde que a França, ela mesma, oscilara tanto através de diversos rios, enquanto o Brasil sustentava de modo invariável o limite pelo Oiapoque? Com, efeito, o rio do Tratado, para os franceses, fôra a princípio o Cassiporé, depois o Calçoene, em seguida o Maiacaré e o Carapaporis, e enfim o Araguari. Por isso, Rio-Branco lembrava, com espírito:

C'est comme si, à propos d'un acte faisant mention de la Seine, on entreprenait d'établir que les signataires de ce document n'avaient pas entendu désigner cette rivière et que c'était incontestablement de la Gironde, et non de la Seine, qu'il s'agissait⁽³⁹³⁾.

Certo do direito do Brasil, lançando razões e argumentos com a sua extraordinária técnica de advogado e historiador, na convicção de que a sua memória continha todos os elementos para convencer o Árbitro, o Barão repele a solução conciliatória — e não se esquece de lembrar que o juízo de Salomão só é agravável para o falso pretendente — pedindo que a sentença seja dada a favor do Brasil ou da França de modo completo:

Ce n'est donc pas un accommodement, mais une décision de droit que le Brésil attend, quoique, en l'espèce, l'équité, elle aussi, favorise notre cause. La mission de l'Arbitre, clairement définie dans le Compromis, est de trancher la question litigieuse, d'après le droit qui découle des textes. Il est un juge, non médiateur⁽³⁹⁴⁾.

Mais uma vez, neste episódio, revela-se o “homem lúcido”, o diplomata que se decide pelo jôgo mais perigoso. Vermelho

(392) 2.ª Memória apresentada ao Govêrno da Confederação Suíça, pág. 3.

(393) 2.ª Memória apresentada ao Govêrno da Confederação Suíça, pág. 17.

(394) 2.ª Memória apresentada ao Govêrno da Confederação Suíça, pág. 11.

ou prêto — para tudo ganhar ou tudo perder, e só com a diferença de que não era ao azar que êle se entregava, mas ao movimento da sua consciência. Poderia aceitar a solução conciliatória, e estaria em parte vitorioso dentro do Compromisso de 1897. Mas sabia que ela seria prejudicial ao Brasil, e prefere, por isso, arriscar o nome e a glória da vitória em Washington em favor do que, estava certo, constituía o direito do seu país.

Ao depositar a 2.^a *Memória*, encerrando o seu trabalho de advogado, diz ao filho, seu secretário:

— Está terminado o assunto, no que depende de mim. Agora peço a Deus que o Árbitro desempenhe sua missão com a mesma consciência com que Cleveland realizou a dêle. Julgo ter empregado sem repouso tôdas as forças de que disponho na defesa do Brasil. Se perdêrmos a questão, o que agora não depende de mim, mas do Árbitro, eu não valerei mais nada, mesmo para aquêles que tanto me aplaudiram por ocasião da minha primeira vitória arbitral⁽³⁹⁵⁾.

Estava exausto, com a resistência quase esgotada, nesses últimos dias de 1899. A Joaquim Nabuco êle comunica:

Não tenho podido responder as suas cartas porque ainda estou debaixo da ressaca das noites mal dormidas e da agitação do último mês. No dia 5 de dezembro fiquei com medo de arriar a carga de uma vez. Falando ou escrevendo, eu trocava as palavras, invertia as sílabas. Consulte o Hilário sôbre isso. Felizmente êsse estado só durou alguns dias. Mas tenho ainda por vêzes — e ainda hoje — uma dores passageiras na cabeça⁽³⁹⁶⁾.

Por efeito do cansaço, talvez, não está agora tão entusiasmado quanto em Washington. Sentia que o govêrno Campos Sales não estimava devidamente os seus serviços. Do ministro do Exterior, Olinto de Magalhães — seu antigo auxiliar na missão de Washington — tinha queixas e mágoas⁽³⁹⁷⁾.

(395) Raul do RIO-BRANCO, *op. cit.*, pág. 154.

(396) Arquivo de Joaquim Nabuco, no Itamarati.

(397) Correspondência — Arquivo do Itamarati.

Numa das cartas ao ministro do Exterior dizia Rio-Branco:

"O que desejo sinceramente é que na posição que o Sr. ocupa só faça o que *fôr direito* e o que entender que é do *seu dever*."

Em carta a Frederico Abranches dizia Rio-Branco:

"Recebi anteontem um telegrama do ministro Olinto de Magalhães, que, apesar de *amigo*, depois da entrada para o Ministério só me fez, desde o começo, coisas desagradáveis." (Carta de 7 de agosto de 1902 — Arquivo do Itamarati).

Expressões semelhantes de queixas encontram-se na correspondência de Rio-Branco com Joaquim Nabuco e José Carlos Rodrigues.

Mesmo depois da vitória em Berna o Barão do Rio-Branco e os membros da sua comissão continuaram a receber pequenas hostilidades burocráticas no govêrno Campos Sales.

Mostrava-se apreensivo quanto ao seu próprio futuro, pois não tinha ainda posição definida na carreira diplomática, e via-se em dificuldades de dinheiro com a liquidação das suas economias e as dívidas contraídas para cobrir as despesas extraordinárias das duas missões. Revela a Joaquim Nabuco o seu estado de espírito:

Quanto à confiança dos amigos do Rio há exagêro sem dúvida. Esses senhores fizeram tudo, de dezembro a março, para atormentar-me o espírito. Creio que eles não se importam muito com estas coisas e nenhum caso fazem de mim. Deram disso tôdas as possíveis demonstrações. Entendem que a minha responsabilidade é a mesma que a de qualquer encarregado de legação (...) Dentro de poucos meses deverei tratar de começar vida nova, que ainda não sei qual poderá ser, no Pará ou em São Paulo.

E em outra carta:

Continuo *no ar*, sem posição definida. Fiz mal em não aproveitar os bons desejos do Prudente de Moraes e do Carlos de Carvalho para regularizar a minha situação. Vivo na maior inquietação de espírito e é só no trabalho que encontro distração para isso e para o desânimo em que me põe a incerteza ou o imprevisto de um futuro próximo (...). Já estou farto de sete anos de questões de limites e perdi de todo as ilusões dos primeiros tempos⁽³⁹⁸⁾.

De Biarritz, Joaquim Nabuco procura dissipar o seu pessimismo, dizendo-lhe:

Não pense no seu futuro, êle está fora de questão. Você mesmo não sabe a conta em que é tido⁽³⁹⁹⁾.

Uma tristeza dêsse ano de 1900 foi a morte do seu amigo Sousa Correia. Perderia, com pequenos intervalos, quatro dos seus amigos mais queridos: Sousa Correia, Rodolfo Dantas, Gusmão Lôbo e Eduardo Prado. Acabara de ler uma carta de Sousa Correia no momento em que lhe vieram entregar o telegrama de Oliveira Lima, com a comunicação da sua morte. Porque fôsse apontado geralmente como o substituto de Sousa Correia, não quis ir a Londres, e escreveu nos *Cadernos de Notas*:

(398) Arquivo de Joaquim Nabuco, no Itamarati.

(399) Arquivo do Itamarati.

Resolvi não ir a Londres porque na Legação em Paris e na colônia brasileira dão-me como sucessor de Correia, e não quero que se pense que vou assistir ao funeral para fazer-me lembrado⁽⁴⁰⁰⁾.

Durante o ano de 1900 Rio-Branco permanece em Berna à espera da sentença. Mas não fica inativo. Ocupa-se espontaneamente da questão da Guiana Inglesa, em correspondência com Joaquim Nabuco, que o consultava constantemente. Da sua autoria, por exemplo, foi um longo projeto de tratado de arbitramento, enviado a Nabuco em agosto de 1900⁽⁴⁰¹⁾. Porque conhece as dificuldades da questão, aconselha o amigo a transigir em parte:

Havendo arbitramento, acho que você deve perante o Árbitro defender as linhas de Pacaraima, Anai, Rupunani e Acaraí, sem ir ao Essequibo. A nossa documentação é má nessa questão. Defendendo a linha divisória do *divortium aquarium*, com o acréscimo do terreno que vai até o Rupunani, é possível que possamos vencer completamente a questão, mas considero muito melhor um arranjo que estabeleça fronteira no Maú e no Rupunani⁽⁴⁰²⁾.

Serviu a estada em Berna para Rio-Branco ampliar a experiência diplomática. A capital suíça, com o seu caráter internacional, era um centro diplomático por excelência. E tinha uma forma que lhe era agradável, com certeza: cidade aristocrática, a despeito de capital de uma república, com uma sociedade de espírito conservador. Será duradoura a impressão que causa a essa sociedade o aristocrático advogado brasileiro. Anos depois, em 1909, ao entregar Graça Aranha as suas credenciais de chefe da Legação do Brasil em Berna, o então presidente da Suíça recordou a figura de Rio-Branco e a sua permanência ali com a maior afetividade, pedindo ao nosso representante que o cumprimentasse não só oficialmente, mas em caráter pessoal e particular⁽⁴⁰³⁾.

Num país que tinha com a França as ligações mais íntimas — só havia em Berna uma Embaixada, e esta era a da França — Rio-Branco, pelo seu tato, pelas suas maneiras diplomáticas e pelos seus dons de sedução pessoal, conseguiu

(400) *Cadernos de Notas* — Arquivo do Itamarati.

(401) Arquivo de Joaquim Nabuco, no Itamarati.

(402) Arquivo de Joaquim Nabuco, no Itamarati.

(403) Correspondência de Graça Aranha — Arquivo do Itamarati.

para a causa do Brasil as simpatias não só do govêrno suíço, mas dos representantes estrangeiros. Em julho de 1900 êle escrevia a Nabuco:

A curiosidade aqui é grande, até mesmo entre as senhoras. A minha gente é assaltada de perguntas por pessoas do corpo diplomático e da sociedade. A senhora do Presidente e as filhas estão também muito curiosas. Os juizes não dizem palavra em casa sôbre o assunto e tomaram esta resolução para evitar que a opinião que já formaram fôsse conhecida antes de tempo. As nossas ações têm subido muito. Se o negócio tivesse de ser decidido por votação do corpo diplomático e da população desta cidade os franceses perderiam com certeza a questão⁽⁴⁰⁴⁾.

Marcada a decisão para o mês de dezembro, a sentença do relator da causa, Eduard Müller, começou a ser lida, em sessão do Conselho Federal, em outubro⁽⁴⁰⁵⁾. Todos os conselheiros examinavam pessoalmente os documentos e estudavam o parecer do relator.

Apesar do caráter secreto dos trabalhos do Conselho Arbitral, Rio-Branco sabia, desde julho, por um amigo íntimo de Eduard Müller, que êste tivera a melhor impressão das suas *Memórias* e que "devia ter boas esperanças de um sucesso feliz". Müller fizera referências muito amáveis ao delegado brasileiro, dizendo que se ocupara sèriamente da questão e que os documentos apresentados por êle se impunham pelo seu número e importância, ao contrário da pobreza de documentos dos franceses, preocupados em confundir e perturbar a clareza dos fatos⁽⁴⁰⁶⁾.

Decidiu o govêrno suíço que o laudo arbitral seria entregue, a 1 de dezembro, na Embaixada francesa, por M. Hans Schatzmann, e na residência oficial de Rio-Branco, por M. Graffina, diretor da Secretaria política e de Negócios Estrangeiros. Os representantes das duas partes receberiam nesse dia os considerandos e a sentença em alemão, com a tradução oficial francesa, e um volume de 800 páginas, em alemão, com a exposição escrita pelo relator Eduard Müller. E para dar idéia da consciência e do escrúpulo com que o govêrno suíço estudou o pleito bastaria lembrar que essa exposição

(404) Arquivo de Joaquim Nabuco, no Itamarati.

(405) O Conselho Federal Suíço, funcionando como Tribunal Arbitral, estava constituído, no momento, dos sete membros seguintes: Walther Hauser, presidente da Confederação; Ernest Brenner, vice-presidente; Eduard Müller, juiz relator; Robert Comtesse, Joseph Zemp, Adolph Deucher, Emile Ruchet.

(406) *Cadernos de Notas* — Arquivo do Itamarati.

do relator era mais extensa do que as exposições dos advogados do Brasil e da França.

As 11½ da manhã do dia 1 de dezembro de 1900, M. Graffina chegava à Vila Trautheim. Recebeu-o Rio-Branco, cercado de secretários, e amigos brasileiros, entre os quais Carlos de Carvalho, o ministro do Exterior que o encarregara do estudo e exame daquela questão. Indicando os documentos trazidos — dois volumes do laudo e doze exemplares dos considerandos e sentenças — M. Graffina, com um pequeno *speech*, declarou o objeto da missão de que fôra encarregado pelo Conselho Federal. Acrescentou que, cumprindo êsse dever oficial, podia dizer também que essa missão lhe era muito agradável. Concluiu ao cumprimentar, sorridente, o nosso plenipotenciário:

— Isto porque me é dado anunciar que a decisão é a favor do Brasil.

Disse-lhe Rio-Branco, em resposta:

— Esta notícia alegra-me sumamente como a todos brasileiros. A notícia do laudo será festejada em todo o Brasil. Desde o princípio desejou o govêrno brasileiro que o arbitramento fôsse entregue à Suíça, porque conhecíamos a imparcialidade, a alta independência e a superior competência do Conselho Federal. Vou me dirigir por escrito ao govêrno suíço, mas desde já peço a V. Excia. que lhe diga quanto estamos reconhecidos aos juizes pelo imenso trabalho que tiveram e pelo grande serviço que prestaram, aos dois países amigos, resolvendo esta questão secular⁽⁴⁰⁷⁾.

Rio-Branco falava com uma das mãos apoiada em uma mesa, ao lado da qual estivera colocado durante tôda a cena da entrega do laudo. E sôbre esta mesa, chamando a atenção de todos, via-se o busto em bronze do Visconde do Rio-Branco.

Foi um dia de festa brasileira em Berna⁽⁴⁰⁸⁾. Quase todo o corpo diplomático acorreu em visita à Vila Trautheim. Dizia Rio-Branco a um amigo:

(407) A reconstituição desta cena foi feita de acôrdo com as notas escritas pelo Barão do Rio-Branco no dia seguinte. (*Cadernos de Notas* — Arquivo do Itamarati).

(408) A vitória do Barão do Rio-Branco foi completa, do ponto de vista do direito brasileiro, ao contrário do que afirma Olinto de Magalhães, seu antecessor, ao escrever:

“Rio-Branco na questão da Guiana Francesa e Joaquim Nabuco na da Guiana Inglesa, ambos nomeados pela nossa administração, apresentaram defesas de nossos direitos em memórias dignas uma da outra, e tanto num como noutro caso, os

Aqui no corpo diplomático (com uma exceção) todos ficaram muito contentes com a decisão, sem excetuar os russos⁽⁴⁰⁰⁾.

Não pôde deixar de sentir que o representante da França não repetisse o gesto cavalheiresco de Zeballos em Washington. Nenhuma palavra recebeu da Embaixada francesa. O embaixador partiu para Paris sem responder sequer à notificação do governo suíço. Foi uma decepção para Rio-Branco. Declara em carta a Joaquim Nabuco⁽⁴¹⁰⁾:

A cortesia francesa!... É uma lenda no mundo diplomático da 3.^a República. Tenho recebido cartas de franceses eminentes, mas os representantes da França aqui nem sequer sabem dissimular aos meus e à gente da terra o seu despeito.

Comentando o laudo arbitral, escrevia o *Mercure de France*⁽⁴¹¹⁾:

A França acaba de fazer a experiência da arbitragem. E fê-la em detrimento seu. Tratava-se de saber a quem devia pertencer um território em litígio, situado entre o Oiapoque e o Amazonas. O Árbitro cortou a questão atribuindo ao Brasil a totalidade do objeto da contestação. Se negociássemos diretamente, concedendo ao Brasil tudo o que havia de sério em suas pretensões, a França teria obtido dez vezes mais do seu cordato antagonista do que obteve do Árbitro. A nossa aventura é desanimadora...

Árbitros resolveram de forma conciliatória as pendências existentes." (Olinho de MAGALHÃES, *Centenário do Presidente Campos Sales*, pág. 120, Rio 1941).

Ora, isto não é verdade, quando se sabe que na parte do *limite marítimo* o Árbitro satisfaz de todo a pretensão brasileira, e no *limite interior* deu quase todo o território litigioso ao Brasil e só um pequeno trecho à França. Basta lembrar que, dos 260 000 kms. quadrados da primitiva pretensão francesa, somente 5 000 foram dados pelo Árbitro à França e todo o resto do território litigioso ficou com o Brasil. (Vd. Oliveira LIMA, *Le Brésil, ses limites actuelles, ses voies de pénétration*, pág. 4, Anvers, 1908 — fonte de todo insuspeita no caso).

É curioso que os franceses tenham recebido a sentença como uma derrota completa, em face das suas pretensões, e um brasileiro opine agora de modo diferente, com o fim de diminuir a vitória de Rio-Branco. Verifica-se a intenção do Ministro das Relações Exteriores do governo Campos Sales na circunstância de transcrever êle, no seu livro, somente um trecho isolado da sentença (pág. 121-122). O que não acrescente, porém, é que se uma pequena parte do território — uma parte insignificante, aliás — ficou com a França — isto se deve à lamentável redação do Compromisso de 10 de abril de 1897, assinado no Rio, sem a colaboração de Rio-Branco e por êle considerado desastroso. Alegou o Árbitro que o Brasil mesmo julgava provisório o limite estabelecido na Convenção de 1817 para atingir o paralelo de 2°24'. Isto foi obra do Compromisso de 1897, contrariando Rio-Branco, que nos seus officios afirmava que devíamos defender como definitiva a linha estabelecida na Convenção de 1817. A vitória de Rio-Branco foi, assim, completa, na questão como foi levada ao Árbitro, e se mais não obteve, isto se deve ao fato de não haver o nosso governo, em 1897, precisado com mais clareza e segurança o direito territorial do Brasil.

(409) Arquivo do Itamarati.

(410) Arquivo de Joaquim Nabuco, no Itamarati.

(411) Janeiro de 1901.

No Brasil, porém, o seu nome recebia aplausos e aclamações fora do comum. Ele se havia tornado, sem dúvida, o "vencedor duas vezes coroado". A imaginação popular começava a criar um culto em torno dessa figura que, distante da pátria, conquistara, sem sangue, dois territórios. A própria circunstância da sua ausência aumentava-lhe o prestígio do nome, acrescentando-lhe um caráter de mistério. De longe, sem ser vista, a figura do triunfador crescia como entidade mística no sentimento popular. Todos os jornais se ocupam dele como de um grande homem (412). Levanta-se uma subscrição para lhe oferecerem um *presente* nacional como lembrança da sua vitória. Na Faculdade de Direito de São Paulo os estudantes promovem homenagens em sua honra, escolhendo para orador Frederico de Abranches, seu antigo colega nos tempos de deputado. Brasileiros, em Londres, organizam, para homenageá-lo, um banquete, e Joaquim Nabuco, como orador, fixa a significação da vitória:

O Árbitro era obrigado a dar ao Brasil ou tudo ou nada, e ao Barão do Rio-Branco devemos o ter-nos sido dado tudo. Foi um risco enorme, um perigo imenso em que estivemos, mas saímos dele com todo o nosso território ileso, graças à escolha do nosso representante. Foi uma admirável escolha, que reflete a maior honra sobre o governo ou os governos que a fizeram. Foi uma imensa fortuna para o Brasil possuir, no momento em que os seus limites tiveram que entrar em litígio, tanto no Sul como no Norte, um defensor como a nossa causa não teria encontrado igual em nenhuma outra época... E dizendo isto, tenho consciência de não diminuir em nada o nome de Uruguai, de Pimenta Bueno, de Paranhos, de Joaquim Caetano da Silva(413).

No Congresso, os parlamentares fazem uma lei especial para que lhe seja tributado como recompensa o título de "benemérito brasileiro", além de uma dotação pecuniária. Pelo decreto n.º 754, de 31 de dezembro de 1900, o poder legislativo e o poder executivo da República concediam "ao benemérito brasileiro Dr. José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco a dotação anual de 24:000\$000, com transmissão aos seus filhos e filhas, enquanto viverem, e mais o prêmio de 300:000\$000, como recompensa nacional pelos relevantes ser-

(412) Expressando um pensamento geral, dizia o *Jornal do Comércio*: "Nenhum brasileiro da sua geração prestou ao Brasil serviços mais relevantes, nenhum o tem excedido em amor à pátria, ninguém pode hoje contestar-lhe essa benemerência que exultamos em assinalar perante a opinião pública."

(413) Joaquim NABUCO, *op. cit.*, págs. 274-275

viços prestados nas missões especiais de arbitramento de Washington e Berna”.

Seguia-se, assim, embora de modo incompleto, o que se fazia na Inglaterra, onde aos seus grandes homens o govêrno oferece não só títulos, mas as condições financeiras que os devem colocar acima de preocupações de dinheiro.

A situação financeira do vencedor em Washington e Berna era, aliás, no momento, desoladora. Depois de ter conquistado para o Brasil o Território de Palmas e o Amapá, êle via-se em dificuldades para atender a um pedido de dinheiro da sua própria filha. Para sustentar a representação nas duas missões valera-se dos seus próprios recursos: gastara as pequenas economias e fizera dívidas. Escrevendo à sua filha Clotilde, no dia 6 de dezembro de 1900, cinco dias depois da vitória em Berna, êle dizia:

Je ne dispose de rien. Le peu que je possédais, je l'ai livré en garantie à une Banque pour contracter une dette de Frs. 50 000, dont je paye les intérêts et que, jusqu'à present, il m'a été impossible d'amortir même en partie. Mon seul espoir se trouve dans mon billet espagnol de Noël, et tu comprends que la chance de ce côté là est bien mince⁽⁴¹⁴⁾.

Assim, a dotação do Congresso brasileiro foi-lhe como um bilhete de loteria do Natal. Do prêmio de trezentos contos — mais da metade foi destinada ao pagamento das dívidas feitas nas missões de Washington e Berna. Da dotação anual de vinte e quatro contos não quis utilizar nada: ficou sendo distribuída, como pensões, às suas filhas e parentes⁽⁴¹⁵⁾.

De Berna seguiu Rio-Branco para Paris. Estava preocupado, aos 55 anos, em começar uma nova vida. Levava o projeto de se instalar tranqüilamente numa capital européia para escrever as suas obras de História do Brasil. Não tinha ambição nenhuma de outra espécie. Do Rio pergunta-lhe o govêrno para qual dêstes dois países deseja ir como ministro:

(414) Arquivo do Itamarati

(415) “A dotação que recebo é toda absorvida por pensões que pago a duas filhas casadas, a um filho que é estudante em Paris, a sobrinhos no Rio Grande do Sul e a alguns parentes pobres. Os trezentos contos que recebi, com o pagamento de uma dívida contraída quando fui para Berna e grandes despesas que fiz com mudanças e instalações, já estão reduzidos à metade.” (Da sua correspondência — Arquivo do Itamarati).

Portugal ou Alemanha? Decide-se pela Alemanha, embora no íntimo estivesse inclinado a escolher Portugal⁽⁴¹⁶⁾.

No dia 16 de abril de 1901 assumia, em Berlim, o cargo de ministro plenipotenciário do Brasil. No mês seguinte, no dia 28, ao meio-dia, era recebido, para a entrega das credenciais, pelo imperador Guilherme II, em Potsdam. Vestindo o seu pomposo uniforme dos húsars vermelhos, o Imperador, ao recebê-lo, não se limitou às expressões protocolares na troca de discursos: fêz, com largueza, o elogio pessoal do ministro brasileiro, declarando conhecer os serviços que êle prestara ao seu país e haver acompanhado de perto a sua atuação como advogado em Berna, através dos relatórios do ministro alemão na Suíça. Também durante os vinte minutos de palestra escolheu Guilherme II certos assuntos que o mostravam muito bem informado a respeito do Brasil: a obra financeira do govêrno Campos Sales; a guerra do Paraguai, da qual citou vários episódios, que lera em Schneider; a abertura da navegação dos rios interiores, particularmente a do Paraguai, devida aos esforços do Brasil; o projeto apresentado no Congresso Latino-Americano de Montevidéu para a ligação, por meio de canais, das duas bacias do Amazonas e do Prata; a colonização alemã no Brasil⁽⁴¹⁷⁾.

Rio-Branco vinha encontrar agora, nesse princípio do século XX, uma Alemanha bem diferente da que conhecera em 1867. Uma Alemanha em plena transição, a de 1900: em 1890, Bismarck havia perdido o poder, e dois anos antes morrera o velho imperador Guilherme I. Bismarck sufocara a Alemanha sonhadora dos poetas e filósofos, impondo-lhe a administração burocrática e militar da Prússia. Ela se industrializara para tornar-se a mais poderosa nação do Continente. Após o triunfo das armas, o triunfo da técnica e das ciências naturais. Enquanto a Filosofia se desacreditava, a Física e a Química eram elevadas a um estado de adoração. Durante muito tempo, a Universidade de Berlim representou o papel

(416) Foi por delicadeza para com o colega de Lisboa, a ser transferido para lhe ceder o posto, que êle preferiu Berlim, conforme explicava um ano depois em carta a Frederico Abranches: "Preferi Berlim porque era o único vago então, e porque não quis concorrer para uma remoção indo para o outro posto que julgava melhor e me fôra oferecido." — Arquivo do Itamarati.

(417) Offícios da Legação do Brasil em Berlim — Arquivo do Itamarati.

de centro espiritual da Alemanha. Agora, o centro se havia deslocado para a Escola Politécnica de Charlottenburg.

No centro desse pequeno universo de técnica e de armas brilha a figura de Guilherme II, vaidoso, espetacular, de maneiras plebéias, sempre a se exprimir em gritos. De uma volubilidade espantosa, a sua inteligência desliza perigosamente pela superfície dos problemas. Acreditava-se possuído de uma missão divina, e a vocação de déspota tornou-se-lhe patente nesta divisa sua preferida:

Voluntas regis suprema lex.

A maioria do povo alemão, embriagado de orgulho, acompanhava-o nas suas aventuras, que se iam tornando cada vez mais desvaídas pelo contínuo sucesso. Composta dos antigos liberais do Sul, dos operários socialistas em conflito permanente com uma política opressora, não contava a oposição com um grande poder. Uma sólida colisão sustentava a política imperial: o partido conservador, expressão dos prussianos, o partido nacional-liberal, representante da grande burguesia, e o "Centro", o partido católico, que fizera a paz com Potsdam. Uma grande coligação dos "bem-pensantes".

A despeito disso, a Inglaterra acredita que a Alemanha é uma nação pacífica e que uma possível ameaça de guerra só poderá surgir dos franceses e dos russos. Até os primeiros anos do século XX será esta a linha da política exterior inglesa: não-intervenção no Continente, confiança no desenvolvimento pacífico da Alemanha. Rio-Branco acompanhava a política européia do ponto de vista inglês, e isto explica a sua simpatia pela Alemanha até o momento em que ela revela claramente os seus propósitos agressivos perante a Inglaterra e o mundo. Além disso, êle admirava certas virtudes que, não sendo exclusivas dos estadistas alemães, eram nêles características e definidas: a sobriedade, a integridade funcional, o zêlo dos deveres.

Ao futuro Ministro do Exterior do Brasil a permanência em Berlim vinha completar-lhe a visão da política internacional. Êle havia até então acompanhado o jôgo e o movimento dos Estados nos setores de Londres e Paris, com um breve estágio em São Petersburgo. Dos quatro grandes centros de observação da política internacional — Londres, Paris, São

Petersburgo, Berlim — só lhe faltava o último para que tivesse da política européia uma idéia completa através de quatro diferentes ângulos de visão. 1876-1902 — o período de sua permanência na Europa — representa justamente uma época culminante da política internacional. E justamente em 1902 a situação européia fica definida nas alianças e tratados que dez anos depois geram a primeira grande guerra nos Balcãs como ensaio da guerra mundial. Para um estadista é uma experiência insubstituível, e é esta experiência que se torna completa para o Barão do Rio-Branco como ministro em Berlim.

Prestigiada de certo modo pela Inglaterra, a Alemanha torna-se, a partir de 1875, a potência dominante da Europa. A França está vencida, a Áustria mortalmente ferida pela *débacle* de 1866, a Rússia sai impotente do Congresso de Berlim, a Itália não é sequer uma verdadeira potência. Bismarck, apesar de tudo, desconfia. Ele não teme uma potência, mas uma coligação de potências. Procura, pois, adiantar-se em busca de alianças. Atrai o imperador Francisco-José, da Áustria, e o czar Alexandre II, da Rússia, ambos encantados com um aliado tão poderoso. Bismarck proclama a “aliança dos três imperadores”, aliança conservadora contra as “potências subversivas”, mas na verdade com o fim de manter em isolamento a França.

No entanto, as ambições dos dois associados chocam-se nos Balcãs. Quase toda a península balcânica estava em poder da Turquia, com o apoio da Inglaterra, e para nela penetrar a Áustria esperava contar com o apoio alemão. O que decidiu, porém, o czar a aliar-se com a Alemanha foi precisamente o projeto austríaco. A Rússia nunca renunciara de todo a Constantinopla, e não poderia ser indiferente aos clamores dos búlgaros oprimidos pelos turcos.

São as revoluções nos Balcãs que perturbam o jogo diplomático de Bismarck. O czar não se pode mais deter: declara guerra à Turquia, em 1877, vence-a, e impõe-lhe um tratado pelo qual o sultão terá de lhe ceder grande parte dos Balcãs para um novo reino búlgaro, naturalmente vassalo da Rússia. Isto representa um golpe contra a Áustria, obrigada a ficar com esse perigoso vizinho eslavo, e também contra a Inglaterra, que não pode controlar o Mediterrâneo e o caminho das

Índias sem uma Turquia mediocrementemente forte. Representa também um perigo para Bismarck. Para conservar a aliança russa, terá que perder a aliança austríaca e o isolamento inglês: dois possíveis aliados para a França. E foi para afastar o “pesadelo da coalisão” — como dizia — que êle convocou, em 1878, o Congresso de Berlim, uma grande cena diplomática na qual Bismarck e Disraeli, o príncipe russo Gortchakov e o conde húngaro Andrassy figuravam como os principais atôres. O ato do Congresso de Berlim anulava, em grande parte, a vitória da Rússia: a Bulgária tornava-se um pequeno principado, embora sob a influência russa; a Turquia ficava sendo uma potência balcânica — o que satisfazia Disraeli — e cedia à Áustria o direito de ocupar em caráter permanente a província da Bósnia — o que satisfazia Andrassy; e a França continuava excluída das deliberações européias: isto era o triunfo de Bismarck.

Contudo, a aliança dos três imperadores não mais existia. Perdida a amizade da Rússia, Bismarck concentra-se na linha Berlim-Viena-Budapeste. Em 1879 está concluída a aliança austro-alemã, obra de Bismarck e Andrassy.

Alguma coisa de essencial, porém, procura ainda o chanceler. O que êle quer, acima de tudo, é a aliança inglesa. Mas em vão: morto Disraeli, nem Gladstone nem Salisbury desejam abandonar o “esplêndido isolamento”. Ao mesmo tempo, na França, desaparece a chamada “república dos duques”; Gambetta, o vencedor, passa a ser o homem da *revanche*.

Para desviá-la, e com outros fins secretos, Bismarck estimula a política colonial francesa. Era um meio de desviar a França da Europa e colocá-la em atrito com a Inglaterra e a Itália. Realmente, em nome da Itália, Crispi exprime aspirações tunisianas. A França, prevenida contra um império colonial italiano, na África, que ameaçaria a Argélia, ocupa de surpresa a Tunísia. Mortalmente atingida, a Itália dispõe-se a renunciar às aspirações próprias sobre Triesti, e compreende todo o sentido da frase de Bismarck: “O caminho para Berlim passa por Viena”. Opera-se, assim, a tríplice aliança: Alemanha, Áustria e Itália. Bismarck tem agora em mãos uma coligação sua. E para êle parecem trabalhar os próprios acontecimentos. Com a possessão da Argélia e da Tunísia e vul-

tosos capitais na "Sociedade do Canal de Suez", a França tornara-se uma grande potência africana, capaz de ameaçar o Egito e o caminho inglês das Índias. Por isso, em 1882, a Inglaterra ocupa o Egito e compra-lhe as ações da "Sociedade do Canal de Suez". Encorajando a política colonial francesa, Bismarck conquistara a aliança italiana e atirara a França contra a Inglaterra. A França continuava, pois, isolada.

Há, no entanto, um pesadelo para Bismarck: a Rússia. Ele assina com o czar, em 1884, em caráter meio secreto, um "tratado de garantia", mas a rivalidade russo-austriaca nos Balcãs continua a ser uma ameaça de guerra. Irrompe, com efeito, uma guerra, em 1885, entre a Bulgária, vassalo russo, e a Sérvia, vassalo austriaco. De modo espetacular, Bismarck declara no Reichstag que os Balcãs, todos, não valem os ossos de um mosqueteiro prussiano. Está agindo, porém, em segredo. Uma revolução na Bulgária expulsa o príncipe Alexandre, protegido do czar, e coloca no trono o príncipe alemão Fernando de Coburg. A Rússia vê-se afastada dos Balcãs e tão isolada quanto a França. Ainda uma vez, a vitória era de Bismarck. Mas será a sua última vitória.

Cometera o erro de isolar a França e a Rússia ao mesmo tempo. Aproximam-se as duas, então, como consequência natural, embora seja a França uma república — e, na época, república de esquerda — e a Rússia governada por Alexandre III, um autocrata ultra-reacionário. Uma obra involuntária de Bismarck foi a aliança franco-russa.

O chanceler, aliás, perdera o poder, porque o jovem imperador Guilherme II não tolerava a sua tutela. Uma questão de política interna decidiu a queda do ministro. Seu sucessor, o conde Caprivi, era mais sincero e mais franco. Desgostava-o o jogo acrobático de alianças e contra-alianças. Queria fazer um jogo aberto e nítido. Suspeitando que a Rússia se tornara aliada da França, denunciou o "tratado de garantia". Dirigiu-se à Inglaterra para decidir alguns litígios coloniais. Não procurou, contudo, uma verdadeira aliança inglesa, porque tanto o imperador como o novo chanceler estavam convencidos da suficiência da Tríplice Aliança.

Haveria, neste caso, uma traição dos fatos. A Áustria achava-se enfraquecida pela luta das nacionalidades, nos limites de uma revolução geral, e a eficiência do seu exército

era coisa duvidosa. Por outro lado, a Itália, decepcionada, aproximava-se aos poucos da França, a quem apoiará nos dois conflitos marroquinos.

Podia-se já prever em 1900 que a Alemanha, criadora da política de isolamento para a França e a Rússia, seria, ela própria, um dia, a isolada, a vítima da sua política de isolamentos. Orgulhoso do seu poder, o imperador Guilherme investia constantemente contra a Inglaterra, que tudo fazia no sentido de uma paz com a Alemanha. A consequência dessa insensatez foi a "entente cordiale". A França, ligada à Rússia, reconcilia-se com a Inglaterra. Os Estados haviam tomado as suas posições para as duas grandes guerras do século XX.

De Berlim, Rio-Branco observa os acontecimentos internacionais e completa a sua experiência da política européia. A sua simpatia está, sem dúvida, com a Inglaterra e a França, em entendimentos para a "entente", na ocasião em que êle embarca para o Brasil. É possível também que houvesse nos seus sentimentos íntimos um pouco de decepção e desencanto da Europa. Isso explicaria que antes mesmo de assumir o cargo de ministro já estivesse, nas vésperas da partida, a examinar em Berlim, com Domício da Gama, a possibilidade de colocar o Brasil dentro de uma política exterior mais nitidamente americana⁽⁴¹⁸⁾, ao contrário do que pensara durante muitos anos.

Foi curta e sem acontecimentos a estada de Rio-Branco em Berlim. Na sua correspondência oficial com o Ministério do Exterior⁽⁴¹⁹⁾ só aparece a sua intervenção oficial no caso do Acre, que resolveria pouco depois no Rio. O capitalismo internacional pretendia apoderar-se do Acre, por intermédio de um sindicato, como se fôsse uma colônia africana. Capitais norte-americanos e ingleses estavam em ação em La Paz. Noticiara-se também que o chanceler alemão recebera um dos diretores do Sindicato e lhe prometera auxílio ou apoio de banqueiros alemães.

Em entrevista com o Barão de Richthofen, secretário de Estado, Rio-Branco informa-o de que a fronteira entre o Brasil

(418) Correspondência de Domício da Gama — Arquivo do Itamarati.

(419) Offícios da Legação do Brasil em Berlim — Arquivo do Itamarati.

e a Bolívia não estava ainda demarcada e pede que o governo alemão não se intrometa em tão desagradável negócio.

O Barão de Richthofen confessa que o governo alemão fôra procurado por dois representantes do Sindicato; e explica:

— Eram um inglês e um norte-americano. Traziam recomendações de Londres e mostraram-me um mapa no qual estava traçada a fronteira entre o Brasil e a Bolívia. Asseguraram-me que o território arrendado era incontestavelmente boliviano e pediram o apoio ou recomendações do governo imperial para que alguns bancos alemães entrassem no negócio, que daria lucros imensos, e se associassem assim os capitalistas alemães aos americanos e ingleses. Sem fazer promessa alguma, limitei-me a dizer que estudaria a questão. Eles ficaram de voltar no outono. Pergunto, agora: como poderá o Brasil impedir que o governo boliviano arrende parte de seu território a uma companhia estrangeira?

Ao que replicou Rio-Branco:

— Esperamos convencer esse governo de que há perigo para êle próprio e para os seus vizinhos em levar por diante o projeto de arrendamento, abdicando nas mãos de estrangeiros a sua soberania. Estamos resolvidos a embaraçar por todos os modos a realização do projeto. Nisso nos achamos de acôrdo com outros governos da América do Sul. O sindicato, que se pretende dar o caráter de empresa internacional, fazendo entrar nêles alguns ingleses e capitalistas de outros países europeus, é verdadeiramente uma empresa norte-americana. Se pudessem conseguir o que desejavam, esses especuladores de New York, logo depois de conseguirem o seu intento, não deixariam de suplantar, pelo peso dos capitais, o elemento europeu, e de excluí-lo por fim. Não deixariam também de perturbar as boas relações que temos sempre mantido e queremos manter com o governo e o povo dos Estados Unidos da América. O governo de Washington, segundo as notícias que tenho, era e é inteiramente estranho a essa manobra de alguns especuladores bolivianos e norte-americanos, os quais supõem que a América do Sul pode ser tratada como a África⁽⁴²⁰⁾.

Dando conta dessa entrevista ao Ministério do Exterior, dizia Rio-Branco, no seu ofício de 12 de junho de 1902:

A minha impressão é a que manifestei no final do telegrama de ontem. Se a Inglaterra ou se os ingleses influírem neste negócio com os Americanos, é natural que os interesses políticos e as rivalidades comerciais levem outros governos europeus a não perder a ocasião de concorrer para o entêrro da doutrina de Monroe. Ela tem sido até hoje um espantalho para impedir intervenções européias, e nos tem servido de muito em algumas ocasiões, nomeadamente no período agudo da nossa pendência com a França sôbre limites na Guiana.

(420) Offícios da Legação do Brasil em Berlim — Arquivo do Itamarati.

O fato de aparecermos em público em conflito de interesses ou em desacôrdo com a poderosa República do Norte, que até aqui passava por firme aliada do Brasil, far-nos-ia bastante dano, enfraquecendo consideravelmente a nossa situação aos olhos da Europa⁽⁴²¹⁾.

Aos banqueiros e aos homens de govêrno de Berlim, o ministro do Brasil envia esclarecimentos sôbre o caso do Acre e do sindicato anglo-americano, advertindo-os das incertezas e perigos do negôcio.

Escreve êle ao Barão Richthofen em carta de junho de 1902:

Os bolivianos começam a dar trabalho à minha Legação.

Nessa mesma época, nessa mesma hora talvez, o pensamento do nôvo presidente da República estava também voltado para o caso do Acre e para o Barão do Rio-Branco. No seu retiro de Guaratinguetá, Rodrigues Alves passava em revista os problemas do seu govêrno e compreendia a relevância que nêle ia ter a nossa questão de direito territorial com a Bolívia. Da imprecisão na forma e na inteligênciã de um dos artigos do Tratado de 1867 surgira o litígio acêrca do território do Acre, dado pelos govêrnos do Império e da República como propriedade boliviana, mas todo habitado por brasileiros.

Havia começado uma guerra entre bolivianos e acreanos, da qual o Brasil como Estado seria obrigado talvez a participar. O *Bolivian Syndicate* ameaçava instalar-se na América como entidade de podêres quase tão soberanos quanto os de um Estado. Para marcar sua oposição a tamanha anomalia em Direito Internacional, o govêrno de Campos Sales, que não pôde conseguir a rescisão do contrato do sindicato, mandou suspender em nossos rios a liberdade de trânsito para o comércio da Bolívia. Os brasileiros do Acre, por sua vez, estavam no propósito de proclamar a independência do território e depois pedir a incorporação dêle ao Brasil, enquanto a Bolívia preparava expedições militares com o fim de submetê-los à sua soberania, que, aliás, havia, em grande parte, transferido ao *Bolivian Syndicate*. No Brasil, a opinião pública mais exaltada exigia do govêrno apoio e assistênciã para a causa dos habitantes do Acre, enquanto políticos e técnicos, entre êles Rui Barbosa, a partir de 1900, vinham combatendo a inteligênciã oficial e tradicionalmente dada ao Tratado de 1867.

(421) Officlos da Legação do Brasil em Berlim - arquivo do Itamarati.

O govêrno Campos Sales não resolvera o problema, e ia transferi-lo, agravado pelo tempo e pelos reconhecimentos da soberania boliviana, como herança ao govêrno Rodrigues Alves. Não ignora o novo presidente ser êste o primeiro caso, sem permitir adiamento, que o espera no Catete, e do qual dependerá, em grande parte, o prestígio, a segurança e a popularidade de que necessita para cumprir o seu programa de govêrno. Ele precisa, para isso, de um ministro do Exterior que realize o ato diplomático não apenas com perfeita competência, mas com a autoridade de um grande nome. Para o Barão do Rio-Branco, pois, é que o seu pensamento se volta, e será êle o primeiro ministro a quem escolhe, muito antes de haver decidido quais seriam os ocupantes das demais pastas⁽⁴²²⁾. Não se conheciam os dois, pessoalmente⁽⁴²³⁾, mas Rodrigues Alves não vai pedir a Rio-Branco uma gentileza de amigo, e sim que venha prestar ao seu país um serviço de homem de Estado.

No dia 6 de julho, o Barão recebia, surpreendido, êste telegrama do presidente Campos Sales:

Rodrigues Alves deseja confiar-lhe pasta exterior e encarregou-me consultá-lo esperando de seu patriotismo não recusar. São êsses também os meus votos⁽⁴²⁴⁾.

Vem-lhe agora, de modo natural, um impulso de todo contrário ao que tivera ao receber o convite para advogado em Washington: êle não deseja ser ministro e dispõe-se a recusar o convite. A sua correspondência revela que empregou todos os argumentos e todos os recursos para se ver dispensado do encargo. Não era uma manobra, uma recusa estratégica: escrevia a Rodrigues Alves, a Campos Sales, aos amigos de influência, como quem pede socorro contra um perigo. Oferecia razões de tôdas as especies: as de saúde, as de di-

(422) "Não posso ainda dizer quais serão os auxiliares do nôvo govêrno. Foi V. Excia. a primeira pessoa a quem me dirigi." (De uma carta de Rodrigues Alves a Rio-Branco, em 3-9-1902 - Arquivo do Itamarati).

(423) Escreveu-se mais de uma vez que Rio-Branco e Rodrigues Alves haviam sido colegas no Colégio Pedro II. Isto não é verdade; não se conheciam sequer diretamente, como se vê neste trecho de uma carta do ministro ao presidente:

"Sem ter a honra de conhecer pessoalmente a V. Excia., conheço-o desde muitos anos pelas referências elogiosas de amigos comuns, alguns dêles seus discípulos no Colégio Pedro II, e, como todos os brasileiros, conheço-o pela sua dedicação à causa pública e pelos provados méritos de estadista." (De uma carta de Rio-Branco a Rodrigues Alves, em 25-7-1902 - Arquivo do Itamarati).

(424) Arquivo do Itamarati.

nheiro, as de família, as de sua falta de gosto pela atividade política. Via-se agora quanto êle estava livre da ambição do poder político e quanto a sua ambição de glória estava fixada em outras direções. Não houve talvez ninguém tão desinteressado do poder quanto o ministro do Exterior mais poderoso do Brasil.

Na sua primeira carta a Rodrigues Alves, em 25 de julho, refere-se ao que havia de mais sensível no convite, o que mais poderia incliná-lo ao gesto de aceitação:

Aprecio, portanto, em todo o seu valor, a honra que me faz, desejando confiar-me, na sua administração, o Ministério das Relações Exteriores, que aprendi a amar desde menino e que, durante anos, vi funcionar, por assim dizer, em casa de meu Pai.

Em seguida, porém, pede ao Presidente que o dispense, e entra a enumerar uma série de motivos. Primeiro, fala da sua saúde:

Sinto-me alquebrado, mal de saúde e não tenho podido cuidar de a fortalecer porque tantos trabalhos e inquietações me não têm deixado tempo para isso.

Depois, as de seu feitio pessoal e projetos de historiador:

De meu Pai disse Joaquim Nabuco que não serviria para épocas de revolução ou de agitação. De mim pode-se dizer isso com mais razão ainda. Vivo no estrangeiro desde 1876, tendo deixado então o Brasil com o propósito de me não envolver mais em política interna. Hoje, como então, penso poder ser mais útil à nossa terra servindo-a no estrangeiro, e utilizando, sobretudo agora que poderia ter algum descanso, os materiais que fui reunindo, desde a mocidade, com o desejo de escrever alguns trabalhos históricos. Indo agora para o Brasil, teria que renunciar por alguns anos, e não posso contar com muitos, a êsses meus queridos projetos, e iria viver no meio de uma agitação, que não estou habituado a ver de perto. Bem sei que a pasta das Relações Exteriores não é, ou não deve ser, pasta de política interna, mas é sempre difícil para quem a desempenha entre nós destacar-se inteiramente das questões interiores.

Em seguida, as de família e dinheiro:

Devo ainda ponderar que os encargos de família que pesam sobre mim são grandes; que acabo apenas de me instalar aqui e de pôr em alguma ordem o meu arquivo e biblioteca depois de tantas peregrinações. Esta nova mudança de tão pesada e complicada bagagem seria para mim um verdadeiro desastre financeiro.

Torna-se humilde — êle, um homem de Estado — nesta confissão:

Depois de tão longa vida de retraimento; fechado com os meus livros, mapas e papéis velhos, receio mostrar-me desajeitado na vida inteiramente diversa que deveria ter na posição de ministro de Estado.

Terminava por dizer:

Sou, assim, obrigado a pedir a V. Excia. que me dispense de ocupar o cargo em que deseja colocar-me e que, estou persuadido, eu não poderia desempenhar como entendo que deve ser desempenhado.

Embora acrescentando, com tato e delicadeza:

Não é, como V. Excia. vê, uma recusa; é um pedido de dispensa.

E para dar testemunho da sinceridade das suas palavras, indicava a Rodrigues Alves o nome de Joaquim Nabuco:

Peço licença para dizer a V. Excia. que, em minha opinião, o homem que melhor estaria à frente do Ministério das Relações Exteriores seria Joaquim Nabuco. Não só possui tôdas as habilitações para o cargo, mas também as qualidades brilhantes que não possuo, e que o tornariam um auxiliar precioso para a solução que possa ter a desagradável questão do Acre⁽⁴²⁵⁾.

Nos primeiros dias de agôsto dirige-se ao presidente Campos Sales com os mesmos argumentos. Lembra-se depois o Barão de que entre êle e Rodrigues Alves há um velho amigo, Frederico Abranches, a quem se pode dirigir para obter a desejada dispensa. Escreve-lhe, então, longa carta de quinze páginas, na qual se pode expandir mais livremente e de modo nada cerimonioso⁽⁴²⁶⁾. Nela se refere às condições do Ministério do Exterior, sem funcionalismo adequado, sem verbas suficientes, sem a assistência do Conselho de Estado. Diz que não poderia desempenhar as funções "como foram desempenhadas por Uruguai, Visconde do Rio-Branco, Maranguape, Abaeté, Abrantes, Cotegipe e outros verdadeiros ministros". E talvez nenhuma tentativa lhe estivesse tão presente quanto um possível e natural desejo íntimo de dirigir a Casa que fôra outrora dirigida por seu Pai e pelo Barão de Cotegipe.

Oferece-se, afinal, para vir ao Brasil no ano seguinte, em maio, e ajudar o govêrno a resolver o caso do Acre. A sua preocupação, vê-se, é passar o convite a Joaquim Nabuco, e sôbre isto insiste numa segunda carta a Rodrigues Alves:

(425) Carta de Rio-Branco a Rodrigues Alves — Arquivo do Itamarati.

(426) Arquivo do Itamarati.

Joaquim Nabuco é, quanto a mim, o homem mais completo que o Brasil possui hoje para a pasta das Relações Exteriores, pela preparação especial, de que tem dado tantas provas em atos e escritos notáveis, pelo tato diplomático, e também pelas qualidades brilhantes de reformador⁽⁴²⁷⁾.

Dispõe-se, neste caso, a ir para Roma trabalhar no pleito referente à Guiana Inglesa, mas logo acrescentando que o faria anonimamente, para que a glória da possível vitória coubesse toda ao amigo⁽⁴²⁸⁾. Todavia Nabuco, ao mesmo tempo, manifesta a opinião de que “o homem mais completo para a pasta das Relações Exteriores” é o próprio Rio-Branco, e lhe telegrafia de Londres:

Você não deve hesitar. Pense nome seu e seu pai. De que serviria salvar territórios caindo país cada vez mais? Oferece-se ocasião única você influir destinos políticos pátria. Você já escreveu: vá agora fazer história, considerando necessidade país ter homens de governo como você. Tudo mais seria deserção⁽⁴²⁹⁾.

Sem nada saber a respeito do convite de Rodrigues Alves, o ministro do Exterior Olinto de Magalhães, que deseja ir para Berlim, oferece a Rio-Branco a Legação em Roma. Ele se apega a esta solução como a mais conveniente, e escreve a José Carlos Rodrigues, em agosto:

O que mais me convém é que se realize a idéia do Olinto de ir eu para Roma. Poderei cuidar da minha saúde e dos trabalhos que tenho em preparação e que interrompi em 1893 para tratar dos Pepiris e Oiapoque⁽⁴³⁰⁾.

Desejava, aliás, deixar a Alemanha por um escrúpulo de consciência: um dos seus genros ia seguir ali a carreira administrativa, e ele não queria ser ministro do Brasil junto ao governo de que ia depender o parente. Escrúpulo que o levava também a pedir ao Ministério do Exterior que tornasse sem efeito o ato que nomeara o seu outro genro — este, francês — para uma função em consulado brasileiro na França.

Lembrar-se-ia o Barão do Rio-Branco da correspondência escrita por Juca Paranhos vinte e seis anos antes para obter o Consulado em Liverpool? Curioso contraste: da mesma atividade febril e da mesma correspondência abundante que

(427) Carta de Rio-Branco a Rodrigues Alves — Arquivo do Itamarati.

(428) Correspondência — Arquivo do Itamarati.

(429) Arquivo do Itamarati.

(430) Carta a José Carlos Rodrigues — Arquivo do Itamarati.

êle se utilizara outrora para conseguir o pequeno pòsto que lhe negavam, lança mão agora para recusar o grande cargo que lhe oferecem. O rapaz de trinta anos, sem prestígio e glória, escrevia cartas apaixonadas e ardentes ao chefe do Gabinete e aos amigos para conquistar um emprêgo de cônsul; o homem de cinqüenta e sete anos, famoso por duas extraordinárias vitórias, dirige calorosas e insistentes mensagens ao presidente da República e aos amigos para recusar uma pasta de ministro todo-poderoso.

Nada menos de cinco cartas envia a Rodrigues Alves, e em cada uma delas cresce a tonalidade e a segurança dos seus argumentos de recusa. O Presidente responde a cada carta com um telegrama de apêlo e coloca o seu convite no plano dos irrecusáveis serviços ao país, como se vê neste trecho de carta:

Quando pedi ao Dr. Campos Sales que o convidasse, em meu nome, para o cargo de Ministro das Relações Exteriores, disse-lhe que as questões diplomáticas têm assumido entre nós tal importância que eu precisaria do concurso de um homem de reconhecida autoridade para bem estudá-las e de real competência para indicar as melhores soluções. Era para V. Excia. um sacrifício, eu bem sabia, mas é preciso que os homens bons o façam em benefício do país quando o seu esforço é reclamado em nome de seus grandes interesses.

A pasta do Exterior não pode estar subordinada a influências partidárias, mas convém que seja prestigiada com um nome de valor, que inspire confiança à opinião pública, impedindo que ela se apaixone ou se desvaire⁽⁴³¹⁾.

Chegara um momento em que não mais se podia escusar. No dia 29 de agosto êle recebia de Rodrigues Alves o seguinte telegrama:

Valiosas ponderações cartas não me convenceram. Nome V. Excia. será muito bem recebido não podendo negar país sacrifício pedido.

As nove horas da manhã do dia 30, Rio-Branco envia a sua resposta final ao Presidente:

Farei sacrifício que V. Excia. julga necessário contente de o fazer pelo muito que devo à nossa terra e a V. Excia.⁽⁴³²⁾.

Já agora se sente reconciliado com a República. Nem de leve tem o pensamento ou a idéia de uma restauração

(431) Carta de Rodrigues Alves a Rio-Branco — Arquivo do Itamarati.

(432) Arquivo do Itamarati.

monárquica. O que êle deseja é o aperfeiçoamento das*instituições republicanas. E no mesmo dia 30 de agosto, em carta a Nabuco, comunicava ao amigo a sua posição em face do problema:

Sempre entendi que, desenvolvendo o Ato Adicional, poderíamos ter a melhor das Federações, a do tipo inglês, como existe no Canadá e Austrália. Sem falar na bancarrota de vários Estados e nos últimos abusos que nêles se têm enraizado, os inconvenientes da federação *à americana* revelam-se até mesmo no que diz respeito à nossa política externa. Alguns incidentes da questão do Acre estão mostrando isso. Quanto ao chamado *regimen presidencial*, que lhe não agrada, entendo que é ainda o que nos convém por muito tempo. No meio da anarquia geral que ainda reina, sem dois grandes partidos, fortes e disciplinados, seria imprudente tentar o restabelecimento do regime parlamentar.

As grandes reformas políticas não podem ser feitas da noite para o dia. Você, que tem amor à vida política, as tentará oportunamente, quando voltar ao Brasil, esforçando-se para que possamos ter uma República melhor do que a atual; mas, com os cabelos brancos que você já tem, não poderá deixar de reconhecer hoje que depois de tantas reformas precipitadas e inconsideradas, o que precisamos é de fortalecer e desenvolver os elementos conservadores, pôr termo às agitações e à anarquia e assegurar, acima de tudo, a unidade nacional⁽⁴³³⁾.

De Londres, numa carta comovida, Nabuco envia-lhe uma mensagem de despedidas:

Adeus, meu caro Amigo e senhor Ministro. Deus o tenha em sua guarda todo o tempo. O sistema presidencial seria com efeito melhor para o caso, se o govêrno de fato não pertencesse em primeira mão a tantos régulos provinciais. Vá com "a unidade nacional acima de tudo". Você terá uma chave mágica para entrar e sair em tôdas as questões.

Não lhe posso dizer a emoção que me causa essa misericórdia da Providência para conosco. Estou certo de que no govêrno você se esquecerá de si mesmo e sentirá o amor ardente do nosso país dominá-lo como a última paixão da sua vida.

Seria realmente o Itamarati a última paixão da sua vida, e dentro dêle não mais se lembraria de si mesmo. Estava aquebrado e doente, sendo, além disso, de uma família em que os homens tinham morrido cedo.

Costumava dizer aos amigos:

— Morrerei na idade em que morreu meu Pai.

(433) Arquivo de Joaquim Nabuco, no Itamarati,

E escreveu a Rodrigues Alves:

— Não tenho mais muitos anos de vida.

Há de ter pensado que ia sacrificar, então, os seus prazeres da velhice: nesse mesmo ano de 1902 nasceram duas das suas netas, filhas de Amélia e Clotilde. E Hortênsia — de quem êle dizia neste momento: “tenho uma filhinha de 17 anos pela qual morro de amôres”⁽⁴³⁴⁾ — fizera, em agôsto, a sua entrada na sociedade em companhia de Raul⁽⁴³⁵⁾. Diante dêle ali estavam o arquivo e a biblioteca de historiador, e a melancolia de sentir que não realizaria mais a obra com que sonhara desde a adolescência. De autor passara a ser ator da História do Brasil. Em vez de espectador, êle estava agora no centro do espetáculo histórico. O destino continuava a marcá-lo e a conduzi-lo através de insuspeitados caminhos. Dava-lhe a Providência sempre mais do que êle desejava. Começou, com certeza, a sentir nesse momento o que exprimiria anos depois em discurso no Instituto Histórico, como se fôsse um traço do seu próprio retrato:

O estudo da história nacional é ocupação das mais gratas e tão absorvente para os que por êle se apaixonam, que, às vêzes, uma vida inteira se passa, — e disso há mais de um exemplo nesta casa, — em reunir elementos para trabalhos de conjunto, que nem sempre nos julgamos bastante preparados para empreender resolutamente ou cuja execução adiamos seduzidos pelo desejo de novas, mais amplas e contínuas pesquisas. Mas durante essa longa, prolixa e paciente preparação, em que as descobertas pessoais se multiplicam, enchendo de encanto o investigador, durante o minucioso inquérito a que procedemos sôbre os nossos antecedentes sociais e políticos, vai se formando em nós, primeiro obscuramente e depois com evidência e autoridade irrecusáveis, a convicção da grandeza dos nossos destinos no hemisfério americano⁽⁴³⁶⁾.

Mas se é verdade, como escreveu Freeman, que “a história é a política no passado e a política é a história no presente” — o grande historiador explica, em certo sentido, o grande ministro do Exterior. O movimento de sua vida foi, assim, oposto ao da vida de Nabuco: Joaquim Nabuco, polí-

(434) Carta a Frederico de Abranches — Arquivo do Itamarati.

(435) De um dos *Cadernos de Notas*:

“28 de agôsto de 1902 — À noite na Ópera Raul com minha filhinha Hortênsia, que assim faz a sua entrada na sociedade, sendo essa a primeira grande cerimônia oficial a que a levei.” — Arquivo do Itamarati.

(436) *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, tomo LXXI, parte II, págs. 590-591.

tico na mocidade, voltou-se para a história, como compensação da política, num momento de ostracismo; Rio-Branco, historiador na juventude, tornou-se político, em novo plano da história, no momento de apogeu e glória.

Sentiu-se realmente tomado de uma grande paixão, a última de sua vida. Paixão que transfigura o homem alquebrado, que vence e domina a doença e o tempo. Não lhe restam senão nove anos de vida, mas não os viverá em estado de velhice ou decadência. Todas as suas forças íntimas, todas as suas energias físicas e intelectuais, como que se concentram para este último período de existência; e a paixão do estadista empresta ao homem uma nova fisionomia de juventude. Ao colocar os pés no *Atlantique*, que o traz ao Brasil, o seu rosto revela vitalidade, decisão e alegria⁽⁴³⁷⁾. Dir-se-ia que, ao desembarcar no Rio de Janeiro, êle se sente tão jovem, no limiar da obra de ministro de Estado, quanto o rapaz que vinte e seis anos antes desembarcara na Europa para ser cônsul em Liverpool.

(437) Retrato de 1902,

Capítulo IX

A volta de Rio-Branco ao Brasil. Festas de desembarque. A sua popularidade. O discurso no Clube Naval. Atitude dos monarquistas e dos "jacobinos". Incidente com os positivistas. O ministro e o jornalista do Itamarati. A questão do Acre. Uma nova interpretação do artigo 2.º do Tratado de 1867. Primeiras negociações. Dificuldades com o "Bolivian Syndicate". Divergência entre Rio-Branco e Rui Barbosa. Notas e despachos diplomáticos do ministro do Exterior. O Tratado de Petrópolis e a "exposição de motivos" de Rio-Branco. Discussões em torno do Tratado. A manifestação popular de 20 de fevereiro de 1904.

NO DIA 1.º de dezembro de 1902 a cidade do Rio de Janeiro apresentava um movimento fora do comum. Alguns cronistas comparavam êsse dia com o da chegada de D. João VI, quase um século antes; nem mesmo diferia muito a fisionomia urbanística do ambiente, ainda de feitio colonial ao se abrir o século XX. Cêrca de dez mil pessoas estavam nas ruas para as festas do desembarque do Barão do Rio-Branco. Desde as 8 horas da manhã a população começara a encher o cais e a Praça 15. Em tórno do navio *Atlantique* muitas lanchas compunham uma representação nacional: ali estavam ministros, membros do Congresso, figuras do Exército e da Marinha, representantes do comércio e da indústria, delegações dos Estados, estudantes do Rio e de São Paulo.

Tendo passado do navio para o galeão *D. João VI*, rodeado de embarcações, o Barão do Rio-Branco saltava ao meio-dia no cais Pharoux. Uma multidão aplaudia-o freneticamente,

recebia-o como aos grandes cabos de guerra depois do êxito das batalhas.

Pode-se imaginar a sua comoção nesse primeiro contacto direto com a popularidade, nesse encontro pessoal com a glória. Fazia vinte e seis anos que ali havia embarcado para o estrangeiro, quase sozinho, com um futuro incerto e duvidoso. Agora, um quarto de século depois, voltava como um triunfador imprevisto, a quem a multidão tudo oferecia em glória e poder. Não estava ainda habituado com o sucesso, e a sua ambição de glória teve naquele dia a primeira consagração pessoal. De um obscuro cônsul, ainda havia dez anos, passara a ser a figura mais festejada e mais aclamada pelo povo. Nenhum outro nome sobrepujava o seu em prestígio e popularidade.

Sorridente, com a fisionomia um pouco alterada pelos traços de comoção e alegria, êle contempla os movimentos da multidão e ouve-lhe os gritos de aplauso. O percurso pelas ruas da cidade veio a constituir uma cena espetacular. Do préstito faziam parte representações de tôdas as classes e entidades sociais: do Govêrno, da Câmara e do Senado, do Exército, da Marinha, do corpo diplomático, do corpo consular, das escolas militares, dos colégios oficiais e particulares, de associações religiosas, de sociedades culturais e literárias, de instituições científicas, de clubes mundanos, das escolas de Direito, Medicina e Engenharia, do comércio, da indústria, das repartições públicas de diversos ministérios, dos veteranos da guerra do Paraguai. Clarins e bandas de música anunciavam a sua passagem. Por tôda parte se via o seu retrato. As ruas estavam embandeiradas, num espetáculo festivo de côres e dísticos, e das sacadas atiravam-lhe flôres. Coberta de flôres também estava, desde a véspera, a estátua do Visconde do Rio-Branco. E não é só isto o que lhe lembra o Pai no dia da chegada: em certo momento, um prêto, ex-escravo, avançou chorando para o *landau*, onde se achava o Barão, conseguiu aproximar-se dêle e beijar-lhe as mãos, dizendo que “beijava as mãos do filho do maior dos brasileiros, libertador de escravos”.

No largo de São Francisco, na entrada da rua do Ouvidor, aparecia um grande arco, em estilo dórico, de 16 metros de altura e 12 de largo, construído sôbre 8 colunas. Sôbre os capitéis das colunas, fechando o arco, liam-se inscrições alu-

sivas aos feitos e datas do ministro do Exterior: do lado da rua do Ouvidor: à direita — *Missões 5 de fevereiro de 1895*, à esquerda — *Amapá 1.º de dezembro de 1900*, e da platibanda que rematava o arco — *Barão do Rio-Branco*; do lado da Escola Politécnica: à direita — *1.º de dezembro de 1902*, à esquerda — *20 de abril de 1845*, e da platibanda — *Ao que tão bem serviu a Pátria — a Pátria agradecida*.

Na rua do Ouvidor detém-se o préstito. A multidão exige que se revogue, naquele instante excepcional, a postura que proíbe a passagem de carros no local. Estudantes desejam desatrelar e conduzir o carro em que vinha Rio-Branco. Ele não consente, e atravessa a rua a pé no meio da multidão⁽⁴³⁸⁾. Foi o momento de mais intensidade e euforia na manifestação popular. E que sentimentos teriam vindo ao espírito de Rio-Branco na possível lembrança dos seus passeios, trinta anos antes, pela rua do Ouvidor — passeios do elegante e despreocupado Juca Paranhos?

Ao chegar ao Clube Naval, êle pronuncia o seu discurso de agradecimento, o seu primeiro discurso de ministro:

Desde 1895 tenho tido a fortuna e a grande honra de em várias ocasiões receber dos meus compatriotas, sem distinção de partidos, testemunhos de benevolência e de liberal apreço que muito me comoveram e que saberei guardar religiosamente na memória e no coração. Recebidas no retiro do meu então remoto gabinete de trabalho, nenhuma dessas demonstrações, que tão profundamente penhoraram a minha gratidão, me abalou mais do que esta que recebo dos poderes públicos, da nação a que me ufano de pertencer, do povo fluminense, da mocidade das escolas — hoje que, depois de vinte e seis anos de vida no estrangeiro, revejo de nôvo, e cheio de prazer, a terra e a cidade do meu nascimento, acudindo ao chamado do primeiro magistrado da Nação.

Traçava desde logo a sua linha de ação, o seu programa de política exterior acima das divisões de política interna:

Desde 1876 desprendi-me da nossa política interna com o propósito de não mais voltar a ela e de me consagrar exclusivamente a assuntos nacionais, porque assim o patriotismo daria forças à minha fraqueza pessoal. Aceitando depois de longas hesitações e reiterados pedidos de dispensa o honroso pôsto em que entendeu dever colocar-me

(438) Comentando o episódio, dizia o *Jornal do Comércio*, no dia seguinte, em tom solene: "tomou o seu lugar em meio da multidão o festejado do povo. Fêz bem o Sr. Barão do Rio-Branco; é entre a população que a verdadeira fama cresce, se estende e se perpetua; firmam-se no solo os alicerces dos monumentos erguidos às grandes memórias, sejam elas de mármore ou granito, de ferro ou de bronze".

o ilustre Sr. Presidente da República, em nada modifiquei aquêlo meu propósito. A pasta das Relações Exteriores, disse-me êle, não é e não deve ser uma pasta de política interna. Obedeci ao seu apêlo como o soldado a quem o chefe mostra o caminho do dever. Não venho servir a um partido político: venho servir ao Brasil, que todos desejamos ver unido, íntegro, forte e respeitado. Não posso dizer que desconheço as nossas parcialidades políticas porque acompanhei sempre com interesse os acontecimentos de nossa pátria. Não os desconheço porque a todos estou prêso desde alguns anos pelos laços da gratidão. Peço a Deus que me dê fôrças para poder continuar a merecer a estima dos meus compatriotas no pôsto para mim demasiado alto e difícil em que acabo de ser colocado⁽⁴³⁹⁾.

Era de certo modo uma linguagem nova, dir-se-ia uma voz do Império a falar de uma política exterior independente, de uma nação “forte e respeitada” no Continente e no Mundo. Havia também no discurso a discreta advertência de que tantos anos no estrangeiro não o tornaram um desajustado no ambiente nacional. Repetia-se, em Rio-Branco, o caso de José Bonifácio: a formação no estrangeiro e a realização de uma obra profundamente brasileira. Ambos, homens de ciência e de gabinete, envelhecidos na Europa, regressando à Pátria para a ação política, quase aos sessenta anos. Num e noutro, a distância servira para que mais intensamente se aproximassem da pátria e se identificassem com os seus problemas. Tudo o que aprenderam e observaram no exterior convergia para um sentimento da terra e da história do Brasil. José Bonifácio seria o líder de sua independência, Rio-Branco seria o construtor do seu mapa geográfico e de sua integridade territorial.

Logo depois de visitar o presidente Rodrigues Alves, no Catete, o pensamento de Rio-Branco voltou-se para Prudente de Moraes, às portas da morte no seu retiro de Piracicaba. No mesmo dia da chegada, de tarde, manda-lhe êste telegrama, talvez o último enviado ao moribundo:

Ao regressar à pátria dou-me pressa em apresentar a V. Excia., benemérito entre os mais beneméritos estadistas da nossa terra, os meus respeitosos cumprimentos e os novos protestos do meu afeto e gratidão. As demonstrações de estima que tenho recebido dos nossos compatriotas devo-as principalmente a V. Excia. Tenho sempre muito presente no coração as belas e generosas palavras que V. Excia. proferiu no dia 13 de fevereiro de 1895 e muito na lembrança a firmeza

(439) Este discurso no Clube Naval foi improvisado. Rio-Branco reconstituiu-o depois, e os trechos acima transcritos foram copiados da reconstituição feita por êle próprio. (Original no Arquivo do Itamarati).

com que, durante o seu govêrno, sem solicitação minha, me sustentou na defesa da causa que me fêz a honra de confiar. Faço os mais arden-tes votos pelo pronto e completo restabelecimento da saúde de V. Excia. Espero poder brevemente ir abraçá-lo.

Está ansioso para rever a sua cidade. Percorre-a vagarosamente, no dia seguinte, a pé e de bonde. Param os transeuntes para vê-lo passar, e êle sente-se apontado e aclamado em tôda parte. Havia a aumentar-lhe o prestígio, e a torná-lo mais fascinante, a circunstância de não ser conhecido pessoalmente, de ser o grande homem de quem se falava sem se conhecer a figura. A sua popularidade, nos primeiros dias, ainda se conserva cerimoniosa, ainda não se tornou íntima como o será depois. Êle ainda não é, apenas, *O Barão*... Antes de assumir o cargo no Itamarati, quis ir a Petrópolis, onde projetava fixar residência. Aliás, nessa época, todo o corpo diplomático — com exceção dos ministros de Portugal e do Uruguai, êste médico — habitava Petrópolis, como uma fuga à febre amarela e à varíola, em constantes epidemias no Rio. Contava-se, com horror, o caso de um diplomata estrangeiro que perdera um filho de trinta anos e enlouquecera num desgosto desesperado.

No dia 3 de dezembro, o Barão tomava posse do cargo de ministro do Exterior. Ia agora dirigir o ministério que êle vira funcionar desde menino dentro da sua própria casa. Entrava ali à vontade, na certeza de que não teria surpresas. Podia assumir o comando desde o primeiro dia com segurança e desenvoltura. O cargo de ministro do Exterior havia sido o cargo por excelência do Visconde do Rio-Branco, que o ocupara quatro vêzes no Império. Seria também o cargo por excelência do Barão do Rio-Branco, que o ocuparia durante um período maior do que o de qualquer outro ministro no Império ou na República. Ali estava, como diretor-geral, o mesmo funcionário, o Visconde de Cabo Frio, que servira, em igual cargo, sob a direção do seu Pai. Em estrutura burocrática, pouco ou nada se diferenciava o Itamarati de 1902 da antiga Secretaria dos Negócios Estrangeiros. Repartição pequena, com reduzido número de funcionários, estava bem longe de corresponder às exigências do momento⁽⁴⁴⁰⁾. Havia

(440) O Ministério do Exterior, entre todos os ministérios do govêrno republicano, era o que dispunha de menor verba orçamentária. (Vide A. Tavares de LIMA, *Organização Política e Administrativa do Brasil*, pág. 285, Rio, 1941).

nela, em 1902, menor número de empregados do que em 1859; os vencimentos eram quase os mesmos de meio século antes⁽⁴⁴¹⁾. Contava agora o Itamarati com vinte e sete funcionários apenas⁽⁴⁴²⁾. Não havia mais o Conselho de Estado para os pareceres e consultas, não havia consultor jurídico ou técnico; o Visconde de Cabo Frio fazia as vèzes de Conselho de Estado, de consultor e até de ministro⁽⁴⁴³⁾.

A partir de 3 de dezembro de 1902, Rio-Branco não somente será o verdadeiro ministro, mas substituirá o antigo Conselho de Estado e retomará a grande tradição da política exterior do Império. Era a sua figura o que faltava para compor o quadro histórico do Itamarati: tudo lá se encontrava como no tempo da Monarquia, mas com a ausência de um grande ministro como alguns de outrora. Avançara a República, sob vários aspectos, mas não em matéria de política externa. Pois a política exterior é antes de tudo uma linha tradicional, e ao Barão do Rio-Branco é que caberia o papel de unir, no plano da política externa, a República com a Monarquia.

Ajudava-o nessa obra a ausência de partidatismo, o patriotismo acima de quaisquer divisões de idéias ou de regimes, a sua veneração à Monarquia ao mesmo tempo que a sua lealdade à República.

Por isso mesmo, pela sua especial colocação política, alguns equívocos se esboçam no ambiente dos partidos logo depois da chegada de Rio-Branco. O povo deu-lhe apoio desde o primeiro dia, como também a maioria dos políticos, mas a sua atitude desgostou, por motivos opostos, os dois pequenos

(441) No seu primeiro e único *Relatório* (1902-1903) impresso, já Rio-Branco, de acôrdo com as cartas que de Berlim mandava a Rodrigues Alves, falava da necessidade de uma reforma do Ministério:

“A Secretaria de Estado das Relações Exteriores está precisando de uma reforma urgente que a ponha em condições de poder satisfatoriamente dar conta de todos os negócios que por ela correm. E por esta repartição que o Brasil se corresponde com o estrangeiro e, pois, não deve ela merecer menos atenção e cuidado do que as outras.

“Logo que v. Ex. me convidou para fazer parte do Ministério que ia formar, eu tive a honra de lhe escrever de Berlim fazendo sentir a necessidade dessa reforma, com aumento de pessoal e melhoria de vencimentos”.

(442) Eram 38 em 1859.

(443) “Ele [o Visconde de Cabo Frio] é ali o homem bem preparado, a tradição viva e não tem criado na casa homens que o possam substituir. Está habituado desde muito a tratar com ministros, que, não querendo trabalhar ou não conhecendo bem os negócios da pasta, se limitam a assinar notas e despachos”. (De uma carta do Barão do Rio-Branco a Frederico de Abranches, em 7 de agosto de 1902 — Arquivo do Itamarati).

grupos extremados dos dois partidos adversários: Os monarquistas intransigentes, chefiados por Andrade Figueira, encravavam como traição o serviço de um antigo monarquista à República; os republicanos jacobinos, por sua vez, viam em Rio-Branco o possível chefe de um movimento restaurador. Ele se achava, assim, observado com desconfiança, e até combatido pelos dois grupos extremos.

Martim Francisco recebia-o, a princípio, com um artigo de jornal, em que expunha, ao seu ver, o malôgro da República e a necessidade da volta da Monarquia, concluindo:

Na atualidade nacional é hoje o Barão do Rio-Branco o Caxias da nossa política externa. Imitá-lo-á?

O Brasil é um enfêrmo. E o sorriso com que êle vê a chegada do nôvo médico mal lhe disfarça as contorções que lhe renovarão em breve os gemidos e os soluços.

Lembra-se S. Ex. do estado em que o deixou há vinte e seis anos? Deixou-o — *Brasil*; encontra-o — *Brasts*.

Deixou-o árbitro moralizado das contendas alheias; encontra-o aliado até dos seus próprios direitos, hóspede em sua própria casa. Encontra-o isolado na América do Sul, desrespeitado, maltrapilho, desconceituado na civilização ocidental. Deixou-o môço; encontra-o moribundo, abandonado, tendo por único sinal de vida o ódio dos povos vizinhos e o desdém das nações longínquas.

...Que fará o Barão do Rio-Branco?

O Pai libertou uma raça. Quererá o filho libertar o Brasil?

Na lenda de Pródicus, Hércules não vacilou⁽⁴⁴⁴⁾.

Isto indicava a medida das esperanças com que os monarquistas recebiam Rio-Branco, no desejo de fazer da sua glória e do seu prestígio uma bandeira restauradora. O Barão, porém, desiludiu-os desde logo com as suas declarações aos amigos: estimava historicamente a Monarquia, amava-a como o ambiente de sua formação, preferia o parlamentarismo monárquico a qualquer outro sistema, mas já se sentia ligado à República, seria fiel ao regime a que estava servindo como ministro. Não trazia nenhum sentimento sebastianista; e não via, com o seu olhar objetivo, possibilidade nenhuma de restauração. A um jornalista que lhe atribuiu a declaração de que era ministro *na* República e não ministro *da* República, êle respondeu em entrevista à imprensa:

(444) Artigo publicado no *Comércio de São Paulo*, e transcrito na imprensa do Rio, em dezembro de 1902.

Eu não seria só um ingrato, mas um imprudente, se alguma vez houvesse dito isso.

Era evidente, porém, a sua antipatia aos republicanos extremados, aos jacobinos, aos florianistas, aos positivistas⁽⁴⁴⁵⁾. A república que êle aceitava era a moderada, a “república dos conselheiros”, agora vitoriosa com a presidência Rodrigues Alves. Pareciam-lhe, assim, despropositadas ou ridículas as fórmulas do positivismo, adotadas pela República nos papéis do Estado. Tivera o destemor de o declarar ao próprio ministro das Relações Exteriores de Floriano Peixoto, ao assumir, em Washington, a Missão Especial, quando não tinha nenhum poder para sustentar a sua atitude contra os jacobinos em pleno fastígio. Em ofício de 20 de setembro de 1893 exprimira corajosamente o seu parecer:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Despacho-Circular de 7 de julho em que V. Excia recomenda que todos os ofícios sejam fechados com as palavras *Saúde e Fraternidade*.

Entendendo que a circular se aplica aos serviços ordinários e não às Missões Especiais e temporárias como esta, deixo por enquanto, até decisão, de recomendar aos secretários que juntem essa fórmula final aos ofícios daqui expedidos. Se a ordem é igualmente aplicável às Missões Especiais, ousou pedir a V. Excia. que, não havendo inconveniente, se digne me dispensar do emprêgo de uma fórmula de saudação que na República Francesa, onde teve nascimento, só é empregada hoje pelos discípulos da religião de Augusto Comte, e que só poderei empregar com o protesto, que desde já faço, de que isso não importará da minha parte adesão de espécie alguma à doutrina política e religiosa dêsse Filósofo.

Se entre nós a antiga fórmula — Deus guarde a V. Ex. ou V.S. — foi abolida em atenção às idéias filosóficas de alguns brasileiros, creio que as crenças religiosas de outros, sem dúvida muito mais numerosas, merecem também consideração. Isto justificaria a adoção das fórmulas de cortesia e respeito usadas no estilo oficial da República Francesa, da Confederação Suíça e dos Estados Unidos da América, fórmulas essas que satisfazem a tôdas as consciências.

Com a adoção da antiga fórmula revolucionária, não admitida em nenhuma outra República, os despachos ou documentos do nosso Ministério das Relações Exteriores, comunicados aos governos estrangeiros

(445) No folheto de Gabriel de PIZA contra Rio-Branco há o seguinte trecho:

“En entendant invoquer le Positivisme, il s'irritait immédiatement: “En France, personne ne donne d'importance au Positivisme. C'est une chose qui n'existe pas ici. Seuls, nos officiers brésiliens, bacheliers d'épée, lisent ces inepties de Comte”. (*Incidente Piza—Rio-Branco*, pág. 54, Paris, 1912).

A despeito do que há de invenção, desvario e ridículo no folheto de Gabriel de Piza, o trecho citado merece fé, porque o confirmam vários documentos e atitudes de Rio-Branco.

pelos nossos representantes diplomáticos, ficarão constituindo uma exceção estranhável, e asseguro a V. Ex. que mesmo nas três Repúblicas acima citadas a impressão daí resultante nos não será favorável, porque isso induzirá a crer que ainda estamos atravessando uma crise revolucionária⁽⁴⁴⁶⁾.

Podia, agora, tornar prática essa lição que dera dez anos atrás ao governo Floriano; e logo depois de sua posse, no dia seguinte, mandou suprimir, na correspondência do Itamarati, as fórmulas e expressões positivistas: *Saúde e Fraternidade, Vós, Capital Federal*. A resposta dos positivistas não se fez esperar, em ardorosos protestos. Logo a 23 de dezembro, Miguel Lemos, no *Jornal do Comércio*, atacava o Barão do Rio-Branco, traíndo numa deselegante alusão final o seu ânimo apaixonado:

Com efeito, o Sr. Paranhos do Rio-Branco, nome laureado em certas de nossa geografia histórica, acaba de mandar suprimir na correspondência do ministério que lhe foi confiado pelo Sr. Presidente da República a fórmula — *Saúde e Fraternidade* — e o tratamento de — *vós*; ordenando também que a denominação de — *Capital Federal* — seja aí substituída pela de — *Rio de Janeiro*. É de esperar que não tarde a restauração dos títulos nobiliárquicos.

Se estas alterações dimanassem de um republicano insuspeito, teríamos de lamentar a sua pequice política, mas partindo do aclamado chefe do intitulado partido da pátria⁽⁴⁴⁷⁾ elas não podem deixar de incutir sérias apreensões nas almas de todos quantos sabem pressentir através de tais sintomas, por pequenos que pareçam, a intoxicação sebastianista que vai corroendo fundo as instituições fundadas por Benjamin Constant.

Mas seja como fôr, o que sinceramente desejamos é que essas reformas iniciais do Ministro do Exterior muito contribuam para que o ilustrado brasileiro nos demonstre praticamente, na gestão política da sua pasta, que o capitólio das Missões e do Amapá está muito distante da rocha Tarpéia do Acre e de outros insondáveis despenhadeiros que demoram em tórno de sua emiente posição no Govêrno da República⁽⁴⁴⁸⁾.

O jornalista, o antigo redator de *A Nação*, ressurge mais uma vez em Rio-Branco. Durante nove anos êle será na imprensa, em comunicados e artigos sob diversos pseudônimos, o defensor de si mesmo e dos seus próprios atos. Não será apenas o ministro, mas também o jornalista do Itamarati. Assim, com o pseudônimo de *Nemo*, êle volta ao jornalismo,

(446) Correspondência da Missão Especial em Washington (1893-1895) — Arquivo do Itamarati.

(447) O Partido Monarquista.

(448) *Jornal do Comércio* de 23 de dezembro de 1902.

em janeiro de 1903, com um artigo de resposta a Miguel Lemos⁽⁴⁴⁹⁾. Uma resposta de autêntico jornalista: documentada, escrita com vivacidade e graça, alternando as explicações sérias com algumas notas espirituosas. Vê-se, pelos "a pedidos" do *Jornal do Comércio*, nos dias seguintes, quanto foi comentado o artigo de Rio-Branco, quanta sensação causou nos meios políticos e jornalísticos. Fêz-se logo a identificação de *Nemo*, e dizia-se que o nôvo jornalista estava à altura dos melhores da época, como Alcindo Guanabara, Edmundo Bittencourt, Carlos de Laet, Tobias Monteiro, Medeiros e Albuquerque.

Justificando a sua discutida circular de 4 de dezembro, êle comentava:

Empregando-se o nome geográfico *Rio de Janeiro*, todo o mundo sabe que se trata da Capital Federal do Brasil; usando-se da perífrase *Capital Federal*, não se pode saber, ao certo, se o documento foi firmado no Rio de Janeiro ou se em Berna, Berlim, Washington, México, Caracas, Buenos Aires, Otava ou Sidney. Em nenhuma outra federação ocorreu ainda a ninguém substituir o nome particular e distintivo da cidade por um vago circunlóquio, e felizmente em nenhum dos Estados da nossa União houve ainda quem se lembrasse de desprezar o nome próprio da cidade sede do Govêrno para escrever: *Capital Estadual*.

A propósito do emprêgo de *vós*, o jornalista Rio-Branco fêz rir a cidade inteira, com certeza, contando êste caso:

Veja-se, por exemplo, o seguinte curioso trecho de ofício há tempos publicado, escrito por um pretense positivista que em 1889 mereceu a honra de um retrato, com extensa dedicatória, do ilustre Benjamin Constant:

... Já *vês*, pois, que quem se enganou e errou *fôstes vós* e não *êste seu criado*, que *chamei* a atenção dos ilustres ministros...

Em officios e telegramas, em vez de *vós* têm recebido funcionários brasileiros, às *vêzes*, o pouco cerimonioso tratamento de *tu*.

Via-se na circunstância da assinatura abreviada *Rio-Branco* um sinal de sebastianismo? Êle lembrava, então, que o presidente da Confederação Suíça assinava apenas *Zemp*, o chanceler da Confederação Ringier, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Delcassé; e perguntava:

Poderá o crítico pretender que os velhos republicanos suíços *Zemp* e Ringier, que o radical francês Delcassé devem ficar suspeitos de fingido republicanismo porque assinam um só nome?

(449) "Jornal do Comércio", de 11 de janeiro de 1903.

Terminava o artigo respondendo à alusão de Miguel Lemos sobre o caso do Acre, jogando-lhe com as próprias palavras, numa admirável *trouaille* jornalística:

Não sabemos que haja entre nós um "intitulado partido da pátria". Se existe terá outro ou outros chefes. Afastado há vinte e oito anos das nossas questões de política interna, o Sr. Rio-Branco tem mostrado que não procura nem deseja eminências políticas. Se ultimamente, pela confiança do nôvo Presidente da República, foi colocado em "posição eminente", outros galgarão essas alturas muito mais facilmente e muito mais depressa do que êle. É também sabido que só aceitou o pôsto que ocupa depois de longa resistência, porque, dados os seus hábitos de vida tranqüilla e retirada e os encargos de familia que tem, a aceitação importava mui grande sacrifício, não só seu, mas também de terceiros que lhe são caros. Acabou, porém, por inclinar-se diante do insistente convite do Presidente eleito, e inclinou-se lembrando-se sòmente do muito que devia e deve à nossa terra.

Pode o Sr. Miguel Lemos estar certo de que o nôvo Ministro das Relações Exteriores não partiu da Europa ignorando a existência dos despenhadeiros a que se refere. Veio para o Brasil muito ciente de que no pôsto de perigo que lhe foi designado tinha bastante a perder e nada a ganhar. Se, porém, tiver de cair de algum despenhadeiro, estamos convencidos de que há de fazer o possível por cair só, sem arrastar em sua queda os interêsses do Brasil. Seja como fôr, as fórmulas agora abolidas do noso estilo de chancelaria não tiveram a virtude de impedir a horrorosa embrulhada do Acre, em que andamos metidos, nem a constituição dos rochedos com que é ameaçado o nôvo Ministro⁽⁴⁵⁰⁾.

Se alguém se lembrasse dos velhos artigos de Juca Paranhos em *A Nação* — observaria sem dúvida que nesse artigo do Ministro havia mais juventude, mais ímpeto e mais leveza do que nos outros do rapaz de 28 anos. Dir-se-ia que, aos 58 anos, o jornalista se tornara mais ágil, mais brilhante e mais jovem. Apresentava, agora, o *humour* e a segurança que lhe vinham da experiência. Isto era um indício também de que "o homem alquebrado e doente" — como êle se descrevia nas cartas de Berlim — havia sido transfigurado pelas fôrças interiores, e pela sua poderosa vontade, pela intuição de que devia sobrepujar a idade para tornar completo e acabado o quadro da sua existência.

(450) Rio-Branco deixou no Arquivo do Itamarati uma coleção de muitos volumes de *Recortes de Jornais*. Diariamente êle cortava ou fazia cortar dos jornais tôdas as publicações que o interessavam a respeito de assuntos brasileiros ou estrangeiros, tendo feito assim mais de cem volumes de *Recortes de Jornais*. Nos muitos artigos de sua autoria, uns com pseudônimo, outros sem assinatura nenhuma, Rio-Branco costumava escrever nas margens, a tinta, as suas iniciais ou o seu nome.

Não poderia gastar, porém, as suas fôrças em pequenos incidentes. O encontro com os positivistas mostrara que êle não era vulnerável nem mesmo naquele terreno, em que se declarava distante e alheio: o da política interna. Mas não se poderia agora demorar nêle e nos seus accidentes, porque, em sua frente, ameaçador e sugestivo como uma esfinge, capaz de devorá-lo ou engrandecê-lo para sempre, ali estava o caso do Acre. É para êle que se volta desde a entrada no Itamarati.

Logo depois de sua posse, o Barão do Rio-Branco, como primeira providência, telegrafou ao ministro do Exterior da Bolívia para dizer que, informado de haver o Congresso boliviano resolvido considerar como flibusteiros os acreanos em armas, sendo como tais fuzilados sumariamente, tinha a declarar que tal medida não se estenderia, decerto, aos brasileiros residentes no Acre, pois estava resolvido a impedir por todos os meios que isso se verificasse.

No dia seguinte um jornalista exclamava em título de artigo:

Temos homem !

E a exclamação foi repetida em todo país:

Temos homem no Itamarati !

O caso do Acre fôra a princípio de geografia e história; depois, uma questão de ordem política e econômica. Deveria pertencer ao Brasil pela sua colocação geográfica: o acesso a êsse território só se fazia pelos caminhos fluviaes do sistema amazônico. Veio, porém, a caber à Bolívia em virtude de um tratado feito em época na qual não estavam ainda povoadas as bacias do Alto Purus e do Alto Juruá, embora já exploradas e conhecidas como brasileiras⁽⁴⁵¹⁾. Segundo o Tratado de 27 de março de 1867, assinado pelo Brasil e Bolívia, em Ayacucho, a nossa linha de fronteira naquela região ficaria marcada pelo paralelo 10° 20', da confluência do Beni e Mamoré, a leste, até as nascentes do Javari, a oeste; e "se êste tivesse suas nascentes no norte, aquela linha seguiria por uma reta tirada da mesma latitude, a buscar a nascente principal do mesmo rio".

(451) Vide Craveiro COSTA, *A Conquista do Deserto Ocidental*, pág. 97, São Paulo, 1940.

Este Tratado foi talvez o mais liberal e generoso dos que o Brasil, durante o Império, assinou com os seus vizinhos. Estávamos em guerra com o Paraguai, e a opinião pública boliviana não nos era favorável, e isto explica que a diplomacia do Império tenha feito à Bolívia tôdas as concessões possíveis. Bem sabiam, porém, os nossos estadistas que, em face do despovoamento e dos escassos conhecimentos geográficos e astronômicos acêrca da região, o tratado tinha caráter precário e era suscetível de modificações no futuro. Tanto que se estabelecia, prudentemente, num dos seus artigos, que "a execução efetiva e legal do trabalho dependeria da respectiva demarcação, que se mandaria proceder em comum, condição *sine qua non* de plena vigência". Previa claramente, além disso, a futura retificação da fronteira, sugerindo-a mesmo pelo critério que veio a ser seguido trinta e seis anos depois: "se para o fim de fixar, de um a outro ponto, limites que sejam naturais e convenientes a uma e outra nação, parecer vantajosa a troca de territórios, poderá esta ter lugar, abrindo-se, para isso, novas negociações". (Do artigo 5.º do Tratado).

Indicavam, assim, os estadistas do Império os rumos a serem seguidos no futuro, em momento oportuno: novas negociações, permuta de territórios, limites mais naturais ou convenientes. O Tratado de 1867 estaria condenado pelas próprias ressalvas e cautelas das suas cláusulas.

Dava-se no Império, porém, como boliviano, o território do Acre, o território ao norte do paralelo 10º 20'. Uma interpretação liberal substituíra, de acôrdo com o famoso mapa de Duarte da Ponte Ribeiro, a linha leste-oeste por uma oblíqua traçada dêste ponto à nascente do Javari. Contudo, a Bolívia não tinha sôbre a região acreana domínio algum, nem os seus poderes administrativos a alcançavam, enquanto, pelo lado brasileiro, "já por êsse tempo (1883) Manuel Urbano vira os seus trabalhos de povoamento e comércio alargados até longínquas paragens no Purus e no Acre; Chandless já descera até abaixo do paralelo 10º 20' encontrando derramada a população brasileira por tôda a região; a Companhia do Amazonas, subvencionada pelo govêrno imperial, estudara, por cêrca de ano e meio, a região para a qual, em busca de trabalho, afluíram então, contratadas pelos que já ali tinham

serviços organizados, comércio, navegação, as levas de patriotas que as asperezas da sêca no Ceará encarreiravam para a Promissão dos flagelados do infortúnio”⁽⁴⁵²⁾.

Criara-se no Acre uma situação excepcional durante o decênio 70-80. A produção da borracha, de 5 826 802 quilogramas em 1867, ascendera a 9 215 375 em 1877, para chegar a 13 930 000 em 1887, com perspectivas de permanente crescimento⁽⁴⁵³⁾.

Na nossa economia, que se tem desenvolvido por ciclos — o do açúcar, o do ouro, o do algodão, o do café — a borracha vinha a criar uma nova idade, uma nova dimensão. E como sucedeu, na época do ouro, com os bandeirantes, a expansão econômica em busca da borracha determinou a expansão geográfica. Não era propriamente uma conquista de território, mas uma “deslocação de fronteiras” pela ação de pioneiros e aventureiros. Corrigia-se pela natural “deslocação de fronteiras” o artifício do Tratado de 1867, uma vez que a configuração geográfica e a posição das rêdes fluviais tornavam o Acre caracterizadamente brasileiro.

Coincidindo com o desenvolvimento da produção da borracha surgiu em 1877-1879 uma grande sêca no Ceará. Os flagelados nordestinos puseram-se em marcha para o vale do Amazonas. Era como se lhes fôsse apontada, lá, uma Terra da Promissão. Corriam lendas sôbre as riquezas amazônicas, o nôvo El-Dorado. Povoaram-se rapidamente as bacias do Juruá e do Purus. Como o ouro atraía outrora os bandeirantes, assim o “ouro negro” da borracha fascinava agora os nordestinos, sobretudo os cearenses. “O Acre” — escreveu Craveiro Costa — “é obra dêles, como produto do seu arrôjo e da sua tenacidade o povoamento de todo o interior do Amazonas”⁽⁴⁵⁴⁾.

Há como que uma epopéia nessa marcha de homens famintos e desgraçados que atravessam o deserto e atingem as fronteiras extremas do seu país. Êles merecem ser colocados, nos feitos do heroísmo, ao lado dos bandeirantes. E não era, ao menos a princípio, a ambição da riqueza o que movi-

(452) Discurso de Enéas Martins na Câmara dos Deputados, em 19 de janeiro de 1904, na discussão do Tratado de Petrópolis.

(453) J. F. NORMANO, *Evolução Econômica do Brasil*, pág. 49, São Paulo, 1939.

(454) Craveiro COSTA, *op. cit.*, pág. 104.

mentava os nordestinos, mas a defesa da própria vida, o ímpeto de lutar contra a natureza para subsistir e prolongar-se no futuro. Isto lhes amplia a grandeza, porque realizada em condições miseráveis, na colonização do Acre. Foi toda uma população o que se viu a penetrar no Purus e no Juruá, tornando a região brasileira e ampliando-lhe a riqueza⁽⁴⁵⁵⁾. A epopéia dessa aventura pode ser imaginada através da síntese de uma das páginas de Euclides da Cunha sobre a Amazônia:

Há alguma coisa extra-terrestre naquela natureza anfíbia, misto de águas e de terras, que se oculta, completamente nivelada, na sua própria grandeza. E sente-se bem que ela permaneceria para sempre impenetrável se não se desentranhasse em preciosos produtos adquiridos de pronto sem a constância e a continuidade das culturas. As gentes que a povoam talham-se-lhe pela braveza. Não a cultivam, aformoseando-a: domam-na. O Cearense, o Paraibano, os sertanejos nortistas em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos. Estão amansando o deserto. E as suas almas simples, a um tempo ingênuas e heróicas, disciplinadas pelos reveses, garantem-lhes, mais que os organismos robustos, o triunfo na campanha formidável⁽⁴⁵⁶⁾.

Tornava-se, assim, cada dia mais difícil dar execução ao Tratado de 1867. Numa das demarcações, aliás, o comissário brasileiro general Taumaturgo de Azevedo levantara dúvidas a respeito da nascente do Javari (1895). Ao mesmo tempo, alguns políticos, historiadores e geógrafos começaram a sustentar que o limite devia ser o paralelo e não a linha oblíqua, que era brasileiro, ou ao menos litigioso, o território ao norte do paralelo 10° 20'. Interpretação extra-oficial, porém, pois a chancelaria brasileira, invariavelmente, no Império e na República, desde 1867, considerava boliviano o território.

A partir de 1895 o problema vai ampliando as suas proporções de acordo com a crescente riqueza da borracha. Uma estatística informava que só em 1901 haviam entrado nos mercados europeus 47 000 toneladas de borracha, avaliadas em 18 000 000 de libras⁽⁴⁵⁷⁾. E da borracha amazônica, o Acre produzia, em 1899, mais de 60%⁽⁴⁵⁸⁾.

(455) "Em 1887 saíram do Ceará mais de 14 000 pessoas, rumo à Amazônia. No ano seguinte houve um verdadeiro êxodo: a corrente emigratória atingiu a enorme cifra de 54 000 indivíduos. E não mais parou a onda povoadora. O Ceará despovoava-se em benefício da Amazônia". (Craveiro COSTA, *op. cit.*, pág. 192).

(456) Euclides da CUNHA, "Um Clima Caluniado", em *A Margem da História*, pág. 49, 4.ª edição, Porto, 1926.

(457) Documentos Parlamentares - Mensagens Presidenciais (1891-1910), pág. 464, Rio, 1912.

(458) Craveiro COSTA, *op. cit.*, pág. 109.

O problema já não era de geografia física, mas de geografia humana e política. A despeito disso, a chancelaria brasileira firmou os dois protocolos de 1895 e 1899: pelo primeiro adotava-se o errado marco da nascente do Javari, plantado antes em demarcação com o Peru; pelo segundo adotava-se provisoriamente por fronteira a linha Cunha Gomes. Autorizando a Bolívia a instalar uma alfândega e demais repartições oficiais em Pôrto Alonso, e criando ali um consulado brasileiro, a nossa chancelaria reconhecia mais uma vez o Acre como território boliviano.

Em nota ao ministro boliviano no Rio, dizia o ministro Olinto de Magalhães, em 31 de março de 1900:

O Governo Boliviano entende que o território ao sul da linha Cunha Gomes pertence à Bolívia e o Governo Brasileiro, que também assim pensa, mais de uma vez o tem declarado. Não há, portanto, litígio. Haveria se os dois Governos não estivessem de acôrdo, porque só a êles compete a decisão oficial do caso.

Quando, nesse mesmo ano, o ministro da Bolívia declarava ser litigioso o território, uma vez que a Bolívia o julgava seu, mas no Brasil havia dúvidas a respeito, o ministro Olinto de Magalhães respondia:

Litigioso, é somente o compreendido entre as linhas Tefé e Cunha Gomes. O que se estende ao sul da segunda é boliviano e o Brasil não lho disputa, como consta de documentos publicados e bem conhecidos.

Na Câmara dos Deputados, também em 1900, acrescentava o ex-ministro Dionísio de Cerqueira:

Sr. Presidente, ao vir assumir o meu pôsto de honra na tribuna desta Câmara, tribuna que é hoje um verdadeiro pôsto de honra para mim, porque o meu nome está, devo-lhe dizer com a máxíma franqueza, ligado a esta questão do Acre, questão que não existe, porque ela só pode existir entre os governos e para êles ela não existe, esta questão que só é questão lá fora⁽⁴⁵⁹⁾.

A verdade é que tanto Olinto de Magalhães como Dionísio de Cerqueira estavam, sem dúvida, de acôrdo com a interpretação tradicional do Tratado de 1867. Êles seguiam, nesse

(459) Documentos divulgados num livro officioso, em que se pretendia provar justamente o direito da Bolívia, publicado em 1900, sob os seguintes títulos: *O Acre — O Direito da Bolívia — Pensamento da Chancelaria Brasileira — Documentos para Julgar a Questão.*

particular, a orientação dos ministros do Império a partir daquela data. Mas se não havia no Império a “questão” do Acre, ela surgira na República, e seria impossível, agora, ignorá-la ou esquecê-la. O problema do momento não era seguir a tradição do Império na sua letra, mas no seu espírito. Antes, o território, agora discutido, estava em abandono; nos fins do século XIX, habitado por brasileiros que rejeitavam, pelas armas, a soberania boliviana. Havia sido criada uma situação nova, inadequada ao Tratado de 1867, e para resolvê-la seria necessário sair da rotina e do convencional para um plano de imaginação, audácia e jôgo diplomático. Não se tratava mais de interpretar ou executar o Tratado de 1867, mas de estabelecer um tratado nôvo e diferente, que salvaguardasse a obra dos brasileiros no Acre, sem prejudicar ou lesar a Bolívia. O assunto não era mais de geografia, e sim de negociação diplomática.

Também a questão não era daquelas que se resolvem só entre governos, pois havia que levar em conta uma população em revolta, guerreando bravamente pelo direito de ser brasileira, com um espírito de luta, na linha das suas aspirações, capaz de ir até o desespero. Como seria possível negar a existência de uma verdadeira “questão” do Acre, pelo menos desde 1895? Bastaria lembrar que em julho de 1899, depois de sucessos militares, os acreanos tinham proclamado o Estado Independente do Acre, com o plano de pedir a anexação dêle ao Brasil.

Situação complexa esta do Acre no fim do século XIX: de um lado, o govêrno brasileiro a declarar o território como boliviano; do outro lado, o govêrno boliviano na impossibilidade de exercer sôbre êle a sua soberania. E foi para se salvar do impasse, afinal, que a Bolívia arrendou o território ao *Bolivian Syndicate*, poderosa emprêsa de capitais norteamericanos e inglêses, que contava com as simpatias, senão o apoio, dos governos de Washington e Londres. Isto provocou, porém, surpresa e revolta não só no Brasil, mas na América do Sul, pois seria como transportar para o nosso continente o sistema asiático e africano das *chartered companies*. O contrato, em si mesmo, constituía um atentado ao Direito Internacional, uma vez que a Bolívia delegava grande parte de sua soberania a uma sociedade que não tinha o cará-

ter de Estado, revogava em benefício dela uma parte da sua própria legislação. E soberanos na verdade eram os poderes do *Bolivian Syndicate*: a companhia assumiria o governo civil e a administração do território, e teria o poder e autoridade, únicos, absolutos, exclusivos e independentes (cláusulas 7.^a e 8.^a), para arrecadar as rendas, regalias, impostos, direitos e contribuições, “e geralmente para fazer administrar, exercer e executar, pôr em vigor, velar e possuir dentro dos limites do território e com sujeição às leis do Estado, todos os negócios, atos, funções, obrigações, direitos, poderes e privilégios de qualquer espécie, que ora competem ou venham a competir ao Governo e que lhe pertençam ou sejam por ele possuídos...”, e o Governo transferiria à companhia, “pelo tempo da concessão, tôdas as terras públicas ou do Estado, edifícios, propriedades e direitos de todo gênero dentro dos limites do território”. A companhia (cláusula g) pagaria “os salários do delegado nacional, e dos juizes e mais empregados nomeados pelo Governo”, como também as despesas da comissão de limites com o Brasil. Se, em qualquer tempo, e a juízo do Governo, tivesse a companhia de equiparar e manter força armada ou barcos de guerra além da força da polícia, seriam as respectivas despesas pagas pelo modo que se indica, sendo a companhia imediatamente embolsada pelo Governo⁽⁴⁶⁰⁾.

Ao contrato Aramayo-Whitridge para constituição do *Bolivian Syndicate* opôs-se, sem dúvida, desde o princípio, o Governo Campos Sales; o ministro Olinto Magalhães, em memorandum dirigido ao ministro boliviano no Rio, manifestou o pensamento contrário do governo brasileiro e em despacho ao nosso representante em La Paz advertiu que “a absoluta alienação do território do Acre modificará praticamente as relações entre os dois países”⁽⁴⁶¹⁾. E, como represália, o governo brasileiro fez retirar do Congresso um tratado de comércio e navegação com a Bolívia, que lá se achava aguardando aprovação, e suspendeu, nos nossos rios, a liberdade de trânsito para a importação e a exportação da Bolívia. Fez também o governo Campos Sales a primeira tentativa

(460) Documentos Parlamentares — Mensagens Presidenciais (1891-1910), pág. 448, Rio, 1912.

(461) Despachos à Legação do Brasil em La Paz — Arquivo do Itamarati.

de um acôrdo direto com a Bolívia, mas vagamente, de modo insuficiente e sem êxito. O pensamento oficial ainda se achava bastante tímido num processo diplomático que estava a exigir iniciativa, audácia e decisão. Consumado o contrato da Bolívia com o Sindicato estrangeiro — agiu a nossa chancelaria para que êle fôsse rejeitado, ou ao menos modificado, pelo Congresso boliviano. Nada de concreto se obtinha, sobretudo depois que a Bolívia conseguiu dominar a insurreição acreana de 1899.

Conta-se de Lord Palmerston que, nomeado ministro do Foreign Office, mandou que um dos funcionários do ministério lhe trouxesse um bom mapa-múndi para saber ao certo onde ficavam essas famosas colônias do Império britânico a respeito das quais se falava tanto. . . Uma *boutade* dessa espécie não seria possível a propósito de Rio-Branco. Nada êle conhecia tão profundamente quanto o mapa do Brasil.

No dia 3 de dezembro de 1902, antes de qualquer outra coisa, o Barão defronta-se no Itamarati com o caso do Acre, que se havia complicado nas indecisões e temporizações dos dias anteriores. Desde agôsto uma nova revolução levantara os acreanos em armas, agora sob o comando de Plácido de Castro. A primeira providência de Rio-Branco constituiu uma modificação completa da orientação oficial: êle declarou que o Brasil não seria indiferente ao destino dos brasileiros no Acre, que os tomaria sob a sua proteção contra violências ou abusos das autoridades bolivianas.

Estranha e admirável contradição: quando os políticos limitavam o caso do Acre, procurando dar-lhe solução geográfica, o Barão do Rio-Branco, o geógrafo por excelência, procurou desde logo resolvê-lo como problema político e diplomático. A proteção aos brasileiros do Acre foi o seu gesto político de firmeza e decisão; a êste seguiu-se o gesto diplomático de audácia e astúcia: ao contrário dos ministros do Império e da República — inclusive seu Pai — êle vinha afirmar agora que julgava litigioso o território ao norte do paralelo 10° 20', que não o julgava incontestavelmente boliviano. E sem esta declaração não seria possível talvez conduzir a Bolívia até o terreno das negociações.

Mas como isto acontecia se era Rio-Branco um continuador da política do Império? É que êle bem sabia que a continuidade de uma casa como o Itamarati não está na repetição dos fatos e situações objetivas, mas na capacidade de interpretar as suas linhas gerais de orientação e ajustá-las aos novos fatos e aos novos tempos. Quando se estabeleceu o tratado de 1867, a situação amazônica não era a mesma de 1895 ou de 1902; e ser fiel à antiga Secretaria dos Estrangeiros não consistia em se colocar na mesma posição de 1867, mas em avançar para a posição nova de 1902, aquela que seria, em iguais circunstâncias, a dos estadistas do Império.

Diz-se que era esta uma frase muitas vêzes repetida pelo segundo Rio-Branco:

Procedo neste caso, como teria procedido meu Pai.

Será que êle a pronunciou alguma vez durante a questão do Acre? A sua fidelidade à tradição, com efeito, não se realizava pela cômoda e medíocre atitude de repetição, mas pelo poder de imaginar o que os grandes homens do passado teriam feito no seu lugar e na sua época. E foi através dessa imaginação de estadista que êle os ultrapassou e sobrepujou tantas vêzes, representando o passado e ampliando os seus objetivos, dando-lhes, sem alterar o essencial, formas adequadas aos novos tempos, simbolizando, afinal, na sua figura, as tradições e a própria história do Itamarati⁽⁴⁶²⁾.

Apresentava o caso do Acre, em 1902, vários problemas, dependentes uns dos outros, embora cada um dêles com feições próprias: o *Bolivian Syndicate*, firmado no contrato para explorar e administrar a região, com os seus representantes prontos a subir o Purus e atingir Pôrto Acre, trabalhando para interessar na empresa governos europeus e o dos Estados Unidos; a população acreana exclusivamente brasileira, em revolução contra a Bolívia, que por seu lado preparava expedições militares com o fim de levantar o assédio de Pôrto Acre e dar posse ao Sindicato; a inteligência do Tratado de 1867, discutida violenta e abundantemente no Congresso e na im-

(462) Em sentido amplo, o Autor emprega para representar tôda a política exterior do Brasil o título "Itamarati", pelo que contém de simbólico, uma vez que há nesse título, embora recente como designação do Ministério do Exterior, a herança da tradição secular da política exterior portuguesa na América e da brasileira em geral.

prensa, sustentando uns que o limite era a linha oblíqua, e outros a do paralelo 10° 20'; a suspensão do trânsito comercial entre a Bolívia e o estrangeiro através dos nossos rios, o que levantara reclamações da França, da Alemanha, da Inglaterra, da Suíça e dos Estados Unidos da América; o movimento da opinião pública⁽⁴⁶³⁾.

Ao movimento da opinião pública, aliás, o Barão do Rio-Branco não quer ficar indiferente. Procura interpretá-lo, ao mesmo tempo que lhe conter o desvario e disciplinar-lhe os ímpetos. Ele sabia que a diplomacia se faz nos gabinetes, e não nas ruas, mas que há entre os gabinetes e as ruas uma comunicação sem a qual a obra política fica sendo artificiosa e precária. Busca, por isso, desde a chegada, compreender o sentimento popular; e não deixa de espantar, depois de sua ausência de quase trinta anos, a rapidez com que se entenderam o estadista e a opinião pública:

O sentimento público entre nós era outro elemento que não podia deixar de ser tomado em consideração. Desde a minha chegada da Europa, observei que se manifestava unânime a simpatia nacional pelos nossos compatriotas que se batiam no Acre. A previsão se impunha de que aquele sentimento havia de avolumar-se tanto e tomar tal forma que seria impossível a um govêrno de opinião como o nosso assistir indiferente ao sacrifício que faziam êsses Brasileiros para conseguir um dia viver à sombra da nossa bandeira. Como combinar o desempenho do nosso dever para com êsses compatriotas na aflição com o firme desejo de não praticar atos de hostilidade contra o govêrno amigo que os combatia?

Ele próprio respondia:

Tal fim só poderia ser alcançado ficando brasileiro, não sòmente o pequeno trecho do Acre compreendido entre a linha oblíqua e o paralelo 10° 20', mas ainda o Acre meridional, com o Zapuri, e tòda a vasta região do Oeste, igualmente povoada por Brasileiros⁽⁴⁶⁴⁾.

A primeira proposta de Rio-Branco foi a compra do território do Acre, ficando o Brasil com a obrigação de se entender com o *Bolivian Syndicate*; depois, a de permuta de territórios. A Bolívia recusou uma e outra. Agravou-se a crise, e o mês de janeiro de 1903 representou um momento dramá-

(463) Vide RIO-BRANCO, *Exposição que ao Sr. Presidente da República dirigiu o Sr. Ministro das Relações Exteriores*, em 27 de dezembro de 1903 — Anexo ao Tratado de Petrópolis — Imprensa Nacional, Rio, 1904.

(464) RIO-BRANCO, *op. cit.*

tico nas relações entre o Brasil e a Bolívia. A 24 de janeiro a revolução chefiada por Plácido de Castro se achava de todo vitoriosa, tendo submetido e aprisionado a guarnição boliviana de Pôrto Acre. Por sua vez, o general Pando, presidente da Bolívia, estava em marcha, à frente de tropas, para invadir a região e submeter os insurretos, enquanto o governo brasileiro preparava fôrças de terra e mar com destino ao Acre.

Estava-se na expectativa de uma guerra, com a opinião pública apaixonada e exaltada nos dois países. Manifestações populares exigiam do govêrno uma ação violenta e imediata. Nos círculos militares e políticos tinha-se como inevitável a solução pelas armas. O presidente da República indagava já dos governadores do Amazonas e do Pará que auxílios poderiam prestar, como conhecedores da região, as brigadas policiais daqueles Estados. O assunto principal de todos os jornais e de tôdas as reuniões era o Acre. Da questão técnica, em geral, quase nada conhecia o público em tais discussões; era o sentimento, a paixão que fornecia os argumentos.

Rio-Branco, porém, não viera à América trazer a guerra, e sim a paz. Tendo interpretado e respeitado o sentimento popular — êle também se julga com o direito de contrariar e conter o seu desvario. Pois, como diria em seguida, “não raro, um vento de insânia despertando instintos bárbaros, açoita e abala os povos, mesmo os mais cultos e cordatos” — e “o dever do estadista e de todos os homens de verdadeiro senso prático é combater as propagandas de ódios e de rivalidades internacionais”⁽⁴⁶⁵⁾.

Enquanto os brasileiros se batem no Acre ou se agitam em manifestações exaltadas no Rio — êle está trabalhando pela paz no seu gabinete em Petrópolis. O seu temperamento de negociador encontra agora ocupação adequada. Mantém-se, de janeiro a março, numa atividade febril, ininterrupta, de quase tôdas as horas. Comunica-se, em constantes conferências telegráficas, com os ministros da Guerra e da Marinha; discute, também pelo telégrafo, com o govêrno boliviano; redige, quase todos os dias, despachos de orientação ao ministro do Brasil em La Paz; conferencia pessoalmente, a cada momento, com o ministro da Bolívia no Brasil. As suas deci-

(465) RIO-BRANCO — Discurso no encerramento da Terceira Conferência Internacional Americana.

sões caem sobre os acontecimentos com uma perfeita precisão, como se houvessem sido calculadas e estudadas com rigor. Ele mede com certeza todo o seu alcance: as providências enérgicas se alternam com os apelos conciliatórios; sem transigir quanto ao fim essencial, deixa sempre aberta a porta para o entendimento e a negociação amigável.

A 18 de janeiro, Rio-Branco comunica à Bolívia que o Brasil dava ao artigo 2.º do Tratado de 1867 uma nova inteligência: a fronteira pela linha do paralelo de 10º 20', e faz sentir ao nosso vizinho "que o contrato de arrendamento, com os poderes dados ao *Bolivian Syndicate*, é uma monstruosidade em Direito, importando alienação de soberania feita em benefício de sociedade estrangeira sem capacidade internacional. É concessão para terras da África, indigna do nosso continente". A 24, diante da notícia de que o presidente Pando pretende ir combater os brasileiros no Acre, avisa que, em consequência, "o nosso Presidente resolveu concentrar tropas nos Estados de Mato Grosso e Amazonas"⁽⁴⁶⁶⁾.

Das notícias chegadas de La Paz concluía-se que o governo boliviano recusava todos os alvitre de moderação e senso diplomático. O vice-presidente da República, amigo do Brasil, havia sido exilado. A uma primeira notícia, dizendo que o general Pando suspendera a expedição militar, seguia-se outra em que se confirmava a partida do Presidente, ao mesmo tempo que o governo boliviano recusava entrar em negociações sem que fôsse pacificado o Acre e libertada a sua guarnição⁽⁴⁶⁷⁾. A despeito de ter autorizado Cláudio Pinilla, ministro da Bolívia, a entrar em negociações com o governo brasileiro, desde o dia 24, o general Pando, a 26, saía de sua capital à frente de tropas.

Decide-se Rio-Branco, então, por uma medida extraordinária: em combinação com o presidente da República, os ministros da Guerra e da Marinha, determina a ocupação militar do território do Acre. Foi uma verdadeira ordem de mobilização, executada com presteza e eficiência. Uma brigada que devia operar pelo norte, comandada pelo general Olímpio

(466) Telegrama de Rio-Branco à Legação do Brasil em La Paz — Arquivo do Itamarati.

(467) Telegrama do Ministro do Brasil em La Paz ao Ministério das Relações Exteriores, em 23 de janeiro de 1903 — Arquivo do Itamarati.

da Silveira, seria constituída dos corpos estacionados no 1.º, 2.º e 3.º distritos militares; outra brigada, a operar pelo sul, seria comandada pelo general João César de Sampaio. Para Mato Grosso seguiram o 16.º de Infantaria da Bahia, o 25.º e o 29.º do Rio Grande do Sul; para Manaus o 27.º e 40.º de Infantaria de Pernambuco, o 33.º de Alagoas, o 17.º, o 31.º e o 32.º do Rio Grande do Sul. Por outro lado, na Marinha, punha-se em movimento a divisão do Norte, sob o comando do contra-almirante Alexandrino de Alencar, composta do couraçado *Floriano*, capitânea, do cruzador-torpedeiro *Tupi* e do caça-torpedeiro *Gustavo Sampaio*.

A 3 de fevereiro escrevia Rio-Branco:

O Govêrno Brasileiro não quer romper as suas relações diplomáticas com o da Bolívia. Continua pronto para negociar um acôrdo honroso e satisfatório para as duas partes, e deseja muito sinceramente chegar a êste resultado. O Sr. Presidente Pando entendeu que é possível negociar marchando com tropas para o norte. Nós negociaremos também fazendo adiantar fôrças para o sul, com o fim já declarado.

Foi decisivo, pela sua importância e significação, êsse despacho do dia 3, enviado ao ministro do Brasil em La Paz, que o deveria passar, por cópia, ao ministro do Exterior da Bolívia, Eliodoro Villazon:

Petrópolis, 3 de fevereiro de 1903. — Causou a mais penosa impressão ao Presidente da República e a tôda a Nação Brasileira a certeza de haver o Sr. Presidente Pando resolvido, no dia 26 de janeiro, partir para o território do Acre com o propósito de submeter pelas armas os seus habitantes, sem esperar o resultado da negociação de que encarregara no dia 24 o Sr. Pinilla, e que, apenas iniciada, nos dava as melhores esperanças de um acôrdo próximo, honroso para as duas partes e vantajoso para a Bolívia. Sendo o Acre um território em litígio, pretendido também pelo Brasil e pelo Peru desde o paralelo de dez graus e vinte minutos até a linha da nascente do Javari ao marco do Madeira, e brasileiros todos os habitantes da região, não podemos concordar em que ali penetrem tropas ou autoridades da Bolívia. Dos três litigantes, Bolívia, Peru e Brasil, é a êste que melhor cabe a ocupação administrativa provisória desta parte do território contestado, atenta a nacionalidade da sua população.

Vossa Excelência fica, portanto, autorizado para mostrar ao Govêrno Boliviano que as suas expedições em marcha não devem ultrapassar o indicado paralelo, e para declarar-lhe que, tanto pelo dever de não permitir que sejam maltratados ou exterminados os nossos compatriotas, levantados contra a dominação estrangeira e senhores de todo o país, como para satisfazer ao desejo, que manifestou no dia 23 de janeiro o Sr. Villazon quando disse que o seu govêrno aceitaria a discussão

imediate, se o Brasil se responsabilizasse pela pacificação, iremos pacificar o território contestado, enviando para esse efeito tropas que ao mesmo tempo protejam a população, mantenham a ordem, tornem impossível incursões para os lados do Abunã e do Orton e repilam qualquer agressão. As tropas brasileiras farão a policia do território contestado, ao oriente do rio Iaco, ocupando-o até solução do litigio por via diplomática.

A alfândega boliviana, estabelecida provisoriamente em Pôrto Acre, deverá ser removida para as vizinhanças do Barracão Paraíso, ou para outro lugar ao sul do indicado paralelo de dez graus e vinte minutos, que é a fronteira estipulada na parte final do art. 2.º do Tratado de 28 de março de 1867. A guarnição de Pôrto Acre, único ponto ocupado por Bolivianos, e que, segundo notícias recentes, já deve ter capitulado, será repatriada com todo conforto e segurança. O Governo Brasileiro não quer romper as suas relações diplomáticas com o da Bolívia. Continua pronto para negociar um acôrdo honroso e satisfatório para as duas partes, e deseja muito sinceramente chegar a esse resultado. O Sr. Presidente Pando entendeu que é possível negociar marchando com tropas para o norte. Nós negociaremos também fazendo adiantar fôrças para o sul, com o fim já declarado. No interêsse das boas relações de amizade, que o Brasil deseja ardentemente manter com a Bolívia, é urgente que os dois Governos se entendam para remover rapidamente esta dificuldade do Acre, fonte de complicações e discórdias. Se não fôr possível um acôrdo direto, restar-nos-á o recurso ao juízo arbitral.

O Brasil informará ao Peru da resolução que foi obrigado a tomar, ressaltando os direitos que em tempo possa alegar esse nosso comum vizinho e amigo.

Queira Vossa Excelência dar ao Sr. Villazon cópia deste despacho e pedir-lhe que mande amplos poderes ao Sr. Pinilla⁽⁴⁶⁸⁾.

Três dias depois chegava a resposta da Legação do Brasil em La Paz:

O govêrno boliviano aceita a situação provisória indicada pelo Brasil no despacho telegráfico de 3 de fevereiro, comunicado pela Legação do Brasil, podendo portanto o govêrno brasileiro ocupar militarmente e administrar o território em litigio, ao oriente do Iaco.

Mas a 11 sugeria Villazon que o litigio fôsse submetido à arbitragem do Tribunal de Haia, ao que replicou Rio-Branco:

Diga arbitragem é recurso bastante demorado e para ser empregado depois se fôr indispensável. O interêsse dos dois países é que cheguemos quanto antes ao arranjo amigável das dificuldades presentes, o que, havendo boa-vontade, é perfeitamente possível. Convém, portanto, entremos com urgência na negociação apenas iniciada e interrompida de um acôrdo direto⁽⁴⁶⁹⁾.

(468) Despachos à Legação do Brasil em La Paz — Arquivo do Itamarati.

(469) Despachos à Legação do Brasil em La Paz — Arquivo do Itamarati.

Enquanto isso, Rio-Branco continuava a negociar com Cláudio Pinilla as cláusulas de um *modus-vivendi* a ser estabelecido durante o tempo necessário à discussão de um acôrdo definitivo.

A dificuldade principal estava no empenho que fazia a Bolívia para que as tropas federais desarmassem os acreanos. Ainda a 5 fevereiro, Eduardo Lisboa telegrafa ao ministro do Exterior:

O Sr. Villazon pede em nota verbal em conformidade *modus-vivendi* que o Governo Federal providencie urgentemente para suspender marcha Plácido Castro com 1 500 homens sôbre Beni, exigindo que insurretos deponham armas para evitar conflito⁽⁴⁷⁰⁾.

A isto não pode atender Rio-Branco:

Tendo partido as expedições do coronel Montes e do general Pando com o fim, segundo se diz, de ficar perto dos Acreanos, não podemos concordar em impor o desarmamento aos Brasileiros do Acre porque entendemos deve ser mantido o *statu quo* durante a negociação e porque a proximidade torna possível um conflito. Não sabemos se êles serão atacados. É estranho que um presidente e um ministro da guerra se movam com o único fito de estabelecer uma alfândega. Portanto, sendo perfeitamente possível um choque, resolvemos mobilizar mais tropas para Amazonas e Mato Grosso⁽⁴⁷¹⁾.

Nos últimos dias de fevereiro, porém, a questão do Acre ficava despojada de uma das suas dificuldades: o *Bolivian Syndicate*. A 27 e 28 era assinado em Nova York o têrmo de renúncia do Sindicato a todos os direitos e favores que lhe haviam sido concedidos por contrato firmado em 11 de julho de 1901 entre Félix Aramayo, ministro da Bolívia em Londres, e Frederick Whitridge, de Nova York, para a administração fiscal, polícia e exploração do Território do Acre ou Aquiri, contrato aprovado pelo Congresso Nacional da Bolívia e promulgado pelo Presidente Pando.

Fôra êste o primeiro êxito diplomático do Barão do Rio-Branco no caso do Acre. Êle construía o problema, desde o princípio, com a idéia de separar a Bolívia do *Bolivian Syndicate*, de negociar com cada um dêles separadamente. Pensou começar a negociação pela Bolívia, comprando-lhe o Acre

(470) Telegrama do Ministro do Brasil em La Paz ao Ministério das Relações Exteriores — Arquivo do Itamarati.

(471) Despacho de 26 de fevereiro de 1903 — Despachos à Legação do Brasil em La Paz — Arquivo do Itamarati.

ou adquirindo-o mediante compensações, para entender-se depois com o Sindicato; diante da sua recusa, abriu caminho até o Sindicato; afastou-o da questão, deixando assim as duas nações livres uma em face da outra. Pois tudo indicava que, sem o prestígio e o incitamento do poderoso sindicato estrangeiro, a Bolívia se tornaria razoável e conciliadora.

Desde Berlim, Rio-Branco se preocupara com o problema do Sindicato, informado das fôrças e dos interesses que estavam por trás da empresa. Nêle tomavam parte alguns dos mais poderosos e influentes banqueiros de Nova York, inclusive um primo do presidente Theodore Roosevelt, chefe da firma *Roosevelt & Sons*. O próprio secretário de Estado John Hay, havia recomendado o *Bolivian Syndicate* em cartas particulares. Em nota ao ministro do Brasil em Washington, Mr. Page Bryan declarava que o govêrno dos Estados Unidos não podia ser indiferente aos interesses de seus nacionais⁽⁴⁷²⁾.

De Berlim, em outubro de 1902, Rio-Branco se comunicara com Assis Brasil, nosso ministro em Washington, a fim de se informar da posição do govêrno norte-americano. A Bolívia vinha solicitando a interferência dos Estados Unidos e procurando interessá-lo através do Sindicato. Rio-Branco sempre se recusou a pedir essa intervenção estrangeira em favor do Brasil. O que êle pleiteava, por intermédio de Assis Brasil, era a neutralidade dos Estados Unidos; desejava que êles não cobrissem a organização comercial do Sindicato com a autoridade oficial do govêrno. E isto foi o que conseguiu a sua ação diplomática, argumentando junto às chancelarias americanas com o perigo dessa ameaça de transplantação do sistema sul-africano para o nosso continente.

A solução brasileira, como a boliviana, seria, pois, indenizar o Sindicato e afastá-lo da questão do Acre.

Diz Assis Brasil:

Ao Sr. Hay dei um *hint* a respeito da possibilidade de resolver a questão indenizando a Bolívia ao Sindicato. À sua resposta de que a Bolívia não tinha meios respondi que talvez o Brasil mesmo fôsse em auxílio da Bolívia, no interesse de liquidar êste assunto a contento de todos. O Sr. Hay me respondeu com um olhar que me pareceu de bom agoiro⁽⁴⁷³⁾.

(472) Documentos Parlamentares - Mensagens Presidenciais (1891-1910), pág. 475.

(473). Carta de Assis Brasil a Rio-Branco - Arquivo do Itamarati.

Foi nesta base, exatamente, que Assis Brasil, como representante de Rio-Branco, dirigiu as negociações para a desistência do Sindicato, a quem o Brasil pagou cento e dez mil libras, além de mil para o advogado e quatro mil para o agente, embora ressaltando que o fazia para evitar controvérsias e evitar que a Bolívia pagasse uma indenização maior se o negócio fôsse liquidado mais tarde, mas que não reconhecia, como nunca reconhecera, a validade do contrato, porque o território era litigioso e porque isso implicava concessão a uma sociedade estrangeira de poderes soberanos intransferíveis.

Afastado o Sindicato, Rio-Branco tornou mais firme a sua insistência junto à Bolívia para estabelecimento de um *modus-vivendi* que permitisse as negociações em tórno de um acôrdo definitivo. Continuava, porém, o impasse na exigência da Bolívia: o Brasil deveria antes desarmar os acreanos⁽⁴⁷⁴⁾. Rio-Branco também se mantém irreductível a êsse respeito; e no dia 9 de março, em decisivo despacho para La Paz, transmite a sua decisão irreversível:

Petrópolis, 9 de março de 1903.

Recebi 26 e 27. No primeiro informa-me V. Ex. do desejo manifesto por êsse govêrno de que as fôrças bolivianas subjuguem de vez os Acreanos. Responda terminantemente que nisso não podemos concordar. Já declarei que se desejamos adquirir o Acre mediante compensação é unicamente por ser brasileira a sua população e para que acabemos de uma vez com as desinteligências e complicações que entre o Brasil e a Bolívia têm ocasionado as revoltas dêsse Brasileiros contra a dominação estrangeira. Sendo êsse o nosso pensamento e tendo sido iniciadas negociações para o que possamos realizar, não há utilidade alguma em que o Govêrno Boliviano se empenhe em prêviamente subjugar os nossos compatriotas que queremos proteger, livrando-os de vinganças e violências e evitando conflitos entre êles e as tropas bolivianas. Para que possamos negociar o acôrdo principal e chegar a

(474) "A principal dificuldade que encontramos para a conclusão do *modus-vivendi* de 21 de março de 1903 consistiu no empenho com que o Govêrno Boliviano procurou obter que as tropas federais de ocupação no Acre desarmassem os Acreanos brasileiros, que haviam proclamado a independência da região ao sul da linha oblíqua Javari-Beni, desde o Abuña até as cabeceiras do Jurú e seus afluentes, pretendendo criar ali um Estado livre, de que aclamaram governador o nosso compatriota Plácido de Castro. A intervenção armada do Brasil não tinha por fim supplantar a revolução, que era um movimento espontâneo da população local, movimento para que de nenhum modo havia concorrido nem o Govêrno Federal, nem o Estado do Amazonas. O objeto que tínhamos em vista era unicamente evitar conflitos, durante as nossas negociações com a Bolívia, entre os Acreanos em armas e as fôrças que o Govêrno de La Paz expedira contra êles." (Rio-Branco, Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, compreendendo o período decorrido de 28 de maio de 1902 a 31 de agosto de 1903, págs. 6-7, Rio, 1904).

resultado satisfatório, é indispensável que evitemos êsses conflitos. A idéia de desforra e castigo é inconveniente e impolítica no presente caso. Se tropas bolivianas conseguissem vencer e esmagar os Acreanos, haveria em todo o Brasil um movimento irresistível de opinião que nos arrastaria à guerra. Se os Acreanos levassem a melhor, o desastre, dada a importância dos chefes da expedição, produziria em tôda a Bolívia o efeito que se pode prever. Os Bolivianos combateram pela sua independência contra Espanha: devem por isso compreender que a uma população que não é da sua nacionalidade repugne também a dominação estrangeira. O Acre está muito longe dos centros povoados da Bolívia. Não é, portanto, para admirar que ela não possa ali manter a sua autoridade sem grandes e estéreis sacrifícios. A Itália, depois do revés que sofreu na Abissínia, achou mais útil e político renunciar a qualquer pensamento de desforra. A Inglaterra e outras nações poderosas têm procedido mais de uma vez do mesmo modo. Os soldados bolivianos cumpriram briosamente o seu dever na região remota do Acre, de sorte que a questão de honra militar está salva e o que cumpre agora fazer é consultar os interesses da Bolívia, pondo de lado questões de mal entendido amor próprio. Não convém à Bolívia conservar êsse território longínquo habitado unicamente por estrangeiros que lhe são indefesos. A pequena renda que dêle poderia retirar não cobriria as despesas de ocupação militar e outras. A verdade é que desde que quis dominar o Acre, a Bolívia tem feito sacrifícios enormes de dinheiro e também de vidas arrebatadas pelo clima da região. As suas relações de velha amizade com o Brasil, que êste deseja sinceramente manter, têm sofrido também muito com isso. Procuraremos, portanto, cortar o mal pela raiz. O Brasil não deseja que a Bolívia fique prejudicada com o acôrdo que procuramos. Acabemos quanto antes com a questão do *modus-vivendi* necessitado pela imprudente marcha das expedições bolivianas, empreendida quando se iniciavam negociações para um acôrdo definitivo. Apressemos o arranjo completo e final das nossas dificuldades. Diga tudo isso ao Sr. Villazon e comunique-me quanto antes o seu último pensamento para nosso govêrno. Já temos perdido muito tempo. Não podemos fazer desarmar os nossos compatriotas atenta a proximidade das tropas bolivianas. Não podemos concordar em que estas penetrem no Acre Meridional durante as negociações, sobretudo depois de sabermos que o que se quer é exercer ali vinganças. Se êsse govêrno não puder concordar com o artigo 3.º do projeto, retiraremos o 4.º e o 5.º, e poderá o 3.º ser substituído por um outro, estabelecendo que as fôrças de Plácido de Castro guarnecerão as posições que nesse artigo 3.º eram destinadas às fôrças brasileiras, detendo-se os bolivianos nos lugares ali indicados⁽⁴⁷⁵⁾.

A Bolívia cede, afinal. Assina-se a 21 de março em La Paz o *modus-vivendi*, pelo qual as tropas brasileiras ficariam ocupando o território em litígio e também passariam ao sul do paralelo com o fim de evitar conflitos entre os acreanos e as fôrças bolivianas. Regulava ainda o acôrdo questões

(475) Despachos à Legação do Brasil em La Paz -- Arquivo do Itamarati.

econômicas a respeito de postos aduaneiros ou fiscais e de exportação da borracha.

Encaminhando o texto do *modus-vivendi* ao ministro do Brasil em La Paz, dizia Rio-Branco:

Desejo que diga ao Sr. Villazon quanto me alegra ver que podemos assim evitar conflitos que viriam irritar a opinião no Brasil e na Bolívia perturbar a negociação do assunto principal e tornar difícil senão impossível a solução pacífica que devemos desejar. Repita-lhe que para nós a questão não é de território, mas sim de assegurar o bem-estar dos brasileiros do Acre. O nosso grande empenho é acabar quanto antes com a causa de desinteligências, que já muito têm durado, e chegar a um acôrdo definitivo, honroso para as duas partes e vantajoso para a Bolívia. Desejamos sinceramente a amizade do Governo e do Povo Boliviano⁽⁴⁷⁶⁾.

Respondeu Eliodoro Villazon:

Al firmar *modus-vivendi* damos prueba que no hemos buscado conflicto y que ahora como antes deseamos acuerdo sincero con esa Cancilleria para seguir cultivando relaciones cordiales y afinzar paz entre ambos países. Habiendo sobrevenido diferencias inesperadas, opinamos que és de sana y honrada política buscar soluciones consultando recíprocas conveniências. Sentimientos que animam el Sr. Baron de Rio-Branco inspiram entera confianza. Abrigamos convicción que política Brasil será siempre elevada y justiciera⁽⁴⁷⁷⁾.

Não se tratava mais, na discussão que ia começar para o acôrdo definitivo, de compreender o Tratado de 1867, mas de criar um nôvo Tratado, dentro das novas condições da fronteira do Acre habitado por brasileiros — eis o ponto de partida do Barão do Rio-Branco. Ele teve a coragem de ultrapassar os convênios existentes para atingir o problema na sua zona mais difícil e perigosa: o povo que habita ao norte e ao sul do paralelo de 10° 20' não quer submeter-se à soberania da Bolívia e o Brasil não pode ficar indiferente a êsse pronunciamento de uma população brasileira. Mas, por outro lado, êle vê o direito da Bolívia e não deseja uma solução que o desrespeite pela conquista. Não deseja solução nenhuma que não se harmonize com o Direito Internacional e com a tradição da política exterior do Brasil. Por isso colocou o problema na base de aquisição do Acre mediante compensações

(476) Despachos à Legação do Brasil em La Paz — Arquivo do Itamarati.

(477) Telegrama do Ministro das Relações Exteriores da Bolívia ao Ministro da Bolívia no Brasil — Cópia, do Arquivo do Itamarati.

territoriais e pecuniárias. Um acôrdo em que não houvesse vencido nem vencedor.

Para as negociações, Rio-Branco desejou a companhia de Rui Barbosa e Assis Brasil, que foram nomeados a 17 de julho. O Brasil ficava dispondo, assim, de três plenipotenciários. Do lado boliviano havia dois: Fernando Guachalla, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial, e Claudio Pinilla, ministro da Bolívia em missão permanente no Rio. As negociações se processavam no Rio de Janeiro e em Petrópolis, deslocavam-se com a pessoa do ministro do Exterior.

Rui achava-se ligado ao caso do Acre desde 1900, quando começara a combater a inteligência oficial do Tratado de 1867. Estava convicto de que a linha de fronteira era o paralelo e não a linha oblíqua. Por isso mesmo, o seu nome não era o mais indicado para uma ação diplomática em que não se iam propriamente apurar direitos, mas negociar na base das compensações recíprocas. O próprio Rui, na *Exposição de Motivos do Plenipotenciário Vencido*, sugeriria a incompatibilidade como implícita entre o seu ponto de vista de 1900 e uma negociação. Era natural, portanto, que se inclinasse para a solução do arbitramento, enquanto Rio-Branco não a desejava e para ela só se voltaria depois do malôgro de tôdas as tentativas para um acôrdo direto. A colaboração entre Rio-Branco e Rui Barbosa, num assunto em que entravam com orientações tão diferentes, constituía um equívoco e só poderia levá-los a um desentendimento escandaloso. Rio-Branco, porém, estava ansioso para dar a Rui um testemunho de apreço, para demonstrar-lhe publicamente a sua gratidão ao artigo de 1889, no *Diário de Notícias*, às palavras calorosas sôbre as vitórias de Washington e Berna⁽⁴⁷⁸⁾; Rui por sua vez, desejava tornar efetiva a sua estima a Rio-Branco, oferecer-lhe, em ato, a retribuição dos seus sentimentos.

Disse êle no Senado:

(478) "Entre as finezas de que a encheu [a carta] aprouve-lhe falar em serviços, que figura dever-me. Não há tal. Não constituem dívidas as homenagens impostas pela justiça. Rendendo-lhas, apenas me desempenhei das minhas obrigações de cidadão e de jornalista. Deu-me Deus, talvez em um grau não comum, a faculdade de admirar, e o prazer de exercê-la, celebrando o merecimento, é um dos mais gratos que o meu coração conhece". (De uma carta de Rui Barbosa a Rio-Branco, em 22 de outubro de 1903).

Nada me lisonjeia mais que essa amizade por mim cultivada com carinho. A admiração de um homem de tal valor seria uma dádiva da fortuna, que, para comigo, só a amizade era capaz de explicar⁽⁴⁷⁹⁾.

Mas essa divergência com Rui iria permitir, na posteridade, o argumento mais eficiente contra a lenda do imperialismo de Rio-Branco. Como falar do imperialismo de um estadista de quem o próprio Rui divergia por julgá-lo demasiado generoso nas suas concessões à Bolívia? Na verdade, neste caso, Rio-Branco agiu com mais largueza, liberalismo e generosidade do que Rui Barbosa, a figura de espírito liberal por excelência no pensamento brasileiro. Em carta de 22 de outubro, o próprio Rui definia o contraste:

Acrescentando a essa vantagem a construção da estrada, creio que não lhe teríamos medido escassamente o valor do Acre. Juntar-lhe, ainda, a cessão de um pôrto já seria talvez muito. Contudo, até aí se poedia ir, suponho eu. Mas somar a tôdas essas verbas 5 973 kms. de território brasileiro, é o que me parece uma generosidade, cuja largueza excede, a meu ver, o limite dos nossos podêres⁽⁴⁸⁰⁾.

De resto, o que neste caso separava Rio-Branco e Rui Barbosa era a divergência, algumas vêzes inevitável, entre o espírito diplomático e o espírito jurídico.

Iniciadas as negociações em julho, só em agôsto os plenipotenciários bolivianos concordaram com a idéia de uma compensação pecuniária em troca do Acre, mas devendo o Brasil abrir mão também de algum pequeno território, a fim de que a negociação diplomática não se transformasse numa simples operação de compra e venda. No dia 22 de julho era apresentada aos bolivianos uma proposta concreta: o Acre em troca de um milhão de libras esterlinas, a construção de uma via férrea da cachoeira Guajará-Mirim a Santo Antônio, no Madeira, dois pequenos territórios junto ao rio Madeira. Nesse mesmo dia, em conferência com os dois colegas brasileiros, Rio-Branco manifesta a opinião de que seria talvez necessário fazer alguma concessão no Baixo Paraguai brasileiro, de acôrdo, aliás, com o pensamento do govêrno do Império em 1867, que era dar ali à Bolívia portos para o seu comércio exterior. Concessão esta, porém, que êle não lançara na primeira pro-

(479) *Exposição de Motivos do Plenipotenciário Vencido*, assinada em 28 de janeiro de 1904 — publicada no "Jornal do Comércio" de 7 de fevereiro de 1904.

(480) Carta de Rui Barbosa a Rio-Branco, em 22 de outubro, de 1903.

posta, guardando-a, como trunfo, para as discussões finais⁽⁴⁸¹⁾. A 24 de julho os plenipotenciários bolivianos declaravam inaceitável a proposta brasileira do dia 22. Por sua vez a contraproposta por eles apresentada a 13 de agosto continha tais exigências territoriais — territórios no Amazonas e em Mato Grosso, nas duas margens do Madeira, a oeste do rio Paraguai, a oeste do Jauru, ao sul do seu afluente Bagres, a oeste do Alto Guaporé — que Rio-Branco nem consultou ninguém sobre ela: recusou-a imediatamente. Seguiram-se conversações particulares entre plenipotenciários brasileiros e bolivianos, lentas, penosas, quase enervantes. Rio-Branco sabia, porém, que a primeira qualidade diplomática, como a política, é a paciência, a capacidade de esperar sem irritação ou desânimo. Duas vezes, a pedido seu, reuniu-se o Ministério. E nenhuma solução definitiva aparecia.

A 17 de outubro, Rui Barbosa solicitava a sua exoneração do lugar de plenipotenciário — “e insistiu por ela” — disse Rio-Branco depois com um leve traço de ironia — “acreditando, porque sem dúvida me expliquei mal, que os plenipotenciários bolivianos estavam irredutíveis, caso em que êle preferia o arbitramento”⁽⁴⁸²⁾.

Tendo a princípio concordado com a alienação de um pequeno território brasileiro à Bolívia — Rui acabou por se opor absolutamente a qualquer negociação neste sentido⁽⁴⁸³⁾. Mas como seria possível explicar que a Bolívia nos cedesse o Acre sem que lhe oferecêssemos uma compensação do mesmo caráter, embora em quantidade extraordinariamente menor?

Não se poderia imaginar, no entanto, uma separação mais amigável, mais revestida de cortesias e gentilezas. Numa carta de 22 de setembro, Rui havia dito a Rio-Branco:

Basta-me não estar de acôrdo com a opinião de V. Excia. para desconfiar da minha.

E agora, na carta de 22 de outubro, ao se retirar, acrescentava:

(481) RIO-BRANCO, *Exposição que ao Sr. Presidente da República dirigiu o Sr. Ministro das Relações Exteriores*, em 27 de dezembro de 1903.

(482) RIO-BRANCO, *op. cit.*

(483) “Variei eu, enfim, da alienação, que a princípio se me antolhara aconselhável, dos 3 500 quilômetros quadrados na confluência do Madeira com o Abunã, até a recusa peremptória de qualquer transferência territorial.” (*Exposição de Motivos do Plenipotenciário Vencido*).

Pode V. Excia. estar certo que o deixo com íntimo pesar, e em qualquer tempo, em quaisquer circunstâncias, o nome do Barão do Rio-Branco não terá testemunha mais leal da sua nobreza, da sua capacidade e do seu patriotismo⁽⁴⁸⁴⁾.

Dáí por diante, Rio-Branco, com a colaboração de Assis Brasil, dirigiu tôdas as negociações. Preparou a sua obra nos pormenores e no conjunto, com a consciência profissional de um técnico e a visão política de um diplomata. Não queria uma pequena vitória para o momento, mas a feitura de um tratado que se projetasse no futuro. Tanto mais que seria essa agora a sua primeira grande empresa de ministro.

A 17 de novembro de 1903, em Petrópolis, assinavam os plenipotenciários brasileiros e bolivianos o Tratado pelo qual terminava a questão do Acre e se estabeleciam as fronteiras entre o Brasil e a Bolívia. Pelo Tratado de Petrópolis o Brasil incorporava ao seu território não só os 142 000 quilômetros quadrados — reconhecidos sempre pela nossa chancelaria como bolivianos e pelo Barão do Rio-Branco, pela primeira vez, declarados litigiosos — como também mais 48 000 quilômetros quadrados, nos quais estavam contidas as mais ricas florestas do Acre superior, nunca disputados à Bolívia, por todos reconhecidos como da sua exclusiva propriedade. Incorporávamos, na verdade, cêrca de 200 000 quilômetros quadrados, todo o território habitado por brasileiros, tanto ao norte como ao sul do paralelo 10° 20'. Um território mais vasto do que o de qualquer dêstes Estados; Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Oferecíamos em troca uma área de 2 296 quilômetros quadrados, entre os rios Madeira e Abunã, habitada, aliás, por bolivianos, e mais 723 quilômetros quadrados sôbre a margem direita do rio Paraguai, dentro de terrenos alagados, 116 sôbre a lagoa de Cáceres, 20,3 sôbre a lagoa Mandioré e 8,2 sôbre a margem meridional da lagoa Gaíba. Dávamos 3 164 quilômetros quadrados em troca de cêrca de 200 000 quilômetros quadrados do Acre. Para estabelecer o equilíbrio nesse desnível de quantidade, o Brasil oferecia à Bolívia mais duas compensações: o pagamento de dois milhões de libras esterlinas e a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, esta última, aliás, de utilidade para

(484) Rui BARBOSA, *Exposição de Motivos do Plenipotenciário Vencido*.

o comércio e a economia de ambos os países. Era uma empresa, a estrada, já prometida pelo Brasil no Tratado de 1867, e recomendada no Império por alguns dos seus principais estadistas, como o Visconde do Rio-Branco, o Marquês de São Vicente, o Barão de Cotegipe e Tavares Bastos.

O Tratado de Petrópolis representou, para o Brasil, uma autêntica vitória, sem que deixasse de ser vantajoso para a Bolívia. O que nêle consagra principalmente o nome de Rio-Branco é que tenha representado um ajuste igualmente feliz para os dois países em questão. Foi esta, na verdade, a sua lição mais significativa em matéria de Direito Internacional. Encaminhando o Tratado, escrevia Rio-Branco, na sua exposição de motivos:

E, de fato, as maiores vantagens da aquisição territorial que resultam dêste tratado não são as materiais. As de ordem moral e política são infinitamente superiores. Entre estas basta apontar a que se traduz na melhora substancial que experimentam as condições de nosso império sobre o sistema fluvial amazônico exatamente no ponto em que o direito dos ribeirinhos podia tornar-se-nos molesto.

E mais adiante:

As combinações em que nenhuma das partes interessadas perde, e, mais ainda, aquelas em que tôdas ganham, serão sempre as melhores⁽⁴⁸⁵⁾.

Foi no caso do Acre, sem dúvida, que o Barão do Rio-Branco encontrou no mesmo tempo a sua questão mais difícil e obteve a sua vitória mais importante. Ultrapassou as de Washington e Berna. Nas duas anteriores havia alguma coisa que não dependia dêle, que estava em poder dos árbitros. Agora, ao contrário, tudo viera dêle próprio: a competência em Geografia e História, a sagacidade e a firmeza diplomáticas, a visão política. O Tratado de Petrópolis, com efeito, é uma obra de geógrafo, de diplomata e de político. O próprio Barão comparou-o, nas conclusões da "exposição de motivos", com as suas duas tarefas anteriores, como a dizer claramente que também êle o considerava a sua obra-prima:

As decisões dos dois pleitos em que me coube a honra de defender os interesses do Brasil não acrescentaram, apenas mantiveram o patrimônio nacional dentro de limites prestigiados por afirmações seculares do nosso direito. Verdadeira expansão territorial só há agora e com

(485) RIO-BRANCO, *op. cit.*

a feliz circunstância de que, para a efetuar, não espoliamos uma nação vizinha e amiga, antes a libertamos de um ônus, oferecendo-lhe compensações materiais e políticas, que desde já se revelam como verdadeira equivalência e que o futuro se encarregará de traduzir em outros tantos laços de solidariedade internacional.

Com sinceridade afianço a V. Excia. que para mim vale mais esta obra em que tive a fortuna de colaborar sob o governo de V. Excia., e graças ao apoio decidido com que me honrou, do que as duas outras, julgadas com tanta bondade pelos nossos concidadãos e que pude levar a termo em condições sem dúvida muito mais favoráveis⁽⁴⁸⁶⁾.

O Tratado de Petrópolis é o mais importante dos nossos ajustes diplomáticos desde a Independência — declarou o deputado Gastão da Cunha ao se abrirem na Câmara os debates a respeito dêle.

Debates que foram intensos, apaixonados e até tumultuosos. Ele não provocou apenas entusiasmos, mas também oposições violentas: no Senado, os seus adversários principais foram Rui Barbosa e Joaquim Murtinho; na Câmara, Barbosa Lima; na imprensa, Edmundo Bittencourt e Gil Vidal.

Quase sempre não era o Tratado propriamente o alvo do combate, mas o governo Rodrigues Alves. Procurava-se nêle, de qualquer forma, um instrumento de luta partidária contra a situação dominante. O Presidente acompanhou o problema em todos os seus lances, e conta-se que, ao receber uma vaga informação de que o ato diplomático não seria aprovado pelo Congresso, replicou com tranqüila energia:

— Se o Congresso negar aprovação ao Tratado, eu renunciarei à Presidência da República⁽⁴⁸⁷⁾.

Entre os seus adversários mais exaltados estavam os monarquistas, como Andrade Figueira e Martim Francisco, que definiam o Tratado como “uma monstruosidade”⁽⁴⁸⁸⁾. Eles haviam recebido Rio-Branco como a um líder do sebastianismo, e não podiam esquecer que o ministro do Exterior decepcionara as esperanças restauradoras, com a sua recusa a qualquer entendimento com o partido monarquista, com a sua lealdade à República. Vingavam-se dêle agora e do governo republicano com a oposição ao Tratado. O argumento sen-

(486) RIO-BRANCO, *op. cit.*

(487) Versão oral.

(488) Artigo de Andrade Figueira — “Jornal do Comércio” — 6-2-1904.

timental, lançado ao impressionismo da opinião pública; era extraído dos quilômetros quadrados que passavam, em permuta, para a Bolívia. Também êste era o argumento de deputados e senadores de Mato Grosso, liderados por Joaquim Murтинho, adversário político do govêrno Rodrigues Alves. Para os positivistas, ao contrário, o Tratado fôra um ato de lamentável imperialismo, um atentado contra o Bolívia e a fraternidade das pátrias. Teixeira Mendes, tão idealista no seu apostolado quanto malgrado em profecias, declarou, em carta a Rio-Branco, a “mágoa profunda que nos causa [aos positivistas] ver o vosso nome em um ato que, estou convencido, a Posteridade há de deplorar”⁽⁴⁸⁹⁾.

Poucos, como Teixeira Mendes e Rui Barbosa, combatiam por fidelidade a uma convicção. Teixeira Mendes ficava coerente com a sua doutrina das pequenas pátrias e com a sua interpretação histórica na qual aparecia o Brasil como algoz dos vizinhos sul-americanos. Fiel à sua idéia de 1900, Rui sustentava que, sendo legítimo o nosso direito, havíamos oferecido compensações por demais generosas à Bolívia. Continuava a indicar como solução o arbitramento para a interpretação do artigo 2.º do Tratado de 1867. A despeito das expressões amáveis com que se referia ao nome do Barão do Rio-Branco, na peça *Exposição de Motivos do Plenipotenciário Vencido*, era visível, no entanto, a irritação de Rui, o desejo de empolgar a opinião pública e lançá-la contra o Tratado.

Quebrara-se, com efeito, a unanimidade de aplausos em torno do nome de Rio-Branco. Ele se via agora discutido e atacado, quando fôra antes tratado, por efeito das vitórias de Washington e Berna, como um semideus intocável. Aí estava o perigo do cargo de ministro, e talvez houvesse pensado nessa circunstância ao recusá-lo durante tantos dias: a licença para a discussão da sua glória. A verdade, porém, é que ela se tornaria mais consistente e mais límpida depois dêsse processo árdego de querela e oposição.

A luta não era, aliás, o ambiente mais propício ao temperamento do segundo Rio-Branco, como não o fôra ao de seu Pai. Ambos, no entanto, sabiam enfrentar com destreza,

(489) Carta de Teixeira Mendes a Rio-Branco — Arquivo do Itamarati.

bravura e segurança os adversários, quando se viam provocados. Havia nêles então a capacidade lúcida de se defenderem ao mesmo tempo que atacavam com firmeza.

Já na sua exposição de motivos, Rio-Branco se antecipara na defesa a duas espécies previstas de crítica. Fora do acôrdo direto, como êle o realizara, quais as outras soluções possíveis? Ou o arbitramento ou a conquista.

Quanto ao arbitramento, argumentava Rio-Branco — e isto constituía a sua resposta a Rui Barbosa — “teria o inconveniente de retardar de quatro ou cinco anos, senão mais, a desejada solução, e de, mesmo no caso de nos ser favorável o laudo do juiz, não trazer decisão alguma radical e definitiva, porquanto êle não suprimiria ou resolveria as dificuldades com que os dois países lutavam desde 1889. (...) Por outro lado, era muito provável que, mais do que as boas razões que pudéssemos alegar, pesasse no ânimo do árbitro a tradição constante de trinta e cinco anos, durante os quais o Governo Brasileiro, não sômente considerou ser incontestavelmente da Bolívia o território entre a linha oblíqua Javari-Beni e o citado paralelo, mas chegou até a praticar atos positivos de reconhecimento da soberania boliviana, antes de ultimada a demarcação, concordando na fundação de uma alfândega em Pôrto Alonso, depois Pôrto Acre, e estabelecendo ali um consulado brasileiro. De mim digo que, tratando-se de tão altos interesses do presente e do futuro desta nação, não ousaria aconselhar o arbitramento senão no caso de inteira impossibilidade de um acôrdo direto satisfatório, e fora do terreno do Tratado de 1867, com garantias muito especiais e de difícil aceitação pela outra parte”⁽⁴⁹⁰⁾.

Quanto à conquista, violenta ou disfarçada, esta era repelida com veemência pelo Barão do Rio-Branco, em palavras que não exprimiam apenas um pensamento de occasio, mas constituíam principalmente uma doutrina, um princípio de política exterior:

A primeira indicação, visando de fato uma conquista disfarçada, nos levaria a ter procedimento em contraste com a lealdade que o Governo Brasileiro nunca deixou de guardar no seu trato com os das outras nações. Entraríamos em aventura perigosa, sem precedentes na

(490) RIO-BRANCO, *Exposição que ao Sr. Presidente da República dirigiu o Sr. Ministro das Relações Exteriores* — 27 de dezembro de 1903.

nossa história diplomática, e que, por ser de muito demorado desdobramento, nos traria sem dúvula complicações e surpresas desagradáveis, sendo por isso mesmo de desenlace incerto. E a conquista disfarçada que, violando a Constituição da República, iríamos assim tentar se estenderia, não só sobre o território a que nos julgávamos com direito, mas também sobre o que lhe fica ao sul, incontestavelmente boliviano em virtude do Tratado de 1867, e onde já dominavam os acreanos em armas. Porque, — é preciso não esquecer, — o problema só se podia ou pode resolver ficando brasileiros todos os territórios ocupados pelos nossos nacionais. Acrescentarei que nada nos permite afirmar que os acreanos seriam forçosamente vencedores. No caso possível de não levarem a melhor o seu sacrifício havia de ferir e mover o sentimento nacional, com o risco de nos arrastar a uma guerra inglória. Esta infeliz contingência seria também possível no caso de serem os acreanos vitoriosos e de aceitarmos a sua proposta de anexação⁽⁴⁹¹⁾.

A *Exposição de Motivos* de Rio-Branco já continha, ela própria, a mais eficiente defesa do Tratado de Petrópolis. Dir-se-ia que se quis nela esmerar de modo especial. Pelo estilo, pela construção dos argumentos, pelo jôgo dialético das questões — êsse documento é o mais perfeito dentre todos os que êle escreveu como ministro de Estado⁽⁴⁹²⁾. Sentindo talvez que a posteridade consideraria o ato diplomático do Tratado como a sua obra-prima de estadista, quis que a peça escrita que se lhe corresponde apresentasse caráter idêntico.

Apesar de ter do seu lado jornalistas como Alcindo Guanabara e Medeiros e Albuquerque — o Barão, êle próprio, veio à imprensa defender o Tratado de Petrópolis. Escreveu, com o pseudônimo de *Kent*, vários artigos de resposta e explicação, em polêmica com os monarquistas, com os positivistas, com o *Correio da Manhã*. O argumento mais insistente contra êle girava em tôrno do que se dizia ter sido uma “cessão de território nacional” à Bolívia. *Kent* lembra, então, que o Brasil dera ao seu vizinho insignificantes nesgas de território: em Mato Grosso, inteiramente desabitadas e pela maior parte

(491) RIO-BRANCO, *op. cit.*

(492) Para se ter idéia da maneira de trabalho de Rio-Branco veja-se esta notícia, publicada num jornal do dia 30 de dezembro de 1903:

“O Sr. Barão do Rio-Branco passou todo o dia e noite de anteontem trabalhando em terminar a exposição que devia acompanhar a cópia autêntica do tratado com a Bolívia, que devia ser remetida à Câmara dos Deputados.

“Nem êle, nem os seus secretários, Srs. Pecegueiro do Amaral, Domicio da Gama e Paula Fonseca, tiveram um só minuto de repouso durante a noite. O Sr. Barão terminou a exposição às 7 horas da manhã. Às dez horas da manhã, seguiu para o Rio, chegou ao Palácio Itamarati pouco depois do meio-dia e à 1 hora dirigiu-se ao Palácio da Presidência, e, depois de conferenciar com o Sr. Presidente, foi à Câmara dos Deputados fazer entrega da Mensagem e documentos anexos.”

coberta de água, pois de terra firme havia apenas 78 quilômetros quadrados; no Amazonas, um trecho inculto, só habitado por bolivianos, entre o Abunã e a margem esquerda do Madeira; recebera em troca uma grande região, rica em florestas e produtos, povoada por 60 000 brasileiros. Tamanho fôra o desnível, que houvera a compensação pecuniária de dois milhões de libras. Não era lícito, mesmo assim, negociar com qualquer trecho do território nacional? Recordava *Kent* que os Estados Unidos da América haviam assinado nada menos de cinco tratados de compra e venda de territórios com a França, a Rússia, a Espanha e o México. Respondendo de preferência aos monarquistas, invoca a Constituição do Império, que permitia a troca e a cessão de territórios, e os tratados com o Peru, a Venezuela, a Bolívia, nos quais os estadistas do Segundo Reinado haviam feito generosas concessões aos vizinhos. Afinal, durante o Império, o Brasil não tivera aumento algum, antes perdera território com o desmembramento da Província Cisplatina; terminando um dos seus artigos, *Kent* sugeria que a incorporação do Acre bem podia ser considerada uma compensação daquele prejuízo:

Durante sessenta anos do regime passado, o território nacional não teve aumento algum, pelo contrário, em todos os ajustes citados renunciamos a terras a que, pela aplicação do princípio do *uti-possidetis*, tínhamos direito e sofremos até, pelo Tratado de 27 de agosto de 1828, a desagregação da Província Cisplatina, depois República Oriental do Uruguai, isto é, a perda de 187 000 quilômetros quadrados, extensão territorial — seja dito de passagem — quase equivalente à que pelo Tratado de Petrópolis vamos agora incluir dentro dos limites do Brasil...⁽⁴⁹³⁾.

Nos fins de 1903 e princípios de 1904, nenhum outro nome aparece tanto na imprensa do Rio de Janeiro quanto o Acre. Não se fala de outro assunto. Uma das questões mais discutidas era esta: existe ou não o famigerado “mapa da linha verde”? A êle se tinham referido os dois ministros anteriores, enquanto na sua “exposição de motivos” disse Rio-Branco:

Tenho lido que durante as negociações em La Paz, nos primeiros meses de 1867, o nosso plenipotenciário, Lopes Neto, apresentara mapas desenhados sob a direção de Duarte da Ponte Ribeiro, nos quais já

(493) “Jornal do Comércio”, 17-12-1903 — *Recortes de Jornais — Arquivo do Itamarati.*

figurava a linha oblíqua, mas disso não achei vestígio algum na correspondência oficial. Dêsses mapas, o mais antigo, que me foi mostrado e em que encontrei a linha oblíqua, tem a data de 1873⁽⁴⁹⁴⁾.

O “mapa da linha verde” era o de 1860, traçado sob a orientação de Duarte da Ponte Ribeiro. Rio Branco pedira-o ao Visconde de Cabo Frio, e o Visconde mandara-lhe para Petrópolis um mapa de 1873...⁽⁴⁹⁵⁾. Qual a intenção de Cabo Frio ao fazer essa troca naturalmente deliberada? Nunca se saberá.

Só depois de publicada a sua “exposição de motivos” um funcionário do Ministério levou a Rio-Branco o mapa de 1860⁽⁴⁹⁶⁾. Êle verificou, desde então, que na inteligência dos negociadores do Tratado de 1867 a linha de limite era realmente a oblíqua. Teria por isso igualmente modificado a sua opinião de que o Território do Acre pertencia, através de situações jurídicas mais antigas, ao Brasil? Ter-se-ia retratado das palavras com que se colocara em posição diferente da dos seus antecessores no Império e na República? Documentos posteriores mostram que não. Rio-Branco retificou a sua “Exposição” no trecho referente ao seu desconhecimento do mapa de 1860, mas não alterou o seu parecer a respeito do direito do Brasil sôbre o Acre. O mapa convenceu-o de que o Tratado de 1867 cedera o Acre à Bolívia, mas o seu conhecimento da Geografia e da História mantinha-o na convicção de que houvera êrro naquele mapa e naquele tratado, uma vez que segundo a doutrina do *uti-possidetis* a região do Purus e do Juruá era incontestavelmente brasileira. Isto foi o que êle fixou em despacho de 1904 à Legação do Brasil em Lima:

A declaração de 25 de março de 1903 significa apenas que, para o Brasil, o território do Acre, ao sul da linha estipulada no Tratado

(494) RIO-BRANCO, *Exposição que ao Sr. Presidente da República dirigiu o Sr. Míntstro das Relações Exteriores.*

(495) “E o Sr. Espinheiro entregou-me o mapa manuscrito de 1860, citado pelos meus dois predecessores, e que, ao chegar, eu pedira ao venerando Diretor-Geral desta Secretaria. Efetivamente, o mapa que dias depois me fôra, por engano, mandado a Petrópolis, era de 1873, aparecendo nele o principal autor com o nome de “Barão de Ponte Ribeiro”, título êste que só nesse ano de 1873 recebera.” (De uma carta de Rio-Branco ao deputado Gastão da Cunha, em 11 de janeiro de 1904 — publicada por Olinto de Magalhães em *Centenário do Presidente Campos Sales*, Rio, 1941).

(496) Rio-Branco imediatamente fêz disso a necessária comunicação em carta a Gastão da Cunha, datada de 11 de janeiro de 1904, que deve ter sido lida na Câmara durante os debates sôbre o Tratado de Petrópolis.

de 27 de março de 1867, era boliviano em virtude desse pacto. Entendemos que, rito é caduco para sempre, depois da guerra de 1801, o Tratado preliminar de limites de 1777, recuperamos, desde a Paz de Badajoz, o nosso direito primitivo sobre as regiões do Alto Juruá e do Alto Purus situados ao sul da linha Javari-Madeira designada naquele tratado preliminar e transitório; que, pelo Tratado de 1867, as transferimos à Bolívia, e que, portanto, podíamos e podemos dizer com verdade que foi somente por efeito desse tratado que eles ficaram sendo bolivianos até a conclusão do de 17 de novembro de 1903, em que as adquirimos mediante justas compensações ao concessionário⁽⁴⁹⁷⁾.

O “mapa da linha verde” não tinha, aliás, a menor significação para o Tratado de Petrópolis, uma vez que os seus negociadores não pretendiam determinar qual a verdadeira linha estipulada em 1867, se a paralela ou a oblíqua ao equador, mas esbalecer uma linha de limites inteiramente nova. Afastando, a partir de certo momento, a sua convicção particular, o Barão negociou e preparou o Tratado levando em conta a orientação tradicional da chancelaria brasileira⁽⁴⁹⁸⁾.

Uma a uma foram caindo depois as objeções contra o Tratado de Petrópolis. De Mato Grosso comunicava o comandante militar que a cessão dos pequenos terrenos à Bolívia “em nada prejudicava a defesa militar de Mato Grosso visto como essas lagoas (Mandioré e Gafba) e os respectivos desagudouros são dominados por altas montanhas muito fáceis de serem fortificadas”⁽⁴⁹⁹⁾, e o governador do Estado, por sua vez, se referia aos terrenos que “poderíamos ceder à Bolívia, sem inconveniente para este Estado e para o Brasil, e entre os quais estão compreendidos os que acabam de passar ao domínio daquele país”⁽⁵⁰⁰⁾. Na Europa, o internacionalista H. A. Moulin, professor universitário, estudava o *Tratado de Petrópolis*, em longo ensaio na *Revue Générale de Droit International Public*, indicando-o como um modelo em matéria de Direito Internacional. Por fim, a produção do

(497) Despacho à Legação do Brasil em Lima (10 de setembro de 1904) — Arquivo do Itamarati.

(498) “Isso, porém, em nada altera o que se estipulou no tratado que pende do exame e aprovação do Congresso, porquanto os Plenipotenciários dos dois países, durante a negociação, não se ocuparam de interpretar a parte final do artigo 2.º do Tratado de 1867, mas sim de estabelecer novas fronteiras mediante compensações à Bolívia. Negociamos o Tratado, dando como admitido que a fronteira era a linha oblíqua do Beni à nascente do Javari.” (Da carta de Rio-Branco a Gastão da Cunha).

(499) Telegrama do general Sampaio, comandante do Distrito Militar de Mato Grosso, ao Barão do Rio-Branco — Arquivo do Itamarati.

(500) Mensagem do Presidente de Mato Grosso, coronel Antônio Pais de Barros, às Assembléias Legislativas do Estado.

Acre, em quatro anos, retribuía, em valores financeiros, as libras esterlinas pagas à Bolívia⁽⁵⁰¹⁾.

Mas o povo não esperou os resultados do futuro para manifestar a Rio-Branco o seu aplauso, a sua concordância com o ato diplomático de 17 de novembro. Teve logo a intuição da grandeza do Tratado de Petrópolis. Uma extraordinária manifestação popular — promovida por tôdas as classes sociais — foi feita ao ministro das Relações Exteriores, no dia 28 de fevereiro, no Itamarati. Uma das grandes festas do Rio de Janeiro, verdadeira apoteose ao triunfador. Saudando-o, em nome da multidão, exclamou Olavo Bilac, numa frase de efeito oratório:

Abençoada seja a tua mão, porque ela teve a fortuna de assinar, três vêzes, os Tratados que salvaram e mantiveram a integridade do solo brasileiro!

(501) Dispendemos com o Acre, ao todo, 34 500:000\$000; até 1909, a sua renda fôra de 78 000:000\$000.

Teve, disse Rio-Branco, a sorte de assistir ao esplendor da riqueza da borracha amazônica:

“O período 1905-1910” — escreveu J. F. Normano — “caracteriza-se como o verdadeiro período áureo do Amazonas”. (J. F. NORMANO, *op. cit.*, pág. 49).

Capítulo X

Incidentes e negociações com o Peru. Notas e despachos de Rio-Branco. Adiantamento dessa questão de limites. Atitude de Rio-Branco em face do laudo arbitral do rei da Itália. Tratados de limites com o Equador e a Holanda. O diplomata. Conceito de sua diplomacia. Rio-Branco e o Itamarati. Traços da figura física e da figura moral do ministro das Relações Exteriores. "Um grande Mágico". Rio-Branco e Cabo Frio.

ALGUMAS QUESTÕES DE LIMITES na América do Sul haviam chegado nos princípios do século XX ao seu momento decisivo, não só entre os herdeiros dos antigos impérios de Portugal e Espanha, mas também entre os próprios países outrora colônias espanholas. Havia no ar ameaças de guerra entre diversas nações. O Chile e a Bolívia pareciam nas vésperas de uma luta armada. O Peru e a Bolívia disputavam violentamente um vasto território, e entregaram afinal o seu litígio, em dezembro de 1902, ao arbitramento da Argentina. O Brasil, por sua vez, estava em disputa com o Peru e com a Bolívia.

A questão do Acre cruzava-se com a do Peru, uma vez que êste país era também pretendente em território disputado pelo Brasil e pela Bolívia. Quando se iniciaram as negociações entre Rio-Branco e a representação boliviana, julgou o Peru chegado o momento da sua intervenção no litígio. Em nota de 3 de julho de 1903, o seu ministro no Rio de Janeiro, Hernán Velarde, pedia ao governo brasileiro que o seu país fôsse admitido às discussões numa negociação tríplice⁽⁵⁰²⁾. No

(502) RIO-BRANCO, *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, compreendendo o período decorrido de 28 de maio de 1902 a 31 de agosto de 1903*, págs. 157-158.

mesmo sentido a diplomacia peruana fazia pressão em La Paz, opondo-se a que fôsse objeto de negociação direta entre o Brasil e a Bolívia qualquer trecho de território também disputado pelo Peru.

A 15 de julho, em nota ao ministro peruano, Rio-Branco informava que não convinha a nenhum dos três países, nem o Brasil aceitaria, o expediente de um tribunal misto, composto de representantes do Brasil, do Peru e da Bolívia, para resolver as suas questões de limites.

Dizia Rio-Branco:

O Governo Federal entende que o exame simultâneo das reclamações territoriais de três países em conferência ou em tribunal de representantes das partes interessadas abriria uma discussão sumamente difícil e complicada (embora o Sr. Ministro considere indiscutíveis os direitos do Peru), de grande duração e nenhum resultado prático. Acresce que são diferentes as bases sôbre que o Brasil e o Peru querem assentar as negociações, ou o ponto de vista em que se colocam. É em virtude do que supõe ser seu direito próprio que o Peru reclama da Bolívia todo o território entre a nascente do Javari e a confluência do Beni, como consta do tratado de arbitramento de 30 de dezembro último, cuja negociação correu em sêgrêdo para nós, ao passo que o Brasil procura chegar a um acôrdo amigável com a Bolívia para haver, mediante compensações razoáveis, parte dêsse vasto território.

Lembrava em seguida que só o Brasil e a Bolívia vinham fazendo sacrifícios em consequência das desordens que desde 1899 se produziam no Acre, e só os dois países, portanto, tinham imediato e verdadeiro interêsse em liquidar rapidamente a crise aberta entre ambos. Terminava por fazer, no entanto, uma promessa:

Se, como deseja, e sem de modo algum prejudicar a Bolívia, puder o Brasil obter dêsse vizinho e amigo uma retificação de fronteiras, estará pronto para desde logo entrar com o Peru no estudo de um tratado de limites, complementar do de 1851⁽⁵⁰³⁾.

Era, aliás, o que êle já havia mandado comunicar, desde janeiro, ao govêrno do Peru.

Da tática diplomática de Rio-Branco fazia parte a recusa sistemática a qualquer negociação tríplice. O seu processo — já pôsto em prática no caso da Bolívia e do Sindicato — consistia em separar os adversários, isolá-los, e negociar depois

.(503) RIO-BRANCO, *op. cit.*, pág. 163.

com cada um dêles em particular. Separara a Bolívia do Sindicato; iria agora isolar a Bolívia do Peru. Ele guardara, aliás, a lembrança da experiência malograda de negociações entre três potências interessadas — Brasil, Argentina e Uruguai — durante e após a guerra do Paraguai. A discussão demorara anos seguidos, com incidentes que estiveram quase a provocar uma nova guerra entre os aliados. Só tratando em separado com o Paraguai, primeiro o Brasil, depois a Argentina, foi possível chegar à solução que debalde procuraram os aliados obter em conjunto.

Na “Exposição de motivos” do Tratado de Petrópolis já Rio-Branco aludira às pretensões do Peru, com esta conclusão:

Não é aqui ocasião de dizer circunstancialmente por que, mas, com o devido respeito pela opinião contrária, a confiança no nosso direito é tal que nenhum receio devemos ter por êsse lado.

Pois o Peru não reclamava apenas territórios negociados no Tratado de Petrópolis, mas também uma grande parte do Estado do Amazonas. Estava êsse país, aliás, num momento de aspiração expansionista que passaria em seguida, sem deixar ódios; baseado em cédulas régias, decisões de reis de Espanha, no Tratado de 1777, anulado, aliás, pela guerra de 1801 e pelo tratado de paz que o não revalidou, reivindicava tardiamente territórios ao Brasil, à Bolívia, ao Equador e à Colômbia. Pretendia do Equador quase todo o seu território, deixando-lhe apenas a estreita zona transandina, ao lado do Pacífico; da Bolívia, um terço do seu território, chegando muito perto de La Paz e subindo pelo Beni até o Madeira, por conseguinte todo o território que a Bolívia entregaria ao Brasil, e extensão muito maior ao sul; do Brasil, cêrca de duzentos e cinqüenta e dois mil quilômetros quadrados no Estado do Amazonas.

Em 1851 havia sido assinado entre o Brasil e o Peru um tratado de limites, pelo qual a divisão de fronteiras ia desde a confluência do Apapóris com o Japurá, até Tabatinga, e pelo curso do Javari até a sua nascente. Nenhum título, nenhuma alegação sequer apresentava o Peru a respeito de direitos sôbre o território a leste do Javari. A presença dos caucheiros peruanos em alguns dos afluentes ocidentais do Alto Juruá e outras regiões amazônicas brasileiras não chegava a criar um título, segundo a doutrina do *uti-possidetis*, pois isto

se dera depois do Tratado de 1851 e tinha-quê ser levada em conta a circunstância de ser o caucheiro um nômade. E só em 1896 começaram a aparecer as partidas de caucheiros peruanos.

Decidiu-se, de repente, o Peru pela violência, no seu propósito de firmar domínio nas regiões que vinha reclamar da Bolívia e do Brasil. Em fins de 1901 o peruano Carlos Scharff, com um bando de índios escravizados, chegando ao Alto Purus, começou a devastação das florestas de caucho, reproduzindo a empresa já executada no Juruá e antes no Ucaiáli; em outubro de 1902 deu-se a invasão e ocupação do Alto Juruá; em junho de 1903, também a invasão e a ocupação peruana do Alto Purus.

A assinatura do Tratado de Petrópolis foi um golpe sobre o Peru, e êste reagiu com energia, reafirmando com mais firmeza e desenvoltura as declarações dos seus direitos. Junto ao govêrno de Washington, a diplomacia peruana procurava obter uma intervenção dos Estados Unidos em seu favor. No Rio, o ministro Hernán Velarde excedia-se em exigências, redigindo notas diplomáticas em estilo pouco amigável, colaborando com a própria imprensa de oposição a Rodrigues Alves, à qual fornecia apontamentos e informações contra o ministro das Relações Exteriores. Rio-Branco envia então o seu protesto ao govêrno de Lima, e o ministro das Relações Exteriores do Peru manda censurar o seu representante pelo tom inconveniente e áspero das notas enviadas ao govêrno brasileiro⁽⁵⁰⁴⁾. A respeito do Encarregado de Negócios, Buenaventura Seoane, tomou o Barão, no ano seguinte, uma medida mais radical: fêz cessar qualquer correspondência entre êle e o ministério das Relações Exteriores, e mandou avisar o Peru de que, se não fôsse retirado daqui, seria obrigado a enviar-lhe os passaportes⁽⁵⁰⁵⁾.

Contudo, Rio-Branco não os seguia na irritação e descomedimento de maneiras; opunha-lhes uma atitude de serenidade, de tranqüila firmeza. Nem arrogância, nem fraqueza — isto representava o seu invariável estado de espírito. Às notícias das invasões e violências peruanas no Purus e no Juruá êle respondia sempre:

(504) Despacho de 7 de junho de 1904, de Rio-Branco ao Ministro do Brasil em Lima — Arquivo do Itamarati.

(505) Despachos à Legação do Brasil em Lima — Arquivo do Itamarati.

— Isto não cria direitos para o Peru, antes representa uma confissão de que eles não existem.

As nossas divergências com o Peru, em 1904, apresentavam um caráter mais apaixonado e mais perigoso do que se verificara na discussão brasílio-boliviana. O Peru aumentava e concentrava as suas fôrças armadas; o Brasil, por sua vez, mobilizava os seus recursos militares de terra e mar. De nôvo surgia a possibilidade da guerra, e nas mãos de Rio-Branco estaria o poder de desencadear ou evitar a luta armada. Apesar de tôdas as provocações, êle não solicita providências militares senão com o fim de fazer respeitado o Brasil nas negociações diplomáticas.

Negociações diplomáticas que Rio-Branco condicionava à retirada pelo Peru das suas fôrças militares do Alto Purus e do Alto Juruá. Êle firmou a posição da chancelaria brasileira em dois aspectos preliminares. Em primeiro lugar, o Brasil não tomaria conhecimento das reclamações do Peru enquanto êste não fizesse evacuar o território brasileiro que havia invadido. Em segundo lugar, negava-se a entregar o litígio a arbitramento antes que o Peru apresentasse os títulos com que fundamentaria o seu alegado direito. Recordou, então, que não era das nossas tradições diplomáticas aceitar o juízo arbitral sômente porque um govêrno estrangeiro vinha dizer que lhe pertencia um território que entendemos ser nosso; em nenhum caso tinha o Brasil ido a arbitramento sem discussão prévia e troca de memórias justificativas, sem que as duas partes ficassem conhecendo os fundamentos da opinião contrária e tentassem transigir ou conciliar-se. E assim colocava a nova questão:

O Brasil só entrará na discussão prévia depois que o Peru evacuar as posições que ocupou militarmente e só irá a arbitramento se entender que é caso disso, quando souber que títulos possui o Peru para pretender disputar-nos os territórios que recuperamos e os que nos cedeu a Bolívia pelo Tratado de Petrópolis⁽⁵⁰⁶⁾.

Verbalmente, a Hernán Velarde, êle observa, desde o princípio, que, se o govêrno do Peru fazia avançar tropas, nós poderíamos proceder do mesmo modo e se tornaria difícil um acôrdo pelos meios diplomáticos. Renovou por escrito a

(506) Nota de Rio-Branco à Legação do Peru no Rio de Janeiro — Arquivo do Itamarati.

observação em notas de 24 e 27 de dezembro de 1903. No ano seguinte, a 16 de maio, comunica que o govêrno do Brasil resolveu proibir o trânsito de armas e outros elementos de guerra com destino ao Peru pelo caminho do Amazonas, e, dentro dessa providência, já mandara retirar do vapor *Ucaiale* os caixões com armamento e munições vindos da Europa com destino a Iquitos. Isto — esclarecia o ministro — não representava ainda o emprêgo de represálias, mas apenas o uso do chamado direito de segurança ou de própria conservação⁽⁵⁰⁷⁾.

Resolveram, afinal, os dois países adiar a sua questão de limites, ficando estabelecido, para vencer as dificuldades do momento, um *modus-vivendi*. De acôrdo com a exigência da chancelaria brasileira, os peruanos haviam retirado dos pontos ocupados no Amonea e no Chandless os seus dois destacamentos militares, pois “não seria possível admitir-se que, na pendência de nossas negociações com o Peru, estivessem populações nossas governadas por autoridade estranha”. Igual exigência tinha feito o Brasil à Inglaterra, no território de Pirara, e à França, no território do Amapá.

A 12 de julho de 1904, o Barão do Rio-Branco e o ministro peruano Hernán Velarde concluíam dois acôrdos com o fim de pôr têrmo às desordens e conflitos que se vinham produzindo no Alto Juruá e no Alto Purus e de facilitar a solução amigável da questão de limites⁽⁵⁰⁸⁾. Do primeiro acôrdo constava um protocolo, em que se estabelecia o prazo de cinco meses, de 1.º de agôsto a 31 de dezembro, para negociação de um tratado de limites complementar do de 1851, isto é, de um tratado que determinasse a fronteira dos dois países desde a nascente do Javari até o paralelo de 11 graus, com o propósito de recorrer a algum de outros meios de solver amigavelmente litígios internacionais, se findo aquêle prazo não pudessem chegar a um acôrdo direto e definitivo. Ficavam neutralizados e sujeitos a uma polícia mista brasileiro-peruana dois territórios: o da bacia do Alto Juruá, desde a cabeceira dêste rio até a margem do Breu, e até o paralelo da bôca do Breu na direção oeste; o da bacia do Alto Purus, desde o paralelo de 11 graus e as cabeceiras do Curanga e do Curin-ga até o barracão Cataí.

(507) Nota de Rio-Branco à Legação do Peru no Rio de Janeiro — Arquivo do Itamarati.

(508) No dia seguinte escreveu num dos *Cadernos de Notas*:
“Deitei-me vestido sôbre o canapé do meu gabinete à 1¼”.

Ficava, assim, aceita a proposta que Rio-Branco fizera à 8 de maio, depois de ter julgado inaceitável a do mesmo dia, do Peru, que pretendia a neutralização de todo o enorme território por êle julgado litigioso. Os que ficavam neutralizados, ao contrário, eram dois pequenos territórios. A Legação do Brasil em Lima escrevia o Barão:

Em resumo: o Peru queria vir governar conosco os territórios que pretende; não conseguiu isso: nós é que fomos governar com êle os trechos da bacia do Juruá e do Purus que invadira e estava administrando.

Mas, ao concluir, acrescentava:

Aqui não cantamos vitória e nada mais ridículo e inconveniente do que andar um diplomata a apregoar vitórias⁽⁵⁰⁹⁾.

O prazo de cinco meses transformou-se em cinco anos. Foi prorrogado muitas vêzes, e o tratado de limites com o Peru só veio a ser assinado em 1909. De um lado e do outro havia interêsse no adiamento, cada um dêles procurando esconder do outro o seu motivo. O govêrno peruano esperava, na substituição de Rio-Branco, um ministro menos conhecedor dos problemas de limites; Rio-Branco, por sua vez, preferia aguardar o juízo arbitral argentino no litígio perúvio-boliviano: se êle fôsse favorável ao Peru, isto em nada alteraria a nossa posição; se fôsse favorável à Bolívia, isto nos ajudaria indiretamente. Dar-se-ia aquilo que Domício da Gama mais tarde dizia ser "a vitória de Rio-Branco até mesmo em pleitos em que não era parte". Também vinha o adiamento do propósito em que se colocara o Barão de só recorrer ao arbitramento como a última das medidas. Vitorioso, como advogado em dois pleitos arbitrais, êle estava longe de aceitar a superstição jurídica do arbitramento: não via nela nenhuma panacéia milagrosa.

Trouxe-lhe um argumento de fato a decisão arbitral do rei da Itália no caso de limites com a Guiana Inglesa, cuja notícia chegou aqui no dia 14 de junho de 1904, quando estava no auge a crise com o Peru. Lograva a Inglaterra, pelo arbitramento, penetrar na bacia do Amazonas, de onde ajudara Portugal a repelir a França. A sentença do rei italiano — e assim começava tristemente uma melancólica existência de rei que teria quarenta anos depois um fim despre-

(509) Despachos à Legação do Brasil em Lima — Arquivo do Itamarati.

zível — oferecia à Inglaterra mais do que havia fixado o primeiro ministro Lord Salisbury, numa proposta de 1898, pela qual se teria dividido mais equitativamente o território disputado. De Joaquim Nabuco recebia Rio-Branco dois dias depois um telegrama de nobre melancolia:

Pelo prazer que você teve com os seus laudos calcule o meu desprazer⁽⁵¹⁰⁾.

Não podia ser mais completa a solidariedade de Rio-Branco ao amigo. Reúne os jornalistas e pede-lhes “uma boa imprensa para Joaquim Nabuco”⁽⁵¹¹⁾; nesse mesmo dia comunica, em caráter reservado, a Tobias Monteiro, o seu projeto de criar para êle a embaixada em Washington⁽⁵¹²⁾; redige pessoalmente editoriais jornalísticos em defesa do advogado brasileiro em Roma⁽⁵¹³⁾. No dia 17 escreve num dos *Cadernos de Notas*:

15 de junho — Muito fatigado e abalado com a notícia do nosso revés (caso Nabuco). Não saí da Secretaria. Dor de cabeça. Deitei-me às cinco da tarde. Descansei até meia-noite. Trabalhei de meia-noite às 3 da madrugada de 16⁽⁵¹⁴⁾.

A Joaquim Nabuco dizia no telegrama oficial:

Em nome do govêrno federal agradeço a V. Excia. o zêlo e a dedicação com que durante os últimos cinco anos se consagrou à defesa dos direitos do Brasil neste pleito. Pode V. Excia. estar seguro de que quantos examinarem os notáveis trabalhos que executou com tanto brilho, hão de reconhecer que nenhum outro advogado o podia exceder no esfôrço, na competência e no patriotismo de que mais uma vez deu provas, honrando-se a si e à nação brasileira. Rogo a V. Excia. que apresente aos seus auxiliares os agradecimentos do govêrno federal⁽⁵¹⁵⁾.

Num dos artigos anônimos de jornal, em defesa de Nabuco, não se esqueceu o Barão de argumentar com o laudo italiano em favor do seu ponto de vista sôbre o arbitramento:

(510) Carolina NABUCO, *A Vida de Joaquim Nabuco*, 2.^a edição, pág. 395, São Paulo, 1939.

(511) “Apenas chegou ao Rio a notícia do laudo proferido, a 6 de junho, pelo Rei da Itália, Rio-Branco mandou pedir-me que fôsse ao Itamarati, onde encontrei, chamados por êle, vários repórteres. Queria que eu o ajudasse “a preparar uma boa imprensa para o nosso amigo”. O semblante traduzia-lhe migoa; fugira-lhe o ar prazenteiro e acolhedor”. (Tobias MONTEIRO, “Memórias de Oliveira Lima”, artigo publicado no “Jornal do Comércio”, de 27 de março de 1937).

(512) Depoimento de Tobias Monteiro em conversa com o Autor.

(513) *Recortes de Jornais* — Arquivo do Itamarati.

(514) *Cadernos de Notas* — Arquivo do Itamarati.

(515) Arquivo do Itamarati.

Essa lição consiste em reconhecermos que o arbitramento não é sempre eficaz. Pode a causa ser magnífica, o advogado inigualável e, como é o caso, ter-se uma sentença desfavorável. Não condenamos por isso em absoluto o arbitramento, decerto, mas reconhecemos que só devemos recorrer a êle quando fôr de todo impossível chegarmos a um acôrdo direto com a parte adversa. Transigiremos, então, tendo em vista o interesse comum; mas não veremos possíveis interesses estranhos a nós, desconhecendo o nosso direito e até os princípios correntes de direito internacional⁽⁵¹⁶⁾.

Por isso mesmo Rio-Branco preferia o acôrdo direto para resolver questões de fronteiras e dirimir pendências internacionais. E vendo de perto o inconveniente das fronteiras indistintas e discutidas, procurou estabelecer definitivamente os limites do Brasil com todos os seus vizinhos. Assim, em 6 de maio de 1904 — no meio das discussões com o Peru — assinou com o Equador um tratado de limites, condicional, como se dizia no Art. 1.º:

A República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Equador concordam em que, terminando favoravelmente para o Equador, como esta República espera, o litígio que sôbre limites existe entre o Equador e o Peru, a fronteira entre o Brasil e o Equador seja, nas partes em que confinem, a mesma estipulada no Art. VII da Convenção celebrada em Lima pelo Brasil e pelo Peru, aos 23 de outubro de 1851.

Era uma negociação, esta, que vinha de 1851-1853, de projetos e instruções do Visconde do Uruguai, que depois do Tratado com o Peru, enviou o Conselheiro Miguel Maria Lisboa em missão especial à Venezuela, à Nova Granada e ao Equador. Ficou em seguida o govêrno do Equador de mandar ao Rio uma missão especial para negociar o ajuste de limites, o que não se realizou, no entanto, permanecendo, assim, imprecisas as nossas possíveis fronteiras com aquêle país. O Barão do Rio-Branco, retomando as negociações, chegou rapidamente a um ajuste pelo Tratado de 6 de maio de 1904. Ao encaminhá-lo ao presidente da República dizia na "exposição de motivos":

Compreendendo como êsse eminente estadista [o Visconde do Uruguai] a inconveniência e os perigos de continuarmos sem fronteiras demarcadas com alguns dos países vizinhos, autorizou-me V. Excia. a prosseguir nas negociações há tanto tempo interrompidas sôbre êsse importante assunto e conto que brevemente possam tôdas elas entrar em andamento regular⁽⁵¹⁷⁾.

(516) *Recortes de Jornais* — Arquivo do Itamarati.

(517) RIO-BRANCO, *Exposição do Ministro das Relações Exteriores sôbre o Tratado de Limites entre o Brasil e o Equador* — 25 de agosto de 1904.

Dás Guianas, duas tinham já limites definidos com o Brasil por efeito de juízos arbitrais. Restava a Guiana Holandesa. Nunca houve, aliás, questão de limites entre o Brasil e a Holanda; nunca pretenderam os holandeses atravessar a linha divisória da bacia amazônica. As dificuldades para um tratado de limites provinham de circunstâncias indiretas. Joaquim Caetano da Silva iniciara em Haia, nos fins de 1852, a negociação para tal fim, que não teve seguimento pelo receio que manifestou o govêrno holandês de que Napoleão III levasse a mal o acôrdo que procurávamos quando a França se supunha com direito ao vasto território, na bacia do Amazonas, que se estende ao sul das serras de Tumucumaque e Acaraí. Em 1896, sob a orientação de Rio-Branco, foram continuadas em Londres, entre Sousa Correia e o ministro dos Países-Baixos, as negociações suspensas em 1853. Novamente foram adiadas por causa da França: entendeu a Holanda que era necessário esperar a decisão arbitral da Suíça, no litígio franco-brasileiro, para poder tratar com o Brasil. Removido êsse embaraço, o Barão do Rio-Branco, em 24 de junho de 1904, reatou aqui as negociações com Frederico Pahn, ministro da Holanda. Não houve dificuldades, então, em traçar como fronteira entre o Brasil e a Guiana Holandesa — ou Colônia de Surinã, seu nome próprio na geografia holandesa — a linha divisória das águas que na serra de Tumucumaque forma o limite setentrional da bacia do Amazonas, desde a nascente do Maroni até a do Corentine, em cujas proximidades essa linha se encontra com a fronteira da Guiana Francesa e da Guiana Inglesa. E isto ficaria estabelecido no Tratado de 5 de maio de 1906. Antes, em 1905, já Rio-Branco teria assinado dois protocolos com a Venezuela e enviado a Bogotá um plenipotenciário para negociar um tratado de limites com a Colômbia.

Depois do Tratado de Petrópolis cresceram o prestígio, a popularidade, a glória de Rio-Branco. Ele respondera com os fatos à dúvida com que alguns o receberam: será êle também um temperamento político, um homem de Estado, ou apenas um geógrafo e historiador, especialmente dotado para advogado em questões de limites? O Tratado de Petrópolis, com efeito, fôra um ato muito mais de político do que de geógrafo; o seu principal material de trabalho fôra a nego-

ciação, a política diplomática. Via-se agora a visão de estadista de Rio-Branco, a sua capacidade de lançar os problemas e resolvê-los no plano das razões de Estado. Do antigo solitário de gabinete surgia uma personalidade forte, original, dominadora. Logo empolgara a opinião pública e o próprio governo. Colocou-se numa posição que estava longe de ser a de um ministro; ocupou, desde o começo, um lugar à parte, excepcional, soberano quase, independente, e superior a todos os outros. Já em princípios de 1904 dizia Rui Barbosa no Senado:

O nobre Ministro das Relações Exteriores é, hoje, por excelência, entre os seus colegas, o Ministro forte. Dir-se-ia que na sua órbita arrasta como um satélite, dominado pela sua imperiosa atração, todo o governo, do qual, normalmente, apenas tinha de ser um dos seus membros⁽⁵¹⁸⁾.

Brasileiros e americanos em geral respeitavam em Rio-Branco tudo o que significa um grande passado: o nome famoso, a glória de uma obra realmente nacional, elaborada por efeito da sua competência e ciência das questões que lhe foram entregues, a cultura especializada que fizera dê-lo o maior conhecedor de Geografia e História do Brasil, a educação política e mundana feita em tantos anos de contacto com a civilização europeia, a sua amizade com reis, príncipes e personalidades internacionais, o conhecimento da diplomacia europeia, o carácter de continuador da política exterior do Império, o nome histórico herdado do Pai. Tudo isso acompanhava, como património, o Barão do Rio-Branco quando chegou ao Brasil em 1902, e o político brasileiro ou o diplomata estrangeiro que se aproximava dê-lo levava com certeza na lembrança êsse extraordinário passado do ministro. Passado a que a sua ação no Itamarati daria mais amp'itude e grandeza, tornando-o definitivamente histórico e compondo-lhe o quadro final para a posteridade.

Desde o princípio governou, por isso, o Ministério do Exterior com uma completa autonomia, e fêz dê-lo o departamento de mais relêvo do governo. Dirigiu o Itamarati como um soberano, pela sua ciência dos negócios de política externa e pela arte diplomática de sua própria personalidade. Pois

(518) Rui BARBOSA, *Exposição de Motivos do Plenipotenciário Vencido*.

essa natureza de diplomata encontrava agora o espaço adequado à sua forma e aos seus movimentos.

Realizava na velhice o seu sonho de juventude — e já não se disse estar nisso a verdadeira felicidade? Podia lembrar-se agora de que dos vinte aos trinta anos — por entre outras posições: professor, promotor, deputado — a carreira para que se sentira chamado fôra a diplomática. Ficara apenas nas suas vizinhanças durante o período do consulado em Liverpool. Um dia — nunca perdera a esperança — passaria da carreira consular para a diplomática. Livros de sua biblioteca — tratados de Direito Internacional e de outras matérias relacionadas com a diplomacia — indicavam-lhe a inclinação. A experiência de trinta anos — na mocidade, o gabinete e a obra do Pai; na maturidade, a observação do ambiente europeu — completava-lhe a preparação. Mas, acima dela, a definir-lhe a fisionomia de diplomata, estava a própria estrutura do temperamento, uma herança de sangue e nervos. O segundo Rio-Branco, como o primeiro, tinha uma natureza humana de negociador. De diplomata, por consequência, o que quer dizer: o gosto do equilíbrio, da estabilidade e da ordem; o horror às soluções extremas ou violentas; o espírito de conciliação e de ajustamento entre homens e povos.

Antigamente, aliás, era “negociação” o nome próprio com que se indicava a atividade diplomática. E pela arte e ciência da negociação foi que a diplomacia chegou a um dos seus conceitos clássicos: “a aplicação da inteligência e do tato às relações oficiais entre os Estados”⁽⁵¹⁹⁾. Trabalho mais perigoso do que outro qualquer, pois nêle o êrro ou deficiência apresenta quase sempre consequências fatais ou irreparáveis.

Observa Oliveira Lima:

O que noutra profissão seria êrro passageiro ou engano desculpável torna-se na dêle, pela importância das questões, conspicuidade real ou convencional dos personagens e gravidade dos desenlaces, crime imperdoável e desgraça irremediável⁽⁵²⁰⁾.

Uma palavra mais áspera, um movimento de humor desagradável, uma falta de tato no estilo das notas e despachos — qualquer desequilíbrio ou insegurança de si mesmo, no

(519) Ernest SATOW, *A Guide to Diplomatic Practice*, 1.º vol., pág. 11, New York, 1922.

(520) Oliveira LIMA, *Cousas Diplomáticas*, pág. 56, Lisboa, 1908.

diplomata, pode-se tornar ofensa a outra nação, crise internacional, choque de sentimentos coletivos⁽⁵²¹⁾.

Daí se vê que a diplomacia é muito mais uma arte do que uma ciência. Ela não tem regras ou normas fixas, a não ser nos aspectos formais; depende das circunstâncias, dos episódios, das situações em movimento; exige presteza para acompanhar a mobilidade dos acontecimentos e agilidade para dominar problemas com decisões prontas e ajustadas⁽⁵²²⁾. É um grande jôgo, a atividade político-artística dos "homens lúdicos".

O que fêz a grandeza do Barão do Rio-Branco foi a circunstância de haver associado a ciência e a arte diplomática. Porque aquilo que se chama a ciência da diplomacia constituía para êle um material de trabalho, mas estava longe de esgotar-lhe as possibilidades pessoais. Acima dos conhecimentos especializados e da erudição científica êle colocava a diplomacia criadora, livre nos movimentos e recursos inventivos da imaginação. Um simples objetivismo teria feito dêle apenas um tratadista erudito. Um simples subjetivismo, por sua vez, faria dêle somente um *débater* brilhante. O que o Barão apresentava, ao contrário, era uma obra em que a erudição fôra tomada como ponto de partida para atingir a criação política. Pois o verdadeiro diplomata há de ser um erudito e um criador, um homem de ciência e uma personalidade de imaginação.

Da personalidade de Rio-Branco pode-se dizer que os seus traços dominantes eram aquêles que caracterizam o diplomata: o domínio de si mesmo, a reserva de pensamento e a economia de palavras, a paciência, o senso da oportunidade, a sagacidade, o espírito de negociação, a dignidade de maneiras e de gestos, o estilo geométrico na precisão em ajustar os vocábulos com as idéias.

(521) "Il n'en est pas de même à l'égard des relations extérieures; là on peut rarement exiger ou présumer, il faut demander, solliciter, négocier; le moindre mot inconsidéré peut blesser toute une nation; une fausse démarche, un faux calcul, une combinaison fautive ou hasardeuse, une simple indiscretion peuvent compromettre la dignité du gouvernement et l'intérêt national". (Charles de MARTENS, *Le Guide Diplomatique*, Tomo I, págs. 24-25, Leipzig, 1866).

(522) "Je ne connais pas de métier plus divers que celui du diplomate. Il n'en est point où il y ait moins de règles précises et plus de traditions, point où il faille plus de persévérance pour réussir et où le succès dépende davantage du hasard des circonstances, point où une discipline exacte soit aussi nécessaire et qui exige de celui qui l'exerce un caractère plus ferme et un sprit plus indépendant". (Jules CAMBON, *Le Diplomate*, pág. 9, Paris, 1926).

Não se conhece, na verdade, uma cena diplomática em que o Barão do Rio-Branco tenha perdido o domínio de si mesmo. Sabia manter-se imperturbável ante os obstáculos mais irritantes. Recorda Assis Brasil que, nas discussões sobre o Tratado de Petrópolis, quando foi em certos meios atacado violentamente, a sua fisionomia jamais demonstrava indignação ou revolta diante das injustiças recebidas⁽⁵²³⁾. Não que fôsse apático, abúlico, ou santo. Tinha, embora só em movimentos excepcionais, os seus ímpetos de humor desagradável ou de aborrecimento, mas dominava-os pela vontade vigilante e firme. Em debates diplomáticos não raro apaixonados com os representantes da Bolívia e do Peru, e pouco depois nos incidentes com a Argentina e a Alemanha, a sua voz não se traía jamais em gritos, a sua atitude de compostura não se arrebatava em gestos descompassados. A voz conservava-se mansa, e até suave, os gestos continuavam sóbrios e elegantes. Por detrás dessa atitude, porém, a energia estava visível e atuante. Isto lhe aumentava a autoridade das palavras e a firmeza das decisões. Ele bem compreendia que, nas discussões diplomáticas, uma parte da vitória fica logo obtida com a vitória pessoal de um diplomata sobre outro. Para tanto Rio-Branco contava com a aguda capacidade de conhecer rapidamente os homens com quem tratava. Não divagava, não especulava no vazio, não se perdia em palavras: fechado no seu mundo incomunicável de pensamento e sentimento, analisava os outros, e logo reconhecia a fisionomia, o caráter, as forças, as fraquezas do político ou do diplomata com quem ia entender-se, negociar ou trabalhar⁽⁵²⁴⁾.

Da sua antiga timidez⁽⁵²⁵⁾ não restava mais nada. Fôra vencida pelos exercícios da vontade e pela experiência do mundo. E se dela alguma coisa ainda existia, era como um apoio íntimo às suas atitudes de reserva e prudência, ao pudor com que se negava às expansões e abandonos. A despeito da sua arte de *causeur* — o encanto da própria conversa

(523) Assis BRASIL, em "Discurso", *Revista Americana*, fevereiro, 1913.

(524) "Posee la penetración pasmosa para conocer a los hombres, con solo cambiar dos palabras con ellos.

"Imediatamente que ha tratado a una persona, formula y escribe su biografía: la biografía de su ser moral, introduciéndose en lo más recóndito de su foro interno." (Juansilvano GODOI, *op. cit.*, págs. 69-70).

(525) Pessoas que conheceram de perto Rio-Branco, como Joaquim Nabuco e Tobias Monteiro, referiram-se à sua timidez.

não o conduzia às confidências⁽⁵²⁶⁾. A sua conversação era ímpessoal, e tanto mais brilhante quanto situada no plano dos assuntos que a êle não se prendiam diretamente. Nunca falava dos seus sentimentos ou de episódios relacionados com a sua vida íntima. Poucos também lhe conheciam o pensamento nos negócios públicos, antes que o exprimisse em ação⁽⁵²⁷⁾.

Dizia a sua filha Amélia ao irmão Raul⁽⁵²⁸⁾:

Não há nada mais difícil do que conhecer o pensamento de nosso pai.

Por detrás das maneiras simples, dos gestos acolhedores, das gentilezas com que a todos recebia e tratava — havia uma muralha intransponível, uma porta que a ninguém foi dado transpor. A sua popularidade existiu sempre revestida de respeito; a dedicação dos seus servidores no Itamarati, cerimoniosa, pelo culto que lhe votavam e pelas reservas do temperamento de Rio-Branco, mesmo nos momentos de mais expansão e alegria.

Isto explica nêle a predileção pela época de Luís XVI, em cuja côrte era moda a *extrême dignité* pela qual o pai tratava o filho com o título de *monsieur*. A não serem os antigos companheiros de mocidade — como Joaquim Nabuco, José Marcelino, Francisco da Veiga, Heráclito Graça, o coronel Bezzi — ninguém o tratava pelo nome próprio, nem a ninguém êle concedia êsse tratamento. Ao seu secretário mais próximo, ao seu auxiliar de mais confiança, ao seu discípulo preferido, Domício da Gama, chamava “o sr. Gama”. E para Domício êle era “o Sr. Barão”. Sòmente lá fora, nas ruas, era simplesmente “o Barão”, como se não houvesse outro, como um ser único — e na entonação de voz com que o homem do povo pronunciava “o Barão” havia afeto, identificação e respeito.

Estas qualidades do homem — a discrição, a reserva, a prudência — são também qualidades do diplomata. Elas o

(526) “Sus palabras y manifestaciones son profundamente meditadas; jamás producto de la improvisación.” (Juansilvano Godoi, *op. cit.*, pág. 69).

(527) “A Rio-Branco chocava freqüentemente a loquacidade incontida de certos interlocutores. Em alguns, mesmo de valor, notava a excessiva garrulice. O brasileiro havia desaprendido de ouvir e calar, dizia êle, e, não raro, ao êxito do dito agudo sacrificava interêsses de maior monta.” (Pandιά CALÓGERAS, *Estudos Históricos e Políticos*, pág. 22, 2.^a edição, São Paulo, 1936).

(528) Arquivo do Itamarati.

guardavam melhor para o momento da ação e das decisões. Elaborava os planos em segredo e só os lançava em jôgo no momento oportuno, na hora adequada. Mostrava-se nisso de excepcional sagacidade. Deixava que os outros se agitassem até o esgotamento enquanto êle esperava com inesgotável paciência. Não se cansava de aguardar o instante próprio em que devia falar ou agir. Nunca se agitava, nunca se manifestava apressado ou perturbado. Isto era nêle também como uma tática diplomática, uma astúcia profissional. No caso do Acre, por exemplo, mostrou-se durante algum tempo moroso, lento, como se apenas apalpassse cautelosamente o terreno. E de tal modo que os seus próprios amigos já estavam ficando inquietos, e até Rodrigues Alves, nada precipitado, começou a estudar a questão para discuti-la com o ministro. De repente, Rio-Branco movimenta-se com presteza, age de maneira muito rápida e conduz as negociações ao fim que havia previsto e determinado desde o princípio.

Existe nas relações diplomáticas alguma coisa que não depende dos conhecimentos teóricos, das razões das causas em jôgo, do próprio poder das nações. É um elemento imponderável que está ligado à sedução pessoal do diplomata. Em Rio-Branco havia êsse dom excepcional de atrair e convencer. A sua primeira vitória como diplomata vinha-lhe da própria pessoa, da capacidade de simpatia que espalhava em tórno de si.

Ajudava-o nessa esfera de sedução pessoal, o aspecto exterior da sua figura de homem. Perdera, na velhice, a esbelteza da mocidade, mas adquirira, em compensação, um aspecto de solidez que convinha admiravelmente à dignidade das suas funções. Gordo e de grande estatura, tornara-se imponente, vigoroso, monumental — a figura física em correspondência com a figura política ⁽⁵²⁹⁾. As linhas do rosto haviam-se tornado mais caracterizadas, ao mesmo tempo que mais espirituais e mais nobres. Os olhos — um pouco sombreados por pestanas cerradas e grossas — apareciam-lhe na fisionomia como elemento de mais intensidade e fôrça: não eram exteriormente vivazes ou brilhantes, mas densos e agudos como

(529) "Su presencia es majestosa, imponente, por la dignidad que fluye de su persona y ese don inherente por virtud peculiar genuina a los hombres de excepcional elevación moral!" (Juansilvano Godoy, *op. cit.*, pág. 69).

em permanente estado de contemplação; dir-se-ia que estavam sempre a observar e a reter sem nada revelar em troca. Olhos um tanto melancólicos, que fixavam e punham em evidência certo tom de tristeza, tornado o traço característico da sua fisionomia nos instantes de recolhimento ou imobilidade. Mas o riso dava-lhe à máscara a impressão de naturalidade, de bondade, de ternura — atributos a que se referiam sempre os amigos e companheiros.

Observaria o jornalista Virgílio Vangioni, que o entrevistou, em 1908, para *La Nación*⁽⁵³⁰⁾:

É um sorriso estranho, alheio ao olhar, que se mantém firme, enquadrando o seu interlocutor. A boca sorri, mas os olhos não.

Ele era cordial, agradável, afetuoso, mas sem a vulgaridade das expansões transbordantes e superficiais, tão comuns nos brasileiros e sul-americanos em geral.

A respeito desses dons de sedução pessoal escreveu Pandiá Calógeras, ao evocar-lhe a figura no Itamarati:

Valeu-lhe esse estranho poder de sedução a que era impossível resistir, e que do mais indiferente fazia, após alguns instantes de palestra com o cintilante *causeur*, um admirador, não raro um amigo. Tinha viajado muito e sabia observar. Sua memória era poderosa, inesgotável a veia de leve humorismo, pinturesca sua narrativa. Movido por crenças arraigadas, possuía o dom de fazer prosélitos. A cada um, falava a linguagem adequada. Convencia, pela profundidade e sinceridade das próprias convicções⁽⁵³¹⁾.

Também Martim Francisco, que tão violentamente combatera o Tratado de Petrópolis, diria depois:

Nunca encontrei quem, melhor que o Barão do Rio-Branco, tão completamente tomasse conta do ânimo alheio. Não se lhe podia dizer não. A Pandiá Calógeras, Euclides da Cunha, Dunshee de Abranches, sucedeu o mesmo que a mim: indo ao Itamarati, lá também deixaram um pouco da vontade e muito do coração.

Geralmente se supõe impossível começar uma grande amizade depois dos quarenta anos. O Barão do Rio-Branco destruía esse preconceito. Ele não tinha indiferentes. Velhos e moços, todos lhe eram amigos; a questão era dêle aproximar-se a gente. Nem sei o que mais êle adquiriu: se territórios para a sua pátria, se fanáticos para a sua grandeza d'alma⁽⁵³²⁾.

(530) Entrevista publicada em *La Nación*, 31 de agosto de 1908, transcrita em *O País* de 10 de setembro de 1908.

(531) Pandiá CALÓGERAS, *op. cit.*, pág. 222.

(532) Martim FRANCISCO, *Contribuindo*, pág. 41, São Paulo, 1921.

Rodrigo Otávio, ao tratar na Igreja dos papéis para o casamento de uma filha do Barão, ouviu de um monsenhor esta frase:

— Mas, menino, o que não é fácil para o Barão nesta terra?

E de um funcionário no Fôro, recusando qualquer pagamento:

— Para o Barão, nem sêlo... (533).

Dos recursos da chamada diplomacia de salão também Rio-Branco sabia extrair os seus melhores efeitos, empregando nela o encanto de *causeur*, a verve, as boas maneiras, o tratamento gentil das senhoras, a cultura literária e artística, o bom-gôsto, a sensibilidade, o domínio dos salões. O Itamarati, para êle, era a sala de visitas do país, e devia por isso encantar o estrangeiro pelo brilho, pela elegância e pela civilização. As festas e recepções do Itamarati lembravam o esplendor das grandes côrtes européias. Parecia a Euclides do Cunha que o Barão “com a sua estranha e majestosa gentileza recordava uma idade de ouro, muito antiga, ou acabada” (534).

Uma jovem argentina, que viera ao Rio numa delegação esportista, voltara encantada com Rio-Branco, e declarou em Buenos Aires:

Sei que êle é tão grande político como homem do mundo. Posso dizer que todos nós viemos presos pelo talento, a cortesia, o “esprit” dêsse ilustre brasileiro, a quem se olha como uma glória viva. Não se pode conceber mais amabilidade sem afetação nem mais lhaneza de trato dentro das fórmulas (535).

Êle foi aqui, nas esferas mundanas, um elemento de educação e bom-gôsto, tornando-se às vêzes “moda” o que êle fazia, o que êle dizia e o que êle vestia, como sucedeu com os passeios em carro aberto.

Sôbre êste aspecto escreveu João do Rio um depoimento de cronista de uma época:

(533) Rodrigo Otávio, *Minhas Memórias dos Outros*, nova série, págs. 178 e 180, Rio, 1935.

(534) Francisco VENÂNCIO FILHO, *Euclides da Cunha a Seus Amigos*, pág. 188, São Paulo, 1938.

(535) Entrevista de Catalina Frias a *El Diário*, de Buenos Aires, transcrita na *Gazeta de Notícias*, do Rio.

· Talvez seja fútil. Mas esse Homem, como todos os homens notáveis, exerceu uma influência e uma ação não só de Sabedoria na Paz, de inteligência Dominadora para o País no Continente e no Mundo, como de Elegância e Mundanismo em pequenas coisas internas, de gosto e de civilização. Como dilatou o território nacional, trouxe aos rejeitos coloniais a convicção de honestidade do carro aberto; como fez a diplomacia nacional moderna, criou o chá das cinco horas e os meninos vestidos em Londres; como lançou o Brasil em Haia, foi quem acentuou a corrente de estrangeirismo de que todos nós sofremos e cujo nome é hoje esnobismo⁽⁵³⁶⁾.

Sendo uma figura tão nitidamente aristocrática — conseguiu Rio-Branco ser amado pelo povo como talvez nenhum outro homem de Estado no Brasil. Representa o caso raro de um diplomata que se tornou popular. E isto aconteceu a despeito da firmeza com que, em diversas crises, teve de contrariar duas correntes de opinião pública: a dos belicosos extremistas e a dos pacifistas excessivos. Entre as duas, porém, estava a opinião pública mais ponderável, a maioria, com que ele contava e que lhe apoiava os atos, ampliando-lhe a autoridade na política interna e no estrangeiro. Ele próprio orientava essa opinião pública, escrevendo pessoalmente para a imprensa ou dirigindo os jornalistas mais chegados ao Itamarati. Todos os seus atos principais eram lançados através de hábeis campanhas de imprensa. Lembrava Graça Aranha que, ao abrir uma questão, Rio-Branco fazia que os jornalistas, seus amigos, se dividissem. Fornecia em seguida razões contraditórias aos dois grupos, com o fim de esclarecer o espírito público em todos os sentidos. Os debates se movimentavam, animadíssimos, até que o ministro dava o “golpe espetacular” resolvendo a questão, já com a opinião pública devidamente preparada e esclarecida⁽⁵³⁷⁾. Conta-se a propósito o caso de um jornalista que o procurou, certo dia, apreensivo com um artigo muito bem documentado que aparecera contra a orientação do Ministério, em determinado caso de política externa, e recebeu do Barão esta resposta perturbadora:

— Ah! o senhor leu? Achou terrível o artigo? Pois fui eu que o escrevi, e aqui está a réplica para ser publicada amanhã...

(536) João do Rio, “A minha primeira entrevista e o meu primeiro pedido”, *Revista Americana*, pág. 190, abril, 1913.

(537) Depoimento de M. Paulo Filho em conversa com o Autor,

Ele próprio criava, assim, o cenário e o espetáculo das suas representações históricas. De longe, Joaquim Nabuco define-o, sob êste aspecto:

É um grande Mágico!(⁵³⁸).

Não só dos grandes problemas do Itamarati cuidava o Barão do Rio-Branco; êle se tornou verdadeiramente "o dono da casa", ocupando-se de todos os seus pequenos problemas internos. Lá residia, e a sua casa de Westphalia, em Petrópolis, era uma continuação do Itamarati. Tendo o gôsto da minúcia, lançava em todos os casos a marca da sua personalidade.

Escreve Pandiá Calógeras(⁵³⁹):

Não lhe parecia resolvido um problema por ter sido objeto de um regulamento, de uma lei, de um tratado. Levava até a minúcia a preocupação pelo desempenho da responsabilidade assumida.

Comenta Medeiros e Albuquerque(⁵⁴⁰):

A sua singularidade estava no fato de ser um ministro, que viveu cêrca de dez anos, inteiramente, completamente, exclusivamente, para o serviço nacional. Não cogitava de política interna; era ministro, ministro, acordado ou dormindo, a tôdas as horas do dia e da noite.

Pessoalmente, às vêzes, êle se ocupava até do protocolo da repartição: registrava a correspondência enviada ou recebida; ou do expediente: lavrava, êle próprio, atos de nomeação de funcionários(⁵⁴¹). No seu arquivo, entre outros documentos curiosos a êste respeito, existem com a sua letra: lista de todos os membros do corpo consular, com indicações particularizadas; lista das pessoas a quem enviava ou de quem recebia cartas, com as datas da remessa ou do recebimento; lista das "ordens" do Império, com os nomes dos seus principais dignitários; lista dos oficiais-maiores e diretores-gerais da Secretaria de Estado das Relações Exteriores; lista dos ministros que haviam passado pelo Itamarati; lista de endereços de senadores, deputados, jornalistas, etc.(⁵⁴²).

(538) Carta de Joaquim Nabuco a José Carlos Rodrigues (cópia oferecida ao Autor por Cláudio Ganns).

(539) PANDIÁ CALÓGERAS, *op. cit.*, pág. 233.

(540) MEDEIROS e ALBUQUERQUE, *Quando Eu Era Vivo* (Memórias), edição póstuma e definitiva, pág. 149, Porto Alegre, 1942.

(541) Depoimento do Embaixador Leão Veloso (conversa com o Autor), que tem o ato de sua nomeação para o cargo inicial da carreira diplomática todo redigido pelo Barão do Rio-Branco.

(542) Arquivo do Itamarati.

Lá estão também, no Itamarati, alguns dos seus desenhos de mesas de banquetes. Desenhava a cena em todos os pormenores: a colocação das mesas, a posição dos convidados, o lugar das flôres⁽⁵⁴³⁾. Para o exterior, nos despachos às legações do Brasil, era igualmente completo, minucioso, tudo prevendo e resolvendo nas instruções enviadas⁽⁵⁴⁴⁾.

Isto, aliás, representava em todos os assuntos — os grandes como os pequenos — o sistema da diplomacia de Rio-Branco. Ele estava, pelo telégrafo, junto aos representantes do Brasil no exterior, dirigindo-os em todos os sentidos. Elaborava tudo no seu gabinete, e o agente diplomático recebia, nas instruções, a orientação completa do que devia dizer ou fazer. Era como se o próprio Rio-Branco estivesse tratando diretamente dos negócios do Brasil no estrangeiro. Porque conhecia, como ninguém, os problemas de política externa brasileira, podia enviar, já prontos e acabados, os tratados, ajustes, sugestões, resoluções, que iriam ser discutidos ou negociados pelos agentes diplomáticos. Até mesmo Joaquim Nabuco — em quem tinha uma confiança fraternal — se via colocado dentro do sistema, embora com êle não concordasse⁽⁵⁴⁵⁾.

Não tendo desejado o poder, tendo-o recusado com insistência, êle o exercia agora, no entanto, em tôda a sua plenitude, centralizando na sua pessoa tôdas as funções do cargo.

(543) Para dar idéia, por exemplo, do seu cuidado com a etiquêta, veja-se esta recomendação a um orador que se ia referir ao Kaiser:

“Acho bom que você lhe lembre o tratamento e título do Kaiser, no brinde que hoje lhe vai fazer: “Sua Majestade o Imperador Alemão e Rei da Prússia”. — Lembro isso para que fique corrigido o pequeno engano de Hermes da Fonseca no almôço de ontem, na Legação Alemã. Se a notícia dos jornais está certa, êle teria dito (sem empregar Majestade e invertendo a ordem): “digno Rei e Imperador Guilherme”. (Carta de Rio-Branco a Francisco Luís da Veiga, em 4 de agosto de 1908 — Arquivo do Itamarati).

(544) “O amor dos pormenores era, aliás, bem característico do seu espírito. Quando o geógrafo Levasseur morreu, êle telegrafou à nossa Legação dizendo que coroa devia adquirir para pôr no féretro: e o formidável telegrama indicava tamanho, preço, côr, fitas, inscrições, casa onde comprar — absolutamente tudo!” (MEDEIROS e ALBUQUERQUE, *op. cit.*, pág. 140).

(545) Carolina Nabuco divulgou a propósito êste trecho do “Diário” de seu Pai:

“As negociações entre os dois países devem ser conduzidas perante o mais forte dos dois por meio de um Agente capaz e não por um portador de recados. A prática de Rio-Branco é reduzir o Agente a porta-voz, mandar-lhe os argumentos, o que há de dizer e responder, tudo feito e sem feito diplomático, inelástico, intransigente. Isto é um meio de não obter nada... Eu não teria obtido nada se me cingisse às instruções que êle me tem mandado e não procurasse chegar ao fim desejado por outros meios... Ele identifica-se tanto com as causas que parece irredutível em tudo. Não pede, impõe. Discute como um advogado nos telegramas. Mas que zelo admirável e que vigilância em tôrno das fortificações da sua diplomacia! (CAROLINA NABUCO, *op. cit.*, pág. 464).

Quem seria capaz de sobrepujá-lo ou até substituí-lo? Euclides da Cunha, como tôda a gente, achava que ninguém.

Escrevia êle em carta íntima ao seu amigo Escobar⁽⁵⁴⁶⁾:

Ninguém poderá substituí-lo. Conheço pela metade as questões que nos ocupam no extremo norte, mas esta meia noção basta-me a garantir-te que a substituição de Rio-Branco, por quem quer que seja, será uma calamidade.

Havia, porém, no Ministério do Exterior outra figura que fôra até então dominadora e absorvente: o Visconde de Cabo Frio. Êle representava ali o passado e a tradição, mas um passado estático e uma tradição estagnada. Vinha sendo desde a República o verdadeiro ministro, com exceção dos períodos de Quintino Bocaiuva e de Carlos de Carvalho⁽⁵⁴⁷⁾. Pelos conhecimentos da política externa, pela continuidade afinal vitalícia no cargo de diretor-geral, criara uma situação de domínio no Itamarati. Era o funcionário indispensável, o mestre-escola, ao qual os ministros recorriam e a quem acabavam por entregar quase completamente os negócios da pasta.

Escreve Pandiá Calógeras:

De há muito era o benemérito Visconde de Cabo Frio representante da tradição do velho Ministério de Estrangeiros, com todo o largo prestígio decorrente do alto valor dêsse funcionário, da sua diuturna prática, durante meio século, quase, no meneio dos negócios internacionais; Egéria verdadeira, e ministro de fato durante a fugaz estada dos numerosos transeúntes que atravessavam as salas do antigo Palacete da Glória, e, depois, as do Itamarati.

Tinham, uma após outra, esvaecido essas sombras, e o venerando Joaquim Tomás do Amaral permanecera, levemente sarcástico, perspicaz, sem ilusões e profundamente dedicado ao serviço do Ministério.

A um dêsses itinerantes, que, ao empossar-se, declarara ao ilustre Diretor-Geral ter por programa instituir novas regras para a política internacional do Brasil, e fazer *tabula rasa* das errôneas diretrizes anteriores, respondia sorridente superiormente irônico o Visconde: Perfeitamente, Excelência, por onde começaremos a renovação?" — e deixava-o entre-

(546) FRANCISCO VENÂNCIO FILHO, *Euclides da Cunha a Seus Amigos*, págs. 174-175, São Paulo, 1938.

(547) "Todo o serviço ficou concentrado nas mãos do Visconde de Cabo Frio, que, de fato, é há muitos anos o verdadeiro ministro. (...) Está habituado a tratar desde muito com ministros que não querendo trabalhar, ou não conhecendo bem os negócios da pasta, se limitam a assinar notas e despachos. Excetuo, dentre os dez últimos, o Dr. Carlos de Carvalho, cuja correspondência me fazia lembrar a dos tempos em que naquela Repartição tivemos estadistas". (De uma carta do Barão do Rio-Branco a Frederico de Abranches, em 7 de agosto de 1902 — Arquivo do Itamarati).

gue a seus recursos próprios, sem poder deslindar as questões. Dia depois, solicitado seu concurso, trazia-lhe as soluções, traçadas, como cortês e perversamente fazia sentir, "na tradição invariável do Ministério dos Estrangeiros"⁽⁵⁴⁸⁾.

A competência de Cabo Frio era indiscutível, mas havia nela frieza, segura, ausência de imaginação e de ímpeto criador. Era uma competência de rotina. Dirigia o Ministério do Exterior com as mesmas idéias e os mesmos métodos com que aparecera diretor-geral em 1865. Quando Euclides da Cunha incluiu um fotógrafo no pessoal da comissão, que iria dirigir no Norte, recebeu de Cabo Frio esta pergunta:

— Para que quer o senhor um fotógrafo se as antigas expedições portuguesas não conheceram êsse luxo e entretanto realizaram feitos maravilhosos?

Apesar disso foram extraordinários os seus serviços ao Itamarati, numa vida que tôda se resumiu na dedicação ao serviço público e na competência funcional. Nem sempre eram visíveis, porque silenciosos e discretos, mas nos pareceres que deixou, nos conselhos que dava aos ministros, nas conversações que mantinha com representantes estrangeiros — encontra-se uma grande parte da história do Ministério do Exterior durante cerca de quarenta anos. Fôra admirável, por exemplo, a ação diplomática por êle desenvolvida durante os dias agitados da revolta da Esquadra no govêrno Floriano. O próprio Barão do Rio-Branco escreveu, ao receber o convite de Rodrigues Alves, numa carta em que examinava a situação do Itamarati:

Eu sei que êle tem grandes e raríssimas qualidades para o pôsto que ocupa, e que nêle tem prestado relevantíssimos serviços, sendo a muitos respeitos incomparável e insubstituível. Entendo que nesse lugar deve ser mantido enquanto viver⁽⁵⁴⁹⁾.

O encontro, o choque de individualidades entre Rio-Branco e Cabo Frio era, contudo, inevitável. Desde Berlim um dos motivos que fazia o Barão hesitar em face do convite de Rodrigues Alves consistia na presença do todo-poderoso diretor-geral. Rio-Branco havia conhecido Cabo Frio, na casa de seu Pai, quando ainda menino conversava com êle sôbre

(548) Pandiá CALÓGERAS, *op. cit.*, pág. 211.

(549) Carta cit. a Frederico de Abranches.

assuntos do Rio da Prata, e por isso hesitava em contrariá-lo, dizendo a Frederico de Abranches:

Não desejo ser desagradável a um homem que eu muito respeito, e que conheci já de cabelos brancos em 1859 quando eu era menino de colégio⁽⁵⁵⁰⁾.

Não podia dizer, no entanto, que êle fôsse seu amigo; ao contrário: escrevia o Barão na carta a Frederico de Abranches:

Finjo não saber, mas sei que êle não era amigo de meu Pai, e sei também que, desde alguns anos, antipatiza comigo, do que tenho muitas provas.

Mas logo acrescentando:

Isso, entretanto, não modifica os meus sentimentos de admiração e respeito por êle. Todo homem é um conjunto de qualidades e defeitos. As qualidades dêsse, para o lugar que ocupa, são de muito valor, de imenso valor, embora nunca tivesse tido a largueza de vista dos nossos homens de Estado que no Ministério ou no Conselho trabalharam para aquela casa e lhe deram o brilho e o renome que teve no estrangeiro e entre nós⁽⁵⁵¹⁾.

Rio-Branco não retira nada da autoridade de Cabo Frio, não o desprestigia, mas também nada lhe cede dos seus próprios poderes de Ministro. O Visconde voltava naturalmente às funções restritas de diretor-geral, nas quais era inigualável. Funções ainda mais limitadas, no caso, porque o Ministro tudo sabia dos negócios da pasta. Desde o começo sentiu Cabo Frio que havia terminado a sua longa "ditadura" funcional⁽⁵⁵²⁾. Passara para o segundo plano com a presença de um autêntico ministro de Estado.

Entretanto, como fizera outrora com o vice-cônsul em Liverpool, Rio-Branco enche-o de gentilezas e honrarias. Plei-

(550) Carta cit. a Frederico de Abranches.

(551) Carta cit. a Frederico de Abranches.

(552) Desde o início da administração de Rio-Branco, o Visconde não se sentia muito à vontade. Até então exercera êle na Secretaria uma autoridade sem contraste. Era quem dizia o que se devia fazer. Com Rio-Branco a situação mudou. Era que o Ministério tinha, então, um ministro que bem sabia como se haver em tudo e que era, além disso, uma personalidade de prestígio, absorvente e dominadora. Rio-Branco tudo queria ver e fazia muita coisa, êle mesmo. Se bem que os papéis continuassem tendo na Secretaria seu curso normal de informação, era positivo que as novas práticas quebravam a normalidade do funcionamento anterior. Cabo Frio se ressentiu disso. Sobretudo, o gabinete de Petrópolis causava-lhe irritação. Muita coisa aí se decidia sem que êle fôsse ouvido. As papeletas, quando não eram executadas na Secretaria, já vinham com o despacho definitivo. O gabinete de Petrópolis era uma outra Secretaria de Estado. O Diretor-Geral sentia sua autoridade diminuída e se retraiu." (Rodrigo Otávio, *op. cit.*, págs. 169-170).

teia junto ao Congresso aumento de ordenado para o diretor-geral, promove-lhe a inauguração do busto no Itamarati. E ninguém faria certamente com mais arte e mais sensibilidade o elogio do velho servidor do Estado do que Rio-Branco em seu discurso:

Há quase quarenta e cinco anos, na casa do então Ministro dos Negócios Estrangeiros, que era meu Pai, tive a súbita honra de, pela primeira vez, me avistar com V. Excia. Conservo bem viva a impressão de respeitosa simpatia que me causaram a elevada estatura e o porte ereto de V. Excia., a distinção de suas maneiras e a indulgente atenção com que procurou satisfazer minha curiosidade de colegial, disretendo comigo sôbre acontecimentos do Rio da Prata e Paraguai, de que V. Excia. fôra testemunha ocular.

Foi, porém, aqui, no pôsto que tão dignamente ocupa há mais de trinta e oito anos, que V. Excia. pôde revelar tôdas as suas qualidades de funcionário exemplar, de consumado diplomata e verdadeiro patriota. Isso poderão atestar, e atestarão sempre espontâneamente, os Ministros que se sucederam nesta repartição, tendo tido ocasião de apreciar o inteligente concurso de V. Excia., o valor de seus conselhos, a sua lealdade e discrição profissional.

Velho discípulo seu, admirando-o e prezando-o desde a minha adolescência, não só pelos seus pacientes trabalhos, mas também pela pureza da sua vida, sinto-me verdadeiramente feliz por me ter cabido a honra de promover e realizar a manifestação de hoje, já projetada por predecessores meus, e que acaba de encontrar simpático e caloroso acolhimento em tôda a extensão do Brasil⁽⁵⁵³⁾.

Ficariam no Itamarati os dois espíritos: o de Rio-Branco e o de Cabo Frio, o do ministro e o do diretor-geral. O de Rio-Branco tinha a forma de uma política diplomática em grande estilo, com a amplitude da sua capacidade de estadista e a projeção da sua personalidade dominadora; o de Cabo Frio tinha a forma de uma eficiente organização burocrática, com a ordem e a regularidade do seu feitio de admirável funcionário.

(553) Discurso de Rio-Branco na inauguração do busto do Visconde de Cabo Frio, no Itamarati.

Capítulo XI

Relações com os Estados Unidos da América. A política americana de Rio-Branco. O seu conceito da doutrina de Monroe. O papel de Rio-Branco e o de Joaquim Nabuco. Criação do cardinalato brasileiro. Negociações junto à Santa Sé. O incidente da "Panther". Uma entrevista dramática de Rio-Branco com o ministro da Alemanha. A Terceira Conferência Internacional Americana. Discursos do ministro do Exterior. A "república dos conselheiros" e o governo de Rodrigues Alves. Equivalência entre a política interna e a política externa. Alguns aspectos da evolução republicana.

1903 e 1904, para o Barão do Rio-Branco, foram dois anos dedicados a resolver os litígios mais graves entre o Brasil e os seus vizinhos a propósito de limites. 1905 seria o ano de dois grandes êxitos diplomáticos: a embaixada brasileira em Washington em correspondência com a norte-americana no Rio de Janeiro e a criação do cardinalato brasileiro; e também o ano do incidente de repercussão internacional com a Alemanha: o "caso da *Panther*".

Como ministro do Exterior, o seu primeiro entendimento oficial com os Estados Unidos fôra o caso da Venezuela, intimada coercitivamente por potências européias a efetuar o pagamento de suas dívidas. Ao convite da chancelaria de Buenos Aires, sob a orientação de Drago, para a formação de uma liga de países sul-americanos com o fim de defender a Venezuela contra a demonstração de fôrça dos países europeus — êle responde que não estava em causa a doutrina de Monroe, uma vez que não havia ameaça de conquista territorial.

Comunica-se com Assis Brasil, então ministro em Washington, no sentido de articular a respeito o pensamento do Brasil com o dos Estados Unidos. E depois do entendimento entre Assis Brasil e John Hay, telegrafa ao nosso ministro em Washington, no dia 18 de março de 1903:

Respondo telegrama de 3. Concordo com vossa excelência e secretário do Estado Hay. Não devemos entrar nisso sendo desejo do presidente e também meu que possamos estar sempre de acôrdo com o governo de Washington⁽⁵⁵⁴⁾.

Havia já nessa frase a idéia de um programa, o pensamento de uma política, que trouxera, aliás, da Europa, e iria ampliar-se com a experiência do Ministério e os acontecimentos de 1903 e 1904, nas negociações com a Bolívia e o Peru. Isto constituía também uma vitória, dentro dêle, do sentimento nacional sôbre o sentimento simplesmente pessoal. Pela educação européia, pelas preferências monárquicas e pelo feito aristocrático de sua natureza, fôra sensível, durante algum tempo, a certas prevenções contra os Estados Unidos, sobretudo quando êles pareciam colocados no caminho de um nítido imperialismo político, comercial e territorial⁽⁵⁵⁵⁾. O que êle preferiu, durante certa época, foi o Brasil em estilo europeu, em ligação mais íntima com a Europa do que com os Estados Unidos.

Mas, ao sair do gabinete para a ação, entrou a modificar as idéias, logo compreendendo a necessidade de ajustá-las aos fatos e à realidade. Verificara, pessoalmente, nas negociações com a França e a Inglaterra sôbre os nossos limites com as Guianas, a significação, o valor real da doutrina de Monroe. E fôra a doutrina de Monroe o seu maior argumento contra o *Bolivian Syndicate*. Depois, em 1903 e 1904, no período mais difícil das nossas questões com a Bolívia e o Peru, o governo de Washington recusara os pedidos de intervenção desses dois países e soubera ficar inacessível às intrigas contra o Brasil. Mais ainda: o ministro dos Estados Unidos no Rio, espontaneamente, aconselhara o ministro do Peru a aceitar as propostas de Rio-Branco.

(554) Despachos à Legação do Brasil em Washington — Arquivo do Itamarati.

(555) "Os Estados Unidos desde cedo praticaram o imperialismo conquanto república: a compra da Louisiana, a anexação do Texas, a conquista de boa parte do México, a formação de um poderio colonial pela incorporação de Porto Rico, praticamente de Cuba e do Panamá, de arquipélagos no Pacífico desde Havaí até às Filipinas, são os diferentes passos da sua carreira romana". (Oliveira LIMA, *Aspectos da História e da Cultura do Brasil*, pág. 89, Lisboa, 1923).

Nunca o Barão apelaria, nunca apelou, para o expediente de um pedido de intervenção parcial dos Estados Unidos nas questões e incidentes entre o Brasil e os países sul-americanos. Parecia-lhe isto uma fraqueza, uma abdicação de soberania, ao mesmo tempo que o reconhecimento de um poder excessivo e amplamente intervencionista oferecido aos Estados Unidos. Desde, porém, que tais intervenções eram às vezes solicitadas — como a do Império do Brasil, outrora, nas lutas internas e externas do Uruguai — a política de amizade entre o Rio de Janeiro e Washington seria um dos meios de evitar que elas se verificassem contra o Brasil. Pois “Washington foi sempre” — como diria o próprio Rio-Branco — “o principal centro das intrigas e dos pedidos de intervenção contra o Brasil por parte de alguns dos nossos vizinhos, rivais permanentes ou adversários de ocasião” — mas tôdas essas manobras encontraram “uma barreira invencível na velha amizade que felizmente une o Brasil e os Estados Unidos”⁽⁵⁵⁶⁾.

O que êle desejava agora era tornar mais cordial e mais atuante essa velha amizade, ligando-se a ela através de um ato nôvo, que a revitalizasse, que chamasse a atenção dos dois povos para a política dos gabinetes. Ato que seria a elevação das representações brasileira e norte-americana à categoria de embaixadas. Era como que uma moldura nova e brilhante para dar relêvo a um quadro antigo. Êle não quis apenas repetir os seus antecessores; desde que se decidira pela política tradicional de amizade com os Estados Unidos, havia de marcá-la com um acontecimento inédito, com uma criação diplomática, que a essa política tornaria para sempre ligado o seu nome.

Mais uma vez Rio-Branco buscava inspiração e fundamento na História. O longo artigo *O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo* — sob o pseudônimo de “J. Penn” — vinha indicar que a sua atitude de pan-americanismo resultara ao mesmo tempo da sua agudeza política em face das condições contemporâneas da América e dos seus estudos de História e Geografia do Brasil. São razões principalmente históricas que o jornalista, escrevendo pelo ministro, invoca naquelas páginas de justificação.

(556) Artigo “O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo”, de autoria do Barão do Rio-Branco, com o pseudônimo de “J. Penn”, publicado no “Jornal do Comércio” e muitas vezes reproduzido em outros jornais e folhetos.

Ao se transportar para o Brasil, a política exterior de D. João VI passara a ser mais americana do que européia. A diferença de sistema político não constituía, em tempo nenhum, obstáculo entre o Império do Brasil e a República dos Estados-Unidos. Ambos os países, no século XIX, entenderam-se melhor entre si do que com as repúblicas sul-americanas. Isto representava, aliás, uma contingência política, a que não foram insensíveis os estadistas do Império brasileiro e da República norte-americana, e à qual também Rio-Branco não foi com certeza insensível: alguns países hispano-americanos mantinham prevenções e antipatias ao mesmo tempo contra o Brasil e os Estados-Unidos. Era natural que se aproximassem mais estreitamente os dois, dentro do comportamento psicológico que faz amigos e aliados aquêles que têm adversários comuns.

Antes, pois, da Independência, já a Coroa portugúesa tratara de colocar a política exterior do Brasil dentro de um sistema americano. Em 1818 o seu ministro em Paris declarava que os aliados natos do Brasil haviam de ser sempre os americanos, e aconselhava esta extraordinária mudança de linhas diplomáticas:

E assim como noutro tempo era na Espanha e na França aonde se tinham embaixadores, deve ser hoje de preferência em Buenos Aires e nos Estados Unidos, aonde os deve haver⁽⁵⁵⁷⁾.

Por sua vez o almirante Pinto Guedes propunha a Vila Nova Portugal, ministro de D. João VI, a formação de uma liga americana para proteger os destinos do Nôvo Mundo contra as possíveis agressões da Europa.

A atitude do Império, traçou-a José Bonifácio desde logo ao fazer que a primeira nomeação diplomática decretada pelo Príncipe Regente fôsse a de um encarregado de negócios do Reino do Brasil nos Estados Unidos. Outro significativo episódio histórico: a mensagem governamental que lançou a doutrina de Monroe obteve apoio e correspondência no Brasil antes que em qualquer outro país do Continente. Daí por diante — a despeito de alguns pequenos incidentes entre os dois países, a despeito de uma poderosa corrente de opinião brasileira contrária aos Estados Unidos e cuja mentalidade

(557) Arquivo do Itamarati.

está vigorosamente representada em *A Ilusão Americana*, de Eduardo Prado, como da outra se poderia tomar como representativo o pensamento de Tavares Bastos⁽⁵⁵⁸⁾ — a política oficial do Império, embora menos do que a republicana, seria de inteligência e amizade com os Estados Unidos. Ou, como escrevia Rio-Branco, no artigo de "J. Penn":

Assim o Brasil, desde os primeiros dias da revolução que o separou da mãe-pátria, pôs particular empenho em se aproximar politicamente dos Estados Unidos da América, aderiu logo à doutrina de Monroe e procurou até concluir, sobre a base dessa doutrina, uma Aliança ofensiva e defensiva com a "Grande Nação do Norte", como lhe chamavam já então os próceres da Independência brasileira — para concluir pela reafirmação e ampliação dessa amizade que felizmente une o Brasil e os Estados Unidos, e que é dever da geração atual cultivar com o mesmo empenho e ardor com que a cultivaram os nossos maiores.

Ao definir o sentido americano de sua política, o Barão do Rio-Branco não vinha encontrar a doutrina de Monroe universalmente aceita e funcionando com absoluta eficiência e regularidade. Não ia o Brasil acolher-se a um apoio fácil e sem riscos, e colocar-se tranqüilamente à sombra de uma potência poderosa. Ao contrário: o Brasil ia ajudar o pan-americanismo monroísta, ainda vacilante e incerto, porque não de todo aceito pelas potências européias e porque recebido com desconfiança por vários países hispano-americanos, principalmente a Argentina⁽⁵⁵⁹⁾.

Quando Monroe, em 1823, lançou a sua famosa advertência à Europa — isso estava longe de representar uma doutrina. Nem mesmo constituía um fato absoluto. Era uma simples idéia, um princípio, em forma de aviso. Naquele momento não tinham os Estados Unidos a fôrça suficiente para

(558) Em discurso na Câmara dos Deputados, em 1862, dissera Tavares Bastos:

"Estou convencido de que mesmo sob o ponto de vista político, as relações com os Estados Unidos da América do Norte são aquelas que mais convêm ao Brasil. Devemos cultivá-las e desenvolvê-las, sobretudo porque depois da presente luta gloriosa, porque é da liberdade contra a servidão, do progresso contra a barbaria, está reservado à grande república de Washington um papel incalculável nos destinos do mundo". (*Apud* Carlos PONTES, *Tavares Bastos*, pág. 162, São Paulo, 1939).

(559) "Na 'Europa julga-se mal a doutrina de Monroe, que a América Espanhola tampouco acolheu jamais com favor" (...) "A doutrina de Monroe nunca teve popularidade fora dos Estados Unidos, especialmente, como disse, na seção hispano-americana do continente". (Oliveira LIMA, *op. cit.*, págs. 92-94).

torná-la válida e indiscutível⁽⁵⁶⁰⁾. Durante muito tempo a seguir não tiveram êles essa força internacional, e daí haverem suportado várias violações do princípio lançado pelo presidente Monroe⁽⁵⁶¹⁾. Somente depois da Guerra da Secessão começaram a se impor, neste sentido, perante a Europa. Ao Barão do Rio-Branco não escapou a visão dêsse fenômeno, que era o do poder internacional a dividir-se, nos fins do século XIX, entre a Europa e os Estados Unidos.

Dizia êle, em 1905, ao nosso representante em Washington⁽⁵⁶²⁾:

A verdade é que só havia grandes potências na Europa e hoje elas são as primeiras a reconhecer que há no Nôvo Mundo uma grande e poderosa nação com que devem contar e que necessariamente há de ter a sua parte de influência na política internacional do mundo inteiro. As afirmações da política externa norte-americana são feitas, de ordinário, sem ambiüidades, com arrogante franqueza, sobretudo quando visam os mais poderosos governos da Europa, e o que acontece é que êstes não protestam nem reagem, antes acolhem bem as intervenções americanas e cada vez se esmeram mais em dar públicas demonstrações de cordial amizade aos Estados Unidos e em lisonjear o seu bem fundado orgulho nacional.

Poderosos, embora, para sustentar e impor a sua própria política externa, os Estados Unidos ainda estavam longe da capacidade de tomar a si a defesa de tôda a América. O princípio de Monroe só poderia ser uma realidade, capaz de funcionar com eficiência e precisão, se com êle estivessem identificados, em iguais responsabilidades, todos ou ao menos a maioria absoluta dos países americanos. Porque isto não se verificava em 1903-1905, a deliberação de Rio-Branco não era um gesto cômodo, mas uma atitude corajosa, avançada e consciente. Ela tanto servia ao Brasil como à idéia pan-

(560) "The history of the Monroe Doctrine shows plainly enough that its authority depends upon what force the United States can use to back it up. For a long time after 1823 the Republic of the North had no power to spare beyond its own territorial claims and the waters near by". (Samuel Flagg BEMIS, *The Latin American Policy of the United States*, págs. 98-99, Nova York, 1943).

(561) "To review the early floutings of the Monroe Doctrine is to emphasize the comparative indifference of the United States of those days to the inviolability of the republic of South America and even of Central America" (...) "Similarly the United States overlooked distinct challenges to the Monroe Doctrine in the interventions in the Plata River region, by France in 1838-1840, and by Great Britain and France jointly in 1845-1849, an da temporary French occupation of Vera Cruz in 1838 to enforce the collection of claims against Mexico". (Samuel Flagg BEMIS, *op. cit.*, págs. 99-100).

(562) Despachos à Embaixada do Brasil em Washington - Arquivo do Itamarati.

americanista... Tornava-se mais sólido o princípio de Monroe ao ser sustentado, em íntima colaboração e solidariedade, pelo maior país da América do Norte e pelo maior país da América do Sul. Dava-lhe o Brasil o caráter latino de que necessitava para ser representativo da América. Rio-Branco não vinha colocar o Brasil como caudatário de uma doutrina de política externa de uma grande nação, mas oferecer a essa doutrina, como aliado em situação de igualdade, um apoio que a ela daria mais vitalidade e condições de exequibilidade.

Isto acontecia numa época exatamente em que a frase de Monroe estava envolvendo da categoria de princípio para a de doutrina, adotada nas plataformas dos dois partidos nacionais dos Estados Unidos. O princípio era suscetível de variação de acôrdo com os homens que o interpretavam e applicavam. Ora apparecera no cenário mundial como idealista: a idéia de uma nação forte em defesa de suas companheiras mais fracas do continente; ora apparecera como egoísta: a idéia exclusivista de uma grande nação que se queria fortificar e expandir econômica e politicamente. Valera a doutrina pelo que valessem os estadistas que a usavam, que lhe davam organismo e substância com os seus atos e idéias. Ela teria de se formar tradicionalmente pelos atos e documentos dos estadistas das duas Américas. Ao levar, portanto, o Brasil a participar dela mais ativamente, o Barão do Rio-Branco iria contribuir para a estrutura da doutrina integrando no seu corpo, em formação ainda naquela época, princípios e idéias da política externa brasileira.

Por sinal, nesse tempo, o presidente Theodore Roosevelt, com a sua "big-stick policy", alarmava alguns países sul-americanos, num delírio de discursos que o colocava em dueto oratório com o Kaiser. O Barão comunica-se confidencialmente com as chancelarias hispano-americanas, dando explicações favoráveis aos Estados Unidos, e depois escreve para Washington, em um dos seus despachos de 1905:

Não vejo motivo para que as três nações da América do Sul — o Brasil, o Chile e a Argentina — se molestem com a linguagem do Presidente Roosevelt e a do ex-Ministro da Guerra, seu particular amigo. Ninguém poderá dizer com justiça que elas estão no número das nações desgovernadas ou turbulentas que não sabem fazer "bom uso da sua independência", ou a que deva ser applicado pelos mais fortes o "direito de expropriação contra os povos incompetentes", direito proclamado há

tempos pelo atual Presidente dos Estados Unidos. As outras Repúblicas latino-americanas que se sentirem ameaçadas pela "política internacional" dos Estados Unidos têm o remédio em suas mãos: é tratarem de escolher governos honestos e previdentes e, pela paz e energia no trabalho, progredirem em riqueza e força⁽⁵⁶³⁾.

Outra razão de Rio-Branco, ao lado dos motivos de caráter político, estava na ordem econômica. Embora a política exterior brasileira houvesse sido sempre americana, a sua economia estivera sempre ligada à Europa. Lá estavam os compradores dos nossos produtos, os banqueiros que forneciam os capitais para as empresas de estradas e portos e também para os empréstimos, as nações que enviavam imigrantes e trabalhadores. Os Estados Unidos, porém, foram-se tornando, pouco a pouco, o principal importador dos produtos brasileiros e um dos centros capitais de expansão da economia brasileira⁽⁵⁶⁴⁾. Rio-Branco não deixou de levar em conta êste aspecto do problema, conforme lembrava ao nosso ministro em Washington:

Os Estados Unidos são hoje o principal mercado para o nosso café e outros produtos⁽⁵⁶⁵⁾.

E já em 1903 era assinado pelos dois países um acôrdo de tarifas — o acôrdo anterior de 1891 fôra denunciado e deixara de vigorar — pelo qual os Estados Unidos permitiam a livre entrada do café brasileiro nos seus portos, seguida da lei pela qual o Brasil concedia a taxa diferencial de 20% sobre certas mercadorias norte-americanas. Em 1909, em nova tarifa, obtinham livre entrada nos Estados Unidos não só o café, mas também o cacau, a borracha e as peles brasileiras.

Levando em consideração tantas razões políticas e econômicas, o Barão do Rio-Branco decidiu-se a ampliar o quadro da amizade entre o Brasil e os Estados Unidos com a iniciativa da elevação das suas respectivas representações diplomáticas à categoria de embaixadas. Embaixadas não eram comuns, naquele tempo, nem na Europa, e muito menos na América. O Brasil, por exemplo, não tinha nenhuma. O aconte-

(563) Despachos à Embaixada do Brasil em Washington — Arquivo do Itamarati.

(564) "Os Estados Unidos pouco a pouco foram tomando o primeiro lugar na importação de produtos brasileiros, sobretudo café e borracha, que aliás representavam antes da guerra 83% das exportações brasileiras". (Oliveira LIMA, *op. cit.*, pág. 69).

(565) Despachos à Legação do Brasil em Washington — Arquivo do Itamarati.

cimento, portanto, destinava-se a uma excepcional repercussão, ajuntando aos seus fins políticos a pompa e o brilho de um acontecimento diplomático. *O título vale uma política* — dizia Nabuco.

Mas tão importante quanto a Embaixada seria a figura, a ação pessoal do Embaixador. Rio-Branco não precisou escolher entre vários outros nomes indicados. Com as condições que êle desejava, nenhum brasileiro no momento se podia comparar com Joaquim Nabuco. Seria o Embaixador completo em três aspectos diferentes: mundano, nos salões; intelectual, nas universidades; político, nos gabinetes.

Em junho de 1904, Rio-Branco telegrafia ao amigo:

Como sabe o pôsto mais importante para nós é Washington. Precisamos ali homem de valor. Se o puder aceitar diga-me urgência para que regule por aí movimento projetado.

Ao que respondia Nabuco:

Perplexo quanto a assunto por tal modo vital, ignorando condições e propósito mudança, respondo fazendo-o meu procurador; se você tem plano para cuja realização me supõe mais próprio não leve em conta preferência ordinária eu teria Londres. Dado realce notório nôvo pôsto, remoção a ninguém pareceria desfavor. Muito lhe agradeço tantas provas amizade⁽⁵⁶⁶⁾.

E em carta a Graça Aranha, logo depois, dizia o Embaixador brasileiro:

Reconheço que o título de Embaixador por si só é um manifesto, e um manifesto que tem a grande vantagem de dizer tudo sem nada precisar. Reconheço que é uma iniciativa. Estamos visivelmente no começo de uma nova Era⁽⁵⁶⁷⁾.

Tanto quanto Joaquim Nabuco, compreendeu o govêrno norte-americano a significação da iniciativa brasileira. Abrindo as negociações em Washington, escrevia Rio-Branco, em dezembro de 1904, ao nosso representante nos Estados Unidos:

Desejamos nomear para aí o Sr. Joaquim Nabuco. O presidente da República elevaria a embaixada a nossa Legação aí se êsse govêrno quisesse elevar na mesma ocasião a sua aqui. Poderíamos fazer isto em janeiro. Estimaria se fizesse quanto antes.

E explicava em seguida:

(566) Carolina NABUCO, *op. cit.*, pág. 408.

(567) Carolina NABUCO, *op. cit.*, pág. 408.

Neste nosso ato verá o govêrno americano, o que também vemos, desejo de que se estreitem cada vez mais as relações de amizade entre as duas maiores Repúblicas do continente, quase iguais em extensão, embora desiguais em poder.

Quando obtive a resposta satisfatória do govêrno americano — que recebera entusiásticamente a idéia — voltou a telegrafar insistindo pela urgência dos atos oficiais:

Apresse a negociação. Procure saber quando será nomeado. Desejamos fazer quanto antes, convindo combinar o dia, para o que precisamos também saber a tempo a pessoa escolhida. (...) Diga a Mr. Hay quanto prazer nos deu, ao Presidente e a mim, a notícia recebida⁽⁵⁶⁸⁾.

Em janeiro de 1905 realizava-se, afinal, o ato político e diplomático, classificado por Joaquim Nabuco como “um rasgo de audácia e de inspiração, que abriu ao país e à América novos e largos horizontes”. Tinha criado, assim, o Barão do Rio-Branco a primeira embaixada do Brasil, e em tais condições que o acontecimento vinha engrandecer a nossa posição nos quadros continentais e internacionais. Era também a embaixada norte-americana no Rio de Janeiro a primeira que os Estados Unidos haviam criado na América do Sul.

Mais de uma vez se tem discutido a respeito do verdadeiro sentimento de Rio-Branco na política de amizade e colaboração com os Estados Unidos. Ainda recentemente, em estudo sôbre Rio-Branco, Joaquim Nabuco e a amizade brasileiro-americana, indagava Frederic William Ganzert:

O cuidado com a amizade americana por parte de Rio-Branco era devido a uma primitiva simpatia pelos Estados Unidos ou uma astuta combinação das vantagens que poderiam resultar para o Brasil?⁽⁵⁶⁹⁾.

Impossível seria descobrir o sentimento íntimo de um estadista tão reservado, tão infenso às confidências. Mas o que importa, no caso, é a verificação de que Rio-Branco, até o último dia do seu govêrno no Itamarati, executou com lealdade e fidelidade a política pan-americana, como êle a concebía e imaginava. A doutrina de Monroe não era, no seu conceito, um pronunciamento unilateral para a autodefesa

(568) Vide Heitor LIRA, *História Diplomática e Política Internacional*, págs. 140-141, Rio, 1941.

(569) Frederic William GANZERT, *The Hispanic American Historical Review*, vol. XXII, n.º 3, págs. 432-451, agosto, 1942.

dos Estados Unidos, mas uma fórmula de unidade para todos os países da América em condições de igualdade. Fórmula flexível e elástica, pois nem sequer constituía ainda um princípio assentado de Direito Internacional. Dando-lhe a sua colaboração, Rio-Branco trabalhou para desfazer prevenções e desconfianças, agiu no sentido de um entendimento mais franco e cordial entre a América do Norte e a América do Sul. Escreveu para os países hispano-americanos numerosos despachos reservados em defesa e explicação da política dos Estados Unidos.

Dizia êle, em janeiro de 1905, ao nosso ministro em Washington⁽⁵⁷⁰⁾:

A tão falada liga das Repúblicas hispano-americanas para fazer frente aos Estados Unidos é pensamento irrealizável.

Mas a política americana de Rio-Branco não excluía a defesa de uma completa autonomia nacional e internacional para cada país. Sempre se mostrou contrário ao enfeudamento de uma nação mais fraca a outra mais forte, e o sistema da sua diplomacia consistia em colocar o Brasil em posição de igualdade em face dos Estados Unidos como de qualquer outra nação poderosa. Deu, porém, à doutrina de Monroe uma colaboração que lhe foi valiosa, aumentando-lhe a extensão e a força efetiva, contribuindo para transformá-la de princípio exclusivo da política norte-americana em princípio de política geral das Américas.

A comparação, tantas vêzes feita, entre o americanismo de Rio-Branco e o de Joaquim Nabuco, só pode ser colocada num plano accidental. Pois as diferenças estavam nas nuances, nos pormenores, talvez nas palavras, tudo se explicando, aliás, pelo que havia de diverso nas personalidades do Ministro e do Embaixador. A exuberância e o entusiasmo do pan-americanismo de Nabuco vinham do seu temperamento idealista, da sua capacidade de entregar-se todo a uma causa e a ela dedicar-se até às últimas conseqüências. A sobriedade do pan-americanismo de Rio-Branco, por outro lado, representava uma expressão do seu temperamento realista, da sua tendência a não fixar os problemas como valores absolutos, do seu processo interior de dar uma medida às coisas para dominá-las

(570) Despachos à Legação do Brasil em Washington — Arquivo do Itamarati.

com mais segurança. Além disso, para Joaquim Nabuco, o pan-americanismo era a idéia principal — a idéia exclusiva, poder-se-ia acrescentar — da sua obra de embaixador; podia concentrar-se mais extensamente e agir mais entusiasticamente porque visava a um só fim, uma só direção. O seu pan-americanismo era bem aquêlo que se podia desejar de um embaixador empolgado por uma idéia que não tinha apenas caráter político, mas também sentimental e cultural. Para Rio-Branco, ao contrário, o pan-americanismo constituía uma só das idéias — embora fundamental — da sua obra de ministro; não podia dedicar-se exclusivamente a ela, porque da sua posição tinha que fixar o conjunto da política externa e atender à variedade e complexidade dos problemas e situações⁽⁵⁷¹⁾. O seu pan-americanismo, por isso, era bem aquêlo que se podia esperar de um ministro obrigado a orientar as suas idéias segundo um caráter rigorosamente político.

Disse Joaquim Nabuco:

Para mim a doutrina de Monroe... significa que politicamente nós nos desprendemos da Europa tão completamente e definitivamente como a lua da terra. Nesse sentido é que sou Monroísta⁽⁵⁷²⁾.

Rio-Branco, ao contrário, desejava que o monroísmo, como princípio particular de política americana, não representasse uma separação da Europa. Parecia-lhe que no Velho Continente estava uma civilização de que não se deviam desligar as nações jovens, os países ainda em período de crescimento. Aproveitou, por isso, o próprio ambiente da Terceira Conferência Americana para fazer o elogio da Europa e lembrar o que lhe devíamos nos planos da política, da economia e da cultura:

Nações ainda novas, não podemos esquecer o que devemos aos formadores do capital com que entramos na concorrência social. A própria vastidão dos nossos sertões, em grande parte desertos, inexplorados alguns, e a certeza de que temos recursos para que neste continente viva com largueza uma população dez, vinte vêzes maior, nos aconselhariam a estreitar cada vez mais as relações de boa amizade, a procurar desenvolver as de comércio com êsse inexaurível viveiro de

(571) "Nem sempre encontrava [Joaquim Nabuco] no seu amigo Rio-Branco, muitas vêzes preocupado com outras coisas, entusiasmo igual ao seu pelo pan-americanismo." (CAROLINA NABUCO, *op. cit.*, pág. 464).

(572) CAROLINA NABUCO, *op. cit.*, pág. 408.

homens e fonte prodigiosa de energias fecundas que é a Europa. Ela nos criou, ela nos ensinou, dela recebemos incessantemente apoio e exemplo, a claridade da ciência e da arte, as comodidades da sua indústria e a lição mais proveitosa do progresso⁽⁵⁷³⁾.

A verdade, porém, é que coincidiam a política americana de Rio-Branco e a política tradicional dos próprios Estados Unidos. Tanto a diplomacia dos Estados Unidos como a de Rio-Branco se mostravam contrárias às ligas e alianças, susceptíveis de limitar a liberdade de ação. Tanto de uma como de outra era a idéia de que o princípio de Monroe devia ser flexível e plástico, sem outra obrigação absoluta que não fôsse a defesa da independência e da integridade territorial dos países americanos. Em uma das instruções de Rio-Branco a Joaquim Nabuco havia, por exemplo, esta frase de caráter normativo:

O nosso desejo é prender-nos o menos possível por compromissos⁽⁵⁷⁴⁾.

Da concordância dos Estados Unidos com a política americana de Rio-Branco tem-se confirmação neste trecho de um telegrama de Joaquim Nabuco:

Declaração Vocência monroísmo (...) oferece base inteligência vocência com Root⁽⁵⁷⁵⁾.

O que se conclui, aliás, dos documentos e dos atos do Barão do Rio-Branco, é que, se êle fôsse obrigado, por circunstâncias decisivas, a optar politicamente entre os Estados Unidos e a Europa, a sua escolha seria pelos Estados Unidos.

Enfrentando a ironia ou a cólera dos livres-pensadores do jacobinismo republicano, o presidente Rodrigues Alves, na sua

(573) RIO-BRANCO, *Discurso de Abertura da Terceira Conferência Internacional Americana*.

Esse discurso entusiasmou de tal modo Oliveira Lima, que ao Barão do Rio-Branco êle dedicou o seu livro sobre o pan-americanismo nestas palavras:

"Ao Sr. Barão do Rio-Branco, que no seu discurso de abertura da Conferência Pan-Americana do Rio de Janeiro indicou a esta reunião continental a verdadeira orientação que lhe cumpria seguir, e serenamente obstu a enfeudação do Brasil, país com aspirações e tradições próprias, ao sistema norte-americano; a um tempo prestando à Europa o tributo filial que lhe devem os herdeiros e continuadores da sua cultura, e reafirmando para com os Estados Unidos a estima cordial que ao Brasil merecem tôdas as outras nações do Novo Mundo, com as quais se sente em comunhão de interesses positivos e de ambições morais." (Oliveira LIMA, *Pan-Americanismo*, pág. 5, Rio, 1907).

(574) Despachos à Embaixada do Brasil em Washington — Arquivo do Itamarati.

(575) Offícios da Embaixada do Brasil em Washington — Arquivo do Itamarati.

primeira mensagem ao Congresso, invocava o nome de Deus. Era a primeira vez que, na República, o chefe de Estado fazia apêlo à Providência Divina em documento dessa espécie. Isto representava — coincidindo com as afirmações religiosas de Rui Barbosa — um sinal dos novos tempos, indicava a vitória do espírito tradicional através da “república dos conselheiros”.

A Rio-Branco pareceu então que, a despeito da constitucional separação entre a Igreja e o Estado, chegara o momento de atender, com a criação do cardinalato sul-americano e brasileiro, a uma velha aspiração da maioria católica do Brasil. Tal acontecimento seria, por outro lado, um grande sucesso diplomático, nôvo testemunho do prestígio do Brasil e do seu conceito internacional. Da separação oficial entre o poder temporal e o poder espiritual se beneficiara a Igreja, agora livre nos seus movimentos, mais apta para a realização do seu apostolado. Não existiam questões religiosas no Brasil, e não haveria, por êsse lado, nenhum obstáculo a dificultar uma aproximação política com a Santa Sé.

Dissera o Papa Leão XIII ao presidente Campos Sales⁽⁵⁷⁶⁾:

— A Igreja sente-se melhor hoje no Brasil, com as instituições republicanas, do que sob o regime decaído.

Desde 1883 os católicos brasileiros contavam com a criação de um cardinalato, o que estêve para se realizar na época do gabinete Ouro Prêto. Achava-se já combinada a nomeação de D. Antônio de Macedo Costa, ia já o chefe do gabinete solicitar à Câmara o respectivo crédito, quando se deu a proclamação da República.

Aproveitando as condições propícias do momento, o Barão do Rio-Branco, durante quase dois anos, dirigiu e sustentou as negociações para dar ao Brasil um lugar no Sacro Colégio. Negociações difíceis, com marchas e contramarchas, promessas e evasivas, dado o caráter prudente, reservado, excessivamente lento, da diplomacia do Vaticano.

Antes de colocar o Brasil diretamente na negociação, Rio-Branco argumentava, em primeira linha, com o direito da América do Sul — que contava sessenta milhões de católicos — a um representante no Sacro Colégio. Por que se nomeavam

(576) Campos SALES, *Da Propaganda à Presidência*, pág. 201, São Paulo, 1908.

cardeais para o Canadá e os Estados Unidos e não se concedia a mesma honra à grande população católica da América do Sul? Pela proporção numérica, só o Brasil, por exemplo, se fôsse tratado como a França, Itália, Austria-Hungria, Espanha, Portugal, Bélgica, Estados Unidos deveria ter de três a quatro cardeais, e se o fôsse como a Grã-Bretanha e a Irlanda, deveria ter de seis a nove. À longínqua Austrália, com setecentos mil católicos, já fôra dado um cardeal desde 1885, e ainda não o fôra ao Brasil com os seus vinte milhões de católicos.

Escrevia o Barão:

O Papa atual deve olhar com mais atenção do que os seus predecessores para a América Latina. Um ou dois Cardeais não bastam. O Brasil deve ter pelo menos dois, e a América Espanhola, quatro, se êle quiser tratar os católicos dêste continente como trata os da Europa⁽⁵⁷⁷⁾.

Ao Núncio disse, certo dia, no Itamarati:

— Já é empo de a Santa Sé tratar de modo diferente do que tem feito até aqui as nações católicas do Nôvo Mundo. No interêsse da própria Igreja é conveniente que os trate como os da Europa, como trata os católicos dos países anglo-saxônicos⁽⁵⁷⁸⁾.

Sentindo que estava evidente o direito da América do Sul ao cardinalato, Rio-Branco passou a demonstrar então que ao Brasil devia caber a precedência, em face dos seus vinte milhões de católicos. Era êste precisamente o sentido do seu despacho de 11 de janeiro de 1904:

Tenho nisto particular empenho não só porque muitos títulos dão ao Brasil católico o incontestável direito da primazia na América Latina e até em todo o continente, sem excetuar os Estados Unidos e o Canadá, mas também porque o ato do Santo Padre, sobretudo no momento atual, concorreria para consolidar e aumentar o prestígio do Brasil no mundo, muito particularmente entre os povos nossos vizinhos⁽⁵⁷⁹⁾.

Aliás, não defendia com exclusivismo o cardinalato para o Brasil. Colocou-se, neste caso, numa posição mais continental do que nacional. Achava legítimo que o Papa atendesse também aos desejos da Argentina e do Chile, e a êste respeito mandou informar oficialmente o Vaticano:

(577) Despachos à Legação do Brasil na Santa Sé — Arquivo do Itamarati.

(578) *Cadernos de Notas* — Arquivo do Itamarati.

(579) Despachos à Legação do Brasil na Santa Sé — Arquivo do Itamarati.

Não vejo inconveniente em que ao mesmo tempo sejam criados um Cardeal argentino e outro chileno. As nossas relações de amizade com essas duas Repúblicas são muito estreitas, de sorte que qualquer idéia de rivalidade entre elas deve ser excluída⁽⁵⁸⁰⁾.

Era o mesmo espírito de solidariedade continental que, nessa mesma época, levava Rio-Branco a sugerir ao governo de Washington que nomeasse um ministro com residência fixa em Assunção, uma vez que estavam reunidas as suas legações no Paraguai e no Uruguai, morando em Montevidéu o representante dos Estados Unidos — sem que a diplomacia brasileira e a norte-americana pudessem lá colaborar juntas, como o faziam nos demais países, “no interêsse da paz e do progresso do nosso continente”⁽⁵⁸¹⁾.

Assim, quando Rio-Branco leu em *El Mercurio* — jornal officioso da política externa chilena — a declaração de que a “não-escolha de Monsenhor Casanova seria um desaire para o Chile” — logo se dirigiu ao Vaticano dizendo:

Estimaríamos muito que pudessem ser feitos ao mesmo tempo, agora, Cardeal brasileiro e Cardeal chileno, isto é, um na América Portuguesa, outro na América Espanhola⁽⁵⁸²⁾.

Todo êste ano de 1904 se passa sem uma resolução definitiva do Papa, apesar do trabalho da diplomacia brasileira⁽⁵⁸³⁾. Rio-Branco multiplica os seus despachos, os seus argumentos, e acaba por se exprimir numa linguagem mais enérgica:

Queira dizer verbalmente da minha parte ao Secretário de Estado que o que o Presidente espera não é a promessa de criação mas sim a criação no próximo Consistório.

E em outro despacho comentava irônicamente:

A idéia da eternidade faz com que aí considerem coisa insignificante adiamentos de meio século⁽⁵⁸⁴⁾.

Afinal, a 6 de dezembro de 1905 chegava o telegrama de Roma pedindo a presença de Dom Arcoverde, arcebispo do Rio de Janeiro, na Santa Sé, nos princípios de dezembro.

(580) Despachos à Legação do Brasil na Santa Sé — Arquivo do Itamarati.

(581) Despachos à Legação do Brasil em Washington — Arquivo do Itamarati.

(582) Despachos à Legação do Brasil na Santa Sé — Arquivo do Itamarati.

(583) A 16 de janeiro de 1905 Rio-Branco escrevia no seu *Caderno de Notas*: “Trabalhando tôda a noite e madrugada. Questão do cardinalato”.

(584) Despachos à Legação do Brasil na Santa Sé — Arquivo do Itamarati.

No Consistório do dia 11 dêsse mês era êle escolhido Cardeal. Dava-se ao Brasil, assim, a honra do primeiro e então único cardinalato da América do Sul. E de Roma o nôvo Cardeal telegrafava ao Barão do Rio-Branco:

Agradecido reconheço em V. Excia. glórias e alegrias dêste dia Cardinal.

Nesse mesmo mês de dezembro de 1905 estava o Barão do Rio-Branco em face de um incidente com a Alemanha. O *Panther*, navio de guerra, parecia carregar consigo o destino da celebridade. Estêve para ser motivo de uma guerra da Inglaterra e da França contra a Alemanha. Enviado a Agadir, violando a ata de Algeciras, o *Panther* tornou-se famoso no mundo inteiro pelas discussões diplomáticas e jornalísticas, em que seu nome surgia com tal evidência que mais parecia uma personalidade central de acontecimentos internacionais. Servia de instrumento para o desígnio alemão de estabelecer uma base naval em Marrocos, contra o que se levantava invencível oposição da Inglaterra e da França. O *Panther* alcançara então uma celebridade universal⁽⁵⁸⁵⁾.

Já se tornara antes famoso com as discussões que provocara o seu incidente no Brasil em dezembro de 1905 e janeiro de 1906. Quando começou a circular a notícia de que os oficiais e marinheiros do *Panther*, encarregados pelo seu comandante, haviam desembarcado no pôrto de Itajaí para aprisionar um desertor alemão — a imprensa e a opinião pública ficaram em estado de grande excitação em face de tamanho desrespeito à soberania nacional. Dizia-se, ao mesmo tempo, que a presença do *Panther* na América do Sul se prendia a uma missão política do imperialismo germânico. Só depois se veio a saber que os marinheiros apenas tinham desembarcado para fazer indagações a respeito do desertor. Mesmo assim, estava fixada a irregularidade, porque só às autoridades brasileiras cabia em terra essa diligência de polícia. A suscetibilidade nacional explodiu em manifestações violentas contra a Alemanha. Exigiam-se represálias contra o *Panther*, sobretudo porque se noticiara a princípio que a bordo estava o desertor aprisionado em terra. Alguns jornais

(585) Vide G. P. GOOCH, *História Contemporânea da Europa*, pág. 348-394, México, 1942.

reclamavam contra o que lhes parecia a apatia e a lentidão do Itamarati, e uma caricatura apresentava o Barão do Rio-Branco cavalgando uma formidável pantera, como a indicar o perigo que corria o chanceler, colocado entre as exigências da opinião brasileira e a eventualidade de uma grave questão com a Alemanha. Não só a agitação, a pressa e o sentimentalismo desagradavam a Rio-Branco, como também as normas diplomáticas exigiam que êle aguardasse, para se pronunciar, o resultado do inquérito. Dois inquéritos, aliás, estavam sendo feitos: um pelas autoridades brasileiras em Santa Catarina e o outro pelas autoridades alemãs a bordo do *Panther*.

Da imprensa do Rio o caso passou para a imprensa da Europa e de tôda a América. Esperava-se com ansiedade o desfecho do incidente, principalmente nos Estados Unidos e na Alemanha. Isto coincidia, aliás, com o auge da campanha em que se começava a indicar o perigo da colonização germânica na América do Sul, sobretudo nas regiões meridionais do Brasil. De 1905, por exemplo, é o opúsculo *O Germanismo no Sul do Brasil*, de Sílvio Romero. De 1906 são as revelações sensacionais do senador francês Jules Meline sôbre o perigo alemão no Brasil. Apontavam-se já os perigos dessa colonização no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná, com os seus núcleos fechados, crescendo cada dia pelo caráter político da raça e pelas constantes correntes imigratórias, formando cidades e aldeias exclusivas com plena liberdade de ação em tudo que se referia às questões locais, com suas igrejas e escolas próprias, com a faculdade de falar e escrever em sua língua e de conservar todos os usos e costumes de sua raça.

A ressonância dessa campanha de jornais e de livros, surgida na França e nos Estados Unidos, com vasta e propícia repercussão no Brasil, e mais essa capacidade de se fazer antipático que o povo alemão leva para os seus contactos com outros povos — tudo isso contribuía a ampliar as proporções do incidente criado pelo *Panther*. Por detrás de um fato de reduzida importância erguia-se um frêmito nacional, uma força inconsciente, mas segura, de vigilância contra o poder arrogante que seria mais tarde um inimigo. Daí a irritação popular, o clamor público, as exigências da opinião, as notícias exaltadas e os artigos apaixonados da imprensa em dezembro de 1905.

Tamanho rumor parece a Rio-Branco despropositado e inconveniente, pela impressão que poderia dar ao estrangeiro de haver perdido o país o domínio de si mesmo. Adverte, por isso, os jornalistas contra a tendência para o fantástico que se observava em certas notícias.

Tôda a América e o mundo acompanham com interêsse êsse incidente. As invenções e as exagerações só podem prejudicar-nos no estrangeiro, fazendo acreditar que perdemos a calma⁽⁵⁸⁶⁾.

Quando circulou a notícia de que, por intermédio da nossa embaixada em Washington, havíamos solicitado a intervenção dos Estados Unidos — êle a desmentiu sem reservas: o Brasil resolveria sòzinho o incidente que dizia respeito à sua soberania e honra nacional.

Era muito grande a expectativa a respeito da atitude de Rio-Branco nesse incidente. Falava-se da sua simpatia e admiração pela Alemanha. Sabia-se das distinções que recebera do Kaiser, inclusive o presente de um grande retrato de Sua Majestade, em rica moldura florentina, oferta realizada oficialmente em Petrópolis pelo ministro da Alemanha. Havia também a circunstância de ser esta a primeira vez em que êle se ia defrontar com uma nação muito mais poderosa do que o Brasil.

Da desproporção das forças entre o Brasil e a Alemanha nem sequer cogita Rio-Branco. A sua norma era o tratamento em igualdade de condições com qualquer potência estrangeira. Verificar-se-ia, aliás, que nesse incidente a sua posição ante a Alemanha seria mais ativa, enérgica e sobranceira do que o fôra antes, nas negociações com a Bolívia e o Peru. Não suportaria de uma nação mais forte certas impertinências que havia pacientemente desculpado dos dois vizinhos menos poderosos, embora não se pudesse dizer que o Brasil tinha sôbre êles, naquela época, uma evidente superioridade militar. A Alemanha fêz exigências que não fizera aos países sul-americanos, e não se mostrou disposto a nenhuma transigência. Ao contrário, certa vez, durante o incidente, fêz esperar longamente na ante-sala o ministro alemão, von Treutler, que lhe solicitara uma entrevista. Ao saber que estava melíndrado

(586) Declarações de Rio-Branco à imprensa do Rio em dezembro de 1905 — *Recortes de Jornais* — Arquivo do Itamarati.

com a espera, julgando-a uma desconsideração, respondeu Rio-Branco ao informante:

— Também eu em Berlim esperci uma vez quarenta minutos para ser recebido pelo secretário de Estado.

Dir-se-ia que as suas relações cordiais com Guilherme II e a sua conhecida admiração à Alemanha — tudo o levava, neste caso, a defender com maior firmeza o pundonor e honra do Brasil.

Houve mesmo entre êle e o ministro alemão uma entrevista, em Petrópolis, que se transformou numa cena dramática. Três cruzadores brasileiros — o *Barroso*, o *Benjamin Constant* e o *Tamandaré* — haviam recebido ordem de partida em demanda aos portos do Sul. Dizia-se que os navios brasileiros levavam ordem de aprisionar o *Panther* e obter a restituição do desertor capturado em Santa Catarina, visto que se presumia estar êle a bordo, a despeito dos desmentidos da officialidade. A notícia desse acontecimento naval agitou intensamente a opinião pública.

Embora amigavelmente, von Treutler na manhã de 9 de dezembro procurou Rio-Branco, no seu gabinete da casa de Westphalia, para pedir explicações e declarar que a notícia da partida dos navios brasileiros produziria má impressão na Alemanha e tornaria impossíveis as negociações. Pedia, pois, fôsse sustada aquela ordem de partida.

A isto replicou Rio-Branco, também em tom amigável, mas com inteira decisão e segurança:

— Temos o direlto de mover para onde quisermos, sobretudo em águas brasileiras, os nossos navios. Declaro, como ministro, que os navios saíram para fazer evoluções, como estava antes assentado, mas na qualidade de amigo e particular, já que foi assim que V. Excia. me interrogou — esquecido de que os vizinhos da Alemanha nunca lhe pediram explicações quando ela preventivamente reforçava os seus corpos de exército e guarnições de fronteira — informo que a decisão tomada pelo meu governo será mantida. O Brasil, pela sua inferioridade militar, não está no caso de intimidar a Alemanha. Sou um amigo muito sincero da Alemanha e dos alemães, reconhecido às bondades do imperador e dos membros do seu atual governo, mas sou antes brasileiro e tenho o dever de colocar acima de tudo, de tôdas as considerações pessoais e dos meus sentimentos e interêsses particulares, a dignidade e a honra do Brasil. Também como particular e amigo, já que estamos falando nesse caráter, declaro ao Sr. von Treutler, e não ao ministro da Alemanha, que, se Steinhof estiver a bordo, deverá ser

restituído, e estou convencido de que o será, em vista do pedido muito cortês e amigável feito pelo Brasil; mas se, por qualquer motivo, isto nos fôr recusado, providenciarei a ordem para que seja capturado o *Panther* e tirado de bordo aquêlo prêso. A Alemanha poderá mandar depois cem, duzentos navios contra o Brasil, mas já teremos cumprido o nosso dever.

Retrucou von Treutler:

— Devo declarar que seria muito grave uma provocação dessa espécie ao Império Alemão.

Acrescentou Rio-Branco:

— Mais grave ainda é violar a soberania territorial brasileira.

Ponderou o ministro alemão:

— Mas, Excelência, isto poderia ser motivo para uma guerra.

E o Barão respondeu, incisivo:

— Pois que seja uma guerra, Excelência, se isto desgraçadamente fôr necessário⁽⁵⁸⁷⁾.

No decorrer das negociações, durante todo o mês de dezembro, o Barão do Rio-Branco mostrou-se invariável e intransigente nas suas exigências: se estiver a bordo do *Panther*, o desertor deve ser restituído; se os marinheiros do navio de guerra apenas desembarcaram para fazer indagações, a Alemanha deve oferecer explicações ao Brasil.

Foi assim, aliás, que se encerrou o incidente do *Panther*. Em nota diplomática de 2 de janeiro de 1906 a Legação da Alemanha, em nome de Guilherme II, apresentava “os mais vivos protestos de amizade e consideração ao Brasil”, e deixava explicado: que não tinha havido intenção de ofender a soberania territorial do Brasil; que os marinheiros do *Panther* desembarcaram em Itajaí a fim de solicitar informações sôbre um desertor de nome Hasnan, e não para prender Steinhof; que êste nunca estivera a bordo do *Panther*⁽⁵⁸⁸⁾; que os culpados seriam submetidos a tribunais militares; que o govêrno alemão lamentava profundamente o incidente, reiterando os votos de grande estima e amizade ao Brasil.

(587) *Cadernos de Notas* — Arquivo do Itamarati.

Dessa entrevista publicou depois *A Notícia* uma versão atenuada, que parece ter sido escrita pelo próprio Rio-Branco.

(588) Meses depois apareceu Steinhof em Buenos Aires, onde declarou que realmente nunca estivera a bordo do *Panther*.

Em Berlim, cinco dias depois, o Barão de Richthofen declarava ao ministro brasileiro naquela capital que na nota de 2 de janeiro a Alemanha oferecera ao Brasil uma satisfação tão completa como nunca dera a qualquer outra nação⁽⁵⁸⁹⁾.

Ainda assim, a nota de resposta de Rio-Branco ao governo alemão foi redigida em estilo sóbrio e severo:

O Governo Brasileiro aprecia devidamente a retidão e presteza com que o Governo Imperial procedeu no exame e decisão deste caso, dando mais uma prova dos seus elevados sentimentos de justiça. Não pode, entretanto — quaisquer que sejam os usos das marinhas de guerra em outros países — deixar de lamentar que o Comandante do *Panther* tivesse incumbido oficiais e praças da sua guarnição de fazer indagações em terra, mesmo obrando com a maior reserva e prudência, para verificar o paradeiro de um desertor, tanto mais quanto o mesmo Comandante declara que contava com a boa vontade das autoridades territoriais, às quais compete, incontestavelmente, praticar as diligências de polícia, necessárias para a descoberta, captura e entrega dos desertores⁽⁵⁹⁰⁾.

Mostrara-se o Barão mais veemente e mais exigente em face da Alemanha do que seu Pai, em 1856, em face da Inglaterra. Naquele ano, repelindo humilhantes vexações impostas pela Grã-Bretanha, o Visconde do Rio-Branco limitou-se a esta nota, aliás de exemplar dignidade e elevação:

A ameaça que, tão injusta e acremente, se faz ao governo imperial, poderá servir para despertar a lembrança de que a Grã-Bretanha é uma nação mais forte do que o Brasil, e que não duvidará usar, ainda sem motivo legítimo, do seu grande poder material; mas não poderá nem encobrir a sem-razão de um semelhante procedimento, nem abalar a tranqüilidade que, ao Governo imperial, inspira a consciência de sua dignidade e da inteireza de seus atos⁽⁵⁹¹⁾.

O que o Brasil obtivera em reparação da Alemanha, na presteza e no tom calorosamente solícito da nota de 2 de janeiro, representava muito mais do que havíamos recebido em outros incidentes diplomáticos durante o Império, e o próprio Barão estabeleceu comparações neste sentido num dos três artigos⁽⁵⁹²⁾ que sobre o caso do *Panther* escreveu para *A No-*

(589) Offícios da Legação do Brasil em Berlim ao Ministério das Relações Exteriores — Arquivo do Itamarati.

(590) Arquivo do Itamarati.

(591) *Apud* Clóvis BEVILAQUA, *Direito Internacional Público*, vol. I, pág. 325, Rio 1910.

(592) *Recortes de Jornais* — Arquivo do Itamarati.

tícia, em resposta ao *Jornal do Comércio*, cujo apoio lhe faltou nesse momento.

Mas ninguém fez tão entusiasticamente o elogio da atitude de Rio-Branco quanto Estanislau Zeballos, ao mesmo tempo insuspeito e autorizado para um pronunciamento dessa natureza. Em 20 de janeiro de 1906, exprimindo-se como jornalista, professor de Direito e político, escrevia Zeballos numa revista de Buenos Aires:

A satisfação recebida corresponde até mesmo às suscetibilidades mais excitadas. Merece aplausos e adesões o tom de severa dignidade da nota Rio-Branco e a reserva que formula quanto à prática atribuída às marinhas de guerra de buscarem discreta ou clandestinamente os seus desertores em terras estrangeiras.

Nós, professores de Direito Internacional, ignoramos semelhante prática; porém se existira, jamais seria admitida por nação alguma européia ou americana. Tal conduta é uma flagrante violação da soberania, e por minha parte, no meu humilde caráter pessoal e também no de professor da Universidade de Buenos Aires, adiro decididamente à reserva formulada pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Ela não somente cobre os interesses do seu país, como os do nosso continente⁽⁵⁹³⁾.

Foi dada a Rio-Branco, em 1905, a oportunidade de se dirigir pela primeira vez a um congresso de estrangeiros reunidos no Rio de Janeiro. Com o funcionamento do Congresso Científico Latino-Americano no Brasil teve êle ocasião de falar aos delegados das nações americanas na sessão inaugural. Escolheu para essa peça oratória os temas que seriam os de sua predileção em todos os momentos em que se dirigiu aos representantes das nações americanas: o pacifismo brasileiro, o nosso ânimo contra idéias de predomínio ou hegemonia, o nosso desejo de amizade e paz com os vizinhos, o nosso caráter infenso às conquistas; o nosso espírito de liberalismo político nas relações nacionais como internacionais. Houve mesmo um trecho do seu discurso que ficou sendo constantemente lembrado como modelo de síntese de nossa orientação internacional:

Eles [os congressistas] dirão sem dúvida que viram uma bela terra, habitada por um bom povo, terra generosa e farta, povo laborioso e manso, como as colmeias em que sobra o mel. Não há quem alimente invejas contra os povos vizinhos porque tudo esperamos no futuro; nem

(593) *Revista de Derecho, Historia y Letras*, Tomo XXIII, pág. 589, Buenos Aires, 1906.

ódios porque nada sofremos dêles no passado. Um grande sentimento nos anima: o de progredir rãpidamente sem quebra das nossas tradições de liberalismo e sem ofensa dos direitos alheios.

Esse congresso científico constituiu como que um ensaio, uma antecipaçaõ de outro, com mais amplo carãter, que se reuniu aqui no ano seguinte: a Terceira Conferência Internacional Americana. A reuniãõ dessa assembléia no Rio, em 1906, representava um dos resultados da política americana de Rio-Branco e da açãõ diplomãtica de Joaquim Nabuco. A Joaquim Nabuco, por exemplo, deve-se a visita de Root ao Brasil — a primeira que fazia um secretário de Estado norte-americano — visita que o próprio Rio-Branco sugeria que se estendesse a Montevidéu, Buenos Aires e Santiago, a fim de evitar ciúmes e rivalidades⁽⁵⁹⁴⁾. Também no programa da Conferência, preparado em Washington, muito colaboraram Rio-Branco e Joaquim Nabuco, sobretudo no ajustamento entre tantas orientaçaõs diferentes dos povos americanos. Dizia-se, por exemplo, que a Argentina condicionava o seu comparecimento à inclusãõ da doutrina Drago no programa, e foi preciso um hábil trabalho diplomãtico para conseguir dela apoio e colaboraçãõ para a Conferência.

Rio-Branco sustenta desde logo a opiniãõ de que não se deve querer dar à Conferência carãter de assembléia deliberante, pois nenhuma naçaõ se resignaria a abdicar do direito de decidir por si mesma o que de perto atinge os seus interesses vitais, a dignidade ou a honra, a soberania, enfim. Dar-lhe o carãter mais plãstico e livre, embora menos prãtico, de uma assembléia cordial de naçaõs de um mesmo continente, interessadas em assentar os meios de se conhecerem melhor, de se aproximarem, de facilitarem as comunicaçaõs, de estreitarem as relaçaõs internacionais — isto parece a Rio-Branco o meio adequado de obter o êxito da Conferência, principiando assim as naçaõs americanas pelo entendimento e cordialidade nos assuntos gerais para atingirem depois, sôbre essa base preliminar, o plano de resoluçaõs mais concretas e eficientes. Haveria, pois, o resultado da Conferência de ser

(594) "Acho muito necessãrio que o Sr. Root visite Santiago do Chile e Buenos Aires, como declarei a V. Excia. em um dos meus telegramas. Tendo de passar por Montevidéu seria bom que ali se detivesse um ou dois dias. Assim dissipará ciúmes e prevençaõs. O melhor meio de obter o concurso dos hispano-americanos é apagar-lhes o amor-próprio, e isso não fica mal a uma naçaõ poderosa como a América, antes será tido por todos como prova de babilidade política". (Despachos à Embaixada do Brasil em Washington — Arquivo do Itamarati).

mais de sugestões do que de resoluções, com exceção dos problemas ordinários que não envolviam a política internacional. Outra idéia sua nesse momento era a de um acôrdo mais direto e regular entre os Estados Unidos da América, o México, o Brasil, o Chile e a Argentina, como ponto de partida de uma grande política americana, a que se iriam associando as outras nações do Continente⁽⁵⁹⁵⁾.

No longo despacho de 10 de março, o Barão do Rio-Branco transmitia a Joaquim Nabuco a orientação do Brasil a respeito de alguns pontos do programa da Conferência. A propósito do arbitramento, por exemplo, sugeria a transferência da sua discussão para a Segunda Conferência da Paz em Haia. Declarava-se, aliás, contrário ao arbitramento incondicional como também ao sistema de árbitros previamente escolhidos para todos os casos. Por outro lado, de modo algum lhe parecia acertada a criação de um Tribunal Arbitral Americano em oposição ao de Haia, porque isso "importaria supor que a América forma um mundo à parte da Europa" e porque, "para resolver questões entre nações da América do Sul, árbitros escolhidos na América do Norte e na Europa oferecem mais garantias de imparcialidade".

Outro problema em que desde logo definia a doutrina brasileira era o da navegação nos nossos rios e lagoas. Doutrina que o primeiro e o segundo Rio-Branco exprimiam quase de maneira idêntica: a liberdade de navegação só é concedida mediante ato voluntário e soberano do Brasil; nos rios que, procedendo de territórios vizinhos, atravessarem os nossos, só será admitida a liberdade de navegação mediante prévio acôrdo com os ribeirinhos superiores, sujeito o trânsito de navios e mercadorias aos regulamentos fiscais e de polícia; as restrições existentes em virtude de tratados com vizinhos só por outros tratados livremente negociados poderiam ser levantadas.

A propósito dêste último dispositivo parecia certo que Rio-Branco, já em 1906, cogitava do Tratado que três anos depois assinaria com o Uruguai, como se vê desta explicação contida no seu despacho a Nabuco:

(595) Despachos à Embaixada do Brasil em Washington — Arquivo do Itamarati.

Neste último parágrafo, como V. Excia. terá compreendido, aludo à navegação privativa que temos na lagoa Mirim e no rio Jaguarão.

Terminava recomendando tato e prudência para que não aumentassem com a Conferência as dissensões e rivalidades entre os países americanos:

O nosso desejo, V. Excia. sabe, é poder em tudo estar de acôrdo com os Estados-Unidos, cuja amizade o Brasil muito preza e sempre prezou. Mas V. Excia. não ignora que contra os Estados Unidos e contra o Brasil há na América Espanhola antigas prevenções que só o tempo poderá talvez modificar. Verdadeiramente só as não há contra o Brasil no Chile, no Equador, no México e na América Central. É necessário muito tato e prudência da nossa parte para que este 3.º Congresso Pan-Americano não torne mais fundas as dissidências existentes entre vários grupos de nações latinas⁽⁵⁹⁶⁾.

Rio-Branco desejava que da delegação brasileira fizessem parte não só figuras da situação oficial, mas também grandes figuras independentes ou oposicionistas. Daí o seu convite a Joaquim Murinho, adversário do governo de Rodrigues Alves e um dos membros do Senado que haviam combatido o Tratado de Petrópolis. Mas o ambiente político do Brasil não permitia no momento gestos dessa natureza. Rio-Branco, tendo na lembrança os costumes políticos do Império, quando os estadistas liberais ou conservadores recebiam dos seus adversários mandatos de representação nacional em política externa, fica surpreso com a recusa de Joaquim Murinho, a quem escreve no dia 16 de junho estas palavras:

Se V. Excia. aceitasse o convite que, devidamente autorizado, tive a honra de lhe fazer, não era propriamente ao Presidente da República e ao Governo atual que iria prestar o concurso de sua alta competência; era à nossa terra que iria servir, mostrando que as dissidências da nossa política interna não influem sobre a política exterior do Brasil. A presença de sumidades da oposição brasileira na Conferência teria esta grande significação para o estrangeiro e daria mais força aos votos da delegação brasileira⁽⁵⁹⁷⁾.

Aberta a Conferência a 23 de julho e encerrada a 27 de agosto — durante mais de um mês funcionou, assim, entre nós, uma assembléia de estadistas, jurisconsultos e diplomatas que era a mais ilustre talvez já reunida na América do Sul.

(596) Despachos à Embaixada do Brasil em Washington — Arquivo do Itamarati.

(597) Arquivo do Itamarati.

A despeito do academicismo de muitos discursos, a Conferência, sem grandes resultados práticos, procurou, contudo, atingir o fim que lhe antevira Rio-Branco no discurso de abertura: o de "promover relações políticas mais íntimas, evitar conflitos e regular a solução amigável de divergências internacionais, harmonizando as leis do comércio entre os povos, facilitando, simplificando, estreitando os contactos entre êles".

Em tudo o que dependia do Brasil — a criação do ambiente, as festas e recepções, a presidência honorária de Rio-Branco, a presidência efetiva de Joaquim Nabuco — a Terceira Conferência Internacional Americana ultrapassou as duas anteriores em brilhantismo e importância social. Deu-lhe ainda mais relêvo a presença de Elihu Root em uma de suas sessões solenes⁽⁵⁹⁸⁾.

Coube a Rio-Branco pronunciar dois discursos, o de abertura e o de encerramento do Congresso, que se colocam hoje entre os seus melhores documentos de ministro pela elegância do estilo, pela visão política e pelo senso diplomático das declarações. No discurso de abertura, tudo o que era necessário estava ali afirmado ou sugerido: indicações sobre a faculdade da Conferência, a comparação entre os antigos congressos de guerra e aquêle congresso de paz, o caráter da política americana sem hostilidades contra a Europa, o conceito dos Congressos em que "se atende por igual ao direito do mais fraco como ao do mais poderoso" e nos quais "não há vencedores nem vencidos"⁽⁵⁹⁹⁾. No discurso de encerramento rea-

(598) Foi na sessão de recepção de Elihu Root, no dia 31 de julho, que o Barão do Rio-Branco leu a seguinte declaração:

"O Sr. Presidente da República, em lembrança da visita que o Sr. Presidente Roosevelt fez ao Pavilhão da Exposição Brasileira em S. Luís, e para perpetuar a recordação da vinda do ilustre Sr. Secretário Elihu Root ao Brasil, resolveu, por ato de hoje, dar ao edificio em que atualmente está funcionando a Conferência Internacional Pan-Americana, o nome de Palácio Monroe".

(599) Do modo como foi composta essa peça oratória de Rio-Branco temos o testemunho de Rodrigo Otávio:

"A conferência ia ser inaugurada e, na manhã desse dia, fui chamado pelo Barão. Deu-me uma série de instruções, encarregou-me de muitas coisas, aliviando-se êle do serviço porque tinha de escrever o famoso discurso. Pediu-me que o defendesse de quem quisesse entender-se com êle, disse aos seus auxiliares imediatos que não estava na Secretaria para quem quer que fosse.

Sai, deixando-o sentado à mesa, em que então trabalhava, com uma porção de folhas de papel na sua frente. Sai, saíram todos comigo, as portas do salão se fecharam. Logo depois do almoço, tive de ir ver o Barão. Ele do discurso não havia escrito ainda mais que meia folha. E me disse, muito contrariado:

"Você vê? Não tenho o discurso adiantado, não me deixaram em paz, eu é que tenho que me lembrar de tudo, de providenciar sobre tudo".

Sai de novo e recomendei muito que se deixasse o Barão trabalhar. Pelas cinco horas tive de voltar ao gabinete. Vi, sobressaltado, que o discurso tinha

firmou as suas idéias de confraternização, nestas palavras, em que há o mesmo sentido daquelas que pronunciara no Congresso Científico Latino-Americano:

Tão grande é o nosso anelo de que êsse seja o sentimento geral que nos atrevemos a interpretar a frase do nosso hóspede ilustre como exprimindo a vossa convicção definitiva de que o patriotismo brasileiro nada tem de agressivo, de que, mais ainda por atos do que por palavras, fiéis às tradições de nossa política exterior, trabalhamos sempre por estreitar as nossas boas relações com as nações do nosso continente e particularmente com as que nos são mais vizinhas. (...) Nem população densa, nem dureza de vida material podem tornar o Brasil suspeito aos povos que ocupam êste nosso continente da América.

A Terceira Conferência Pan-Americana representou um quadro brilhante para o encerramento do quadriênio de Rodrigues Alves.

Uma capital renovada pela arte urbanística e pelos serviços de saúde pública hospedava nesse momento os representantes estrangeiros, antes receosos da febre amarela e da varíola, que faziam do Rio de Janeiro um espantinho. A política externa e a política interna ajustavam-se, agora, e uma vivia do prestígio da outra. O que fez a glória principal do governo de Rodrigues Alves foi justamente a sua visão de conjunto, a harmonia, o equilíbrio dos homens e das realizações. Não foi exclusivo na solução de um só problema com esquecimento dos outros; não foi particularizado em nenhum sentido. Fixou os problemas do país em conjunto, viu-os relacionados e inseparáveis, e voltou-se para todos êles, numa obra de coordenação e de síntese.

Estabeleceu-se, antes de tudo, o equilíbrio e a equivalência entre a política interna e a política externa. O prestígio e a situação de relêvo em que Rio-Branco pusera o Itamarati — com as questões de limites resolvidas ou encaminhadas, com

adiantado pouco. Assim que, foi com grande apreensão que, às 8 horas e meia, fui buscar o Barão para a sessão solene marcada para as 9 horas. Rio-Branco estava escrevendo. Ele me viu. Não lhe falei. Sentei-me afastado de sua mesa e esperei. Mais alguns minutos e êle concluiu. Levantou-se, perguntou-me por diversas coisas. — Que não se affigisse, disse-lhe eu, tudo estava em ordem, tudo sairia muito bem. Chamou pelo Salvador, pediu a casaca. Ele já se havia vestido; completou a *toilette*; pediu-me para lhe acertar o laço da gravata branca. E, conforme seu costume quando ia sair, em pé no meio da sala, a cartola para trás, batendo com a mão no bolso respectivo, perguntava: — Tenho o lenço (êle trazia o lenço no bolso da calça); tenho a carteira; tenho os cigarros; tenho o relógio... Bem! podemos ir. — E, aproximando-se da mesa em que trabalhara, enrolou as folhas de almanaque em que escrevera o discurso, passando-me o rôlo. Eram horas; partimos. Chegamos ao Monroe justo no momento de ser aberta a sessão." (Rodrigo Otávio, *op. cit.*, págs. 184, 185 e 186).

a criação do cardinalato sul-americano no Brasil, com a política americana, com a projeção internacional do nome e da figura do ministro — refletiam-se na política interna, fortificavam a autoridade do govêrno, tornavam mais popular e mais sólida a situação oficial; por outro lado, a ação do govêrno, no ambiente interno, a ordem, a paz, as obras da administração, o crescimento dos negócios particulares e públicos, tudo isso oferecia impulso à diplomacia de Rio-Branco, contribuía para imprimir aos seus gestos um caráter de firmeza, estabilidade e projeção no futuro. Com efeito, Rio-Branco não teria podido realizar a sua obra com uma política interna enfraquecida, com uma administração pública caótica, apática, falando em nome de um país sem ordem e sem o funcionamento regular das instituições.

Por trás do Itamarati estava visível, na verdade, um govêrno que mantinha a ordem, que impulsionava com segurança a administração pública, que renovava o país, fazendo-o crescer e progredir como talvez nunca se dera antes em igual período de tempo. A capital fôra saneada e transformada, por um vasto plano de embelezamento; empreendiam-se as obras do pôrto do Rio de Janeiro; iniciava-se a reorganização do Exército; lançava-se e começava a ser executado um grande plano de aparelhamento da Marinha; estabilizava-se a economia com a valorização da borracha e do café; ampliava-se o crédito público, numa administração financeira que não queria ser apenas de despesa ou de receita, mas de receita e despesa ao mesmo tempo. Era o esplendor da chamada “república dos conselheiros”.

Parecia que nos homens dessa época havia um entusiasmo nôvo, um ímpeto criador. A ciência política de Rodrigues Alves logo fôra demonstrada na escolha dos seus auxiliares; a mesma capacidade de escolha que o levara a convidar Rio-Branco para a pasta do Exterior também explicava a presença de Osvaldo Cruz na direção da Saúde Pública, de Pereira Passos na Prefeitura, de Leopoldo Bulhões na pasta da Fazenda, de Lauro Müller na da Viação e Obras Públicas, de J. J. Seabra na do Interior e Justiça, do general Francisco de Paula Argolo na da Guerra, do contra-almirante Júlio César de Noronha na da Marinha. Ainda se poderiam citar Paulo de Frontim em serviços de engenharia, Buarque de Macedo no Lóide, Juliano Moreira na direção do Hospício. Todos

esses nomes constituem indicação do senso administrativo de Rodrigues Alves, da sua faculdade de escolha, e tê-los reunido, centralizado e prestigiado representa a glória do seu governo. Para a vice-presidência — depois da morte de Silviano de Almeida Brandão — vinha Afonso Pena, que seria o delfim, o herdeiro, como a acentuar a fisionomia, a coloração monárquica da “república dos conselheiros”.

No centro de tantos homens ilustres o conselheiro Rodrigues Alves representava um verdadeiro papel de coordenador. Pelo seu feitio reservado, discreto, e às vezes até taciturno, pela ausência de brilhantismo ou grande cultura, dava a alguns a impressão de que se tinha apagado, de que ficara na retaguarda dos seus ministros. Impressão de todo inexata, pois o Presidente não transferia a ninguém as suas funções. Ao contrário: êle foi o político que melhor entendeu e praticou — como já se disse — a função constitucional de presidente da República. Dava aos ministros autonomia de ação e trabalho, mas de acôrdo com o programa geral que havia elaborado e que orientava pessoalmente. Parece que só a Rio-Branco êle concedia completa liberdade de iniciativa e de ação. Ficou muito conhecida, a propósito dos outros ministros, uma frase atribuída ao Presidente:

Os meus ministros fazem tudo o que querem, menos o que eu não quero que êles façam.

Se a frase não é autêntica, servirá, ao menos, para explicar as verdadeiras relações entre Rodrigues Alves e os auxiliares do seu governo. Porque não fôsse autoritário, a vontade do Presidente não se impunha ostensiva ou caprichosa, nem admitia, em seu nome, os gabinetes secretos, os misteriosos clubes políticos de apaniguados ou parentes. Agia com tanto tato, habilidade e cortesia, que entre o Presidente e os Ministros ficava estabelecida uma comunicação íntima, uma associação de iniciativas e energias, sem a preocupação de prioridade, rivalidades e intrigas. Não quis um governo de títeres, mas de personalidades. Respeitava os seus ministros tanto quanto respeitava o Congresso. Porque compreendesse que a estabilidade do regime dependia da autonomia e do prestígio de cada um dos três poderes, valorizava tanto o legislativo e o judiciário quanto o executivo. Praticando com sinceridade a Constituição de 1891, jamais procurou corromper

ou violentar figuras do Congresso ou da Justiça. Neste sentido foi Rodrigues Alves o mais constitucional dos presidentes da República.

Dir-se-ia, aliás, que a presidência da República era o cargo destinado por excelência à personalidade de Rodrigues Alves. Uma personalidade muito exuberante, ou muito original, ou de grande riqueza de idéias, num cargo dessa espécie, pode tornar-se às vêzes perturbadora. Qualquer virtude ou qualidade em grau muito intenso pode significar a perda do equilíbrio numa posição que deve ser ao mesmo tempo orientadora, coordenadora e moderadora. Rodrigues Alves, ao contrário, representava na política do Brasil o conjunto mais perfeito que se possa imaginar das virtudes médias em equilíbrio: a inteligência das coisas concretas e objetivas, o imperiturbável bom-senso, o conhecimento dos homens, a capacidade administrativa, o gôsto dos problemas práticos, o sentido da honestidade na vida pública tanto como na vida particular, a compreensão dos cargos como meios de serviço público e não de propriedade e gôzo individual. De temperamento era calmo, tranqüilo, enérgico sem violência, tolerante, apaziguador, incapaz de represálias e vinganças, sempre mais disposto às conciliações do que às lutas⁽⁶⁰⁰⁾. Uma figura ideal, portanto, para a presidência da República.

Chegara Rodrigues Alves à presidência da República com uma naturalidade que poderia lembrar o caso de um servidor do Estado em promoções sucessivas e regulares até o último pôsto da carreira. Parecia que de cada cargo ocupado êle fazia uma preparação, uma plataforma para o cargo seguinte. Tinha vindo do Império, das fileiras do partido conservador, e não obstante fôra ministro da Fazenda de Floriano e depois de Prudente de Moraes. O Ministério da Fazenda levou-o à presidência de São Paulo; e a presidência de São Paulo serviu-lhe de caminho, pela obra que lá realizou, para a presidência da República. Não se notava nêle nenhuma ambição febril ou agitada; não se precipitava atrás das posições, não acotovelava ninguém para passar adiante. A sua candidatura

(600) Falando de si mesmo, dizia Rodrigues Alves, nas vésperas de sua candidatura à presidência, em carta a Campos Sales:

“Sei que v. conhece a minha índole pacífica, o meu espirito de tolerância e a minha vocação para harmonizar em vez de separar, e é daí talvez que veio a idéia do meu nome”. (Campos SALES, *op. cit.*, pág. 383).

à presidência da República surgiu das cogitações de Campos Sales, e só tomou conhecimento dela quando já estava coordenada e aceita. Dos três primeiros presidentes civis êle seria o único que não surgira dos quadros da propaganda republicana, circunstância que lembrava a Campos Sales com o fim de fazê-lo inclinar-se para outro nome, como o de Bernardino de Campos⁽⁶⁰¹⁾.

Parece que êle não percebia ainda, no momento da candidatura, que ao seu govêrno convinha sobretudo a formação monárquica do Presidente, que a sua escolha correspondia a um nôvo estado de espírito e a um nôvo estado da evolução republicana. Rodrigues Alves, efetivamente, simbolizava a ação republicana da geração formada no Império. Vencia agora, politicamente, essa geração de estadistas, e o domínio dela constituiria o período mais feliz, mais fecundo da República. Homens formados no Império eram Rodrigues Alves, Rio-Branco, Rui Barbosa, Afonso Pena, Joaquim Nabuco. Do ambiente do Império, embora republicanos, eram Prudente de Moraes e Campos Sales. A despeito das suas ligações com o movimento de 15 de novembro, Rui Barbosa, como falando em nome da sua geração, citara estas palavras de Thiers que tão exatamente se applicavam a êle próprio, a Rodrigues Alves ou a Rio-Branco:

Sou um velho discípulo da monarquia; sou, empregando o termo usual, um monarchista, que pratica a república por dois motivos: porque se comprometeu, e porque, praticamente, hoje não há outra coisa que fazer. Eis a espécie de republicano que eu venho a ser: não iludo ninguém⁽⁶⁰²⁾.

Do mesmo modo que Rio-Branco, na política externa, unira a República à Monarquia, Rodrigues Alves, na política interna, exprimia igual fórmula de união do presente com o passado. Cessara ou estava atenuado o ímpeto revolucionário

(601) De uma carta de Rodrigues Alves a Campos Sales:

“Acresce que a minha origem há de despertar suspeitas, e sempre entendi, por mais que os amigos generosamente me contradigam, que não é prudente ir de encontro a uma tendência muito natural, muito humana, neste período de formação, que ainda estamos atravessando. Por que o meu nome, quando há, para não falar em outros, o de Bernardino, que estou certo será acolhido com grande satisfação, e, principalmente, sob este último ponto de vista, terá a adesão geral? Minhas vistas sempre se voltaram para este nome, como naturalmente indicado para substituí-lo, se lícito fôr ainda ao Estado de São Paulo dar-lhe substituto, o que convém ponderar muito para não suscetibilizar o melindre dos outros Estados”. (Campos SALES, *op. cit.*, págs. 383-384).

(602) Rui Barbosa, *Cartas de Inglaterra*, 2.^a edição, pág. 129, São Paulo, 1929.

da República, e isto indicava a oportunidade de um reatamento da tradição.

A obra de Rodrigues Alves, no entanto, não teria sido possível sem os governos anteriores. Embora às vezes em oposição uns aos outros, cada um dêles contribuía para o desenvolvimento do que lhe vinha depois. Sem Deodoro, sem a política de prematura reação do Barão de Lucena, não teria sido possível a Floriano criar a mística da República, a luta contra os inimigos do seu govêrno, que êle fazia aparecer como inimigos do regime, a política de ferro da qual resultou a consolidação da República. Das raízes que Floriano criara para a República pôde surgir a candidatura civil de Prudente de Moraes. E com êle principia a ordem civil e constitucional — apesar das perturbações ainda existentes — a liquidação do “extremismo” republicano, o caminho para a estabilidade das instituições. Pode-se dizer que a fúria revolucionária começa a decrescer naquele 5 de novembro, dia do atentado contra Prudente e assassinio do seu ministro da Guerra. O horror provocado pelo acontecimento enfraqueceu decisivamente aquilo a que Rui chamava a “demagogia do revólver”. Prudente de Moraes, no fim do govêrno, realizava, afinal, a pacificação. E sem êsse ambiente não teria sido possível a Campos Sales a tarefa de restauração e salvação financeira do país. As guerras civis, as lutas internas, a instabilidade da administração, a turbulência revolucionária para a implantação e consolidação da República tinham colocado as finanças num estado desesperador. Passado o delírio do *encilhamento*, dos negócios fictícios, e das fortunas de ilusão, encontrava-se agora uma nação sem recursos e sem crédito. Uma administração ascética foi a obra de Campos Sales no seu programa de restaurar as finanças e o crédito do Brasil. Entregava a Rodrigues Alves uma nação em estado financeiro normal⁽⁶⁰³⁾. E, porque recebeu essa herança, foi possível a Rodrigues Alves fazer do seu govêrno uma fôrça construtora, resolvendo problemas de administração e fomentando o progresso do país.

(603) “Ao fim de quatro anos resgatavam-se 115 997 710\$ em virtude do contrato do *funding-loan*, cuja execução plena estava rematada em junho de 1901; recomeçava-se o pagamento em ouro dos juros da dívida externa; a média do câmbio subira de 73/16 a 12 pence e a depreciação do papel-moeda passava de 50 a 35%; não havia em circulação uma só letra do Tesouro, que tinha em conta corrente no Banco da República 12 000:000\$ e 2 300 000, além de dever-lhe êsse estabelecimento 11 000:000\$; o empréstimo de £1 122 083, tomado em Londres pela administração anterior, estava pago; as encomendas de material

Ligavam-se, assim, os presidentes, cada um dêles com a legenda correspondente ao seu papel que permitiria o do sucessor: Deodoro, o fundador; Floriano, o consolidador; Prudente de Moraes, o pacificador; Campos Sales, o restaurador; Rodrigues Alves, o construtor. Não que os resultados de cada período governamental fôsem obra de um só homem, criação pessoal do presidente da República. Êles representavam, antes, os diversos momentos da evolução republicana, eram expressões representativas dos acontecimentos e das tendências coletivas. O que constituiu a sorte da República foi a adequação verificada entre os diversos presidentes e a fisionomia histórica de cada um dos períodos de govêrno. Parecia que o Presidente chegava na hora em que se precisava da sua ação, do seu temperamento e do seu caráter para as exigências da ocasião. A cada um dêles foi dado representar o papel que estava mais de acôrdo com a sua personalidade.

Politicamente, a República buscava, sobretudo pela ação moderadora dos chamados “conselheiros” — isto é, os políticos de formação monárquica — um centro de equilíbrio, certas fórmulas de ajustamento entre as condições do país e os preceitos constitucionais. O mesmo caminho que o Império havia seguido nos seus primórdios. Tanto a Constituição de 1824 como a de 1891 foram construídas para uma nação mais culta e mais adiantada do que aquela a que se destinavam. Tem sido do caráter das nossas leis que elas, em sua maioria, não resultem dos acontecimentos, mas a êstes se antecipem com o fim de criá-los. Isto não é, aliás, um mal, antes uma virtude de povos com tendências idealistas. A Constituição de 1891 tentara construir no Brasil o sistema federativo nas bases existentes nos Estados Unidos, mas desgraçadamente a evolução histórica não apresentava o mesmo caráter nos dois países⁽⁶⁰⁴⁾. O presidencialismo resultara, nos Estados Unidos,

de guerra na importância de 832:386\$ e mais £ 3 000 000; os títulos da dívida pública tinham subido cerca de 35 %; o orçamento liquidava-se com saldo. Durante êsse tempo resgataram-se títulos-ouro no valor de £ 4 400 000 e apólices internas papel somando réis 5 200:000\$, quer dizer, o aumento da dívida pública em ouro, impôsto pela cessação do pagamento de juros nessa espécie, em vez de ser de £ 8 700 000, foi reduzido a £ 4 300 000”. (Tobias MONTEIRO, *O Presidente Campos Sales, na Europa*, págs. XCI-XCII, Rio, 1928).

(604) “Antes de mais nada, se os nossos constituintes se houvessem realmente reunido, em 1890, para organizar um regime livre e democrático, como o disseram no seu Preâmbulo de 1891, a constituição federal nor.e-americana seria talvez o último modelo em que êles pudessem pensar para boa orientação dos seus trabalhos”. (José Maria dos SANTOS, *A Política Geral do Brasil*, pág. 226, São Paulo, 1930).

da necessidade de um forte poder central para unir os Estados que se haviam constituído com enorme autonomia dentro da Federação; em países com a formação histórica do Brasil, pelo contrário, o único regime capaz de realizar uma verdadeira construção política de feição democrática seria o parlamentarismo. A isto se deve acrescentar o argumento teórico de que o regime parlamentar representa a construção mais aperfeiçoada e mais legítima do sistema democrático.

O presidencialismo seria uma imitação dos Estados Unidos que as nossas condições sociais e políticas nem exigiam nem favoreciam. Daí ter-se dado um excessivo poder ao Executivo quando a ausência de partidos políticos impedia a constituição de um Legislativo igualmente forte para o equilíbrio dos poderes. O Congresso ficaria, assim, com o decorrer do tempo, à mercê da mentalidade liberal ou autoritária dos presidentes da República. Poucos respeitavam realmente o poder legislativo, como Prudente de Moraes ou Rodrigues Alves. Prudente chegou a criar uma fórmula que, embora tenha merecido censuras de Campos Sales, representava a melhor prática do sistema constitucional: "Eu sou o executivo, vós sois o legislativo, e cada um que desempenhe a sua função". Que, no seu quadriênio, o Congresso houvesse desprestigiado o seu próprio líder Francisco Glicério para servir ao Executivo — isto representara uma fraqueza dos deputados e não um gesto autoritário do Presidente, que no caso se manifestara apenas através de um tópico de jornal.

Ao tornar-se vitoriosa, não trazia a República um grande programa ou um grande plano de governo. A não serem os princípios gerais e universais do regime, não apresentava sequer uma pequena ideologia, um sistema de idéias construído para aplicação no ambiente brasileiro.

Pareceu a princípio que essa ideologia seria o positivismo. Aos jovens e inexperientes povos americanos a doutrina de Auguste Comte oferecia uma concepção geral do mundo, um credo religioso, uma nova classificação das ciências, um programa político de governo. Doutrina fascinadora, essa, suscetível de explicação em termos filosóficos ou em fórmulas de vulgarização. Influíu nas almas religiosas, agiu como movimento de rua, atuou no Congresso, teve representantes no primeiro governo republicano, impôs algumas fórmulas, como

a da Bandeira. Efêmera, porém, foi a influência oficial do positivismo, e o seu historiador João Camilo de Oliveira Tôrres, apoiando-se em circulares de Miguel Lemos, escreveu:

A direção do Positivismo durou exatamente dois meses e meio. De 15 de novembro até a saída de Demétrio Ribeiro do govêrno em 31 de janeiro de 1890⁽⁶⁰⁵⁾.

Contra a influência de Demétrio e Benjamin ergueram-se “o bom senso do general Deodoro e o liberalismo jurídico de Rui Barbosa”.

A Rui, aliás, é que coube o papel de derrotar o positivismo na sua principal batalha, naquela em que se decidira o seu destino: o da Constituição de 1891. Rui representava o espírito jurídico, o liberalismo, tudo o que se opunha à ditadura de feição comtista. Espírito jurídico da Faculdade de Direito do Recife e da Faculdade de Direito de São Paulo vencendo na Constituição, no Congresso e no Govêrno. Rui foi seu representante no Rio, e Tobias Barreto, com a sua “escola do Recife”, no Norte.

Era sensível, aliás, a diferença entre a ação do apostolado positivista — a de Miguel Lemos, e sobretudo a de Teixeira Mendes — e a ação de elementos positivistas no plano principalmente político. Diferença entre os ortodoxos e os heréticos ou independentes. Figuras políticas na Imprensa, no Congresso, no Exército, usavam o nome do positivismo como bandeira política, mas estavam longe de uma identificação com os ideais de Miguel Lemos e Teixeira Mendes. Tomavam atitudes que iam desprestigiar os princípios essenciais da doutrina de Comte. Teixeira Mendes, mais de uma vez, apareceu em publicações nos jornais desfazendo confusões, denunciando como erradas ou nocivas certas atitudes tomadas à sombra do positivismo. Isso sucedia a propósito de motins e revoltas, nos quais alguns positivistas, incorporados ao jacobinismo, apareciam como responsáveis; e o apóstolo mostrava-se invariável na condenação. Esta coerência de Teixeira Mendes, durante toda a vida, é um dos aspectos mais nobres de sua existência realmente exemplar de apóstolo. Não fôsse ela, e alguns agitados teriam feito da ideologia de Comte

(605) João Camilo de Oliveira Tôrres, *O Positivismo no Brasil*, pág. 102, Petrópolis, 1943.

um instrumento de jacobinismo, revoltas, desordens nas ruas e nos quartéis. Não se podia imaginar contradição mais escandalosa para uma doutrina que fazia da ordem condição do progresso.

Também Rio-Branco nunca deixou de fazer distinção entre a figura de Teixeira Mendes e os positivistas da política imediatista. Ele achava que o positivismo, no plano político, conduzia à reação e à ditadura; é certo que visava a “uma ditadura combinada com a mais ampla liberdade de pensamento” — mas uma fórmula dessa espécie leva no seu seio uma contradição intrínseca e invencível⁽⁶⁰⁶⁾. Via, ao contrário, em Teixeira Mendes, o idealismo, a pureza, a desambiguação, a perfeita honestidade, a ação de apóstolo. Por isso, com a mesma intensidade com que repelia o positivismo, estimava e respeitava a figura de Teixeira Mendes. A propósito, por exemplo, dos acontecimentos republicanos no Rio Grande do Sul, escreveu Rio-Branco a Rui Barbosa numa carta de 1895:

Telegramas ultimamente recebidos dizem que no dia 9 começarão as negociações de paz no Rio Grande do Sul. Deus queira que elas tenham resultado feliz, e que possamos entrar com segurança em um largo período de calma e prosperidade. Creio, entretanto, que não haverá paz duradoura naquela parte do Brasil enquanto permanecer ali a Ditadura Constitucional que o positivismo criou e que não sei como pode ser tolerada em uma República⁽⁶⁰⁷⁾.

Por outro lado, ao receber a carta em que Teixeira Mendes condenava o Tratado de Petrópolis, escrevia-lhe o ministro do Exterior no primeiro trecho da resposta:

Muito cordialmente agradeço a carta com que me honrou e a expressão tão sincera, leal e delicada do seu sentimento, sempre mercador do meu maior respeito, sobre o acôrdo a que o Brasil chegou ultimamente com a Bolívia.

(606) Escreveu a propósito Emile Bréhier que a doutrina de Comte estava sob “a inspiração das doutrinas anti-revolucionárias de De Maistre, Bonald e Saint-Simon”. (Emile BRÉHIER, *Histoire de la Philosophie*, vol. II, pág. 864, Paris, 1932).

Entre nós afirmava Sílvio Romero:

“Os positivistas, no seu audacioso plano de tomar a direção da vida política deste país, bem compreenderam que o maior embaraço que teriam de encontrar em seu caminho era exatamente a democracia nacional”. (SÍLVIO ROMERO, *Doutrina Contra Doutrina — O Evolucionismo e o Positivismo no Brasil*, 2.^a edição, pág. XVI, Rio, 1895).

(607) Arquivo da Casa de Rui Barbosa.

Não ficaria vitoriosa na República a doutrina positivista; por outro lado, nenhuma outra doutrina modelaria a fisionomia geral do novo regime. E isso, de par com o regime presidencial, pouco adequado às nossas condições políticas, contribuía para a ausência dos partidos estruturados em idéias e programas.

Duas realidades, com efeito, faltavam à República para o exercício da democracia: a existência de pelo menos dois partidos nacionais e o controle de um poder moderador, ainda mais necessário na ausência dos partidos, a ele cabendo criá-los talvez, e trazer de vez em quando a oposição ao Poder, desde que o recurso do voto popular era ainda entre nós duvidoso ou sempre favorável ao oficialismo. Tudo indicava, porém, que dos grupos políticos, das combinações pessoais, das articulações periódicas poderiam surgir mais tarde os partidos. Veio impedir essa evolução política a orientação autoritária de Campos Sales com a famosa política dos governadores. Ficava o poder transferido aos "régulos" estaduais, aos chefes regionais, que elegiam o Congresso com o fim de apoiar maciçamente a presidência da República. Qualquer tentativa de organização de partidos nacionais encontrava obstáculo invencível nessas máquinas regionais de deputados, empregos e favores. Prestigiava-os o Presidente para receber delas apoio incondicional no Congresso. Era uma comunicação viciosa que acabaria por destruir o espírito do regime. Preocupado com os problemas financeiros, encerrado neles, Campos Sales simplificou os problemas políticos, procurou atingir a finalidade de sua plataforma a qualquer preço. Pode-se dizer, por isso, que o seu governo foi tão benemérito no plano financeiro quanto foi nefasto no plano político. Ele se defendeu, em *Da Propaganda à Presidência*, com a alegação de que não destruíra os partidos políticos, desde que eles não existiam. Não destruiu, na verdade, o que não se formara ainda, mas estabeleceu situações perturbadoras na possibilidade dos partidos, criou no ambiente da República forças políticas que impediriam a organização de partidos nacionais.

Nem sequer respeitou Campos Sales o princípio da não-intervenção do Presidente na escolha do seu substituto, princípio que, a despeito de tudo, fôra e seria mantido nos primeiros tempos da República. Floriano não fôra candidato de

Deodoro, nem Prudente de Floriano, nem Campos Sales de Prudente. Afonso Pena não o seria de Rodrigues Alves, nem Hermes da Fonseca de Afonso Pena. A candidatura de Rodrigues Alves, porém, surgiu da escolha de Campos Sales, que a levantou e coordenou, fazendo funcionar a sua política dos governadores. Há, porém, uma circunstância que atenua os erros políticos de Campos Sales: não ter apelado uma só vez para o estado de sítio; ter podido escrever depois:

Não suspendi uma só garantia, nenhuma liberdade foi violada⁽⁶⁰⁸⁾.

Praticando com espírito mais democrático e menos individualista o sistema constitucional — Rodrigues Alves trouxe para o ambiente político outros elementos de equilíbrio, de mais livre manifestação pública e de possibilidades parlamentares. Crescera nesse quadriênio a autonomia do Congresso, que se opôs em alguns casos ao Presidente. Ensaaiou-se a formação de um partido político quando da escolha do seu sucessor. Falava-se, nessa época, da preferência de Rodrigues Alves por Bernardino de Campos, embora não se conhecesse uma só manifestação do Catete neste sentido. Para cindir a política paulista, e enfrentar o Catete, levantou então Pinheiro Machado a candidatura de Campos Sales. Anularam-se no confronto os dois nomes paulistas. Enquanto isso, o grupo político de Rui, Pinheiro e Azeredo parecia disposto a constituir-se em partido. O manifesto de lançamento da candidatura de Afonso Pena, de autoria de Rui, representava uma espécie de plataforma pela pureza do regime e contra “os vícios que mais o corrompiam”. O banquete oficial em honra de Afonso Pena e Nilo Peçanha era presidido por Pinheiro Machado, chefe ostensivo dessas duas candidaturas como o fôra da campanha contra a de Bernardino de Campos. Começava Pinheiro o seu destino de “só vencer sendo vencido”. Afonso Pena, com efeito, não teria sido nunca o seu verdadeiro candidato. Era mais um conselheiro, três vezes ministro no Império, e se havia em Pinheiro alguma mística, esta seria a da República. A candidatura de Afonso Pena, ao contrário, seria ainda uma vitória indireta de Rodrigues Alves, pela promessa que trazia de continuidade do espírito conservador, de fortalecimento do ambiente propício à “república dos conselheiros”.

(608) Campos SALES, *op. cit.*, pág. 397.

Desaparecia a olhos vistos o espírito jacobino dos republicanos exaltados, o sebastianismo dos florianistas. Um jornal da época anunciava que a romaria anual ao túmulo de Floriano vinha diminuindo periódicamente em número e significação no seu antigo caráter de culto místico. Fizeram o florianismo, o jacobinismo, o positivismo político, a sua última tentativa de conquista do poder com a revolta da Escola Militar a 14 de novembro de 1904. Novembro continuava a ser e seria o mês dos acontecimentos revolucionários ou reacionários da República: num dia 15 de novembro, a proclamação; num dia 3 de novembro, a dissolução do Congresso; num dia 5 de novembro, o atentado contra Prudente de Moraes; num dia 14 de novembro, a revolta da Escola Militar; num dia 8 de novembro, a revolta da fortaleza de Santa Cruz; num dia 22 de novembro, a revolta dos marinheiros nos *drednoughts*; num dia 10 de novembro, um golpe de Estado para implantação da ditadura.

Aproveitando a excitação popular, surgida das medidas sanitárias de Osvaldo Cruz, os chefes do jacobinismo, em 1904, agiram ao mesmo tempo nas ruas e nos quartéis. Durante dias, o pânico dominou a cidade: veículos depredados e incendiados, comícios incandescentes, fôrças policiais agredidas, operários em greve, a desordem em tôdas as suas conseqüências. No dia 14, culminava o movimento na insurreição da Escola Militar, com o propósito de marchar sôbre o Catete, onde o govêrno seria entregue a Lauro Sodré. A atitude do Presidente foi, então, admirável. Dirigiu pessoalmente as providências para a defesa, e aos amigos que o aconselhavam a retirar-se para bordo de um navio de guerra deu a resposta que se tornou famosa:

— É aqui o meu lugar, e daqui só sairei morto.

Horas depois estava vencida a revolta e o govêrno se colocava com mais autoridade na dianteira do seu programa administrativo.

Podia apresentar, assim, em 1906, uma capital libertada da febre amarela e da varíola; numa cidade modernizada, nas suas novas avenidas, nos seus novos edifícios e na sua nova fisionomia de arte urbanística. Uma grande sensação de 1905

fôra a inauguração da Avenida Central, ainda sem cafés, restaurantes e confeitarias, mas atraindo pessoas que lá ficavam horas de pé na contemplação da maravilha... Atravessava-a um verdadeiro cortejo de carros, vitórias, automóveis, bicicletas. De tarde, depois do jantar, em quase tôdas as casas, o chefe da família dizia à mulher e aos filhos:

— Agora, vamos fazer a Avenida.

Vamos fazer a Avenida — era uma frase típica da época.

A pé ou de carro, o Barão do Rio-Branco atravessava de vez em quando a Avenida que teria mais tarde o seu nome. Os transeuntes descobriam-se, e de chapéu na mão abriam alas para a passagem do grande homem. Aclamavam-no quase sempre com “vivas” ruidosos e entusiásticos. E todos podiam notar que lhe transparecia no rosto um estado de felicidade, confiança, euforia. Sentia-se à vontade dentro da “república dos conselheiros”, com ela combinavam as suas idéias, os seus costumes, o seu feitio de conservador ávido de reformas e progressos pacíficos. O perigo que o preocupava por ocasião da queda do Império — a implantação do caudilhismo sul-americano no Brasil através da República — parecia afastado no momento. Que elogiara êle em Prudente de Moraes, que o levara a aconselhar os seus amigos a prestigiarem o primeiro presidente civil contra o jacobinismo? Aquela “educação liberal que se dava nas nossas Faculdades de Direito no tempo do Império”. Agora via na plenitude da vitória, dentro do ambiente republicano, êsse espírito liberal das Escolas de Direito que fôra outrora o de sua formação na Monarquia. Também como outrora, a política interna e a política externa estavam em correspondência, vivendo uma da outra como entidades inseparáveis. Uniu-as Rui Barbosa, numa exaltação, ao fazer em 1903 o elogio dos primeiros atos do governo de Rodrigues Alves. Com a autoridade aumentada por doze anos de oposição ao poder no regime republicano, dizia agora Rui Barbosa sôbre a política externa e a política interna do Brasil:

Não rendo, pois, as minhas armas, nem abjuro uma linha os meus princípios de liberdade e justiça, de legalidade e democracia, quando, na sinceridade de uma comoção nova, me aproximo de um Governo para o qual me atrai uma impressão de patriotismo irresistível.

Ao ver erguer-se a bandeira da integridade nacional abandonada ao estrangeiro nas fronteiras do Acre, afigurou-se-me ouvir, entre o clarim de uma alvorada de esperança, a voz da pátria esquecida, e ver de nôvo inflamar-se no seio dos brasileiros a consciência do Brasil restituída a si mesma.

A certeza dessa atitude debuxou-se aos meus olhos como um programa de virilidade e de honra, a cuja luz tive a sensação de vislumbrar alguma coisa de um horizonte nôvo na política interna, respondendo a êstes vastos horizontes de reabilitação na política internacional.

Estas duas aspirações do país se reúnem — recomposição material do território, recomposição moral do regime⁽⁶⁰⁹⁾.

(609). *Documentos Parlamentares (1891-1910)*, pág. 416, Rio, 1912.-

Capítulo XII

Permanência na pasta do Exterior. Tratado de limites com a Colômbia. A Segunda Conferência da Paz. Rio-Branco e Rui Barbosa em Haia. A correspondência entre o Ministro e o Embaixador. O princípio da igualdade dos Estados. Relações com a Argentina. Rio-Branco e Estanislau Zeballos. As duas personalidades e os seus caracteres antagônicos. O tratado de comércio e o projeto da equivalência naval. A grande agitação no ano de 1908. O caso do telegrama n.º 9.

QUANDO Afonso Pena começou a organizar o ministério para o quadriênio 1906-1910, uma indagação também começou a ser lançada: será substituído o Barão do Rio-Branco? Havia apreensão e temor nessa pergunta, pois já se começava a julgar insubstituível o ministro do Exterior, ao menos naquela época, quando se achavam ainda sem solução algumas questões por êle encaminhadas, como as de limites com o Peru e a Colômbia. Dizia-se que o candidato predileto de Afonso Pena à pasta do Exterior era Joaquim Nabuco, seu antigo colega na Faculdade de Direito de São Paulo. Mas um movimento de opinião veio a manifestar-se pela continuidade da obra de Rio-Branco. Desejava-se que o cargo permanecesse nas suas mãos em caráter vitalício. E a propósito da organização ministerial de 1906 escrevia Medeiros e Albuquerque em *A Notícia*: “Mas essa não é das pastas políticas disputadas. Por mais que o ditado assevere que pretensão e água benta cada um toma a que quer, a verdade é que, felizmente, não se descobre quem tenha a pretensão de poder substituir facilmente o primeiro ministro das Relações Exteriores

que fêz o Brasil entrar no convívio internacional assumindo a categoria que lhe competia”⁽⁶¹⁰⁾.

Logo nos primeiros meses do govêrno de Afonso Pena o Ministro das Relações Exteriores apresentava um nôvo ato diplomático de excepcional importância: a assinatura em Bogotá, a 24 de abril de 1907, de um tratado de limites com a Colômbia. Um tratado que punha “têrmo feliz a negociações mandadas iniciar há cinqüenta e quatro anos pelo Visconde do Uruguai e nas quais tanto se ilustraram, por nossa parte, os conselheiros Miguel Maria Lisboa, em 1853, e Joaquim Maria Nascentes de Azambuja, de 1868 a 1870”⁽⁶¹¹⁾.

Talvez em nenhum outro país encontrara o Brasil tantas dificuldades para estabelecer um tratado de limites. Não se tratava, no caso, de incidentes momentâneos, perturbações ocasionais, suscetíveis de ajustamento diplomático, mas de um ponto de vista doutrinário, jurídico, dentro do qual se colocara irredutivelmente a Colômbia. A isto se vinham juntar complexas condições geográficas e históricas.

A questão doutrinária versava sôbre o conceito do *uti possidetis* e a validade de um dos tratados do século XVIII: o Brasil sustentava o chamado *uti-possidetis* de fato; a Colômbia, o *uti-possidetis juris*. Para a Colômbia continuava válido o tratado de 1777; para o Brasil êle havia sido anulado pelos fatos e atos subsequêntes. Dificuldades estas que se complicavam com a circunstância de acharem-se as linhas de limites em zonas nas quais havia também interêsses territoriais do Peru, do Equador e da Venezuela. Desde 1851, aliás, o Brasil e o Peru tinham, em tratado, estabelecido como limite a reta Tabatinga-Apapóris, e o Brasil e a Venezuela, uma linha Cacuí às cachoeiras do Memáchi.

Em 1853, o Visconde do Uruguai enviara Miguel Maria Lisboa a Bogotá para negociar, na sua qualidade de ministro residente, um tratado de limites com a Colômbia, naquela época Nova Granada. Logo ao abrir as negociações propôs o então conselheiro Lisboa que se tomasse como ponto de partida o princípio do *uti-possidetis*, no que concordou o seu colega colombiano. Verificar-se-ia depois como estavam dis-

(610) A Notícia, de 2 de junho de 1906.

(611) RIO-BRANCO, Exposição feita pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores sôbre os acôrdos de 24 de abril de 1907, assinados em Bogotá, Rio, 1908.

tantes umas das outras as pretensões colombianas e as brasileiras. A Colômbia, por exemplo, desejava a linha de limite pelo Avatiparaná e o rio Negro; o Brasil, pelo rio dos Enganos. Depois de várias propostas e contra-propostas, de transigências de lado a lado, assinaram os dois plenipotenciários em Bogotá um tratado de amizade e limites, com a data de 25 de julho de 1853. Ficava reconhecido nêle a reta Tabatinga-Apapóris. Mas o Senado de Nova Granada não aprovou o pacto, sob o fundamento de que o *uti-possidetis* nêle estabelecido não era o que convinha ao seu país, que continuava a invocar os tratados do século XVIII.

Ao conselheiro Joaquim Maria Nascentes de Azambuja entregou o govêrno do Império, em 1867, a missão de negociar de nôvo um tratado de limites com a Colômbia. Missão tornada agora mais difficil, porque a impedir o possível desejo de conciliação do govêrno colombiano existia a decisão do Senado em 1855, contrária a qualquer solução que não a do *uti-possidetis juris*. Nada conseguiu, pois, o conselheiro Azambuja em sua missão na Colômbia:

Não passara nem mesmo do terreno da discussão, sendo por êste lado mais infeliz do que a sua antecessora, a de Miguel Maria Lisboa, que afinal chegara sempre a redigir e assinar um tratado⁽⁶¹²⁾.

Outra missão malograda foi a do ministro Próspero Pereira Gamba, que veio ao Rio, em 1880, como delegado da Colômbia.

Depois dessas tentativas falhadas, coube ao Barão do Rio-Branco retomar e resolver essa velha e controvertida questão de limites. Para Bogotá, em 1905, enviou Enéas Martins, na qualidade de ministro em missão especial, com quem se mantinha em correspondência, controlando e orientando, do seu gabinete no Itamarati, as negociações que lá se desenvolveram durante mais de um ano. A 24 de abril de 1907, os plenipotenciários brasileiro e colombiano assinavam em Bogotá um tratado de limites e navegação, pelo qual a fronteira começava "em frente à Pedra de Cucuí, na ilha de S. José, do Rio Negro, onde termina, vindo de leste, a nossa demarcação com a República da Venezuela, e segue, primeiro para oeste, depois para o sul, até a confluência do Apapóris na margem esquerda

(612) Heitor LIRA, *op. cit.*, pág. 173.

do Japurá ou Caquetá, ponto em que finda a linha divisória que, na direção do norte, parte do Igarapé S. Antônio, no Amazonas, não longe de Tabatinga”.

Rio-Branco conseguia estabelecer, agora, a mesma linha de fronteira repelida, em 1855, pelo Senado de Nova Granada⁽⁶¹³⁾; obtinha que se adotasse mais uma vez, como critério para a definição de limites, o nosso *uti-possidetis*⁽⁶¹⁴⁾.

Ficava porém adiada a questão referente à linha do Apapóris ao Amazonas. Mostrava-se ainda intransigente, nessa zona, a Colômbia; o Brasil, por sua vez, nada poderia ceder a respeito da reta Tabatinga-Apapóris, já reconhecida pelo Peru, em 1851, pelo Equador, em 1904, e também pela Colômbia, em 1853.

Encaminhando os atos, firmados em Bogotá, explicava Rio-Branco na sua “exposição de motivos”:

Representa assim o novo Tratado uma transação prudente, porque vem dissipar para sempre antigas preocupações de conflitos, aliás já verificados na região de fronteira incerta e onde não fariam senão aumentar com o desenvolvimento que ali vão tendo a atividade e os interesses individuais; e, além de prudente, representa uma transação honrosa, com razoáveis concessões recíprocas, aconselhadas por sentimentos e conveniências de leal harmonia e concórdia.

Da América a ação diplomática de Rio-Branco se deslocou, em 1907, para a Europa, na Segunda Conferência da Paz. A assembléia de Haia representaria na história um grande anseio pacífico dos povos em vésperas da Grande Guerra. Menos do que as suas deliberações e convenções, haveria de permanecer a sua significação, em si mesma, o acontecimento de um congresso em que as nações se representavam com o fim de manifestar o seu desejo de existir num mundo em equilíbrio e em situação de paz. Ou ao menos de “humanizar” a guerra, quando surgisse inevitável.

(613) “Conseguimos, entretanto, como ficou dito, manter agora como linha de fronteira entre o Brasil e a Colômbia a mesma que, para não enfraquecer os direitos neogranadinos contra Venezuela, o Senado da Nova-Granada teve por perigoso aceitar em 1855”. (RIO-BRANCO, *Exposição feita pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre os acordos de 24 de abril de 1907, assinados em Bogotá*, Rio, 1908).

(614) “No Tratado de 24 de abril último, ao contrário de antigas pretensões baseadas pelos nossos vizinhos no insubsistente Tratado Preliminar, ou preparatório, de 1777, o Brasil e a Colômbia adotaram como critério para fixação dos seus limites a posse atual e os direitos dela decorrentes”. (RIO-BRANCO, *op. cit.*).

Ela era uma expressão do ambiente, de certas tendências espirituais que, na época, tinham surgido de uma visão otimista dos acontecimentos. 1876-1914 representaria, com efeito, o mais longo período de paz na Europa. Havia confiança nos congressos, nos tratados, nos tribunais de arbitramento, na ciência do Direito Internacional, que alcançava então um estado de apogeu, com os seus grandes professôres e tratadistas franceses, ingleses, alemães, holandeses, russos e norte-americanos.

Para chefiar a delegação brasileira à Conferência da Paz estava escolhido Joaquim Nabuco. O *Correio da Manhã*, porém, iniciou uma campanha de sugestão em favor do nome de Rui Barbosa, no que foi acompanhado por outros jornais. Rio-Branco fêz imediatamente de Rui o seu candidato, e levou a indicação ao Presidente. Sem retirar o convite feito a Joaquim Nabuco, telegrafa-lhe Rio-Branco:

Já houve ministério águias, poderíamos ter ali delegação águias, se você quisesse.

Mas a combinação será impossível: Nabuco achava, com razão, que não poderia ir como segundo, e Rui só poderia ir como primeiro⁽⁶¹⁵⁾.

As três personalidades políticas consideradas as mais afirmativas e as mais brilhantes da época estavam agora colocadas num mesmo terreno, e cada uma delas desempenhou o seu papel de modo admirável. Nenhum sentimento de inveja, nenhum impulso mesquinho.

Rio-Branco esquecia generosamente a oposição de Rui Barbosa ao Tratado de Petrópolis; não guardara mágoa nenhuma das declarações, em certos trechos ásperas e irritadas, que êle fizera no Senado. E quando, em face de uma publicação em que J. J. Seabra procurava reavivar a divergência de 1903, Rui colocou o convite nas mãos do ministro das Relações Exteriores, a resposta de Rio-Branco o deixou comovido: êle lembrava — mais uma vez a invocação do exemplo do Pai — que ao organizar o gabinete de 7 de março o Visconde do Rio-Branco não hesitara em convidar para ministro um dos membros do govêrno que o exonerara de modo brutal em 1865; e nessa ordem de argumentos acrescentava:

(615) Carolina NABUCO, *op. cit.*, pág. 466.

A nossa divergência de 1903 pertence ao passado e durante ela, respeitando sempre as convicções alheias, procurei proceder de modo a não perder a estima e a amizade de V. Excia. que tanto prezo⁽⁶¹⁶⁾.

Em Joaquim Nabuco, por outro lado, não ficara nenhum traço de ressentimento do amigo, do antigo colega, que sem querer lhe ia retirar a glória da representação brasileira em Haia. Viaja pela Europa com o fim de preparar o ambiente para a chegada e a atuação de Rui Barbosa; explica aos seus amigos europeus e americanos o valor, a significação da personalidade do delegado brasileiro; interessa-se pela missão do companheiro como se fôra sua. Para diminuir as possíveis dificuldades de Rui na vida diplomática, em que não tinha prática, redige para êle notas particulares, em que as informações se multiplicavam, desde as pequenas exigências de etiquêta até a interpretação do caráter de alguns delegados à Conferência. Veja-se, a propósito, o teor de uma dessas notas:

O barão de Selir (sôbre quem se fêz à *tort* o epigrama *il ne sait lire ni écrire*) é muito relacionado entre a velha aristocracia holandesa, estêve no Rio, é irmão do meu amigo o Visconde d'Atle, meu colega em Washington, colecionador porcelanas brancas e é um grande *sportsman*, no sentido de apostador em corridas. Talvez fôsse o melhor auxiliar seu no que respeita à própria Holanda e ao corpo diplomático de Haia⁽⁶¹⁷⁾.

Também Rio-Branco, no Itamarati, prepara todo um *dossier* para Rui Barbosa: tratados e convenções, documentos, notas, um vasto material de acôrdo com o programa da Conferência. Toma providências, na Europa, para a recepção do embaixador brasileiro, desde os cuidados com a hospedagem até o trabalho de arregimentação política para que lhe seja dada desde o princípio uma posição honrosa na assemblêia de Haia⁽⁶¹⁸⁾. Eleito presidente de honra da 1.^a Comissão, é a Rio-Branco que Rui escreve a sua primeira carta:

(616) Arquivo da Casa de Rui Barbosa.

(617) Várias outras notas, hoje no arquivo da Casa de Rui Barbosa, foram publicadas por Luiz Viana Filho na sua biografia de Rui (v. Luiz VIANA FILHO, *A Vida de Rui Barbosa*, págs. 222-223, São Paulo, 1941).

(618) Desde o princípio do ano, Rio-Branco agia neste sentido em Washington, onde Nabuco recebia dêle o seguinte despacho:

"Consta haverá na Haia além do presidente três vice-presidentes e sabemos Argentina tem trabalhado seja escolhido um dos seus delegados vice-presidente. É natural presidente seja europeu provavelmente ministro Estrangeiros Holanda. Sendo três vice-presidentes um lugar deve caber Estados Unidos, outro Ásia, Japão, outro Europa. Ficaria assim Europa com dois lugares presidente vice-presidente, América com um único lugar. Parece justo êste continente tenha

Creio, entretanto, que me será levado em conta para a absolvição de tal falta, se o é, lembrar-me de V. Excia., para lhe dirigir a minha primeira carta, na primeira sessão útil desta assembléa, justamente quando ela acaba de conferir ao Brasil, na minha pessoa, a alta distinção, de que V. Excia. pelo telégrafo vai saber. Certamente o nosso país não teria recebido esta homenagem, se não tivesse a zelar pelos seus interesses, na pasta do Exterior, o ministro previdente e infatigável, cuja vida parece alimentar-se do amor da sua pátria⁽⁶¹⁹⁾.

Dífceis, apesar disso, foram os primeiros dias de Rui Barbosa em Haia. Os delegados das grandes potências contavam talvez com os países sul-americanos como acompanhadores humildes das suas decisões, e a atitude de Rui, opinando, discursando e oferecendo pareceres sôbre quase tôdas as questões, começava a irritá-los. Ele vinha tornar evidente que a chancelaria brasileira e o seu delegado se apresentavam em Haia com um pensamento e uma orientação, que aceitando o convite para se fazer representar na assembléa o Brasil se mostrava autônomo na sua posição, recusava o papel de caudatário de qualquer outra nação. Isto, a partir de certo momento, porque antes se afigurava a muitos que tanto Rio-Branco como Rui Barbosa entregariam sempre, em tôdas as questões, o voto do Brasil aos Estados Unidos. Sabia-se, aliás, que o desejo de Rio-Branco era que a América — embora sem a formação de um “bloco”, idéia que repeliu ao ser levantada — se apresentasse unida na Conferência, articulados os seus países na base de certos princípios e situações que diziam respeito, de modo essencial, aos interesses americanos. Por isto, quando Rui Barbosa votou de acôrdo com os Estados Unidos, logo na primeira deliberação, fortificou-se a impressão de que, a despeito da abundância oratória e do brilho intelectual do seu delegado, o Brasil, como os demais países sul-americanos, não poria limites na sua solidariedade com os Estados Unidos. Observou William Stead que “a primeira impressão entre os hispano-americanos, ao chegar o Dr. Barbosa a Haia, era que o delegado do Brasil faria o papel de Sexta-Feira ao lado de Robinson Crusoe”⁽⁶²⁰⁾.

igual número que Europa o que se conseguiria havendo quatro vice-presidentes, dois América, um Europa, um Ásia. Nesse caso esperamos Estados Unidos trabalhem Brasil receba essa distinção pessoa seu primeiro delegado”. (Despachos à Embaixada do Brasil em Washington — Arquivo do Itamarati).

(619) Arquivo do Itamarati.

(620) William STEAD, *O Brasil em Haia*, trad. em português, pág. 25, Rio, 1909.

Um dos primeiros discursos de Rui, na verdade, consistiu na defesa da proposta norte-americana sobre o direito de captura da propriedade particular no mar em tempos de guerra; e no que pronunciou a 23 de julho fez o elogio da “admirável” constituição dos Estados Unidos, “qui a été l'exemple et le modèle de presque toutes les constitutions américaines”⁽⁶²¹⁾. Ficaria ainda o Brasil solidário com os Estados Unidos em outras questões importantes: a cobrança das dívidas contratuais, o arbitramento obrigatório, a periodicidade das conferências. Para todas as propostas Rui concorreu com a sua oratória, com os seus argumentos jurídicos, com os recursos da sua capacidade de argumentador, dando-lhes apoio e colaboração. Às vezes com o sacrifício, até certo ponto, das suas tendências pessoais, como sucedeu no caso da proposta argentina, baseada na doutrina Drago. Rui desejava defendê-la, ao menos quanto à repulsa às soluções de força, mas transigiu com o ponto de vista de Rio-Branco, que sustentava a doutrina dos Estados Unidos, oposta aos desejos dos países da América do Sul, quase todos devedores na Europa e temerosos de demonstrações armadas como as que haviam sido feitas na Venezuela.

Sobre a doutrina Drago o discurso de Rui foi de extraordinária habilidade. Repeliu, antes de tudo, a solução simplesmente de força arbitrária e deu fundamento jurídico ao projeto norte-americano; estudou a dívida como um contrato jurídico entre duas partes, defendendo, portanto, a existência de um poder coercitivo, sem o qual o pacto ficaria sendo uma ficção. Mais uma vez permanecia coerente com o seu princípio: acima da soberania, de todos os poderes, devia estar a justiça. O que repugnava a Rui, como a Rio-Branco, era o espetáculo de qualquer nação com o direito de assinar compromissos de dívidas e não os cumprir pela proteção de leis internacionais. Ele conciliou, no discurso e na votação, a sua consciência jurídica com a orientação que Rio-Branco traçara em nome do governo brasileiro. Lançou várias distinções, mas bastaria uma delas para justificar a sua posição: a soberania de um país não se achava em jogo no caso porque contraindo uma dívida o Estado não está exercendo função de soberania,

(621) *Deuxième Conférence de la Paix - Actes et Discours de M. Rui Barbosa*, pág. 64, La Haia, 1907.

mas praticando um ato de direito privado. Defendia assim o crédito, o nome de toda a América Latina, recusando um sistema que vinha dar às nações devedoras o direito de não pagar as suas dívidas, de não honrar os compromissos. E que todas as precauções e medidas jurídicas fôsem, em certos casos, acabar na guerra — isto era uma circunstância que elle próprio reconhecia numa confissão desencantada, profeta, mais uma vez, nessa invocação da guerra no seio de uma Conferência da Paz:

C'est fâcheux que l'on se trouve obligé de laisser toujours la guerre au bout de ce que nous faisons pour la paix⁽⁶²²⁾.

Mas foi por ocasião do chamado "incidente Martens", na sessão de 12 de julho, que a figura de Rui Barbosa começou a crescer e a se impor dentro da Conferência. A uma advertência do Presidente sobre o caráter apolítico da assembléa, o delegado brasileiro replicou com um sensacional discurso em que emitia o seu conceito da política como devendo ser o da própria Conferência. Encontrou aí também uma oportunidade para lembrar aos orgulhosos representantes de povos oprimidos por governos autoritários ou autocráticos a tradição das instituições liberais no Brasil:

J'ai vieilli dans la vie parlementaire, où je me trouve il n'y a pas moins de vingt cinq ans. J'ai l'honneur de présider le sénat de mon pays, où les institutions parlementaires comptent plus de soixante ans d'existence. Je dois donc connaître un peu les devoirs de la tribune dans les assemblées délibérantes, et je serais incapable d'en abuser⁽⁶²³⁾.

Sete dias depois dêsse incidente Rui comunicava a Rio-Branco:

Fui surpreendido esta manhã bilhete Martens pedindo-me conferência. Anuí. Veio amabilíssimo conversar sobre trabalhos hoje.

Quando se iniciaram as discussões para a constituição do Tribunal de Prêças ocorreu a separação entre os Estados Unidos e o Brasil em Haia. Os Estados Unidos tomaram o partido das grandes potências, enquanto o Brasil repelia a injustiça na distribuição dos lugares e se batia pela escolha dos países segundo um critério proporcional. Rui Barbosa, aliás, definiu desde logo a diferença entre o Tribunal de Prêças e

(622) Rui BARBOSA, *Actes et Discours*, pág. 75.

(623) Rui BARBOSA, *op. cit.*, pág. 45.

o Tribunal de Arbitramento: a constituição do segundo era um problema de interesse universal, sendo impossível fazer distinções entre os Estados soberanos; a constituição do primeiro, ao contrário, só dizia respeito aos interesses marítimos dos países devendo obedecer ao valor proporcional da marinha de cada um.

O projeto do Tribunal de Prêças, no entanto, surgira com um caráter arbitrário e a América Latina via-se colocada muito abaixo dos seus recursos e poderes. O Brasil, por exemplo, aí aparecia inscrito na quinta categoria, quando o seu comércio marítimo era superior ao da Suécia, Turquia, Rumânia, Noruega, Dinamarca, Portugal e Grécia, países colocados na quarta categoria. Outra situação estranha: países como a Suíça e a Sérvia, sem marinha, apareciam na mesma categoria que o Brasil.

Ao tomar conhecimento do projeto, o Barão do Rio-Branco encheu-se de revolta e indignação. Para isso então era que se convidava a América do Sul, que se pedia a representação do Brasil numa assembléa universal? Imediatamente, em longos despachos telegráficos, transmitiu a Rui a orientação do Brasil: combater o projeto contra tôdas as potências poderosas, não aceitar a constituição do Tribunal de Prêças senão dentro de um critério de equidade e justiça. No seu gabinete do Itamarati, organiza estatísticas, faz o levantamento da marinha e do comércio mercante dos países interessados, a comparação entre as toneladas dos seus navios, prepara pelo telégrafo a maior parte da documentação que servirá de base para os argumentos do embaixador brasileiro⁽⁶²⁴⁾.

Rui, por sua vez, encontrava-se agora no terreno que sempre lhe fôra mais propício ao temperamento e às tendências íntimas: o do combate, o da opposição, o da defesa dos menos favorecidos contra os mais poderosos. A sua palavra cai então irresponsível sôbre o arbitrário projeto do Tribunal de Prêças, em divergência com a Inglaterra, com os Estados Unidos, com a Alemanha, com tôda a Conferência.

Declara êle na sua exposição do dia 17 de agosto:

Notre droit de nous défendre contre une iniquité si grande est palpable.

(624) Despachos à Embaixada especial do Brasil em Haia — Arquivo do Itamarati.

Não se apresenta só como advogado do Brasil, mas de tôda a América Latina:

Le Siam, qui présente à peine 4 000 tonneaux, est, avec un juge pendant deux ans, placé à côté du Mexique, qui a 21 000, du Chili, qui a 82 000, de l'Argentine, qui a 96 000, du Brésil, qui a 217 000, et en dessus du Pérou et de l'Uruguay, qui, avec 30 000 et 44 000, n'ont qu'un juge pendant un an, ainsi que le Cuba, qui avec 40 000, cest-à-dire, avec dix fois plus que le tonnage siamois, ne reçoit, pourtant, dans le partage qu'un suppléant. Pourquoi, messieurs?

C'est toujours l'iniquité porté jusqu'à l'inversion absolue des rôles⁽⁶²⁵⁾.

O Brasil, porém, ficou isolado na sua atitude de protesto e resistência. Os próprios países prejudicados admitiram e votaram o Tribunal de Prêças, feito para servir os interesses exclusivos das grandes potências marítimas. Contudo, Rio-Branco e Rui Barbosa, pelo telégrafo, combinaram a manutenção, em qualquer circunstância, do voto contrário da delegação brasileira. Foi o único voto dessa espécie na sessão, plenária do dia 21 de setembro — dia em que “o nome do Brasil ecoou sozinho sob as ogivas do Riddezzaal”.

O grande momento do Brasil em Haia, no entanto, surgiria da atitude de Rio-Branco e Rui Barbosa em face da composição do Tribunal de Arbitramento: a tese brasileira da igualdade dos Estados livres e soberanos. Só ela bastaria para dar fisionomia e caráter histórico à presença do Brasil na Conferência da Paz. Não ficaríamos dessa vez isolados e vencidos; a palavra do embaixador brasileiro e a ação diplomática do ministro das Relações Exteriores empolgariam a assembléia e provocariam o malôgro do projeto arrogante das grandes potências.

Coincidiam de modo completo, neste caso, as idéias de Rio-Branco e as de Rui, a orientação do ministro de Estado e a do embaixador. Tanto de um como de outro é o princípio da igualdade das nações em Haia. Desde o dia 3 de agosto, tivera notícia a delegação brasileira do projeto da côrte internacional de arbitramento, e Rui telegrafara a Rio-Branco:

Acabo ter notícia grave americana guardam segredo absoluto sôbre organização Côrte Permanente. Mas por amigo comum tive confidência completa Tribunal terá dezessete membros base população. França, Inglaterra, Alemanha, Áustria, Itália, Rússia, Estados Unidos, Japão,

(625) Rui BARBOSA, *op. cit.*, págs. 174-175.

Holanda cada uma um membro. Os mais por grupos seguinte modo: Espanha e Portugal, Bélgica Suíça e Luxemburgo, Turquia e Pérsia, China e Sião, Suécia, Noruega e Dinamarca Balcãs. Nosso continente México e América Central um América do Sul. Vossência verá se por meio Washington nos poupam tamanha e amarga humilhação. Verificado ela não compreendo Brasil possa dignamente continuar conferência⁽⁶²⁶⁾.

Não teve nenhum êxito a intervenção de Rio-Branco em Washington: recebeu a informação de que o secretário de Estado Root mostrava-se, em princípio, oposto à idéia de serem tôdas as nações igualmente representadas e julgava impraticável que pequenos Estados dispusessem de voto igual ao das grandes potências que naturalmente tinham maiores interesses e responsabilidades⁽⁶²⁷⁾. Essa resposta provocou em Rio-Branco uma decisão que, pelo telégrafo, como que se cruzava com a sugestão de Rui Barbosa, para a formidável campanha em favor da igualdade dos Estados. Enquanto Rui expedia a Mr. Buchanan, e comunicava ao Ministério das Relações Exteriores, um parecer no qual dizia:

Em nossa opinião não se deve organizar a côrte permanente, senão tomando por base a soberania dos Estados, representados com igualdade.

Rio-Branco telegrafava ao embaixador brasileiro:

Se nenhuma de nossas indicações fôr aceita, e ficar resolvida criação Tribunal permanente, parece-me nos devemos limitar adesão dada convenção 1899, sem tomar parte no nôvo tribunal⁽⁶²⁸⁾.

Rio-Branco terminava o seu despacho pedindo o parecer de Rui que lhe chegou às mãos no dia 17 de agôsto:

Opino cingirmo-nos soluções que mantenham princípio igualdade todos os Estados⁽⁶²⁹⁾.

No dia seguinte, 18 de agôsto, depois de uma entrevista com o presidente da República, Rio-Branco transmitia a Rui, no despacho número 89, a sua grande decisão:

Os países da América Latina foram tratados em geral com evidente injustiça. É possível que, renunciando à igualdade de tratamento, que todos os Estados soberanos têm tido até hoje nos congressos e confe-

(626) Arquivo do Itamarati.

(627) Arquivo do Itamarati.

(628) Arquivo da Casa de Rui Barbosa.

(629) Arquivo do Itamarati.

rências, alguns se resignem a assinar convenções, em que sejam declarados, e se confessem nações de terceira, quarta ou quinta ordem. O Brasil não pode ser dêsse número (...). Agora que não mais podemos ocultar a nossa divergência, cumpre-nos tomar aí francamente a defesa do nosso direito e do das demais nações americanas. Estamos certos de que Vossência o há de fazer com firmeza, moderação e brilho, atraindo para o nosso país as simpatias dos povos fracos e o respeito dos fortes⁽⁶³⁰⁾.

No mesmo dia, em segundo despacho, acrescentava Rio-Branco:

Três da tarde recebo interessantes telegramas 56 e 57. Responderei com mais vagar à noite porque preciso agora descansar um pouco tendo passado em claro tôda noite. Em Washington procurei persuadir govêrno conveniência modificar no interêsse da sua influência política neste continente a inábil proposta da sua delegação que aí anda ligada às grandes potências militares sem dar importância alguma aos países da América Latina. Não tendo havido intervenção eficaz só nos resta agora tomar a posição que a nossa dignidade nos impõe. Já é tarde para sugerir outros alvitres e a rejeição do tribunal arbitral é o único partido que nos resta. A parte principal nessa campanha deve pertencer ao Brasil e aos demais países latinos da América⁽⁶³¹⁾.

Por fim, em outro despacho, recomendava a Rui que defendesse definitivamente “o princípio incontestável da igualdade dos Estados soberanos e civilizados”⁽⁶³²⁾.

Tinham coincido, pois, a opinião de Rui e a decisão de Rio-Branco. Entusiasmado com a perspectiva da campanha o embaixador telegrafava ao ministro no dia 19:

Estou satisfetíssimo firmeza nosso presidente linguagem vossência⁽⁶³³⁾.

Nesse mesmo dia redigiu Rui o seu projeto, enviado pelo telégrafo a Rio-Branco, apresentado no dia 20 à Conferência, com o qual levantava o Brasil o princípio da igualdade dos Estados contra o parecer das grandes potências, provocando surpresa, assombro e admiração. Ao concluir as suas considerações declarava com firmeza o nosso Embaixador, no dia 20:

(630) Arquivo da Casa de Rui Barbosa.

(631) Arquivo da Casa de Rui Barbosa.

(632) Arquivo da Casa de Rui Barbosa.

(633) Arquivo do Itamarati.

Je termine, Messieurs, en vous demandant de m'excuser la vivacité de ma parole et l'animation de ma voix. C'est la chaleur de mon tempérament, inflammé par la sincérité de mes convictions. Je ne voudrais pas obstruer. Mais je ne peux non plus abandonner mon devoir⁽⁶³⁴⁾.

A Martens, a Marschall, a Choate, a todos os delegados das nações poderosas, o princípio parecia absurdo e fantasia. Ao orgulho pessoal e nacional do Barão Marschall ocorrera, por exemplo, esta proposição arrogante:

Tenho um grande respeito ao Poder e a quanto êle representa no mundo. Nunca consentirei que uma grande encarnação do Poder como a Alemanha seja julgada por um juiz representante da Guatemala.

Idéia generalizada de vários delegados europeus, a que Rui daria esta resposta decisiva:

L'argument, s'il était vrai, pourrait devenir une arme à deux tranchants contre nos antagonistes, en rendant tout-à-fait impossible la création où les auteurs du projet américain rêvent la perfection de l'arbitrage international. Car, si les grands États ne se fient pas à l'impartialité des petits, les petits, de leur côté, pourraient alléguer des raisons, pour ne pas se confier à l'impartialité des grands⁽⁶³⁵⁾.

Pelo mundo inteiro repercutiu a tese brasileira da igualdade dos Estados. O nome de Rui passou a ser discutido com exaltação em elogios ou ataques. Mr. Choate irrita-se, e a imprensa dá notícia de um incidente entre o delegado dos Estados Unidos e o do Brasil, contra quem, por sua vez, o jornalista norte-americano Aubrey Stanhope mantém uma violenta campanha no *New York Herald*. Campanha de tal ordem que a respeito dela Rio-Branco manda dizer a Nabuco:

Se todos os jornalistas dos Estados Unidos da América fôsem como o desavisado Aubrey Stanhope, correspondente especial do *New York Herald*, em Haia, há muito estaria acabado e morto o pan-americanismo, a grande política continental que, no próprio interesse dos Estados Unidos, iniciou em 1888 o Secretário de Estado Blaine, política de aproximação com o Brasil e os demais países da América Latina que o Presidente Roosevelt e o Secretário Root têm procurado observar com tanto empenho⁽⁶³⁶⁾.

Do desgosto dessa divergência com os Estados Unidos tanto Rui como Rio-Branco foram compensados com a solida-

(634) Rui BARBOSA, *op. cit.*, pág. 195.

(635) Rui BARBOSA, *op. cit.*, pág. 254.

(636) Despachos à Embaixada do Brasil em Washington — Arquivo do Itamarati.

riedade dos países da América Latina. Neste sentido tinha agido desde o princípio, com êxito, a diplomacia de Rio-Branco, em despachos aos nossos representantes em tôdas as capitais latino-americanas. Pôde realizar assim uma verdadeira arregimentação continental para a defesa das pequenas nações, Rui tornou-se em Haia um líder de numerosos países, e isso determinou a sua vitória, fazendo malograr o projeto das grandes potências.

Durante todo o tempo permaneceu inflexível e invariável a atitude de Rio-Branco. Procurado pelo embaixador norte-americano no Rio, depois de uma longa entrevista com êle, telegrafa a Rui:

Continuamos dispostos manter posição⁽⁶³⁷⁾.

Reafirma em seguida que essa posição será mantida mesmo que os outros países sul-americanos a abandonem e aceitem lugares no Tribunal; e quando se noticiou que ao Brasil seria dada a categoria de grande potência, por interferência dos Estados Unidos, êle sugeriu a Rui que devia ficar vigilante contra projetos dessa espécie, simples manobras com que se pretendia que o Brasil transigisse com os seus princípios, sacrificando, pelo seu proveito, as outras nações.

Telegrafava Rio-Branco a Rui:

A nossa attitude é tal que ainda mesmo ficando sós sairemos bem⁽⁶³⁸⁾.

O que os desgostava a ambos era a posição dos Estados Unidos, o espetáculo daquela divergência escandalosa, no momento em que se procurava nas Américas dar maior vitalidade à política pan-americana e à doutrina de Monroe. Fôra porém a delegação norte-americana quem se afastara dos princípios tradicionais americanos, enquanto o Brasil tomara a defesa dêles e da sua applicação universal. Para marcar a contradição seria lícito a Rui Barbosa invocar as palavras pronunciadas por Elihu Root no Rio de Janeiro em 1906:

We deem the independence and equal right of the smallest and weakest member of the family of nations as entitled to as much respect as those of the greatest empire.

(637) Arquivo da Casa de Rui Barbosa.

(638) Arquivo da Casa de Rui Barbosa.

A Joaquim Nabuco, que se mostrava inquieto e aborrecido com a divergência, escrevia Rio-Branco:

A verdade, porém, é que o Sr. Choate e a Delegação Americana na Haia procuraram sempre trabalhar de acôrdo com as grandes Potências européias, sem dar importância alguma ao Brasil e às demais nações americanas, contrariando assim a política pan-americana seguida pelo Govêrno dos Estados Unidos desde Blaine⁽⁶³⁹⁾.

Era o que êle havia prometido em despacho a Rui Barbosa:

Hei de queixar-me em Washington da delegação norte-americana, pois em geral os seus membros se esqueceram em Haia do pan-americanismo e da política seguida pelo govêrno americano desde Blaine⁽⁶⁴⁰⁾.

Entre Rio-Branco e Rui Barbosa a identificação fôra perfeita em Haia. Quando surgia alguma pequena divergência logo era desfeita em telegramas afetuozos dessa espécie:

De Rui a Rio-Branco:

Sinceramente dedicado vossência muito me doeria desagradar-lhe.

De Rio-Branco a Rui:

Da minha cordial dedicação e desejo ser-lhe sempre agradável vossência deve estar certo.

A ambos pertence sem dúvida a glória do papel que lá desempenhou o Brasil. E a essa obra de colaboração Rio-Branco se entregou todo, sem outro pensamento que não fôsse o êxito de Rui, que afinal também seria o seu. Diariamente telegrafava para Haia, enviando doutrina, informações e documentação⁽⁶⁴¹⁾. Só no dia 20 de agosto endereçou para

(639) Despachos à Embaixada do Brasil em Washington — Arquivo do Itamarati.

(640) Arquivo da Casa de Rui Barbosa.

(641) Eis, por exemplo, dois telegramas de Rio-Branco a Rui Barbosa, escolhidos entre os menores:

“31-terça-feira-18 ponto Sentença 22 fevereiro 1904 como vossência sabe foi dada por Mourawief vírgula Lammaseh e Matheus ponto Crítica de Renaudet foi feita em conferência na Societé des amis de l’université de Paris ponto Tradução do resumo publicado Temps apareceu aqui Jornal Comércio 21 de junho 1904 ponto Não diz data Temps ponto Deve ser anterior 5 junho talvez abril, maio ponto *Rio-Branco*”.

“N.º 4 — Quarta 12 — Modêlo a que se refere parágrafo 3 do meu número 3 e tratado 21 de novembro 1904 Estados Unidos Suíça *Archives Diplomatiques*, terceira série, volume primeiro, de 1905, página 131. Também entre Inglaterra — França, 14 outubro 1903, in *Revue Droit International Public*, tomo. 10, 1903, página 799.

Antecedentes nossos sôbre parágrafo 5 do meu número 3, como vossência sabe estão no *Relatório Estrangeiro* de 1857, Anexo C, página 23 nota Marcy a

lá quatro telegramas. As vêzes era visto o ministro do Exterior a entrar na casa do conselheiro Lafayete: tinha ido consultar o grande juriconsulto sôbre assuntos de Direito Internacional. Quando deixa de telegrafar um dia, Rui fica surprêso e indaga: — Estará doente o Barão? Remetia assim para Haia, diàriamente, telegramas, além de outros documentos. Também queria estar informado de tudo o que lá acontecia, e de tal modo que Rui não deixa de ponderar que “serviço telegráfico nestas proporções extinguirá brevemente crédito”. Os telegramas de Rio-Branco eram em geral longos e minuciosos, tratando de tudo: desde os princípios doutrinários até os banquetes. Aliás com um dêles, no dia 8 de agôsto, Rui ajuntava aos êxitos intelectuais um grande sucesso mundano: os norte-americanos declaravam que não se dera em Haia uma festa igual.

Prepara Rio-Branco a opinião pública, frequentando pessoalmente redações dos jornais, onde fiscalizava o serviço telegráfico sôbre a Conferência e orientava o noticiário. Empeña-se numa grande propaganda de imprensa aqui e no estrangeiro, sobretudo depois que Rui lhe avisou estar informado de que a Argentina gastaria um milhão de pesos em ouro na publicidade de sua delegação. Está vigilante também para vencer uma ou outra crise de desânimo de Rui, com mensagens entusiásticas, como o reconhecia o próprio Rui ao telegrafar:

Muito me alenta entre desilusões esta penosa campanha attitude opinião vossênciã.

Comunica-se constantemente com as demais chancelarias em busca de apoio e prestígio para a delegação brasileira. Desfaz intrigas em Washington e age em Buenos Aires.

Nos seus documentos e atos dessa época percebe-se um sentimento apaixonado, uma ardente ambição de glória para o seu país, no momento em que êle se apresentava numa grande assembléia universal.

Tanto trabalho e tamanha atividade se desenvolviam, aliás, sem outro resultado prático que não fôsse a defesa, a vitória de um princípio. O que resultará da conferência de

Sartiges de 28 de julho de 1856; página 15 nota circular brasileira 18 março 1857; página 24 nota brasileira mesma data ao ministro americano; Moore *Digest*, página 564, 565, a Mensagem Presidente Pierce, de 2 de dezembro 1856 ponto Rio Branco”. (Minutas no Arquivo do Itamarati).

Haia para o Brasil será a criação de uma legenda: o país defensor da igualdade dos Estados. Apresentara-se mais uma vez no plano internacional o esbôço do invariável dualismo; o Direito e a Fôrça, e o Brasil tinha feito a sua escolha pelo Direito. Era o que Léon Bourgeois parecia não perceber ao comentar a atitude de Rui Barbosa:

Uma coisa, entretanto, não compreendo. Esse homem extraordinário que deve ter uma longa visão patriótica, não sei se aqui se colocou no ponto de vista dos interesses reais do seu país. Com um pouco de diplomacia de sua parte, ter-se-ia alcançado uma fórmula pela qual o Brasil, tão rico e tão grande sob tantos aspectos, pudesse encontrar situação permanente no Tribunal de Justiça Internacional, e se engrandecer como Estado, dentro da organização política do mundo. Ele defendeu intransigentemente o princípio da absoluta igualdade jurídica dos Estados, arrebanhou prosélitos e venceu. Pois bem, o Brasil poderia ter saído desta Conferência o igual da França, o igual da Inglaterra, o igual dos Estados Unidos. Rui Barbosa empregou o melhor do seu esforço e os tesouros do seu saber para conseguir que dela saia o Brasil, o igual de Nicarágua, o igual de Honduras, o igual de Sião⁽⁶⁴²⁾.

Um tanto desencantado, Rui terminara um dos seus discursos com estas palavras:

Notre vote sera, donc, contraire au projet. Nous en faisons appel à des temps, où l'esprit des peuples soit plus mûr pour l'oeuvre de la paix, qui n'est que celle du droit maintenu sincèrement entre les nations⁽⁶⁴³⁾.

Mas como triunfo pessoal o de Rui fôra completo. Do seio da Conferência se alargara sôbre a Europa a sua reputação de grande orador, jurisconsulto e líder político da América do Sul, cujos direitos e interesses defendera com os do Brasil. Na *Tribune*, de Londres, lia-se, por exemplo, no dia 11 de outubro:

A princípio o homem da Conferência era o Barão Marschall von Bieberstein. Sua estrêla declinou enquanto a do Sr. Rui Barbosa elevou-se continuamente até o zênite.

A mesma comparação que ocorreu a William Stead: o barão Marschall, atrás de quem se erguia o poderio militar do império germânico, e Rui Barbosa, representante de uma república bem pouco conhecida, com um exército e uma esquadra de reduzidos recursos — mas, ao terminar a Confe-

(642) *Apud* Rodrigo OTÁVIO, *op. cit.*, pág. 313.

(643) RUI BARBOSA, *op. cit.*, pág. 263.

rência, Rui “counte for more” que o barão Marschall. Políticos e jornalistas de renome universal opinavam sôbre o papel extraordinário do advogado brasileiro em Haia. No Brasil era com orgulho nacional que se falava dêle e seria daí por diante a “águia de Haia”, uma legenda que nem os seus inimigos ousavam combater.

Terminados os trabalhos, agradecendo as felicitações do Ministro das Relações Exteriores, escrevia-lhe Rui:

Agradeço sinceramente vossência benevolência sua apreciação meus serviços felicitando-me por ver acabar modo tão cordial esta longa colaboração numa tarefa na qual cabe vossência tamanha parte. Nunca poderíamos chegar resultado obtido se eu não contasse á firmeza apoio vossência e concurso suas luzes zêlo e patriotismo.

Igualmente cordial e caloroso havia sido o telegrama de Rio-Branco:

Ninguém deixará de reconhecer aqui e no estrangeiro que graças admirável competência jurídica vossência coube ao Brasil o primeiro papel nesta Conferência. Orgulho-me de haver tido a honra de propor ao Presidente o nome de vossência logo aceito por êle com o maior prazer⁽⁶⁴⁴⁾.

A escolha de Rui fôra sua, na verdade, e não do Presidente da República, como se dizia então. Rio-Branco deixa-o documentado nesse telegrama de hora solene. E nas vésperas da chegada da delegação brasileira, em discurso de agradecimento a uma manifestação da mocidade acadêmica, êle reafirma que fôra de sua iniciativa a proposta com o nome de Rui. Essa peça oratória, a que se deu o título de *Glorificação de Rui Barbosa*, lá está num quadro à vista do visitante da Casa de Rui Barbosa, com o destino de associar os dois nomes na lembrança dos episódios de Haia. Sete anos antes, por ocasião da sentença arbitral do govêrno de Berna, escrevera Rui em *A Imprensa*: “Para êsse tribunal, aquêle advogado; para aquêle advogado, êsse tribunal”. Agora, falando aos estudantes, dizia Rio-Branco:

Aplicando ao grande feito que o Brasil está celebrando as palavras que a benevolência do nosso eminente compatriota lhe inspirou há anos, e para sempre penhoraram a minha gratidão, posso eu agora, mas com inteira verdade e justiça, dizer: — Para semelhante Congresso, um advogado como êsse dos nossos direitos; para tão grande advogado, um grande e memorável Congresso como êsse”.

(644) Arquivo da Casa de Rui Barbosa.

Quando, no desembarque da delegação, se abraçaram Rio-Branco e Rui Barbosa, a multidão envolveu-os nos mesmos aplausos. Os dois tinham dado ao Brasil aquilo que mais ambiciona o desejo de glória de um povo jovem: o êxito além das fronteiras, a vitória sôbre nações mais velhas e mais poderosas.

De Haia tanto Rio-Branco como Rui Barbosa voltavam para enfrentar situações perigosas, incidentes decisivos. Rui envolvido logo ao chegar na agitação política que já em 1908 começava a se processar, para atingir a crise excepcional de maio e junho de 1909; Rio-Branco, colocado em face dos incidentes com Estanislau Zeballos, esboçados desde os fins de 1906, agora atingindo, em 1908, a sua fase aguda, suscetível de criar, por sôbre o antagonismo entre dois homens, um estado de guerra entre duas nações. O que impedia tal desfecho só depois seria possível constatar: um dêles representava realmente o seu país; o outro representava apenas uma facção. Rio-Branco, que exprimia, na sua política diplomática, o pensamento brasileiro, que dispunha do apoio unânime da opinião pública, mantinha uma atitude moderada e conciliadora, invariável nos propósitos de conciliação, entendimento e relações pacíficas; Zeballos, que era dos dois o polemista, o provocador, o belicoso, não contava com o apoio da nação argentina, não tinha atrás de si mais do que um grupo. Isto marcaria em qualquer instante a impossibilidade de um rompimento entre o Brasil e a Argentina. De Buenos Aires, o ministro brasileiro Domício da Gama, quando estava no auge a odiosa campanha de Zeballos, comunicava a Rio-Branco que tudo aquilo não iria além de uma agitação na imprensa e nas ruas: a nação argentina, com efeito, não manifestava grande interêsse pelos movimentos da política externa, observava com certa indiferença os comícios e publicações dos partidários antibrasileiros, e as suas classes conservadoras fariam parar imediatamente a aventura zebalista logo que ela estivesse prestes a ameaçar a paz ou a prejudicar a posição da Argentina entre os seus vizinhos⁽⁶⁴⁵⁾. O que realmente se verificou com a demissão de Zeballos em 1908.

(645) Cartas de Domício da Gama a Rio-Branco — Arquivo do Itamarati,

O pensamento argentino continuava fiel, nos princípios do século XX, ao dos seus três principais grandes-homens da segunda metade do século XIX: Mitre, Sarmiento e Alberdi. Mitre e Sarmiento representavam o sentimento de amizade e colaboração com o Brasil: em Mitre, o sentimento era ao mesmo tempo pessoal e político, caloroso, espontâneo, construído sobre a grande simpatia natural que nos dedicava; em Sarmiento, o sentimento apresentava-se em geral mais objetivo e realista, construído sobre a compreensão de que fazia parte do interesse da Argentina uma política de harmonia e entendimento com o Brasil. Ambos foram homens de governo, homens de Estado, empenhados na organização da moderna nação argentina. Eles construíram, para sustentar a sua obra, uma maioria, sólida e poderosa, e esta maioria será também aquela que se vai mostrar favorável ao Brasil sempre que se esboce uma tendência de incompatibilidade ou luta entre os dois países. Alberdi, ao contrário, era um temperamento de oposição, tinha, uma constituição de panfletário. Ele se tornou o intérprete de um ódio violento e absoluto ao Brasil, apoiado apenas por uma minoria da opinião argentina. Encontram-se nos seus panfletos tôdas as antigas acusações e prevenções sul-americanas, tão sem fundamento, contra o Brasil: o nosso imperialismo, o nosso apetite de território, o nosso regime monárquico, o nosso sistema escravocrata, o nosso intervencionismo, tudo aquilo que o levava, nas suas estranhas suposições, a pregar contra nós a união das Américas. O pensamento de Alberdi neste sentido fôra vencido, porém, pelo de Mitre e Sarmiento. As relações entre o Brasil e a Argentina, a despeito de algumas divergências de chancelaria, foram crescendo em cordialidade, até que o século XX se abria com os acontecimentos amistosos das visitas do general Roca ao Rio de Janeiro e de Campos Sales a Buenos Aires.

Roca, Sáenz Peña, Quirno Costa, Emilio Mitre representavam o sentimento de Mitre e Sarmiento; Estanislau Zeballos continuava, por outro lado, o papel de Alberdi. Poder-se-ia observar, para definir ainda mais a similitude, que Roca e Sáenz Peña eram sobretudo homens de Estado, enquanto o traço essencial da personalidade de Zeballos era o caráter panfletário, sentindo-se êle às vêzes desajustado nos órgãos oficiais e governamentais. Emilio Mitre, em *La Nación*, sim-

bolizava o pensamento de seu pai, a continuidade de uma política cordial entre o Brasil e a Argentina.

Misturavam-se em Zeballos os sentimentos pessoais e os sentimentos políticos. O que havia nêle de antipatia ao Brasil veio a complicar-se até o delírio e o desvario com a presença de Rio-Branco na pasta do Exterior. Seu cavalheirismo em Washington, por ocasião da entrega do laudo arbitral, fôra um sacrifício impôsto pela cortesia e habilidade diplomática sôbre os seus sentimentos mais sinceros. Guardou sempre com amargura a lembrança da derrota, que explodiria em movimentos de despeito e rancor, sem quaisquer véus ou recatos. Procurava atingir em Rio-Branco, ministro do Exterior, o advogado do Brasil que o vencera em Washington; e, por intermédio da pessoa do seu rival, buscava atingir uma nação inteira. Poderia agora conciliar a habilidade política com o prazer pessoal: disfarçava o seu ódio ao Brasil nos ataques a Rio-Branco, procurava fazer acreditar que lutava apenas contra um homem e não contra um país. Mas Zeballos sabia, no íntimo, que a política de Rio-Branco não era pessoal, mas coletiva, nacional, brasileira⁽⁶⁴⁶⁾. Através de um só processo, Estanislau Zeballos executava o seu pensamento político ao mesmo tempo que se vingava pessoalmente do adversário, cuja figura de tão ampliada na sua imaginação acabou sendo para êle uma obsessão mórbida. Dir-se-ia que a sua existência passara a girar, como a de um satélite, em tórno da de Rio-Branco.

Durante algum tempo, no entanto, as relações entre os dois se manifestaram cordiais, quase afetuosas. Fôra de Zeballos, por exemplo, uma das cartas de felicitações mais amáveis recebidas pelo Barão do Rio-Branco a propósito da vitória em Berna. E a resposta de Rio-Branco, numa época em que não era ministro, nem imaginava sê-lo, representa hoje o melhor documento da sua posição em face da Argentina. Dir-se-ia que preparava um testemunho para a posteridade. Nessa carta de 27 de janeiro de 1901 escrevia Rio-Branco a Zeballos:

Li com sumo interêsse, em diários brasileiros, as notícias relativas à viagem do presidente Roca ao Rio de Janeiro, em 1899, e à do

(646) Em artigo publicado por ocasião da morte de Rio-Branco escrevia Estanislau ZEBALLOS: "El pueblo lo apoyaba resueltamente y así aseguró la enorme autoridad moral, material y diplomática" (*Revista de Derecho, Historia y Letras*, Tomo XII, março, 1912, Buenos Aires).

presidente Campos Sales a Buenos Aires, o ano passado, e por elas vi com grande prazer que, desvanecidos de todo os antigos preconceitos e desconfianças que nos havia legado a época colonial, as relações de amizade e boa vizinhança entre a República Argentina e o Brasil são hoje mais estreitas e cordiais ainda do que no tempo de Caseros e do Paraguai. Estou convencido de que o futuro consolidará e fortalecerá essa amizade, como tanto convém ao progresso dos dois países e à importante missão que lhes está destinada na política internacional do nosso continente e algum dia na do mundo.

Completa esta carta uma outra que Rio-Branco, já ministro de Estado, dirigiu a Manuel Gorostiaga, ministro da Argentina no Rio de Janeiro, em 3 de setembro de 1904, a propósito do tratado de arbitragem geral entre as duas nações:

A minha mocidade passou-se no tempo da aliança efetiva entre o Brasil e a República Argentina. Sou filho de um homem que foi sempre sincero amigo da nação argentina, e que deu disso muitas provas na sua carreira política. Desejaria que de mim se pudesse dizer também que na minha passagem pelo governo fiz o que pude para dissipar velhos preconceitos e estreitar as relações de boa harmonia entre os dois povos. Estou cada vez mais convencido de que uma cordial inteligência entre a Argentina, o Brasil e o Chile seria de grande vantagem para cada uma das três nações, e teria influência benéfica dentro e fora dos nossos países. Esses são também os sentimentos do nosso atual presidente, como foram os dos seus predecessores e dos estadistas do segundo reinado⁽⁶⁴⁷⁾.

Os seus despachos às legações do Brasil em Buenos Aires e em Santiago apresentam, desde o começo, a mesma linguagem a exprimir desejos de amizade e entendimento entre os três países⁽⁶⁴⁸⁾. Por isso êle observa, com apreensão, o governo argentino de Quintana a se voltar para o Peru a fim de obter no Pacífico um ponto de apoio contra o Chile. O perigo de tal política seria colocar como adversários o Brasil e o Chile de um lado e do outro lado a Argentina e o Peru. Era propício o quadro internacional da América do Sul a essas alianças que Rio-Branco procurava a todo custo evitar: havia divergências entre o Brasil e a Bolívia, logo resolvidos no Tratado de Petrópolis, entre o Brasil e o Peru, entre a Argen-

(647) Essa carta e a resposta Gorostiaga foram apreciadas por Vicente Quesada, que as transcreve nas suas *Memórias*, como "la importancia oficial de la política de prudente conciliación sostenida por ambos gobiernos, como una necesidad para la conservación de la paz en Sud-América" (Vicente G. QUESADA, *Mis Memorias Diplomáticas*, vol. II, pág. 436, Buenos Aires, 1907).

(648) Despachos à Legação do Brasil em Buenos Aires e à Legação do Brasil em Santiago do Chile — Arquivo do Itamarati.

tina e o Chile, entre o Chile e o Peru, entre o Peru e a Bolívia. Tudo parecia disposto para as alianças e contra-alianças, mas é um expediente êste que Rio-Branco repele como contrário ao seu propósito mais amplo de uma grande política inter-americana, reservando para o Brasil o papel de aproximar os outros países e nunca o de os separar.

Infenso embora às alianças secretas, não podia deixar, porém, de se aproximar mais estreitamente daqueles países, como o Chile, que buscavam a amizade do Brasil e por ela se interessavam mais calorosamente. A amizade do Brasil com o Chile constituía, na verdade, uma base da sua política americana. Mas nos despachos enviados a Santiago a sua linguagem era a mesma dos despachos dirigidos a Buenos Aires:

Escrevia êle ao ministro do Brasil em Santiago:

Faremos tudo quanto de nós dependa para destruir prevenções em Buenos Aires e estreitar a nossa amizade com a República Argentina. Compreendemos a vantagem para todos nós de se estabelecer uma espécie de liga entre o Brasil, o Chile e a Argentina⁽⁶⁴⁹⁾.

Certas circunstâncias, no entanto, iriam trazer para o Brasil e para a Argentina um período desagradável de queixas e desconfianças. Não haveria contudo nenhuma questão propriamente de caráter oficial entre as duas nações. Todos os incidentes seriam extra-oficiais, e o próprio Rio-Branco lembraria depois que nunca recebera do govêrno argentino qualquer ofensa ou desconsideração, mesmo quando dêle fazia parte Estanislau Zeballos. Como ministro, por exemplo, Zeballos não apresentou ao Brasil uma reclamação sequer. As campanhas antibrasileiras do grupo zebalista desenvolviam-se na imprensa e nos comícios, sem a participação ostensiva dos órgãos governamentais. É certo que existiam divergências oficiais, mas não chegaram ao terreno das ofensas ou lutas declaradas. Sabia-se, por exemplo, que o nôvo govêrno, o de Figueroa Alcorta, não era amigo dos brasileiros, como o fôra o de Roca e seria o de Sáenz Peña, que no seu seio encontravam simpatia e apoio alguns partidários da tradição de Alberdi, embora não ousasse oficialmente nenhuma empresa contra o Brasil. E a nomeação de Zeballos para o Ministério das Relações Exteriores, em novembro de 1906, iria marcar nítida-

(649) Despacho de 5 de outubro de 1905 — Despachos à Legação do Brasil em Santiago do Chile — Arquivo do Itamarati.

mente a orientação do govêrno Figueroa Alcorta. Pequenos atritos começam a se verificar entre as representações brasileira e argentina nas capitais estrangeiras, uma certa e característica ausência de cordialidade vai tornando frias, senão hostis, as relações entre as duas chancelarias.

A entrada de Zeballos para o govêrno encontrava oposição e reserva dentro da própria Argentina em face da sua conhecida atividade política e jornalística ao mesmo tempo contra o Brasil e o Chile. *La Nación* declarou então que o considerava “um obstáculo indireto às harmonias internacionais, que representam hoje uma aspiração veemente e um interesse transcendente do país”⁽⁶⁵⁰⁾. Para manter a sua posição recorreu êle então a uma manobra: enviou, em mensagem telegráfica a Gastão da Cunha, protestos de amizade ao Brasil, e pediu a Assis Brasil que obtivesse de Rio-Branco um telegrama amistoso de ministro para ministro. Embora a contragosto — por saber que Zeballos fôra “o promotor de várias campanhas de imprensa contra o Brasil e contra o Chile” — o Barão dirigiu-lhe a 26 de novembro de 1906 o solicitado telegrama de cumprimentos com êste trecho final:

Estou convencido de que, conhecedor dos verdadeiros interesses dos nossos dois países, V. Excia. há de contribuir para que se estreitem cada vez mais as boas relações de amizade entre ambos. Pela minha parte tenho trabalhado sempre neste sentido desde os meus tempos de jornalista⁽⁶⁵¹⁾.

Mas, no Ministério das Relações Exteriores, a primeira intervenção de Zeballos constituiria uma hostilidade contra o Brasil. Tanto a Bolívia como o Paraguai haviam solicitado confidencialmente os bons officios de Rio-Branco para a solução amigável das suas divergências de fronteiras no Chaco. Respondeu Rio-Branco que lhe parecia mais acertada a cons-

(650) Oliveira LIMA, *op. cit.*, pág. 187.

(651) Enviando cópia dêsse telegrama e da resposta de Zeballos à Legação do Brasil em Buenos Aires explicava Rio-Branco:

“Eu não tencionava enviar ao Sr. Zeballos telegrama algum de felicitações, sabendo que êle foi — e ainda ultimamente a propósito do programa de reconstrução da nossa marinha de guerra — o promotor de várias campanhas de imprensa contra o Brasil e contra o Chile. Tendo, porém, o Sr. Assis Brasil, em telegrama que aí deve estar registrado, me transmitido o pedido que lhe fêz o Sr. Zeballos de obter de mim um telegrama amistoso e benévolo, fui obrigado a abandonar aquêle propósito porque o meu silêncio importaria numa recusa de que o nôvo Ministro das Relações Exteriores dêsse país guardaria ressentimento”. (Despachos à Legação do Brasil em Buenos Aires — Arquivo do Itamarati).

tituição de uma Comissão Arbitral, composta de delegados do Brasil, do Chile e da Argentina. Zeballos empenhou-se, ao contrário, em afastar os demais países para tornar o governo argentino árbitro exclusivo da questão. Em 1907, *La Prensa* narrava o episódio, com algumas deformações, para apresentá-lo como uma derrota de Rio-Branco.

Pouco a pouco Zeballos começava a revelar os seus planos e desígnios. Já em dezembro de 1906, Rio-Branco fôra informado de que êle procurava influenciar o governo argentino no sentido de intimar o do Brasil a reduzir a encomenda de navios feita dentro do plano de reorganização da Marinha. Recuou dêsse propósito em face das declarações do general Roca, então em Paris, e da atitude dos jornais simpáticos ao Brasil, sobretudo *La Nación*. Consultado, o Chile respondia “que o Brasil estava no seu direito procurando melhorar e reforçar a sua esquadra”. Transmitindo essas notícias a Joaquim Nabuco, informava Rio-Branco, como para evitar uma possível intervenção amigável dos Estados Unidos:

Se nos falarem em acôrdo sôbre limitação de armamentos responderemos que não admitimos acôrdo algum sôbre isso.

E referindo-se a Zeballos, acrescentava:

Não é impossível que nos venha alguma provocação⁽⁶⁵²⁾.

Estava vendo claro: as provocações zebalistas iam começar. Antes, porém, seria preciso criar na Argentina um ambiente que as tolerasse, e isto será a obra de uma sistemática campanha de imprensa. A tática de Zeballos consistiu, em primeiro lugar, na provocação de ciúmes, indicando como vitórias do Brasil para diminuir a Argentina a criação do cardinalato e das embaixadas em Washington e no Rio, os tratados com a Bolívia, o Peru, e a Colômbia, a amizade com o Chile e o Uruguai, a feliz intervenção no Paraguai. Êle apontava como ameaça à independência da Bolívia o caminho de ferro para ligar São Paulo e o Rio de Janeiro a Mato Grosso; e o tratado argentino-chileno, pelo qual os dois países se comprometiam a reduzir as suas esquadras fôra denunciado por êle como uma manobra de Rio-Branco em favor da “potentíssima esquadra” que o Brasil projetava adquirir. Todos os atos,

(652) Despachos à Embaixada do Brasil em Washington — Arquivo do Itamarati.

providências e atitudes da chancelaria brasileira apareciam deformados pela interpretação do grupo de Zeballos, com o fim de apresentá-los como expressão do famigerado "imperialismo brasileiro", agora renascido na pessoa do Barão do Rio-Branco para reduzir a influência da Argentina e torná-la uma potência secundária na América. Daí as calúnias, as invenções, as intrigas, divulgadas quase todos os dias sob a orientação direta de Zeballos: que os delegados argentinos à Terceira Conferência Americana, durante a sua permanência no Rio, haviam ficado sob a guarda vigilante da polícia, que os garantia contra a sanha da população, cheia de ódio aos representantes de uma nação amiga; que o Brasil intervieria junto ao governo dos Estados Unidos para que a frota americana de passagem para o Pacífico não tocasse em Bahia-Blanca; que o governo do Brasil provocara da Inglaterra a declaração de que o Rio da Prata era um estuário livre aos navios de tôdas as nações, não reconhecendo ato algum de jurisdição além de três milhas de suas margens; que o Brasil concentrava fôrças na colônia militar de Iguazu, ocupadas diâriamente em exercícios e manobras, prontas ao primeiro sinal para a invasão da fronteira argentina; que navios mercantes brasileiros transportavam sem cessar, e clandestinamente, para Mato Grosso, numerosos corpos do exército e grande quantidade de armas e munições; que no Rio de Janeiro se trabalhava dia e noite na fortificação da cidade e no assentamento de fortalezas; que a visita de Rodrigues Alves à Casa Krupp, na Europa, envolvia uma missão secreta do governo do Brasil; que o Brasil reorganizava o seu Exército e aparelhava a sua Marinha para atacar a República Argentina; que Rio-Branco recusara o oferecimento de um tratado de comércio entre as duas nações e não admitia sequer que lhe fôsse feita a proposta para uma equivalência naval.

De tantas alegações, rigorosamente fantásticas, só as duas últimas eram verdadeiras. O tratado de comércio e a equivalência naval representavam dois expedientes com que Zeballos pretendia levar Rio-Branco a uma aceitação humilhante, que o enfraqueceria dentro do Brasil, ou a uma recusa arrogante, que talvez o apontasse como inimigo da Argentina.

Foi em 1907 que surgiu o caso do tratado de comércio, já sugerido em 1904. Desejava a Argentina, para a entrada

de alguns dos seus produtos no Brasil, a redução de 20 % nas tarifas alfandegárias, os mesmos favores que havíamos concedido aos Estados Unidos. Alegava que também estaria disposta a receber o nosso café, livre de direitos aduaneiros. Rio-Branco recusa desde logo o tratado, e fundamenta a sua resposta em motivos de ordem econômica e comercial, os únicos que entravam em jôgo no caso. Explica que a redução concedida aos Estados Unidos não correspondia apenas à livre entrada do café, mas ao fato de serem os compradores de metade da produção do café brasileiro. O impôsto que a Argentina cobrava pela entrada desse produto era de 75 francos em cada 100 quilos, mas se o suprimisse ainda restava a circunstância de só importar 120 000 sacas por ano, quando os Estados Unidos importavam 6 100 000, a Alemanha 2 000 000, a França 748 000, a Holanda 400 000, a Bélgica 300 000. A todos êsses países, aliás, vinha o Brasil recusando os desejados vinte por cento de redução para os seus produtos.

Explicava Rio-Branco:

Não basta que um país suprima os direitos sôbre o café para que fiquemos obrigados a tratá-lo no mesmo pé de igualdade com os Estados Unidos. É necessário que um tal país nos compre café em quantidade que ao menos se aproxime da que nos compram os Estados Unidos. Seria injusto e impolítico conceder à exportação argentina tratamento mais favorável do que aquêle que damos ao comércio de exportação de todos os nossos grandes fregueses.

Não poderia, aliás, a Argentina oferecer aos produtos brasileiros senão um mercado muito limitado, uma vez que não dispunha de grande indústria fabril e não precisava das nossas matérias-primas como os Estados Unidos e a Europa. Ao contrário, para as farinhas argentinas, o Brasil representava o principal mercado. Depois de fazer o estudo da balança comercial dos dois países, nas importações e exportações recíprocas, concluía Rio-Branco:

Somos e queremos ser sempre bons amigos da Argentina, mas questões de intercâmbio comercial não são questões de amizade, e para a nossa exportação a Argentina está muito longe de ser o que são os Estados Unidos da América. Não é o Brasil que tem de dar compensações ao fraco comprador que é para nós a República Argentina; é ela que deve dar compensações ao grande comprador de produtos argentinos que é o Brasil⁽⁶⁵³⁾.

(653) Despachos à Legação do Brasil em Buenos Aires - Arquivo do Itamarati.

Nunca um tratado de comércio dessa espécie poderia ser proposto com boa fé de chancelaria para chancelaria. Fazendo-o, Zeballos estava impulsionado certamente pelo cálculo mais frio ou pela ingenuidade mais lírica — cálculo ou ingenuidade da mesma natureza que o levava a escrever, a propósito do Tratado assinado com Quintino Bocaiuva para a divisão do território de Palmas:

Que si efectivamente la República Argentina recibia trescientas leguas, el Brasil ganaba a su vez la decidida cooperación y la fraternidad perpetua del pueblo argentino⁽⁶⁵⁴⁾.

Afastado o problema do tratado de comércio procurou Zeballos manter a sua campanha no terreno da equivalência naval. Recordando a obra de historiador militar de Rio-Branco, o seu interesse pelas classes armadas, não era difícil adorná-lo com a legenda de “militarista” e “imperialista” e indicá-lo como responsável pelos nossos planos de reorganização do Exército e de aparelhamento da Marinha. Realmente, aos oficiais da sua amizade, frequentadores do Itamarati, êle costumava sugerir a necessidade de colocar as forças armadas à altura dos outros países, de acôrdo com o desenvolvimento e as condições do Brasil; lembrava “a necessidade de, após vinte anos de descuido, tratarmos seriamente de organizar a defesa nacional”⁽⁶⁵⁵⁾. Aos oficiais gostava de dizer de vez em quando:

— A tarefa dos senhores começa onde acaba a do meu Ministério.

Queria significar com isto que um país precisava ser forte para que a sua diplomacia fôsse capaz de autoridade. Porque estudara longamente a história diplomática e militar — êle compreendia, melhor do que ninguém, a necessidade de uma íntima colaboração entre a política exterior e as forças armadas. Não imaginava, no entanto, o Exército e a Marinha do Brasil — país cuja Constituição proibia a conquista — como elementos ofensivos, mas defensivos. Só desejava a nação poderosa para que ela mais eficientemente sustentasse e garantisse a paz no continente. O que tornava os Estados Unidos um país forte ao mesmo tempo que pacífico senão a segu-

(654) E. S. ZEBALLOS, *op. cit.*, págs. 420-421.

(655) RIO-BRANCO — Discurso no Clube Militar em 15 de outubro de 1911.

rança da sua esquadra e dos seus recursos econômicos? Como poderia ser o Brasil uma garantia da paz ou do que quer que fôsse com um Exército sem organização técnica e uma Marinha sem o aparelhamento adequado? A paz num caso destes seria uma utopia; ela não dependeria de nós mesmos, mas dos outros, a cujos desígnios ficaríamos sujeitos em qualquer emergência. O Barão do Rio-Branco exprimia todo o seu pensamento neste sentido ao declarar em discurso no Clube Militar:

Mas não se pode ser pacífico sem ser forte, como não se pode, senão em intenção, ser valente sem ser bravo. (...) Querer a educação cívica e militar de um povo, como na libérrima Suíça, como nas democracias mais cultas da Europa e da América, não é querer a guerra; pelo contrário, é querer assegurar a paz, evitando a possibilidade de afrontas e de campanhas desastrosas. (...) Tôda a nossa vida como estado livre e soberano atesta a moderação e os sentimentos pacíficos do governo brasileiro, em perfeita consonância com a índole e a vontade da nação⁽⁶⁵⁶⁾.

Quem seria, porém, mais insuspeito do que Rui Barbosa para sustentar idéias semelhantes? Respondendo a Zeballos, no Senado, Rui explicou e defendeu os nossos planos de defesa nacional, a discutida aquisição de navios e armamentos para a Marinha:

País de imenso litoral, colocado, a êste respeito, imediatamente após os Estados Unidos, o Brasil, embora não visse perigos internacionais, não podia abandonar a sua defesa, o zêlo de sua dignidade entre as nações obrigadas pela sua situação geográfica a uma posição no oceano. Foi aqui, foi nesta Casa que se lançaram as bases da nossa reconstituição naval. Daqui saíram os elementos do seu plano e a iniciativa dos recursos para a sua execução⁽⁶⁵⁷⁾.

De há muito os chefes do Exército e da Marinha reclamavam contra o estado dessas corporações. A administração de Benjamin Constant no Ministério da Guerra tinha contribuído para diminuir bastante o espírito rigorosamente militar e técnico do Exército, dando-lhe caráter bacharelesco e político. Em uma de suas mensagens o general Argolo, ministro da Guerra no governo de Rodrigues Alves, tinha exposto, com absoluta franqueza, as condições lamentáveis do Exército, as suas deficiências materiais, a falta de aprendizado técnico, a

(656) RIO-BRANCO, *op. cit.*

(657) RUI BARBOSA - Discurso no Senado Federal em 21 de outubro de 1908.

ausência de preparo militar. Revelava então o ministro da Guerra que os oficiais estavam se voltando cada vez mais para as funções civis: em 1904 havia 35 oficiais deputados e senadores estaduais e 8 intendentes, inteiramente afastados do serviço dos seus corpos, além dos que faziam parte do Congresso Federal; um batalhão, por exemplo, que mudara de parada teve de seguir sem nenhum dos seus capitães porque se achavam todos no exercício de cargos eletivos, um outro partira de Belém para o Alto Purus comandado pelo major porque o coronel fôra eleito senador. Denunciando tais fatos o general Argolo sugeria “uma reforma radical que reduza as escolas militares a estabelecimentos de ensino destinados a formar oficiais de infantaria, cavalaria, estado-maior e engenharia militar” — e declarava sem meios-tons:

O exército, se está nas condições em que se acha, não é porque ignoremos as suas necessidades e o que é preciso fazer para elevá-lo ao nível dos que mais se recomendam pela sua organização, mas unicamente pela falta de firmeza e coragem da nossa parte para realizar aquilo que reconhecemos e confessamos ser indispensável.

Quanto à Marinha a situação não era menos desoladora. Havíamos tido outrora a primeira esquadra da América do Sul, mas estávamos agora em inferioridade, sobretudo depois das lutas navais durante o govêrno de Floriano. Falando pelo Ministério da Marinha dizia o presidente Rodrigues Alves, em sua segunda mensagem ao Congresso, ao sugerir medidas de defesa nacional:

A nossa Marinha não está aparelhada para satisfazer as justas aspirações do povo brasileiro, que a deseja converter em importante fator de defesa nacional.

Pela lei de 14 de dezembro de 1904 estabelecia-se um programa naval: três encouraçados; três cruzadores; seis caçatopedeiros; três submarinos; um carvoeiro; um navio-escola. O programa naval de 1907 veio modificar o de 1904, substituindo os três encouraçados de 13 000 toneladas por outros de 19 281, os famosos *dreadnoughts*. Por sua vez, o marechal Hermes da Fonseca, ministro da Guerra no govêrno de Afonso Pena, continuava e ampliava o plano de reorganização do Exército, sugerido pelo general Argolo. Dêle constava a criação de novas brigadas de infantaria, regimentos de artilharia, baterias de obuseiros, batalhões de caçadores, batalhões de

engenheiros, secções de metralhadoras, brigadas de cavalaria, hospitais, ambulâncias, equipagens de ponte, equipagens de telégrafo, depósitos de remonta.

Se os *dreadnoughts* (aliás impróprios no momento para o Brasil, como ficaria constatado) eram possantes e modernos navios de guerra — êsses planos de reorganização do Exército e aparelhamento da Marinha não estavam em condições de provocar receios e reações em qualquer outra nação. Não apresentavam números espantosos, nem colossais máquinas bélicas. Estavam ainda muito abaixo das necessidades das classes armadas de qualquer país que tivesse a nossa extensão territorial, as nossas fronteiras, os nossos portos, as nossas costas. De modo especial havia um país, a Argentina, onde a nossa esquadra não poderia levantar inquietações: os *dreadnoughts*, pelas suas dimensões, estavam impossibilitados de entrar no Rio da Prata. Era como se o nôvo plano de construção naval levasse implícita a garantia de que os navios brasileiros não se destinavam jamais a atacar Buenos Aires. Da tribuna do Senado, Rui Barbosa invoca essa circunstância decisiva:

Mas da ausência radical de intenções agressivas nesse projeto, do seu caráter especialmente defensivo lhe imprimimos o cunho mais visível, estabelecendo por base da organização da nossa futura esquadra a construção de navios incapazes de penetrar nas águas do Prata. A se não imaginar que tivéssemos o capricho de cometer a invasão da nossa vizinha e o bombardeio das suas cidades pelas costas da Patagônia, foi precisamente a Argentina, de tôdas as nações americanas, aquela com quem demos as arras mais cabais de não cogitar em conflito. Encomendando couraçados para o oceano, manifesto é que o Brasil não se apercebia para a guerra, senão quando ela nos procurasse nas nossas costas e nos nossos mares⁽⁶⁵⁸⁾.

Para Estanislau Zeballos, porém, o nosso plano de construção naval vai ser o grande assunto da sua campanha contra Rio-Branco e o Brasil. Dentro do govêrno, no congresso, na imprensa, êle prega ao mesmo tempo o armamentismo e a equivalência naval. Mas o que desejava realmente Zeballos: armar o seu país ou diminuir os armamentos brasileiros? O que êle propõe — não diretamente, mas pela imprensa, em artigos sem assinaturas quando ministro — é que o Brasil divida com a Argentina a esquadra em fabricação na Europa. Sempre aparecia em Zeballos essa preocupação infantil de

(658) Rui BARBOSA, *op. cit.*

pedir a divisão do que era propriedade dos outros: primeiro, a divisão do território de Palmas, agora a divisão da esquadra...

Escrevia êle referindo-se ao Brasil, na sua *Revista de De-recho, Historia y Letras*:

Se é nosso amigo conclua negociações relativamente à partilha de sua nova esquadra e a cessão de um dos seus *dreadnoughts* e outros navios à República Argentina.

Sabendo que Rio-Branco repelia a sugestão da partilha, como a da equivalência naval, concentrou-se Zeballos na campanha armamentista, procurando obter do Congresso a votação de uma grande esquadra para a Argentina. Aconselhava a aquisição de navios de que não tinha necessidade o seu país. Como pretender na verdade a equivalência naval entre o Brasil e a Argentina quando são tão diferentes as condições marítimas, tão mais vastas as nossas costas e mais numerosos os nossos portos a defender? Só indicando o Brasil como um inimigo "imperialista" em posição ofensiva seria possível obter do Congresso argentino apoio para os planos de formidáveis armamentos do grupo zebalista. E isto vai constituir a base da campanha antibrasileira desencadeada em Buenos Aires, em 1908. Rio-Branco estava informado de que por detrás dela, impulsionando e estimulando o grupo zebalista, estavam industriais, fabricantes de armas e agitadores profissionais⁽⁶⁵⁹⁾. Parecia-lhe legítimo que a Argentina adquirisse os navios e armas que julgasse necessários à sua defesa nacional, mas o que lhe causava indignação era que para atingir tal fim fôsse levantado o espantinho do "imperialismo brasileiro", um imaginário "perigo brasileiro", numa agitação de imprensa e de rua capaz de despertar animosidade e ódio de uma nação contra a outra.

Escrevia Rio-Branco ao ministro do Brasil em Buenos Aires:

(659) De um despacho de Rio-Branco ao ministro do Brasil em Buenos Aires:

"A frente dessa campanha continua o Sr. Zeballos, que, segundo parece, vai ganhando terreno, ajudado pelos esforços que também empregam os representantes dos estaleiros navais e fábricas de armas. A campanha de armamentos contra o Chile enriqueceu af bastante gente, e muitos dos agitadores de hoje esperam tirar lucros mais avultados ainda das encomendas que se projetam para conjurar o imaginário *perigo brasileiro*" (Despachos à Legação do Brasil em Buenos Aires — Arquivo do Itamarati).

Não levamos a mal que os argentinos aumentem seus armamentos agora; o que sentimos é que, para conseguir isso, tenham certos jornais aberto uma campanha de difamação, de mentiras e calúnias contra o Brasil(660).

Em 1908 cresce e chega ao paroxismo a campanha de Zeballos, visando impressionar sobretudo o Congresso e a opinião pública. Ao seu lado estavam *La Prensa*, *El Sarmiento*, *La Razón*, que não atacavam apenas Rio-Branco, mas os políticos argentinos declarados amigos do Brasil. Ao lado de Rio-Branco estavam *La Nación*, *El Diario*, *El País*. Outras personalidades brasileiras se viam envolvidas na questão: Euclides da Cunha dirigia a Zeballos, pelo telégrafo, desmentidos e reptos indignados; Rui Barbosa, no Senado, repelia-o como “chanceler ontem, hoje agitador” e apontava-o como “ludibriado por manipuladores de apócrifos”. As polêmicas atingiram então a um grau de extrema violência, e *El País* escrevia em 1908:

A Argentina divide-se hoje em dois grupos: os que acreditam e os que não acreditam nos intuits agressivos do Brasil.

Mas os que acreditavam não eram nem numerosos, nem representativos da nação argentina. Zeballos não conseguira nem a popularidade, nem a adesão das classes dirigentes. Ao contrário: na mesma proporção em que se ampliava a sua atividade antibrasileira erguia-se a verdadeira opinião pública argentina para pôr um fim àquela aventura agitacionista. Roca, Sáenz Peña, Emilio Mitre, todos os amigos do Brasil, figuras dominadoras na política, tomaram o partido de Rio-Branco. Esta seria a grande melancolia de Zeballos: enquanto se via assim em minoria, quase isolado na sua pátria, o Barão do Rio-Branco, então no momento mais alto do seu prestígio e popularidade, estava apoiado e sustentado por toda a opinião brasileira. Entendiam-se e identificavam-se nesses movimentos contrários as duas nações: apoiando uma o seu líder que desejava a concórdia, repelindo a outra o seu ministro que desejava a luta — ambas exprimiam assim os seus desejos de paz e colaboração.

A 11 de junho de 1908, ao abrir a sessão do Instituto Histórico, na qual o Visconde de Ouro Preto ia pronunciar uma conferência sobre a batalha de Riachuelo, o Barão do Rio-

(660) Despachos à Legação do Brasil em Buenos Aires — Arquivo do Itamarati.

blica argentina. Explicou a significação do nosso poder naval no passado e no presente, reafirmando solenemente a ausência de “planos de agressão ou de ambiciosa e indébita influência sôbre os destinos de outros povos”.

Declarou então:

Anelamos merecer o afeto, não a desconfiança ou o temor dos nossos vizinhos⁽⁶⁶¹⁾.

O momento histórico, a naturalidade das declarações, a medida das palavras — tudo contribuiu para que êsse discurso obtivesse em Buenos Aires uma extraordinária repercussão. Êle impressionou os próprios adversários, serviu de esclarecimento aos indecisos, restituiu a calma aos exaltados de boa fé, tornou mais vigorosos e firmes os políticos amigos do Brasil. *La Nación* publicava o discurso anunciando-o com os seguintes títulos:

A palavra de um estadista — Como se faz política internacional.

El Sarmiento — jornal que divulgara tantas intrigas contra o Brasil — abandonava a sua paixão extremada num editorial em que se destacava êste trecho:

O chanceler Rio-Branco acaba de dar mais outra prova da sua habilidade diplomática, e não é de balde que se o considera um dos maiores estadistas da América do Sul. O seu último discurso constitui um elemento de alta política e vem em boa hora para liquidar um pouco o gêlo da nossa amizade com o Brasil. Nessa inteligência, aderimos, decididamente aos propósitos pacíficos que êle exterioriza.

Com os louvores a Rio-Branco coincidiam, nesse mês de junho, as notícias sôbre a demissão de Estanislau Zeballos. Verificara, com efeito, o presidente Figueroa Alcorta que se havia tornado insustentável a posição do seu ministro do Exterior. Êle isolara quase a Argentina, criando incidentes no Brasil, no Chile, no Uruguai. Ao mesmo tempo em que vetava um tratado com o Chile, estava às voltas com as questões da equivalência naval, em relação ao Brasil, e da jurisdição sôbre as águas do Prata, em relação ao Uruguai. Em tudo procurava ver a mão de Rio-Branco: achava que era êle quem estimulava

(661) RIO-BRANCO — Discurso no Instituto Histórico em 11 de junho de 1908.

o Uruguai e quem aconselhava o Chile. Enquanto a diplomacia turbulenta de Zeballos levantava em tôda a América rivalidades e conflitos, a hábil diplomacia de Rio-Branco criava novas amizades para o Brasil, sendo excelentes no momento as nossas relações com o Chile, o Uruguai, a Bolívia, o Paraguai, com tôdas as repúblicas americanas. As próprias divergências com o Peru estavam sendo resolvidas nas negociações para um tratado de limites. E na Argentina sòmente o grupo zebalista constituía um obstáculo à política de entendimento e cordialidade que se vinha antes processando. A situação começava a impressionar sèriamente os líderes argentinos. Por fim, em artigo sensacional, *La Nación*, nos meados de junho, vinha declarar ser impossível a continuação na pasta do Exterior de um ministro que perdera a confiança do Congresso e estava condenado pela opinião pública.

A 21 de junho, Estanislaú Zeballos, vencido na política interna e na política externa, abandonava o seu cargo de ministro. Era a terceira vez que êle se via derrotado pelo Barão do Rio-Branco. Parecia que o destino os dispusera para o antagonismo e a luta. Havia mais de trinta anos que, jovens estudantes, se tinham enfrentado numa polêmica jornalística, da qual Juca Paranhos se saíra vitoriosamente. Encontraram-se de nôvo, na disputa de um território perante um júizo arbitral, e o êxito pela segunda vez fôra de Rio-Branco. Agora, numa luta entre duas chancelarias, ainda outra vez a Rio-Branco coubera a vitória.

O que se tornava evidente era a superioridade da figura de Rio-Branco em comparação com a de Zeballos. Não que as deficiências de Zeballos fôssem de ordem intelectual: êle era sem dúvida um dos políticos de maior talento e cultura do seu país. Os seus artigos, os seus ensaios, os seus livros, os seus cursos de professor — revelavam uma personalidade brilhante, discursiva, exuberante. Mas havia na sua natureza humana uma zona de leviandade, de irresponsabilidade, de mórbida fantasia, para a qual não encontrou compensação nem nos estudos nem na experiência da vida política. A tôda hora surgia o desequilíbrio entre as suas possibilidades e as suas realizações. Não dispunha de autoridade, nem na política interna nem na política externa, por causa do seu caráter irrequieto, versátil e por demais impetuoso. Para a diplomacia faltava-lhe o tacto, a ponderação, a plasticidade, o senso da

realidade. Deixava-se dominar pelas próprias paixões até a perda de tôdas as medidas. O seu feito era mais de agitador do que de estadista. Perturbou-o ainda mais a fatalidade de se encontrar sempre defronte de Rio-Branco, que dispunha precisamente de uma oposta constituição humana. Um representava o senso realista, o domínio de si mesmo, a inteligência aplicada, a cultura especializada em profundidade, a calma, a prudência, a astúcia, o temperamento do diplomata; o outro, a visão fantasista, a impetuosidade, o brilho da inteligência, a cultura um tanto superficial por efeito da sua variedade, o verbalismo explosivo, o temperamento exaltado dos homens de partidos e grupos. Sente-se que Rio-Branco, a despeito de tudo, tinha fascinado Zeballos, arrastava-o atrás de si, trazia-o prêso aos seus próprios movimentos. Isto é visível no artigo que escreveu Zeballos poucos dias depois da morte de Rio-Branco⁽⁶⁶²⁾, — artigo de protesto e indignação contra os necrológios argentinos ao seu adversário, contra o que lhe parecia “una de las formas características de hipocresía humana”; “la glorificación de los muertos por los mismos que los combatieron sin cuartel durante su vida”. Atormentava-o nesse momento não mais a pessoa de Rio-Branco, mas a sua memória, a visão de sua glória a se tornar maior depois da morte. Para se libertar dela, talvez, escreveu na *Revista de Derecho* êsse longo artigo intitulado *Río Branco*, em que, através de ataques e reservas, acaba por engrandecer ao máximo o seu adversário, identificando-o com o território e o futuro do Brasil, em frases apaixonadas nas quais se misturam o rancor ostensivo e a secreta admiração:

La prensa brasileña y una parte de la prensa sudamericana, especialmente las chilenas y uruguayas, le han discernido el título contradictorio de “conquistador pacifista” que vence a sus adversarios y los despoja de su territorio, evitando el derramamiento de sangre y las calamidades sociales y económicas de la guerra. La comparación es exacta; y si el Brasil consolida la obra territorial del barón de Río Branco, le deberá el título de su primer servidor y del más grande de los benefactores de su amor propio nacional y de su mapa.

Sob certos aspectos a luta diplomática entre Rio-Branco e Zeballos lembrava a que se desenvolvera outrora entre o Visconde do Rio-Branco e Carlos Tejedor. A Emilio Mitre

(662) *Revista de Derecho, Historia y Letras*, Tomo XLII, págs. 411-439, Buenos Aires, 1912.

talvez houvesse ocorrido essa mesma lembrança quando invocava, em carta ao Barão do Rio-Branco, o papel que desempenharam na amizade argentino-brasileira o Visconde do Rio-Branco e Bartolomeu Mitre. E por coincidência estavam agora os seus dois filhos empenhados em evitar e resolver uma nova "questão argentina" que se esboçava como a outra processada durante o gabinete de 7 de março.

Ao deixar o Ministério das Relações Exteriores, Zeballos publicara a carta por êle dirigida ao presidente Figueroa Alcorta. Havia nela um trecho que envolvia misteriosa alusão a algum documento secreto:

Fiquei obrigado a redigir êste documento pelas energias mais puras da minha vida. Vozes vulgares me acusam de prejudicar os interesses da paz quando eu a assegurei, pondo a República Argentina a coberto de perigos, cuja prova instrumental V. Excia. conhece e deixo, mediante recibo, no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

Tudo nessa carta — a solenidade, o tom misterioso e grave — parecia destinado a causar impressão. Dizia-se que a "prova instrumental" a que se referia Zeballos era um documento do Barão do Rio-Branco contra a Argentina. Fôra lido no seio do govêrno e em sessão secreta do Congresso como um motivo capaz de justificar a votação de armamentos. A êle não podia sequer referir-se a chancelaria brasileira porque as alusões circulavam em tom vago, sem nenhuma referência objetiva. *El Diario* e *El País* começaram, no entanto, a pedir em Buenos Aires a publicação dos documentos que mostravam as intenções hostis do Brasil e justificavam na Argentina as compras de armamentos.

Escrevia *El País*:

Nós insistiremos na apreciação dêsse triste espetáculo de revelações assombrosas, representado por um ministro no dia seguinte àquele em que deixou a pasta. Em nenhum país se viu jamais cena tão vergonhosa e deprimente para a nação e seus estadistas. Que o ex-ministro apresente séria, francamente, a sua acusação. Diga quando, onde e como descobriu os "planos sinistros" do Barão do Rio-Branco⁽⁶⁶³⁾.

A tais desafios Zeballos não ficou de todo insensível. Em artigo aparecido na *Revista de Derecho*, no mês de setembro,

(663) Os trechos dos jornais de Buenos Aires, publicados aqui, em português, foram extraídos das traduções e transcrições aparecidas na imprensa do Rio de Janeiro.

desvendava êle uma parte da misteriosa "prova instrumental". Afirmava que as legações do Brasil em Buenos Aires, Montevidéu, Assunção, La Paz, Santiago do Chile, Lima e Washington, estavam divulgando a versão de que a política argentina visava à conquista dos países fracos, cuja independência era defendida pelo Brasil. Dessa propaganda inamistosa existiam provas documentais em Buenos Aires, acrescentava. E para indicá-las, Zeballos citava, entre aspas, as duas seguintes frases de um telegrama de Rio-Branco a um dos seus agentes diplomáticos:

"Divulgue las pretensiones imperialistas de la República Argentina, haciendo saber en los altos círculos políticos que en su vanidad sueña con el dominio de Bolivia, del Paraguay, del Uruguay, y tambien de nuestro Rio Grande.

Demuestre que el Brasil en homenaje a la Justicia ampara a los débiles en defesa de los intereses internacionales, con cuyo proceder humanitario muéstrase conforme la Cancilleria de Washington".

Imediatamente, no *Diário Oficial* de 19 de setembro, o Barão do Rio-Branco fêz publicar o seguinte desmentido:

Tudo quanto afirmou o Sr. Dr. Zeballos nas linhas transcritas só pode ter por base a informação de algum homem da mais requintada má fé. O atual Ministro das Relações Exteriores do Brasil nunca dirigiu aos representantes desta República no estrangeiro — nem em despacho oficial pelo telégrafo ou pelo correio, nem em carta particular ou confidencial — instruções que tenham sequer a mais remota semelhança com as que lhe foram atribuídas. A ordem que o Sr. Dr. Zeballos apresenta entre aspas e que lhe disseram ter sido dirigida a um dos agentes brasileiros no Pacífico é um documento falso, no fundo e na forma.

Zeballos decidiu-se então a abandonar tôdas as reservas, a levar o incidente ao seu ponto culminante. Em *La Prensa*, de 20 de outubro, êle voltava afirmativo e exuberante em informações, escrevendo num artigo assinado, e lançado com o máximo de encenação e solenidade:

Revise el Barón de Rio Branco su archivo secreto del Pacífico y lea el documento original que en él existe, con las siguientes señas: 17 de junho de 1908, a las 6 horas e 57 minutos, número 9, quarta 17. Ponto.

Yo había renunciado el 13, y la intriga, lejos de cesar con mi renuncia, cobró nuevos bríos, declarando que el camino se ponía más

corrente. Todo esto no tiene por base los informes de un hombre de la más requintada mala fé, reconoce por base la firma misma del Barón de Río Branco!

Propunha, em seguida, a constituição de um tribunal de três plenipotenciários europeus, acreditados em Buenos Aires. Que o próprio Rio-Branco os escolhesse; êle, Zeballos, renunciava ao direito de escolha. Obrigava-se, desde já, a apresentar a fotografia do documento; o tribunal guardaria segredo em todo o decorrer do processo para só se pronunciar no fim, lacônicamente, nestes têrmos: "Está provada a existência do documento" ou "Não está provada a existência do documento". A êle caberia depois publicá-lo ou não — de acôrdo com a conveniência da política argentina. Falava já como um dominador da situação, e estava tão convicto do seu êxito que se dispôs a uma referência irônica:

El Barón de Río Branco, según mis informes do Río de Janeiro, ha sufrido una de las más graves contrariedades de su vida al saber que aquellas instrucciones indiscretas han sido reveladas...

Rio-Branco tinha agora nas mãos tudo o que desejava para esclarecer o caso: o número do telegrama, a data, tôdas as indicações. Não toma sequer conhecimento da sugestão melodramática para a constituição de um tribunal. Nada de segredos, de revelações confidenciais, de reuniões misteriosas, de novelas rocambolescas: o que êle quer é a exibição do documento perante a opinião pública dos dois países, a revelação completa de todo êsse caso fantástico. O silêncio em que durante meses se mantivera poderia ter sido também uma forma de astúcia: Zeballos, por causa dêle, julgava-o culpado e medroso. Sentira-se encorajado para as publicações. E era exatamente a êsse terreno que Rio-Branco desejava conduzir o seu adversário. Solicita imediatamente dos governos da Argentina e do Chile que mandem os seus telegrafos fornecer cópias autênticas e oficiais do telegrama cifrado n. 9. E tendo nas mãos todos os documentos prepara então a longa publicação que apareceu no *Diário Oficial* de 15 de novembro de 1908⁽⁶⁶⁴⁾. Depois de explicar a origem do incidente declarava-se na nota oficial:

(664) Essa publicação apareceu também em folheto sob o título: *O Telegrama Cifrado n.º 9 de 17 de Junho de 1908 Dirigido pelo Govêrno brasileiro à Legação do Brasil no Chile*, Rio, 1908.

O telegrama n. 9, de quarta-feira, 17 de junho de 1908, dirigido à Legação Brasileira em Santiago do Chile, e assinado Rio-Branco, existe. Foi entregue na Estação Central dos Telégrafos no Rio de Janeiro às 6 horas e 57 minutos da tarde daquele dia, como disse o Sr. Dr. Zeballos, e expedido para Santiago via Pôrto Alegre e Buenos Aires.

O Sr. Zeballos, ainda então ministro das Relações Exteriores, tendo obtido cópia desse telegrama cifrado, recebido, em trânsito para Santiago, na Estação de Buenos Aires do Telégrafo de la Nación, na mesma noite de 17 de junho o mandou traduzir, sendo-lhe fornecida, por alguém que só êle poderá nomear, uma falsa tradução em que foram conservados apenas o número de ordem do telegrama, o dia da semana e o do mês nêle declarados, a numeração dos parágrafos (1.º, 2.º, 3.º e 4.º), em que estava dividido, e os pontos também mencionados em claro nesse documento oficial brasileiro.

Embora nenhum govêrno fôsse “obrigado a revelar a sua correspondência reservada e secreta sòmente porque, no intuito de o intrigar ou de o desacreditar, alguém lhe atribui documentos de pura invenção, apócrifos ou falsificados” — o govêrno brasileiro, neste caso excepcional, resolve “pôr à disposição do público, aqui e no estrangeiro, todos os elementos necessários para que o incidente possa ser examinado e julgado”.

Rio-Branco dispôs-se, então, a publicar a chave com que se cifravam os telegramas reservados do Itamarati, traduzindo com ela perante o público o telegrama n. 9 no texto fornecido ao mesmo tempo pelos telégrafos da Argentina e do Chile. Com a nota oficial de 15 de novembro publicavam-se, com efeito, os seguintes documentos: 1.º) o falso telegrama que circulou misteriosamente em Buenos Aires como tendo sido expedido pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil; 2.º) o mesmo documento falso tal como apareceu em *La Argentina* e no *Diario del Comercio* de 30 de outubro; 3.º) a decifração exata dos telegramas cifrados ns. 9 e 10, de 17 e 19 de junho de 1908, dirigidos à Legação brasileira no Chile, acompanhados de notas explicativas; 4.º) o confronto, em duas colunas, do telegrama n.º 9 verdadeiro e do n.º 9 falsificado; 5.º) a chave com que foram decifrados os telegramas 9 e 10; 6.º) o telegrama n.º 9 em cifra como foi cifrado e expedido, e a tradução interlinear de cada grupo de letras, letra por letra, para que se verificasse a inteira autenticidade da decifração.

Certamente nenhum outro documento causava maior impressão do que êsse confronto dos dois telegramas, o falsificado e o autêntico:

O TELEGRAMA
DECIFRADO

17 de junho de 1908, 6h.
57m p. m. N. 9, 17 ponto.

Queira decifrar com o Sr.
Gama êste despacho.

1.º — Acabo de ser informado de que, após conferências entre os Ministros Zeballos e Cruchaga, foram mandadas instruções ao Sr. Anadón de acôrdo com o pensamento do Sr. Cruchaga.

2.º — Sôbre o projeto de tratado político, independente das modificações e acréscimos que teríamos de propor, devo desde já declarar, e convém dizê-lo a êsse Governô, que não achamos a opinião suficientemente preparada em Buenos Aires para um acôrdo com o Brasil e consideramos inconveniente e impossível enquanto o Sr. Zeballos fôr Ministro.

Os jornais por êle inspirados têm feito uma campanha de falsas notícias com o fim de despertar, como têm despertado, velhos ódios contra o Brasil. Não podemos figurar como aliados de Governô de que faz parte um Ministro que, temos motivos para saber, é nosso inimigo. O seu propósito, como disse a íntimos, não era promover a triplice aliança Brasil-Argentina-Chile, mas sim separar o Chile do Brasil.

3.º — Quando subiu ao Governô, o Brasil tinha sido soli-

O TELEGRAMA
FALSIFICADO

17 de junio 1908 a las 6 e
57 mins. N. 9, 17 Ponto.

Apenas ahyá sido removido
Zeballos proceda:

1.º — Hacer comprender al Gobierno conveniencia suspender temporalmente los tratados en trámite con la Argentina, espérándose para más adelante grandes ventajas.

2.º — Interessar al Gobierno para que preste su atención a nuestro proyecto jurídico sobre el Plata, en cambio de las negociaciones que tienen con el Peru en trámite para la definitiva posesión de la provincia... demonstrándole que el Brasil será um aliado poderoso en el Atlántico, como Chile en el Pacífico, asegurando asi la paz en las dos márgenes y el dominio seguro contra todo evento.

Esto debe ser tartado confidencialmente, sin dar ni anteciper un caracter oficial, en la forma y modo de nuestra diplomacia como V. E. sabe hacer; y aparentar indiferencia por la caída del Canciller argentino, haciendo resaltar de paso nuestra influencia.

3.º — Apuntar la conveniencia de disuadir al Peru y Bolivia

citado pelo Paraguai para promover a solução, aqui, da questão de limites Paraguai-Bolívia. A Bolívia desde 1903 pedira os nossos bons ofícios por nota. Lembrei às duas Partes a conveniência à arbitragem de representantes do Brasil, Argentina e Chile. A intervenção de Zeballos produziu-se logo, mas para excluir o Brasil e Chile, e disso se gabou no jornal *La Prensa*. Desde então continuou a procurar indispor-nos com os vizinhos Uruguai e Paraguai, atribuindo-nos perfídias e planos de conquista. O seu discurso na Junta de Notables é um tecido de invenções com o fim de tornar odioso o Brasil.

4.º — Sempre vi vantagens numa certa inteligência política entre o Brasil, o Chile e a Argentina, e lembrei por vèzes a sua conveniência. No apêndice ao segundo volume da recente obra de Vicente Quesada *Memórias Diplomáticas* encontrará carta minha de 1905 ao Ministro Gorrostiaga sôbre isso; mas a idéia não está madura na República Argentina. Houve até ali um retrocesso, estando hoje afastados do govêrno e hostilizados todos os nossos amigos.

Via-se assim que o conteúdo do autêntico telegrama n.º 9 era exatamente oposto ao do telegrama falso divulgado por Zeballos. Não só estava longe de revelar os intuitos agressivos de um inimigo, mas exprimia antes sentimentos pacíficos de amizade. Obtinha agora por isso um efeito completamente contrário ao do falsificado. Ele mostrava o pensamento íntimo do Barão do Rio-Branco. Escrevendo em caráter confidencial a um seu agente diplomático, redigindo um documento cifrado e secreto que devia acreditar nunca seria conhecido ou divul-

que sigan con la Argentina, en contra de los intereses chilenos, y procurar de la prensa que empiese a mostrar recelo por los grandes proyectos de armamento del Gobierno Argentino, casi sin causa aparente. Propalar las pretensiones imperialistas del Gobierno Argentino en los centros políticos y sus pretendidos avances de dominio sobre Bolivia, Uruguay y Paraguay y nuestro Rio Grande. Además hacer ver que intenta requerir de la Gran Bretaña la devolución de las Islas Malvinas, que dice las pertenecen: que el Brasil a titudo de justicia ampara el débil en defensa de sus intereses; que Washington tambien se conforma con la rectitud de nuestro proceder humanitario.

4.º — Demostrar bien el hecho de que debido al carácter volube de los Argentinos, ellos no tienen en tiempo alguno, estabilidad en la política interna y externa, y que la ambición de figurar los desoraliza sacrificando el merito, como sucede en la actualidad, con descrédito de sus estadistas, sin reparar los prejuicios que irroga la falta de seriedad que tanto los caracteriza.

Es indispensable aprovechar la oportunidad de este momento.

gado — êle reafirmava aí os seus sentimentos amistosos para com a Argentina, o seu desejo de ver estabelecida uma cordial inteligência entre ela, o Brasil e o Chile.

Por outro lado não podia ser mais penosa, nem melancólica a posição de Estanislau Zeballos. Como ministro das Relações Exteriores havia feito interceptar e violar a correspondência do ministro do Exterior de um país amigo, dirigida a uma legação estrangeira em outro país amigo. Entregara a decifração a algum embusteiro, que lhe fornecera não um documento apócrifo, mas uma incontestável falsificação. Com êsse documento falso, Zeballos enganara o presidente Figueroa Alcorta, o seu govêrno, a Câmara dos Deputados, o Senado e a opinião pública da Argentina. Ao ato da violação de uma correspondência em trânsito por Buenos Aires ajuntavam-se a falsificação e o ludíbrio. Tôda essa realidade, sem contestação ou possibilidade de escusas, seria suficiente para riscar definitivamente um nome da vida pública em qualquer país civilizado.

A agitação nesses dias tinha sido intensa nos dois países. Com a excitação nas ruas, com a exaltação dos artigos de jornais, com os equívocos perturbadores, acrescidos com a notícia de um incidente entre Domício da Gama e o ministro Victorino La Plaza, no Jockey Clube em Buenos Aires — havia até a expectativa de uma guerra. Mas em nenhum momento Rio-Branco perdeu a serenidade, o domínio de si mesmo, a consciência do seu papel. Não queria a guerra, nem acreditava nela. A um coronel do Exército, que o estava visitando, declarou num daqueles dias:

— Meu caro coronel: o estreitamento ou o rompimento das relações entre os povos nunca foi devido à mera vontade dos homens que os governam e os representam, e sim aos acontecimentos, às vêzes fortuitos, que não devemos forçar⁽⁶⁶⁵⁾.

Dias depois numa “vária” officiosa que fêz publicar no *Jornal do Comércio*, de 14 de dezembro, escrevia êle:

Temos a mais profunda convicção de que a paz não será perturbada nesta parte da América, conservando o Brasil a atitude calma e firme que tem sabido guardar até aqui.

(665) Coronel Gabriel Salgado dos Santos, “Era o Barão do Rio-Branco inimigo dos argentinos?”, artigo no “*Jornal do Comércio*”, de 10 de fevereiro de 1913.

De resto, a publicação do verdadeiro telegrama n.º 9 tinha afastado desconfianças, animosidades e intrigas. Os amigos do Brasil na Argentina haviam dominado a situação, e quase ninguém acreditava mais nos propósitos agressivos e imperialistas do Barão do Rio-Branco. Restabeleceu-se aos poucos o ambiente de tranqüilidade nas duas capitais, embora ainda se verificasse um ou outro incidente como o desagradável “caso das bandeiras” em 1910. O govêrno argentino tudo facilitara, aliás, no sentido de esclarecer o caso do telegrama n.º 9. E para terminar de vez o incidente Victorino La Plaza mandou que o ministro da Argentina no Rio de Janeiro apresentasse explicações e votos de amizade a Rio-Branco.

Não restava mais no momento nenhuma questão entre os dois países. Da proposta de equivalência naval não pretendia mais se ocupar o Govêrno Figueroa Alcorta. Em duas “várias” que escreveu em dezembro para o *Jornal do Comércio*, Rio-Branco fizera a comunicação indireta de que seria repelida qualquer sugestão neste sentido.

Escreveu com adequada veemência⁽⁶⁶⁶⁾:

Acôrdos sôbre equivalências militares é que não havemos de admitir.

Era apenas no terreno da ética, dos princípios, da dignidade nacional que êle colocava o problema, pois com um tratado de equivalência só o Brasil tinha a lucrar: o Exército e a Marinha da Argentina eram naquele momento muito mais poderosos. Da diplomacia em grande estilo de Rio-Branco é que decorria a impressão de que atrás dela estavam fôrças militares muito mais poderosas do que as nossas naquela ocasião.

Numa entrevista, em forma de conversa cordial e particular, entre Victorino La Plaza e Domício da Gama, a 20 de dezembro, encerrava-se a discussão sôbre a equivalência, aliás nunca proposta oficialmente pelo govêrno argentino.

Na Legação do Brasil, depois de uma conversação mundana, estabeleceu-se entre os dois o seguinte diálogo, iniciado por La Plaza:

(666) “*Jornal do Comércio*”, de 14 de dezembro de 1908. Rio-Branco, em carta a Domício da Gama, informou que as duas “várias” eram da sua autoria. Por sinal, o Presidente Afonso Pena achou-as muito fortes e por demais veementes. Em resposta dizia Domício da Gama: “Esses artigos do “*Jornal*”, que o Presidente achou fortes demais, foram muito úteis”. (Arquivo do Itamarati).

- Suponho que está terminado o caso do telegrama n.º 9.
- Não sei de nada a respeito.
- Talvez o Barão do Rio-Branco esteja muito ocupado e por isso não tenha lhe comunicado o desfecho. Tudo acabou bem.
- Alegro-me muito com essa notícia que V. Excia. me dá. Permite agora que pergunte: o que é isto de equivalência naval?
- São histórias de jornais.
- No Brasil, muita gente está zangada...
- Assim o vejo, mas sem motivo.
- Como sem motivo; e as declarações no Senado Argentino de que o govêrno precisava da lei de armamentos para propor a equivalência ao Brasil?
- Eu não estava presente. Só soube da sessão às 10 da noite, quando me vieram dizer que lá me tinham pôsto de *aro e azul*.
- Foi o senador Del Pino, amigo do Govêrno, quem afirmou essa coisa grave.
- Ele não estava autorizado.
- Cheguei a pensar que estivesse. Depois, os pequenos jornais, que V. Excia. não gosta que eu leia, falavam todos em mediação estrangeira para êsse fim...
- Invenções... Se a lei apenas acaba de ser votada!
- Ah, mas não se trata do momento e sim da coisa em si. Nós não admitimos nem agora nem nunca proposições nesse sentido. Cada um de nós pode estar armado sem perigo para o outro. Pedir um ao outro que se desarme é uma suspeita ofensiva.
- De acôrdo! Claro!
- Então não há projetos nem negociação sôbre isto?
- Não há.
- Posso telegrafar dizendo que o govêrno argentino não tenciona propor ao do Brasil a equivalência naval?
- Pode telegrafar.

Terminou cordialmente a entrevista, por entre convites recíprocos de visitas e protestos de relações afetuosas⁽⁶⁶⁷⁾.

Não havia na Argentina uma continuidade em matéria de política internacional. Enquanto a política exterior do Brasil se mantinha uniforme e tradicional — com uma orientação fixada no Império e solidificada pelo Barão do Rio-Branco — a da Argentina ficava à mercê dos políticos que ocupavam o govêrno e o Ministério das Relações Exteriores. Daí se explica que a um govêrno cordial com o Brasil sucedesse

(667) Esse diálogo foi reconstituído aqui de acôrdo com a carta em que Domício da Gama narrou a entrevista a Rio-Branco (Arquivo do Itamarati).

outro que nos fôsse hostil, e vice-versa. O govêrno de Figueroa Alcorta, por exemplo, tinha sido diferente, neste sentido, do de Roca, enquanto o de Sáenz Peña retomaria a orientação do general que, como êle, visitara o Rio de Janeiro e se mostrava amigo dos brasileiros. A linha geral da nossa política exterior na Argentina e no Rio da Prata obedecia desde o princípio a uma só diretriz. Desejávamos o equilíbrio da América do Sul contra quaisquer sonhos imperialistas ou projetos de hegemonias. Tínhamos feito a guerra aos seus ditadores, e com isto ajudado a própria Argentina a se constituir em nação livre e civilizada. Quanto aos demais, o próprio Barão do Rio-Branco escrevera em 1875, nos seus comentários a Schneider, que a política internacional do Brasil consistira em manter a independência do Uruguai e do Paraguai. De um estadista argentino, aliás, é a frase que atribui ao Brasil o papel de "libertador de povos oprimidos".

Não se poderia apontar em Rio-Branco nenhuma iniciativa contra a Argentina, nem contra o seu progresso nacional, mas apenas gestos e atitudes de defesa contra uma certa corrente antibrasileira que lá sempre existira. Combatia apenas o absurdo anseio de hegemonia de alguns dos seus políticos e militares, impulsionados pelo que o próprio Barão chamava "a vaidade andaluza" de certos argentinos. Não combatia a nação argentina, portanto. Antes desejava construir com ela e com o Chile uma política de cordial inteligência.

Aliás, pouco depois dos incidentes de 1908, ao terminar o govêrno de Figueroa Alcorta, iria ser estabelecida uma nova fase na política de amizade entre o Brasil e a Argentina. Isto seria a obra do fim do govêrno de Rio-Branco no Itamarati. Dentro de dois anos, com uma missão reservada de Ramon Cárcano ao Rio de Janeiro⁽⁶⁶⁸⁾ e a presidência de Sáenz Peña, o chanceler brasileiro e o nôvo presidente argentino distinguiram os mal-entendidos criados por Zeballos. Preponderaria mais uma vez na Argentina, com a presidência de Sáenz Peña, a tradição da política internacional de Mitre e Sarmiento; em minoria, vencida, continuava a tradição de Alberdi, uma tradição de antiamericanismo no seu ódio aos brasileiros.

(668) Vide Ramon J. CÁRCANO, *Mis Primeros 80 años*, Buenos Aires, 1943.

Capítulo XIII

Popularidade e prestígio de Rio-Branco. Depoimentos de estrangeiros. A vida no Itamarati. Um homem e um personagem. Outros aspectos da figura pessoal do ministro do Exterior. Rio-Branco e os intelectuais. Uma frase de Sarah Bernhardt. No Instituto Histórico. Política interna: candidato do povo à presidência da República. O mês de maio de 1909. Cartas de Rio-Branco a Rui Barbosa.

O QUE MAIS CONCORREU para desaparecerem na Argentina certas prevenções contra o Barão do Rio-Branco foi a sua cordura, a sua ausência de ódio, a sua propensão a esquecer e perdoar em contraste com o extraordinário poder de que dispunha e que lhe facultava o direito de ser arrogante e exigente. Durante os dias agitados do caso do telegrama n.º 9 e do atentado à bandeira brasileira em Buenos Aires — com um gesto, com uma palavra, êle poderia ter determinado a guerra. O seu prestígio, a sua autoridade constituíam então alguma coisa de singular e tôda a nação estava disposta a segui-lo em qualquer terreno. Nas ruas a multidão exigia desagravos, atitudes enérgicas, represálias. Nada mais fácil para o Barão do Rio-Branco — se êle fôsse o militarista ou o imperialista da caricatura feita por adversários no estrangeiro — do que se colocar à frente das multidões agitadas e comandá-las no sentido da sua apregoada paixão de domínio. Preferiu, no entanto, pôr em prática a afirmação de um dos seus discursos: o dever do estadista consistia em conter e disciplinar os ímpetos das multidões desvairadas.

Houve um dia, por exemplo, em que os populares exaltados anunciavam que seria desacatado o ministro argentino

logo que saísse à rua e verificou-se então uma cena que anos depois Miguel Couto reconstituía em conversa com um amigo:

— Repercutiam os atentados contra a bandeira brasileira, praticados na Argentina. Certos exaltados e irresponsáveis, sacudidos por um jacobinismo absurdo, rasgaram-na e pisaram-na, criando um escândalo internacional. Nesta cidade, a reação foi imediata e enérgica. Qualquer coisa que lembrava a Questão Christie. Tão grande foi o clamor contra a selvageria que chegou a afetar a serenidade do nosso govêrno e do de Buenos Aires, empenhados ambos em tudo esclarecer. Quem representava a Argentina no Brasil era o ministro Fernandez, um diplomata de correção modelar. Pois logo se espalhou que se êle saísse à rua seria desacatado. Os estudantes vibravam de indignação. O Barão, ciente dos boatos alarmantes, aproveitando o momento em que o ministro se encontrava no Itamarati, onde lhe fôra falar, convidou-o a dar um passeio pela cidade. Saíram sôzinhos, num automóvel descoberto. Eram mais ou menos cinco horas da tarde. A Avenida Central e a rua do Ouvidor regurgitavam. O Chanceler e o ministro vieram pelo Palácio Monroe, desceram a esquina do *Jornal do Comércio* e enveredaram a pé pela rua do Ouvidor. Reconhecidos, o primeiro gesto dos populares pareceu de surpresa. Depois, ouviram-se uns vivas, meio chôchos e desconfiados. Cinco minutos após, quando os dois homens ilustres cruzavam a rua Gonçalves Dias, bem em frente à velha casa de Madame Coulon, os aplausos vibrantes, demorados, contagiosos, ecoavam de todos os lados. Vi Rio-Branco e Fernandez surgirem de nôvo na Avenida, quando retomavam o carro. Que aclamação! Tive a impressão de que o Barão abria caminho para a glória, tão formidável foi a demonstração de seu prestígio. Sorria, acenando a cartola para a direita e para a esquerda⁽⁶⁶⁹⁾.

Tamanho prestígio e popularidade empregados assim em favor da cordialidade interamericana poderiam ser utilizados, mais fâcilmente, em aventuras belicosas. Nunca se vira aqui êsse espetáculo de um homem só a dispor da vontade e do destino de todo um povo. A êsse respeito lembrava depois Assis Brasil:

A confiança pública cresceu dia a dia em tôrno dêle: tudo quanto fizesse ou pensasse estava seguro da aprovação, quase sem exame⁽⁶⁷⁰⁾.

Espetáculo que enchia de espanto os estrangeiros, que os levava a registrar admirados, exclamativos nas palavras, êsse fenômeno de completa identidade de uma nação com um homem. Nas impressões dos estrangeiros que visitavam ou conheciam o Brasil encontramos uma certa perplexidade em

(669) Depoimento publicado numa crônica de M. Paulo Filho no "Correio da Manhã".

(670) Assis BRASIL, *op. cit.*

face do que lhes parecia um fato singular na vida política dos povos livres: um ministro de Estado — tão distante do caráter de caudilho ou ditador — a dispor de uma autoridade incontrastável e soberana. E assim o vemos hoje na impressão de americanos e europeus.

Na de Juansilvano Godoi, por exemplo:

El nombre de Rio Branco en su país es más representativo que el de ningún presidente ó monarca de la tierra en el suyo, como prestijio, como confianza, como autoridad. Ante un simple jesto de él se conmovería toda esa poderosa república que es el quarto imperio territorial del mundo i el mas rico. Más que el nombre de un hombre constituy un símbolo: la abnegación, la imagen viviente de la patria misma; por eso el Baron de Río Branco es el más fuerte hombre de Estado contemporaneo.

Na de José Maria Cantilo:

Rio Branco tenía en aquella época, en su país, una popularidad extraordinaria. Era el Brasil mismo.

Na de Manuel Gorostiaga:

Ningún hombre, antes que él, gozó en el Brasil de tan estraña prerogativa, y pasará, probablemente, medio siglo, sin reproducirse un fenómeno sociológico tan singular, en una nación con veinte a veintecinco millones de almas, sino más, dotadas, por lo general, de un carácter levantisco y descontentadizo.

Antes de chegar ao Rio de Janeiro, como enviado de *El Diario* de Buenos Aires, o jornalista Manuel Bernárdez ouviu dizer a bordo:

Rio-Brando é adorado no Brasil.

Pareceu-lhe um exagêro aquêle “adorado”, mas dias depois já escrevia como os outros:

No he visto ejemplo de prestigio semejante, tan sin sombra de sospechas, ni distingos, ni reservas, ni celos⁽⁶⁷¹⁾.

Também Clemenceau, depois de visitar o Brasil, deixou a respeito o seu depoimento no livro de impressões sobre a América do Sul:

Le barón — c'est ainsi qu'on le designe communément — jouit d'une autorité souveraine en matière de politique extérieure. Amis et adver-

(671) Manuel BERNÁRDEZ, *El Brasil, su vida, su trabajo, su futuro*, pág. 192, Buenos Aires, 1908.

sairs lui laissent le champ libre à cet égard, et tout le monde paraît d'accord pour vanter ses qualités superiores de diplomatie avisée⁽⁶⁷²⁾.

O que se escrevia então sôbre Rio-Branco no estrangeiro daria para encher muitos volumes. Nenhum estadista sul-americano da época conseguira tanta notoriedade fora do seu país, nem chegara a ser tão amplamente conhecido na Europa e nos Estados Unidos. Era um nome realmente universal. Por outro lado, a sua popularidade, no Brasil, era mais extensa, mais constante, mais entusiástica do que a de qualquer outra figura do presente ou do passado. Nenhum outro nome aparecia tanto nos jornais e nas reuniões quanto o seu; os caricaturistas esforçavam-se para fixar-lhe os traços porque a caricatura do Barão interessava sempre o público; corriam atrás dêle os fotógrafos das revistas ilustradas; e o orador medíocre para obter aplausos num comício não precisava senão invocar-lhe o nome a qualquer propósito. Tudo o que êle fazia era comentado; falava-se não só dos seus grandes atos, mas dos seus pequenos hábitos, manias e fobias: a desordem do seu gabinete de trabalho, o seu prazer em matar mosquitos com uma vela e atirar água fria nos gatos, o seu horror aos elevadores, as suas distrações, os seus esquecimentos. Tinha passado à categoria dos personagens a respeito dos quais a imaginação popular amplia os fatos até o levantamento das lendas.

Continuava tão “boêmio” na sua maneira de viver quanto o fôra na mocidade. Nenhum horário, nenhuma disciplina convencional. Não se submetia a outro domínio que não fôsse o das suas fôrças íntimas, o de suas determinações interiores, sempre fiel à educação pessoal que criara para si mesmo. Com mais de sessenta anos ainda costumava trabalhar durante tôda a noite, e nos seus *Cadernos de Notas* são constantes as anotações desta espécie:

Trabalhei de madrugada. Deitei-me às seis horas da manhã e levantei-me às oito⁽⁶⁷³⁾.

Mostrava tal indiferença aos horários que lhe sucedia telefonar a alguma pessoa às três da madrugada para convidá-la

(672) G. CLEMENCEAU, *Notes de voyage dans l'Amérique du Sud*, pág. 212, Paris, 1911.

(673) *Cadernos de Notas* — Arquivo do Itamarati.

a almoçar no Itamarati. Quando foi entrevistá-lo às nove da manhã, o jornalista Manuel Bernárdez recebeu do contínuo uma resposta surpreendente para o estrangeiro: o Barão não poderia recebê-lo antes do meio-dia, pois só às oito horas tinha ido dormir⁽⁶⁷⁴⁾. Um dia o seu médico encontrou-o deitado no chão, imóvel, como morto. Estivera dormindo, e explicou:

— Estava estudando uns mapas; por comodidade, porque eram grandes, coloquei-os no chão e deitei-me para examiná-los. Veio o sono, deixei-me ficar aqui mesmo. Dormi. Foi tudo.

Residia indiferentemente na casa de Westphalia, em Petrópolis, ou no Palácio Itamarati. E era aqui no Rio que se poderia melhor verificar como havia nêle — embora sem dissociação consciente ou hipocrisia — um homem e um personagem, um mundano e uma criatura solitária. O personagem, a figura oficial, estimulava a pompa, o fausto, o luxo, a grandeza; o homem, a figura particular, era simples, austero, sóbrio, ascético. Dir-se-ia que as suas festas, as suas recepções, o seu mundanismo, tôdas as exterioridades constituíam uma simples extensão do cargo de ministro, uma maneira de dar forma brilhante à política diplomática. A êle, pessoalmente, tudo isso importava bem pouco.

O Itamarati apresentava as duas faces da sua personalidade: a do homem e a do personagem. Êle, o personagem oficial, havia remodelado e ampliado o Palácio, marcando-o, sob todos os aspectos, com o seu gôsto, fazendo dêle efetivamente a sua casa — a *Casa de Rio-Branco*. Ainda hoje, em tôdas as salas, encontram-se os seus objetos: quadros, estatuetas, retratos, cortinas, tapêtes, relógios, tanagras, tôda uma coleção artística que lhe indica o requinte e o gôsto. Deu ao Itamarati o esplendor capaz de impressionar magnificamente o estrangeiro. De repente, porém, vinha a transição, o outro mundo, o seu gabinete de trabalho. Passava-se das regiões do personagem para as do homem. O gabinete era um grande salão, sem luxo, sem aparato, de uma simplicidade franciscana. As paredes nuas, a ausência de móveis e enfeites, a frieza do ambiente — tudo sugeria ao primeiro olhar a idéia de uma cela de convento. Ali estavam quatro ou cinco grandes mesas, ligadas umas às outras, tôdas cobertas de papéis e livros, tudo numa espantosa desordem. Mas desde que Rio-

(674) Manuel BERNÁRDEZ, *op. cit.*, págs. 188-189.

Branco se movimentava aí com presteza e eficiência aquilo tinha para êle uma ordem, que só era desordem para os outros. Em uma das paredes, como se não fôsse um quadro e sim uma figura viva, estava o retrato do Visconde do Rio-Branco. Pai e filho tinham construído uma grande parte da história da política exterior do Brasil. Num canto da sala via-se um biombo de pano que, ao ser descoberto, completava a impressão de simplicidade e ascetismo do homem, mostrando o seu dormitório dentro do Itamarati: uma cama de ferro sem conforto e um pequeno lavatório sem espelho.

Para além da porta dêsse gabinete estava o palácio, a vivenda do personagem; dentro dessas paredes nuas e dessas mesas cobertas de papéis, a cela de convento, o refúgio do homem, do intelectual solitário. A história fôra outrora o seu culto, e havia permanecido nêle como um monge fiel e todo dedicado às exigências e rigores da sua Ordem. Agora, a sua Ordem era o Itamarati. Um jornalista estrangeiro, ao descrever o ambiente do Itamarati, evocou, para uma comparação, a figura de Bartolomeu Mitre — “alumbrado también por una palmatoria que viajaba con él desde biblioteca hasta el dormitorio del piso bajo, en donde la pequeña cama de hierro, ajena al sensualismo del reposo, parecia resumir en sua sencillez, como una síntesis cotidiana, la moral y la vida del solitario trabajador”⁽⁶⁷⁵⁾.

Eram muito raros os momentos em que não se achava a serviço do Ministério. Domicio da Gama confessava que somente temia uma atitude do Barão: o seu olhar distraído e distante quando êle se dispunha, no gabinete, a uma conversa que fôsse estranha ao serviço público⁽⁶⁷⁶⁾. Almoçava quase sempre na mesa de trabalho, uma pequena e sóbria refeição preparada pelo seu criado Salvador⁽⁶⁷⁷⁾. Tinha ao alcance da mão uma lata de marmelada, e, como uma criança, interrompia constantemente o trabalho para comer pedaços de doce, sujando às vèzes os papéis. Só de noite comia largamente — às vèzes gordas peixadas e feijoadas — nos seus jan-

(675) Manuel BERNÁRDEZ, *op. cit.*, págs. 196-197.

(676) Correspondência de Domicio da Gama — Arquivo do Itamarati.

(677) Da sobriedade dessas refeições temos notícia nesse trecho de uma carta de Rio-Branco a Francisco da Veiga, seu antigo colega na Faculdade de Direito de São Paulo: “Se você quiser almoçar comigo às 11 1/2 (canja, peixe e vegetais)” — Arquivo do Itamarati.

tares no *Minho*, no *Brito*, na *Brama* ou no *Globo*⁽⁶⁷⁸⁾, quando se sentavam à sua mesa políticos, diplomatas, jornalistas, literatos e homens do povo. Via-se nesses momentos como a cordialidade, com que a todos recebia, não implicava para ninguém o direito de uma intimidade, como a sua figura tão popular era ao mesmo tempo tratada com um respeito solene.

Não deixava de ser espantoso que tamanha popularidade houvesse sido conquistada por um diplomata, um homem de gabinete, um político que não utilizava palavras ou gestos melodramáticos, um temperamento aristocrático que manifestava horror à demagogia. Pertencia, com efeito, à raça dos intelectuais e não à dos emotivos, no sentido de que as suas emoções nunca sufocavam as suas idéias e princípios. Mas estimava ardentemente a popularidade, o aplauso, a aclamação na imprensa e nas ruas. Não tinha apenas a ambição da glória, mas a da simples popularidade, que representava o esboço ou a aparência do que seria o nome na História. A ambição da glória e das grandes ações constituía, na verdade, a sua única ambição.

Não confundia, porém, a glória com a propaganda, embora houvesse utilizado vastamente os recursos da publicidade. A propaganda que saía do Itamarati nada apresentava propriamente de pessoal. Ela se fazia não em torno da pessoa de Rio-Branco, mas da política do ministro de Estado; não era lançada como um baixo instrumento de auto-endeusamento, mas como um meio de esclarecer a opinião pública e aumentar a autoridade da política externa brasileira⁽⁶⁷⁹⁾. Para

(678) Para dar pitoresco à figura de Rio-Branco tem-se exagerado sempre o seu apetite, aparecendo os seus jantares como verdadeiros espetáculos pantagruescos. Do que ouviu o Autor de contemporâneos do Barão — entre eles o seu secretário, embaixador Araújo Jorge, e o seu médico, prof. Pinheiro Guimarães — grande parte dessa tradição, destinada a acentuar aspectos pitorescos, é falsa. Toda a gente, por repetição, dá-se ao prazer de recordar o Barão sentado numa mesa de restaurante, em mangas de camisa, a devorar grandes peixadas. Bastaria conhecer o seu feito, a sua educação, para o saber incapaz da vulgaridade de ficar na mesa em mangas de camisa. Toda essa tradição, aliás, a respeito dos aspectos pitorescos da vida de Rio-Branco deve ser apreciada com dúvidas e reservas. Noticiou-se, por exemplo, que depois da sua morte foram encontrados, por debaixo dos papéis da sua mesa de trabalho, vários relógios ali esquecidos e perdidos. Ao Autor informou o embaixador Araújo Jorge que o Barão usava um único relógio, que pertencera ao seu Pai. O caráter boêmio de Rio-Branco, junto à sua popularidade, explica as invenções e as lendas criadas em torno de sua figura.

(679) É corrente a afirmação de que o segundo Rio-Branco, como o primeiro, conquistava por dinheiro certas opiniões jornalísticas. Difícil seria hoje chegar a uma evidência a este respeito. Examinando contas no Itamarati só pôde o Autor verificar o seguinte: que o ministro do Exterior mandava inserir nos jornais, em suas colunas de matéria paga, as publicações para as quais desejava maior divulgação — processo considerado perfeitamente lícito na ética jornalística.

êsse costume haviam concorrido sem dúvida o temperamento e a formação política do ministro: êle temia a imprensa, tomava-se de desgosto ante qualquer ataque de jornal, por mais insignificante que fôsse; tinha, por outro lado, um grande respeito à opinião pública, não desejava realizar uma obra contra as suas tendências ou sem os seus aplausos. Por isso sempre que se achava em vésperas de um ato importante reunia jornalistas e congressistas no Itamarati — em grupos ou isoladamente — a fim de lhes oferecer esclarecimentos e explicações.

Dir-se-ia que isso revelava um certo caráter de humildade mental, em contradição talvez com a sua conhecida vaidade. Nenhuma contradição, porém: nêle havia vaidade, mas nenhum sentimento de orgulho. Aplica-se por isso, ao seu caso, a proposição de Chesterton: é o orgulho que é antipático e não a vaidade. A vaidade tem caráter generoso: determina a sociabilidade, a comunicação com os outros homens, dos quais solicita os aplausos; o orgulho tem caráter sombrio: determina o isolamento, a separação dos outros homens, desde que o orgulhoso não precisa senão do aplauso de si mesmo⁽⁶⁸⁰⁾.

A ausência do sentimento do orgulho em Rio-Branco combinava-se com a ausência do sentimento de ódio. Mostrava uma singular capacidade para perdoar e esquecer. Nunca se inclinou em gestos de revide ou vingança contra aquêles que mais o combateram como Barbosa Lima ou Gabriel de Piza.

Quando Rui proclamava a sua "imunidade a ressentimentos"⁽⁶⁸¹⁾ talvez estivesse lembrando o seu próprio caso: Rio-Branco esquecera de todo a sua crítica ao Tratado de Petrópolis para fazer dêle o seu Embaixador em Haia. A Martins Júnior, que pleiteara a sua demissão do consulado em Liverpool, logo depois da proclamação da República, deu proteção e apoio, quando se encontraram no Rio de Janeiro. Com o seu poder desproporcionado fazia contraste a tolerância, a generosidade das suas atitudes. A diversos publicistas tem ocorrido a comparação de Rio-Branco com Bismarck. Uma comparação completamente destituída de veracidade, a não ser na circunstância de duas grandes obras de política externa realizadas pela inteligência e pela vontade de dois homens

(680) G. K. CHESTERTON, *Hérétiques*, trad. francesa, pág. 118, Paris, 1930.

(681) Rui BARBOSA, *Cartas Políticas e Literárias*, pág. 161, Bahia, 1919.

solitários. A respeito de Bismarck, porém, observou Gallifet que “o seu retrato já parecia uma declaração de guerra”. A fisionomia de Rio-Branco era, ao contrário, serena, generosa e cordial. Falando de si mesmo, em discurso de 1909 no Instituto Histórico, declarou ser êsse um traço de caráter que desejava lhe fôsse reconhecido pela posteridade:

Não me sentia feito para as posições de realce, para as lutas da vida pública, e só desejava que de mim se pudesse dizer um dia, neste recinto, que amei a minha terra e a minha gente, como de meu pai, quando êle desapareceu, foi dito da tribuna do Senado, que nunca abriguei, no meu coração, contra ninguém, uma partícula de malquerença ou ódio⁽⁶⁸²⁾.

Dias depois de sua morte, realmente, começava a ser proclamada a ausência de ódio ou vingança no seu caráter, e Assis Brasil dava neste sentido um testemunho autorizado:

Juro que nunca lhe pude lóbrigar verdadeira indignação contra injustiças, irritação contra injúrias, nada que parecesse execração ou ódio contra desafetos, e muito menos pruridos de vingança contra quem o agravasse, por mais gratuito que fôsse o ataque, e por mais fácil que lhe fôsse revidá-lo duramente⁽⁶⁸³⁾.

Um dos seus jovens secretários⁽⁶⁸⁴⁾, logo depois da morte de Rio-Branco, declarava a um jornalista que nunca ouvira dêle esta frase tão comum:

Deixa estar: um dia êle me pagará.

Isto ficou evidente quando, enlouquecido e descontrolado, Gabriel de Piza se atirou contra êle em telegramas da maior violência de linguagem, publicados nos jornais. O escandaloso espetáculo provocou revolta na opinião pública. Fêz-se ao Ministro das Relações Exteriores uma manifestação de desagravo. Dêle não partiu uma palavra áspera, um gesto de ódio ou rancor durante todo o incidente. Teixeira Mendes concitou Gabriel de Piza a se arrepender e a se retratar daquelas “injustiças e ofensas” e em nome dêle dirigiu a Rio-Branco uma mensagem com o pedido de perdão. À altura do gesto

(682) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXII, Parte II, pág. 338.

(683) Assis BRASIL, “Discurso”, *Revista Americana*, fevereiro, 1913, pág. 247.

(684) Muniz de ARAGÃO.

do apóstolo positivista ficou esta resposta do Barão, que êle próprio sugeria ser uma consequência dos seus sentimentos cristãos.

Agradeço-vos profundamente quanto vos servistes de fazer e publicar sôbre o caso daqueles telegramas. E posso dar-vos a certeza de que mui cordialmente aceito essa reparação das agressões que, em momentos de exacerbação, o vosso correligionário foi arrastado a atirar-me, após vinte anos de continuados testemunhos de estima a que sempre correspondi confiante em sua sinceridade. Procedendo, como procedo hoje — de inteiro acôrdo com as declarações que fiz na noite de 4 do corrente, ao responder a um orador popular — peço vênia para dizer que, por minha parte, observo também com satisfação e humildade, os ensinamentos da velha religião em que fui educado, e cuja moral, como sabeis, nunca poderá ser excedida.

Não havia nêle nem orgulho, nem ódio, nem arrogância. Antes, uma certa humildade, uma modéstia sem cálculo ou fingimento. Só se mostrava intransigente ou autoritário quando estava sustentando certos interêsses do Brasil na política externa. Dispondo de uma liberdade de iniciativa e deliberação, que ninguém limitava, procurava sempre atribuir ao presidente da República as realizações do Itamarati. Valorizava, em constantes referências, os seus antecessores e os seus auxiliares. Era um ser humano tão liberto do ódio quanto da inveja. Não tinha mêdo de sombras, nem o prazer mesquinho de trabalhar com pessoas medíocres para brilhar mais intensamente à custa delas. Para um pôsto de grande relêvo como o da primeira embaixada do Brasil escolheu Joaquim Nabuco; para a representação do Brasil numa assembléia universal como a de Haia escolheu Rui Barbosa; para serviços técnicos do Ministério das Relações Exteriores escolheu Euclides da Cunha. Estava cercado no Itamarati pelas principais personalidades do seu tempo: alguns dos melhores jornalistas, escritores, políticos, diplomatas acompanhavam-no como a um chefe. Um dos maiores entre êles, Joaquim Nabuco, prometera que seguiria Rio-Branco como um jesuíta ao Geral⁽⁶⁸⁵⁾. Até o seu próprio adversário Estanislau Zeballos reconhecia que “su personalidad, alzada por las circunstancias dichas y por otras que señalaré luego, arriba de toda posible rivalidad, no sintió emulaciones, ni cultivó envidia en torno suyo” e que “sus capitanes fueron eximios”⁽⁶⁸⁶⁾.

(685) Carta de Joaquim Nabuco a Rio-Branco — Arquivo do Itamarati.

(686) E. S. ZEBALLOS, *op. cit.*, págs. 413-414.

Porque fôsse pouco expansivo e nada declamatório dava Rio-Branco talvez a impressão de um temperamento destituído de impulsos sentimentais. Nisso se mostrava realmente diferente dos brasileiros: êle não exhibia os seus sentimentos, resguardava-os sempre com um pudor que antes revelava requintes de sensibilidade. Parecia-lhe indistinção de caráter essa forma de bondade displicente que tudo louva e estima, que desliza sôbre tôdas as coisas, as boas e as más, com gestos de frouxa concordância e aprovação. Êle tinha, na verdade, a principal coragem do homem político: a de resistir aos seus amigos, aos seus parentes, ao seu grupo. Movimentando, sem contrôle, grande quantidade de dinheiro e um poder sem limites — jamais praticou um ato de favoritismo ou nepotismo⁽⁸⁸⁷⁾. Êle próprio permanecia pobre como iria revelar o seu inventário. Na carta de um parente, que lhe pedia um favor como funcionário do Ministério da Viação, escreveu esta nota:

O artigo 426 do Regulamento dos Telégrafos não permite o pedido⁽⁸⁸⁸⁾.

Estava sempre pronto porém a ajudar os amigos, quando não havia empecilhos oficiais. Passou a apoiar, sob diversas formas, alguns dos seus antigos colegas na Faculdade de Direito de São Paulo e no Colégio Pedro II. Encontrou Heráclito Graça numa situação de quase miséria material e moral, empobrecido no *ensilhamento* e de todo desesperado. Reabilitou-o dando-lhe posição social e confiança em si mesmo. Do seu próprio bôlso saía mensalmente dinheiro para alguns parentes e os papéis do seu arquivo revelam a sua generosidade nesse particular. É verdade que se poderia notar em certas zonas da sua natureza humana uma espécie de frieza, característica das vidas que não tiveram influência feminina, dos séres que não se ligaram profundamente a uma mulher, dos homens que não conheceram — isto no seu caso é uma hipótese — uma grande felicidade pessoal. Tanto a vida como a obra de Rio-Branco eram de um solitário espiritual. O próprio amor que sentia pelos filhos não chegara a influir na

(887) "Austero, aliás, e imaculado no manejo do dinheiro público". (Carlos de LAET, "Rio-Branco", in *Revista Americana*, abril, 1913, pág. 20).

(888) Arquivo do Itamarati.

direção de sua existência. E ficou ainda mais solitário quando embarcou para a Europa e lá casou a sua filha Hortênsia, a sua companheira no Itamarati. O solitário, no entanto, era intensamente amado pelos filhos e pela multidão, acompanhado de dedicações comoventes. À sua mesa chegavam cartas de pessoas de tôdas as classes e das mais diversas regiões com palavras que mais pareciam protestos de adoração⁽⁶⁸⁹⁾. Em Campinas, por exemplo, havia um homem que manifestava por êle uma espécie de culto místico; de vez em quando vinha ao Rio com o único fim de ver de perto o Barão. Da Europa acompanhava-o o sentimento amoroso dos filhos, e um dêles, Paulo, escrevia-lhe estas palavras que o comoveram sem dúvida:

C'est avec une joie sincère que je t'envoie tous mes voeux de félicité pour l'année qui commence. Je te souhaite ce bonheur légitime que ta vie fait mériter plus que tout autre. Sois persuadé, cher Père, que ton fils, n'a d'autre désir qu'admirer et imiter ce modèle de vertu et de clémence que toi et ton père, vous nous avez lègue⁽⁶⁹⁰⁾.

Aumentava o brilho e a espiritualidade da "côrte" do Itamarati a presença habitual de intelectuais, jornalistas, escritores, artistas. Rio-Branco vivia no meio dêles, preferia-lhes a companhia à dos próprios políticos. A muitos dêles fêz entrar na carreira diplomática, a outros oferecia comissões, a todos os seus amigos intelectuais reunia constantemente na sala da biblioteca em discussões que faziam o encanto das suas conversas de historiador. Vinha-lhe às vêzes, naqueles momentos, a tristeza de não haver realizado a obra de História que imaginara e com ela a ilusão de novos projetos. Mostrando a sua biblioteca de seis mil volumes, cheia de obras raras e preciosidades bibliográficas, os seus papéis, as suas anotações, costumava dizer:

— Um dia, quando deixar o Ministério, voltarei aos meus livros e trabalhos de história.

Ligados ao Itamarati — pelos trabalhos na diplomacia ou pelas relações de amizade com Rio-Branco — estavam os grandes nomes de escritores e artistas da época: Machado de

(689) Arquivo do Itamarati.

(690) Arquivo do Itamarati.

Assis, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu, Oliveira Lima, Martins Júnior, João Ribeiro, Sílvio Romero, José Veríssimo, Clóvis Bevilacqua, Domício da Gama, Graça Aranha, Aluísio Azevedo, Olavo Bilac, Pedro Américo. Ao seu lado se achavam vários dos jornalistas de mais relêvo naquele tempo: Alcindo Guanabara, Tobias Monteiro, Medeiros e Albuquerque. Tornaram-se seus amigos alguns que o haviam combatido no comêço como Gil Vidal. Era um escritor o seu auxiliar de mais confiança, Domício da Gama, a princípio seu secretário, depois ministro em Lima e em Buenos Aires, em momentos difíceis para a política internacional em relação com essas duas capitais, e por fim embaixador em Washington. Também escritor era o seu nôvo e jovem secretário, Araújo Jorge, que êle acolhera ao chegar da Província. Só havia a estranhar que deixasse ficar em segundo plano uma figura como a de Oliveira Lima.

Sempre que lhe parecia possível gostava de juntar a função política com a cultural. Para seus embaixadores escolheu Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, a ambos se sentindo ligado por relações tanto de amizade como de aprêço intelectual. A Euclides da Cunha ofereceu o que êle mais desejava: o trabalho técnico, a aventura de pioneiro pelo interior do Brasil, a oportunidade de conhecer e estudar a terra nas suas fronteiras extremas. Depois de chefiar a missão de reconhecimento do Alto Purus permaneceria Euclides em serviços técnicos no Itamarati até a nomeação para professor do Colégio Pedro II⁽⁶⁹¹⁾. Conta-se que êle e Rio-Branco ficavam às vêzes a discutir, madrugada a dentro, assuntos de história ou problemas brasileiros. Em algumas noites, Euclides já deitado, como hóspede de casa de Westphalia, entrava-lhe pelo quarto o Barão, vindo de alguma festa ou solenidade, e ficavam os dois a conversar, um de casaca e cartola, o outro

(691) Eis em que consistiu a tão discutida intervenção de Rio-Branco no concurso para a cadeira de Lógica, no Colégio Pedro II, em que Euclides foi um dos candidatos:

“Decide-se agora a escolha do lente de Lógica para o Ginásio Nacional. Não dei até aqui um passo em favor de Euclides da Cunha por entender que êle não precisa disso. Agora, porém, que sei ter havido uma escandalosa cabala contra êle no seio da Congregação e que outros candidatos recorrem a padrinhos ou pistolões — como diz o povo — sinto-me obrigado — sem pedido algum dêle — a queimar cartucho em favor dêsse môço puro e digno que é uma inteligência de primor”. (De uma carta de Rio-Branco a Francisco da Veiga, em 12 de março de 1909 — Arquivo do Itamarati).

debaixo dos lençóis — numa intimidade de intelectuais que não excluía o cerimonioso tratamento pessoal:

- V. Excia., senhor Barão.
- O senhor, doutor Euclides...⁽⁶⁹²⁾.

Outra figura que de noite costumava aparecer no Itamarati ou na casa de Westphalia era Capistrano de Abreu. Prosseguia — agora verbalmente — aquêlé diálogo de historiadores, iniciado havia vinte anos por correspondência. Ambos, com o gôsto da minúcia, levavam horas a discutir um pormenor de cronologia. Uma vez, em que Capistrano se retirou de madrugada, veio a se saber que êle e o Barão tinham discutido durante tôda a noite a respeito da introdução da jaca no Brasil⁽⁶⁹³⁾.

Raro o intelectual da época que não houvesse recebido de Rio-Branco um cargo, uma comissão, uma tarefa qualquer de acôrdo com as suas preferências e aptidões. A Clóvis Bevilacqua fêz consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores; a Aluísio Azevedo, a quem encontrou numa função temporária, deu um lugar permanente na carreira consular; a José Veríssimo entregou a direção de alguns concursos para a carreira diplomática. É para Rio-Branco — a quem chama “um dos chefes intelectuais e um dos diretores políticos de nossa pátria” — que Sílvio Romero apela quando vê em perigo o reconhecimento do seu diploma de deputado ou quando deseja ser incluído na chapa de deputados pelo Distrito Federal. Acrescenta que não buscará outra proteção que não seja a do Ministro das Relações Exteriores:

Quero dever só ao meu caro mestre, homem de letras, a minha eleição⁽⁶⁹⁴⁾.

Alberto Tôrres dirige a Rio-Branco, nos princípios de 1912, um longo memorial em que se encontram os pensamentos da sua obra de sociologia e política. Declara que não

(692) Nessa mensagem dirigida ao pai de Euclides percebe-se quanto sofreu Rio-Branco com o assassinato do amigo:

“Atordoado pela nossa grande desgraça do dia 15, não pude dirigir-lhe antes palavras de amizade, de simpatia e de conforto: o terrível golpe que feriu seu coração de pai, feriu igualmente o meu coração de amigo e sincero admirador dos grandes dotes intellectuais e morais do seu nobilíssimo filho; sei quanto perdi de sincero afeto com o desaparecimento dêsse bom amigo e companheiro de trabalhos; sei quanto de esperanças fundadas perdeu o Brasil”.

(693) Depoimento do Embaixador Leão Velloso em conversa com o Autor.

(694) Carta de Sílvio Romero — Arquivo do Itamarati.

vê outro estadista a quem possa entregar as primeiras sugestões dos seus estudos, as três sugestões que lhe parecem mais indicadas no momento para melhor funcionamento das instituições republicanas: 1.º) Intervenção do Governo Federal nos Estados perturbados, com a nomeação de interventores que os reorganizem e presidam eleições verdadeiras, dando balanço completo na organização dos municípios e dos Estados, para preparar a sua reorganização econômica e financeira; 2.º) Acôrdo geral para a anulação, na verificação de podêres, das eleições dos Estados perturbados; 3.º) Escolha de uma comissão para o estudo dos problemas sociais e econômicos, para adoção de medidas a serem executadas conjuntamente pela União, pelos Estados e pelos municípios⁽⁶⁹⁵⁾. No arquivo do Barão ainda ficou de Alberto Tôrres um longo poema em francês escrito por ocasião da visita de Sáenz Peña ao Brasil e dedicado a Rio-Branco. De Pedro Américo — a quem ajudou no fim da vida — êle adquiriu o quadro *Paz e Concórdia*, pelo qual, aliás, se tomou de grande estima em virtude do que representava da sua obra diplomática na alegoria artística: a vitória da paz e o aniquilamento da guerra era o simbolismo do quadro.

Outra forma com que Rio-Branco valorizava os intelectuais consistia na consulta que lhes fazia constantemente em casos das suas especialidades. A Rui e Lafayete consultava sôbre assuntos de direito; a José Veríssimo, de literatura; a Heráclito Graça, de linguagem e estilo⁽⁶⁹⁶⁾. Não deixava também de ser respeito à dignidade do officio literário ou artístico o escrúpulo, o rigor, a consciência dos seus votos para a escolha de membros do Instituto Histórico ou da Academia Brasileira. Quando se lançou a notícia de que estava patrocinando a candidatura do general Dantas Barreto à Academia, na vaga de Joaquim Nabuco, êle logo a desmentiu em carta a um amigo: não era verdade, sempre quisera muito bem a

(695) Arquivo do Itamarati.

(696) A Heráclito Graça, por exemplo, enviou certa vez êste curioso bilhete, quando estava a redigir uma nota diplomática nas negociações a respeito de limites com o Peru:

“Heráclito

Como dizer:

“Começaríamos por nos não entender” ou “por nos não enterdermos”?

Exemplos de uma e outra redação.

Seu — Rio-Branco.”

Nabuco, desejava para seu sucessor "o Quintino Bocaiuva ou outro homem dêsse porte nas letras e na política"⁽⁶⁹⁷⁾. Levaram-lhe um dia a proposta, com dezessete assinaturas, de um nome estrangeiro mais ou menos famoso para sócio correspondente do Instituto Histórico. Rio-Branco rasgou-a imediatamente, explicando ao portador:

— Este sujeito não passa de um *maitre d'hôtel* de ínfima categoria. O Instituto não deve permitir vulgaridades.

Os estrangeiros que aqui recebeu eram todos realmente ilustres. Nunca, aliás, o Brasil fôra tão visitado por grandes personalidades européias em tão curto período de tempo. Georges Clemenceau, Anatole France, Guglielmo Ferrero — tôda uma série de políticos e homens de letras estrangeiros, aos quais Rio-Branco acolhia no Itamarati em recepções e festas que aos visitantes dava a ilusão de um país nas categorias extremas da civilização. Com Clemenceau, por exemplo, tomou-se de cuidados especiais porque sabia que êle ia publicar depois as suas impressões sôbre a América do Sul. Tudo, porém, fôra preparado com tanta arte que êle se sentiu recebido "avec la cordiale simplicité d'un ami"⁽⁶⁹⁸⁾. A festa oferecida a Ferrero ficou também famosa pelos seus requintes de gôsto e finura intelectual⁽⁶⁹⁹⁾.

Rio-Branco tinha razão em gostar tanto dos intelectuais e artistas. Sòmente êles sabiam empregar a seu respeito a linguagem que mais o encantava. Dêles recebia os elogios mais inteligentes e adequados, os louvores que mais lhe davam a sensação de um juízo antecipado na posteridade. Não só

(697) Arquivo do Itamarati.

(698) G. CLEMENCEAU, *op. cit.*, págs. 212.

(699) A título de simples curiosidade vale a pena ler a propósito esta carta de Graça Aranha a Rio-Branco, expressiva a despeito do seu artificialismo e falso estilo:

"Naquela noite memorável em que Guglielmo Ferrero foi recebido no Itamarati, não lhe pude dizer todo o meu entusiasmo pelo nobre acolhimento que V. Excia. fêz à Inteligência e ao Gênio estrangeiros. Tive a deliciosa ilusão de que Cícero era recebido por Péricles... Jantamos em Atenas. O seu discurso foi uma excelente e fina interpretação do gênio do hóspede e a evocação de Lombroso uma delicada homenagem à Filha e à Italiana. E em tudo se excedeu a sua magnífica graça; e uma grande e rara harmonia foi o traço de tôda aquela tarde e da noite. Ferrero jamais esquecerá êsse momento grego no Brasil, em que êle foi recebido por Péricles — Rio-Branco, conversou com Platão Machado de Assis, e foi iluminado pelo olhar e pela frente de Minerva... Ainda como os atenienses, nós poderíamos dizer ao historiador da antigüidade que o juramento de Rio-Branco na mocidade foi o mesmo da juventude grega no altar da Deusa: "Não deixarei diminuir minha Pátria, mas a engrandecerei." Seu amigo muito — Graça Aranha".

dos intelectuais que eram também políticos — como Nabuco e Rui — recebia palavras de exaltação, mas igualmente daqueles que eram puramente escritores como Machado de Assis e Euclides da Cunha. Enquanto Machado acentuava “as suas grandes qualidades de homem e de brasileiro” — e nas referências de Rio-Branco o romancista aparecia sempre como “o meu querido mestre” — Euclides traçava-lhe um admirável perfil:

Felizmente continuo a olhar para o Ministro a quem tenho servido — o único grande homem vivo desta terra — com a mesma admiração e simpatia. E até com assombro: é lúcido, é gentil, é trabalhador, e traça na universal chateza destes dias uma linha superior e firme de estadista.

Mas foi Sarah Bernhardt, numa frase inteligente, quem lhe ofereceu talvez a mais amável sensação da sua existência de triunfador sem uma só derrota. A grande artista, em 1910, fôra aqui recebida num ambiente de hostilidade em face do que publicara contra o Brasil a propósito de sua *tournee* anterior. Junto aos estudantes — por intermédio de Domicio da Gama, então no Rio de Janeiro — Rio-Branco intervém no sentido de evitar a vaia e as manifestações de desagravo que lhe preparavam. Pessoalmente — o que acontecia raras vêzes — prestigiou com a sua presença o espetáculo, que veio a constituir, ao contrário do que se esperava, um grande sucesso teatral. Visitou depois Sarah Bernhardt no camarim. Encontrou-a encantada com o sucesso. Ocorreu-lhe então que o homem que estava diante dela era um estadista que também conhecia a glória, e lembrá-lo numa frase de espírito representava para ela a melhor maneira de agradecer as suas felicitações:

— C'est si bon de vaincre, vous le savez mieux que personne, Monsieur le Baron !

Isto deve ter sensibilizado profundamente o velho vencedor de tantas causas e questões, o triunfador que conquistara — sem guerra e sem sangue — três províncias para o seu país, que integrara no patrimônio nacional novecentos mil quilômetros quadrados de territórios disputados, que pela ação de sua política diplomática e prestígio da sua personalidade havia colocado o Brasil, como potência internacional, acima das pró-

prias fôrças e recursos da nação ainda em período de crescimento.

Já se podia falar dêle, ainda vivo, como de uma figura histórica. É o ambiente intelectual que êle mais estimava era o do Instituto Histórico, cuja presidência assumiu na sessão de 30 de janeiro de 1908. No número dos seus sócios tinha entrado muito jovem, e aquilo que mais o honrava agora nessa presidência era a circunstância de ocupar um lugar que havia sido outrora o de D. Pedro II. Assim, ao tomar posse, invocava a figura do "grande e sempre lembrado Imperador"⁽⁷⁰⁰⁾. Por entre as transformações republicanas o Instituto guardava ainda uma certa fidelidade ao espírito do Segundo Reinado. Ali Rio-Branco podia falar amplamente do passado e conviver mais intimamente com algumas figuras do Império como o marquês de Paranaguá e o Visconde de Ouro Preto. Fôra Ouro Preto, aliás, quem o levara a aceitar o cargo de presidente do Instituto ao declarar que só seria vice-presidente se êle viesse ocupar a presidência. E ao abrir uma das sessões solenes, no impedimento do Barão, não hesitou em dizer:

Substituir o Sr. Barão do Rio-Branco é difícil, e em muitas matérias impossível.

A participação na vida do Instituto Histórico constituía para Rio-Branco uma maneira de reviver os tempos da sua formação. Encontrava sempre oportunidade nos seus discursos para exaltar o "Império liberal e democrático", o Imperador, os estadistas do Segundo Reinado. Um dia, saudando o Visconde de Ouro Preto, exclamou no meio do discurso:

Sou dêsse tempo em que os estaleiros do nosso arsenal de Marinha construíram em poucos meses os encouraçados de rio que tornaram possível o forçamento da passagem de Humaitá. Lembro-me das rápidas linhas em que — guiado pelo coração que transbordava de júbilo e também pelo mais puro sentimento de justiça — o velho e infatigável Inhaúma, depois de um "Viva Afonso Celso", dizia ao seu jovem Ministro: "A última carta de Vossa Excelência fica respondida com a passagem de Humaitá".

Ainda mais do que as glórias militares, no entanto, o que êle procurava valorizar no Segundo Reinado era a tra-

(700) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LXXI, Parte II, pág. 422.

dição que nos criara de uma política liberal, de um pensamento livre e de uma tendência ao respeito pela dignidade humana.

Isto fazia de Rio-Branco uma figura do passado, um homem dos novos tempos que trazia consigo um conjunto de tradições da época monárquica. Intelectualmente, a sua estrutura era a de um tradicionalista. Nos seus despachos de ministro de Estado, nos seus discursos, em todos os seus documentos — o que constituía a principal argumentação vinha de fatos, doutrinas e situações do passado. Era êste o seu instrumento dialético preferido: a invocação de episódios e princípios antigos para a aplicação no presente. Dotado de uma memória extraordinária, que funcionava com presteza e oportunidade, êle apresentava sempre, em cada caso discutido, uma série de outros fatos semelhantes, ocorridos em diversos países e épocas. E assim podia unir a sua natureza de historiador com a do político.

Que a sua natureza humana (ao contrário do que êle julgava) era ainda mais de político do que de historiador — isto se revelava pelo seu estilo. Do estilo de Rio-Branco não se podia dizer que fôsse literário ou artístico, mas um estilo da ação. Não há nêle beleza, originalidade ou brilho, mas decisão, propriedade, justeza e espírito de síntese. Não é um estilo de orador, mas de homem que dirige os acontecimentos na solidão de um gabinete. Não usava jogos de imagens, recursos de retórica, efeitos verbais, nenhuma dessas palavras vazias e explosivas — tão comuns nos oradores — que estouram no ar, inúteis, como foguetes de girândolas. A sua linguagem apresentava-se nua, sóbria, ascética, sem uma palavra excessiva, sem uma frase que não correspondesse a alguma coisa de essencial. Uma linguagem que era o próprio pensamento em ação. Se o estilo é a forma mesma em que se exterioriza uma personalidade — cada homem tem o estilo da sua própria obra. Haveria alguma coisa de ridículo no homem de Estado que escrevesse com a maneira de um poeta ou de um romancista. Pois há um estilo da ação, para o estadista, como há um estilo da contemplação, para o artista. As obras escritas de Rio-Branco não são propriamente livros, mas atos. Atos foram as suas “memórias”, as suas “exposições de motivos”, os seus discursos, os seus artigos, os seus documentos diplomáticos. Um estilo da ação a exprimir uma figura de homem de Estado.

Não lhe faltava, porém, nem o gosto nem a cultura em assuntos de literatura e arte. Ele próprio continuava a ser jornalista como na mocidade. Com diversos pseudônimos — Nemo, Kent, J. Penn, Brasilicus, Bernardo de Faria — escrevia constantemente artigos para o *Jornal do Comércio*, o *País*, e *A Notícia*, ou editoriais e tópicos sem assinatura⁽⁷⁰¹⁾. Daí as suas afinidades com escritores e artistas, que, em grande parte, no seu tempo, passaram da boêmia dos cafés para o ambiente do Itamarati. Para os intelectuais mais jovens a fascinação ia deixando de ser a boêmia para ser a carreira diplomática. Ser diplomata pelas mãos de Rio-Branco representava uma ambição para os jovens escritores nos princípios do século. Eles viam em torno do Barão os nomes famosos da época, as principais figuras da geração — a mais importante talvez de toda a literatura brasileira — que lançou as suas obras nos fins do século XIX e princípios do século XX. A época de Rio-Branco ficaria marcada não só como uma grande época política, mas também literária. Época de um Machado de Assis, de um Euclides da Cunha, de um Joaquim Nabuco. E como a sugerir uma ligação subterrânea entre a política e as letras o mesmo ano da chegada de Rio-Branco ao Brasil, 1902, seria também o ano da publicação de *Os Sertões* e *Canaã*.

Ainda da Europa, em 1904, Joaquim Nabuco escrevia a Rio-Branco:

Não há no Brasil um homem preparado como você para a política e meus votos são que os acontecimentos lhe dêem o papel para o qual você foi talhado⁽⁷⁰²⁾.

E as comemorações que se realizaram na data do seu aniversário em 1909 pareciam tomar a significação de um lançamento da sua candidatura à presidência da República. Dera-se com ele um fenômeno diferente do que ocorre comumente: o exercício do poder não o tornara impopular; depois de tantos anos no Ministério, a sua popularidade ia crescendo sempre. Muitos dos que o haviam combatido no começo tornaram-se seus partidários entusiásticos. Uma ou outra voz que se levantava para censurá-lo ficava isolada e sem repercussão. Assim, a 20 de abril de 1909, as comemorações festivas, em que tomou

(701) *Recortes de Jornais* — Arquivo do Itamarati.

(702) Arquivo do Itamarati.

parte quase toda a população do Rio de Janeiro, ultrapassaram em vibração e intensidade as demais outras manifestações populares que êle havia antes recebido: a de 20 de janeiro de 1904, a de 27 de julho de 1906, a de 3 de outubro de 1907, a de 11 de agosto de 1908, esta última em São Paulo. A muitos se afigurava que o povo, pela primeira vez, indicava diretamente um candidato  presidência da República. De longe, informado pelas notícias dos jornais, Nabuco interpretava desse modo o movimento popular, e escrevia a José Carlos Rodrigues:

A demonstração do dia 20 parece com efeito o lançamento da candidatura do nosso amigo.

O próprio Rio-Branco compreendeu o sentido especial daquelas festas de aniversário e aproveitou o discurso de agradecimento para reafirmar a sua posição nos mesmos têrmos em que o fizera no dia da chegada ao Brasil:

Há trinta e quatro anos separei-me das lides da política interna, sem dvida das mais belas e nobres quando são inspiradas pelo ideal da felicidade e grandeza da Pátria. E afastei-me porque, ensaiando-me nelas obscuramente, pude logo verificar que me faltavam as aptidões e qualidades brilhantes que se requerem nos combatentes dos partidos políticos. Entreguei-me desde então ao serviço do país nas suas relações exteriores, porque me ocupando na serenidade do gabinete, com assuntos ou causas incontestvelmente nacionais, eu me sentiria mais forte e poderia habilitar-me a merecer o concurso das animações de todos os meus concidades.

Aos políticos e jornalistas que lhe sugeriam a presidência da República como o complemento natural da sua obra dava sempre a mesma resposta: não desejava se ocupar senão com a política externa. Que motivo teria Rio-Branco para essa recusa? Certamente não era o da sua incompetência para o cargo. Isto seria inaceitável, embora constituísse a sua habitual alegação. Vinha a recusa, sem dvida, da consciência de que a sua obra tinha um caráter nacional, acima de disputas pessoais e partidárias, e que essa obra se enfraqueceria, diminuindo a autoridade do seu nome, no momento em que êle se tornasse o candidato de um grupo, de uma facção ou de um partido. Seria então discutido, atacado, injuriado, e não mais poderia se apresentar perante o estrangeiro com aquela fôrça que constituía o fundamento da sua ação

política: a de um homem que contava com a solidariedade de toda uma nação. Por outro lado, amava bastante a sua glória, e sabia que uma luta partidária retiraria dela o caráter de unanimidade e grandeza, resultaria na destruição do pedestal, onde se colocara através de um caminho que não havia sido percorrido por nenhum outro brasileiro. Daria a entender mais tarde que teria aceitado a presidência da República se ela lhe houvesse sido oferecida numa candidatura única e sem oposição, numa candidatura nacional, num movimento de conciliação geral. Só a candidatura única e nacional estaria na verdade em correspondência com a obra de Rio-Branco, com o feitio do seu caráter e com a significação do seu nome. O que lhe ofereceram duas vezes em maio de 1909 foi ao contrário uma candidatura de facção e de combate. Pois se êle era candidato predileto do povo, não o era, porém, dos líderes políticos e chefes de grupos.

A política interna entrava, com efeito, numa fase de luta tumultuosa que atingiria os limites de uma crise institucional. Certos indícios pareciam mostrar que o problema da escolha do novo presidente da República teria dessa vez um desfecho inesperado, capaz de atingir à própria estrutura das instituições republicanas.

Considero o país na iminência de dias bem sombrios. Alguma coisa extremamente grave de nós se aproxima, que a cegueira geral não enxerga.

Isto escrevia Rui Barbosa, no seu tom profético, em carta de dezembro de 1908 dirigida a Pinheiro Machado⁽⁷⁰³⁾.

Da lógica dos acontecimentos, aliás, seria possível esperar que Rui Barbosa tivesse agora o seu nome indicado à Presidência como candidato das forças políticas do situacionismo. Era um nome que o próprio Afonso Pena estaria moralmente obrigado a escolher ou aceitar. Podia-se dizer que a Rui êle devia o seu cargo: não só afastara em proveito dêle a sua candidatura levantada pela Bahia como fôra um dos líderes do movimento de resistência à candidatura officiosa de Bernardino de Campos, do qual surgira a candidatura mineira. Dentre todas as oportunidades, esta era a mais propícia à candidatura de Rui Barbosa, e para isso ainda mais

(703) Rui BARBOSA, *Cartas Políticas e Literárias*, pág. 134, Bahia, 1919.

concorria a circunstância da sua recente obra em Haia com repercussão universal. Afonso Pena, ao contrário, inclinou-se para o nome de David Campista, lançado por êle ou pelos seus amigos, com o apoio ostensivo do Caçete, em dezembro de 1908. Caía assim no vício político que fôra combatido havia quatro anos e de cujo combate êle mesmo se beneficiara: o abuso de escolher o presidente da República o seu sucessor⁽⁷⁰⁴⁾. Escolha, agora, ainda mais escandalosa porque tinha evidente caráter pessoal: David Campista, mineiro, era o ministro da predileção do Presidente. Não apresentava, além disso, um passado político, uma experiência governamental, só contando com a agudeza e a agilidade de uma inteligência de primeira ordem. Não era um candidato que se preferisse a Rui Barbosa ou a Rio-Branco, os dois mais indicados no momento. E dêsse êrro obstinado de Afonso Pena surgiria a crise de maio de 1909, tornada ainda mais dolorosa com a morte do Presidente no mês seguinte.

Não lhe faltaram nem apelos, nem advertências. Não faltou sequer quem collocasse diante dos seus olhos o quadro antecipado das desgraças que iriam cair sôbre êle, o seu governo e a República. A 16 de dezembro de 1908 — declarando que não era candidato e ampliando a autoridade do seu gesto com a declaração de que renunciava à possibilidade da sua própria candidatura — Rui Barbosa vetava, em carta a Afonso Pena, o nome de David Campista:

Ninguém cogitaria dêle para o lugar de chefe da nação, a não ocupar êle atualmente o pôsto de ministro.

E mais adiante indicava profeticamente as conseqüências dessa candidatura oficial:

Ela lhe amargurará os seus dois últimos anos de administração, reservando ao seu sucessor dias ainda piores, depois de semear nos costumes do regime um exemplo, cujas conseqüências desacreditarão e arruinarão irremediavelmente o nosso sistema de governo⁽⁷⁰⁵⁾.

(704) "O atual presidente da República ocupa essa cadeira não tanto como expressão do seu valor pessoal, aliás incontestável, quanto como encarnação de um princípio, em cujo nome erguemos e graças ao qual se tornou vitoriosa a sua candidatura: o princípio que recusa ao chefe de Estado o direito da iniciativa ou deliberação na escolha do seu sucessor. Nós o negamos ao dr. Rodrigues Alves. Não podemos deixar de negá-lo hoje, e com mais força ao Presidente atual, cuja elevação ao Governo resultou dessa nossa atitude para com o seu sucessor." (Rui BARBOSA, *op. cit.*, pág. 141.)

(705) Rui BARBOSA, *op. cit.*, pág. 144.

Não tinha sequer Afonso Pena para sustentá-lo uma poderosa arregimentação política. Não dispunha de grande força política nem mesmo em Minas Gerais. Daí a aventura de uma empresa como a sua: a imposição de um candidato oficial sem elementos de apoio. Desde o começo de 1908 estava cindido o situacionismo. Abriu-se uma divergência entre o grupo de Pinheiro Machado e o de Carlos Peixoto, o primeiro visando o fortalecimento do poder caudilhesco do seu chefe, o segundo a continuidade da hegemonia da política mineira. Com o acordo que se tentou então — a reeleição de Carlos Peixoto para a presidência da Câmara, mas com uma reforma do regimento que lhe limitava os poderes — nenhuma das duas partes ficava satisfeita e apaziguada. A pedido do presidente da República coube a Rio-Branco nesta crise um papel amigável de mediador. Dirigiu a Carlos Peixoto uma carta em que lhe pedia que saísse da posição intransigente para um terreno de entendimento “em bem da pacificação dos espíritos”⁽⁷⁰⁶⁾. Pacificação, no entanto, efêmera: os dois grupos rivais cada dia se separavam mais, e a morte de João Pinheiro parecia tornar impossível a vitória do grupo de Minas, muito mais simpático aliás do que o de Pinheiro Machado, pois dele faziam parte os jovens deputados de espírito renovador do chamado “jardim da infância”, enquanto o “bloco” corria o perigo de se tornar uma massa informe nas mãos do seu chefe caudilhesco.

A candidatura de David Campista discutida nos fins de 1908 e princípios de 1909 não obteve, como era de esperar, o apoio do “bloco”. Wenceslau Braz, governador de Minas, mandava dizer, a 17 de maio, ao presidente da República que no seu próprio Estado ela encontraria dificuldades e obstáculos. Isto representava um veto sob formas cautelosas. Começara-se desde antes a cogitar de outra solução. No começo de maio, Rui Barbosa mandava um emissário a Rio-Branco a fim de pedir-lhe que aceitasse o lançamento do seu nome como candidato à Presidência da República. Ele recusou com a alegação de que nunca poderia aceitar uma candidatura de combate, sobretudo de combate a um seu colega de Ministério. Além disso, nas rodas políticas, dizia-se nessa época que o nome de Rio-Branco fôra sugerido a Afonso Pena

(706) Arquivo do Itamarati.

e por êle vetado. Mas teria realmente o presidente da República afastado com uma negativa o nome do seu ministro das Relações Exteriores? Pouco depois o caso ficaria esclarecido, e ver-se-ia que fôra envolvido numa mentira vergonhosa. A Pinheiro Machado encarregara Rui de propor a Afonso Pena o nome de Rio-Branco como um meio de afastar o de David Campista, sem diminuir a autoridade do Presidente, dada a circunstância de serem ambos seus ministros. De volta da conferência com Afonso Pena trouxe Pinheiro Machado a estranha resposta de que êle recusava o alvitre. Na sua famosa carta de 19 de maio, Rui tornou público o fato com a afirmação de que à candidatura de Rio-Branco só faltara a aquisição do presidente da República. Afonso Pena fêz então restabelecer a verdade em tôrno do episódio: nenhum líder político lhe havia sugerido nunca a candidatura de Rio-Branco; só uma pessoa lhe falara nesse nome, e essa pessoa fôra exatamente Pinheiro Machado, mas para declarar no mesmo momento que tal candidatura seria inviável...

Abria-se o mês de maio com a candidatura Campista praticamente derrotada⁽⁷⁰⁷⁾. Pinheiro Machado mantinha livre os seus movimentos e ligações, sem assumir compromissos. Dava a impressão de que o seu candidato seria um desses quatros nomes: Rui Barbosa, Rio-Branco, Campos Sales, Quintino Bocaiuva. Diziam alguns dos seus íntimos que a chapa do chefe gaúcho apresentaria o nome de Rio-Branco para a presidência e o de Hermes da Fonseca para a vice-presidência⁽⁷⁰⁸⁾. Uma simples manobra, ao que parece. Nenhum nome convinha tanto a Pinheiro Machado quanto o do marechal Hermes para a presidência: era o que lhe daria mais oportunidade para um poder absoluto de *eminência parda*. Apossou-se dêle com sofreguidão quando o sentiu vitorioso. E de onde saía essa candidatura? De uma ala política do Exército, dos remanescentes do jacobinismo, dos antigos partidários do militarismo. Só pela sua origem ficou desde logo condenada pela consciência civilista da nação. O que os civi-

(707) Veja-se, para conhecimento dos episódios políticos desse mês de maio de 1909, de conseqüências tão decisivas para a evolução republicana, a conferência de A. Tavares de Lira, "Presidente Afonso Pena", pronunciada no Instituto Histórico e publicada no *Jornal do Comércio* de 15 de outubro de 1930. O autor oferece aí um depoimento de participante dos acontecimentos como ministro da Justiça do govêrno Afonso Pena.

(708) Depoimento do ministro A. Tavares de Lira em conversa com o Autor.

listas, com Rui à frente, combatiam nessa candidatura não era a farda do candidato nem o direito do militar, como qualquer cidadão, de ocupar a presidência da República, mas essa circunstância de não ser político o candidato, de não ter êle outra credencial além da sua patente de marechal e da sua posição de ministro da Guerra. A circunstância de que para o lugar de chefe de Estado o nome do marechal não saíra “do Congresso, do seio de um partido, ou de um passado político”, mas como solução de fôrça, embora disfarçada, como uma entidade que se havia de acatar e respeitar pela feição militarista.

O próprio marechal Hermes parecia indeciso e hesitante por entre as seduções dos que lhe queriam explorar o nome e o poder. Daí a duplicidade das suas atitudes em face do Presidente: não-candidato e candidato num período de dois dias. A 15 de maio, êle declarava em carta ao presidente da República que não era candidato⁽⁷⁰⁹⁾; a 17, numa reunião em casa de Pinheiro Machado, ficava adotada a sua candidatura⁽⁷¹⁰⁾. Afonso Pena, hesitante, enfraquecido, desgostoso, vencido, perdia o contrôle da situação. Poderia, com um gesto de firmeza, ter inutilizado a candidatura Hermes, mas já não dispunha nem de resistência, nem de capacidade de iniciativa⁽⁷¹¹⁾.

Pela segunda vez, Rui apela para Rio-Branco a fim de que aceite a candidatura à Presidência, e a resposta não deixou de ser igual à anterior: não aceitara antes uma candidatura de combate à do ministro da Fazenda, não podia aceitar agora uma candidatura também de combate à do ministro da Guerra. Aliás, aos chefes políticos que lhe foram oferecer a candidatura à Presidência tinha declarado o marechal Hermes que aceitaria sob a condição de com ela concordarem o Barão do Rio-Branco e Rui Barbosa.

(709) “Passei no salão de despachos. O Presidente estava absolutamente calmo. Deu-me para ler a carta de Hermes, de que não tenho cópia, mas cujos pontos essenciais posso reproduzir. Dizia: — que, para atender aos desejos do Presidente, declarava não ser candidato à presidência; etc.” (A. TAVARES DE LIMA, *conf. cit.*).

(710) Dos *Cadernos de Notas* de Rio-Branco, no mês de maio: “17 maio, 2.^a — A noite, em casa de Pinheiro, reunião de alguns homens políticos, que adotaram a candidatura Hermes. Carlos Peixoto resignou.” — Arquivo do Itamarati.

(711) “Nos derradeiros meses de governo, o Presidente mudara muito. Seu temperamento perdera, em parte, o ardor e a vibração de outrora. Vez por outra dominava-o profundo abatimento. E sua resistência física enfraquecia visivelmente” (A. TAVARES DE LIMA, *conf. cit.*).

Negou-lhe Rui aprovação e apoio na famosa carta do dia 19 de maio, dirigida aos senadores Francisco Glicério e Antonio Azeredo — um grande documento que ficaria marcado como o ponto de partida da campanha civilista⁽⁷¹²⁾. Aí lançava, ao lado do elogio pessoal do marechal Hermes, a condenação política da sua candidatura. E a ela opunha, mais uma vez, o nome do Barão do Rio-Branco. Depois de citar os diversos candidatos possíveis como representantes dos Estados:

Pois Mato Grosso não tem o Sr. Joaquim Murinho? O Rio Grande do Sul, o Sr. Pinheiro Machado, o Sr. Borges de Medeiros, o Sr. Carlos Barbosa? Santa Catarina, o Sr. Lauro Müller? São Paulo, o Sr. Rodrigues Alves, o Sr. Campos Sales, o Sr. Bernardino de Campos, o Sr. Francisco Glicério, o Sr. Albuquerque Lins e o Sr. Antonio Prado?

E assim por diante, em vários Estados, perguntava no fim:

O Brasil, o Barão do Rio-Branco?

Caracterizava em seguida a figura do seu candidato:

Este nome apresentei-o eu, ultimamente, como a solução nacional. E era. Um nome universal; uma reputação imaculada; uma glória brasileira; serviços incomparáveis; popularidade sem rival; qualidades raras; o hábito de ver os interesses nacionais do alto, acima do horizonte visual dos partidos; extremo patriotismo; ardente ambição de grandes ações; imunidade a ressentimentos políticos, dos quais teve a fortuna de se preservar; uma entidade, em suma, a todos os respeitos singular para a ocasião, para o caso, para a solução providencial do problema. Era uma candidatura que seria recebida nos braços da nação e levada por ela em triunfo à presidência.

Na véspera, no entanto, Rio-Branco havia lançado nos seus *Cadernos de Notas* esta frase:

Questões de sentimentalismo não devem prevalecer sobre as conveniências da defesa nacional e os interesses políticos da nação.

Isto explica — a despeito do seu engano, do êrro da atitude que ia tomar — a razão da solidariedade com que correu para a candidatura de Hermes da Fonseca. Ele não podia prever que uma camarilha se apossaria do marechal para levar o seu governo aos dias terríveis do estado de sítio, do caso do *Satélite*, das *derrubadas* nos Estados e do bombar-

(712) Rui BARBOSA, *op. cit.*, págs. 155-170.

deio da Bahia. Conhecia, é certo, a natureza sensível, influenciável e dócil de Hermes da Fonseca, mas podia esperar que, justamente por isso, os bons conselheiros — entre os quais êle estaria — fôsem capazes de orientar benéficamente o que havia de generoso e honrado no caráter do marechal. O próprio Rui diria dêle:

Um bom Ministério poderá salvá-lo. Um mau corrilho o perderá.

Rio-Branco contava sem dúvida com êsse “bom Ministério”; e não poderia contar com o “mau corrilho” que acabaria por prevalecer, sobretudo depois de sua morte. Êle via, além disso, na presidência de Hermes da Fonseca, a possibilidade de uma preparação completa da defesa nacional. Um dos seus desejos consistia no estabelecimento de organizações militares e navais que sustentassem a estrutura da sua diplomacia, e com êste seu plano estava identificado o marechal Hermes, a quem todos apontavam como um dos reorganizadores do Exército. Do Barão êle já aceitara, por exemplo, a idéia da vinda de missões militares estrangeiras. Também Rio-Branco estava convicto de que a sua atitude nesse momento em nada contradizia aquêles princípios contra o militarismo por êle defendidos com tanto ardor nos começos da República. Interpretava como simplesmente político o movimento que provocara a candidatura do marechal. Não tinha, por outro lado, na política interna, as mesmas responsabilidades que Rui Barbosa, nem como êle o espírito de luta e oposição. A Rio-Branco, porém, não coube o papel de criador ou artífice da candidatura Hermes. Limitou-se a sua intervenção, atendendo a uma *démarche* de Pinheiro Machado, a pedir ao marechal que aceitasse o cargo⁽⁷¹³⁾. Nenhum entusiasmo havia, no entanto, nessa sua atitude política. Parecia ansioso pela terminação da crise a fim de voltar aos seus negócios de política externa. Ao seu médico, num desses dias de maio, êle dizia:

— Se eu pudesse indicar realmente um candidato à presidência êle não seria Hermes da Fonseca nem Rui Barbosa: seria Joaquim Nabuco⁽⁷¹⁴⁾.

(713) Dos *Cadernos de Notas*: “18 de maio, 3.^a — Pinheiro Machado e F. Sales estiveram com Hermes. Pinheiro Machado veio ver-me às 3 da tarde e pediu-me que fôsse decidir Hermes a aceitar” — Arquivo do Itamarati.

(714) Depoimento do professor Pinheiro Guimarães em conversa com o Autor.

Mas a carta de Rui, publicada no dia 20, levantou um movimento popular destinado a impor a candidatura de Rio-Branco. Publicou-se neste sentido um manifesto assinado por trezentos estudantes. No dia 25 o povo fêz-lhe, nas ruas, uma extraordinária manifestação para que aceitasse a Presidência. Uma multidão esperava-o à porta da *Brama*, onde se sabia que êle estava jantando com seu secretário Araújo Jorge e com um redator do *Jornal do Comércio*. Êle procurou se esquivar pelo Largo da Carioca, mas os populares cercaram o seu automóvel, acompanhando-o, por entre ovações e gritos, até o Itamarati. Lá se concentraram, aos gritos de “viva o candidato do povo” e “viva o presidente do povo”, cêrca de dez mil pessoas, segundo o noticiário de um jornal do dia 26, que acrescentava a seguir:

Foi um espetáculo nunca visto no Rio de Janeiro e raro em qualquer parte do mundo.

A 22, porém, o Barão do Rio-Branco já havia enviado a Rui Barbosa uma carta a respeito da que êle publicara no dia 20. Um nobre e característico documento que lhe define a posição e o sentimento nessa crise política de maio de 1909:

Desde a publicação anteontem da sua belíssima carta política, com a qual sinto achar-me em desacôrdo a certos respeitos, tenho estado impedido de ir pessoalmente, como tanto desejava, agradecer a V. Excia. a grande honra que lhe fiquei devendo. A imensa bondade de V. Excia. para comigo o levou mais uma vez a exaltar as minhas modestas aptidões que muito mais insuficientes seriam se eu tivesse sido ou pudesse ser obrigado a exercê-las fora da esfera de ação em que me tenho encerrado. Quando, nos primeiros dias dêste mês, o Dr. Baptista Pereira me comunicou, pedindo o máximo segrêdo, a lembrança de V. Excia., logo declarei a êsse meu bom amigo que em caso algum eu poderia aceitar o elevado e difícil pôsto em que V. Excia. e outros ilustres brasileiros desejavam ver-me colocado, e não poderia aceitar ainda mesmo que o Presidente e todos os chefes políticos, aqui e nos Estados, sem discrepância, me pedissem êsse sacrificio. Igual linguagem eu tinha tido uns vinte dias antes em conversação com o presidente da República. Meu pai completou a sua carreira neste mundo aos 61 anos de idade. Eu já tenho mais de 64; estou velho e cansado para entrar agora nas lides da política interna, saindo da vida de retraimento que há tantos anos vou levando, e da qual apenas me tenho desviado ocasionalmente e a contragosto para cumprir deveres de cortesia internacional no desempenho de cargos que me têm sido confiados.

Se o plano ideado por V. Excia, pudesse ter surtido efeito na primeira quinzena dêste mês, dando-se no nosso mundo político uma unanimidade de sentimento, que era e há de ser sempre impossível,

em tórno de qualquer sugestão dêste gênero, certo é que eu teria sido forçado ao grande sacrifício que se me pedissem. Posso dizê-lo agora que o perigo — imenso para mim e para os meus — está de todo passado, e bem passado, porque se eu não podia prestar-me a ser competidor do meu colega e amigo Dr. David Campista, também não posso concordar em que se oponha o meu nome ao do meu amigo e colega Hermes da Fonseca. E penso já ter provado que sou capaz de sacrificar comodidades e interesses pessoais meus. Os que me conhecem mais de perto sabem que não foi pequeno o sacrifício que fiz aceitando em 1902 o pôsto de ministro de Estado e mantendo-me nêle com grande e irreparável prejuízo material para mim e minha família.

Beijo as mãos de V. Excia. pelas belas e generosas palavras que escreveu a meu respeito, mais benévolas ainda do que as de 2 de dezembro de 1900. Dada a solenidade do momento atual, elas ficarão na nossa história política como uma das maiores animações e recompensas recebidas por quem nunca desejou ser mais do que um estudante e obscuro servidor da pátria⁽⁷¹⁵⁾.

Num trecho dessa carta êle confessava que teria aceitado a Presidência se ela lhe houvesse sido oferecida num movimento unânime de conciliação. Deixava assim uma resposta aos que o acusavam de recusar a Presidência por egoísmo e excessivo amor à popularidade. A Tobias Monteiro parecia que o *não* de Rio-Branco era evasivo e reticente. Perguntou-lhe um dia:

— Mas se aqui lhe viessem pedir os chefes políticos que aceitasse a candidatura — Pinheiro, Glicério, Murtinho, Quintino, Rui — todos reunidos, o Sr. não aceitaria?

Ao que êle respondeu:

— Mas o Sr. bem sabe que êles não virão⁽⁷¹⁶⁾.

E em conversa com José Marcelino e Pedro Moacir:

— Nunca um líder político de responsabilidade, a não ser Rui Barbosa, me ofereceu essa candidatura⁽⁷¹⁷⁾.

Não podia ser candidato apenas com o movimento do povo e dos estudantes nas ruas. Aos chefes políticos não agradava a possibilidade de um governo Rio-Branco ou de um governo Rui Barbosa. Isto transmitia aos médiocres, quando

(715) Arquivo do Itamarati.

(716) Depoimento de Tobias Monteiro em conversa com o Autor.

(717) Depoimento do Ministro A. Tavares de LYRA em conversa com o Autor.

em simples referência, uma sensação de vertigem e pânico. Tanto Rio-Branco como Rui encarnavam, no entanto, o verdadeiro poder, a autêntica autoridade. Em movimentos de concordância ou de oposição, tôda a vida nacional girava em tórno da linha Itamarati — São Clemente. Dando a Rio-Branco todo o poder, de tal modo que ninguém resistia às suas vontades, os chefes políticos nunca lhe dariam, porém, o exercício regular do poder na presidência da República... Nem a êle, nem a Rui Barbosa.

De Washington, em carta a um amigo, Joaquim Nabuco transmitia a sua impressão do que seria um govêrno presidido pelo Barão:

A Presidência dêle seria de um tipo nôvo e ainda inteiramente desconhecido. Acredito que graças à boa estrêla êle a pudesse levar até ao fim entre aplausos universais, mas *the good time* acabaria com êle e a sucessão seria pesada e triste por muito tempo. Com êle acabaria o encantamento. E um grande Mágico!

O “grande mágico” voltava tranqüilamente aos seus negócios de política externa. Ainda tinha alguma coisa de essencial a fazer antes que acabasse de vez o “encantamento”.

Capítulo XIV

Os últimos atos. Ajustes de limites com o Peru e o Uruguai. Pai e filho. Os tratados de arbitramento. O A. B. C. Relações com os países da América do Sul. Fases da política externa brasileira. Nem militarista, nem imperialista. O fim. Desgostos políticos. A doença e a morte. Sobrevivência de Rio-Branco.

CONCLUINDO A OBRA do Tratado de Petrópolis, nas regiões da bacia amazônica, o Barão do Rio-Branco assinou com o representante do Peru, a 8 de setembro de 1909, um Tratado de limites que completava o de 23 de outubro de 1851 na parte da fronteira que ia da nascente do Javari até o rio Acre. Ficavam assim definitivamente estabelecidas as fronteiras entre os dois países, fechando-se o litígio que provocara incidentes sangrentos e quase servira de motivo para uma guerra.

Desde 1904 vinha o Barão do Rio-Branco estudando o problema da fronteira perúvio-brasileira para verificar até onde se estendia, segundo o *uti-possidetis*, o direito territorial de cada nação. Daí as duas missões de exploração e reconhecimento que enviou ao Alto Purus e ao Alto Juruá. Serviu-lhe como elemento fundamental de estudo o relatório de Euclides da Cunha, com o mapa por êle desenhado⁽⁷¹⁸⁾, no qual vinham marcados o território reclamado pelo Peru, antes e depois do Tratado de Petrópolis, e o que êsse país reclamava da Bolívia. Com o Brasil as reclamações peruanas se baseavam no Tratado Preliminar de 1.º de outubro de 1877,

(718) O mapa de Euclides da Cunha foi ajuntado como documento à *Exposição de Motivos* com que Rio-Branco apresentou ao presidente da República o Tratado de 8 de setembro de 1909.

e com a Bolívia em cédulas reais e outros documentos da antiga soberania espanhola.

Em 1904 não fôra possível o ajuste precisamente pelo desconhecimento da região e pelas despropositadas pretensões peruanas. Em 1909, porém, não havia mais motivos para delongas desde que o laudo argentino resolvera a questão perúvio-boliviana e já estavam os territórios litigiosos devidamente explorados. Como havia previsto Rio-Branco, a decisão arbitral da Argentina em nada afetara a nossa questão com o Peru; ela ficara circunscrita ao apuramento de direitos segundo certos atos dos reis de Espanha, com os quais nada tinha que ver o Brasil. Além disso, o nosso litígio com o Peru não se originara propriamente do Tratado de Petrópolis, mas de reivindicações que vinham de 1863, ano em que o nosso vizinho começou a reclamar a linha Javari-Madeira.

Antes do Tratado de Petrópolis, o Peru reclamava do Brasil um território de 251 000 quilômetros quadrados ao norte da linha oblíqua Javari-Beni. Depois do Tratado de Petrópolis — julgando-se com direito ao território por êle incorporado ao nosso patrimônio — passou a reclamar uma região de 442 000 quilômetros quadrados.

Durante cinco anos de negociações sustentou Rio-Branco que o único critério aceitável e legítimo era o do *uti-possidetis*. Fôra um princípio seguido invariavelmente pelo Brasil em tôdas as suas questões de fronteiras; não o poderia deixar de ser nesta última, sobretudo porque se tratava de um princípio que o Peru mesmo reconhecera no Tratado de 1851. Já prevalecera, aliás, nos acôrdos de 1904, quando Rio-Branco só consentira na neutralização de territórios habitados por peruanos.

Pelo Tratado de 8 de setembro de 1909, o Peru aceitava o *uti-possidetis* do conceito brasileiro⁽⁷¹⁹⁾; da região disputada, 403 000 quilômetros quadrados ficavam com o Brasil e cerca de 39 000 com o Peru.

(719) "O chamado *uti-possidetis juris*, do momento da independência das nações sul-americanas foi uma invenção mal achada dos publicistas e diplomatas de origem espanhola que, nas discussões sobre fronteira com o Brasil, quiseram tomar por fundamento das mesmas o inválido Tratado Preliminar de 1777." (RIO-BRANCO, *Exposição apresentada ao Presidente da República pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores em o Tratado de 8 de setembro de 1909 entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Peru*, Rio, 1910).

Tamanha desproporção explicava-se pelo fato de haver esfriado no Peru o delírio expansionista, de ter feito antes êsse país reivindicações tão fantásticas que agora parecia estar perdendo tudo, quando estava recebendo exatamente o que lhe era devido. Tendo oposto uma firme resistência às ambições despropositadas do Peru, Rio-Branco não desejava, porém, que se beneficiasse o Brasil com qualquer área que fôsse propriedade do vizinho. Não só entregou ao Peru o que era legitimamente dêle, segundo o *uti-possidetis*, mas desistiu, com o espírito de conciliação, de um trecho de fronteira que poderia disputar com valiosos argumentos de direito.

Pela primeira proposta apresentada em 1908, em Lima, por intermédio de Domício da Gama, ficava marcado como limite oriental do Peru o rio Purus, desde a sua nascente até o paralelo de Catai, ficando o Brasil com tôda a margem direita dêsse rio. A proposta de 1909 era mais vantajosa para o Peru: o nosso domínio sôbre a margem direita do Purus só iria ao sul de Catai, até a confluência do Manuel Urbano ou Chambuiaco meridional. Logo atendeu Rio-Branco ao govêrno peruano, fazendo importante concessão, quando êle solicitou que levássemos a fronteira, do lado oriental do Purus, até o pequeno rio Chambuiaco setentrional, que desemboca entre Catai e o Santa Rosa, porque tendo o Barão proposto para base da negociação o *uti-possidetis* devia reconhecer que só peruanos ocupavam a margem direita do Purus, dêsse afluente para o sul, sendo que sem êsse reconhecimento nem o Congresso nem a opinião pública do Peru aprovavam o Tratado⁽⁷²⁰⁾.

Ficavam com o Peru os territórios do Alto Purus e do Juruá, neutralizados em 1904, nos quais só havia estabelecimentos e habitantes peruanos. Diminuía assim a superfície do Acre para 125 000 quilômetros quadrados. Em compensação, nada perdia o Brasil de prôpriamente seu, nada cedia às imensas pretensões antes lançadas pelo Peru, pois ficavam reconhecidos definitivamente como do Brasil todos os territórios de que estávamos de posse e que eram habitados por brasileiros.

Mais uma vez tinha resolvido Rio-Branco uma questão de fronteiras de modo vantajoso e feliz para o Brasil sem

(720) Offícios da Legação do Brasil em Lima — Despachos à Legação do Brasil em Lima — Arquivo do Itamarati.

prejudicar ou lesar o país vizinho. Era o que êle próprio explicava — como se isto fôsse o aspecto principal da sua obra — na “exposição de motivos” com que encaminhou o Tratado ao presidente da República:

O confronto da enorme vastidão do litígio com a pequena superfície dos únicos trechos que passarão a ficar por nós reconhecidos como peruanos — sem levar em conta a parte que poderíamos pretender na bacia do Ucaíali — pode deixar a impressão de que, pelo presente Tratado, o Govêrno Brasileiro se reservou a parte do leão.

Nada seria menos verdadeiro ou mais injusto.

Ratificando a solução que êste tratado encerra, o Brasil dará mais uma prova do seu espírito de conciliação, porquanto êle desiste de algumas terras que poderia defender com bons fundamentos de direito. A grande desigualdade que se nota nas renúncias que cada uma das duas partes faz implicitamente, pela demarcação em que acabam de concordar, é mais aparente do que real, e devida tão sômente ao excessivo exagêro da pretensão levantada em 1863, e mantida com afincio pelo Govêrno Peruano até pouco tempo.

De fato, a amigável composição a que chegaram os dois Governos em 8 de setembro é igualmente vantajosa para ambos os países. O Brasil e o Peru encerrarão assim definitivamente, de modo pacífico e honroso, um litígio que já tinha a duração de quase meio século e por vêzes fôra causa de incidentes desagradáveis⁽⁷²¹⁾.

Tinha agora o Brasil as suas fronteiras estabelecidas, por tratados ou decisões arbitrais, com todos os países limítrofes. Em quase todos os casos a solução fôra obra de Rio-Branco, como advogado ou como ministro de Estado, resolvendo questões que vinham envolvidas em controvérsias e dúvida seculares. Êle construíra em grande parte — *deus terminus* das fronteiras, chamou-o Rui Barbosa — o mapa do Brasil, definindo limites no norte, no sul, e no oeste: com a Guiana Francesa, pela decisão arbitral de 1.º de dezembro de 1900; com a Guiana Holandesa, pelo Tratado de 5 de maio de 1906; com a Colômbia, pelo Tratado de 24 de abril de 1907; com o Equador (ajuste condicional), pelo Tratado de 6 de maio de 1904; com o Peru, pelo Tratado de 8 de setembro de 1909, complemento da Convenção de 23 de outubro de 1851; com a Bolívia, pelo Tratado de 17 de novembro de 1903, complemento do de 27 de março de 1867; com a Argentina, pela decisão arbitral de 5 de fevereiro de 1895.

(721) RIO-BRANCO, *Exposição apresentada ao Presidente da República pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores em O Tratado de 8 de setembro de 1909 entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Peru*, pág. 36, Rio, 1910.

Poder-se-ia lembrar ainda uma vez que através dessa obra o Barão do Rio-Branco conquistara para o Brasil três províncias em três territórios: o de Palmas, o de Amapá e o do Acre. Salvaguardara para o patrimônio territorial do seu país cêrca de 900 000 quilômetros quadrados, uma extensão de terra maior do que as da Alemanha, França, Espanha, Inglaterra, Itália, e Chile. Uma obra na verdade como só o conseguiram alguns dos maiores cabos de guerra, mas com uma diferença: os territórios por êles adquiridos representavam uma conquista efêmera, enquanto aquêles que Rio-Branco havia incorporado ao Brasil constituíam uma aquisição permanente porque resultantes de decisões jurídicas e acôrdos pacíficos. Nenhum país fôra violentado ou lesado; com todos os vizinhos, ao contrário, o estabelecimento dos limites servira para extinguir antigas desconfianças e animosidades.

Fixadas agora tôdas as fronteiras do Brasil ainda restava a reparação de uma injustiça, que nesse plano internacional havíamos cometido no passado. Para que ficasse completo o quadro da existência de Rio-Branco faltava êste gesto final: o do conquistador de tantos territórios, por direito realmente pertencentes ao Brasil, que oferece, no fim da vida, a um país vizinho, o direito que lhe era devido e que estávamos retendo injustamente há mais de meio século. Esta foi a significação do Tratado de 30 de outubro de 1909 pelo qual entregávamos ao Uruguai — espontâneamente e sem qualquer reciprocidade de vantagens — o direito de condomínio e jurisdição sôbre a Lagoa Mirim e o Rio Jaguarão. Nunca se vira talvez na história internacional dos povos um gesto dessa espécie: o de um país que oferecia a outro o reconhecimento de um direito que êle havia alienado livremente em ajustes regulares e jurídicos. Por isso, a respeito dêsse ato escrevia anos depois Juan José Amezaga:

La cancelleria brasileña puso término a nuestras viejas cuestiones de límites con el Brasil, en una forma que honra a Sud América, y corresponde a su ilustre jefe, el Barón de Rio-Branco, la gloria de haver iniciado una era de sinceridad, de nobleza y de generosidad en las relaciones internacionales de los pueblos de este continente⁽⁷²²⁾.

Portugal, na época colonial, havia estabelecido suas fronteiras americanas nos rios Uruguai e Quaraim, avançando até

(722) Juan José AMEZAGA, *Un capítulo de historia internacional — El Uruguai y el Brasil*, pág. 14, Montevideu, 1942.

a linha do Jaguarão e dominando a Lagoa Mirim, como senhor exclusivo da navegação nessa lagoa e nesse rio. Depois da independência do Brasil e do Uruguai veio a ser firmado entre os dois países, em 1851, um tratado de limites, confirmado por outros tratados de 1852 e 1853. Por êles renunciava o Uruguai, em proveito do Brasil, ao direito de condomínio e jurisdição sôbre a Lagoa Mirim e o Rio Jaguarão.

A tal resultado chegara espontâneamente o Uruguai, é verdade, mas sob a pressão de suas lutas internas que o colocaram durante certo tempo numa espécie de dependência do Governo Imperial. Pacificado, com a vida interior normalizada, o Uruguai, como era natural, passou a tomar consciência da injustiça que tinha caído sôbre êle com essa soberania absoluta de uma nação estrangeira sôbre as suas próprias águas, prejudicado ainda no plano econômico pela dificuldade de navegação e portos de interêsse para o comércio de produtos de uma das zonas mais potencialmente ricas do seu território.

Nunca faltaram no Brasil defensores do direito do Uruguai desde os primeiros estudos e discussões a respeito dos problemas de limites. Já numa *memória* de 1844 escrevia Duarte da Ponte Ribeiro:

Ainda que deva pertencer ao Brasil tôda a lagoa Mirim, contudo, à vista das possessões que hoje têm nas suas margens os Orientais, será já impossível excluí-los da navegação daquela lagoa, da foz do Jaguarão para o sul. Parece, pois, que a divisória deverá continuar desde a foz do Jaguarão pelo meio da lagoa até defronte das nascentes do Chuí, seguindo as águas dêste até o Oceano. (...) Só assim poderiam remover-se os inconvenientes da pretensão dos montevidéanos a navegar não só a lagoa Mirim, mas também a sair por suas águas, e pela lagoa dos Patos e Rio Grande, até o Oceano, pretensão que subsistirá e que êles apóiam nas mesmas razões que nós alegamos para os nossos barcos baixarem de Mato Grosso e de São Borja ao Atlântico pelos rios Paraguai e Uruguai⁽⁷²³⁾.

Do lado uruguaio, um grande amigo do Brasil, Andrés Lamas, fêz da reivindicação dêsse direito uma das esperanças mais ardentes da sua obra de estadista. Houve um momento, no ano de 1857, em que teve a sensação da vitória, quando

(723) V. *O Tratado de 30 de outubro de 1909 entrè os Estados Unidos do Brasil e a República Oriental do Uruguai modificando as suas fronteiras na Lagoa Mirim e Rio Jaguarão e estabelecendo principios gerais para o comércio e navegação nessas paragens*, págs. 16-17, Rio, 1910.

lhe pareceu que o governo imperial havia aceitado a livre navegação das águas limítrofes, mas um dos artigos do Tratado de 1857 apenas reconhecia a mútua conveniência dessa livre navegação. Reconhecia a conveniência, mas não tornava efetivo um direito.

Inúteis foram tôdas as tentativas e propostas do Uruguai — a despeito da opinião favorável de vários brasileiros, inclusive do Ministro das Relações Exteriores Carlos de Carvalho, que a favor delas se manifestou francamente — porque contavam principalmente com a oposição do Visconde de Cabo Frio, a propósito de quem escrevia o Barão do Rio-Branco na “exposição de motivos” do Tratado de 30 de outubro:

Nenhuma dessas propostas teve andamento e solução, o que se deve atribuir principalmente ao curto período administrativo dos ministros que as receberam e dos seus sucessores, assim como à resistência que a tôdas elas constantemente opôs, apesar do progresso dos tempos, o espírito pouco inovador de um antigo e venerando funcionário, cujas opiniões eram sempre atentamente ouvidas pelos homens políticos de passagem nesta Repartição⁽⁷²⁴⁾.

Em rigor, o Brasil se mostrara disposto a fazer concessões, mas em termos que o Uruguai julgara inaceitáveis, quando sugeridos nessas negociações anteriores a Rio-Branco.

O próprio Visconde do Rio-Branco tinha tomado parte num dos tratados — e o filho, criança, estivera em Montevideu nessa época — que iam ser agora retificados pelo segundo Rio-Branco. Por isso mesmo, na sua “exposição de motivos”, afirmava o Barão que não se devia condenar os estadistas do Império que tinham colaborado nos pactos com o Uruguai de 1851 e 1853, pois êles apenas haviam tomado as precauções exigidas pelas circunstâncias da época. Imaginava, então, que êle os representava no momento, porque se fôsem vivos atenderiam às novas condições dos princípios do século XX.

Escrevia neste sentido:

O Império constitucional que tivemos não era a imobilidade: mostrou-se sempre liberal e progressista, e realizou grandes e úteis refor-

(724) RIO-BRANCO, *Exposição apresentada ao Presidente da República pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores em O Tratado de 30 de outubro de 1909 entre os Estados Unidos do Brasil e a República Oriental do Uruguai modificando as suas fronteiras na Lagoa Mirim e Rio Jaguarão e estabelecendo princípios gerais para o comércio e navegação nessas paragens*, pág. 26, Rio, 1910.

mas. Se fôsem vivos os estadistas de 1851, estou persuadido de que seriam os primeiros a promover as modificações que hoje propomos ao Congresso Nacional no tratado que lhe vai ser submetido⁽⁷²⁵⁾.

Desde que assumira o Ministério das Relações Exteriores ocorrera a Rio-Branco a idéia de um nôvo tratado com o Uruguai⁽⁷²⁶⁾. Assim, quando Carlos Maria de Penna veio em 1907 ao Rio numa missão confidencial, logo recebeu do Ministro das Relações Exteriores a resposta de que estava êle estudando um nôvo tratado entre os dois países, a ser feito sem solicitação e sem compensações do Uruguai. O que faltava a Rio-Branco era preparar os meios políticos e a opinião pública para êsse ato diplomático, e isto explica que só em 1909 tenha realizado o projeto que construíra desde a chegada da Europa. Ao orgulho nacional é sempre agradável receber ou conquistar; mas *dar* encontra sempre alguma resistência, mesmo quando isto significa apenas restituições ou prática de justiça. Muitos congressistas, por exemplo, mostravam-se contrários ao tratado, entre êles, a princípio, Lauro Müller, que duas vêzes ocuparia as vagas de Rio-Branco sem propriamente substituí-lo, como êle mesmo reconhecia. Havia ainda o problema do Rio Grande do Sul, o mais afetado pelo projeto e que tinha um chefe político do prestígio e da autoridade de Pinheiro Machado. Não seria possível também esquecer a posição da imprensa.

Durante muitos dias, Rio-Branco se dedicou à tarefa de explicar aos congressistas e jornalistas a significação do Tratado Mirim-Jaguarão. Diante de um mapa indicava-lhes o histórico da questão e as suas condições do momento. Um

(725) RIO-BRANCO, *op. cit.*, págs. 33-34.

(726) Em discurso no Instituto Histórico declarou Rio-Branco: "Há muito que, nos conselhos do Govêrno, êsse ato, que concorrerá para mais engrandecer o nome do Brasil no estrangeiro, estava resolvido. Por motivos de delicadeza política, demoramo-lo bastante; mas não podíamos esperar indefinidamente que melhor oportunidade se oferecesse, e a melhor que se nos deparou para uma declaração pública foi a ocasião solene em que o primeiro magistrado da República se dirige anualmente aos representantes do povo reunidos em Câmaras." (*Rev. do Inst. Hist.*, tomo LXXII, Parte II, pág. 399). Num telegrama de resposta do presidente Nilo Peçanha ao presidente Cláudio Williman, presidente da República do Uruguai, havia o seguinte trecho: "Agradeço muito a V. Excia. o telegrama que me dirigiu ao saber da aprovação final dada pelo Congresso Brasileiro ao tratado sôbre a Lagoa Mirim e Rio Jaguarão, assunto de que se ocupava com muita convicção e persistência, desde 1903, o nosso Ministro Rio-Branco, a que V. Excia. se refere. As bases do projeto que êle preparara tiveram a aprovação dos meus immediatos predecessores: os Presidentes Rodrigues Alves e Afonso Pena, cabendo a êste apresentá-los e explicá-los na sua mensagem de 3 de maio do ano passado, tão bem acolhido pelo Brasil inteiro".

por um se viu assim convencido nessa espécie de catequese diplomática. Não lhe faltou o apoio de Pinheiro Machado, nem a colaboração de Carlos Barbosa, presidente do Rio Grande do Sul.

Na mensagem presidencial de 1909, Afonso Pena anunciava oficialmente o projeto de um novo tratado com o Uruguai. A sua redação definitiva foi feita na noite de 2 de outubro⁽⁷²⁷⁾. Em fins de 1908, o jornalista Manuel Bernárdez encontrara Rio-Branco estudando com Euclides da Cunha o mapa dos novos limites, e recebera d'ele essa comunicação:

— Convidei-o a entrar para lhe dar uma notícia de primeira mão. O senhor é o primeiro a ver este mapa de nossas fronteiras com o seu país, como desejamos que fiquem estabelecidas. Há muitos dias trabalho nisto e agora acabo de determinar com Euclides da Cunha a linha definitiva, que correrá, como o senhor vê, ao longo do *thalweg*, equidistante das duas margens. Estou tomando, no momento, algumas notas para o estudo do tratado que devo levar ao presidente⁽⁷²⁸⁾.

Rio-Branco estava no propósito de marcar o Tratado Mirim-Jaguarão com aspectos realmente extraordinários. Concedia, por exemplo, ao Uruguai muito mais do que ele pleiteara outrora; não se limitava a conceder-lhe a livre navegação na Lagoa Mirim e no rio Jaguarão, mas o condomínio e a jurisdição sobre as águas, e mais ainda: uma retificação de fronteiras, pela qual algumas ilhas passavam a ser propriedades do novo vizinho, o que ultrapassava todas as esperanças uruguaias. De tal modo que em mensagem ao Congresso o presidente Cláudio Williman e o Ministro Antônio Bachini declaravam:

El Exmo. Señor Barón de Rio Branco ha encarado y resuelto nuestras aspiraciones de todos los tiempos con un criterio que supera, por su amplitud y elevación, a esos legítimos anhelos de nuestro patriotismo, y que puede traducirse exactamente en esta fórmula sintética: que la Cancillería Brasileña, al combinar las cláusulas del Tratado, ha concedido al Uruguay mucho más de lo que nuestra diplomacia demandó en todas las épocas, y ha aceptado mucho menos de lo que esa misma diplomacia ofreció, como compensación, en sus constantes gestiones.

(727) Dos *Cadernos de Notas*, em 1909: "2 de outubro — À noite redigi o projeto do tratado sobre limites e navegação na Lagoa Mirim" (Arquivo do Itamarati).

(728) Manuel BERNÁRDEZ, "Rio-Branço y el Uruguay" — *Revista Americana*, abril, 1913, pg. 48.

Também desde o princípio estava Rio-Branco resolvido a não aceitar as compensações oferecidas pelo Uruguai, como o pagamento de sua dívida, achando que um ato de justiça internacional não poderia tomar o caráter de uma combinação de interesses⁽⁷²⁹⁾. De um projeto primitivo constava um artigo relativo à abertura da navegação do Taquari e do Ceboláti, mas Rio-Branco suprimiu-o porque “aos olhos do estrangeiro ficaria parecendo que com isso recebíamos uma compensação”⁽⁷³⁰⁾. Espontaneamente, desinteressadamente, renunciava às compensações “que outros poderiam pretender, dada a perfeita situação jurídica em que nos achamos”.

Não cogitava sequer de agradecimentos, e a propósito declarou em discurso no Instituto Histórico:

Se desejamos remover a exceção, que não é para o nosso tempo, nem para o nosso continente, não é com a idéia de merecer agradecimentos e conquistar a gratidão dos nossos amigos do Uruguai. O sentimento da gratidão raros homens o possuem e mais raro ainda ou menos duradouro é êle nas coletividades humanas que se chamam nações. Isso nos ensina eloqüentemente a história da sempre tão limpa e generosa política internacional do Brasil, país que na frase de um ilustre estadista argentino, já foi libertador de povos oprimidos. Se queremos hoje corrigir parte da nossa fronteira meridional em proveito de um povo vizinho e amigo, é principalmente porque êsse testemunho do nosso amor ao direito fica bem ao Brasil e é uma ação digna do povo brasileiro⁽⁷³¹⁾.

No Uruguai, o Tratado de 30 de outubro de 1909 foi considerado um acontecimento de extraordinária importância na sua história. E não tinha apenas sentido moral e político, mas também econômico: a Lagoa Mirim e o Jaguarão, por

(729) Eis o que declarava o Ministro Antônio Bachini, Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, em entrevista à imprensa, publicada no “Jornal do Comércio”, de 8 de maio de 1909:

“Quando entrei para o Ministério, nada havia com andamento a tal respeito. Logo que pude estudar antigos assuntos pendentes com o Brasil, mandei dizer confidencialmente ao Barão do Rio-Branco que antes de tratarmos de acordos comerciais ou quaisquer outros, convinha que resolvêssemos a questão da dívida que colocava o Uruguai em posição de inferioridade moral perante o seu credor. Mas o Barão do Rio-Branco imediatamente me mandou dizer que sendo propósito do Presidente Afonso Penn, de acordo com outros homens políticos, celebrar um acordo com o Uruguai para o condomínio das águas do Jaguarão e Lagoa Mirim, desejava que esse grande ato de justiça internacional não aparecesse como o resultado de uma combinação de interesses. Foi assim que nada até agora se discutiu sobre a questão da dívida. Seria, pois, grave injustiça permitir que circulem asseverações tão caluniosas.”

(730) De um telegrama de Rio-Branco a Carlos Barbosa, presidente do Rio Grande do Sul — Arquivo do Itamarati.

(731) *Revista do Instituto Histórico*, tomo LXXII, parte II, págs. 339-340.

intermédio do Rio São Gonçalo e da Lagoa dos Patos, punham em contacto a sua fronteira de leste com o Oceano Atlântico, dando saída aos produtos de uma das suas zonas até então em marasmo por causa das restrições impostas pelos antigos tratados⁽⁷³²⁾. No Brasil, por outro lado, o Tratado obteve louvores unânimes a que se associaram públicamente os adversários de Rio-Branco. Em telegrama que lhe dirigiu, afirmava Teixeira Mendes que os ensinamentos de Augusto Comte o levaram a considerar “êsse o passo realmente glorioso da vossa carreira e mesmo da diplomacia brasileira, já pelo seu alcance moral e político, já pelas dolorosas dificuldades que anacrônicos preconceitos e paixões nacionalistas vos criaram”. No Instituto Histórico, recebia o Ministro das Relações Exteriores uma entusiástica saudação do seu antigo adversário Barbosa Lima.

Estava encerrada a obra de fronteira de Rio-Branco. O que era do Brasil êle reivindicara e salvara; o que não nos pertencia fôra agora restituído. Saíamos quites dêsse longo processo de fixação de fronteiras que outros países só realizam por meio de guerras. Depois de ter reivindicado tantos territórios, Rio-Branco encerrava a sua obra com um gesto de oferecimento e doação.

O Barão do Rio-Branco retificava com o Tratado de 30 de outubro de 1909 a obra de seu Pai no Rio da Prata. Mesmo neste caso, porém, é possível que houvesse pronunciado a frase que lhe ouviram tantas vêzes:

— Procedo neste caso como teria procedido meu Pai.

Houve, com efeito, identidade do segundo com o primeiro Rio-Branco, um sentido de continuidade na obra do pai e do filho, a despeito das diferenças marcadas nas biografias de ambos. O Barão do Rio-Branco tratava a memória de seu Pai numa forma de culto. No seu gabinete, no Itamarati, lá estava um retrato do Visconde do Rio-Branco; na varanda da casa de Westphalia, um busto em bronze, grande, e sôbre a mesa de trabalho outro busto, pequeno; muitas vêzes, ao passar pela estátua do Visconde, descia do carro e ficava longo tempo a contemplá-la. A essas exterioridades correspondia um senti-

(732) Juan José AMEZAGA, *op. cit.*, págs. 54-55.

mento íntimo, profundo, como a confundir dois seres numa só existência. Em Haia, Rui Barbosa teve ocasião de invocar os dois nomes nessa linha de continuidade e tradição:

Ces notes mémorables étaient signées l'un et l'autre par le ministre Silva Paranhos, plus tard Vicomte du Rio-Branco, dont le nom, célèbre surtout comme celui d'un des protagonistes de l'émancipation des esclaves au Brésil, a rencontré dans son fils, le ministre actuel des affaires étrangères chez nous, un continuateur de l'esprit et des services de son père: heureuse coincidence, qui imprime une expression, pour ainsi dire, d'identité personnelle, à la continuité nationale de notre tradition.

Tanto o Visconde como o Barão do Rio-Branco iniciaram-se na vida pública como jornalistas, o primeiro em *O Novo Tempo*, o segundo em *A Nação*, ambos, depois, colaboradores do *Jornal do Comércio*. Fizeram aprendizados políticos como secretários: o Visconde, ao lado de Aureliano Coutinho; o Barão, ao lado do próprio Pai. Logo, porém, as duas carreiras passaram a se distinguir uma da outra. O Visconde, grande orador, encontra no Parlamento o seu ambiente propício, e é lá que a sua personalidade se afirma e a sua ação toma forma; o Barão, sem recursos oratórios, refugia-se no gabinete de trabalho, e é aí que a sua personalidade se desenvolve e daí que a sua ação se projeta. Ambos estadistas: um, principalmente no Parlamento, porque a sua natureza o inclinava para o debate, o outro principalmente no gabinete porque a sua natureza humana o inclinava para o estado de solidão. Eram os dois, no entanto, dotados do mesmo espírito positivo, da mesma sobriedade, de uma igual segurança no domínio e comando dos acontecimentos.

Ao Visconde do Rio-Branco tôdas as oportunidades foram oferecidas desde cedo. Secretário de uma missão especial, em seguida ministro residente, logo após ministro de Estado em várias pastas, chefe de Ministério, a sua carreira se desenvolveu sempre em ascensão, sem intervalos, de etapa em etapa. Desde a mocidade obtivera a confiança e apoio do Imperador e de estadistas como Paraná, Uruguai e Abaeté. Ministro aos trinta anos, completou a sua obra antes dos sessenta, morrendo aos sessenta e um anos. Ao Barão do Rio-Branco, ao contrário, não se abriram cedo as oportunidades; diversos obstáculos marcaram o princípio da sua carreira. Viu erguer-se contra êle a hostilidade da Coroa e só a amizade de Cotegipe e

Caxias impediu a humilhação que seria a do seu nome vetado como candidato ao lugar de cônsul em Liverpool. Não dispôs de amigos que o ajudassem a subir, e à sua competência e aptidões especiais deveu as posições que lhe ofereceram depois. Não levando em conta a deputação na juventude, obtida pelo prestígio do Pai, a sua vida pública só começou aos cinquenta anos, só veio a ser ministro de Estado quase aos sessenta, tôda a sua grande obra foi realizada nos últimos dezoito anos. Desde a mocidade, todos previam para o Visconde do Rio-Branco uma carreira de estadista, enquanto ninguém acreditava a princípio em Juca Paranhos e sòmente na velhice a nação tomou conhecimento da sua personalidade.

Pai e filho estavam igualmente animados da ambição de grandes ações. E ambos as realizaram. O Visconde do Rio-Branco, agindo ao mesmo tempo na política e na diplomacia, ligou o seu nome à Lei do Ventre Livre e a vários tratados e ajustes de política internacional. A sua obra foi mais variada nos aspectos porque êle teve que se dividir entre diversas atividades. O Barão do Rio-Branco, historiador e jornalista, concentrou a sua ação na política externa, fêz da diplomacia a sua forma de vida política. A sua obra, por isso, tem mais consistência e mais grandeza. O Visconde lançou princípios doutrinários que o Barão transformaria em realidade, o primeiro debateu questões que o segundo realizaria definitivamente. Das duas obras a do Barão do Rio-Branco é a mais completa e duradoura. Ambos foram figuras representativas da política externa brasileira, e de tal modo que a história do Itamarati é em grande parte a história dos dois Rio-Branco.

Outro problema de política internacional amplamente resolvido pelo Barão do Rio-Branco, o arbitramento, havia sido objeto de estudo do Visconde do Rio-Branco. Coube-lhe, quando na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, responder ao voto formulado a respeito no Congresso de Paris.

Escrevia o Visconde:

Compartilhando em tôda a sua extensão dos princípios para cuja adesão foi convidado, o Governo Imperial acompanha igualmente as potências signatárias do Tratado de Paris no voto que fazem para que,

nas dissensões internacionais, sempre que as circunstâncias o permitam, antes de lançar mão das armas, se recorra aos bons officios de uma nação amiga⁽⁷³³⁾.

Depois, na segunda metade do século XIX e princípios do século XX, o arbitramento veio a se tornar uma idéa predileta dos tratadistas de Direito Internacional e um sistema adotado pelas chancelarias, uns e outros em busca de meios capazes de resolver as questões e os conflitos entre os povos.

Conhecendo praticamente o sistema do arbitramento, advogado vitorioso do Brasil perante dois juizes arbitrais, Rio-Branco era um partidário dessa solução de ordem internacional, mas sem fixá-la como um recurso salvador e milagroso para todos os casos. Depois de ter resolvido tôdas as questões internacionais que encontrou no Itamarati, êle se empenhou, nos seus últimos anos de ministro, numa obra de entendimento do Brasil com outros povos através de tratados de arbitramento. Não houve executor mais fiel das Convenções de 1899 e 1907; assinou mais de trinta tratados de arbitramento, chegando a suplantar a êste respeito os Estados Unidos da América que ocupavam até então o primeiro lugar.

A todos êsses tratados, porém, o Barão do Rio-Branco impôs certas limitações e condições, tôdas tão coerentes e uniformes que revelavam da parte dêle uma doutrina definida. Nunca aceitou a obrigação, contraída por outras potências, de tomar como juízo arbitral exclusivo o Tribunal Permanente de Haia; manteve o direito de livre escolha do árbitro ou dos árbitros, dentro ou fora do tribunal de Haia. Recusou-se a concordar com a norma de levar a arbitramento tôdas as questões com um árbitro previamente determinado; preferia aceitar antes os bons officios e a mediação de um govêrno amigo, e chegando ao arbitramento estabelecer para cada caso compromisso especial e escolha de árbitro. Intransigente se mostrou sempre em colocar fora do arbitramento tôdas as questões que estivessem ligadas à honra, independência e integridade territorial da nação. Questões dessas, sustentava Rio-Branco, um país só as resolve diretamente e por si mesmo; são problemas da consciência coletiva tão intransferíveis quanto os da consciência pessoal. Colocava a posição do Brasil nos

(733) Dunshee de ABRANCHES, *O Brasil e o Arbitramento - Tratados e Convenções*, pág. 10, Rio, 1911.

mesmos termos da convenção de 1903, entre a França e a Inglaterra⁽⁷³⁴⁾, e já em 1906, em despacho à Embaixada do Brasil em Washington, o Barão definia o seu ponto de vista:

Na discussão, recusaremos o arbitramento incondicional, abrangendo quaisquer questões que possam surgir. Queremos excetuar as que ponham em causa os interesses vitais, a honra, a independência ou a integridade territorial deste país⁽⁷³⁵⁾.

Os tratados de arbitramento faziam parte de uma política americanista de paz e colaboração, que veio a ser a preocupação principal dos últimos anos de Rio-Branco no Itamarati. Falando a Ramon Cárcano, êle dizia:

— Já construí o mapa do Brasil. Agora o meu programa é o de contribuir para a união e a amizade entre os países sul-americanos. Uma das colunas dessa obra deverá ser o A. B. C.

O A. B. C. deveria ser uma política de cordial inteligência entre o Brasil, o Chile e a Argentina. A princípio Rio-Branco julgou-a inviável pela presença de Zeballos e outros inimigos do Brasil no governo argentino. Passou depois a considerá-la necessária como base de uma ampla política sul-americana. Êle próprio redigiu e entregou em Petrópolis ao ministro chileno, no dia 21 de janeiro de 1909, um projeto do "Tratado de cordial inteligência e de arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil, a República do Chile e a República Argentina", que deveria ser apresentado pelo Chile⁽⁷³⁶⁾. Não era um tratado de aliança, mas apenas de cordial inteligência política entre os três países.

Disse Rio-Branco a Ramon Cárcano:

— Se conseguirmos firmar o A. B. C. nas bases desse tratado teremos assegurada para sempre a paz na América do Sul.

O enviado especial da Argentina, em missão particular, respondeu que era muito difícil para o seu governo aceitá-lo

(734) Era este o art. 1.º da Convenção entre a França e a Inglaterra:

"Les différends d'ordre juridique ou relatifs à l'interprétation des traités existants entre les Hautes Parties Contractantes, qui viendraient à se produire entre elles et qui n'auraient pu être réglés par le vote diplomatique, seront soumis à la Cour Permanente d'Arbitrage établie par la Convention du 29 juillet 1899 à la Haie, à la condition, toutefois, qu'ils ne mettent en cause ni les intérêts vitaux, ni l'indépendance ou l'honneur des Etats Contractantes et qu'ils ne touchent pas aux intérêts de tierces Puissances."

(735) Despachos à Embaixada do Brasil em Washington — Arquivo do Itamarati.

(736) Este documento está incluso no Apêndice deste volume, segundo a cópia autenticada do Arquivo do Itamarati.

naquele momento, citando entre outros motivos a possibilidade de desconfianças no Peru e de repercussão desfavorável nos Estados Unidos.

Ao que replicou Rio-Branco:

— Peça ao meu eminente amigo Sáenz Peña que subscreva o A. B. C., e o Brasil garante que não haverá discórdia na América do Sul, nem protestos do Peru, e que o presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, e seu ministro Mr. Root convidarão especialmente os presidentes do A. B. C. para que os acompanhem com a sua presença na próxima inauguração do Canal do Panamá. A realidade do A. B. C. apareceria assim, como um corpo vivo, apresentada pelo presidente da grande República do Norte como a mais alta plataforma que naquele momento se lançará ao mundo⁽⁷³⁷⁾.

Tendo adquirido extraordinário prestígio e ascendência junto às chancelarias sul-americanas, Rio-Branco empenhou-se no trabalho de aproximar os países do Continente e extinguir desconfianças existentes entre êles. Nem sempre êsse trabalho era visível e ostensivo. Fazia-se dentro do aparelhamento discreto e confidencial da diplomacia, por intermédio de despachos reservados, sugestões, conselhos e advertências. Exercia, assim, com tato e segurança, uma vasta ação continental. Quando se verificou a crise provocada pelo laudo argentino favorável ao Peru, no litígio perúvio-boliviano, o Barão realizou uma intervenção feliz, obtendo a cooperação no mesmo sentido dos Estados Unidos e do Chile. A Bolívia romperá com a Argentina e ameaçava desrespeitar o laudo que julgava faccioso. Em vez de apoiar a Bolívia contra a Argentina e o Peru, o trabalho diplomático de Rio-Branco consistiu em procurar convencer o govêrno argentino de que devia, espontaneamente, aconselhar o do Peru a entrar em acôrdo com a Bolívia para que ficasse boliviano o território entre os rios Madre de Deus e Acre, regado pelo Tauamo e outros afluentes do Orton, respeitada assim a posse efetiva.

Escrevia Rio-Branco a Domicio da Gama:

Partindo da Argentina o conselho, atenuaria ela o abalo produzido pelo laudo e agradaria a Bolívia sem prejuízo para o Peru⁽⁷³⁸⁾.

Aliás, o govêrno do Peru, que mantivera grande animosidade contra o Brasil, modificou-se de tal maneira que man-

(737) Ramon CÁRCANO, *op. cit.*, págs. 282, 283 e 284.

(738) Despachos à Legação do Brasil em Santiago do Chile — Arquivo do Itamarati.

dou dizer a Rio-Branco, em nota confidencial, estar disposto a aceitar qualquer solução por êle proposta para a complicada questão de Tacna e Arica. E a propósito dela escrevia o Barão ao govêrno do Chile:

É mais prudente transigir do que ir à guerra. O recurso à guerra é sempre desgraçado⁽⁷³⁹⁾.

Outra intervenção da diplomacia de Rio-Branco — e na qual tanto se destacou Joaquim Nabuco — ocorreu no caso Alsop. Nessa ocasião, êle falou lealmente aos Estados Unidos a linguagem da paz, aconselhando a harmonia, obtendo que êles retirassem o ultimatum apresentado ao Chile e concordassem em entregar a questão ao arbitramento. E tendo Rio-Branco recusado o papel de árbitro, que lhe ofereceram, foi o caso entregue ao juízo arbitral do rei da Inglaterra.

Levando em conta essa ação continental de Rio-Branco, o ministro do exterior do Chile, Agustin Edwards, saudou-o como “o líder respeitado das Relações Exteriores de tôda a América do Sul”, e “Sáenz Peña, em banquete no Itamarati, ao lançar, em nome da Argentina, a frase “Tudo nos une e nada nos separa” — indicou o Barão como fator dessa obra de concórdia, julgando-o como “um estadista que é uma glória de sua terra e uma honra da América”.

Em 1911, Sáenz Peña enviava Ramon Cárcano ao Rio, em missão confidencial, dizendo-lhe:

— Tenho fé no Barão do Rio-Branco, que possui um admirável senso prático e critério de homem de govêrno⁽⁷⁴⁰⁾.

Logo no primeiro encontro, Rio-Branco recusa o alvitre da equivalência naval, mas concorda em que o Brasil suprima o contrato para o terceiro *dreadnought*, no caso de tomar a Argentina igual providência. Comunica a Ramon Cárcano, na presença do Marechal Hermes da Fonseca:

— Isto era um desejo do govêrno brasileiro e hoje é um fato definitivo. Fica assim a coincidência convertida em realidade simpática mediante um compromisso entre cavalheiros. O Sr. foi o intermediário amável⁽⁷⁴¹⁾.

(739) Despachos à Legação do Brasil em Buenos Aires — Arquivo do Itamarati.

(740) Ramon CÁRCANO, *op. cit.*, pág. 278.

(741) Ramon CÁRCANO, *op. cit.*, pág. 285.

Ele terminava a sua obra no Itamarati deixando o Brasil em paz e harmonia com todos os países da América, com a sua diplomacia influente e prestigiada, em tôdas as capitais americanas. Não intervinha nos negócios internos dos outros povos, mas exercia, com invariável ação de presença, um poder diplomático excepcional, sempre consultado, ouvido e acatado em assuntos de política externa do continente. Criou uma fase nova na política externa brasileira. A primeira, a do Primeiro Reinado, continha ainda tendências imperialistas, como herança do Reinado de D. João VI; a segunda, a do Segundo Reinado, foi a do equilíbrio americano, sendo o Brasil levado a realizar intervenções ostensivas com o fim de criar a paz e a estabilidade do continente; a terceira, a do Barão do Rio-Branco, foi a da não-intervenção, a do prestígio do Brasil, o da sua liderança na América do Sul, pela ação de presença e de colaboração da nossa política diplomática. Esta foi a norma que Rio-Branco assim exprimiu, em forma de conselho para o futuro, num dos seus últimos discursos:

Quando, pelo trabalho de anos, e muitos anos, pela nobre e fecunda emulação no caminho de todos os progressos morais e materiais, tiverem conseguido igualar em poder e riqueza a nossa grande irmã do Norte e as mais adiantadas nações da Europa — se então pensarem algum destes países latino-americanos em entregar-se à loucura das hegemonias ou ao delírio das grandezas pela prepotência — estou persuadido de que o Brasil do futuro há de continuar invariavelmente a confiar acima de tudo, na força do Direito, e, como hoje pela sua cordura, desinterêsse e amor da justiça, a conquistar a consideração e o afeto de todos os povos vizinhos em cuja vida interna se absterá de intervir.

À diplomacia de Rio-Branco poder-se-ia aplicar, com inteira precisão, o famoso conceito do Conselho de Estado do Império:

Diplomacia inteligente sem vaidade, franca sem indiscreção e enérgica sem arrogância.

Alguns se equivocavam a respeito da sua política porque não o ouviam falar em paz a cada momento. Era pela ação que as suas idéias pacifistas se afirmavam e se exprimiam. Temos neste sentido a observação de John Basset Moore:

Embora êle fôsse o maior dos verdadeiros pacificadores do seu tempo nunca o ouvi falar de paz nem dos seus benefícios: êle era antes um homem de ação que de palavras⁽⁷⁴²⁾

(742) John Basset Moore, *op. cit.*

A despeito de tudo, alguns inimigos continuavam a apontá-lo como militarista e imperialista. Rio-Branco defendeu-se dessas duas acusações, em outubro de 1911, num discurso que seria, por coincidência, o seu último discurso. Era como se deixasse, nas vésperas da morte, um depoimento definitivo para a posteridade. Havia também outra coincidência a fixar: o seu primeiro discurso, no dia da chegada, fôra feito no Clube Naval, o seu último discurso, nas vésperas da morte, seria feito no Clube Militar. Criava-se assim um simbolismo para a historiador entusiasta do Exército e da Marinha.

Da tribuna do Clube Militar êle protesta contra o epíteto de militarista. Nunca defendera o predomínio de uma classe sôbre outra, sempre combatera qualquer espécie de antagonismo ou divisão entre civis e militares. Mostrara-se invariavelmente contrário às intervenções do militar, como classe, na vida política. O que desejava para as forças armadas era o engrandecimento técnico, a vitalidade delas dentro dos seus próprios quadros e fins. Caracterizava-as antes de tudo como elementos de defesa nacional, ordem e disciplina. Numa carta do Marechal Hermes da Fonseca, comunicando a punição de um soldado afeiçoado ao Barão, êle escrevera esta nota:

Acusar o recebimento, agradecendo a comunicação, e que todos os atos que tendam a manter a disciplina militar terão sempre o meu mais cordial aplauso como amigo que sou do Exército⁽⁷⁴³⁾.

Dois trechos do discurso do Clube Militar devem ser recolhidos como explicações pessoais de Rio-Branco.

Sôbre o militarismo:

Todos os nossos militares de mar e terra sabem que nunca os procurei explorar e nem distrair do caminho do dever profissional; e muitos poderão dar testemunho de que a minha linguagem para com êles tem sido invariavelmente a mesma, no Império como na República. Os antigos com quem tive a fortuna de privar, e que, no serviço da pátria, se haviam ilustrado, ganhando vitórias ou contribuindo para elas, tratavam-me, alguns, com afeto quase paternal; davam-me ensinamentos, não precisavam de conselhos meus. Aos moços que às vêzes me ouviam, como aos nossos soldados de hoje, sempre alvitrei o mais completo respeito à disciplina e a mais inteira consagração à nobre carreira que haviam adotado. Mas ser, como fui desde a adolescência e na idade viril, um estudioso do nosso antigo passado militar; ter sido, sempre que pude, em outros tempos, aqui como no estrangeiro, um modesto divulgador

(743) Arquivo do Itamarati.

de feitos gloriosos da nossa gente portuguesa e brasileira de outrora na defesa e dilatação do território do Brasil; prezar constantemente os que se dedicam à carreira das armas, indispensável para a segurança dos direitos e da honra da pátria; tudo isso, meus senhores, não significa que tenha sido ou seja eu um *militarista*, como no ardor das recentes lutas políticas, me acimaram às vèzes de o ser alguns dos combatentes mal informados dos meus sentimentos e ações.

Sôbre o imperialismo:

Também todos os meus atos e afirmações solenes no serviço diplomático, continuado no desempenho das funções que desde alguns anos exerço, protestam contra as tendências belicosas e imperialistas que alguns estrangeiros e nacionais me têm injustamente atribuído. Nunca fui conselheiro ou instigador de armamentos formidáveis, nem da aquisição de máquinas de guerra colossais. Limitei-me a lembrar, como tantos outros compatriotas, a necessidade de, após vinte anos de descuido, tratarmos sèriamente de organizar a defesa nacional, seguindo o exemplo de alguns países vizinhos, os quais, em pouco tempo, haviam conseguido aparelhar-se com elementos de defesa e ataque muito superiores aos nossos.

Tôda a nossa vida como estado livre e soberano atesta a moderação e os sentimentos pacíficos do Govêrno Brasileiro, em perfeita consonância com a índole e a vontade da nação. Durante muito tempo fomos, incontestavelmente, a primeira potência militar da América Latina, sem que essa superioridade de fôrça, tanto em terra como no mar, se houvesse mostrado nunca um perigo para os nossos vizinhos. Só nos lançamos a lutas no exterior quando provocados ou quando invadido o nosso território. Mas, cumpre notar, jamais nos empenhamos em guerras de conquista. E muito menos poderíamos ter planos agressivos agora que a nossa Constituição política proíbe expressamente a conquista e impõe o recurso do juízo arbitral, antes de qualquer apêlo às armas, como há pouco advertiu o distinto orador a que respondo⁽⁷⁴⁴⁾.

Em 1908, respondendo a uma sugestão de Nabuco para que retribuísse a visita a Root, escrevia Rio-Branco:

Se eu fôsse em missão de cortesia a Washington, os Governos do Uruguai, Argentina, Chile, Peru, Colômbia e Panamá ficariam na obrigação de imitar o Brasil, e estou persuadido de que tantas recepções não deixariam de ocasionar incômodos e contrariedades ao Govêrno Americano. Não penso que tenhamos o dever de retribuir visita feita a tantos países no interêsse do desenvolvimento da influência americana e não por atenção especial ao Brasil. A despesa com a missão daria lugar a críticas severas aqui e encontraria grande oposição. Por outro lado, nas condições da minha saúde e com os hábitos de vida sedentária

(744) Discurso no Clube Militar no dia 15 de outubro de 1911.

e retraída que tenho, eu não poderia resistir a uma semana de festas. Tenho por isso declinado convites ou insinuações que recebi para visitas ao Rio da Prata e Chile.

Começara a se sentir doente desde essa época. A um jornalista que o interrogara sôbre a notícia de uma visita a Buenos Aires, respondeu:

— Estou demasiado velho e sinto as pernas muito fracas.

E acrescentou:

— Creia que perco fôrças dia a dia. Não faço exercícios, não posso fazê-los. Quando vou para Petrópolis, ao desembarcar em Mauá, se subo a prancha para a terra, tudo vai bem; mas descer, para entrar na barca, é um problema para mim. Parece-me que vou cair e tenho como que tonteiras⁽⁷⁴⁵⁾.

Nos seus *Cadernos* de 1909 já aparecem de vez em quando notas como esta:

Ainda bastante doente. Não saí.

Tornam-se frequentes as suas dores reumáticas e nevrálgicas. Constantemente ficava imobilizado com uma perna em cima da cadeira. As pernas muito grossas, por efeito da vida sedentária, apresentavam eczemas varicosas. O rosto ia perdendo a coloração rósea. A palidez, no entanto, era o único sinal exterior do seu enfraquecimento físico. Tamanha era a sua energia, a fôrça íntima da sua vontade, que dominou até o fim a devastação do tempo e da doença sôbre o corpo: não conheceu a melancolia da decadência ou da fraqueza do espírito. O rosto, embora pálido, continuava a refletir a integridade de sua vida interior; êle apresentava ainda “aquelas linhas corretas e solenes, como que destinadas a perpetuar-se no cunho das medalhas”.

À devastação da doença juntaram-se os desgostos políticos. O Govêrno do marechal Hermes da Fonseca havia-se tornado desde o princípio uma desgraça nacional. Da incul-tura e da inexperiência do Presidente uma camarilha estava se aproveitando para assaltar as posições de qualquer maneira. Criava o próprio oficialismo a desordem e a divisão no país. Um espetáculo de arrivistas e especuladores que devia cau-

(745) Entrevista cit. com o jornalista Virgílio Vangioni, de *La Nación*.

sar horror a um homem da educação política de Rio-Branco. O primeiro golpe contra a sua sensibilidade foi a revolta dos marinheiros nos *dreadnoughts*, a cujo respeito escreveu Carlos de Laet:

A revolta dos *dreadnoughts*, em 1910, foi, para Rio-Branco, um abalo tremendo. Sonhara êle um Brasil forte e capaz de, pela sua união e tranqüilla robustez, dominar os destinos desta parte sul do Continente. Circunvagando os olhos pela baía ameaçada e pela capital prestes a padecer os horrores do fratricídio, o grande brasileiro teria talvez compreendido quão longe nos achávamos do seu ideal... (746).

Depois, o estado de sítio, o caso do *Satélite*, a intervenção em Pernambuco, um país ensangüentado e caótico, que êle difficilmente poderia continuar a representar perante o estrangeiro com a sua diplomacia em grande estilo. Por fim, o bombardeio da Bahia, a 10 de janeiro de 1912. Este acontecimento apressa a morte de Rio-Branco e durante o mês que lhe resta de vida só há lugar para a sua atitude de protesto, a atitude com que se encerra a sua existência. O bombardeio da Bahia repercutiu sôbre êle de dois modos: como ministro de Estado, sentia-se envergonhado diante dos representantes estrangeiros, que não podiam julgar civilizada uma nação em que as próprias forças governamentais promoviam a destruição de uma de suas primeiras cidades; como homem, sentia-se indignado com o atentado contra o genro do Barão de Cote-gipe, o ministro que o nomeara cônsul em Liverpool, em divergência com o Imperador. Uniam-se o sentimento público e o sentimento particular na sua condenação ao bombardeio da Bahia. Disse então ao seu antigo colega José Marcelino:

— Sofri muito com o bombardeio. Não tinha cara para receber os representantes das nações estrangeiras.

Rui Barbosa já estranhara públicamente que Rio-Branco não se houvesse decidido a intervir com a sua autoridade no sentido de pôr um tôrmo às aventuras desastradas do heremismo. Em seu primeiro discurso sôbre o caso do *Satélite*, perguntara: “Porventura, o Sr. presidente não tem ministros?” Dois dias depois do bombardeio, demitia-se o almirante Marques Leão, ministro da Marinha, afirmando que “o bombardeio da Bahia pelas fortalezas ocupadas pelas forças federais

(746) Carlos de LAET, *op. cit.*, pág. 20.

é uma iniquidade que atenta menos contra a Constituição do que contra a dignidade humana”⁽⁷⁴⁷⁾.

No dia 17 de janeiro, numa conversa em Petrópolis, dizia Alberto de Faria a Rio-Branco:

— Penso que a situação é de causar sustos. A atmosfera do Catete é irrespirável de paixão e de irresponsabilidade. Se V. Excia. permite dir-lhe-ei que é tempo de fazer valer sua força, evitando atentados que estão planejados em desprestígio do Poder Judiciário.

O Barão interrompeu-o:

— Ora esta!... Mas eu sou o ministro do Exterior; não posso entrar por seara alheia; a pasta política tem ministro e a da Guerra também; bem sabe que estamos no regime presidencial; sou responsável pela minha repartição que não me dá poucos cuidados agora...

Retrucou Alberto de Faria:

— Perdoe, Sr. Barão, V. Excia. não é um ministro como os outros. É, pelo menos, o presidente do Conselho. O Governo vive de duas forças: a força moral de V. Excia. na opinião pública e a força política do Sr. Pinheiro Machado; é por isso que não se lhes perdoará a solidariedade com tais desmandos.

O Barão interrompeu-o de novo:

— Outra injustiça! Isto é porque o Sr. não ouviu como eu o bate-bôca que o Pinheiro teve há dias no Catete com o ministro da Guerra e pessoa da família do marechal. Mas que quer?... Poderemos eu e êle figurar, sem horror, a situação que se criaria pelo nosso afastamento? Se o Sr. conhecesse o sargentão que está na pasta da Guerra!... Depois, aqui onde me vê, parecendo perfeitamente são, leve, estou muito doente; passei o dia de ontem de perna estendida, infiltrada, sem poder caminhar; umas pílulas que me receitou o Hilario operaram esta maravilha; mas estou abatido e fatigado, nem posso ir à cidade.

E Alberto de Faria comentava, então:

Ele estava, de fato, cansadíssimo, ofegante. Parecia, entretanto, não querer deixar a posição em que se conservava, de pé, havia um quarto de hora. Lembrei-lhe que devia repousar. Convidou-me para tomar assento no carruagem, mas foi necessário avisá-lo que deveria dar ordem de partida ao cocheiro. Eu bem percebia, aliás, a sua intenção oculta de esperar as notícias dos passageiros do trem de 7,30⁽⁷⁴⁸⁾.

Nessa mesma noite, Rio-Branco redigiu uma longa carta ao marechal Hermes, na qual havia êste trecho:

(747) João MANGABEIRA, *op. cit.*, pág. 179.

(748) Alberto de FARIA, Conferência na Academia Brasileira — Publicação no “Jornal do Comércio”, de 30 de agosto de 1930.

Seria profundamente doloroso que não pudesse continuar a prestar ao Governo de V. Excia. os serviços que meu precário estado de saúde ainda permite⁽⁷⁴⁹⁾.

A 19, no Catete, apresentou pessoalmente ao Presidente o seu pedido de demissão.

O marechal mostrara-se alarmado e comovido:

– Se o Sr. sair, eu também renuncio.

Ao que Rio-Branco respondeu:

– O Sr. não pode sair. Seria a anarquia. Eu não posso ficar, porém, e por dois motivos: como ministro do Exterior, não devo continuar no Governo diante do bombardeio da Bahia; como homem, não posso permanecer com o Governo que está perseguindo de maneira iníqua e ilegal o genro do Barão de Cotegipe, a quem devo o início de minha carreira no Itamarati.

Hermes da Fonseca, ao ouvi-lo, ficou emocionado até às lágrimas. Propôs numa súplica:

– E se eu repuser tudo no que estava, o Sr. não abandonará o governo? Porque sou seu amigo e prefiro tudo, menos que o Sr. deixe o serviço da Pátria⁽⁷⁵⁰⁾.

Rio-Branco retirou, então, o seu pedido de exoneração. Ordens foram dadas ao general Vespasiano para restabelecer a legalidade na Bahia. Mas a desordem e a violência voltariam pouco depois da morte de Rio-Branco. Nos últimos dias de janeiro, ao sair do Itamarati, José Marcelino dizia aos amigos:

– Paranhos está morto⁽⁷⁵¹⁾.

No dia 5 de fevereiro de manhã — data aniversário do seu grande êxito em Washington, quando recebera, dezessete anos antes, o laudo arbitral do presidente Cleveland — êle caiu sob o pêso de uma crise de insuficiência renal. E o comunicado médico, no mesmo dia, anunciava: “Apresentaram-se sintomas graves, habituais nesses casos”.

(749) Trecho reconstituído por Alberto de Faria. Não se conhece a redação exata da carta porque, em face das promessas do marechal Hermes de que a legalidade seria restabelecida na Bahia, Rio-Branco retirou o pedido de demissão e concordou com a declaração de que êle não existira. A versão de Alberto de Faria sobre essa carta de Rio-Branco foi, porém, confirmada por Moniz de Aragão — secretário que a copiou — e por Gastão da Cunha. (Vide Alberto de Faria, *op. cit.*).

(750) Depoimento de João Mangabeira, em conversa com o Autor. A versão dessa entrevista é a que José Marcelino recebeu diretamente de Rio-Branco.

(751) João MANGABEIRA, *op. cit.*, pág. 181.

O ataque de uremia, no curso da arteriosclerose, poderia tê-lo matado em poucas horas; o seu organismo de gigante permitiu-lhe resistir por uma semana. No dia 8, Miguel Couto achava precário o estado do seu coração. Agoniado, o doente fazia-se remover constantemente da cama para uma cadeira de braços. Estava cego, mas com os olhos muito abertos como se estivesse a contemplar alguma coisa distante. Delirava, e as suas palavras indicavam o "delírio profissional" do político, ligadas à impressão do bombardeio:

— Bombardeio da Bahia! Forte de São Marcelo!(752).

E, então, não disse mais nada; apenas, algumas frases ininteligíveis. Entrou em agonia às 3 horas menos um quarto da madrugada do dia 9. Às 11 horas colocaram-lhe na mão a vela, depois substituída pelo Crucifixo. Prontamente, ao sabê-lo em agonia, os funcionários do Itamarati manifestaram o desejo de ver o Barão pela última vez.

Uma cena comovente: todos, em fila, desde os mais graduados até o mais humilde, passam diante da cama e procuram fixar, numa derradeira visão, a fisionomia do moribundo. Pois, às 9 e 10 da manhã de 10 de fevereiro de 1912 — e o seu criado Salvador fez parar nesse momento o relógio do Itamarati — morria o Barão do Rio-Branco, na sala em que vivera e trabalhara durante os últimos nove anos. Em torno do salão, no qual ficou o seu corpo de morto até o entêrro, erguiam-se e projetavam-se os bustos de José Bonifácio, do primeiro Rio-Branco, de Uruguai, de São Vicente, de Paraná, de Cotegipe, de Abrantes, a galeria dos grandes ministros do Império, de cuja obra êle fôra na República o herdeiro e o continuador. Lá fora, a população, quase tôda com roupas e emblemas de luto, manifestava sua dor(753). Nas palavras da imprensa, no

(752) Depoimento do seu médico, professor Pinheiro Guimarães, em conversa com o Autor.

(753) O "Jornal do Comércio" — por cujo noticiário se sabe que "nunca houve no Rio saimento tão concorrido e imponente" — exprimia, na edição do dia 11, o sentimento nacional com estas palavras: "O Brasil renasceu com êle para uma nova vida de trabalho, de progresso, de prestígio, de força sadia. O seu desaparecimento vai mergulhar a nação numa síncope dolorosíssima, como se lhe houvessem roubado o coração e o cérebro, amputado os braços e vazado os olhos. Porque êle via por nós, pensava e sentia por nós. O Brasil em pêso descansava no seu labor colossal, na sua previdência maravilhosa, na sua habilidade, sabedoria e força incomparáveis. E ninguém sabe, entre nós, qual será o homem capaz de erguer e sustentar o legado do titã augusto, que só a morte pôde abater e dominar..."

espetáculo do entêrro, nas manifestações aparecidas no Brasil e nos países da América, em tudo já se antevia que aquilo não era o fim, mas o comêço de alguma coisa. Efetivamente, ali começava agora a mais autêntica existência de Rio-Branco: a existência imaterial e histórica, contra a qual não teriam fôrças nem a morte nem o tempo.

Sim, agora, morto, é que êle começava realmente a viver. Não seria justo, no seu caso, falar de morte prematura. A sua obra estava de todo concluída, e ainda foi um dispositivo da sorte — da boa fortuna que parecia ter feito dêle um eleito — que viesse a morrer no momento exato, que não conhecesse a melancolia de sobreviver ao próprio destino. Todos os problemas de solução imediata que encontrara no Itamarati, êle os tinha resolvido; para os que se prolongariam, sempre renovados, pelo futuro, deixava orientação, sugestões exemplos, inspiração. Pois Rio-Branco continuá a ser a figura principal do Itamarati, que se tornou de modo ao mesmo tempo simbólico e real a “Casa de Rio-Branco”. E isto aconteceu porque, morrendo no instante propício, deixou de ser um homem para ser uma imagem. Como imagem, êle é sempre um ideal inalterado e renovado, uma fôrça imaterial da qual procuramos aproximar-nos incessantemente. Como homem, se continuasse a viver, teria ficado isolado, à margem dos acontecimentos, no limiar daquela nova época que lhe era estranha.

Pois Rio-Branco havia sido uma figura típica e representativa do século XIX. E coincidia que, junto com êle, estava morrendo um mundo que fôra o seu, o da sua formação, o dos seus estudos, o das suas idéias, o dos seus processos de ação, o da sua política.

Na vida interna, com o govêrno de Hermes da Fonseca, estava sendo liquidada a época mais feliz da República, a da “república dos conselheiros”. Desapareciam as grandes figuras intelectuais e políticas dos princípios do século; e, como indício, ali estaria o quase isolamento de Rui Barbosa. Rompia-se o equilíbrio, a estabilidade, a segurança do regime republicano, com a irrupção de fôrças brutais e vulgares, que iriam permitir anos depois o domínio da ditadura e da caudilhagem, fazendo o Brasil experimentar misérias e desgraças

públicas, que outros povos sul-americanos só haviam suportado um século antes.

Na vida internacional, as guerras nos Balcãs já anunciavam a grande guerra de 1914. Acabava o mundo do século XIX, com a sua confiança no Direito, com a sua base jurídica e legal, com o seu respeito à dignidade da pessoa humana, com a sua fé nos tratados e ajustes internacionais, com o seu amor à paz. Começava um novo mundo, com os mitos de violência e força, com a exaltação dos fatos contra os códigos, com o desprezo às leis e tratados, com o doentio e desesperado apetite de guerra.

Imobilizado pela morte, Rio-Branco renascia em símbolo, numa fixação intemporal, para se prolongar em nova época, mais próxima da herança política que havia deixado com a sua obra. Pois a grandeza humana é um fenômeno misterioso. Não vem só dos atos e feitos, mas de um julgamento, de uma eleição do povo⁽⁷⁵⁴⁾. Nunca se sabe exatamente porque motivo as raças e os povos escolhem e determinam os seus nomes representativos. Mas isto sempre acontece através de uma correspondência íntima entre o espírito coletivo e um espírito individual. Cada povo se sente refletido e retratado em alguns homens representativos, e são estes os seus grandes homens.

Sem isto, inexplicável seria a glória de Rio-Branco; ou a sua popularidade. Os seus processos políticos não eram de agitação e demagogia; os seus livros versavam assuntos especializados e sem comunicação com o grande público; a sua obra se fazia nos gabinetes, alheia aos movimentos das multidões, com o caráter diplomático que significa quase sempre reserva e discreção. Por que se tornou tão popular uma figura de feitio tão aristocrático, com uma obra tão inacessível ao conhecimento e apreciação do grande público? Bem poucos, na verdade, examinaram e estudaram os escritos e os feitos de Rio-Branco. E não obstante nenhum outro nome no Brasil obteve um culto igual: em quase todas as pequenas cidades do interior, a rua principal ostenta o nome de *Rio-*

(754) "La véritable grandeur est un mystère. Ce n'est pas en vertu d'un jugement inspiré par les actes, mais d'un obscur sentiment que nous discernons ou refusons le titre de grand; l'avis des gens du métier ne suffit pas, il faut un consentement unanime". (Jacob BURCKHARDT, *Réflexions sur l'histoire du Monde*, pág. 253, Buenos Aires, 1943).

Branco, como na capital da República; a sua figura tomou na imaginação popular a configuração de um mito; fala-se d'êlê como se não fôsse um homem, mas uma entidade de outra natureza. Os letrados poderão analisá-lo ou discutir-lhe a obra; o povo, sem precisar conhecer essa obra, vota-lhe um sentimento místico. De concreto, o homem do povo sabe apenas que êle está ligado ao mapa do Brasil. O resto é a adivinhação, o instinto, a escolha misteriosa a fazer d'êlê um grande homem.

Não se poderia compreender a posição de Rio-Branco no sentimento popular por intermédio de explicações ordinárias. Ela não é apenas um resultado dos seus atos, mas o espetáculo da identificação de um povo com um homem. Estabeleceu-se entre êle e o País uma corrente misteriosa de ligação. Os brasileiros exprimiam, pela pessoa de Rio-Branco, o anseio de vitória, de expansão, de glória de um povo jovem. E o Barão revelou tôda a medida da consciência dêsse papel histórico quando se despersonalizou na sua obra, quando renunciou à vida pessoal ou de partido para integrar-se de todo na vida nacional até se confundir com ela.

O povo amava-o sobretudo por essa renúncia. Via nêlê, na sua carreira, os sinais da predestinação, da criatura marcada pelo Destino. Distinguiam-se na sua existência as quatro fases determinadas para um só objetivo. A princípio, o aprendizado político, a passagem pela Câmara, a experiência das lutas partidárias; depois, o silêncio, os longos anos de estudos desinteressados, a capacidade de preparar-se e esperar na penumbra; em seguida, a aplicação dos estudos em duas questões de limites, o nome que aparece de repente como o de um grande servidor do país, a confiança da nação no seu valor até então insuspeitado; por fim, a obra política e diplomática do ministro de Estado, a glória em tôda a sua grandeza.

Na mocidade, Rio-Branco tinha escolhido *Ubique Patriae Memor* para sua legenda. Não fôra apenas uma frase: êle se lembrara da Pátria em tôda a parte. É a retribuição ser-lhe-ia conferida de modo completo: a Pátria ficaria a lembrar-se d'êlê em todos os lugares e em todos os tempos.

Apêndice

ALGUNS DOCUMENTOS DO BARÃO DO RIO-BRANCO

(Documentos íntimos e documentos diplomáticos)

Trabalho de estudante

É exata a distinção entre o direito e a moral?

(Dissertação do n.º 9, José Maria da Silva Paranhos)

A questão da distinção do direito e da moral, além do interesse teórico, tem o prático. Quando no Direito Público se trata de determinar os limites da intervenção do poder nas outras esferas da vida e da atividade humana, diz o Sr. Ahrens, essa questão tem uma grande importância.

Vamos, pois, tomar pela rama o que em alguns autores lemos sobre o assunto, procurando alongar esse nosso trabalho o menos possível.

O homem, metafisicamente falando-se, é a causa prima de todas as suas ações; por outra, o homem é o estado de liberdade e essa liberdade é interna ou externa independentemente de suas previsões e da vontade dos outros.

No entanto, o homem tem *deveres*, está na necessidade moral de praticar ou deixar de praticar certas coisas, circunscrevendo destarte esses deveres a uma liberdade, quer interna quer externa.

Os deveres que se referem à liberdade interna são deveres do homem para consigo mesmo, e por isso o seu cumprimento não pode ser exigido pela sociedade. Sua sanção está na consciência ou no fôro interno.

O mesmo não acontece com os deveres externos, com os que regulam a liberdade externa, restringindo e cortando os abusos que possam impedir que os outros gozem de sua completa liberdade.

Esses deveres têm sua sanção no fôro externo e o homem é obrigado pela sociedade a cumpri-los, ainda mesmo contra a sua vontade, pois o emprêgo da força é autorizado pela razão.

É fisicamente exigível o cumprimento desses deveres porque eles são o resultado da coexistência dos homens e porque essa coexistência seria impossível sem o cumprimento desses deveres.

A teoria dos deveres internos pertence à parte da filosofia que se chama Moral; a dos externos o que se chama Direito.

Falamos de deveres; é mister fazer notar aqui que ou são éticos ou jurídicos.

O dever ético ou moral, imperfeito ou interno, nunca cria uma obrigação. O jurídico, perfeito ou externo cria a faculdade ou o direito de exigir o seu cumprimento.

O cumprimento desses deveres jurídicos constitui a justiça, que é interna ou externa, formando a reunião dessas justiças o que os romanos chamavam *justiça perfeita* e a definiam *constans et perpetua voluntas jus sum cuique tribuendi*.

A justiça expletiva ou externa pertence ao domínio do Direito, a interna ou *atributiva*, segundo a chama Grotius, ao da moral.

Até aqui temos mostrado em que a Moral se separa do Direito, qual o assunto dêste e qual o daquela. Vejamos algumas outras diferenças de não menor importância.

A ordem moral pertencem tôdas as ações que têm um valor em si mesmas, tôdas as ações cujo mérito ou demérito só podem ser apreciados pela consciência. O caráter principal está na intenção.

O mesmo não acontece com a ordem jurídica. A ela pertencem tôdas as ações enquanto são uma condição de existência e de desenvolvimento para a vida humana.

Seu valor é relativo e apreciável em seus efeitos pela autoridade social.

A moral, pois, considera o motivo pelo qual uma ação é praticada. O Direito considera a ação em si mesma.

Os preceitos da moral são absolutos e invariáveis, independentes das circunstâncias de tempo e de lugar.

Os de Direito são relativos e variáveis.

A consciência é o único fim da moralidade; os dos atos jurídicos são as leis. Assim, as obrigações do Direito podem ser exigidas pela força.

Temos assim assinalado as diferenças principais que existem entre a Moral e o Direito e fazendo isso não devemos deixar de dizer que apesar de serem duas ciências distintas, elas têm algumas relações entre si. Assim a observação nos mostra que tudo que é ordenado ou proibido pelo direito é ordenado e proibido pela moral pôsto que tudo quanto é ordenado ou proibido pela moral não seja ordenado ou proibido pelo direito.

De tudo quanto temos dito se vê que o direito ou a moral não são duas ciências antípodas, não há entre elas oposição.

O domínio do Direito tem muitos pontos de contato.

A Moral e o Direito concorrem para o mesmo fim — o aperfeiçoamento do homem e da sociedade.

Elas seguem, porém, veredas diversas.

A Moral procura melhorar a vontade do homem, trata da fonte de todos os seus atos, ocupa-se de seu interior. O Direito, para assegurar

à vista seus meios de desenvolvimento, torna êsses atos independentes da boa ou má vontade dos homens.

Os filósofos da antiguidade confundiram o Direito Natural com a Moral. Só em meados do XVI século foi que se tentou pela primeira vez discriminar essas duas ciências.

Oldendorp, falecido em 1557, escreveu em 1539 em Colônia a sua obra intitulada "Isagogi juris naturae, gentium et civilis". Nela tratava de expor, de um modo sistemático, os preceitos da Filosofia e do Direito.

Alguns anos mais tarde apareceu em Witemberg (1562) a obra denominada "Apoclictica methodus de lege naturae". Seu autor, Henming, ocupava-se em desenvolver as doutrinas do precedente.

Nenhum desses autores, porém, distinguia os deveres do homem, cujo cumprimento só pode ser exigido pela consciência daqueles cujo cumprimento a sociedade pode impor.

Foi Hugo Grotius quem pela primeira vez pôs à luz do dia essa distinção entre deveres perfeitos dos imperfeitos, entre justiça expletiva e atributiva, como acima fizemos noar. A sua obra "De jure belli et pacis", publicada em 1675, causou uma completa revolução na ciência.

Todos os juriconsultos de monta trataram de explorar o terreno que acabava de ser descoberto e Grotius foi e é considerado como o fundador do Direito Natural.

Seldon, Hobbes, Thomazius, Puffendorf, Wolf, Burlamaqui e outros entregaram-se a êsse estudo e lançaram grandes luzes sôbre o Direito.

Kant foi, porém, quem imprimiu ao estudo do Direito uma direção menos incerta (1797).

Distinguindo como Grotius os deveres internos e externos, Kant fêz da liberdade externa a base do Direito e da interna o fundamento da Moral.

Feuerbach, Sehmals, Gross, Bauer, Krug, Fichte e outros continuaram o caminho aberto por Kant e hoje a distinção entre a Moral e o Direito é admitida pela quase totalidade dos juriconsultos.

S. Paulo, 17 de maio de 1862.

O n.º 9, José Maria da Silva Paranhos J.^{or}

Carta a Francisco Luís da Veiga

Rio, 15 de Set.º de 1868.

Veiga,

Recebi tua cartinha em que me dá parte de teu casamento, celebrado em 15 de ago. último. Não podias ter escolhido dia melhor, — N. S. de Glória, — não sei por que, um dos dias mais alegres em todo o mundo. Abençoe ela tua união e proteja o nôvo *pater familias*, a quem cumprimento com o devido respeito, rogando-lhe que por mim beije as mãos da eleita do seu coração. É um comprim.^{to} que me sai do fundo d'alma. Bem sabes que em mim é isso antes a saudação de um irmão que a de um amigo.

Então *nhô Chico* estás casado?! Realizaram-se teus sonhos. — Ainda me lembro daqueles passeios noturnos, q. nos bons tempos de estudante, dávamos pela várzea de S. Paulo nas noites de luar. Cantarolavas, desafiando horrivelmente, uma ária do Barbeiro de Sevilha, que aprendemos em Pouso Alegre. Nesses momentos ficavas, segundo a *júria* académica, *cínico como um boi*. É preciso confessar que a posição de apaixonado tem o seu quê de grotesca. Não concordas? Mas ainda assim, eu desejaria também encontrar alguma fada que me enfeitiçasse e viesse espalhar alguma alegria rara em meus dias, que vão passando vazios e monótonos. Sabes, pelas nossas conversas íntimas, que não há maior apologista do casam.^{to} de que eu. Entre.^{to} hoje creio que seria incapaz de volver à bela idade dos sonhos. Estou *blasé*, frio e descrente do mundo. — É uma moléstia como outra qualquer.

Passando agora de um pólo a outro. Ando por aqui em uma advocacia m.^{to} insípida, convencendo-me cada vez m.^a que não tenho vocação p.^a isto. Hoje p.^a se ser advogado é preciso ter-se o espírito um pouco mercantil. Não sirvo p.^a isto decididamente. Não sei entrar em ajustes pecuniários e andar pedindo dinheiro; nem gosto também de levar calotes. Como sabes, com a disp.^{ao} da câmara perdi o lugar que exercia interin.^{te} no Col.^o P. II. Hoje, só esperava uma coisa, com a mudança política, era apanhar um assento na temp.^a pelo 4.^o Dist.^o. Tive of.^{tos} espontâneos de influências do Dist.^o (q.^{do} se está de cima anda tudo assim), mas o Itaborahy e o Paulino fizeram-me desistir. O adiam.^{to} da eleição de senadores fêz com que o Baependy se apresentasse pelo 4.^o Dit.^o em vez de ir p.^a o 3.^o, seu dist.^o natural, na vaga do Sayão que será infalivelm.^{te} o senador escolhido. Foram-se m.^{as} esperanças. Veremos agora se a pro.^a de Mato Grosso quererá *ter a honra* de aliger-me... O Itaborahy e o Paulino acharam isso natural e possível. Não acho natural, mas acho possível. Entretanto observo-lhe que este negócio é segrêdo, que deve ficar entre nós. Só tens licença de mostrar esta parte da carta à tua Ricardina, e a m.^a ninguém. Está acabado o papel. Adeus.

Paranhos

Lembr.^{ças} ao Ildefonso. A 31 do pass.^{do} perdi o meu irmão Pedro q. já tinha 13 anos de id.^o e q. conhecias pelo retrato. Para estas coisas não há remédio. É preciso curvar a cabeça e ter resignação.

Ofício do sônsul em Liverpool

Consulado Geral em Liverpool, 30 de dezembro de 1877.

Ilmo. e Exmo. Sr.

O art. 86 do Regulamento de 24 de maio de 1872 determina que os relatórios e mapas anuais dos empregados consulares devem chegar à Secretaria de Estado até o mês de dezembro. Eu tencionava cumprir fielmente essa disposição mas depois de organizados os mapas, verifiquei que eram incompletos ou incorretas as informações de alguns

vice-consulados sobretudo no tocante aos navios entrados e aos nossos produtos importados neste distrito.

O vice-cônsul em Dublin, por exemplo, obrigou-me por várias vezes a chamar a sua aenção para os arts. 68, 69 e 70 do Regulamento e quando lhe mostrei, à vista dos mapas ultimamente publicados pelo Board of Trade, que havia deixado de remeter-me informações de que necessito para os relatórios que devo dirigir a V. E., desculpou-se dizendo que precisava de uma lista dos portos do Brasil para poder colhêr no Bill of Entry os dados relativos à importação. Já lhe envie essa lista, em officio n. 24, de 18 do corrente e para que V. E. veja que não me descuidei de chamá-lo ao cumprimento dos seus deveres junto aqui cópia dos officios que lhe dirigí em 12 de junho e 13 de outubro.

Tenho encontrado grande dificuldade em obter de alguns dos vice-cônsules informações trimestrais exatas; a todos mostrei em circular quais os pontos sôbre que essas informações devem versar e a que fontes devem êles recorrer. O vice-cônsul em Plymouth, apesar de não ter trabalho algum, pois que no decurso dêste ano só teve um certificado a passar, lembrou-se até de pedir-me um secretário pago pelo govêrno.

O exame dos mapas do Board of Trade mostrou-me também que alguns pontos dêste distrito, como Trom, Runcorn, Barnstayle e Exeter, onde não temos agentes consulares, mantiveram relações de comércio com o Império no ano de 1876. Julguei do meu dever incluir no relatório anual os algarismos de importação e exportação dêsses e de outros pontos e para êsse fim dirigí-me a todos os inspetores de alfândega, pedindo os esclarecimentos de que careço e que só agora me vão chegando.

Creio que as razões que aponto bastarão para que V. E. se digne de desculpar a pequena demora que haverá na remessa do meu primeiro relatório anual, em que tenciono apresentar uma revista dos seis últimos anos e reunir informações rigorosamente exatas.

Tenho a honra de renovar a V. E. os protestos do meu mais profundo respeito e distinta consideração.

José Maria da Silva Paranhos

Carta a Frei Fidélis D'Avola

Reverendo Frei Fidélis D'Avola

Frei Luís Piazza teve a bondade de entregar-me a carta de V. R. de 5 do corrente, e de declarar-me que fôra ela escrita em consequência de um artigo em que V. R. foi censurado por haver absolvido meu Pai sem que êste houvesse abjurado a Maçonaria.

Sinto profundamente que neste momento tão doloroso para mim se levante a respeito de meu prezado Pai, cuja memória será empenho de tôda minha vida zelar e honrar, questão semelhante à que se deu por ocasião do passamento do ilustre general Ozório. Eu receava que o zêlo religioso se acercasse do leito de meu Pai para induzi-lo, enquanto

delirava, a declaração que elle não faria no pleno gôzo de suas poderosas faculdades mentais e por isso hesitei muito em consentir que se lhe aproximasse um sacerdote sem que o enfêrmo mostrasse desejar os socorros espirituais. V. R., porém, era desde muitos anos amigo de meu Pai, freqüentava a nossa casa e ainda num dos últimos dias, visitando-o, recebeu d'êle, como de outras vêzes, demonstrações de profundo respeito e entranhada estima. Por esta razão e neste caráter, foi a V. R. concedido, na manhã de 1.º de novembro, aproximar-se do enfêrmo. Não julguei porém que ia tratar-se de confissão sem que elle houvesse sido consultado ou prevenido e só por isso deixei de pedir a V. R., como era da minha intenção fazer, que no estado de perturbação intellectual em que se achava meu Pai, não lhe exigisse declarações que pudessem parecer desconformes das convicções que elle manifestara e defendera em tôda sua vida.

V. R. compreende quanto deve penalizar-me a necessidade a que me sinto obrigado de relatar circunstâncias de tão triste recordação. Farei entretanto esforço sôbre mim mesmo para nada omitir sôbre o que deve saber-se.

Desde a noite de 30 de outubro meu Pai entrou em delírio, tendo-se-lhe manifestado a meningite; neste estado, mostrou apenas um ou outro intervalo reputado lúcido. A 1.º de novembro seriam 8 ½ horas da manhã, fazendo V. R. o caridoso obséquio de aqui aparecer, acompanhei-o ao aposento onde meu Pai jazia no leito de agonia, e aí se achavam os Srs. Dr. Catta Preta, médico assistente, Dr. Pedro Afonso Ferreira, meu cunhado; Alfredo da Silva Paranhos, meu irmão menor; João Rodrigo de Souza Faria, meu primo; Jacob Gross, antigo criado de meu Pai e seu amigo e Victorio Lackens, criado do referido Dr. Pedro Afonso.

Eis então o que se passou, segundo a minha memória e a das pessoas presentes:

Aproximando-se V. R. do enfêrmo, êste deu mostras de o reconhecer, porque estendeu a mão direita e tentou beijar a de V. R., como costumava fazer quando V. R. o visitava. Ato contínuo, V. R. dirigiu-lhe estas três interrogações:

— Exmo. Sr. Visconde, V. E. arrepende-se de todos os pecados que cometeu por pensamentos, palavras e obras?

— V. E. crê em tudo que manda crer a Santa Igreja Católica Apostólica Romana?

— V. E. condena tudo que a Santa Madre Igreja condena e manda condenar?

À primeira interrogação o enfêrmo respondeu claramente; Sim. À segunda, pareceu-me que a resposta fôra também afirmativa. À terceira, a resposta foi absolutamente ininteligível para todos que ali nos achávamos.

Então V. R. recitou uma oração, fêz o sinal da absolvição e depois de beijar a testa do enfêrmo, retirou-se.

Durante as horas que se seguiram, apenas três vêzes meu Pai proferiu frases intelligíveis; foi a primeira ao apertarem-lhe a mão os Srs.

conselheiros visconde de Muritiba, Saldanha Marinho e Silva Nunes; a segunda, ao ser visitado pelo Dr. Joaquim Murtinho — é a terceira, quando minha cara Mãe, tendo ouvido do frei Luís Piazza palavras de consolação, se dirigiu em pranto ao leito do enfermo. Esta última e tristíssima cena deu-se às 3½ horas da tarde e presenciaram-na, além de pessoas da família, os Srs. Drs. Luís Bandeira de Gouveia e José Avelino Gurgel do Amaral.

Por essa ocasião meu Pai pronunciou estas palavras, que os circunstantes ouviram distintamente e eu tenho que elas resumem o seu coração e a sua inteligência naquele supremo momento: Estejam certos de que hei de confirmar perante Deus o que hei afirmado perante os homens.

Foram as suas últimas palavras e eu, além de as repetir desde logo ao frei Luís Piazza e ao Sr. Octaviano Hudson, que se achavam no Salão, as comuniquei ao meu amigo dr. Gusmão Lôbo, em carta que imediatamente lhe escrevi. Suponho haver feito igual comunicação (não afirmo) aos Srs. deputados Joaquim Nabuco e engenheiro André Rebouças, que se achavam no gabinete de trabalho de meu Pai.

Pouco depois das 4½ horas da tarde, frei Luís Piazza foi introduzido por mim no aposento de meu Pai e administrou ao enfermo o Sacramento da Extrema-Unção.

As 7 horas e 5 minutos meu Pai deu a alma a Deus.

Eis quanto se passou acêrca do objeto da carta de V. R. e ser-me-á lícito acrescentar que do ocorrido se não pode inferir que o Visconde do Rio-Branco renegasse a Associação de que foi chefe. Ninguém melhor do que êle sabia que a Maçonaria é uma sociedade de beneficência, cujos estatutos vedam toda discussão sôbre assuntos religiosos. A grande maioria dos Maçons Brasileiros pertence ao grêmio da Igreja Católica e permita-me V. R. recordar que um brasileiro ilustre, que deixou inúmeros documentos da sua ardentíssima fé religiosa, o almirante visconde de Inhaúma, foi grão-mestre adjunto da Maçonaria sem que por isso lhe houvessem sido recusados os socorros espirituais.

Li hoje na seção ineditorial do Jornal do Comércio a declaração de S. R. o Vigário Capitular em que pretende que meu Pai, na sua hora extrema, condenou tudo aquilo que a Igreja Católica condena e portanto as sociedades secretas e os seus erros.

A êste ponto não tenho a lembrar a V. R. senão o que acima disse: — meu Pai nenhuma resposta inteligível deu à pergunta que a tal respeito lhe dirigiu V. Rev. Ele não condenou, nem é para presumir condenasse, uma instituição que muito prezou, e que nada faz a occultas para que se lhe atribuam intuitos contrários à religião católica.

V. Rev. absolveu o Visconde do Rio Branco, e não deve arrepenher-se disso. Para provar que êle foi sempre católico apostólico romano, aí está o testamento escrito num tempo em que as suas faculdades intellectuais se achavam íntegras. Meu pai passou por êse mundo fazendo o bem que pôde, e nenhum mal praticou intencionalmente.

A dor que me oprime, e que só acha lenitivo e confôrto nas mostras de condolência pública que cobrem de bênçãos a memória do Visconde do Rio-Branco, tolhe-me de continuar. Beijando reverente-

mente as mãos de V. Rev., como as de um excelente amigo de meu Pai e de um sacerdote verdadeiramente digno dêste nome, peço licença para entregar à publicidade esta resposta por me não ser lícito guardar silêncio após a aludida publicação de S. Em. Rev. o Vigário Capitular.

Tenho a honra de ser, com o mais profundo respeito,

De V. Rev. Servo Obediente e Muito grato

J. M. da Silva Paranhos

Andaraí, 7 de Novembro de 1880

Carta a Joaquim Nabuco

Liverpool, 4 de outubro de 1881.

Meu caro Joaquim Nabuco

Recebi em devido tempo sua amável epístola, escrita do nôvo *clube*, e acompanhada das interessantes notícias *p.s.* da nossa terra, do Artur Mota, Lôbo e Zezzi. Quase caí fulminado ao saber do projeto de reforma de que vocês me falam. Espero, porém, que o *clube* em péso se oporá enèrgicamente a que isso se faça, e que *Fretschutz* não deixará de sair a campo para confundir os ousados reformadores.

Não lhe escrevi logo sôbre os seus negócios porque o Barão estêve ausente, em Plombières, mas aí mesmo recebeu a carta de que fui portador. Em fins do mês passado conversei com êle em Paris. Êle disse-me que respondera imediatamente a sua carta dispondo-lhe o modo por que encarava o seu projeto, e falando-lhe com tôda a franqueza. Entendia que como primeira base de estabelecimento em Londres você devia tratar de obter de algum jornal o lugar de correspondente, com ordenado suficiente para manter-se, embora modestamente. Quanto à diretoria de alguma companhia assegurou-me que já nisso havia pensado, mas que não era coisa que se pudesse alcançar já.

Na noite de primeiro do corrente recebi a notícia do falecimento de Clark, e logo escrevi ao Barão lembrando-lhe que êle poderia desde já obter de Picot a promessa de nomear você. Ainda não tive resposta, mas sei (e você deve estar certo disso) que o Barão é sinceramente seu amigo, e estimará imenso vê-lo na posição de sucessor do Clark, não só porque o estima, como porque deve bem compreender o valor de tal auxiliar.

Este inesperado acontecimento da morte do Clark vem facilitar muito, a meu ver, a realização de seus projetos. O Jornal não poderá dar-lhe menos de umas £600, e a posição de correspondente o habilitará a relacionar-se com o *haute finance* de Londres passando você a ser como era o Clark, o conselheiro natural de tôdas as emprêsas brasileiras. Se você mostrar-se homem *prático*, poderá em pouco tempo conquistar uma pequena fortuna, e lançar-se então de nôvo aos mares agitados da politica. — Afinal a senhora sua mãe e a minha receberão do Estado

uma pensão... Devemos isso em grande parte ao nosso bom amigo Gusmão Lôbo, mas é triste o têmos de reconhecer que o governo só se lembrou dos serviços do conselheiro Nabuco e do visconde do Rio-Branco para poder servir à família de um amigo. Sem a morte do Buarque nada se teria feito...

Aproxima-se o dia da nossa grande batalha eleitoral. Breve saberei se você continua na Câmara, ou se interrompe por alguns anos a vida política para viver tranqüilamente em Londres, trabalhando, escrevendo, e assegurando, pelo lado da fortuna, o seu futuro.

Muitas lembranças aos nossos amigos Serra, Artur Mota, Rebouças, Costa Mota.

Do nosso Hilário tive notícias por minha Mãe. Sei que a foi visitar durante um incômodo que ela teve.

Recomende-me muito e muito a êle e disponha sem reservas do

Paranhos.

Carta a Eduardo Lemos

Paris, 23 de março [1884].

Apesar de decorridos tantos dias depois do meu desembarque em Bordeaux, ainda hoje sou obrigado a escrever a V. Ex. tão às pressas como o fiz de Lisboa. Os trabalhos com a instalação de minha Mãe tomaram-me quase todo o tempo, mas a partir do 1.º do mês próximo poderei começar a ocupar-me sèriamente da nossa Exposição de S. Petersburgo.

Recebi anteontem um officio do Centro de Lavoura com a mesma data da carta de V. Ex. — 1.º de março — e algumas das notícias que nessa carta teve V. Ex. a bondade de transmitir-me. A dificuldade relativa ao local da Exposição não era ainda conhecida no Centro. Não escrevi sôbre isso ao Sr. Barão de Alhandra, e espero, para fazê-lo, que V. Ex. se sirva de dizer se há alguma coisa de nôvo a tal respeito, e se recebeu cartas recentes do mesmo Barão ou do Sr. Schkabe. Nas conferências muito rápidas que tive no Rio com o Srs. Ministro da Agricultura e Comendador Ramalho Ortigão, ficou assentado que o representante do Centro trataria de quanto dissesse respeito ao recebimento e instalação das nossas amostras de café, devendo eu chegar a S. Petersburgo alguns dias antes da abertura da Exposição. O Sr. Ministro da Agricultura falou-me também em uma Notícia sôbre o Brasil, para acompanhar o Catálogo, e ordenou que me fôsem remetidas com urgência as informações necessárias a fim de que êsse trabalho apresentasse dados didáticos mais recentes e completos. Espero receber brevemente as informações prometidas e por êstes dias começarei a preparar a Notícia, servindo-me principalmente do notável trabalho por V. Ex. publicado em Amsterdam. Pelo officio do Centro de 1.º do corrente, vejo que o Sr. Honório de Araújo Maia não estará nesta cidade antes de 15 de abril, e, portanto, é preciso ir adiantando a notícia, que deve achar-se pronta e impressa antes de 5 de maio.

Penso que V. Ex. está informado de que prometi ao Sr. comendador Ramalho Ortigão procurar obter o concurso de um amigo meu, homem de grande instrução, ativo, que nos será sumamente proveitoso em S. Petersburgo, como secretário da comissão, para a correspondência em francês, a tradução e até a redação de artigos que devam ser comunicados aos jornais. Refiro-me ao Sr. J. Dumontier, major reformado de engenheiros do exército francês e cavalheiro da Legião de Honra. Procurei-o há dias, falei-lhe no assunto, e posso contar com esse auxiliar desde que a nossa demora na Rússia não seja de mais de um mês ou mês e meio.

Não sei se a dificuldade relativa ao local em que deve ser exposto o nosso café e a demora do Sr. Maia tornarão possível a abertura da exposição a 17 de maio (5 do calendário russo). Repito o pedido que fiz a V. Ex. de transmitir-me as notícias que a esse respeito haja recebido ou venha a receber de S. Petersburgo ou do Rio.

O ofício do Centro da Lavoura refere-se a "um plano dos trabalhos para a Exposição e propaganda do Café na Rússia", plano que, diz, me era remetido por cópia apenas ao mesmo ofício. Por esquecimento deixou de ser-me enviada essa cópia. Se, depois, V. Ex. tiver conhecimento do plano, rogo-lhe o favor de mo transmitir, ainda que em resumo. A minha nomeação de delegado do Govêrno foi assinada no dia 16 de fevereiro, segundo o Diário Oficial, mas não me chegou ainda às mãos. Como, porém, é isso coisa resolvida, e não tenho outras instruções além das que verbalmente recebi no Rio, vou começar a preparar a Notícia de que acima falei, e não vejo o que mais possa ir fazendo desde já, antes da chegada do Sr. Maia.

Estou provisoriamente neste Hotel com a família, e logo que nos passemos para a casa em que devemos residir, darei aviso a V. Ex.

Antes dêsse aviso rogo-lhe queira dirigir para aqui as suas cartas ou telegramas. Fazendo votos pelo pronto e completo restabelecimento da saúde de V. Ex. e lamentando cada vez mais que a comissão brasileira na Rússia se veja privada do auxílio das suas luzes, experiência e atividade, subscrevo-me com a mais distinta estima e consideração.

De V. Ex.

Paranhos Júnior.

Carta ao Barão de Penedo

Paris, 18 de novembro de 84.
56 Boulevard St. Michel.

Exm. Amigo Sr. Barão.

O Nabuco disse-me que no dia 2 de dezembro anunciaria pelo cabo a Vossa Excelência o resultado da sua eleição, e que pedia a Vossa Excelência o favor de passar-me logo a notícia.

Acho que êle escolheu muito mau distrito, pois os conservadores, e o candidato que apresentam, Dr. Portela, estão muito fortes. Teria sido muito melhor recorrer ao Ceará, onde não há hoje proprietário

de escravos, e onde os conservadores do nosso amigo Barão de Ibiapaba ligaram-se aos liberais governistas do Pompeu.

Ontem recebeu aqui a Legação um telegrama do Governo declarando que *os portos do Brasil ficam fechados a todas as procedências da França*. Parece incrível, e não me consta que país algum tenha já praticado ato tão violento. Estamos, entretanto, no Brasil a 19 ou 20 dias da França, em paquete, e a uns 60 em navio de vela. Não acham para lá suficiente essa quarentena de 20 ou 60 dias.

O paquete francês de 20 do corrente deixará de tocar no Brasil. Tinha a bordo muitas encomendas do nosso Governo. No Havre, em Marseille, Bordeaux e outros portos, onde não há cólera, estão muitos navios carregados para o Brasil.

A surpresa do Ministério de Estrangeiros aqui foi grande. Veremos o que dizem os Ministérios dos Correios e do Comércio.

A epidemia vai diminuindo em Paris. Tivemos um dia de 98 óbitos, mas o que é isso quando se tem em vista a população de Paris e subúrbios — 2 milhões e meio?

Sendo a população aqui dez vezes superior à do Rio, corresponderia a mortalidade diária a uns 9, 8, 7 ou 5 óbitos por dia no Rio de Janeiro. Quando estive lá últimamente morriam de febre amarela diariamente 10, 12 e 14 pessoas, e ninguém andava aterrado com isso. Queixamo-nos das quarentenas de 5 dias no Rio da Prata, e fechamos os nossos portos a navios que partem de país tão longínquo como a França.

Sempre de V. Ex.

Mto. Ato. Venor. Amgo. Obrgdo.

Paranhos.

Carta a João Alfredo

Ao Presidente do Conselho de Ministros: Liverpool, 20 de maio de 1888. — Ilm.^o Exm.^o Sr. Conselh.^o João Alfredo Correia de Oliveira. Tive a honra de receber o telegrama que V. Ex. me fez o favor de dirigir ontem anunciando-me que eu fôra agraciado com o título de Barão do Rio-Branco, e acabo de fazer expedir pelo telégrafo a minha resposta enviando os mais cordiais agradecimentos a V. Ex. e rogando-lhe me faça o favor de manifestar a Sua Alteza a Princesa Imperial todo o meu reconhecimento por tão grande mercê. Nunca esperei poder usar um dia o título que meu Pai illustrou, e essa honra avulta ainda com a ocasião escolhida por Sua Alteza Impl. e por V. Ex. sendo-me o título conferido em meio das alegrias e festas com que o Brasil inteiro estará saudando a esta hora o Imperador, a Regente do Império, V. Ex. e seus dignos colegas, pelo feliz e glorioso complemento da reforma iniciada em 1871. No ato que assim me veio distinguir e honrar terão os nossos concidadãos visto, não uma mercê pessoal, que por qualquer

motivo eu houvesse merecido, mas uma tocante homenagem à memória do Presidente do Cons.^o de 1871, e mais uma prova da afetuosa lembrança que V. Ex. guarda do seu antigo colega e morto amigo. Nada podia cativar mais o meu coração do que este nôvo testemunho da amizade de V. Ex. a meu Pai, que soube estimar sempre a V. Ex. e prever os grandes destinos que lhe estavam reservados em nossa terra. — Peço licença para repetir a expressão do meu mais profundo reconhecimento e os meus parabéns pela grande reforma que V. Ex. acaba de realizar, e que inscreverá o seu nome entre os dos primeiros beneméritos da Civilização e da Humanidade. Com a mais alta estima e distinta consideração tenho a honra de ser — De V. Ex. mt.^o aft.^o.

Amigo e Obrigado Cr.^o — José Maria da Silva Paranhos.

Carta a D. Pedro II

7 de junho [1889].

Senhor

Eu peço a Vossa Majestade Imperial mil perdões pela demora com que agradeço a grande honra que Vossa Majestade me fêz, e que é a maior de quantas tenho recebido da benevolência de Vossa Majestade. Tenho estado êstes últimos tempos muito sobrecarregado de trabalho, deitando-me quase sempre às 3 e 5 horas da manhã, e só p.^a tomar repouso insufficiente, pois preciso acudir à correção de provas que me chegam de diferentes lados: as da tiragem à parte do *Brésil*; as de um resumo mais desenvolvido da nossa história, para o livro *Le Brésil en 1889*, que o *Comité franco-brésilien* da Exposição vai publicar; as da Biografia de Vossa Majestade, que entreguei tôdas há dias ao editor Firmin Didot, para que o volume possa ficar pronto no dia 12 do corrente; as dos artigos biográficos e geográficos referentes ao Brasil que redigi para o VIII volume da Enciclopédia (letra C), finalmente, as provas do folheto dando conta do banquete comemorativo da Abolição o ano passado, com os discursos de Jules Simon, Schoelcher e outros oradores. Tudo isso exigia muita pressa: os artigos da Enciclopédia tinham prazo fixo, e os livros relativos ao Brasil desejamos que possam estar prontos para o dia 14, que será o da abertura da Exposição Brasileira. Para cultivar os trabalhos que estavam a meu cargo, vim a Paris, e até anteontem era obrigado a ir pela manhã a Compiègne, onde está uma das tipografias, para aí mesmo fazer correções e dar o *bon à tirer* das fôlhas que iam ficando prontas.

Ainda hoje é muito a correr que escrevo estas linhas, e peço disso muitas desculpas a V. M.

Tive a honra de receber as cartas de V. M. de 26 e 28 de abril, a 11 de maio, e, ontem, a de 8 do mesmo mês que veio a cargo de D. Maria Eugênia Monteiro de Barros e estou também de posse de todos os documentos e informações que V. M. se dignou de remeter-me,

assim como das fotografias. Fiz logo no artigo *Brésil* tôdas as correções e todos os acréscimos indicados por V. M., reservando o trabalho sôbre a língua Tupi e as fotografias para a 2.^a edição que aparecerá nos primeiros dias de julho. A primeira edição, que será apenas de 500 exemplares, aparecerá por êstes dias para que possa começar a ser espalhada desde a abertura da Exposição. Da 2.^a edição, mis completa, com as vistas que V. M. teve a bondade de remeter-me, farei tirar os 50 exemplares que V. M. deseja, em melhor papel, numerados de 1 a 50, e encadernados.

Na carta de 11 de maio V. M. recomendava-me que dissesse pelo telégrafo até quando chegassem a tempo as Suas informações. Tive a honra de responder logo que recebi, no dia 23, que esperaríamos as novas informações, e ao mesmo tempo tomei a liberdade de dizer a V. M. que todos os relatórios ministeriais ser-me-iam de grande utilidade, sobretudo os da Fazenda, Agricultura e Império. Com efeito poderemos assim apresentar quanto à nossa dívida, e ao lado dos algarismos do ano passado, os dêste ano, que são menores; poderemos modificar o capítulo em que são descritos os nossos caminhos de ferro, e dizer mais alguma coisa sôbre a instrução pública.

Na 1.^a edição pude já incluir alguns trechos da Fala do Trono dêste ano.

A Bibliografia sairá com um nôvo §, *Literatura Jurídica*, que pedi ao Barão de Ourém, autor do artigo Legislação. Nesse ponto foi-me fácil satisfazer aos desejos do Conselheiro Olegário porque dávamos um capítulo sôbre o assunto; mas não foi possível, atento o plano do trabalho, indicar as obras de brasileiros sôbre os outros ramos de ciência, porque essas obras são em pequeno número, e tais citações bibliográficas cabem melhor nos artigos especiais da Enciclopédia sôbre essas ciências. No artigo *Brésil* tratamos de dar uma descrição geral do país, dividindo-a em Geografia Física, Política e Econômica. A Bibliografia que, no fim, refere-se apenas aos assuntos tratados no texto. Assim a *Flora Fluminense* de Veloso pôde ser citada porque damos um capítulo sôbre Flora.

O trabalho, como V. M. viu, ocupou 51 páginas da Grande Enciclopédia, e para publicações do mesmo gênero só tínhamos pequeno espaço, e êsse mesmo mal aproveitado, com muitos erros e apreciações injustas. V. M. pôde também ver, pelas provas que tomei a liberdade de submeter ao seu esclarecido exame, que o artigo primitivo de Leverage ocupava apenas 15 páginas, em que êsse homem illustre, muito dedicado a V. M. e muito amigo do Brasil, repetia erros que lera em outras publicações estrangeiras. À custa de muita tenacidade, pouco a pouco, intercalando aqui e acolá, corrigindo e aumentando, em sete ou oito sucessivas revisões de provas consegui obter 51 páginas que representam bem 200 a 300 in 8.º, e isso em publicação que vai ficar nas Bibliotecas, e sue há de servir de guia a quantos para o futuro escreverem sôbre o Brasil. Se eu tivesse pedido desde o principio êsse espaço, com certeza no teriam reservado, pois, como V. M. verá, a Inglaterra apenas ocupa umas 40 páginas, e a Bélgica creio que 20 sômente.

Tive, pois, como brasileiro grande contentamento em poder concorrer para esse resultado; vendo afinal em livro estrangeiro uma notícia sobre o Brasil que, sem palavras inúteis, encerra grande cópia de informações, muitas inéditas, e dará exata idéa dos nossos progressos e da nossa civilização; notícia apresentada sob os auspícios de um nome europeu, como o de M. Lavasseur, reunindo, portanto, para os estrangeiros, as condições de imparcialidade que são para desejar em trabalhos desta ordem. Meu prazer aumentou quando pelo telegrama de Vossa Majestade e pelas cartas com que me tem honrado tive a certeza de que Vossa Majestade, Juiz tão competente em questões de ciência e de patriotismo, se dignou tão graciosamente de aprovar esse trabalho, honrando-o com a Sua ilustrada colaboração. Beijo respeitosamente a mão de V. M. I. e rogo-lhe se digne de recolher benignamente os protestos da minha mais profunda gratidão. Vossa M. sabe que a minha dedicação ao Imperador e à Família Imperial, é não só uma herança que recebi de meu Pai, mas o cumprimento de um dever pelas animações e favores que tenho recebido de Vossa M., e que datam de muito longe, dos meus tempos de Colégio.

Na tiragem à parte dou agora mais algum desenvolvimento, como deseja o Sr. Conselheiro Olegário, à parte relativa à Independência. Nas notas que recebi, elle fez dois reparos sobre questões de fato. O primeiro quanto aos motivos da retirada dos dois ministros Andradas em 16 de julho de 1823, o segundo quanto à intenção que antes de 6 de abril manifestou o Augusto Pai de Vossa Majestade de abdicar a Coroa Imperial.

No que diz respeito ao segundo ponto reporto-me às *Memórias* do Visconde de S. Leopoldo, no trecho que se lê a pág. 24 da parte 2.^a do tomo 38 da Revista do Instituto, quanto ao primeiro ponto, tenho em meu favor a autoridade do Visconde de Pôro Seguro, na sua *Hist.^a da Indep.^a*, manuscrita em meu poder, capítulo IX. O visconde de Pôro Seguro guiou-se pelas cartas do barão Mareschall, ministro da Áustria no Rio de Janeiro, escritas ao príncipe de Metternich. O diplomata austríaco, que, como era natural, tinha relações pessoais com José Bonifácio, também refere que esse ministro havia proposto ao Imperador a dissolução da Constituinte.

No trabalho que fiz para o *Brasil* em 1889 trato com mais algum desenvolvimento da nossa história, em 80 e tantas páginas, de que estou fazendo uma edição à parte. Na Enciclopédia era preciso resumir muito e procurar dizer muita coisa em pequeno espaço, o que é imensamente difficil.

Peço de nôvo a V. M. I. que se Digne de aceitar benignamente os meus agradecimentos, e beijando, por minha Mãe, e por mim a mão de Vossa Majestade Imp.^l, subscrevo-me com o mais profundo respeito

De V. M. I.

o mais humilde agradecido obediente súdito.

Barão do Rio-Branco

Ofício do cônsul em Liverpool

Consulado Geral do Brasil

Liverpool, 14 de dez. de 1889.

Ilm.º e Exm.º Sr.

Pela mala do *Atrato*, aqui chegada ontem trazendo datos do Rio de Janeiro até 22 de novembro, recebi os *Diários Officiaes da República Federativa Brasileira*, mas nenhum despacho ou ordem de V. Excia. Também até esta data não tenho recebido comunicações da Legação Brasileira em Londres, de sorte que apenas pelos telegramas publicados nos jornais, e agora pela fôlha oficial, tenho notícia de que no dia 15 de novembro foi proclamada no Rio de Janeiro a República dos Estados Unidos do Brasil e organizado um Governo Provisório cuja autoridade foi reconhecida imediatamente em tôda a extensão do território nacional.

Nos Diários Officiaes encontrei o Decreto n.º 4 de 19 de novembro relativo à bandeira, às armas nacionais e aos selos e sinetes da República, mas os desenhos a que se refere o decreto não foram publicados, de sorte que não posso desde já mandar gravar os selos que devem servir para a legalização de documentos, continuando por isso a ser utilizados provisoriamente os antigos.

As notícias políticas não são da minha competência, e a Legação Brasileira em Londres terá sem dúvida transmitido a V. Excia. os comentários da imprensa inglesa sobre os últimos acontecimentos do Brasil. E, porém, do meu dever assegurar a V. Excia. que os negociantes e armadores desta cidade e do meu distrito, relacionados com o Brasil, continuam a manifestar a mesma confiança que antes tinham nos grandes destinos de nossa pátria, e que essa confiança será sempre a mesma havendo, como desejam todos os brasileiros, paz, ordem e união entre os Estados que formam a Confederação. As expedições para o Brasil não sofreram interrupção alguma.

Tenho a honra de reiterar a V. Excia. os protestos do meu mais profundo respeito.

Barão do Rio Branco.

P. S. Inclusa encontrará V. Excia. uma carta de negociante inglês no Rio de Janeiro publicada ontem no *Liverpool Daily Post*.

A S. Excia. o Sr. Quintino Bocaiuva,
Ministro das Relações Exteriores.

Carta a D. Pedro II

A S. M. I. Sr. D. Pedro de Alcântara

Cannes

Senhor.

Estas linhas chegarão às mãos de Vossa Majestade Imperial amanhã, 23 de julho, dia em que os brasileiros contavam poder celebrar este ano o jubileu do glorioso e fecundo reinado de Vossa Majestade.

Peço licença para beijar respeitosamente a mão de Vossa Majestade Imperial, e sinto imenso não poder fazê-lo pessoalmente indo a Cannes. As ingratidões do período agitado que atravessamos não de passar, e Vossa Majestade com ânimo sereno pode encarar o futuro e descansar no juízo da Posteridade, certo do respeito e reconhecimento dos brasileiros. Na nossa História, quando a pudermos ter imparcial e livre, não haverá nome que possa igualar em grandeza ao do Soberrano ilustre que durante quase meio século presidiu aos destinos da Nação Brasileira, dando-lhe, com os maiores exemplos de patriotismo, de desinteresse e de respeito à religião do dever, um governo liberal e honesto e tantos dias de glória que contam e contarão sempre entre os primeiros do Brasil.

Tenho a honra de ser, com o mais profundo respeito,

De Vossa Majestade Imperial
súdito humilde e agradecido

Barão do Rio-Branco.

Carta a Pedro Afonso Ferreira

Paris, 22 de julho de 1890.

Royal, 29 Set. 90.

Exm.º Sr. Dr. Pedro Afonso Ferreira.

Cumpro o triste dever de confirmar a V. Ex. a notícia, de que já terá conhecimento pelo telégrafo, de ter minha Mãe falecido em Paris na manhã de 9 deste mês.

Faleceu de Albuminúria, moléstia de que já sofria no Rio de Janeiro, e que entrou em seu último período no mês de dezembro de 1888.

Logo depois do entérro vim para este lugar com meu irmão Alfredo, que está muito doente.

No dia 13 telegrafei para o Rio de Janeiro anunciando que minha Mãe deixou um testemunho depositado no Banco do Brasil. Espero receber em breves dias cópia deste documento.

Fiz o enterro no dia 11, e comprei um jazigo no Père Lachaise. Estas despesas correrão unicamente por minha conta.

Quanto à parte que me caberá na pequena herança, já anunciei à Amélia que eu estava resolvido a entregá-la à minha afilhada Cecília, filha de meu irmão João Horácio.

Os filhos de minha irmã Maria Luísa têm hoje pensão do Estado, e a enfermidade do pai durante alguns anos, com o completo abandono do emprêgo, necessitou grandes despesas, não pequenas, além dos auxílios que anteriormente lhe houveram sido prestados. Assim, julgo praticar ato de justiça, embora não tenha fortuna, favorecendo, como me é possível um irmão que tem hoje família numerosa.

Tenho comigo meu sobrinho Luís Cavalcanti que no dia 7 de outubro devo matricular no primeiro ano do curso superior de um Liceu. Segundo os desejos de minha Mãe, tomarei a mim dirigir a sua educação se o Avô paterno não se opuser a isso.

O pouco que minha Mãe possui está no Rio de Janeiro. Em Paris vivia dos rendimentos e pensões que lhe eram remetidos. Em sua casa há móveis que pouco produzirão em leilão.

O salão e um quarto d'esses aposentos foram mobiliados com móveis meus, o que fiz para que não fôsem maiores as suas despesas de viagem.

É o que se me oferece dizer-lhe e aproveito a ocasião para subcrever-me, com a mais distinta consideração.

Do

Muito atento Ven.^{or}, Cunhado e amigo
Rio-Branco

Carta a Rui Barbosa

Paris, 7 de julho de 1895.
15 Vila Molitor

Exmo. Sr. Senador Rui Barbosa

Só hoje, regressando a esta cidade, pude tomar conhecimento das duas cartas de V. Ex. escritas no 1.º do corrente, em uma das quais acusa o recebimento do exemplar da Exposição que submeti ao Presidente Cleveland em 1894, e na outra dá aviso da expedição dessa primeira carta, que V. Ex. receava não chegasse logo às minhas mãos por insuficiência do enderêço.

Agradeço de todo o coração a V. Ex. as expressões tão cheias de benevolência com que me distingue e o favor em que agora, como em 1889, exorta os meus trabalhos de paciência. Guardarei como uma das mais honrosas animações que tenho recebido esta carta de um compatriota ilustre, que já tem o seu nome na nossa História, e a quem tanto respeito e apreço.

Foi sem dúvida para mim uma boa fortuna o ter podido terminar agora, nesta questão de limites, a obra empreendida por meu Pai, e que, parecendo definitivamente terminada em 1857, ficara sem efeito pela inconstância argentina. Senti somente, como declarei a V. Ex., não ter podido dizer tudo quanto desejava e podia ser dito em defesa do nosso direito. Encarregado da missão a Washington quando o prazo para a entrega da Exposição já estava muito adiantado, fiz o que pude na preparação da nossa defesa. Quatro meses foram empregados em dirigir, pelo telégrafo e correio, as buscas que promovi em Espanha, Portugal e Brasil, e no estudo dos documentos; um mês na conferência da tradução de documentos e preparação de mapas; de sorte que somente nos dois últimos meses pude ocupar-me com a redação da Memória justificativa, mas interrompida a cada passo com o exame de traduções e das provas dos gravadores e impressores. Ainda em fins de janeiro de 1894 recebi documentos que foram utilizados. O prazo terminava a 11 de fevereiro de 1894. No dia 10 pude entregar a Exposição ao Árbitro.

Repito isto para que V. Ex. possa de todo desculpar as faltas que sem dúvida encontrará em trabalho preparado e escrito com tanta precipitação.

A *Gazeta de Notícias* e outros jornais do Brasil disseram que quando fui nomeado eu já tinha uma Memória pronta sobre a questão. V. Ex. vê, por esta informação, que a notícia nenhum fundamento tinha. Eu possuía apenas alguns materiais não conhecidos no Brasil e notas de trabalho, mas entre estes documentos não figurava o Mapa Oficial de 1749, ou "Mapa das Côrtes", cuja descoberta me foi também atribuída. Esse mapa foi achado por um Comissário Argentino em 1892 e era reputado favorável aos Argentinos por estar o Pequiri ou Pepiri acima do Uruguai Pita. Os próprios Comissários Portuguezes na demarcação subsequente ao Tratado de 1777 admitiam que o rio do limite, no mapa de 1749, não era o demarcado em 1759. Os defensores de nossa causa baseavam-se por isso no Tratado de 1777 e nas instruções dadas para a sua execução. Mostrei na minha Exposição que a *três rios diferentes* foi aplicado sucessivamente pelos Espanhóis, no XVIII século, o nome de Uruguai Pita, e que o *Pequiri do mapa de 1749 estava acima do primetro rio desse nome*, único assim conhecido naquela data, e não do *terceiro*, inventado em 1788, como pretendam os Comissários Espanhóis da 2.^a demarcação e o Govêrno Argentino. Provei também que o antigo Pepiri dos mapas dos Jesuítas era um rio *abaixo do Salto*, mais ocidental, portanto, que o Pepiri do mapa de 1749 e do Tratado de 1750. A posição da foz daquele Uruguai Pita, abaixo do Salto Grande, e a longitude do Pequiri ou Pepiri, segundo o trabalho feito sob a direção de Lavasseur (mapa 7A no Vol. VI) mostraram que o documento oficial de 1749 nos era favorável. A Instrução de 27 de julho de 1758, que pude achar em Simancas, mostrou que o trecho que os Argentinos andavam citando foi inventado pelos Comissários Espanhóis da 2.^a demarcação. Desapareceu assim mui facilmente toda a base em que a República Argentina assentava a sua pretensão, e pudemos basear a nossa argumentação não somente no Tratado de 1777, mas também no de 1750 e em todos os documentos, atas e decisões dos primeiros demarcadores.

Compreendo a impressão que em V. Ex. produziu a singular coincidência a que se refere. Telegramas ultimamente recebidos dizem que no dia 9 começarão as negociações de paz no Rio Grande do Sul. Deus queira que elas tenham resultado feliz, e que possamos entrar com segurança em um largo período de calma e prosperidade. Creio, entretanto, que não poderá haver paz duradoura naquela parte do Brasil enquanto permanecer ali a Ditadura Constitucional que o Positivismo criou e que não sei como pode ser tolerada em uma República.

Queira V. Ex. pôr-me aos pés de sua Exma. Sra. e dispor do

De V. Exa.

Mt.º At.º Amigo, Admirad.ºr e Crd.º Obg.ºmo

Rio-Branco.

Carta a um sobrinho

28 de julho.

Pedro.

Quando você quiser tratar dos seus negócios, é melhor falar-me do que escrever. Bem sabe que sou muito ocupado, e não tenho tempo para estar escrevendo cartas todos os dias sobretudo a quem está tão perto.

É desnecessário estar gastando dinheiro com outros telegramas. Seu pai já está prevenido e responderá pelo correio. É preciso não aborrecê-lo e assustá-lo com semelhantes pedidos telegráficos, que são vistos e lidos pelos empregados do telégrafo em Pernambuco.

A sua situação nada tem de terrível. Você estava mal acostumado, gastou mais do que podia, e está agora sem recursos para continuar na vida anterior. Mas já lhe disse que pagarei as suas despesas de casa, roupa lavada, etc., — diretamente à dona da casa — e que você tem a nossa casa para almoçar e jantar. Além disso, até que cheguem as ordens do seu pai, dar-lhe-ei por mês 60 francos, mas em três prestações de 20 francos cada dez dias, porque sempre que lhe dei mais, você deixou de aparecer aqui no almôço e jantar, gastou o que recebia e não pagou a sua conta de casa, que tive de pôr em dia ultimamente. A sua situação provisória fica sendo, portanto, a do meu filho Paulo, estudante de medicina, a quem dou apenas por mês 60 francos para as suas despesas particulares, e que estuda, diverte-se e anda contente. O Raul também foi educado com essa regra. Ao seu primo Loloca dou mensalmente para despesas miúdas 30 francos, porque é mais môço. Ontem dei-lhe para festejar o seu bacharelado 20 francos. Há dias dei ao Paulo 60 francos para festejar a sua aprovação no 2.º ano de medicina. Essas quantias seriam consideradas desprezíveis por moços ricos da nossa terra acostumados a larguezas, mas a minha situação não permite larguezas e há rapazes aqui que recebem muito menos para as suas despesas de divertimentos e não se consideram em situação *terrível*.

Quando eu fui rapaz acostumei-me também a viver com muito pouco, porque meu pai não tinha fortuna. Já lhe contei que, tendo casa, comida e roupa lavada, uma vez que me excedi um pouco, passei mais de seis meses com 10\$000 apenas.

Repito-lhe estas coisas para que você não esteja a afligir-me com uma situação que nada tem de má. Se você estivesse sem meios para pagar as despesas de casa e comida, a situação seria então séria. Mas desde que lhe declarei que essas despesas serão feitas por mim, não há motivo para aflição.

O 1.º telegrama que passei a seu pai já foi ato de condescendência de que me arrependo. Passei-o porque você desejou isso, e apesar de entender que são muito inconvenientes semelhantes pedidos telegráficos. Não concorro para a passagem de segundo porque seria dobrada e desnecessária inconveniência. Seu pai responderá pelo correio, e me dirá se deseja ou não que você volte agora. O que há a fazer, portanto, é ter paciência e esperar, passear a pé, ou ir a cidade em tramway ou nos vapôres, que são baratos, visitar museus e monumentos, onde nada se paga, e procurar distrair-se assim. Esse gênero de divertimento é grátis e instrutivo.

Até logo

Seu tio e amigo

Juca.

Carta a um sobrinho

28 de julho.

Pedro.

Já lhe disse na minha carta desta manhã que não posso estar com correspondência desta natureza. Não sou menino. Agora dir-lhe-ei em nome de sua mãe que não seja criança, e não escreva coisas desagradáveis, tome juízo que já está em idade de tê-lo. Apareça logo e conversaremos. Você me dirá então, como deseja, qual o motivo da sua viagem. Devia tê-lo dito antes. Eu imagino bem agora quais foram êsses motivos.

Ainda uma vez lhe direi: — tenha juízo, que é o que seu pai e eu desejamos que você tenha.

Deixe-se de mais telegramas que isso é uma inconveniência.

E não esteja a incomodar a criada da sua casa com estas viagens para entrega de cartas, quando você tem pernas para andar. Já lhe disse que você terá aqui em Paris, casa, comida, o mais que fôr necessário, e, para a algibeira o que o seu primo Paulo que tem a sua idade, recebe. Espere, portanto, as ordens de seu pai e ande-me direito aqui.

Seu tio amigo

Juca.

Carta a Sausa Corrêa

Paris, 3 de janeiro de 1896.

Meu caro Corrêa.

Estimo saber que a notícia do *Temps* é inexata. O telegrama do Phipps não pode deixar dúvidas a êsse respeito. Ontem appareceu no *Temps* outra notícia, tomada do *Herald*. Segundo o correspondente dêste jornal, o Govêrno brasileiro deseja provocar uma conferência de representantes das nações americanas para que combinem os meios de resistir às invasões e imposições da Europa. Espero que essa notícia seja também inexata, e que se não acentue mais êsse inconveniente e perigoso antagonismo.

O Prudente de Moraes tem as melhores intenções. É um homem puro, independente, porque é um dos grandes fazendeiros de São Paulo. Recebeu a educação liberal que se dava nas nossas Faculdades de Direito no tempo do Império, e, como estamos vendo, já tem reparado muitas injustiças do tempo da ditadura militar, procedendo com prudência e firmeza. Mas é preciso atender a que êle está cercado de perigos com a influência que ainda têm os jacobinos e com êsse elemento perturbador do militarismo político. Por isso lamento muito que Lord Salisbury não tenha podido abandonar o legado do gabinete Rosebery relativo a Trindade. Ficou sendo esta questão mais uma dificuldade séria para o Prudente de Moraes na quadra agitada em que êle governa. V. diz que se o Prudente acha aceitável o arbitramento deve aceitá-lo sem se importar com a opinião de alguns dos seus ministros, pois que êstes são simples secretários. Mas deve atender a que êsses Ministros têm por si os jacobinos e talvez o elemento militar. O atual Presidente do Brasil não pode ter em semelhante situação a plenitude da autoridade que tem o Presidente dos Estados Unidos da América. Atenda mais a que o Congresso foi eleito durante o estado de sítio, e em meio de uma revolução, e que a maioria de seus membros não é favorável ao govêrno atual.

A mensagem do Presidente Cleveland sôbre a questão da Venezuela foi mais um elemento perturbador porque porá mais assanhados os jacobinos.

Se a Inglaterra tivesse cedido na questão da Trindade (e êsse rochedo não vale nada) ficaria tendo, como eu lhe disse, uma posição excepcional no Brasil e uma influência que valeria muito para os seus interesses comerciais naquele país.

Do seu

Rio-Branco

Carta a Joaquim Nabuco

Berna, 21 de outubro de 1899.

Meu caro Nabuco

Acabo de receber a sua cartinha de 19, e, nos apuros em que me vejo, sou obrigado a escrever-lhe muito a correr.

Tenho conhecimento do telegrama de 14, do nosso ministro das Relações Exteriores, por uma cópia que, em carta particular me remeteu o atual encarregado de negócios em Londres, Rêgo Barros. O que vejo nesse telegrama é que a legação fica autorizada para apresentar, de acôrdo com você e comigo, um protesto contra a decisão do Tribunal Arbitral.

A você cabe a redação do projeto, e em telegrama de 4, não assinado, e dirigido ao número 25 da avenue Friedland, eu lhe disse: — “É bom preparar já projeto protesto porque sem dúvida você será encarregado disso.”

Não sei se você, apesar do êrro no número, recebeu êsse telegrama.

O protesto é indispensável à vista do *fait nouveau*, do escândalo desta decisão, espero, ficará sendo *única* na história dos arbitramentos internacionais. Quanto à necessidade do protesto, estamos de acôrdo: o Govêrno, você e eu. O protesto apresentado perante o Tribunal em 25 de julho era apenas uma ressalva de direitos, visando a decisão que pudesse ser dada pelo Tribunal sôbre o domínio do território na *bacia do Essequibo*, que era disputada pela Inglaterra, por Venezuela e pelo Brasil. Não visava os territórios da bacia do Rio Branco, que estavam e continuam em litígio, e não visava êsses territórios porque não era possível prever então que um Tribunal incompetente para tomar conhecimento de questões entre o Brasil e a Inglaterra se metesse a determinar também a fronteira entre o Brasil e a Guiana Britânica, supondo que a oeste do Cotingo e do Tacotu e ao sul da serra de Acaraí há território de Venezuela ou pretendido por Venezuela.

O protesto pode ser feito pelo ministro das Relações Exteriores, em Nota dirigida às três legações da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos e Venezuela, sendo ao mesmo tempo comunicado por cópia a tôdas as outras legações no Rio de Janeiro, ou transmitido às nossas legações nos outros países, excetuados êsses três, para ser comunicado por cópia pelos nossos ministros no estrangeiro aos governos junto as quais estiverem acreditados.

Também pode ser apresentado, em nome do nosso Govêrno, pelo ministro do Brasil em Londres, e comunicado por êste, em nota circular a todos os Embaixadores e Ministros em Londres para conhecimento dos seus respectivos governos, e declarando que recebeu ordem para fazer essa comunicação e para pedir-lhes que levem o fato ao conhecimento dos seus Governos,

Há exemplos que autorizam qualquer d'estes três expedientes.

Penso que, seja qual fôr o caminho que se adotar, deve o protesto ser tornado público, e imediatamente.

O que se disse no artigo para o *Brésil* e nos telegramas que lhe dirigi quando você estava em Genebra é tudo quanto, como informação, lhe poderia dizer sôbre o assunto e muito mais do que pode ser dito, como você sabe, em um documento oficial e diplomático. Você dirá apenas o essencial no seu projeto, e com a precisão, a dignidade e a moderação necessárias. Eu apenas terei tempo para ler o seu trabalho e dizer-lhe a minha impressão, que sem dúvida será excelente.

Por muito ocupado deixei de dizer-lhe que no dia 4 dirigi ao Olinto o seguinte telegrama:

“Acôrdio Nabuco acho indispensável protesto imediato contra decisão tribunal arbitral Paris que exorbitando atribuições, reconheceu linha “Schomburgk” em território brasileiro nunca reclamado por Venezuela. Só tinha competência fixar limites desde Oceano até linha *divortium aquarum* aceita por Venezuela Tratado 1859. Só território leste dessa linha na bacia Rupunani-Essequibo era disputado pelos três países. Contestação na bacia Rio Branco era só entre Brasil Inglaterra.”

Pareceu-me bom, desde logo, dizer essas coisas pelo telégrafo para dispensar ao Governo a leitura de muitos papéis e para que, diante de um mapa, o caso ficasse bem conhecido.

Não poderei ir — nem por poucos dias — a Paris antes da entrega da nossa Réplica e dos nossos documentos. Para que tudo fique pronto em tempo é preciso trabalhar agora dia e noite. Tenho já no meu gabinete um mundo de provas da tipografia. Mais de trezentas páginas de documentos anotados estão compostas. Se o Eduardo chegar, quero pedir-lhe que venha para aqui trabalhar conosco.

Não li o artigo do *Journal des Debats* sôbre a nossa questão com o Martins. Pedi ao Rodolfo que mo mandasse.

Recebi hoje os últimos volumes dos *Proceedings*. A coleção, graças a você, está completa. Falta-me apenas o *Atlas Inglês* apresentado no Tribunal. Em troca do que o Corrêa ofereceu a Lord Salisbury, bem me podiam mandar êsse Atlas onde talvez eu encontre algum documento que não conheça. Se deve vir, que seja já, porque passados uns quinze dias já não haverá possibilidade de dar novos trabalhos aos gravadores.

O desgosto que teve o Raul, e de que lhe falou o Domício, não foi menor do que o que tive e tenho. Estou ainda sob a impressão incessante dêsse terrível e tão inesperado resultado. O pobre rapaz que morreu, Sagaire, o melhor amigo do Raul, era um môço de vinte e sete anos, bom, inteligente e trabalhador. Era demais um verdadeiro Hércules. Os micróbios da febre tifóide tiveram mais fôrça do que êle e o prostraram em seis ou sete dias. Coincidência notável: pai e filho morreram em *sexta-feira* e a *13 de outubro*.

Paro aqui.

Ainda hoje tenho de preparar documentos para a tipografia, e só amanhã espero poder *começar* a escrever a Réplica. Basta dizer-lhe isto para que você compreenda quão difícil é a minha situação nestes momentos. Espero Domício segunda-feira. Chegaram-me estes dias vários documentos muito bons, de Londres e de Lisboa.

Meus respeitos a Mme. Nabuco e muitas lembranças ao nosso querido Rodolfo, a quem espero escrever amanhã ou depois.

Seu

Rio-Branco

Carta à filha Clotilde

Berne, le 6 Dec. 1900.

Ma chère Clotilde,

J'ai bien reçu tes lettres du 1er, et du 4. Celle-ci m'est parvenue maintenant même. Je fais des vœux pour que la situation ne soit si grave que M. Jacquot la représente. Je viens d'écrire à M. Prince pour me renseigner, et pour l'informer que si en effet elle est si grave, je ne pourrai y porter remède. Je ne dispose de rien. Le peu que je possédais, je l'ai livré en garantie à une Banque, lors de ton mariage, pour contracter une dette de Frs. 50 000, dont je paye les intérêts et que, jusqu'à présent, il m'a été impossible d'amortir même en partie. Une petite réserve d'argent que j'avais, pour servir aux envois mensuels que je te fais et que j'ai promis de t'envoyer jusqu'à la fin de cette année ni cela était possible. Cette réserve, à l'Agence de Crédit Lyonnais à Auteuil se trouve réduite à Frs. 570. Je fais aujourd'hui le transfert à l'Agence du quartier de Paul et je le charge de te remettre Frs. 500. Je n'ai pas encore pu payer mon assurance vie dont la prime est échue depuis un mois.

J'espère que l'affaire de Périgueux s'arrangira. Si non, il faut vous résigner et avoir patience.

Nous sommes heureux d'apprendre que ton beau frère Raoul va mieux.

Dans les chambres brésiliennes, d'après une dépêche publiée à Paris et peut être inventée, certains députés ont proposé qu'on me fasse une donation d'un million, d'autres une pension annuelle de 24 000 francs. Je suis bien persuadé que ces propositions ne seront pas adoptées. Dès que ces propositions n'ont pas été signées par la majorité et votées d'ensemble au moment de l'enthousiasme, elles échoueront. On dira qu'il faut faire des économies et que jamais au Brésil on n'a accordé des récompenses de ce genre. Mon seul espoir se trouve dans mon billet espagnol de Noël, et tu comprends que la chance de ce côté là est bien mince.

Nous t'embrassons bien.

Ton père.

Ofício do Ministro do Brasil em Berlim

Legação dos Estados Unidos do Brasil,
Berlim, 31 de maio de 1901.

1.^a Secção

N.º 11

Sr. Ministro,

Tenho a honra de confirmar o seguinte telegrama que expedi na tarde de 28:

“Ministro Exterior. — Rio de Janeiro. — Credencial entregue hoje Potsdam, — Rio-Branco.”

Posso agora completar o assunto do meu ofício N.º 9, de 15 de maio.

Na noite de 26, — dia em que o Imperador chegou a Potsdam, de volta das suas excursões, — recebi do Barão de Richthofen, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, a resposta ao meu pedido de audiência, de 16 de abril. O Secretário de Estado, na nota que me dirigiu, informou-me de que Sua Majestade me concedia a audiência que eu solicitara para entrega da minha credencial e da revocatória do Sr. Ciro de Azevedo, designando para isso o dia 28, ao meio-dia, no Neues Palais, ou Friedrichskron, junto a Potsdam, e convidou-me para tomar na Estação de Potsdam em Berlim, o comboio das 11 horas e 5 minutos da manhã até Wildpark, onde uma carruagem da Côrte estaria à minha disposição.

Neste país, os Ministros estrangeiros não vão acompanhados do pessoal das suas Legações por ocasião da entrega das credenciais. Não sei se a mesma regra é observada na recepção dos Embaixadores. Dirigi-me, portanto, só, e de uniforme, no meu carro, à Estação de Potsdam e aí encontrei, também de uniforme, como me tinha sido explicado, o Barão de Richthofen e o Sr. B. von dem Rnesebeck, Vice-Grão-Mestre de Cerimônias da Côrte Imperial e Introdutor do Corpo Diplomático. Deixando o caminho de ferro na estação de Wildpark tomamos lugar em um coupé do Paço o Vice-Grão-Mestre de Cerimônias e eu. O Secretário de Estado seguiu em outro carro. Reunimo-nos, os três, à entrada do Palácio e fomos esperar o Imperador em uma grande sala do pavimento térreo, chamada Salão das Conchas.

O Imperador chegou pouco depois, acompanhado por dois de seus ajudantes de ordens: o Tenente Coronel Barão de Berg e o Capitão-tenente Conde Oscar Katen de Hallermund. Sua Majestade, que veste sempre um uniforme militar, tinha nesse dia o dos húsardos vermelhos.

Aproximando-se do Imperador, e depois da reverência de estilo, li a alocução que eu havia escrito em francês e que tinha sido examinada e aprovada antes pelo Secretário de Estado e pelo Introdutor do Corpo Diplomático. Vão anexas ao presente ofício uma cópia e a tradução dêsse documento.

Não é uso aqui, segundo fui informado, comunicar previamente por escrito o projeto de discurso de audiência, como se pratica geralmente, nos outros países. Em regra, os Embaixadores e os Ministros que se apresentam ao Imperador recitam breve discurso que decoram ou improvisam um adequado à circunstância; mas alguns, excepcionalmente, têm preferido ler, e pareceu-me mais seguro adotar esse expediente desde que era autorizado pelos dois altos funcionários acima indicados e por vários precedentes.

Só de memória posso resumir a resposta do Imperador.

Sua Majestade disse que recebia com sumo prazer a Carta do Sr. Presidente da República, por cuja felicidade pessoal fazia os mais sinceros votos; que apreciava devidamente a sua amizade e a da Nação Brasileira, e desejava que as boas relações que sempre têm existido entre os dois países se fortificassem e se desenvolvessem cada vez mais. Depois, fêz-me o favor de exprimir-se com muita benevolência a meu respeito, dizendo que se alegrara com a escolha da minha pessoa para representar o Brasil por saber que gozo “da confiança particular do Presidente Campos Sales (próprias palavras de Sua Majestade) e por ter conhecimento dos serviços que pude prestar ao meu país, havendo lido com muito interesse os relatórios do seu Ministro em Berna a esse respeito. Terminou declarando que eu podia contar com a sua estima e que esperava que a minha residência na Alemanha me fôsse em tudo agradável.

Terminada a resposta, demorou-se o Imperador conversando afavelmente, durante cêra de vinte minutos, sobre variados assuntos, entre outros: melhoramento da nossa situação interior e financeira graças à energia e perseverança do Presidente Campos Sales, a quem, repetiu, vota a maior estima; desenvolvimento das relações de comércio entre a Alemanha e o Brasil, que atribui em grande parte ao progresso das antigas colônias de alemães que o Governo Brasileiro fundou; guerra do Paraguai em geral, e alguns dos seus episódios, que mostrou conhecer por ter lido a obra de Schneider; abertura da navegação dos rios interiores, particularmente a do Paraguai, que foi devida aos esforços do Brasil; projeto recentemente apresentado no Congresso latino-americano de Montevideu para a ligação, por meio de canais, das duas bacias do Amazonas e do Prata.

A propósito do elemento germânico no Brasil, disse-me o Imperador que êle é grato ao Governo do Brasil e aos Brasileiros pelo modo por que têm tratado os Alemães que vão ao Brasil; que sabe há entre nós muitos Brasileiros de origem germânica, nascidos no Brasil e sumamente dedicados à terra do seu nascimento; que espera que sejam sempre um elemento de ordem e de trabalho.

Repeti ao Imperador o que já tinha dito ao Chanceler, isto é, que estamos muito satisfeitos com a prosperidade das nossas colônias alemãs e muito contentes com os colonos e com os nossos compatriotas descendentes de imigrantes alemães. Quando o Imperador deu por terminada a audiência, encaminhando-se para o seu jardim reservado, seguiram com êle o Barão de Richthofen e, a alguma distância, os dois ajudantes de ordens.

O Introdutor do Corpo Diplomático conduziu-me então para o salão da Imperatriz, a cuja presença fomos levados, desde a ante-sala, pelo Camarista de serviço, o Conde de Müliner, natural de Berna, onde residem seu irmão e outros parentes de nacionalidade suíça.

A Imperatriz, vestida de prêto, trazia a grã-cruz da Águia Vermelha e estava acompanhada da Camareira-Mor, Condessa de Brochdorff e de uma das suas damas de honra, a Condessa de Stolberg-Wernigerode. Sua Majestade acolheu-me graciosamente, como a todos que dela se aproximam, sendo o principal assunto da breve prática com que me honrou a nossa natureza e a da Suíça.

Saí do Palácio e voltei para Berlim acompanhado pelo introdutor do Corpo Diplomático.

Da estação terminal, aqui, até à minha residência, conduziu-me êle em carro do Paço que o esperava.

Depois da audiência imperial comecei a longa série de visitas officiais que devo fazer, nesta cidade e na de Potsdam, seguindo a lista que me foi dada no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Trabalho é êste que me ocupará uns quinze dias pelo menos.

Saúde e fraternidade.

Rio-Branco.

Ao Sr. Dr. Olinto de Magalhães.

Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Ofício do Ministro do Brasil em Berlim

Legação dos Estados Unidos do Brasil
em Berlim, 14 de novembro de 1901.

Secção 4.^a

N.º 16

Sr. Ministro,

Tive necessidade de ausentar-me por alguns dias do meu pôsto e, como nenhum negócio havia em andamento que exigisse a minha presença, pareceu-me não ser caso de telegrafar pedindo licença.

Parti desta cidade na tarde de 29 de outubro, depois de assinado o expediente, e cheguei a Paris no dia seguinte para acompanhar, como testemunha, no ato do seu casamento, o meu antigo auxiliar na Suíça, Sr. Hipólito de Araújo, 2.º Secretário da Legação em França.

Pensei poder regressar logo, mas fui obrigado a responder a visitas que recebi e assim só parti de Paris no dia 7 do corrente. Estive, portanto, ausente nove dias (de 30 de outubro a 7 de novembro), sendo dois dêles feriados. Se esta circunstância dos feriados não pode ser levada

em conta, creio que, nos termos do Artigo 34 da Consolidação das Leis e Decisões referentes ao Corpo Diplomático, anexa ao Decreto de 20 de abril de 1899, apenas devo, em um dos meus próximos saques, fazer o desconto devido por um dia de excesso do prazo indicado nesse artigo. aguardo a vossa decisão para proceder de acôrdo com ela.

Saúde e fraternidade.

Rio-Branco.

Ao Sr. Dr. Olinto de Magalhães,
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Carta a Estanislau Zeballos

Sr. Dr. Estanislau Zeballos.

Berna, 27 de janeiro de 1901.

Exmo. Sr. Dr. Estanislau Zeballos.

Senhor do meu maior aprêço.

Agradeço mui cordialmente a V. Excia. a fineza do cartão de felicitações com que me honrou, e, por minha parte, faço os mais sinceros votos para que o nôvo ano e muitos outros do século que começa corram em tudo felizes para V. Excia. e sua família.

Li com sumo interêsse, em diários brasileiros, as notícias relativas à viagem do Sr. Presidente Roca ao Rio de Janeiro, em 1899, e à do Presidente Campos Sales a Buenos Aires, o ano passado, e por elas vi com grande prazer que, desvanecidos de todos os antigos preconceitos e desconfianças que nos havia legado a época colonial, as relações de amizade e boa vizinhança entre a República Argentina e o Brasil são hoje mais estreitas e cordias ainda do que no tempo das nossas gloriosas alianças de Caseros e do Paraguai. Estou convencido de que o futuro consolidará e fortalecerá essa amizade, como tanto convém ao progresso dos dois países e à importante missão que lhes está destinada na política internacional do nosso continente e algum dia na do mundo.

Por todo o mês de março, terminados os trabalhos que me trouxeram à Suíça, irei ocupar o nôvo pôsto para que fui nomeado, em Berlim. Ali me terá V. Excia. sempre pronto para o que fôr do seu serviço.

Rogo-lhe o favor de apresentar os meus mais respeitosos cumprimentos à Senhora sua Mãe, à sua digna espôsa e à sua interessante irmã, a quem supponho não dever mais dar o tratamento de Senhorita, e peço igualmente a V. Excia. o obséquo de recomendar-me aos Srs. Drs. Aldao e Attwell, dos quais conservo as melhores lembranças.

Renovando os meus agradecimentos tenho honra e prazer em subcrever-me, com a mais alta estima e distinta consideração,

De V. Excia.

Venerador e servo obediente.

Rio-Branco.

Carta a Rodrigues Alves

Ao Dr. Rodrigues Alves.

Berlim, 7 de agosto de 1902.

Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves,
Presidente eleito da República.

Referindo-me às minhas cartas anteriores, venho com grande sentimento, dizer a V. Excia. que quanto mais penso no assunto mais compreendo que além de sumamente pesado para mim, seria de todo estéril o sacrificio que eu faria indo agora ocupar o pòsto de Ministro das Relações Exteriores.

Tenho grande pesar em não poder ser, como tanto desejara, o auxiliar ativo e competente que V. Excia. quer ter e não o posso pelo estado presente da minha saúde, pela regulamentação em vigor, pela atual organização do serviço, e pelos hábitos introduzidos desde muitos anos. Sou, portanto, obrigado a pedir instantemente a V. Excia. que se digne de me dispensar de ir ocupar êsse cargo tão honroso que me queria confiar, e rogo-lhe que fique muito certo do meu profundo e inalterável reconhecimento pela manifestação dêsse seu desejo. Em maio do ano próximo, depois de fortalecer um pouco a minha saúde, poderei ir ao Brasil com uma licença de seis meses a que tenho direito, e então, sem ser Ministro de Estado, terei sumo prazer em expor particular e reservadamente a V. Excia. o meu modo de pensar sôbre a organização que deve ser dada ao Ministério das Relações Exteriores e aos nossos serviços no exterior.

Devo acrescentar que, a propósito do banquete que o Dr. Nabuco deu últimamente em Londres em honra do Chile e da República Argentina, pelo tratado de arbitramento permanente, eu lhe disse em carta que êle é hoje o brasileiro que reúne maior soma de qualidades para o pòsto de Ministro das Relações Exteriores. Ele pediu-me em resposta que o não lembrasse a ninguém para êsse cargo, porque o não poderia aceitar ocupado como está com o arbitramento da questão de limites entre o Brasil e a Inglaterra. No Senado, ou na Câmara dos Deputados, ou fora do Congresso, V. Excia. encontrará facilmente quem, ajudado pelo Diretor Geral da Secretaria, possa bem desempenhar as funções do cargo, tendo, além disso, a vontade de dispor da força política em algum Estado, força de que não disponho.

Como V. Excia. terá visto, a *Gazeta de Notícias* de 2 de junho — antes de receber eu o telegrama do Sr. Presidente Campos Sales, só expedido no dia 6 — disse que o Dr. Abranches me convidara, em nome de V. Excia., para a pasta do Exterior, e que eu aceitara o convite. A notícia foi assim publicada no Rio da Prata, no Chile e aqui na Europa. Fiz, por isso, o *Brésil* de 27 de junho dizer depois de reproduzir o trecho da *Gazeta*:

“Podemos afirmar que, sôbre o assunto, o Sr. Barão do Rio-Branco recebeu do Presidente eleito Dr. Rodrigues Alves, ou do senador Abran-

ches, nem telegrama, nem carta, e que não deu a entender a pessoa alguma que poderia aceitar a pasta de que se trata."

Tenho guardado e guardarei sôbre o assunto a maior reserva.

Escrevo agora ao meu velho amigo Dr. Abranches, que, sei, é amigo dedicado de V. Excia., e deixo para essa carta pormenores que êle exporá resumidamente a V. Excia. e que, espero, explicarão melhor as minhas hesitações do princípio e a convicção a que cheguei, apesar do desejo que tenho de ser útil na posição que V. Excia. me destinava.

Reiterando as minhas desculpas, o meu cordial agradecimento e os protestos da minha dedicação, tenho a honra de ser com a mais elevada estima e consideração

De V. Excia.

certo e obediente criado

admirador e muito reconhecido

Rio-Branco

Carta a Frederico de Abranches

Ao Dr. Frederico Abranches, S. Pl.º

Berlim, 7 de agôsto de 1902.

Kurf. N.º 10

Meu querido Abranches.

Sei que V. é amigo dedicado do Presidente eleito Dr. Rodrigues Alves e homem da velha escola. Por isso lhe posso escrever estas linhas, contando que V. guardará a máxima reserva, menos para com êle.

Tenho escrito ao nosso Presidte. eleito e ainda hoje lhe escrevo a propósito do convite com que me honrou, convite adivinhado por jornais nossos, mas sôbre o qual tenho guardado e guardarei inteira reserva, fazendo, por necessidade, esta exceção, que êle compreenderá e aprovará.

Peço-lhe que converse com êle e me ajude, pois não quero que êle possa levar a mal as minhas hesitações, desde 7 de julho, e depois, a convicção profunda a que cheguei, — apesar da minha boa vontade e do esforço que tenho feito para combater essa convicção, — de que o sacrifício que eu faria indo agora ocupar o pôsto de Ministro das Rls. Exteriores seria de todo estéril.

Eu não poderia desempenhar as funções do cargo como entendo que devem ser desempenhadas e como o foram por Uruguai, meu pai, Maranguape, Sinimbu, Abrantes, Abaeté, Cotegipe e outros Ministros. Com as economias que têm sido feitas, o pessoal da Secretaria é insufficiente para o serviço, e sobretudo tendo desaparecido os velhos chefes

de seção que ali havia e a Seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado.

Meu pai e os Ministros citados trabalhavam no seu Gabinete, em casa, e tinham sempre ao seu lado dois ou três auxiliares. Em Inglaterra, em França, na Alemanha, e outros países, o Ministro trabalha assim, e cerca-se de auxiliares da sua escolha, tirados da Secretaria ou do Corpo Diplomático e Consular e até de outras Repartições. Ainda em 1865 ou 1866, o velho Calógeras, da Secret.^a do Imp.^o era um dos Officiais de Gabinete do Mz. de Abrantes, Min. dos Neg. Ext. Desde o Regulamento de 1868 (obra do atual Diretor Geral), o Ministro ficou obrigado a só ter oficiais de gabinete tirados do pessoal da Secretaria. Só há hoje um oficial de gabinete, e este mesmo trabalha na Secretaria. Desde Pedro Luiz, que não gostava de maçadas, desapareceu o gabinete do Ministro. Antigamente, — sou ainda dêsse tempo, — as minutas de todos os papéis importantes iam da casa dos Minos, para a Secretaria, onde elles só apareciam certos dias de audiência ou de conferência. Do Pedro Luiz para cá, os Ministros tornaram-se, quase todos, empregados temporários da Sec.^a, e ali vão diáriamente para conversar e assinar papéis.

Todo o serviço ficou concentrado nas mãos do Visconde do Cabo Frio, que, de fato, é há muitos anos o verdadeiro Ministro. Eu sei que êle tem grandes e raríssimas qualidades para o pôsto que occupa, e que nêle tem prestado relevantíssimos serviços, sendo a muitos respeitos incomparável e insubstituível. Entendo que nesse lugar deve ser mantido enquanto viver. Seria injusto, inconveniente e até odioso privá-lo do cargo que exerce. Se eu fôsse Ministro, desejaria tê-lo à frente da Repartição e, se êle faltasse, ver-me-ia em situação muito embaraçosa porque êle é ali o homem bem preparado, a tradição viva, e não tem criado na casa homens que o possam substituir. Está habituado desde muito a tratar com Ministros, que, não querendo trabalhar, ou não conhecendo bem os negócios da pasta, se limitam a assinar notas e despachos. Excetuo, dentre os dois últimos anos, o Dr. Carlos de Carvalho, cuja correspondência me fazia lembrar a dos tempos em que naquela Repartição tivemos estadistas.

Eu não sou o homem competente para nesse lugar fazer as reformas que devem ser feitas, com o fim de melhorar o serviço e pôr a Repartição em estado de funcionar convenientemente quando venha a faltar o velho Visconde do Cabo Frio. Não sou, porque não desejo ser desagradável a homem que eu muito respeito, e que conheci já de cabelos brancos em 1859 quando eu era menino de colégio. Fui também muito amigo de um irmão dêle, falecido em 1894, e que conheci no gabinete de meu pai. Tenho, pelos meus antecedentes de família e pela minha natureza e educação, especiais atenções a guardar para com êle e motivos de delicadeza que me tolhem a liberdade de ação. Finjo não saber mas sei que êle não era amigo de meu pai, e sei também que, desde alguns anos, antipatiza comigo, do que tenho muitas provas. O Dionísio Cerqueira intrigou-me muito contra êle. Isso, entretanto, não modifica os meus sentimentos de admiração e respeito por êle. Todo homem é um conjunto de qualidades e defeitos. As qualidades dêsse, para o lugar que occupava, são de muito valor, de imenso valor, embora nunca tivesse tido a largueza de vistas dos

nossos homens de Estado que no Ministério ou no Conselho trabalharam para aquela casa e lhe deram o brilho e renome que teve no estrangeiro e entre nós. Compreende você, pelo que acabo de dizer dos sentimentos dêle para comigo (e conto q. isso ficará entre o Preste. eleito, Você e mim porque nunca me dei por sabedor da antipatia ou ódio senil que há, esperando poder talvez modificar êsse sentimento quando eu possa ir de passeio ao Rio) você compreende que a minha posição seria sumamente delicada junto dêle, sobretudo se eu procurasse fazer nas grandes questões reformas de coisas estabelecidas por êle. E há muito a fazer ali. É preciso aumentar o pessoal, dar-lhe melhor remuneração, ter pelo menos um consultor jurídico e bons Diretores de seção, como tínhamos antigamente (Carvalho de Moraes, Lagos, Peçanha, Carneiro Leão e outros), organizar um gabinete do Ministro, restabelecer a seção do Arquivo, dando-lhe o desenvolvimento necessário, porque êsse é o arsenal em que o Ministro e os empregados inteligentes e habilitados encontrarão as armas de discussão e combate. É preciso criar uma biblioteca e uma seção geográfica na Direção do Arquivo, como em França, Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos. De fora, — sem aparecer, posso concorrer para isso, fazendo um projeto que mandaria ao Dr. Rodrigues Alves, pedindo-lhe, porém, que o seu Ministro das Relações Exteriores não diga ao Cabo Frio que as bases da reforma foram dadas por mim. Indo ao Brasil para o ano, em maio, isto é, na boa estação, poderei demorar-me por lá uns cinco meses, e ajudar no que puder o Presidente e o seu Ministro. Isso será melhor do que ir ocupar agora posição em que tantas peias encontrarei e na qual, por escrúpulos e circunstâncias pessoais, não poderei proceder como entendo que deveria proceder um Ministro, e como outro poderia proceder sem ferir suscetibilidades e sem encontrar as mesmas prevenções.

Não posso também deixar de dizer que um Ministro das Relações Exteriores, que não tenha fortuna, para poder ocupar convenientemente essa posição e corresponder, ainda que modestamente, aos obséquios dos diplomatas estrangeiros, precisa de ter vencimentos maiores que os atuais. Entendo que, com a representação, não devem ser de menos de 60 ou 50 contos papel. Se eu fôsse ocupar essa posição nas condições atuais, e com os encargos de família que tenho, no fim de três ou quatro anos estaria completamente arruinado, pelos *deficits* anuais e pelo grande rombo que teria de dar no meu pequeno capital fazendo a remoção, para tão longe, da pesada bagagem que tenho, de trastes, livros e papéis. — Veja V. um dos absurdos da legislação em vigor. Se eu fôsse daqui removido como Ministro para uma capital próxima, teria direito a *três trimestres* do ordenado, em ouro, para viagem e instalação; mas se fôsse chamado ao Brasil para ser Ministro das Relações Exteriores, só me dariam, — se dessem, — *um trimestre*, isto é, 5:500\$ em ouro, soma correspondente, mais ou menos, a 11:000\$ em papel. Entretanto, as mudanças aqui, na Europa, são mais fáceis, porque as grandes carroças em que elas se fazem são transportadas em wagons especiais, e, assim, não é preciso encaixotar móveis, livros, louça etc. Mesmo assim, sei o que custam mudanças e instalações, porque de Paris para Berna e de Berna para aqui, gastei muito mais do que as ajudas de custo que recebi. No caso presente, a maior parte dos 11 contos papel que me dariam seria

absorvida pela indenização devida ao proprietário da casa onde moro, porque na Europa, como V. sabe, não se aluga casa sem contrato, e, mesmo com o favor da cláusula diplomática, devo dar aviso da mudança, com antecedência de 6 meses.

Quanto à vida no Brasil:

Nunca me dei bem com o verão do Rio. Tenho uma filhinha de 17 anos, por quem morro de amôres, e que iria comigo, acompanhada de uma Senhora austríaca, a Baronesa de Berg-Smiltschen, encarregada desde o ano passado da sua guarda e educação. Com segurança para elas, só poderia residir em Petrópolis, indo ao Rio três ou quatro vezes por semana, ou diariamente quando fôsse preciso. Conversei com um alemão, proprietário de casas em Petrópolis e que lá residiu até pouco tempo: Disse-me que era impossível viver ali, em casa decente, ter carro e um pequeno *pied-à-terre* no Rio, gastando somente 32 contos por ano, que é o que me ficaria, deduzido o impôsto. O Secretário de Estado aqui disse-me há tempos que o Ministro Alemão no Brasil queixa-se do custo da vida e diz que não pode viver dentro do seu ordenado, que é de 60 000 marcos, ou 60:000\$. Nisto, certamente, há exageração.

Além do ordenado, eu teria a dotação que recebo e que, com o desconto, é de 21:600\$ por ano, mas essa é tôda absorvida por pensões que pago a duas filhas casadas, a um filho que é estudante em Paris, e sobrinhos no Rio Grande do Sul e a alguns outros parente pobres. Por causa dêles, isto é, para não os deixar ao desamparo, preciso de atender a estas questões.

Quanto ao capital de 300:000\$000, que também recebi o ano passado, a metade foi logo gasta, porque tive que pagar uma dívida contraída para poder, quanto à representação e a obséquios, lutar em Berna com o Embaixador de França, e tive, além disso, despesas extraordinárias e imprevistas aqui, não só com minha mudança e instalação (compra de móveis, etc.) mas também com o casamento de uma filha. Na minha posição oficial eu não podia fazer as coisas com menos dispêndio. Aqui mesmo, com o ordenado que tenho, vivo em Berlim no regime do *deficit*, e desejo muito poder passar-me para capital onde a vida seja menos cara, mas indo para a pasta do exterior, os *deficits* seriam muito maiores do que aqui porque muito menores os vencimentos.

Esta exposição lhe mostrará claramente tôda a importância do sacrifício que eu faria se fôsse agora para o Ministério.

Se fôsse indispensável o sacrifício e eu me sentisse com forças para prestar serviços de valor, eu não hesitaria em o fazer pela nossa terra e para corresponder à confiança do Dr. Rodrigues Alves, a quem muito prezo e que, de mais, vem dos velhos arraiais em que tive praça com Você, desde os tempos da minha viagem eleitoral a Arará e da sua a Santa Izabel. Já tenho feito outros sacrifícios, havendo chegado na minha missão a Berna até à ruína completa de tôdas as minhas economias. Então, eu estava certo de que ia prestar um bom serviço e de que podia dar conta da mão. Agora tenho certeza do contrário, antes de certas reformas que reputo necessárias, e que não sou o mais idôneo para empreender, se o Presidente nelas concordar.

Quanto à saúde: oito anos de excesso de trabalho e preocupações de espírito, estragaram muito a minha saúde. Não tenho podido tratar de a melhorar. Desde 1898, apenas pude em 1900 passar quinze dias de tratamento em uma estação termal. Sinto-me abatido, e tenho estado por vèzes ameaçado de congestão cerebral. O meu médico insta para que me ocupe da saúde e vá fazer um tratamento em Baden-Baden ou em Carlsbad. Ando tão cansado que ainda não pude pôr em ordem o arquivo da minha missão em Berna, desordenado com a mudança, e mandar à Secretaria a minha conta final. Agora é que vou consagrar a isso alguns dias.

Outro ponto de grande importância para mim:

Você sabe que um Decreto Legislativo, N.º 754, de 31 de dezembro de 1900, me declarou Enviado Extraordinário, mandou contar o meu tempo de serviço nas missões especiais e comissões diplomáticas (em nenhum dos grandes países em que há carreira diplomática seriamente organizada seria preciso lei especial para isso, mas no nosso era preciso), e mandou incluir no quadro diplomático os meus auxiliares, das duas missões de Washington e Berna, contando-se-lhes também esse tempo de serviço e devendo elles ter preferência para as primeiras nomeações. Quanto a este último ponto, sendo as nomeações da atribuição do Executivo, deve-se entender que ficavam dependendo do juízo dèste Poder as nomeações efetivas, e que isso era uma autorização para ser usada ou não como julgasse conveniente. O José Avelino mandou-me então em papel do gabinete do Dr. Campos Sales, a minuta do projeto emendado de acòrdo com elle e explicou-me em carta o pensamento do Congresso, que votou a lei e do Presidente q. a sancionou. Segundo essa carta, eu ficava no quadro, e também o Domício da Gama e meu filho Raul, com tôdas as vantagens da carreira. Pois, meu amigo, ainda hoje não sei se estou no quadro, ou se a Secretaria me considera Ministro temporário e irregular. Parece que sim, porque em virtude da lei eu devia figurar como ministro desde 6 de abril de 1893, e no quadro figuro em penúltimo lugar, como tendo começado a ser Ministro sòmente quando fui nomeado para Berlim.

O Gama, que serviu comigo desde 1893 até 1900, foi colocado no último lugar da lista dos 2.ºs Secretários, quando serviu sempre de 1.º, figura nessa lista abaixo de mocinhos que começaram muito depois dèle, só é considerado Secretário, e 2.º, depois que foi nomeado para uma Legação em 31 de dezembro de 1900.

O meu filho Raul, que em virtude da mesma lei devia contar tempo de 2.º Secretário desde 31 de dezembro de 1895, (data da sua nomeação para auxiliar meu, com vencimentos) devia ter sido pôsto em disponibilidade quando em 1901 cessou a missão em Berna, (porque já tinha 5 anos de serviço) para ser, a juízo do Govêrno, colocado em alguma Legação quando houvesse vaga, não figura, no Relatório do ano passado, entre os empregados em disponibilidade. Foram preenchidos depois disso, em janeiro último, *sete lugares de 2.º Secretário de Legação*, e para nenhum foi elle nomeado. Foi servir, por proposta do Dr. Nabuco, na missão especial a este confiada, o que significa que ainda não está no quadro, apesar da lei especial. Poderão dizer que elle não se formou

em direito no Brasil e não fêz exame na Secretaria; mas a autorização da lei especial, como foi explicado no debate, dispensa-o daquelas provas, tendo-as dado até com mais de cinco anos de serviço efetivo em missão de trabalhos em que se aprende mais do que nas Legs. O Olinto, Bruno Chaves, e outros, hoje Ministros, entraram para o quadro sem diploma de bacharel de direito no Brasil e sem exame na Secretaria, sem lei especial que os dispensasse disso e sem tirocínio algum no serviço diplomático.

Só nós três éramos mencionados na carta, dois outros Secretários já tinham sido incluídos antes no quadro (o Olinto e o Hipólito de Araújo). Só ficava faltando um outro secretário, êsse de Washington: o capadócio Domingos Ol., capaz de tôdas as perfídias e molecagens, e sôbre quem podem dar informações os Senadores e Deputados do Pará. Este Domingos Olímpio é concunhado do General Dionísio Cerqueira, e amigo do Olinto, de quem tem sido conselheiro e defensor na imprensa (artigos sôbre o Acre, etc.). Por êle não tenho razão para me interessar, e, — sem mesmo levar em conta as informações do Pará — não o considero, pela leviandade e falta de seriedade, no caso de ocupar emprêgo de confiança, menos ainda emprêgo do serviço das Relações Exteriores. O General Cerqueira, meu inimigo gratuito, e o Almirante Guillobel, que foi sempre bom e leal funcionário, êsses pertencem, um ao Exército (General reformado), outro à Marinha (serviço ativo) e, portanto, me parecem fora do quadro, não só porque não devem figurar ao mesmo tempo em dois quadros, de serviços diferentes, mas também porque não estiveram nas duas missões de W. e B., mas só na 1.^a.

Interesso-me sômente pelo meu caso, pelo do Domício da Gama e pelo de meu filho.

Pois bem, o determinado a meu respeito na citada lei de 31 de dezembro de 1900, não foi observado pelo Olinto, isto é, pela Secretaria. O meu tempo de Enviado Extraordinário deveria ser contado desde 6 de abril de 1893 em que fui nomeado para Washington. Figuro na lista diplomática como tendo começado em 31 de dezembro de 1900, data da nomeação para Berlim, e não sei ainda se estava incluído no quadro ou se considerado como adventício, estranho à *la Carrière*, sem direito à disponibilidade e à aposentadoria.

Seria longo contar-lhe tudo quanto tenho sofrido nestes últimos quatro anos, só porque o meu antigo Secretário e jovem amigo, o atual Ministro, tão afetuoso junto de mim, no Rio se tem deixado levar sempre pelos conselhos e indicações de alguns desafeiçoados meus. Como entendi que nada lhe devia pedir, estava esperando pelo seu sucessor para tratar então de arranjar e regularizar estas coisas, isto é, a minha situação oficial, a de meu filho e a promoção a que tem direito Domício da Gama, que começou a servir em 1893, meses depois de entrar para a carreira o Olinto, que em 5 anos chegou, môço, a Env. Extr. Saiba você que o Olinto, que entrou para o quadro sem exame, obrigou o seu amigo Domício, membro da Academia Brasileira, e depois de sete anos de serviço nas mesmas missões, a fazer exame de menino, na Secretaria. Como lhe dizia eu pretendia tratar destas coisas com o sucessor do Olinto, e sendo eu o Ministro, ficarei impossibilitado de regularizar, na carreira diplomática, a minha situação e a de meu filho, que já tem

29 anos de idade, e é um môço de méritos como pode dizer o Dr. Nabuco. Esta é outra questão de interesse particular que não posso deixar de ter presente, sobretudo no que diz respeito a meu filho, que desejo deixar encarreirado, para que se ocupe da irmã solteira, se eu vier a faltar próximamente.

Peço-lhe que depois de ler êste meu *relatório*, converse com o Dr. Rodrigues Alves e lhe dê certos pormenores, que eu não podia tomar a liberdade de dar diretamente. Espero que assim você lhe poderá mostrar quanto mereço ser desculpado e dispensado do sacrificio inútil que iria fazer nas circunstâncias atuais. As minhas hesitações, que duraram quase um mês, provam a minha boa vontade e ardente desejo de ser agradável ao Presidente eleito, assim como o esforço que fiz para ver se poderia achar meio de ter a grande honra e o grande prazer de ser, de perto, um colaborador seu. Mas não pude achar. Indo para lá, nas condições atuais, eu faria a minha ruína, que pouco me importaria se esta não prejudicasse os meus e não me impedisse em pouco tempo de satisfazer a compromissos contraídos. Se fôsse para lá, com a organização atual do serviço, seria para levar a vida pouco convidativa de referendário de papéis da Secretaria ou para me indispor mais ainda com um homem que respeito e que, como já disse, deve ser conservado na posição que ocupa enquanto fôr vivo. Feitas, por outro Ministro que não tenha as mesmas prisões que eu, certas reformas necessárias, poderia eu talvez, dentro de um ou dois anos, em alguma recomposição ministerial, aceitar sem grande inconveniente o lugar que me foi oferecido.

A primeira reforma, para Ministro que queira trabalhar, consistirá em dispor que possam fazer parte do seu gabinete empregados não só da Secretaria, mas também do Corpo Diplomático e Consular, e organizar êsse gabinete com auxiliares competentes. Depois, viria a reorganização da Secretaria, procurando-se com jeito mostrar ao Cabo Frio que êle deve concorrer para que aquela casa, que tanto ama, possa funcionar bem quando êle, que é mortal, desaparçça. Para isso, é preciso dizer-lhe que a reorganização deve ser feita em sua vida, para que êle seja o mestre dos novos e lhes mostre o caminho, transmitindo-lhes os tesouros da sua experiência.

Para fechar esta longa carta:

Recebi anteontem um telegrama do Ministro Olinto de Magalhães, que, apesar de *amigo*, depois da entrada para o Ministério só me fêz, desde o comêço, coisas desagradáveis. Nesse telegrama, pergunta-me se eu aceitaria a Legação em Roma, junto ao rei da Itália. Declarei em telegrama que o lugar me conviria muito, mas que motivos delicados me impediam de responder à consulta pelo telégrafo. Na verdade, dos postos que eu poderia ter na Europa êsse é o que mais me convém, pelo clima, custo da vida e outras razões. Preferi Berlim porque era o único vago então, e porque não quis concorrer para uma remoção, indo para outro pósto melhor, que me foi oferecido. Estimaria muito que o Dr. Rodrigues Alves, aceitando as minhas desculpas, me deixasse ir para Roma e me ajudasse nisso.

O meu projeto de visita ao Brasil para o ano tem agora mais êste incentivo: o de ir pessoalmente agradecer ao Dr. Rodrigues Alves, na

sua Presidência, a honra da sua estima e repetir-lhe a expressão do meu pesar por não poder ser, como tanto desejaria, seu Ministro.

Adeus, meu caro Abranches. Mande-me o jornal que publicou o seu discurso na inauguração do meu busto na Faculdade, honra que muito me penhorou. Só vi a êsse respeito uma notícia de poucas linhas, com simples menção do seu nome e do Dr. Bierrenbach.

Abraça-o afetuosamente o companheiro de viagem na volta de Santa Izabel, e amigo invariável,

Rio-Branco.

Discurso no Clube Naval

(1.º de dezembro de 1902)

Desde 1895 tenho tido a fortuna e a grande honra de em várias ocasiões, receber dos meus compatriotas, sem distinção de partidos, testemunhos de benevolência e de liberal aprêço que muito me comoveram e que saberei guardar religiosamente na memória e no coração. Recebidas no retiro do meu então remoto gabinete de trabalho, nenhuma dessas demonstrações, que tão profundamente penhoraram a minha gratidão, me abalou e comoveu mais do que esta que recebo dos poderes públicos, da nação a que me ufano de pertencer, do povo fluminense, da mocidade das escolas, hoje que, depois de vinte e seis anos de vida no estrangeiro, revejo de nôvo, e cheio de prazer, a terra e cidade do meu nascimento, acudindo ao chamado do primeiro magistrado da Nação.

Não posso encontrar expressões capazes de bem significar tôda a extensão do meu reconhecimento, mas asseguro que posso compreender bem tôda a grandeza da dívida que tenho contraído para com o país, todo o pêso dos deveres que me impõe o generoso afeto dos meus concidadãos. Se nesses últimos anos me foi dada a felicidade de poder prestar serviços de alguma relevância que a dignidade do Congresso Federal e o ardente patriotismo do povo brasileiro tanto têm encarecido, devo confessar que só os pude prestar porque defendia causas que não eram de uma parcialidade política, mas sim da nação inteira. Tôda a minha força, tôda a energia e atividade que pude desenvolver nas minhas últimas missões, resultaram não só da minha convicção no nosso bom direito, mas principalmente da circunstância de que eu me sentia apoiado por todo o povo brasileiro, inteiramente identificado com êle.

Desde 1876 prendi-me da nossa política interna com o propósito de não mais voltar a ela e de me consagrar exclusivamente a assuntos nacionais, porque assim o patriotismo daria forças à minha fraqueza pessoal. Aceitando depois de longas hesitações e reiterados pedidos de dispensa e honroso pôsto em que entendeu dever colocar-me o ilustre Sr. Presidente da República, em nada modifiquei aquêle meu propósito. A pasta das Relações Exteriores, deu-me S. Excia., não é e não deve ser uma pasta de política interna. Obedeci ao seu apêlo como o soldado a quem o chefe mostra o caminho do dever. Não venho servir a um

partido político: venho servir ao Brasil, que todos desejamos ver unido, íntegro, forte e respeitado. Não posso dizer que desconheço as nossas parcialidades políticas porque acompanhei sempre com vivo interesse os acontecimentos da nossa pátria. Não os desconheço porque a todos estou prêso desde alguns anos pelos laços da gratidão. Peço a Deus que me dê forças para poder continuar a merecer a estima dos meus compatriotas no pôsto para mim demasiadamente alto e difícil em que acabo de ser colocado.

Despacho à Embaixada do Brasil em Washington

A Embaixada em Washington

Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores
10 de março de 1906.

2.^a Seção

“Número 1

Sr. Embaixador

Referindo-me ao meu despacho ostensivo de 6 do corrente, expedido pela 1.^a Seção sob o N.º 3, passo a confirmar os seguintes telegramas, em grande parte cifrados, que de Petrópolis tive a honra de dirigir a V. Ex. naquela data, todos relativos ao programa e constituição do 3.º Congresso Internacional Americano que se deve reunir no Rio de Janeiro. Completarei êsses telegramas intercalando algumas palavras, que por brevidade foram omitidas.

“Número 2.

Não temos matéria especial a propor, e aceitaremos o programa que fôr elaborado pelo Bureau, reservando, como é natural, a nossa liberdade de, na discussão, aderir ou não às idéias sugeridas.

“Número 3.

1.º Ponto.

“A questão do arbitramento (obrigatório) já foi discutida na Conferência do México, não tendo podido haver acôrdo geral completo. Estando tôdas as nações americanas convidadas para a Segunda Conferência da Paz na Haia, seria talvez conveniente deixar o assunto para essa ocasião. Entretanto, pelo meu N.º 2, Vossência sabe que êste Governo aceitará para discussão o programa que fôr aí elaborado.

“Na discussão recusaremos o arbitramento incondicional, abrangendo quaisquer questões que possam surgir. Queremos excetuar as que ponham em causa os interesses vitais, a honra, a independência ou a integridade territorial dêste país.

“Não aceitaremos um árbitro previamente designado para resolver tôdas as questões que surjam, pois, além de ser abdicação da soberania, é evidente que um árbitro que convenha hoje pode não convir poucos anos depois.

“Queremos deixar aos Governos futuros inteira liberdade de ação e escolhas. Os bons officios e a mediação de um govêrno amigo são também meios de resolver amigavelmente litígios internacionais, quase sempre mais rápidos. Não devem ser excluídos. Recusamos a arbitragem proposta por Lord Salisbury na questão da ilha da Trindade, questão que teve solução satisfatória e pronta pelos bons officios de Portugal.

“Para cada caso deve haver compromisso especial e escolha de árbitro. Agora mesmo tempo negociação com a Holanda que quer submetamos tôdas as questões ao Tribunal da Haia. Recusamos isso respondendo que poderão ser submetidas a êsse tribunal, a um govêrno amigo ou a outros árbitros conforme se resolva em cada compromisso especial.

“2.º Ponto.

“A idéia de um tribunal arbitral composto de Americanos para opor ao da Haia, onde Americanos têm e podem ter parte, parece-nos inaceitável: importaria supor que a América forma um mundo à parte da Europa. Para resolver questões entre nações da Sul-América, árbitros escolhidos na América do Norte e na Europa oferecem maior garantia de imparcialidade.

“3.º Ponto.

“Não poderemos conceder a liberdade de navegação nos nossos rios e lagoas senão por ato voluntário e soberano nosso. Quanto aos rios que, procedendo de territórios vizinhos, atravessam o nosso, só admitimos liberdade de navegação nêles mediante prévio acôrdo com os ribeirinhos superiores, sujeito o trânsito de navios e mercadorias aos regulamentos fiscaes e de polícia estabelecidos ou que se estabeleçam.

“As restrições existentes em virtude de tratados com vizinhos só por outros tratados livremente negociados poderão ser levantadas”.

Neste último parágrafo, como V. Ex. terá compreendido, aludo à navegação privativa que temos na Lagoa Mirim e rio Jaguarão.

“Número 4.

“Refiro-me ao meu n.º 3.

“Perante árbitros hispano-americanos estaríamos sempre mal, o Brasil, o Chile, os Estados Unidos.

Temos questões territoriais pendentes com o Peru e a Colômbia, e também questões de navegação fluvial. O propósito dos dois governos, talvez apoiados pelo da Argentina, é arrastar-nos a decisões contrárias aos princípios que temos sustentado. O mesmo pensamento existe contra o Chile na questão de Tacna e Arica.

“Sempre sustentamos a nulidade do Tratado preliminar, ou provisório, de limites de 1777. Todos os nossos vizinhos, como agora Colômbia e Peru, opinaram pela sua validade. Não poderiam, portanto, ser juizes aceites pelo Brasil.

"O nosso desejo é prender-nos o menos possível por compromissos."

"Número 5.

"Quanto à política continental:

"Pensamos que o monroísmo será geralmente aceito para o fim de se declararem todos unidos no pensamento de impedir qualquer expansão colonial ou tentativa de conquista europeia neste continente, excetuado do monroísmo o caso de qualquer ocupação bélica temporária como represália, e em defesa da honra ultrajada ou de interesses legítimos de alguma nação europeia. Acreditamos que nem mesmo os Estados Unidos com os seus imensos recursos poderiam eficazmente exercer a policia amigável ou paternal que desejariam exercer, salvo no Mar das Antilhas.

Olhando para o mapa, somos vizinhos de muitos países, mas vizinhos à moda da América, como dizia o Conde de Aranda no século 18, separados estes povos, uns dos outros por desertos imensos. Só via Europa ou Estados Unidos comunicamos com alguns dos vizinhos.

"No que diz respeito ao Brasil a nossa influência e bons officios de amizade só se podem exercer com alguma efficacia sobre o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia; procurando-nos operar de acôrdo com a Argentina e o Chile.

"Um acôrdo geral de tôdas as nações americanas é mais impossível ainda que entre as europeias. O concôrto europeu é formado apenas pelas chamadas Grandes Potências. Pensamos que um acôrdo no interesse geral, para ser viável, só deve ser tentado entre os Estados Unidos da América, o México, o Brasil, o Chile e a Argentina. Assim estaríamos bem, os Estados Unidos e o Brasil. Entrando muitos, seríamos suplantados pelo número sempre que se tratasse de tomar qualquer resolução."

O n.º 6, contendo certas perguntas, é reproduzido em outro despacho desta data.

Recebi a sua resposta de 8 do corrente no mesmo dia à noite. A decifração deu este resultado:

"Espero saúde Vossência esteja perfeita. Os seis números recebidos. Todo trabalho tem sido feito no mesmo sentido. Julgo melhor discutir-se tudo aí que fechar a porta.

"A Argentina sustenta o Peru. Trabalharei discretamente não colham pretexto ocasião discussão programa para faltarem Congresso como deixam perceber (palavra indecifrável).

"Declaração Vossência monroísmo não será objeto programa mas oferece base intelligência Vossência com Root."

Tenho a honra de reiterar a V. Ex. os protestos da minha alta estima e mui distinta consideração.

Rio-Branco.

Ao exmo. Sr. Joaquim Nabuco
Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.

Discurso na abertura da Terceira Conferência Internacional Americana

Meus Senhores:

Ao inaugurar os trabalhos da Terceira Conferência Internacional Americana, cabe-me a grata missão de, em nome do Governo e do povo do Brasil, saudar as nações aqui representadas e dirigir aos seus dignos delegados os nossos cumprimentos de feliz chegada.

Essas saudações, exprimindo o sentir muito cordal de um povo tradicionalmente agasalhador, são acompanhadas do nosso sincero agradecimento por haver sido eleito desta vez o Rio de Janeiro para sede da Conferência. De fato, nunca antes se viu em território brasileiro tão numerosa e seleta assembléia de estadistas, juristas e diplomatas estrangeiros; e posso assegurar que o Brasil, como o seu Governo, sabe aquilatar devidamente essa grande honra, que, com o nosso aplauso, já coube a Washington e ao México, e sucessivamente há de caber às capitais dos outros Estados Americanos.

Os nossos votos são porque desta Terceira Conferência resulte, confirmada e definida em atos e medidas práticas de interesse comum, a auspiciosa segurança de que não estão longe os tempos da verdadeira confraternidade internacional. Já é dela um penhor esse ânimo geral de procurar meios de conciliar interesses opostos ou aparentemente contrários, encaminhando-os em seguida para o mesmo serviço do ideal do progresso na paz. Já ela se manifesta na inteligência com que se busca promover relações políticas mais íntimas, evitar conflitos e regular a solução amigável de divergências internacionais, harmonizando as leis do comércio entre os povos, facilitando, simplificando, estreitando os contactos entre eles.

Noutros tempos reuniam-se os chamados Congressos de Paz para assentar as conseqüências das guerras, e os vencedores ditavam a lei aos vencidos, em nome da futura amizade baseada no respeito ao mais forte. Os Congressos de hoje são quase sempre convocados em plena paz e sem constrangimento algum, por bem entendida previdência, para regulamentar a atividade pacífica das nações, e nêles se atende por igual ao direito do mais fraco como ao do mais poderoso. Eles dão corpo e forma e autoridade à lei internacional, felizmente cada vez mais acatada nos nossos dias, o que constitui um grande passo na história da civilização. Eles têm por origem os movimentos de opinião produzidos pela maior difusão da cultura intelectual, pela importância progressiva dos interesses econômicos, e pela propaganda assídua dos sentimentos humanitários e de concórdia.

As negociações atormentadas e cruéis em que um pede justiça ou generosidade e outro impõe a lei a sua exclusiva vontade, sucedem agora as discussões serenas e amistosas em que cada parte expõe simples e claramente o seu modo de ver sobre questões práticas e de conveniência geral. Aí as concessões representam conquistas da razão, transações amigáveis ou compensações aconselhadas por interesses recíprocos. Não há

nelas senão gestos amigos, significativos da verdadeira cortesia usada entre pares. E, de tal modo, longe de diminuir, a dignidade nacional sai acrescida desses encontros diplomáticos, em que não há vencedores nem vencidos.

São, de certo, estas considerações familiares ao espírito dos preclaros membros da Conferência Internacional; são familiares e subentendidas por nós todos, que aqui estamos, mas não são excusadas como declaração expressa do propósito real e sincero com que nos reunimos.

Ainda é um resíduo ingrato dos tempos passados, em que a lição da história só ensinava o pessimismo, a idéia de que agrupamentos de homens só se fazem contra outros homens. A nossa reunião em Conferência incorre acaso na suspeita de ser uma liga internacional contra interesses aqui não representados. É preciso, pois, afirmar que, formal ou implicitamente, todos os interesses serão por nós respeitados; que, na discussão dos problemas políticos e econômicos, submetidos ao exame da Conferência, ela não trabalha contra ninguém e só visa à maior aproximação entre os povos americanos, o seu bem-estar e rápido progresso, com o que a Europa e as outras partes do mundo só têm a ganhar.

Nações ainda novas, não podemos esquecer o que devemos aos formadores do capital com que entramos na concorrência social. A própria vastidão dos nossos territórios, em grande parte desertos, inexplorados alguns, e a certeza de que temos recursos para que neste continente viva com largueza uma população dez, vinte vezes maior, nos aconselhariam a estreitar cada vez mais as relações de boa amizade, a procurar desenvolver as de comércio com esse inexaurível viveiro de homens e fonte prodigiosa de energias fecundas que é a Europa. Ela nos criou, ela nos ensinou, dela recebemos incessantemente apoio e exemplo, a claridade da ciência e da arte, as comodidades da sua indústria, e a lição mais proveitosa do progresso. O que, em troca desse inapreciável contingente moral e material lhe pudermos dar, crescendo e prosperando, será certamente um campo mais importante para o emprêgo da sua atividade comercial e industrial.

Meus senhores, há dias tínhamos a dolorosa impressão de que os trabalhos da Conferência se iam abrir, estando em guerra três Repúblicas irmãs. Hoje tenho o grande contentamento de vos anunciar que, graças aos bons officios do Presidente dos Estados Unidos do México assim como ao patriotismo e sentimento americano dos três governos e povos que haviam apelado para o juízo das armas, reina, agora, perfeita paz em tôda a extensão do nosso continente.

Está aberta a Terceira Conferência Internacional Americana.

Discurso no encerramento da Terceira Conferência Internacional Americana

Meus Senhores:

Há trinta e seis dias, neste mesmo recinto, coube-me a assinalada honra de vos dar as boas vindas em nome do Brasil, e o sentimento que então me animava era o de grata expectativa ao iniciar os vossos

trabalhos. O tempo correu veloz e as poucas semanas de vossa tão breve estada no Rio de Janeiro bastaram para que tal expectativa se verificasse além das mais auspiciosas previsões. A importância da obra levada a termo com tanta decisão e atividade, obra magistralmente descrita ontem pelo vosso Presidente efetivo, representa um esforço pouco usual de que só seria capaz assembléa como esta, composta de homens em quem a cultura jurídica e a capacidade política se completam preciosamente como severa disciplina intelectual. Considerando a vastidão do programa formulado e a rapidez da sua execução, consenti, Srs. Delegados, que vos exprima, antes de tudo, a minha admiração pelo muito que fizestes e pela forma por que o conseguiste fazer.

É noção corrente, talvez justificada pela observação histórica, que nós os meridionais, — como na Europa são chamados certos povos latinos, — que nós nos esquecemos quase sempre de passar da resolução à ação concreta e eficaz. No caso presente, porém, a tradição da eloquência cálida e sonora, tão freqüente em assembléas americanas, foi abandonada pela sóbria exposição dos problemas e do modo de os resolver. O eco que ao público chegou, vindo do seio das comissões e das sessões plenas desta Terceira Conferência Internacional Americana, não foi de justas oratórias, senão de deliberações tomadas com inteira calma após atento exame das questões sãbiamente reduzidas aos seus termos precisos por homens competentes e de ânimo conciliador. A música das frases — e tivemos-la magnífica e brilhante, — reservou-se para os brindes e alocuções nas festas com que procuramos recrear o vosso espírito e que, entretanto, a muitos pareceu, não sem fundamento, terem sido mais uma provação imposta à vossa força de resistência.

Se saís fatigados das nossas manifestações bem intencionadas ou dos labores que a cada um de vós foi distribuído na Conferência, dessa fadiga só foi culpado o tempo escasso que tivemos para vos acolher e tratar. Falando a verdade singela, o imprevisto da honra que nos foi conferida em Washington pela União das Repúblicas Americanas, não permitiu que nos preparássemos com toda a necessária antecedência para oferecer a recepção que desejáramos aqui tivessem tão distintos visitantes; e foi assim que, neste país amigo, pouco mais pudestes encontrar do que a abundância da nossa cordialidade. Vós vos contentastes com isso, e nas deficiências de nosso modesto agasalho não quisestes ver senão o prazer sincero e os bons desejos com que vos acolhemos.

O Rio de Janeiro, que se transforma e rejuvenesce há três anos apenas; esta a casa que se improvisou para as vossas reuniões; a vida social brasileira a que trouxestes o ornamento da vossa presença; a nossa vida política que prossegue serena e laboriosa, em simpatia com a elevada missão que aqui vos trouxe; este vasto país todo unido, na tranqüila segurança dos seus destinos, sem preocupações ambiciosas, que nunca teve, de predomínio ou de hegemonia; estas e outras impressões serão, espero, mais duradouras e falarão melhor por nós no vosso espírito quando já nêle se tiver apagado a lembrança dos possíveis incômodos de vossa jornada ao Brasil, vindo muitos de paragens tão remotas.

O bem que a todos nós fez a Conferência Internacional do Rio de Janeiro, penso que é considerável. Um dos distintos membros desta assembléa, em vossa presença, no Ministério das Relações Exteriores,

e falando em vosso nome, disse ontem que ides daqui sair mais americanos do que vistes. Tão grande é o nosso anelo de que esse seja o sentimento geral, que nos atrevemos a interpretar a frase do nosso hóspede ilustre como exprimindo a vossa convicção definitiva de que o patriotismo brasileiro nada tem de agressivo, de que, mais ainda por atos do que por palavras, fiéis às tradições da nossa política exterior, trabalhamos sempre por estreitar as nossas boas relações com as nações do nosso continente e particularmente com as que nos são mais vizinhas. A opinião popular transvia-se muitas vezes. Não raro, um vento de insânia, despertando instintos bárbaros, açoita e abala os povos, mesmo os mais cultos e cordatos. O dever do estadista, e de todos os homens de verdadeiro senso político, é combater as propagandas de ódios e rivalidades internacionais.

Nem população densa, nem dureza de vida material podem tornar o Brasil suspeito aos povos que ocupam este nosso continente da América. Repúblicas limítrofes, a todas as nações americanas só desejamos paz, iniciativas inteligentes e trabalhos fecundos para que, prosperando e engrandecendo-se, nos sirvam de exemplo e estímulo a nossa atividade pacífica, como a nossa grande e gloriosa irmã do Norte, promotora destas úteis Conferências. Aos países da Europa, a que sempre nos ligaram e hão de ligar tantos laços morais e tantos interesses econômicos, só desejamos continuar a oferecer as mesmas garantias que lhes tem dado até hoje o nosso constante amor à ordem e ao progresso.

Levareis, Srs. Delegados, aos vossos Governos, à vossa pátria, estas declarações que são a expressão sincera dos sentimentos do Governo e do Povo Brasileiro. Possam elas servir para apagar desconfianças mal nascidas e ressentimentos infundados se ainda os há, e tragam-nos em troca o bafejo sempre crescente da amizade de todos os povos americanos, amizade que cultivamos com carinho e nunca cessaremos de cultivar.

Carta a Joaquim Nabuco

30 de agosto de 1906.

Meu caro Nabuco,

Escrevo-lhe do *Jornal do Comércio*. Aí vai um telegrama de Buenos Aires.

Mande-me elementos para o desmentido, mas sem perda de tempo, porque não posso demorar-me aqui. Segundo a minha lembrança, foi em um almôço na Legação do Chile, creio que em novembro (você poderá precisar a data) que se tratou amigavelmente da convocação da terceira conferência e da sua sede, propondo Walquer Martinez o Rio de Janeiro. A idéia foi bem acolhida pelos presentes e ficaram todos de pedir instruções aos seus Governos.

Você telegrafou-me perguntando se o Governo brasileiro aceitaria o convite e se, escolhido o Rio de Janeiro, poderíamos estar prontos em julho para recebermos as Delegações estrangeiras. Respondi que

se o Rio fôsse escolhido, receberíamos com prazer essa honra e estaríamos prontos, embora fôsse o prazo para os preparativos muito curto.

Quando chegaram as instruções, foi convocada a reunião dos delegados no Bureau das Repúblicas, e em sessão de 6 de dezembro foi escolhido o Rio de Janeiro, havendo apenas um voto para Buenos Aires.

Foi nessa ocasião que você agradeceu a escolha, estando já autorizado para isso.

Enfim, esclareça-me ajudando a minha memória.

Seu do coração

Rio-Branco.

Despacho à Embaixada especial do Brasil em Washington

Ambassadeur Barbosa

Echeveningen.

86 sexta Recebido 52. Conheço perfeitamente as dificuldades da nossa situação aí e que em assembléias internacionais assim como em negociações diplomáticas nenhum representante por mais hábil e competente que seja mesmo representando um país forte, pode estar certo de conseguir tudo quanto deseja ou seu país deseja. Pedindo Vossência a em que foi colocado pelas delegações que formularam o projeto do Tribunal de prêsas nunca supusemos fôsse fácil ou provável obter a mudança. Pareceu-nos porém conveniente fizéssemos essa tentativa para ver se apêlo aos sentimentos de justiça daquelas delegações produzia algum efeito e para que pudéssemos dizer aos críticos que tentamos tudo em vão. Para (a) gente sensata (e) imparcial (a) grande (e) merecida nomeada (do) representante (do) Brasil (na) Haia nada perderá se não conseguir tudo quanto desejamos.

(O) govêrno (a) nação fazem plena justiça (aos) esforços (de) Vossência. Há mesmo em todo (o) país (um) movimento geral (de) satisfação (e) entusiasmo pelo brilho (que) Vossência tem dado à nossa terra nessa conferência. Todos (os) seus amigos e nesse número Vossência sabe que me deve contar estão orgulhosos disso. Preparam-se festas para (a) chegada (de) Vossência. Mas Vossência como todos os homens de valor tem desafetos e inimigos e tanto quanto possível devemos afastar pretextos para críticas. A do ineditorial (de) ontem já foi brilhantemente rebatida (na) Tribuna (de) hoje.

Vossência pode estar certo da confiança do govêrno e da nação. Esperamos que complete os seus trabalhos aí e estamos seguros de que os há de completar com vantagem para o país e aumento do seu prestígio. Se pedimos procurasse obter suplente foi por nos parecer que

(a) organização "(do) tribunal (de) prêsas fôra aceita em primeira leitura mas ainda não em votação final.

Estamos inteiramente identificados com Vossência e desejamos tenha em nós a mesma confiança que temos em Vossência.

Rio-Branco.

Carta a José Carlos Rodrigues

Petrópolis 16 de fevereiro de 1908.

Meu caro José Carlos Rodrigues.

Chamo a sua atenção para uma mofina no *Jornal do Comércio* de hoje contra o Ministro da Holanda, Dr. Advocaat, a propósito de queijos. Supondo o mofineiro, certamente algum negociante ou fabricante de más imitações de queijos da Holanda ou do Reino, que aquêlê Ministro se interessa por uma redução de direitos de entrada para os queijos genuínos do seu país, passa-lhe um debique grosseiro, ridicularizando-lhe até o nome.

Estou certo de que você não pode aprovar que estejam a aceitar mofinas contra representantes diplomáticos estrangeiros, os quais não podem responder as agressões pessoais que lhes sejam feitas pela imprensa e que em tôda parte são tratados com respeito devido ao seu caráter e pôsto. Mas se você não fizer alguma recomendação terminante a tal respeito *que fique conhecida de todo o pessoal da casa*, o fato se repetirá, porque tenho motivos para acreditar que qualquer redator de serviço pode, às vêzes, autorizar a publicação de *a pedidos*.

Sempre seu amigo velho e obrigado

Rio-Branco.

Projeto do Tratado do A. B. C.

Tratado de cordial inteligência política e de arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil, a República do Chile e a República Argentina

(Projeto entregue, em Petrópolis, no dia 21 de fevereiro de 1909, pelo Ministro Rio-Branco, ao Sr. Puga Borne).

A República dos Estados Unidos do Brasil, a República do Chile e a República Argentina, desejosas de consolidar as boas relações que felizmente existem entre elas, resolveram firmar um pacto de cordial inteligência e de arbitramento geral que seja as suas relações políticas, e para êsse fim nomearam Plenipotenciários, a saber:

A República dos Estados Unidos do Brasil o Senhor... seu Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Santiago do Chile;

A República do Chile o Senhor..., Ministro das Relações Exteriores; e

A República Argentina o Senhor..., seu Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Santiago do Chile;

Os quais, devidamente autorizados, convieram nos artigos seguintes:

ARTIGO 1

As três Altas Partes Contratantes declaram que existe entre elas a mais perfeita harmonia e que é seu constante anelo mantê-la e robustecê-la, procurando proceder sempre de acôrdo entre si em tôdas as questões que se relacionem com os seus interesses e aspirações comuns e nas que se encaminhem a assegurar a paz e a estimular o progresso da América do Sul.

ARTIGO 2

Obrigam-se a submeter a arbitramento os desacordos de qualquer natureza que ocorrerem entre elas e que não tenham podido resolver-se por via diplomática, contanto que tais questões nada envolvam que entenda com os interesses vitais, a independência, a soberania ou a honra dos Estados contratantes.

ARTIGO 3

Não serão renovadas, em virtude do artigo precedente, as questões findas, que hajam sido objeto de acôrds definitivos entre as Altas Partes Contratantes, só podendo ser submetidas a arbitramento as questões sôbre a inteligência e a execução dos mesmos.

ARTIGO 4

Se as Altas Partes Contratantes não puderem chegar a acôrdo sôbre a escolha do Árbitro ou Árbritos, será a questão em litígio submetida obrigatoriamente ao arbitramento do Conselho Federal Suíço.

ARTIGO 5

Em cada caso particular, as Altas Partes Contratantes assinarão um compromisso especial que claramente determine a matéria do litígio, a extensão dos poderes do Árbitro ou Árbritos e as condições que hajam de ser observadas no tocante aos prazos para a constituição do tribunal ou a escolha do Árbitro, assim como aos trâmites do processo arbitral.

Fica entendido que em cada uma das três Repúblicas os compromissos especiais só poderão ser ratificados com a aprovação do Poder Legislativo.

ARTIGO 6

Se, o que não é de esperar, alguma desinteligência grave sôbre questões que não comportem o recurso ao juízo arbitral se produzir entre duas das três Altas Partes Contratantes ou entre uma e as outras duas, comprometem-se as três a observar as seguintes regras:

§ 1 — Nenhuma das Potências Contratantes recorrerá ao emprêgo de represálias militares ou declarará a guerra a qualquer das outras duas, por motivo algum, senão depois que, esgotados todos os recursos diplomáticos, a que se julgar ofendida tiver apresentado uma exposição das suas queixas e reclamações à outra Parte, por ela considerada ofensiva, e depois que hajam decorrido seis meses sem receber resposta satisfatória.

§ 2 — Nenhuma romperá hostilidades contra as outras ou contra alguma das outras sem prévia declaração de guerra, atendidas as condições do parágrafo anterior, e sem que haja decorrido o prazo de seis meses contado da data em que a declaração de guerra fôr publicada.

ARTIGO 7

Nenhuma das três Repúblicas Contratantes poderá celebrar com uma quarta Potência aliança contra outra das signatárias do presente tratado.

ARTIGO 8

Cada uma das Altas Partes Contratantes poderá oferecer os seus bons officios ou sua mediação nas desavenças que venham a ter entre si ou com alguma outra Potência, sem que tal oferecimento ou a sua recusa devam ser considerados como atos pouco amigáveis pelas Partes que os receberem.

ARTIGO 9

Cada uma das três Altas Partes Contratantes obriga-se a impedir por todos os meios a seu alcance que no seu território se armem e reúnam imigrados políticos ou se organizem expedições para promover ou auxiliar desordens ou guerras civis no território de alguma das outras duas ou no de qualquer Estado não signatário do presente acôrdo.

ARTIGO 10

No caso de insurreição contra o Governo de uma das três Repúblicas Contratantes, as outras não consentirão nenhuma espécie de comércio com os insurgentes e, sem faltar aos deveres de humanidade e aos que lhes ditam tanto as suas instituições livres como a sua própria dignidade, tratarão de colocar os insurgentes que entrarem ou se asilarem no território de cada uma delas em posição inteiramente inofensiva, desarmando-os se estiverem armados e entregando as armas e quaisquer elementos de guerra ao Governo legal que elles estejam combatendo ou tenham combatido.

ARTIGO 11

Sempre que se dê qualquer perturbação da ordem pública, insurreição política ou levante militar em país que confine com alguma das três Repúblicas Contratantes, tratarão elas, immediatamente, de assentar entre si nas providências a tomar, de acôrdo com os princípios de Direito Internacional, combinando sôbre as instruções que devam mandar às suas autoridades civis e militares na fronteira, assim como aos

seus representantes diplomáticos, cônsules e comandantes de navios de guerra no país em que tais perturbações se produzirem, de modo a que se evitem atritos ou desinteligências entre os seus respectivos agentes no teatro dos acontecimentos.

ARTIGO 12

O presente tratado será submetido ao exame e aprovação dos Congressos das três Repúblicas Contratantes e, preenchidas tôdas as formalidades legais, vigorará durante dez anos contados do dia da troca das ratificações. Se nenhuma das Altas Partes Contratantes o denunciar um ano antes da terminação dêsse prazo, continuará em vigor por outro período de dez anos e assim sucessivamente.

ARTIGO 13

A troca das ratificações dêste tratado se efetuará na cidade... no mais curto prazo possível.

Em fé do que, nós, os Plenipotenciários acima nomeados assinamos o presente tratado em nove originais, três na língua portuguesa e seis na espanhola, apondo nêles os nossos selos.

Feito nesta cidade de Santiago do Chile, aos ... de ... de 1909.

Discurso no Clube Militar

(15 de outubro de 1911)

Meus senhores:

A altíssima distinção que, com o prévio assentimento do Sr. Presidente da República, generalíssimo constitucional das nossas fôrças de terra e mar, e, conseguintemente, com o do seu Ministro da Guerra, me confere hoje a brilhante officialidade do Exército Brasileiro, não é, nem podia ser, procedendo de soldados, uma manifestação de natureza política.

Torna isso bem patente o belo discurso que acabamos de ouvir, tão cheio de benevolências para comigo, e tão verdadeiro na sua síntese das emprêsas guerreiras dos nossos maiores quanto o é no reconhecimento da atitude exclusivamente defensiva em que o Brasil se tem mantido desde a sua independência política.

O que mais me toca e penhora na presente demonstração é que ela visa em mim principalmente a dupla qualidade de antigo cultor da história pátria e de amigo desinteressado do Exército e Armada do Brasil.

Todos os nossos militares de mar e terra sabem que nunca os procurei explorar nem distrair do caminho do dever profissional; e muitos poderão dar testemunho de que a minha linguagem para com êles tem sido invariavelmente a mesma, no Império como na República.

Os antigos com quem tive a fortuna de privar, e que, no serviço da pátria, se haviam ilustrado ganhando vitórias ou contribuindo para elas, tratavam-me, alguns, com afeto quase paternal: davam-me êles ensinamentos — não precisavam de conselhos meus. Aos moços que às vêzes me ouviam, como aos nossos soldados de hoje, sempre alvitrei o mais completo respeito à disciplina e a mais inteira consagração à nobre carreira que haviam adotado.

Mas ser, como fui, desde a adolescência e na idade viril, um estudioso do nosso antigo passado militar; ter sido, sempre que pude, em outros tempos, aqui como no estrangeiro, um modesto divulgador de feitos gloriosos da nossa gente portuguesa e brasileira de outrora na defesa e dilatação do território do Brasil; prezar constantemente os que se dedicam à carreira das armas, indispensável para a segurança dos direitos e da honra da pátria; tudo isso, meus senhores, não significa que eu tenha sido ou seja um "militarista", como, no ardor das recentes lutas políticas, me acoimaram às vêzes de o ser alguns dos combatentes, mal informados dos meus sentimentos e ações.

Também, todos os meus atos e afirmações solenes no serviço diplomático continuando no desempenho das funções que desde alguns anos exerço, protestam contra as tendências belicosas e imperialistas que alguns estrangeiros e nacionais me têm injustamente atribuído. Nunca fui conselheiro ou instigador de armamentos formidáveis, nem da aquisição de máquinas de guerra colossais. Limitei-me a lembrar, como tantos outros compatriotas, a necessidade de, após vinte anos de descuido, tratarmos seriamente de reorganizar a defesa nacional, seguindo o exemplo de alguns países vizinhos, os quais, em pouco tempo, haviam conseguido aparelhar-se com elementos de defesa e ataque muito superiores aos nossos.

Tôda a nossa vida como Estado livre e soberano atesta a moderação e os sentimentos pacíficos do Governo brasileiro, em perfeita consonância com a índole e a vontade da nação. Durante muito tempo fomos, incontestavelmente, a primeira potência militar da América Latina, sem que essa superioridade de fôrça, tanto em terra como no mar, se houvesse mostrado nunca um perigo para os nossos vizinhos. Só nos lançamos a lutas no exterior quando provocados ou quando invadido o nosso território. Mas, cumpre notar, jamais nos empenhamos em guerras de conquista. E muito menos poderíamos ter planos agressivos agora que a nossa Constituição política proíbe expressamente a conquista e impõe o recurso ao juízo arbitral antes de qualquer apêlo às armas, como há pouco advertiu o distinto orador a quem respondo.

Querer a educação cívica de um povo, como na libérrima Suíça, como nas democracias mais cultas da Europa e da América, não é querer a guerra: pelo contrário, é querer assegurar a paz, evitando a possibilidade de afrontas e de campanhas desastrosas.

Os povos que, a exemplo do Celeste Império, desdenham as virtudes militares e se não preparam para a eficaz defesa do seu território, dos seus direitos e da sua honra, expõem-se às investidas dos mais fortes e aos danos e humilhações conseqüentes da derrota.

Meus senhores: No pouco que tenho dito, vai implicitamente a afirmação do meu incessante culto pelos que, em tempos já afastados, souberam honrosamente expor a vida pela terra do nosso nascimento; e estará também, penso eu, no conceito imparcial dos nossos compatriotas, a verdadeira explicação dos meus sentimentos de afetuosa estima por quantos dignamente se dedicam à nobre profissão das armas.

Sinto-me verdadeiramente feliz vendo a minha velha amizade correspondida pela corporação dos nossos oficiais; e em nenhum outro recinto poderia eu achar-me com mais íntima satisfação do que neste, onde hoje penetro pela primeira vez.

Agradeço ao Sr. Presidente da República o haver honrado esta solenidade com a sua presença. Agradeço ao Exército Brasileiro, ao Clube Militar e ao seu digno orador a grande honra com que lhes aprouve distinguir-me, magnificando generosamente os meus trabalhos de antanho, infelizmente para mim, há tanto tempo interrompidos, e engrandecendo os serviços que, em outros campos de ação, fui chamado a prestar nestes últimos dezenove anos. E não devo omitir que durante este derradeiro e largo período, só tenho sido um simples e dedicado executor da política de paz e concórdia invariavelmente observada por todos os Governos do Brasil.

Fontes e Bibliografia

BIBLIOGRAFIA DO BARÃO DO RIO-BRANCO

- Lutz Barroso Pereira* — Artigo escrito em 1861 e publicado na Revista Popular, tomo XIII, ano IV — 1862.
- Episódios da Guerra do Prata (1825-1828)* — Revista Mensal do Instituto Científico de São Paulo — São Paulo. 1864.
- Esbôço Biográfico do General José de Abreu, Barão do Sêrro Largo* — Revista do Instituto Histórico, tomo XXXI. 1868.
- A Guerra da Tríplíce Aliança*, por L. Schneider — Anotações — 2 vols. — Rio, 1875-1876.
- Navegação e Comércio entre o Brasil e os Portos da Dependência do Consulado Geral do Império em Liverpool no ano de 1876-1877* — Publicado em informações dos agentes diplomáticos e consulares do Império — Tomo IV — Rio. 1880.
- O Café na Grã-Bretanha* — Informação apresentada a S. Excia. Sr. Conselheiro Manuel Alves de Araújo, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, por José Maria da Silva Paranhos, Cônsul em Liverpool — 1882.
- Le Brésil à l'Exposition Internationale de St. Petersbourg* — St. Petersbourg. 1884.
- Le Brésil* (em colaboração com outros) — Paris. 1889.
- Esquisse de l'histoire du Brésil, em Le Brésil em 1889*, sob a direção de Mr. F. J. de Santa Ana Nery — Paris. 1889.
- D. Pedro II, Empereur du Brésil* (Benjamim Mossé) — Paris. 1889.
- Efemérides Brasileiras* — Rio. 1892.
- Questão de Limites entre o Brasil e a República Argentina Submetida à Decisão Arbitral do Presidente Cleveland, dos Estados Unidos da América — Exposição que os Estados Unidos do Brasil Apresentam ao Presidente dos Estados Unidos da América como Árbitro, Segundo as Estipulações do Tratado de 7 de setembro de 1889, concluído entre o Brasil e a República Argentina* (obra em português e em inglês) — 6 vols. — New York. 1894.
- Mémoire sur la question des limites entre les États Unis du Brésil et la Guyane Britannique* — Bruxelas. 1897.
- Frontières entre le Brésil et la Guyane Française — Mémoire présenté par les États Unis du Brésil au Gouvernement dela Confédération Suisse, arbitre choisi selon les stipulations du Traité conclu a Rio de Janeiro, le 10 avril 1897 entre le Brésil et la France* — 5 vols. — 1889.

- Frontières entre le Brésil et la Guyane Française – Second mémoire présenté par les États Unis du Brésil au Gouvernement de la Confédération Suisse, arbitre choisi selon les stipulations du Traité conclu a Rio de Janeiro, le 10 avril 1897 entre le Brésil et la France – 6 vols. – Berne. 1899.*
- Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, compreendendo o período decorrido de 28 de maio de 1902 a 31 de agosto de 1903 – Rio. 1904.*
- Exposição que ao Sr. Presidente da República Dirigiu o Sr. Ministro das Relações Exteriores, em 27 de dezembro de 1903 – Anexo ao Tratado de Petrópolis – Rio. 1904.*
- Exposição do Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre o Tratado de Limites entre o Brasil e o Equador – Rio. 1904.*
- Brasil e Colômbia – Exposição feita pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre os acordos de 24 de abril de 1907, assinados em Bogotá – Rio. 1908.*
- O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo (com o pseudônimo de J. Penn) – Jornal do Comércio de 20 de janeiro de 1908.*
- O Tratado de 8 de setembro de 1909 entre o Brasil e a República do Peru (Exposição de motivos e Tratado) – Rio. 1910.*
- O Tratado de 30 de outubro de 1909 entre os Estados Unidos do Brasil e a República Oriental do Uruguai. (Exposição de motivos e Tratado) – Rio. 1910.*
- Apontamentos para a História Militar do Brasil (Trechos) – Revista Americana – Outubro. 1916 – Novembro. 1916.*
- Biografia de José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio-Branco – Revista Americana – Dezembro de 1916 a julho de 1918.*
- Comentários à História da Guerra do Paraguai de Schneider (Trechos) – Revista Americana – Agosto a setembro de 1918.*
- OUTRAS FONTES:** – Cartas – Discursos – Artigos, notas e entrevistas em jornais – Despachos – Ofícios – Relatórios – Cadernos de notas – Anotações em livros – Recortes de Jornais.

BIBLIOGRAFIA GERAL(°)

- A. D'Epanet – *Barão do Rio-Branco – Notas Política e Biográficas* – Rio. 1912.
- Afonso Arinos de Melo Franco – *Conceito da Civilização Brasileira* – São Paulo. 1936.
- A. G. de Araújo Jorge – *Ensaio de História Diplomática do Brasil no Regime Republicano* – Rio. 1912.

(°) Só foram relacionadas aqui as obras que serviram diretamente ao Autor durante o tempo em que trabalhou neste livro. Umás foram lidas por inteiro e outras apenas consultadas.

- Alberto de Faria — *O Barão do Rio-Branco nas reminiscências de um grande narrador bem documentado* — Conferência realizada na Academia Brasileira de Letras — *Jornal do Comércio* de 3 de agosto de 1930.
- Alberto de Faria — *Mauá* — 2.^a edição — São Paulo. 1933.
- Alcides Cruz — *Barão do Rio-Branco — Apontamentos para sua biografia* — Pôrto Alegre. 1895.
- Alexandre Zevaès — *Histoire de la Troisième République* — Paris. 1938.
- Almeida Nogueira — *A Academia de São Paulo, Tradições e Reminiscências* — 2.^a série — São Paulo. 1907.
- Aluizio Napoleão — *O Segundo Rio-Branco* — Rio. 1941.
- Antonio Constantino — *Evocações da Faculdade de Direito* — Artigo em *O Estado de São Paulo* — 13 de janeiro de 1944.
- Argeu Guimarães — *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro* (de diplomacia, política externa e direito internacional) — Rio. 1938.
- Assis Brasil — *Discurso* — Revista Americana — Fevereiro de 1913.
- A. Tavares de Lyra — *Presidente Affonso Penna* — Conferência publicada no *Jornal do Comércio* — 15 de outubro de 1939.
- Organização Política e Administrativa do Brasil* — São Paulo. 1941.
- Basílio de Magalhães — *Expansão Geográfica do Brasil Colonial* — Rio. 1935.
- Barão de Cotegipe — *Apontamentos sobre os Limites entre o Brasil e a República Argentina* — Rio. 1882.
- Borges de Castro — *Coleções de Tratados, Convenções e Atos Públicos Celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potências, 1640 até o Presente* — Lisboa. 1856.
- Campos Sales — *Da Propaganda à Presidência* — São Paulo. 1908.
- Capistrano de Abreu — *Ensaio e Estudos* — 1.^a série — Rio. 1931.
- Capítulos de História Colonial* — 3.^a série — Rio. 1934.
- Carlos Carbajal — *Nuestro dominio fluvial en los tratados internacionales* — Montevideu. 1937.
- Carlos de Laet — *Rio-Branco* — Revista Americana — Abril de 1913.
- Carlos Oneto y Viana — *La diplomacia del Brasil en el Rio de la Plata* — Montevideu. 1903.
- Carlos Pontes — *Tavares Bastos* — São Paulo. 1939.
- Carolina Nabuco — *A Vida de Joaquim Nabuco* — 2.^a edição — São Paulo. 1929.
- Castilhos Goycochêa — *Fronteiras e Fronteiros* — São Paulo. 1943.
- Castro Alves — *Obras Completas* — 2 vols. — São Paulo. 1942.
- Charles de Martens — *Le Guide Diplomatique* — Leipzig. 1866.
- Clóvis Bevilacqua — *Direito Público Internacional* — 2 vols. Rio. 1910.
- A Educação Histórica de Rio-Branco Explica a Extensão de Sua Influência na Vida Nacional do Brasil* — Artigo na Revista Americana — Abril de 1913.
- História da Faculdade de Direito do Recife* — 2 vols. — Rio. 1927.

- Craveiro Costa — *A conquista do deserto ocidental* — São Paulo. 1940.
- Dario Galvão — *Minha Galeria* — Artigo na Revista Americana — Dezembro de 1918.
- David Carneiro — *Duas Histórias em Três Vidas* — Curitiba. s/d.
- De Paranhos Antunes — *História do Grande Chanceler* — Rio. 1942.
- Dexter Perkins — *The Doctrine* — 3 vols. — 1927, 1932, 1937.
- Duarte da Ponte Ribeiro — *As Relações do Brasil com as Repúblicas do Rio da Prata* — Rio. 1936.
- Dunshee de Abranches — *O Brasil e o Arbitramento — Tratados e Convenções* — Rio. 1911.
- Rio-Branco (Defesa de seus atos)* — Rio. 1911.
- O Maior dos Brasileiros* — Rio. 1912.
- Eça de Queiroz — *Notas Contemporâneas* — 3.^a edição — Pôrto. 1920.
- Edgar Cavalheiro — *Fagundes Varela* — São Paulo. 1940.
- Edmond Rossier — *Histoire Politique de l'Europe (1815-1919)* — Paris. 1931.
- Eduardo Prado — *Coletâneas* — vol. I — São Paulo. 1904.
- Fastos da Ditadura Militar no Brasil* — São Paulo. 1902.
- A Ilusão Americana* — nova edição — Rio. 1933.
- Elie Halévy — *A History of the English People* — 3 vols. — London. 1938.
- Elisée Reclus — *Estados Unidos do Brasil Geográfico, Etnográfico, Estatístico* — Paris. 1900.
- Émile Bréhier — *Histoire de la Philosophie* — 2 vols. — Paris. 1932.
- Emilio Zaluar — *Peregrinação pela Província de São Paulo* — Rio. 1863.
- Ernest Satow — *A Guide to Diplomatic Practice* — 2 vols. Nova York. 1922.
- Ernesto Sena — *Barão do Rio-Branco* — Artigo in Separata do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Rio. s/d.
- Escragnolle Doria — *Rio-Branco e sua Primeira Função Pública: Professor do Colégio Pedro II* — Artigo na Revista Americana — Abril de 1913.
- Memória Histórica do Colégio Pedro II* — Rio. 1937.
- Estanislau Zeballos — *Rio-Branco* — Artigo na Revista de Derecho, Historia y Letras — Tomo XII — Março — Buenos Aires. 1912.
- Los Armamentos del Brasil* — Revista de Derecho, Historia y Letras — Tomo XX — 1904.
- Euclides da Cunha — *À Margem da História* — 4.^a edição — Pôrto. 1926.
- Peru versus Bolívia* — 2.^a edição — Rio. 1939.
- Fernando Raja Gabaglia — *As Fronteiras do Brasil* — Rio. 1916.
- F. de Paula Cidade — *Barão do Rio-Branco* — Conferência no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil — Rio. 1941.

- Francisco Cunha — *Reminiscências — Na Imprensa e na Diplomacia — 1870 a 1910* — Rio. 1914.
- Francisco Venâncio Filho — *Euclides da Cunha a Seus Amigos* — São Paulo. 1938.
- Frederic William Ganzert — *The Baron do Rio-Branco, Joaquim Nabuco, and the Growth of Brazilian-American Friendship, 1900-1910* — Artigo em *The Hispanic American Historical Review* — vol. XXII — N.º 3 — Agosto de 1942.
- José Maria da Silva Paranhos — *Barão do Rio-Branco* — Artigo no Boletim da União Pan-Americana — Abril de 1937.
- Gabriel de Piza — *Incidente Piza-Rio-Branco* — Paris. 1912.
- Gabriel Salgado dos Santos — *Era o Barão do Rio-Branco Inimigo dos Argentinos?* — Artigo no "Jornal do Comércio" de 10 de fevereiro — 1913.
- Gastão Pereira da Silva — *Rodrigues Alves e a Sua Época* — Rio. s/d.
- G. Clemenceau — *Notes de Voyage dans l'Amérique du Sud* — Paris. 1911.
- Genesco de Castro — *O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro* — Rio. 1930.
- G. Renard — *Les étaps de la société française au XIX siècle* — Paris. 1913.
- Gilberto Amado — *Rio-Branco* — Conferência publicada no "Correio da Manhã" de 10 de outubro de 1937.
- Gilberto Freire — *Região e Tradição* — Rio. 1942.
- Casa Grande e Senzala* — 4.ª edição — 2 vols. — Rio. 1943.
- G. K. Chesterton — *Hérétiques* — tradução francesa — Paris. 1930.
- Gonzalo de Reparaz — *Geografía y Política, los fundamentos naturales de la historia humana* — Buenos Aires. 1943.
- G. P. Gooch — *História Contemporânea da Europa*. — México. 1942.
- História e Historiadores en el Siglo XIX* — México, 1942.
- Graciano Alves de Azambuja — *O Barão Rio-Branco* — Anuário do Estado do Rio Grande do Sul para o ano de 1896.
- H. A. L. Fischer — *The Liberal Experiment (A History of Europe)* — vol. III — London. 1935.
- Hans Kelsen — *Derechos y Pas en las relaciones internacionales* — México. 1943.
- Hans W. Weigert — *Geopolítica* — México. 1943.
- Heitor Lira — *A Política Brasileira no Prata* — Rio. 1922.
- História de D. Pedro II* — 3 vols. — São Paulo. 1938, 1939, 1940.
- História Diplomática e Política Internacional* — Rio. 1941.
- Helio Lobo — *De Monroe a Rio-Branco* — Rio. 1912.
- Rio-Branco e Sua Trindade de Ouro* — Artigo em "O Jornal" de 30 de maio de 1925.
- Hermes da Fonseca Filho — *Dois Grandes Vultos da República* — Pôrto Alegre. 1935.

- Hermes Lima — *Tobias Barreto* — Rio. 1939.
- Hildebrando Accioly — *Tratado de Direito Internacional Público* — 3 vols. — Rio. 1933, 1934, 1935.
Le Brésil et la doctrine de l'Utī-possidetis — Paris, 1935.
Atos internacionais Vigentes no Brasil — 2.^a ed. — Rio. 1936.
- Jacob Burckhardt — *Réflexions sur l'histoire du monde* — Buenos Aires, 1943.
- J. A. Teixeira de Mello — *Limites do Brasil com a Confederação Argentina* — Rio. 1883.
- J. de Louter — *Le Droit International Public Positif* — 2 vols. — Oxford. 1920.
- J. F. Normano — *Evolução Econômica do Brasil* — São Paulo. 1939.
- J. Huizinga — *Homo Ludens* — México. 1943.
- J. M. Nascente de Azambuja — *Questão Territorial com a República Argentina* — Rio. 1891.
Limites do Brasil com as Guianas francesa e inglesa — 2 vols. — Rio. 1892.
- João Camilo de Oliveira Tôres — *O Positivismo no Brasil* — Petrópolis. 1934.
- João Lira Filho — *O Barão* — Rio. 1936.
- João Mangabeira — *Rui, o Estadista da República* — Rio. 1943.
- João Pandiá Calógeras — *A Política Exterior do Império* — 3 vols. — Rio. 1927, 1928, 1933.
Estudos Históricos e Políticos — 2.^a edição — São Paulo. 1936.
- João Ribeiro — *As Nossas Fronteiras* — Rio. 1930.
História do Brasil — 13.^a edição — Rio. 1935.
- Joaquim Nabuco — *Escritos e Discursos Literários* — Rio. 1939.
Minha Formação — São Paulo. 1934.
Um Estadista do Império — 2 vols. — nova edição — São Paulo, 1936.
O Direito do Brasil — São Paulo. 1941.
- John Basset Moore — *Rio-Branco* — Artigo na Revista Americana — Julho e agosto de 1913.
- José Carlos de Macedo Soares — *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial* — Rio. 1939.
- José Manuel Cardoso de Oliveira — *Atos Diplomáticos do Brasil* — 2.^o vol. — Rio. 1912.
- José Manuel Cardoso de Oliveira — *Atos Diplomáticos do Brasil* — 2.^o de 20 de fevereiro demonstrada à luz dos debates no Senado e dos sucessos de Uruguaiana — Rio. 1865.
Discursos do Sr. Conselheiro de Estado e Senador do Império J. M. da Silva Paranhos, Visconde do Rio-Branco, proferidos no Senado em 1870 e nas duas casas do Parlamento em 1871 — Rio. 1872.

- Discursos na Câmara e no Senado* (Anais da Câmara e do Senado).
- José Maria dos Santos — *A Política Geral do Brasil* — São Paulo. 1930.
- José Tolentino — *Nilo Peçanha, sua Vida Pública* — Petrópolis, s/d.
- José Vieira Fazenda — *Rio-Branco e o Instituto Histórico* — Artigo em Separata do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Rio. s/d.
- Juan José Amezaga — *Um capítulo de historia internacional — El Uruguay y el Brasil* — Montevideú, 1942.
- Juansilvano Godoi — *El Barón do Rio-Branco* — Asunción. 1912.
- Jules Cambon — *Le Diplomate* — Paris. 1926.
- Liberato Bittencourt — *Psicologia do Barão do Rio-Branco* — Rio. 1913.
- L. Schneider — *A guerra da Tríplice Aliança contra o govêrno da República do Paraguai* — Rio. 1902.
- Luiz Vianna Filho — *A Vida de Rui Barbosa* — São Paulo. 1941.
- Machado de Assis — *Páginas Recolhidas* — Rio. 1938
- Manuel Bernardez — *El Brasil, su vida, su trabajo, su futuro* — Buenos Aires. 1908.
- Rio-Branco y el Uruguay* — Artigo na Revista Americana — Abril de 1913.
- Martim Francisco — *Contribuindo* — São Paulo. 1921.
- Mateus de Albuquerque — *Sensações e Reflexões* — 2.^a edição — Lisboa. s/d.
- Maurício Wanderley de Araújo Pinho — *Papéis de 1876. A nomeação de J. M. da Silva Paranhos (depois Barão do Rio-Branco) para cônsul do Brasil em Liverpool* — Artigo na Revista Americana — Agôsto-setembro de 1919.
- Max Fleiuss — *Recordando...* — Rio. 1941.
- Medeiros e Albuquerque — *Quando eu era vivo* — Edição póstuma e definitiva — Pôrto Alegre. 1942.
- Ernes Nys — *Le Droit International* — Bruxelas. 1912.
- Oliveira Lima — *Vida Diplomática* — Recife. 1904.
- Formation Historic de la Nationalité Brésilienne* — Paris. 1911.
- Le Brésil, ses Limites Actuelles, ses Votes de Pénétration* — Anvers. 1919.
- Pan-americanismo* — Rio. 1907.
- Coisas Diplomáticas* — Lisboa. 1908.
- Aspectos da História e da Cultura do Brasil* — Lisboa. 1923.
- Memórias* — Rio. 1937.
- O Império Brasileiro* — São Paulo. s/d.
- Oliveira Martins — *Correspondência* — Lisboa, 1926.
- Oliveira Vianna — *O Ocaso do Império* — 2.^a edição — São Paulo, 1933.
- Olinto de Magalhães — *Centenário do Presidente Campos Salles* — Rio. 1941.

- Otto Frevelyan Macaulay — *A History of England* — 2 vols. — London. 1934.
- P. Matter — *Bismarck et son Temps* — 3 vols. — Paris. 1908.
- Pedro Calmon — *História Social do Brasil* — tomo III — São Paulo, 1939.
- Pereira Pinto — *Limites do Brasil* — Rev. do Inst. Hist., tomo XXX — 2.^a parte — 1867.
- Apontamentos para o Direito Internacional* — 4 vols. — Rio. 1864-1869.
- Pierre Denis — *Le Brésil au XX.^e siècle* — Paris. 1909.
- Pradier Fodéré — *Traité de Droit international public européen et américain* — 8 vols. — 1855-1906.
- Ramon J. Cárcano — *Mis primeros 80 años* — Buenos Aires. 1943.
- Raul Adalberto de Campos — *Relações Diplomática do Brasil* — Rio. 1913.
- Raul do Rio-Branco — *Reminiscências do Barão do Rio-Branco* — Rio. 1942.
- Renato Mendonça — *Um Diplomata na Côte de Inglaterra* — São Paulo. 1942.
- Rodrigo Octavio — *Alexandre de Gusmão et le sentiment américain dans la politique internationale* — Paris. 1930.
- Minhas Memórias dos Outros* — nova série — Rio. 1935.
- Rui Barbosa — *Exposição de Motivos do Plenipotenciário Vencido* — publicada no "Jornal do Comércio" de 7 de fevereiro de 1904.
- Deuxième Conférence de la Paix — Actes et discours* — La Haia. 1907.
- Rio-Branco* — Artigo na Revista Americana — Abril de 1913.
- Cartas Políticas e Literárias* — Bahia. 1919.
- Cartas de Inglaterra* — 2.^a edição — São Paulo. 1929.
- Salvador de Mendonça — *A Situação Internacional do Brasil* — Rio. s/d.
- Samuel Flagg Bemis — *The American Policy of the United States* — Nova York. 1943.
- Spencer Vampré — *Memórias para a História da Academia de São Paulo* — 2 vols. — São Paulo. 1924.
- Silvio Romero — *Doutrina contra Doutrina — O Evolucionismo e o Positivismo no Brasil* — 2.^a edição — Rio. 1895.
- Ensaio de Sociologia e Literatura* — Rio. 1900.
- O Brasil na Primeira Década do século XX* — Lisboa, 1919.
- História da Literatura Brasileira* — 5 vols. — Rio. 1943.
- Tobias Monteiro — *Pesquisas e Depoimentos* — Rio. 1913.
- O Presidente Campos Salles na Europa* — Rio. 1928.
- Tristão de Athayde — *Política e Letras — Em A Margem da História da República* — Rio. s/d.
- Vicente Lúcio Cardoso — *À Margem da História do Brasil* — São Paulo, 1932.

- Vicente Quezada — *Mis Memorias Diplomáticas* — 2 vols. — Buenos Aires. 1908.
Historia Diplomática Latino-Americana — 3 vols. — Buenos Aires. 1919.
- Victor Aubry — *Le Deuxième Empire* — Paris. 1938.
- Visconde de Carnaxide — *Política Imperial de D. João V* — Conferência. 1943.
- Visconde de Pôrto Seguro — *História Geral do Brasil* — 3.^a edição integral — 5 vols. — São Paulo. s/d.
- Visconde de São Leopoldo — *Quais são os limites naturais pactuados e necessários do Império do Brasil?* — Em *Memórias do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* — Rio. 1839.
- Visconde de Taunay — *O Visconde do Rio-Branco* — 2.^a edição — São Paulo s/d.
- Viscount Bryce — *Observations and Impressions* — Nova York. 1912.
- Wanderley Pinho — *Salões e Damas do Segundo Reinado* — São Paulo. 1943.
- William Stead — *O Brasil em Haia* — Rio. 1909.

OUTRAS PUBLICAÇÕES

- Anexo ao Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros — Limites com a Guiana Francesa — Protocolo das conferências havidas na Côte de Paris entre os plenipotenciários do Brasil e da França para a determinação daqueles limites — Rio. 1857.
- Protocolo das conferências havidas na Côte do Rio de Janeiro entre os plenipotenciários do Império do Brasil e da República do Paraguai para o ajuste das questões entre os dois países — Anexo ao Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros — Rio. 1857.
- Documentos parlamentares — Mensagens presidenciais (1891-1910) — Rio. 1912.
- O Acre — O direito da Bolívia — Pensamento da chancelaria brasileira. Documentos para julgar a questão — Rio. 1900.
- Documentos sôbre o Tratado de 1750 — 2 vols. — Rio. 1938.
- Arquivo diplomático da Independência — 6 vols. — Publicação do Ministério das Relações Exteriores — Rio. 1922.
- A margem da história da República (Inquérito por escritores da geração nascida com a República) — Rio. 1924.
- A memória do Barão do Rio-Branco — Homenagem da classe acadêmica do Rio de Janeiro — Rio. 1912.
- A memória do Barão do Rio-Branco — Homenagem do Centro Cívico Sete de Setembro do Rio de Janeiro — Rio. 1912.
- Terceira Conferência Internacional Americana — Atas Resumidas — Condensed Minuts — Rio. 1906.

O telegrama cifrado n.º 9 de 17 de junho de 1908 dirigido pelo Governo brasileiro à Legação do Brasil no Chile — Rio, 1908.

Terceira Conferência Internacional Americana — Atas, resoluções, documentos — Rio, 1907.

Revista Americana — Número dedicado ao Barão do Rio-Branco com a colaboração de Rui Barbosa, Juansilvano Godoi, Clóvis Bevilacqua, Carlos de Laet, M. Corastiaga, Pinto da Rocha, Escragnolle Doria, Manuel Bernárdez, Liberato Bittencourt, Pandiá Calógeras, José Henrique Rodó, João do Rio, A. de A. Mello Carvalho — Abril de 1913.

Relatórios do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ministério das Relações Exteriores.

Anais da Câmara dos Deputados.

Anais do Senado.

COLEÇÕES DE REVISTAS E JORNAIS

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Revista Americana — Revista de Derecho, Historia y Letras (Buenos Aires) — L'Illustration — Revue de Droit International (Gand) — The Hispanic American Historical Review — Revista do Instituto Histórico de São Paulo — Revista Mensal do Instituto Científico de São Paulo — Revista da Semana — Vida Fluminense — O Mosquito — Jornal do Comércio — A Nação (1872-1875) — Correio da Manhã — O País — A Notícia — Gazeta de Notícias — Jornal do Brasil — O Estado de S. Paulo — Diário Oficial.

ARQUIVOS

Arquivo do Itamarati — Arquivo da Biblioteca Nacional — Arquivo do Instituto Histórico — Arquivo da Casa de Rui Barbosa — Arquivo do Colégio Pedro II — Arquivo da Faculdade de Direito do Recife — Arquivo da Faculdade de Direito de São Paulo — Arquivo de Joaquim Nabuco, depositado no Itamarati.

FAC. EDUCAÇÃO - 5111

★

Obra executada nas oficinas da

SÃO PAULO EDITORA S. A.

São Paulo 6, SP — Brasil